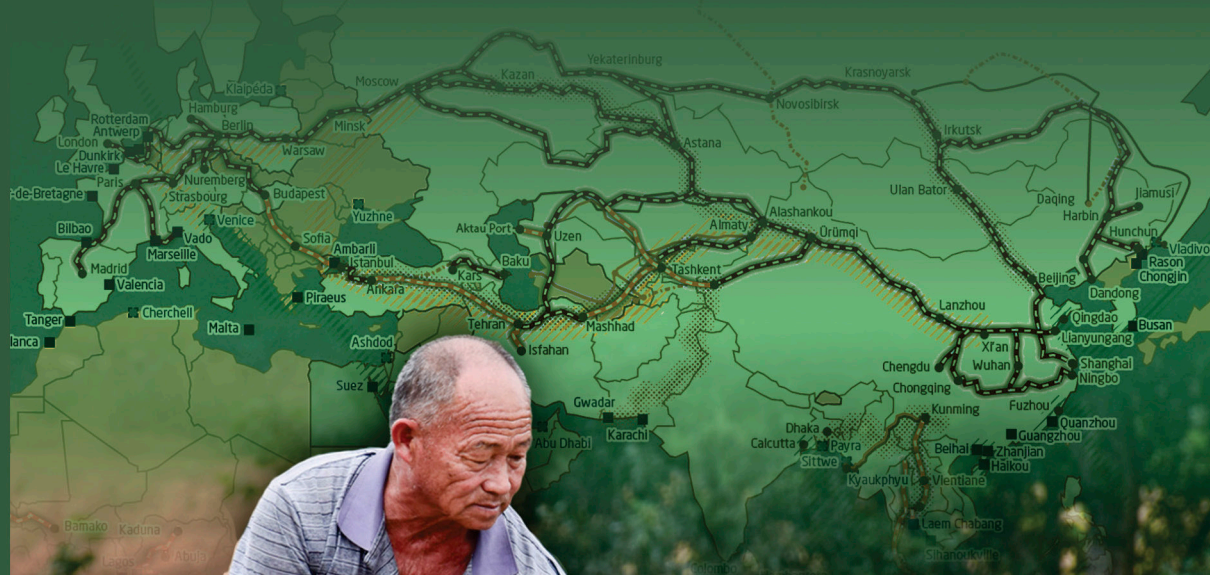


Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento Rural na China

FABIANO ESCHER | SERGIO SCHNEIDER
ORGANIZADORES





UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos André Bulhões

Vice-Reitora

Patricia Helena Lucas Pranke

Pró-Reitor de Coordenação Acadêmica

Júlio Otávio Jardim Barcellos

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Luciane Delani

Conselho Editorial

Carlos Gustavo Tornquist

Henrique Carlos de Oliveira Castro

Janette Palma Fett

João Carlos Batista Santana

Luís Frederico Pinheiro Dick

Mônica Zielinsky

Otávio Bianchi

Sergio Roberto Kieling Franco

Simone Sarmento

Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca

Luciane Delani, presidente

Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China

FABIANO ESCHER | SERGIO SCHNEIDER
ORGANIZADORES

© dos autores
1ª edição 2023

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e projeto gráfico: Carla M. Luzzatto
Revisão: Fabiano Escher, Sergio Schneider e Regina Vargas
Tradução: Regina Vargas
Revisão da tradução: Fabiano Escher e Sergio Schneider
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt



A278 Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China [recurso eletrônico] / organizadores Fabiano Escher [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.

462 p. : pdf

(Série Estudos Rurais)

1. Agricultura. 2. Sistema agroalimentar. 3. Alimentação. 4. Segurança alimentar. 5. Desenvolvimento rural – China. 6. Questão agroalimentar – China. I. Escher, Fabiano. II. Schneider, Sergio. III. Série.

CDU 338.43

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin– Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-094-5

Sumário

Prefácio / 7

Foreword / 11

Introdução / 15

Fabiano Escher

Sergio Schneider

Parte I – A ascensão internacional da China

Capítulo 1 – O modelo chinês:

poderia ele substituir o modelo ocidental de modernização? / 29

Zhao Suisbeng

Capítulo 2 – Defesa, diplomacia e desenvolvimento:

Os “3 D” da ascensão econômica e da projeção mundial da China / 55

Paulo Fagundes Visentini

Parte II – A questão agroalimentar na China

Capítulo 3 – Empresas “cabeça de dragão” e o estado do agronegócio na China / 75

Mindi Schneider

Capítulo 4 – Pequenas propriedades rurais da nova era

na China e sua integração vertical: agronegócio ou cooperativas? / 109

Philip C. C. Huang

Capítulo 5 – Desenvolvimento do mercado varejista de alimentos na China: estudo qualitativo de como varejistas estrangeiros e nacionais buscam aumentar sua participação de mercado / **139**

Martin Hingley

Adam Lindgreen

Lan Chen

Capítulo 6 – Segurança alimentar, urbanização e estabilidade social na China / **155**

Flemming Christiansen

Capítulo 7 – A conquista da segurança alimentar na China: as últimas três décadas e o futuro / **193**

Zhou Zhangyue

Parte III – O desenvolvimento rural na China

Capítulo 8 – Transferência de terras e a busca pela modernização agrícola na China / **229**

Ye Jingzhong

Capítulo 9 – Capitalização sem proletarização no desenvolvimento agrícola da China / **265**

Philip C. C. Huang

Gao Yuan

Yusheng Peng

Capítulo 10 – Diferenciação de classes na China rural: dinâmicas de acumulação, mercantilização e intervenção estatal / **303**

Qian Forrest Zhang

Capítulo 11 – Iniciativas de desenvolvimento rural em meio à crise de segurança dos alimentos: estratégias, desafios e oportunidades no “novo movimento de reconstrução rural” chinês / **347**

Zhenzhong Si

Steffanie Scott

Capítulo 12 – O enigma da agricultura chinesa: em busca de uma explicação / **383**

Jan Douwe van der Ploeg

Capítulo 13 – Considerações finais. Especulações sobre o futuro da questão agroalimentar na China e suas repercussões para o Brasil e a América do Sul / **411**

Fabiano Escher

Sergio Schneider

Autores / **455**

Prefácio

A agricultura e a alimentação estão na origem das civilizações e são elementos fundamentais da cultura de uma sociedade. Esses elementos se tornam ainda mais marcantes quando se trata da China, uma civilização milenar com uma culinária que atrai e encanta o mundo todo.

Quando se tem a oportunidade de ir a China, o que primeiro se busca conhecer é, sem dúvida, qual a comida típica daquela região, seus restaurantes e seu mercado público. É nesses espaços que a cultura local tem uma de suas maiores expressões. Mas a alimentação que delicia visitantes nas cidades é o produto dos esforços de uma grande parte da população dessa sociedade, que vive no campo. Além de fornecer os alimentos básicos para a população, o meio agrícola é o local onde se geram riqueza e possibilidades de realização para os agricultores. Assim, o desenvolvimento do meio rural e a garantia da produção de alimentos passam a ser elementos constituintes das estratégias de segurança e estabilidade de uma sociedade. Esses elementos ganham amplitude na China, país que tem uma população de aproximadamente 1,4 bilhão de pessoas e um território continental e diverso.

Com a pujança do recente desenvolvimento socioeconômico da China, ocorreram grandes transformações tanto nos hábitos alimentares como na estrutura agrícola e de produção de alimentos. Um dos grandes projetos de investimento nacional atual na China é a “Revitalização Rural”. Transformações sociais, tecnológicas e produtivas têm sido incentivadas e implementadas, na perspectiva de redução da pobreza no meio rural e de melhoria das condições de vida dessas populações. Essas transformações so-

ciais e produtivas têm sido foco de atenção da academia e de formuladores de políticas públicas no mundo todo.

Neste livro *Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China*, os professores Sergio Schneider e Fabiano Escher, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), compartilham as experiências de mais de uma década de intensivas atividades de interação e cooperação acadêmica com universidades e com pesquisadoras e pesquisadores de Austrália, China e diversos países da Europa, nas temáticas e problemáticas do desenvolvimento rural e da redução da pobreza. Várias(os) autoras(es) foram convidadas a aportar os resultados e conhecimentos produzidos por suas pesquisas, conferindo ao livro a adequada amplitude que essas importantes temáticas demandam.

Paralelamente ao seu desenvolvimento econômico, o governo chinês vem investindo maciçamente no sistema de educação superior para aumentar o número de universidades chinesas ranqueadas entre as 100 melhores do mundo. No World University Rankings 2018, produzido por *Times Higher Education*, a China já contava com duas universidades entre as 100 melhores (Peking University – 27^a e Tsinghua University – 30^a) e cinco entre as 200 melhores do mundo.

A China é, hoje, a segunda maior economia do mundo e o principal parceiro comercial do Brasil. Num futuro previsível, a China continuará a ser a economia mais dinâmica do mundo. Essa dinâmica pode ser uma fonte de oportunidades para as sociedades chinesa e brasileira.

Considerando a relevância estratégica que as relações sino-brasileiras alcançaram, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) tornou-se um importante centro de pesquisa em geopolítica, comércio, ciências sociais, agricultura e tecnologia sino-brasileiras. Atualmente a UFRGS possui convênios de cooperação com 24 universidades chinesas e dezenas de projetos de pesquisa em andamento que envolvem pesquisadores de diferentes grupos de pesquisa.

Reconhecendo a importância das relações entre Brasil e China, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Sede do Instituto Confúcio (CIH/Hanban) e a Universidade de Comunicação da China (CUC) uniram esforços para instalar uma sucursal do Instituto Confúcio no campus da UFRGS, que foi inaugurada em abril de 2012. Por meio de suas atividades linguísticas, culturais e acadêmicas, o Instituto Confúcio da UFRGS tem promovido a cultura e a língua chinesa no Rio Grande do Sul. Assim, a cooperação acadêmica e cultural com as universidades chinesas está se tor-

nando um espaço privilegiado de intensificação e qualificação da internacionalização da UFRGS e de formação de recursos humanos preparados para conduzir as relações institucionais e promover o entendimento mútuo entre os povos dos dois países.

Além do ensino de língua e cultura, em suas atividades na UFRGS, o Instituto Confúcio contempla o apoio à cooperação com outras universidades, setor empresarial e órgãos governamentais nas áreas tecnológica, de inovação, comercial e empresarial.

Este livro sobre agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China será, sem dúvida, um difusor de conhecimentos e da compreensão sobre o fenômeno das transformações sociais, econômicas, tecnológicas ora em curso na China, produzidas pelos grandes investimentos que visam à melhoria das condições de vida no meio rural chinês. Assim, é com grande satisfação e compromisso que o Instituto Confúcio na UFRGS se junta e apoia o esforço dos professores Sergio Schneider e Fabiano Escher na preparação e publicação deste livro.

Boa leitura.

BAI LANLING

Professora na Communication University of China.

Diretora chinesa do Instituto Confúcio
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ANTONIO DOMINGOS PADULA

Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Diretor brasileiro do Instituto Confúcio
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Foreword

Agriculture and food are at the origin of civilizations and are fundamental elements within the culture of any society. These elements are even more striking when it comes to China, a civilization that dates back several millennia whose food attracts and enchants the whole world. When visiting China, one of the first things visitors seek to find out about is undoubtedly the typical food of the region, its restaurants and its public market. It is in these spaces that the local culture has one of its greatest expressions. But the food we enjoy in the cities is the product of the efforts of a large part of the population of that society and who live in the countryside. In addition to providing essential foodstuffs for the population as a whole, the countryside is the place where wealth and the possibility of fulfilment are generated for farmers. Thus, the development of the countryside and the guarantee of food production become constituent elements of the strategies to ensure a society's security and stability. These elements are even more relevant in China, a country whose population of approximately 1.4 billion people lives within a diverse, continental territory.

With the strength of China's recent socio-economic developments, major changes have taken place in both eating habits and in the agricultural and food production structure. One of the major current national investment projects in China is the "Rural Revitalization" programme. Social, technological and productive changes are being encouraged and implemented with a view to reducing rural poverty and improving living conditions for these populations. These social and productive transforma-

tions are drawing the attention of researchers and public policy makers around the world.

In this book “Agriculture, Food and Rural Development in China”, Professors Sérgio Schneider and Fabiano Escher, from our Graduate Program in Rural Development at the Faculty of Economic Sciences of the Federal University of Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), share the experience gained in more than a decade of intensive academic interaction and cooperation with Universities and Researchers from China, Europe and Australia, among others, on themes and problems related to rural development and the reduction of poverty. Several authors have been invited to contribute the findings and knowledge produced by their research, giving the book the pertinent and appropriate scope these rich themes deserve.

Accompanying its economic development, the Chinese government has invested heavily in its Universities to increase the number of Chinese universities ranked among the top 100 in the world. In the Times Higher Education World University Rankings of 2018, China had 2 universities among the 100 best (Peking University – 27th and Tsinghua University – 30th) and 5 among the 200 best in the world.

Currently, China is the second largest economy in the world and Brazil’s main trading partner. For the foreseeable future, China will continue to be the most dynamic economy worldwide. This dynamic can be a source of opportunities for the Chinese and Brazilian societies. Considering the strategic relevance that the Sino-Brazilian relations have achieved, UFRGS has become an important centre of research on Sino-Brazilian geopolitics, trade, social sciences, agriculture and technology. Currently, UFRGS has cooperation agreement with 24 Chinese Universities and dozens of ongoing research projects involving researchers from various research groups.

In recognition of the importance of the relations between Brazil and China, the *Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (UFRGS), the Confucius Institute Headquarters (CIH/HANBAN) and the Communication University of China (CUC) joined efforts to create the Confucius Institute at UFRGS, which opened in April 2012. Through its language, cultural and academic activities, the Confucius Institute at UFRGS has promoted Chinese culture and language in the state of Rio Grande do Sul. Thus, academic and cultural cooperation with Chinese universities is becoming a privileged space for intensifying and qualifying the internationalization of UFRGS and for training human resources prepared to conduct institutional relations and promote mutual understanding between the peoples of both countries.

Besides teaching the Chinese language and culture, the Confucius Institute at UFRGS's actively supports cooperation with other universities, the business sector and government agencies in technological, innovation, trade and business areas. This book on "Agriculture, Food and Rural Development in China" will undoubtedly provide, knowledge and insights into the social, economic, technological transformations now underway in China that are being driven by the great investments made in the effort to improve living conditions in the Chinese countryside. Thus, it is with great satisfaction and commitment that the Confucius Institute at UFRGS comes together and supports the efforts of Professors Sérgio and Fabiano from the PGDR/UFRGS in the preparation and publication of this book.

Good reading.

BAI LANLING. PhD

Professor at the Communication University of China.

Chinese Dean of the Confucius Institute
at Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ANTONIO DOMINGOS PADULA. PhD.

Professor at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Brazilian Dean of the Confucius Institute
at Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Introdução

Fabiano Escher
Sergio Schneider

Quando tivemos a ideia de fazer um livro sobre agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China, há cerca de cinco anos, já era visível e notório que esse país teria um papel cada vez mais importante para o Brasil, sobretudo para o nosso agro e, em especial, como destino das exportações. Hoje, todos sabem que a China é o principal parceiro comercial do Brasil. Não é raro encontrar quem diga que o futuro da economia do Brasil dependerá da forma como nosso país organizará sua relação comercial e política com a China.

Ora, por ser deveras importante para o Brasil, a China merece ser mais bem compreendida pelos brasileiros.

Assim que começou a pandemia da Covid-19, em Wuhan, os olhares dos brasileiros sobre a China se tornaram mais atentos. De um grande país enigmático e desconhecido dos brasileiros, a China passou a ser vista por alguns no Brasil como uma ameaça. Para outros, no entanto, a China se tornou uma referência sobre como enfrentar uma crise de proporções pandêmicas. Quando as vacinas chinesas da CoronaVac chegaram ao Brasil de forma

pioneira, deixando para trás os grandes laboratórios da Europa e dos Estados Unidos, ficou claro para os incrédulos que aquele país havia se tornado uma nação desenvolvida, capaz de produzir inovações científicas impressionantes em curto espaço de tempo.

Felizmente, a China já não é mais desconhecida no Brasil. Contudo, o entendimento de como essa nação se tornou um país desenvolvido e qual é “seu modelo de desenvolvimento” – se comunismo, se capitalismo ou se capitalismo de Estado – segue sendo uma questão em aberto para muitos estudiosos e analistas no Brasil.

O esforço em conhecer melhor a China é uma preocupação importante para várias instituições brasileiras. Basta lembrar do Instituto de Estudos Brasil-China (Ibrach) no Rio de Janeiro, do Instituto de Estudos da Ásia (IEA) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), do Centro de Estudos sobre a China (CEC) na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), do Laboratório de Estudos em Economia Política da China (LabChina) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sem esquecer das várias sucursais do Instituto Confúcio (IC) espalhadas por universidades brasileiras. A Rede Brasileira de Estudos da China, criada em 2017 e hoje integrada por mais de 200 membros, testemunha o crescimento do interesse no país asiático e das trocas intelectuais entre os dois lados.

Mesmo assim, o Brasil ainda carece imensamente de obras especializadas em agricultura, alimentação e ruralidade na China. Este livro pretende contribuir para ajudar a esclarecer dúvidas e incompreensões por parte dos brasileiros sobre a China. Queremos que seus leitores e leitoras consigam entender como a China organiza sua agricultura e sua produção de alimentos, de que modo funciona a estrutura da propriedade da terra, como vivem e trabalham os chineses no meio rural, entre outras questões relevantes.

O desenvolvimento econômico e a ascensão internacional da China como grande potência constituem o fato mais notável do capitalismo na era da globalização. Ao gerar impactos na divisão internacional do trabalho, na dinâmica global de acumulação de capital, nas finanças e na geopolítica, a China representa uma força de deslocamento dos Estados Unidos como centro de gravitação econômica e de hegemonia política no mundo, hoje.

A agricultura, a alimentação e o espaço rural sempre foram temas fundamentais para a China e ocupam um lugar central na reconfiguração da ordem mundial contemporânea. O clássico filósofo confuciano Mêncio dizia que nutrir o povo é o princípio primordial do bom governo. E a noção de “mandato do céu” (*Tianming*), reivindicada na China imperial como fonte

de legitimidade do poder dinástico, expressava *inter alia* a crença de que as calamidades naturais e eventos climáticos extremos como secas, pestes e inundações que causam desnutrição e fome são produtos do mau governo, justificando a retirada do apoio do povo ao regime. Resguardadas as mudanças de contexto, a lógica subjacente a esses preceitos parece continuar direcionando a história recente da China.

Em 1949, tão logo o Partido Comunista Chinês (PCC) consolidou a vitória da revolução socialista, proclamou a fundação da República Popular da China (RPC) e instaurou um governo sob seu comando, uma das suas primeiras políticas foi estender a reforma agrária que já vinha promovendo nas “zonas liberadas” durante a guerra civil por todo o país, redistribuindo a terra dos latifundiários para os camponeses. Mas essa situação teve vida curta: a partir de 1955, o PCC fomentou a organização dos agricultores em cooperativas e a coletivização da agricultura.

Em 1958, no intuito de gerar recursos para saldar a dívida pela assistência soviética ao seu projeto de industrialização, com o Grande Salto Adiante, a coletivização da agricultura foi institucionalizada na forma de “comunas populares”. Entretanto, a trágica conjunção de desastres naturais e falhas de implementação da política levou à Grande Fome que, entre 1959 e 1961, resultou na morte de cerca de 30 milhões de pessoas. Apesar desse flagelo, o regime sobreviveu, as comunas rurais sofreram ajustes, a agricultura foi recuperada e um sistema nacional de abastecimento foi criado, favorecendo a segurança alimentar da população chinesa, que cresceu de 550 milhões em 1950 para quase 950 milhões em 1976, quando Mao morreu.

Já em 1978, com a ascensão de Deng Xiaoping e seus aliados ao poder, é lançada a nova linha política de Reformas e Abertura. Foram criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), visando a atrair capital estrangeiro e tecnologia para a montagem de grandes plataformas de processamento e exportação de manufaturas intensivas em trabalho nas cidades da região costeira. Embora sejam um ícone do modelo econômico chinês, as reformas, na verdade, iniciaram no rural, com o desmantelamento das comunas e o estabelecimento do Sistema de Responsabilidade Familiar (SRF) de posse e uso da terra na agricultura, o apoio à industrialização rural através das Empresas de Vilas e Aldeias (EVAs), a instituição de um sistema de abastecimento de grãos articulado a um sistema de cotas, que deixa os agricultores livres para vender a produção excedente (grãos, mas também frutas, legumes, verduras e carnes) diretamente no mercado, e o relaxamento parcial dos controles do registro residencial (*Hukou*), que permite a saída massiva de camponeses para as cidades, formando um exército de reserva de trabalhadores migrantes

para as 20 ZEEs. Tais medidas diversificaram a produção e elevaram a produtividade, o emprego e a renda rural, contribuindo para o crescimento do PIB e a redução massiva da pobreza até o final dos anos 1980, num período conhecido como “reformas sem perdedores”.

Nos anos 1990, desde as “reformas com perdedores”, a China rural passou a mostrar sinais de crise. Conforme a migração e a urbanização explodiam nos anos 2000, formou-se um imaginário que valoriza a cidade e deprecia o campo e alastrou-se um senso de crescente insatisfação entre os camponeses, refletindo o agravamento das desigualdades regionais e sociais entre o rural e o urbano. A descoletivização deixou um vácuo organizacional e, negligenciadas, as infraestruturas e os serviços públicos (irrigação, estradas, escolas, saúde) deterioraram-se. Os conflitos entre camponeses e quadros oficiais locais intensificaram-se a partir das reformas fiscais de 1994 e 2002, com o aumento da carga tributária e dos abusos de autoridades nas aldeias e vilas. E, com a multiplicação de desapropriações de terra para diversos tipos de projetos, sem as justas compensações, e a recorrência de problemas ambientais e de escândalos alimentares, emergiram protestos rurais classificados como “incidentes de massa”. Isso deflagrou uma época de crise, hoje referida nos meios intelectuais e políticos como “*sannong wenti*” (os três problemas agrários): um conjunto de desafios relacionados à produção na agricultura (*nongye*), às condições sociais de vida no rural (*nongcun*) e à renda e ao bem-estar dos camponeses (*nongmin*). Essa formulação tornou-se um marco nos debates sobre desenvolvimento rural na China, sintetizando o clima de tensão social, preocupação política e debates de projeto. Tanto o Novo Movimento de Reconstrução Rural (NMRR), criado em 2003, como a nova reforma fiscal que abole os impostos rurais e o programa Construindo um Novo Campo Socialista (CNCS), promulgados em 2006, podem ser vistos, assim, como expressões da sociedade e do Estado em busca de respostas a essa tripla crise agrária.

A partir de meados dos anos 2000, a China dá início a uma agenda de políticas públicas de apoio às dinâmicas de desenvolvimento rural baseadas na agricultura familiar e nas cooperativas camponesas. Estas reformas foram fortemente afetadas pela crise financeira global de 2008. Desde então, a ação do Estado Chinês segue o iniludível *slogan* oficial que enuncia: “capital está indo ao campo”. A conversão de terra rural em terra urbana, visando à expansão do mercado imobiliário, continua a prosperar, apesar de encontrar um limite na “linha vermelha” de 120 milhões de hectares de terra que devem obrigatoriamente permanecer destinadas ao cultivo agrícola.

Em 2013, uma nova lei instituiu o direito de os camponeses firmarem contratos com terceiros de cessão temporária da terra a eles concedida, dan-

do origem à proliferação de contratos de “transferências de terra”. Parte dessas transferências ocorre entre as próprias famílias de camponeses, mas parte significativa se dá entre camponeses e firmas de agronegócio (chamadas “empresas cabeça de dragão”) ou entre camponeses e cooperativas (muitas vezes de fachada para firmas de agronegócio). Os processos de integração vertical (entre agricultores e empresas para o suprimento de insumos e a entrega de produtos) e de integração horizontal (consolidação de terras e produção em escala em fazendas relativamente grandes) são hoje a vanguarda do capitalismo agrário chinês, contando com o beneplácito do Estado, por meio de créditos e subsídios para a concentração e a crescente internacionalização das empresas líderes.

Desde que o atual presidente, Xi Jinping, chegou ao núcleo do partido, em 2012, ocorreu um importante realinhamento interno das forças políticas, que mudou a orientação da política externa. Se antes a orientação de Deng Xiaoping era “manter um perfil baixo” e “esconder o brilho”, o lançamento do *Sonho Chinês* e da *Iniciativa Cinturão e Rota da Seda* (BRI), em 2013, muda o enfoque e a posição da China no cenário internacional. Quando Xi Jinping pereniza sua liderança frente ao governo, em 2017, a China passa a ter um protagonismo nunca antes visto no reordenamento econômico e político mundial, cujos termos e rumos estão em plena disputa neste momento.

Ao longo das páginas deste livro pretendemos explorar e aprofundar não só a cronologia dos fatos que precipitaram o processo histórico de evolução da agricultura e da alimentação na China, mas buscar explicações causais e entendimentos analíticos que permitam entender como um país que era pobre, atrasado e dependente em 1978 conseguiu fazer uma revolução silenciosa, que acabou por torná-lo o centro das atenções no século XXI.

O presente livro objetiva preencher lacunas existentes junto ao público de estudiosos, acadêmicos e leitores brasileiros interessados na agricultura, na alimentação e no desenvolvimento rural da China. O leitor encontra aqui compilado um conjunto de capítulos escritos por autores chineses, anglófonos e brasileiros que oferece uma visão panorâmica e, ao mesmo tempo, aprofundada. Esses capítulos são inéditos em português, razão pela qual foram selecionados e traduzidos por serem oriundos de alguns dos mais reconhecidos especialistas em economia política, ciências sociais e temas rurais e agroalimentares na China, e publicados nas principais revistas científicas internacionais.

O volume que chega às mãos do leitor está organizado em três partes. A primeira parte, composta por dois capítulos, trata da ascensão internacional da China. O capítulo 1, “O modelo chinês: poderia ele substituir o

modelo ocidental de modernização?”, foi escrito por Zhao Suisheng, editor fundador do prestigioso *Journal of Contemporary China*. O texto, publicado como artigo dessa revista em 2010, representou um marco no acalorado debate que tomou corpo após a publicação do artigo de Joshua Cooper Ramo, de 2004, sobre a eventual substituição do infame “Consenso de Washington” por um novo “Consenso de Beijing”. Zhao argumenta que o sucesso econômico da China sob um sistema político autoritário, nas últimas décadas, levantou questões sobre se o modelo chinês substituirá o modelo ocidental de modernização. Em que medida o modelo da China pode ser representado pela coexistência de mercado livre e Estado autoritário? Seria mesmo livre o sistema econômico da China e autoritário seu sistema político? Quão bem a liderança chinesa equilibrou liberdade econômica e controle político para manter o crescimento econômico e a estabilidade política? Quais são os apelos e limitações do modelo chinês? Zhao busca respostas para essas questões, explorando até que ponto a China oferece um modelo distinto de desenvolvimento econômico e político e se o chamado modelo chinês pode ser sustentado.

No capítulo 2, “Defesa, diplomacia e desenvolvimento: os ‘3D’ da ascensão econômica e da projeção mundial da China”, escrito especialmente para este livro, seu autor, Paulo Fagundes Visentini, constrói seu argumento a partir da constatação crítica de que a grande maioria dos estudos sobre o desenvolvimento chinês padece de um desconhecimento das particularidades históricas do país e tem uma visão tecnocrática desse processo. Cada um vê na China aquilo que lhe interessa e não presta atenção na perspectiva dos próprios chineses. O autor ressalta que os chineses, assim como todo mundo, “agem não segundo a realidade, mas conforme a percepção que possuem da mesma”. Com base nessa premissa, posto que as ações da elite nacional hoje se baseiam em interpretações das experiências passadas, ele expõe uma penetrante narrativa sobre como defesa, diplomacia e desenvolvimento estão associados na estratégia geopolítica da China. A partir dessa análise, Visentini traça considerações sobre os desafios que tal estratégia enfrenta desde o fim da Guerra Fria e sobre o lugar da China na manutenção de uma ordem mundial estável e no desenvolvimento global.

A segunda parte do livro, composta por cinco capítulos, adentra na temática específica de nosso interesse, qual seja, a questão agroalimentar na China. O capítulo 3, “Empresas ‘cabeça de dragão’ e o estado do agronegócio na China”, originalmente publicado no *Journal of Agrarian Change*, em 2017, foi escrito por Mindi Schneider. Schneider examina a relação entre o papel do Estado e a trajetória das firmas do agronegócio nas transforma-

ções agroalimentares da China. Ela explora a organização e operação dessas empresas no setor de suínos, especialmente na produção pecuária, no processamento de carnes e na fabricação de rações. A autora revela que o setor é predominantemente doméstico, mas tem uma forma mista estatal-privada e tende a marginalizar as multinacionais estrangeiras que, até o momento, têm sido os atores mais poderosos do sistema agroalimentar global. Seu argumento central é que a China é não apenas um destino para o capital transnacional, mas também um lócus de desenvolvimento do agronegócio em si mesmo, que surge como uma arena para o desenvolvimento rural e econômico em nível nacional e uma nova fronteira para o acesso a recursos e mercados no exterior. Na sua avaliação, essas transformações internas da China têm implicações para as transformações capitalistas em nível internacional e o engajamento político de contestação ao modo de funcionamento do sistema agroalimentar global.

O capítulo 4, “Pequenas propriedades rurais da nova era e sua integração vertical: agronegócio ou cooperativas?”, publicado em 2011 na revista *Modern China*, é assinado por Philip C. C. Huang. Para ele, o futuro da agricultura chinesa não reside na grande agricultura industrial, mas na agricultura familiar camponesa. Sua constatação empírica chave é que os padrões de consumo de alimentos na China mudaram do antigo padrão 8:1:1, de oito partes de grãos, uma parte de carne e uma parte de vegetais, para um padrão de 4:3:3, com uma transformação correspondente na estrutura agrária. Nesse contexto, a agricultura familiar camponesa é mais adequada do que a agricultura mecanizada em larga escala para atender as novas demandas, incluindo a agricultura orgânica, devido ao trabalho manual intensivo, incremental e variado envolvido, que não é facilmente aberto a economias de escala, embora seja compatível com economias de escopo. Também é mais adequado às realidades da severa pressão populacional sobre a terra. Mas exige integração vertical do cultivo ao processamento e à comercialização, embora sem a integração horizontal da agricultura. As cooperativas camponesas surgiram, assim, quase que espontaneamente para integrar a pequena agricultura ao processamento e ao *marketing*. O governo chinês, no entanto, tem apoiado agressivamente os agronegócios capitalistas como o modo preferido de integração vertical. Por isso, atualmente, a agricultura chinesa está posicionada em uma encruzilhada, com o futuro modo de organização da integração vertical ainda incerto.

O capítulo 5, “Desenvolvimento do mercado varejista na China: estudo qualitativo de como varejistas estrangeiros e nacionais buscam aumentar sua participação de mercado”, escrito por Martin Hingley, Adam Lindgreen

e Lan Chen, foi publicado originalmente em 2009, no *British Food Journal*. Apoiando-se em entrevistas com gerentes de quatro cadeias varejistas, os autores analisam temas emergentes na época, incluindo comportamento dos consumidores, relações comerciais e centros de distribuição, linhas de produtos, formatos de loja, sistemas de qualidade e concorrência. Eles apontam que, enquanto nas últimas décadas os varejistas internacionais introduziram técnicas avançadas de varejo e novas abordagens gerenciais, os varejistas domésticos cresceram mais sofisticados em seu gerenciamento da cadeia de suprimentos. Também mostram que enquanto os varejistas estrangeiros na China têm sido competitivos no formato de hipermercados, porque oferecem produtos de melhor qualidade e alcançam maiores economias de escala, os varejistas domésticos são mais competitivos na operação de formatos menores, porque mantêm boas relações com governos e comunidades locais. No entanto, os antigos varejistas domésticos estatais comprometeram sua competitividade, pela falta de fundos e adoção de estilos de gerenciamento deficientes, acabando por perder espaço para os atores privados que hoje dominam o varejo alimentar na China.

O capítulo 6, “Segurança alimentar, urbanização e estabilidade social na China”, escrito por Flemming Christiansen, foi publicado em 2009, também no *Journal of Agrarian Change*. Embora já tenha mais de dez anos, o artigo ainda é um texto importante para entender as origens das transformações estruturais da agricultura e o sentido da política de segurança alimentar na China. Segundo Christiansen, o desenvolvimento chinês, tanto na economia planejada quanto no período pós-reformas, foi conduzido dentro de restrições estreitas de segurança alimentar, produtividade agrícola e organização social da produção. As reformas e seus efeitos, especialmente a rápida urbanização, ao mesmo tempo que contribuíram para garantir segurança alimentar, também causaram a perda de terras cultiváveis para a agricultura, a degradação ambiental e a emergência de novas dietas que pressionam a demanda por produção de alimentos. As trajetórias institucionais e a dinâmica desses processos são exploradas pelo autor, em uma análise que indica as principais perspectivas sobre o impacto da China no sistema agroalimentar global.

O capítulo 7, “A conquista da segurança alimentar na China: as últimas três décadas e o futuro”, foi publicado em 2010, na *China Agricultural Economic Review*, por Zhou Zhangyue. A partir de uma perspectiva normativa, o autor avalia a experiência e as realizações da política de segurança alimentar da China, identifica seus principais desafios e apresenta possíveis lições para países em desenvolvimento. A sua conclusão é que a China se saiu bem em garantir a segurança de grãos básicos (arroz, trigo e milho) nas

últimas décadas. No entanto, ele não considera que o país tenha alcançado segurança alimentar plena do ponto de vista do seu quadro normativo. Na sua avaliação, há sérios problemas relativos à segurança e qualidade dos alimentos, sustentabilidade ambiental e estabilidade social. Para alcançar segurança alimentar de longo prazo, conclui ele, a China precisa enfrentar problemas complexos como alimentos inseguros e de qualidade duvidosa, poluição e degradação ambiental e a falta de um sistema de seguridade social abrangente.

A terceira parte do livro, por fim, está composta por cinco capítulos que trazem contribuições cruciais para o atual debate sobre as perspectivas do desenvolvimento rural na China frente ao avanço do agronegócio. O capítulo 8, “Transferência de terras e a busca da modernização agrícola na China”, publicado em 2015 numa edição especial sobre a China no *Journal of Agrarian Change*, é escrito por Ye Jingzhong. Ele argumenta que os “três problemas agrários” (*sannong*) têm sido preocupações prioritárias do governo chinês. Apesar de a população crescer e as terras aráveis e de melhor qualidade relativamente escassearem, a agricultura camponesa chinesa está passando por um forte processo de modernização. Enquanto os camponeses desfrutam de direitos de contrato de terra como resultado do SRF, o Estado vem promovendo a transferência de direitos de uso da terra em favor do agronegócio. Através de uma análise histórica sintética e poderosa das transições nas instituições agrárias e agrícolas desde 1949 e do fenômeno das transferências de terras desde o SRF, Ye revela que o Estado tem respondido estrategicamente a vários desafios, a fim de que as instituições e políticas fundiárias estejam sempre voltadas para a modernização da agricultura. Demonstra, no entanto, que esse ímpeto modernizante é carregado de contradições, pois os meios de subsistência dos camponeses têm sido afetados negativamente e precisam ser protegidos se o objetivo é realmente promover dinâmicas sustentáveis de desenvolvimento rural.

O capítulo 9, “Capitalização sem proletarização no desenvolvimento agrícola chinês”, traz outra contribuição de Philip C. C. Huang, Gao Yuan e Peng Yusheng, publicada na revista *Modern China*, em 2012. Os autores argumentam que as teorias marxista, clássica e neoliberal esperam que o desenvolvimento da agricultura capitalista seja acompanhado pela expansão de um proletariado agrícola, como aconteceu na Inglaterra do século XVIII e está acontecendo na Índia contemporânea. Com fino olhar comparativo, eles apresentam dados empíricos sobre o tamanho do atual proletariado agrícola da China e buscam uma explicação teórica para essas dimensões. A conclusão dos autores é que, contrariamente às suas próprias expectativas

iniciais, os trabalhadores agrícolas contratados na China totalizavam, no ano de 2009, algo entre 3 % e 8 % de toda a mão de obra agrícola, em nítido contraste com os 45 % da Índia. Isso representaria uma surpresa diante da capitalização tão substancial experimentada pela agricultura chinesa, entendida como o emprego de maior insumo de capital por unidade de terra. Este fenômeno é, portanto, denominado “capitalização sem proletarização”, talvez a característica mais distintiva do recente desenvolvimento agrícola e rural chinês recente.

O capítulo 10, “Diferenciação de classe na China rural: dinâmicas de acumulação, mercantilização e intervenção estatal”, publicado por Qian Forrest Zhang, na mesma edição especial do *Journal of Agrarian Change* acima mencionada, explicitamente contrapõe a tese da “capitalização sem proletarização” de Huang e seus colegas. Zhang classifica as posições de classe emergentes na atual estrutura agrária da China, observando a inserção das famílias rurais nos mercados de terra, trabalho, meios de produção e produto. Ele identifica cinco classes: empregadores capitalistas, agricultores comerciais pequeno-burgueses, famílias trabalhadoras com emprego dual, famílias trabalhadoras assalariadas e camponeses de subsistência. Essa classificação é um dispositivo heurístico para analisar empiricamente como a dinâmica da mudança agrária leva à diferenciação de classe na China rural. Para a classe dos empregadores capitalistas, a análise se concentra em seus diversos caminhos de acumulação; para os agricultores comerciais pequeno-burgueses, na sua resiliência contingente frente a tendências de diferenciação; e, para as duas classes do trabalho, na crescente mercantilização de sua subsistência. O Estado, por sua vez, desempenha papéis importantes, mas variados, em todos esses processos.

O capítulo 11, “Iniciativas de desenvolvimento rural em meio à crise de segurança dos alimentos: estratégias, desafios e oportunidades no ‘novo movimento de reconstrução rural’ chinês”, é escrito por Si Zhenzhong e Steffanie Scott. O seu argumento é que a implementação da política de reformas e abertura na China tem transformado profundamente o campo, mas também ocasionado sérios problemas: perda de força de trabalho agrícola, estagnação dos meios de subsistência e deterioração da cultura rural. Esses problemas resultam na pobreza dos camponeses, na insegurança dos seus direitos sociais, nas más condições da infraestrutura rural, na baixa viabilidade do setor agrícola, na disparidade entre as cidades e o campo, entre outros. No entanto, o modelo de desenvolvimento agroindustrial liderado pelo Estado, a fim de revitalizar o campo como parte integrante da economia de mercado, falha na forma de abordar essas preocupações. Foi nesse

contexto socioeconômico que surgiram reflexões críticas sobre o processo convencional de modernização e iniciativas alternativas de desenvolvimento rural na China, sendo o NMRR a mais proeminente. Para os autores, em meio às crescentes preocupações provenientes da recorrência de escândalos de sanidade alimentar nos últimos anos, o NMRR desempenha um papel vital na promoção do desenvolvimento da agricultura ecológica e das Redes Alimentares Alternativas (RAAs), especialmente de Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), na China.

O capítulo 12, “O enigma da agricultura chinesa: em busca de uma explicação”, escrito por Jan Douwe van der Ploeg, encerra a terceira parte do livro. Para o autor, o desenvolvimento da agricultura chinesa se destaca pelo enorme crescimento da produção e da produtividade, acompanhado de um alívio igualmente impressionante da pobreza rural. Três questões são cruciais para explicar esse fenômeno. Primeiro, quais são os principais componentes estruturais e as principais instituições da agricultura chinesa? Uma resposta a esse tipo de pergunta requer compreender algo que o mundo acadêmico geralmente deturpa ou até ignora: o campesinato. Segundo, como essa agricultura primordialmente camponesa conseguiu gerar um crescimento sem precedentes na produção e na produtividade? Quando visto da perspectiva ocidental de modernização, o desempenho agrícola da China parece quase impossível, uma anomalia, pois a fazenda média chinesa parece pequena demais para fornecer uma renda aceitável que permita a formação de poupança e, assim, a realização de investimentos, sem falar da migração rural massiva. Terceiro, que razões, afinal, explicariam efetivamente esse enigma do notável desempenho da agricultura da China? Entre os principais ingredientes arrolados por Ploeg estão a natureza camponesa da agricultura chinesa, a circularidade das relações cidade-campo, o horizonte de relevância usado na pesquisa e desenvolvimento agrícola, a virada no viés urbano e o caráter inovador dos mercados agroalimentares.

Em suas considerações finais, o livro conta com um capítulo escrito pelos organizadores, que visa a sintetizar e avaliar as contribuições desta obra, a partir de um propósito duplo. Em primeiro lugar, fazemos um breve balanço dos principais debates sobre temas rurais e agroalimentares na China durante a última década. Momentos chave desses debates estão representados nos textos compilados nesta obra. Mas, devido à incrível rapidez das mudanças, determinados pontos da agenda de pesquisas precisam ser atualizados. Em segundo lugar, buscamos examinar algumas das questões candentes que informam essa renovada agenda de pesquisas: o sentido da *Iniciativa Cinturão e Rota* na estratégia de desenvolvimento e ascensão internacional da China;

a dinâmica do complexo soja-carne Brasil-China e suas implicações para o reordenamento do regime alimentar internacional; e o significado e as expectativas existentes em relação à estratégia de Revitalização Rural proposta pelo governo chinês. Finalmente, tendo em vista o quadro delineado, discutimos os desafios e perspectivas do Brasil e da América do Sul frente ao poder econômico e político crescente da China.

Parte I

A ascensão internacional da China

Capítulo 1

O modelo chinês: poderia ele substituir o modelo ocidental de modernização?

Zhao Suisheng

O rápido crescimento econômico da China nos últimos 30 anos tem se destacado como interessante exceção ao padrão geral de modernização no Ocidente, criando um exemplo a ser seguido por alguns países em desenvolvimento. Segundo Callik (2007), “do Vietnã à Síria, da Birmânia à Venezuela, e por toda a África, os líderes dos países em desenvolvimento estão admirando e copiando o que poderia ser chamado de Modelo Chinês”. Ainda de acordo com este autor, o modelo chinês tem dois componentes. O primeiro é a reprodução de elementos bem-sucedidos da política econômica liberal, com a abertura de grande parte da economia aos investimentos estrangeiros e domésticos, a flexibilização trabalhista, a manutenção das cargas tributária e regulatória baixas e criação de uma infraestrutura de primeira classe pela combinação entre setor privado e gasto público. O segundo com-

ponente é o de permitir que o partido no poder mantenha um controle firme sobre o governo, o judiciário, o exército, o aparato de segurança interna e o livre fluxo de informações.

A China tentou, efetivamente, encontrar um equilíbrio entre o crescimento econômico e a estabilidade política, e entre uma economia voltada para o mercado e um Estado autoritário, para sustentar o contínuo crescimento econômico em seus esforços de modernização. Seu sucesso tem suscitado a questão de se o modelo da China virá a substituir o estilo de capitalismo norte-americano ou o modelo ocidental de modernização, pois “o que a China alcançou nas duas últimas décadas, com razão, tensiona muitas de nossas convicções sobre governo e economia” (French, 2007). É a partir dessa perspectiva que um analista político afirma que a China se tornou o “maior concorrente ideológico potencial ao capitalismo democrático liberal desde o fim do comunismo” (Ash, 2008).

De fato, o modelo chinês impôs um sério desafio ao domínio do modelo de modernização ocidental, que tenta impor, simultaneamente, o livre mercado e a democracia liberal às sociedades não ocidentais e em desenvolvimento. Mas persistem as questões: até que ponto o modelo da China representa uma bem-sucedida coexistência entre um mercado livre e um Estado autoritário? O sistema econômico chinês é verdadeiramente livre e o sistema político da China é verdadeiramente autoritário? Em que medida a liderança chinesa logrou equilibrar liberdade econômica e controle político para manter o crescimento econômico e a estabilidade política? Quais são os atrativos e limitações do modelo da China? Este capítulo busca respostas para essas questões, explorando até que ponto a China oferece um modelo distinto de desenvolvimento econômico e político, e se o chamado modelo chinês pode ser sustentado.

Do consenso de Pequim ao modelo chinês

O debate em torno do modelo chinês começou, essencialmente, com a publicação do artigo de John Cooper Ramo (2004) que utilizava “Consenso de Pequim” para descrever a abordagem de desenvolvimento característica da China como distinta do “Consenso de Washington”, o qual sugere uma abordagem mais convencional, proposto por John Williamson em um texto de 1989. Williamson listou um conjunto de dez prescrições políticas neoliberais para a reforma econômica na América Latina que, ele acreditava, teria a con-

cordância de quase todos em Washington, e incluía: disciplina fiscal; redução de subsídios públicos; reforma tributária; taxas de juros determinadas pelo mercado; taxas de câmbio competitivas; liberalização comercial; fluxo livre de investimento estrangeiro direto; privatização de empresas estatais; desregulamentação; e proteção legal para os direitos de propriedade (Williamson, 1989; 1990). Essas políticas enfatizaram a primazia do mercado e o papel limitado do Estado e foram posteriormente apresentadas como uma solução de tamanho único para os países latino-americanos e outros em desenvolvimento que enfrentavam crise econômica (Cheong, 2008). Embora a lista de Williamson se concentrasse apenas na política econômica, o Consenso de Washington (CW) foi expandido para incluir a democracia liberal, juntamente com o livre mercado, como o destino indispensável da modernização, e tornou-se a base da “terapia de choque” aplicada à antiga União Soviética e aos países da Europa Oriental, após a queda do comunismo nesses países.

Os países que adotaram o modelo de atacado do CW, no entanto, não tiveram um desempenho particularmente bom. Desde 1998, líderes políticos na América Latina

[...] têm criticado tanto a filosofia quanto a implementação do consenso de Washington. Eles argumentam não apenas que o modelo fracassou em alcançar seus objetivos, mas também que pode ter agravado as condições sociais e econômicas de muitos dos cidadãos da região [...] O Banco Mundial e o FMI, duas instituições nas quais os Estados Unidos são o principal tomador de decisão, são acusados de adotar políticas do consenso de Washington para beneficiar os interesses econômicos e financeiros dos EUA. (Roett; Paz, 2008, p. 10).

De acordo com um estudo, uma das razões do fracasso do Consenso de Washington foi sua interpretação errônea de que o sucesso dos países recém-industrializados do Leste Asiático se devia à política econômica neoliberal em contraste com a intervenção excessiva do Estado na América Latina (Onis; Senses, 2003, p. 4-5). Devido ao fracasso das políticas do CW, o termo “Pós-Consenso de Washington” disseminou-se entre os trabalhos acadêmicos. Em um artigo de 2005, intitulado *Post Washington Consensus* (Consenso do Pós-Consenso de Washington), Joseph Stiglitz argumentou que o CW ignorou falhas de mercado e considerou o governo como o problema, quando o foco deveria estar em quais medidas são necessárias para melhorar tanto o mercado quanto o governo. O CW não se mostrou necessário nem suficiente para um desenvolvimento bem-sucedido

e qualquer consenso futuro não se poderia basear apenas em Washington. Qualquer nova abordagem deve adaptar-se mais e melhor às circunstâncias dos países envolvidos (Stiglitz, 2004).

Nesse contexto, Ramo propôs o provocativo “Consenso de Pequim” como uma alternativa ao CW. Segundo o autor, o Consenso de Pequim (CP) apresenta três características: compromisso com a inovação e constante experimentação nas reformas; ênfase na sustentabilidade e na igualdade, ao invés de no PIB *per capita* como única medida de progresso; e compromisso com a autodeterminação. Ramo afirma que o CP representa a oposição ao *status quo* representado pela hegemonia dos EUA, pois a China conquistou seu desenvolvimento através de uma disposição para inovar levando em consideração tanto a qualidade de vida como o crescimento econômico – proporcionando igualdade suficiente para evitar distúrbios; valorizando a independência e a autodeterminação ao recusar-se a deixar que outras potências ocidentais impusessem sua vontade. Assim, oferece aos países menos desenvolvidos um exemplo de como garantir sua própria integridade financeira, mantendo as grandes potências sob controle (Ramo, 2004).

O provocativo argumento de Ramo suscitou um debate sobre se a China estaria de fato proporcionando um novo modelo. Os defensores preconizaram que o modelo “explica como, pela primeira vez desde a descolonização, os países do Sul são capazes de seguir sua própria direção política e encontrar parceiros, Estados e empresas não alinhados com a visão dos EUA” (Gresh, 2008). Já os críticos questionaram a validade do Consenso de Pequim. Scott Kennedy, por exemplo, vê o CP como um mito, pois a China não seguiu rigorosamente seus princípios. Em primeiro lugar, os chineses não são líderes em inovação e não há nada intrinsecamente inovador nas iniciativas tecnológicas e políticas da China. Na maioria das vezes, as empresas chinesas fabricam produtos e fornecem serviços que foram projetados ou inventados fora da China, e a política econômica chinesa é mais imitativa do que inovadora. Em segundo lugar, há escassa evidência de que a China esteja buscando um desenvolvimento sustentável e equitativo. Embora o país tenha dado passos significativos para criar uma infraestrutura regulatória de proteção ambiental, sempre que houver um dilema entre meio-ambiente e crescimento, este último prevalecerá. Enquanto isso, a desigualdade na China está crescendo. Em terceiro lugar, a estratégia de desenvolvimento econômico da China não é única, pois as políticas e a trajetória do país compartilham similaridades e diferenças com uma ampla gama de países, incluindo aqueles com regimes de governo capitalista mais liberais e aqueles com Estados desenvolvimentistas (Kennedy, 2010).

Evidentemente, um Consenso de Pequim não é melhor do que um Consenso de Washington e o termo é usado por distintas pessoas de maneiras diferentes. Ainda que o sentido dado por Ramo incluía diversos elementos, muitos têm usado o conceito para se referir a vários aspectos da abordagem singular da China à reforma econômica e política, como o pragmatismo, o gradualismo, o papel significativo do Estado chinês no desenvolvimento econômico, priorização dos mercados em detrimento da democracia, e um sistema jurídico de dupla via em que os direitos civis e políticos são limitados em nome da estabilidade e do crescimento econômico e de mais progresso em outras áreas, especialmente no direito comercial. Nesse caso, mais e mais pessoas têm utilizado o conceito de modelo chinês simplesmente para descrever a abordagem da China em relação ao desenvolvimento, na qual um alto nível de crescimento econômico é alcançado sem que se mude fundamentalmente o regime comunista de partido único, em contraste com o modelo ocidental de modernização que exige um sistema de livre mercado operando em consonância com a democracia liberal. O modelo chinês, nesse caso, muitas vezes é descrito resumidamente como uma combinação de liberdade econômica e opressão política.

Essa descrição, no entanto, não é precisa. Economicamente, a China de fato estabeleceu, em grande parte, uma economia de livre mercado, chamada pelos líderes chineses de economia socialista de mercado, na qual o trabalho, o capital e as mercadorias fluem cada vez mais livremente. Os setores privados têm desempenhado um papel de importância crescente na economia nacional e no emprego. Os mercados de ações estão estabelecidos e os agricultores têm controle sobre suas próprias terras. A China também tem participado dos mercados globais para atrair capital estrangeiro, tecnologia e habilidades de gestão, e da divisão econômica global do trabalho, aproveitando sua mão de obra barata e seu enorme mercado interno. A economia chinesa, contudo, é livre apenas seletivamente. O Estado ainda mantém o controle máximo sobre setores estratégicos da economia e muitas das principais indústrias, incluindo serviços públicos, transportes, telecomunicações, finanças e mídia. O Banco Popular da China continua sendo um instrumento do governo e não uma instituição autônoma como a maioria dos bancos centrais ocidentais. Muitos dos parceiros globais da China exigem governança transparente, tribunais independentes, aplicabilidade dos direitos de propriedade e liberdade de informação. Quase nenhum desses fatores está presente na China hoje.

Uma variante do modelo do leste asiático

Os aspectos “despóticos” da economia socialista de mercado da China, no entanto, não a impediram de alcançar uma alta taxa de crescimento econômico e elevar o padrão de vida do povo chinês. De fato, o controle estatal seletivo sobre a economia tem tornado a China menos vulnerável a choques externos, o que se evidencia no fato de o país ter resistido melhor do que muitos países ocidentais à crise econômica global de 2008-2009. Como apontou Callick (2007),

[a] grande atração da China para o capital externo tem sido a estabilidade do ambiente político, a segurança de que não haverá campanha populista para nacionalizar ativos estrangeiros, a força de trabalho flexível e disciplinada e as mudanças políticas racionais e sinalizadas com antecedência.

Buruma (2008) confirmou que

[...] empresários, magnatas e profissionais da mídia se reúnem lá. Poderia haver um lugar melhor para fazer negócios, construir estádios e arranha-céus ou vender tecnologia da informação e redes de comunicação do que um país sem sindicatos independentes ou qualquer forma de protesto organizado que pudesse reduzir os lucros? Enquanto isso, a preocupação com os direitos humanos ou civis é desqualificada como ultrapassada ou como uma expressão arrogante do imperialismo ocidental.

Em muitos aspectos, a economia de mercado da China é semelhante às economias recentemente industrializadas (ERIs) do Leste Asiático, como Cingapura, Hong Kong e Coreia do Sul nos anos 1970-80, quando a política econômica neoliberal e o autoritarismo político coincidiram com oportunidades históricas de desenvolvimento com base na exportação, levando à rápida modernização. A partir dessa perspectiva, o modelo chinês é uma variante, no século XXI, do modelo do Leste Asiático, com as três características apresentadas a seguir.¹

Primeiro, a modernização da China não é conduzida por qualquer doutrina ou princípio ideológico, mas pelo pragmatismo, claramente expresso nos conhecidos ditados chineses – “um gato, seja branco ou preto, é um bom gato, contanto que seja capaz de pegar ratos” e “atravesse o rio tateando as pedras”. Adotando uma abordagem pragmática e experimental, a reforma foi fragmentada e gradual, implementada em setores e regiões selecionados e começou

¹ A discussão das características é baseada em Randall Peerenboom (2007) e Wei-wei Zhang (2006)

com os setores mais fáceis e menos controversos. As autoridades chinesas ocuparam-se das instituições econômicas e políticas existentes, reformando-as gradualmente e reorientando-as para atender às metas de modernização.

Em segundo lugar, a modernização da China é liderada por um Estado forte e pró-desenvolvimento, capaz de produzir consenso nacional e garantir a estabilidade política e macroeconômica geral para a realização de amplas reformas. Enfatizando o crescimento econômico como o objetivo nacional preponderante e a estabilidade política como pré-condição para a modernização, a burocracia estatal desenvolvimentista chinesa logra implementar e executar o planejamento estratégico “de forma direta e sem as distrações e mudanças de curso abruptas trazidas por esse sistema inerentemente instável conhecido como democracia, com sua fixação na alternância de partidos rivais” (French, 2007). O Estado desenvolvimentista é a explicação para o extraordinário alinhamento de recursos na China para criar uma infraestrutura de classe mundial – cidades majestosas, aeroportos, rodovias e represas – surgida durante os anos da reforma. Também explica o rápido crescimento econômico a despeito da permanência do regime comunista de partido único.

Em terceiro lugar, a abordagem da China em relação à modernização envolveu o aprendizado seletivo dos modelos ocidentais liberais, incluindo o modelo americano. O que torna o modelo chinês único é que o regime comunista salvaguardou seu próprio espaço político, no que se refere a quando, onde e como adotar as ideias ocidentais. Em particular, embora o Estado chinês tenha adotado a maioria dos princípios básicos do Consenso de Washington, especialmente sua ênfase no papel do mercado, do empreendedorismo, da globalização e do comércio internacional, rejeitou ou modificou os aspectos liberais que reduziriam significativamente o papel do Estado. Por exemplo, enquanto abria gradualmente a economia doméstica à concorrência internacional, manteve a proteção a setores-chave e indústrias nascentes.

Reforma política e o modelo chinês

No aspecto político do modelo chinês, também não é correto caracterizá-lo simplesmente como “opressivo”. Na verdade, a pressão por reformas políticas tem crescido desde que a China começou a renovar sua economia, no final da década de 1970. À medida que se torna cada vez mais difícil para o regime comunista sustentar uma crescente desconexão entre, de um lado, uma economia orientada para o mercado e uma sociedade dinâmica e, de

outro, um Estado anacrônico e autoritário, intelectuais chineses e funcionários do governo vêm debatendo intensamente como, e se, a regra do partido único é adequada para facilitar a transição da China ou se é necessária uma democracia eleitoral multipartidária.

A democracia sempre esteve na agenda de reformas políticas da China, embora o conceito seja interpretado sob “a perspectiva chinesa”. Importante componente do discurso político chinês – desde que o conceito foi trazido do Ocidente para a China no início do século XX – a democracia foi interpretada pela elite do país a partir de uma perspectiva pragmática. Os intelectuais liberais chineses argumentavam que a democracia poderia ser um meio de comunicação entre o governo e o povo, para se alcançar a harmonia na sociedade, uma vez que traz a solidariedade do grupo e oferece os meios de sobrevivência nacional em um mundo de competição feroz. A participação popular é um sinal de civilização, um atributo da modernidade e um caminho para a riqueza e o poder – liberaria energias e contribuiria para o bem-estar coletivo. Essa suposição torna a compreensão chinesa da democracia muito diferente daquela do Ocidente, a qual pressupõe que os indivíduos têm um interesse particular contrário ao interesse geral do Estado. Os indivíduos buscam fins egoístas e uma mão invisível transforma esses esforços em um aumento geral do bem-estar. As elites chinesas, no entanto, veem interesses privados antagônicos aos interesses públicos como um problema sério para a política e buscam simplesmente uma harmonia de interesses (Nathan, 1985).

A atual discussão oficial da China sobre a reforma política tem enfatizado o aspecto instrumental da democracia para manter a ordem social e alcançar a harmonia social. Como resultado, enquanto muitos observadores ocidentais e intelectuais liberais chineses têm empurrado a reforma política do país em direção a uma democracia multipartidária, funcionários do governo e alguns acadêmicos chineses propõem uma reforma política para manter e melhorar a liderança do Partido Comunista, aumentando a participação política e a supervisão pública, tornando o sistema de partido único mais eficiente e dotando-o de uma base jurídica. Pan Wei, um pesquisador da Universidade de Pequim formado em Berkeley, propôs um sistema jurídico consultivo, que consiste em um regime “misto” derivado da tradição chinesa, de administração pública via inspeção, e da tradição ocidental de legalismo e liberalismo, via separação de poderes para criar controles e equilíbrio.²

² O artigo de Pan foi publicado primeiramente em uma edição de 1999 da revista *Zhanlie yu Guanli* [Estratégia e Gestão]. Uma versão revisada em inglês foi publicada no *Journal of Contem-*

Defendendo o regime consultivo como um caminho viável para a China melhorar fundamentalmente a gestão do Partido Comunista da China (PCC) no sistema de partido único, Pan acredita que a reforma política nesse sentido é um caminho lógico à luz do contexto social e da cultura política do país.

Descartando-se a democracia ao estilo ocidental, por não ser adequada às circunstâncias específicas da China, a reforma política do país tem sido, portanto, realizada principalmente em relação aos quatro aspectos seguintes, que têm definido o caráter político do modelo chinês: a institucionalização do sistema de liderança; o esforço para tornar o governo mais responsivo a uma sociedade crescentemente plural; o avanço dos direitos constitucionais dos cidadãos; e a transformação do PCC de um partido revolucionário em um partido governante.

Institucionalização do sistema de tomada de decisão e democracia intrapartidária

A institucionalização do sistema de liderança da China começou na década de 1980, quando Deng Xiaoping percebeu que “a falta de instituições eficazes e controles da autoridade arbitrária ajudaram a provocar desastres nos anos de Mao” (Teiwes, 2001, p. 74). Medidas importantes de reforma incluem reuniões regulares do partido e dos órgãos governamentais de acordo com cronogramas constitucionais; um limite constitucional de dois mandatos para o primeiro-ministro e o presidente; e aposentadoria compulsória por idade para todos os cargos partidários e governamentais. Essas reformas reforçaram a autoridade institucional formal – que deriva de e é limitada por regras organizacionais impessoais e baseia-se em uma posição formal em um ambiente institucional – e enfraqueceram a autoridade pessoal informal dos principais líderes – que gira em torno da personalidade individual e suplanta a organização impessoal ao demandar a lealdade pessoal de seguidores.

Por muitos anos, na história da República Popular da China (RPC), a autoridade pessoal foi mais importante do que a autoridade institucional nos altos escalões da política. A autoridade institucional avançou, assumindo uma posição mais importante durante a transição do poder chinês das gerações revolucionárias para as pós-revolucionárias, após o surgimento da liderança de Jiang Zemin, nos anos 1990. Completando a transição para

porary China (Pan, 2003) e, posteriormente, como capítulo de um livro editado por Suisheng Zhao (2006).

a geração pós-revolucionária, a liderança de Hu Jintao avançou mais em direção à institucionalização do sistema de governo, com ênfase na expansão da democracia intrapartidária, que se refere aos esforços para promover transparência interna e consulta na formulação de políticas, fortalecer a supervisão interna e introduzir mais concorrência dentro da hierarquia de governo. A ideia de democracia intrapartidária foi oficialmente promovida no relatório político do 16º Congresso Nacional, em 2002. O Comitê Central do partido endossou a reforma na Assembleia Geral de 2005, com a declaração de que “o desenvolvimento da democracia intrapartidária desempenha um importante papel exemplar na promoção da democracia popular” (Huang, 2007).

A expansão da democracia intrapartidária requer a preservação das regras e procedimentos normativos de liderança coletiva no processo de tomada de decisão. Para Hu, tornar as regras claras e expor os funcionários ao escrutínio ajudaria a conter a corrupção generalizada, o abuso de poder e outras irregularidades que ameaçavam a direção do partido. Em um movimento para institucionalizar o sistema de tomada de decisões no Conselho de Estado, ao assumir o cargo, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao suspendeu a tomada de decisões durante as reuniões de trabalho de seu gabinete (*zhongli bangong huiyi*), as quais não tinham qualquer *status* legal, mas eram realizadas regularmente por seus predecessores, Li Peng e Zhu Rongji, por conferir-lhes muito poder arbitrário no processo de tomada de decisão. Em vez disso, Wen tem tomado decisões nas reuniões executivas do Conselho de Estado (*guowuyuan changwu huiyi*) e no Plenário do Conselho de Estado (*guowuyuan qianti huiyi*), que são estipuladas pela constituição e pela Lei Orgânica do Conselho de Estado. Segundo uma reportagem, a mudança reflete a institucionalização do sistema de tomada de decisão do Conselho de Estado, evitando o governo do homem no processo decisório. Esta é uma importante medida para governar o país de acordo com a constituição e as leis. A reforma foi um passo em direção à legalização, institucionalização e regularização no funcionamento do Conselho de Estado (Wen Jiabao, 2004).

Outro movimento significativo foi a decisão, em julho de 2003, de abolir a série anual de reuniões de cúpula informais no centro turístico de verão de Beidaihe. Embora sua existência e jurisdição nunca tenham sido estipuladas nas constituições do PCC ou da RPC, a reunião de cúpula, por muitos anos, “serviu como um fórum para a construção de consenso, em que importantes membros das elites políticas fazem acordos entre si” (Zhao, 1990, p. 76). As principais decisões políticas e relativas

aos quadros eram tomadas nas reuniões em Beidaihe, que tinham duração de um mês. Em férias e participando dessas reuniões informais, ex-líderes aposentados exerciam influência indevida. A decisão de abolir a reunião informal e de contar com reuniões formais do Politburo e seu Comitê Permanente é um avanço importante para a institucionalização da tomada de decisões no topo. Um jornalista de Hong Kong descreveu a decisão como um “esforço para regularizar procedimentos e instituições [do governo]” e um “testemunho da determinação de Hu em restringir o governo personalista e administrar o partido e o país de acordo com a lei e as instituições” (Lam, 2003).

Outra reforma refere-se à submissão do supremo Politburo ao escrutínio e supervisão do Comitê Central. A partir da Terceira Plenária do 16º Comitê Central, em outubro de 2004, o Politburo passou a submeter um relatório anual à plenária do Comitê Central, que nominalmente elegia o Politburo. Esta reforma foi incorporada à resolução sobre emendas constitucionais aprovada no 17º Congresso do Partido, em outubro de 2007, determinando que os líderes do partido, em todos os níveis, sejam supervisionados pelas sessões dos comitês. Isso significa que o Birô Político deve se reportar regularmente ao Comitê Central em sessões plenárias e aceitar sua supervisão, enquanto os comitês permanentes locais devem fazer o mesmo com os comitês locais do partido (Noi, 2007).

Além disso, o Partido tem tentado institucionalizar um sistema de votação sobre decisões importantes envolvendo seus quadros. A mídia oficial chinesa informou que cerca de 8 % dos candidatos foram eliminados nas eleições primárias para membros e suplentes do 17º Comitê Central do PCC em 2007. As margens são maiores do que as do 16º Congresso Nacional, em 2002, sinalizando progresso. No 16º Congresso, dez, ou 5,1 %, dos candidatos perderam na votação primária para membros do Comitê Central. Outras sete pessoas, ou 5,8 %, perderam na votação para membros da Comissão Central de Disciplina. A proporção de desistentes na eleição primária para membros suplentes do Comitê Central foi de 5,7 % em 2002, o que se traduz em nove pessoas (Xia, 2007).

Como resultado desses passos incrementais em direção à institucionalização do sistema de gestão, os escalões superiores do PCC dispõem cada vez menos de autoridade pessoal. Hu Jintao, independentemente de sua grande capacidade, tem menos probabilidade de exercer poder depois de sua aposentadoria. A ausência de déspotas na liderança poderia pelo menos tornar os membros da gestão do PCC mais inclinados a seguir regras e procedimentos normativos na tomada de decisões.

Outro aspecto da reforma política é tornar os servidores do governo/quadros mais responsivos às demandas da sociedade e mais responsáveis diante de um mau desempenho. Várias instituições têm sido estabelecidas para esse fim, incluindo comitês de monitoramento legislativo, comitês de supervisão, comitês disciplinares do partido, procedimentos de revisão de decisões da administração,³ um sistema de ouvidorias, direito administrativo e controle judicial. O mais importante deles é o sistema de prestação de contas por parte dos servidores públicos (*ganbu wenze zhi*), através do qual os funcionários considerados negligentes na prevenção de acidentes, que variam de epidemias a distúrbios trabalhistas, sofrerão severas sanções ou demissão.

Embora a origem do sistema de prestação de contas possa ser atribuída a uma decisão tomada pelo Conselho de Estado para investigar a responsabilidade administrativa de funcionários por graves acidentes decorrentes de falhas de segurança, em 2001, o sistema foi disparado principalmente pela crise SARS (sigla em inglês para síndrome respiratória aguda grave), em 2003. Após um delator expor as mentiras oficiais em relação à extensão do surto, a população chinesa começou a exigir direitos básicos à informação e a Organização Mundial da Saúde e a imprensa estrangeira clamaram por prestação de contas. Ao contrário do que ocorria no passado, o drama foi narrado em tempo real na Internet. Percebendo o perigo que a SARS poderia representar para o país e o Estado, Hu adotou uma atitude incomum, reconhecendo que o governo havia mentido sobre a doença e demitindo cerca de mil funcionários do governo, inclusive o prefeito de Pequim e o ministro da Saúde do país, por encobrirem o real número de pacientes com SARS (Huanxin, 2004).

Em resposta à exposição na mídia e à pressão doméstica e internacional, foi estabelecido um sistema de responsabilização dos funcionários do governo, no qual os ocupantes de cargos de mais alto escalão foram convocados a assumir maior responsabilidade e a informar o quadro real da epidemia. Em abril de 2004, o Comitê Central do PCC emitiu um “Regulamento Provisório sobre Renúncias no Partido e no Governo”, o qual determina que os funcionários que, ao cometerem erros graves ou negligência em seu trabalho, causem grandes danos ou produzam sérias consequências e que

³ Sistema que visa a prevenir e corrigir determinados atos administrativos ilegais ou indevidos, de modo a proteger os direitos e interesses legais dos cidadãos, pessoas jurídicas e outras organizações. Possibilita que cidadãos e organizações solicitem aos órgãos da administração pública a reconsideração de decisões emitidas. (NT)

tenham responsabilidade de liderança por catástrofes mortais, devem assumir sua responsabilidade e renunciar a seus cargos. Este regulamento, pela primeira vez, forneceu uma base legal para o sistema de prestação de contas e introduziu a renúncia devida à responsabilidade (*yingju cizhi*) como parte desse sistema. A Lei da Administração Pública da RPC, que entrou em vigor em janeiro de 2006, estabeleceu outros dispositivos sobre a responsabilidade e renúncia de funcionários do governo. Além disso, esse sistema de responsabilização e renúncia foi incluído em muitas outras leis e regulamentos, tais como o “Regulamento de Supervisão Interna do Partido do PCC”, “Lei de Supervisão dos Comitês Permanentes do Congresso Nacional da República Popular da China”, “Lei de Supervisão Administrativa da República Popular da China”, “Regulamento de penalidade disciplinar do PCC”, “Regulamento de penalidade administrativa do funcionário público” e “Direito Penal da República Popular da China”.

Como resultado, o comportamento da geralmente dócil mídia chinesa começou a mudar. Desde a adoção do sistema de prestação de contas, graves acidentes como a gripe aviária e as explosões de minas têm sido frequentemente expostos na mídia e os funcionários responsáveis são rotineiramente exonerados ou até mesmo penalizados. Uma “chuva de penalizações” foi desencadeada depois que estourou o escândalo de contaminação da fórmula de leite Sanlu – que causou a morte de várias crianças e deixou milhares hospitalizadas – em agosto de 2008. Muitas autoridades responsáveis pelo escândalo foram exoneradas dos cargos e algumas delas foram acusadas criminalmente. Li Changjiang, ministro encarregado da Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena – o principal órgão de vigilância da qualidade dos produtos da China – deixou o cargo por causa do escândalo. O chefe do partido e vários altos funcionários da cidade de Shijiazhuang, onde o Grupo Sanlu está sediado, foram demitidos (China’s chief, 2008). Quando um deslizamento de terra fatal foi desencadeado pelo colapso de um reservatório ilegal de resíduos de minério de ferro no norte de Shanxi, em 8 de setembro, o governador da província, Meng Xuenong, renunciou e o vice-governador e outros funcionários provinciais foram exonerados (Shanxi Governor resigns, 2008). Esta foi a segunda renúncia de Meng de uma posição de nível ministerial, após sua primeira exoneração do cargo de prefeito de Pequim durante o surto de SARS.

Embora a reforma tenha tornado a administração Hu-Wen mais sensível às demandas populares do que as antecessoras, essas mudanças não indicam uma adesão aos princípios democráticos liberais, nem implicam a construção de instituições e sistemas de governança que pudessem garantir

a supervisão efetiva dos governantes. Tornar os quadros do governo mais responsivos às demandas da sociedade, da forma como o sistema de prestação de contas tem operado é, na verdade, responsabilizar os funcionários do governo, principalmente, perante seus superiores hierárquicos. O que não é o mesmo que se entende como prestação de contas em um sentido genuíno de democracia.

Reforma constitucional

Construir um sistema legal, ou *fazhi*, uma palavra chinesa que significa tanto “Estado de Direito” quanto “governar pela lei”, é o terceiro aspecto mais importante da reforma política. Além de criar muitas leis e formar profissionais do Direito, a reforma constitucional tornou-se uma questão altamente disputada nas agendas de reforma política da China.

A RPC adotou quatro constituições. A primeira constituição, em 1954, detalhou a estrutura de Estado da nova República Popular, mas sua função normal tornou-se obsoleta quando a Revolução Cultural resultou na ruptura de um arranjo institucional estabelecido. A segunda constituição, conhecida como “a Constituição da Revolução Cultural” (*wengé xianfa*), foi promulgada em 1975. Após o início da reforma econômica, a terceira constituição, conhecida como a “Constituição das Quatro Modernizações” (*sige xiandaihua xianfa*), foi adotada em 1978, marcando tentativas iniciais de restaurar o sistema político da Revolução Pré-Cultural e a reorientação da política do Partido em direção ao desenvolvimento econômico. As estruturas formais que governavam o sistema político chinês mal ganhavam legitimidade com a constituição de 1978, e a quarta constituição, conhecida como “Constituição de Reforma e Abertura” (*Gaige kaifang xianfa*), foi aprovada em 1982. Entre muitas mudanças na constituição de 1982, as mais importantes foram: um rebaixamento da importância da luta de classes na sociedade chinesa; a determinação de que “nenhuma organização ou indivíduo tem o privilégio de estar acima da Constituição ou da lei”; e uma ênfase na igualdade de todos os cidadãos perante a lei.

Servindo para regularizar as estruturas da vida política na China, a Constituição de 1982 sofreu quatro emendas – em 1988, 1993, 1999 e 2004 – em resposta aos ajustes políticos nos 13º, 14º, 15º e 16º Congressos Nacionais do PCC. O fato de ter sido emendada, ao invés de substituída por novas constituições, sugere um importante avanço na política chinesa e um movimento em direção às normas internacionais sobre questões legais.

Além disso, essas emendas deram um caráter mais jurídico à constituição para proporcionar proteção aos direitos dos cidadãos. Por exemplo, a emenda de 1988 introduziu dispositivos sobre a economia privada, enquanto a de 1993 substituiu o conceito de “economia socialista de mercado” pelo conceito de “economia planejada com base na propriedade pública socialista”. Na emenda de 1999, o papel do setor privado foi promovido de “um complemento para a economia socialista pública” para “um componente importante da economia socialista de mercado”. A frase “atividades contrarrevolucionárias” foi alterada para “crime que compromete a segurança do Estado”. De modo significativo, “as emendas constitucionais declaram explicitamente, pela primeira vez na história constitucional da República Popular, ‘governar o Estado de acordo com a lei’ (Yifa Zhiguo) e ‘estabelecer o estado socialista do governo pela lei’” (Zhang, 2003, p. 69-70). A emenda de 2004 acrescentou que “a propriedade privada legal dos cidadãos não poderá ser violada [...] o Estado protege os direitos de propriedade privada e os direitos de herança dos cidadãos de acordo com a lei”. Essa mudança coloca os ativos privados dos cidadãos chineses em pé de igualdade com a propriedade pública, sendo que ambos “não poderão ser violados” (Xinhua NewsAgency, 2004).

Embora a abordagem hierárquica à reforma constitucional tenha limitado o escopo das emendas, Liu Xiaobo, um dissidente político chinês conhecido por seu papel nas manifestações pró-democracia em Tiananmen, em 1989, reconhece que “uma constituição para dar autoridade ao partido (*dangquan xianfa*) foi transformada em uma constituição para limitar a autoridade do partido (*xianquan xianfa*)”. Uma evidência da transformação, segundo ele, é que a ênfase da educação jurídica mudou de um foco na educação dos cidadãos para obedecer à lei para a educação de funcionários do governo para segui-la (Xiabo, 2004). De fato, a proteção dos direitos constitucionais tornou-se um tema popular na China, uma vez que a população desenvolveu consciência de seus direitos legais e tenta torná-los reais. Esse avanço produziu um movimento de conscientização e ativismo por direitos (*weiquan yundong*) que suscitou muitos novos conceitos entre o povo chinês, tais como *yimin weiban* (o povo é a fonte original da autoridade política), *yixian ziguo* (governar o país de acordo com a constituição), *zhiqing quan* (direito à informação), *zhunzhong minyi* (respeito à vontade do povo) e *lian-jia zhengfu* (governo de baixo custo).⁴

⁴ Nanfeng Chuang [South Wind Window], (15 dez. 2003), p. 47-52.

A reforma do PCC é o quarto aspecto significativo da reforma política. Fundado como um partido revolucionário, o PCC foi uma vanguarda da classe trabalhadora e seguiu as linhas ideológicas comunistas para tomar o poder do Estado e transformar a sociedade durante a era Mao. Depois que Deng Xiaoping lançou a reforma econômica orientada para o mercado, o partido considerou imperativo adaptar-se a todos os tipos de problemas controversos de governar uma sociedade cada vez mais complexa. Assim, o PCC teve que enfrentar o desafio de transformar-se de um partido revolucionário de massas para um partido governante conservador.

Essa transformação envolveu dois aspectos. O primeiro foi abandonar as metas de mobilização de massas e transformação social em favor da estabilidade política e do desenvolvimento econômico. O segundo foi mudar a natureza vanguardista para um partido social-democrata mais inclusivo. A campanha “Tríplice Representatividade” de Jiang (*sange daibiao*), no início dos anos 2000, foi um dos principais esforços feitos nessa direção. O tema central da campanha era que o PCC não deveria mais representar apenas os trabalhadores, mas ser representativo do desenvolvimento de forças produtivas avançadas, da orientação da cultura avançada e dos interesses fundamentais da grande maioria da população chinesa. Com efeito, a responsabilidade do partido passou a ser a de liderar a China em direção à riqueza e ao poder que lhe dão o direito de governar. Como um repórter ocidental interpretou: “ou seja, o partido pode ser tudo para todas as pessoas, promovendo os interesses não apenas dos trabalhadores e agricultores, mas também dos ricos empreendedores” (Rosenthal, 2002). O objetivo principal desse esforço era renovar a imagem do Partido Comunista e torná-lo mais inclusivo e menos intrusivo.

Desde que Hu assumiu o governo, concentrou seus esforços no “fortalecimento da capacidade do partido de governar”. Na prática, isso significa uma campanha contínua para conter o abuso de poder, fortalecer a disciplina interna do partido e as agências de auditoria, e emitir novas regras para guiar o comportamento dos membros do partido. Uma resolução do Partido alertava de que a continuidade do regime comunista não poderia ser tomada como garantida, a menos que seus 68 milhões de membros melhorassem sua capacidade de governar e ganhassem mais apoio entre o público (Cody, 2004, p. A16). Hu apresentou dois novos conceitos – desenvolvimento científico e sociedade harmoniosa – para orientar a campanha de fortalecimento da capacidade de governar do partido. Esses novos conceitos visam reestru-

turar o modelo de desenvolvimento da China, equilibrando os diferentes aspectos da economia e da vida social, incluindo o equilíbrio entre o crescimento econômico e a alocação de recursos com o intuito de melhorar os meios de subsistência da população; entre crescimento urbano e rural; entre o crescimento econômico do litoral e do interior; e entre o desenvolvimento e o meio ambiente. A ênfase está na redução da disparidade econômica entre as regiões, diminuindo a desigualdade de renda, promovendo a eficiência do uso de energia, restringindo a degradação ambiental e construindo programas de bem-estar social, uma ordem social mais estável e um senso mais forte de moralidade social. Esses são objetivos políticos pragmáticos que podem ajudar o PCC a permanecer no poder como um típico partido governante.

A transformação de um partido revolucionário em um partido governante levou ao declínio de abordagens doutrinárias no debate político e ajudou a mitigar as lutas políticas no escalão superior. Se a retidão ideológica não é mais o objetivo nas disputas de poder, as diferenças no nível das políticas públicas têm maior probabilidade de serem toleradas. Como indica Mingjiang (2007), nesse caso, “é improvável que ressurja a política de vida ou morte entre facções, que não era incomum durante a era Mao. Isso, por sua vez, dá à liderança coletiva uma chance melhor”.

Os apelos e limitações do modelo chinês

Essas medidas de reforma política visam encontrar uma “via chinesa” ou uma “terceira via” de transformação política. A “primeira via” é adotar um sistema de eleições competitivas ao estilo ocidental e política partidária, e transformar o PCC em um partido social-democrata para competir na política parlamentar e eleitoral, assim como ocorreu com a Coreia do Sul, Taiwan e outros países do Leste Asiático. A “segunda via” é abraçar os ideais democráticos por meio da chamada “terapia de choque” de mudança rápida, incluindo a derrubada do regime do partido comunista. Aos olhos da elite do PCC, a China não está pronta para a primeira via e o resultado da segunda seria uma agitação e instabilidade inaceitáveis. Eles argumentam, sinceramente em muitos casos, que a história política e cultural peculiar da China exige uma terceira via para manter a regra do partido único e expandir gradualmente a participação política da sociedade, para que a China evolua de forma unificada e pacífica (Lam, 2000).

A “terceira via” da transformação é a essência do modelo chinês. Por ser uma abordagem não ideológica, pragmática e experimental para estimular

a estabilidade social e o crescimento econômico sem comprometer a autoridade do partido para governar, o modelo chinês ganhou terreno não só entre líderes de alguns países em desenvolvimento. Seu apelo deve-se, em grande parte, a três fatores que tiveram lugar na última década, apresentados a seguir.

Primeiro, a China tem logrado ostentar a economia que mais cresce no mundo sob um governo de partido único. O modelo chinês é, portanto, apresentado como um caminho rápido para o crescimento econômico, sem desordem social e política visíveis, que muitas vezes surgem como um subproduto da democratização. Como aponta Mann (2007),

A China atual demonstra que um regime pode suprimir a oposição organizada e não precisa estabelecer sua legitimidade por meio de eleições. Isso mostra que um partido no poder pode manter um controle considerável sobre a informação e a Internet sem desacelerar o crescimento econômico. E isso indica que a elite de uma nação pode ser comprada com apartamentos confortáveis, a oportunidade de ganhar dinheiro e avanços das liberdades pessoais, não políticas (roupas, entretenimento, sexo, viagens ao exterior).

Fazendo uma comparação entre os apelos do Islã e do modelo chinês, Ash (2008, *online*) afirma que

[...] o islamismo radical pode atrair milhões de muçulmanos, mas não pode ir além dos seus fiéis, exceto pela conversão. O que é mais importante, não pode alegar de modo plausível estar associado à modernidade econômica, tecnológica ou cultural. Em contraste, a cerimônia de abertura das Olimpíadas de Pequim, como os arranha-céus de Xangai, mostra que o capitalismo autoritário já está reivindicando essa afirmação. No estádio Ninho de Pássaro, a tecnologia audiovisual de ponta foi colocada a serviço de uma fantasia coletivista hiperdisciplinada, possibilitada por recursos financeiros que nenhuma democracia ousaria dedicar a tal propósito.

Partindo dessa perspectiva, Joseph Nye afirma que o sucesso da economia política da China a tornou atraente para muitos países em desenvolvimento. Em partes da Ásia, África e América Latina, o chamado “Consenso de Pequim”, sobre o governo autoritário, aliado a uma economia de mercado, tornou-se mais popular do que o anteriormente dominante “Consenso de Washington” da economia de mercado com o governo democrático (Nye, 2005). Há apenas três décadas, a China era tão pobre quanto alguns dos países mais pobres do terceiro mundo. Enquanto a maior parte desses últimos permanece entre os mais pobres do mundo, a economia da China se expandiu rapidamente. Dados os muitos problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento, a China parece oferecer um novo modelo de como

combater a pobreza e garantir a boa governança, embora este modelo desafie o saber convencional oferecido pelos países ocidentais e as instituições financeiras internacionais que eles controlam.

O segundo fator é o declínio da atratividade do modelo ocidental de modernização devido aos fracassos econômicos, políticos e de política externa dos EUA na década recente. Economicamente, os EUA estão hoje profundamente endividados com a China e sua própria solvência é questionada. Em particular, o colapso financeiro que varreu o globo em 2008-2009, em grande medida, suscitou sérias dúvidas sobre alguns aspectos importantes da abordagem econômica neoclássica em relação ao desenvolvimento e confirmou alguns aspectos do modelo chinês. Segundo Cheong (2008), “embora tenha havido intensos debates nos círculos acadêmicos sobre a respectiva eficácia desses modelos, a turbulência financeira em curso parece favorecer a abordagem de Pequim”. Tanto política como diplomaticamente, o modelo americano trata os países não ocidentais menos desenvolvidos como sociedades desenvolvidas em que instituições ocidentais se poderiam implantar automaticamente. Ele impôs liberalização antes que redes de segurança fossem instaladas; privatização antes que marcos regulatórios estivessem implementados; e democratização antes de se estabelecer uma cultura de tolerância política e de governo da lei. O resultado tem sido frequentemente desanimador ou até mesmo devastador. Em um livro de 2008 sobre a luta para construir democracias no mundo, Larry Diamond acusou a política americana, que tenta realizar a democratização por meio de coerção internacional, como um dos responsáveis pelo que chamou de “recessão democrática” em muitas partes do mundo (Diamond, 2008). Outro estudo também atribuiu à fracassada política americana a tendência “subjacente à erosão da democracia e da influência ocidental na região pós-comunista” (Basora; Boone, 2008).

De fato, o fracasso da política externa dos EUA, simbolizado pela guerra no Iraque, prejudicou o modelo ocidental de modernização. Como aponta James Mann, a “política externa dos EUA [...] amarrrou a propagação da democracia ao uso da força. Isso não só fracassou como também enfraqueceu o apoio à democracia” (Mann, 2007). Consequentemente, muitas nações em desenvolvimento estão fartas do modelo doutrinário ocidental de promoção democrática e cada vez mais deslumbradas com um modelo chinês que enfatiza o pragmatismo, o crescimento econômico e a estabilidade política.

O terceiro fator é a diplomacia chinesa “isenta de valores” voltada a muitos países em desenvolvimento. Ao contrário da diplomacia ocidental, que define princípios morais como a boa governança, democracia, transparência, Estado de Direito e respeito pelos direitos humanos como um dos

vários objetivos de política externa, a diplomacia da China é guiada principalmente por interesses econômicos e estratégicos. Conseqüentemente, a China desenvolveu relações amistosas com muitos países em desenvolvimento, sem condições prévias. Por exemplo, em sua busca global por recursos energéticos, a China buscou acordos com países que estão fora do alcance das empresas ocidentais, devido às sanções e à ameaça de publicidade negativa. Pequim justificou esta política com base na não interferência nos assuntos internos. Com tal diplomacia “isenta de valores”, a China premiou o ditador do Zimbábue, Robert Mugabe, como professor honorário da Universidade de Relações Exteriores da China em Pequim, em 2005, e assinou acordos de cooperação econômica com o Uzbequistão poucos dias depois que o Ministério do Interior atirou em uma multidão de manifestantes pacíficos em maio de 2005 (Berkofsky, 2007). Dada a crescente posição de poder da China, os líderes políticos desses países podem facilmente usar Pequim como proteção contra o poder americano. Como resultado, muitos líderes políticos em países do terceiro mundo têm acolhido o modelo de desenvolvimento chinês, junto com sua diplomacia isenta de valores, como alternativa às versões europeia e norte-americana. A China reforçou essa atração por meio de ajuda econômica e acesso ao seu crescente mercado. Oferecer ajuda financeira e assistência econômica sem impor condições à África e ao Sudeste, Sul e Centro da Ásia tornou-se uma parte importante das políticas externa e comercial da China.

Graças aos três fatores acima, o modelo chinês tornou-se, por falta de outros, um modelo alternativo de desenvolvimento. A história tem sido implacável. Menos de duas décadas depois que Francis Fukuyama anunciava o “fim da história”, mais e mais observadores veem hoje um “mundo pós-americano”, no qual muitos líderes políticos de países em desenvolvimento tendem à abordagem chinesa de reformas econômicas lideradas pelo Estado, com reformas políticas limitadas, e também levam em conta a abordagem pragmática da China às reformas.

Um analista chinês cita a cúpula China-África, que reuniu cerca de 50 chefes de Estados africanos em Pequim, no outono de 2006, como um exemplo para sugerir que “muitos dos líderes africanos que vêm aqui para a reunião da cúpula China-África são atraídos não apenas por oportunidades de ajuda e comércio, mas também pelo modelo chinês de desenvolvimento”. Segundo o analista, geralmente o que eles precisam não é um governo democrático liberal, mas um bom governo capaz de combater a pobreza, prestar serviços básicos e segurança básica, pois a tarefa primordial para a maioria dos países em desenvolvimento é erradicar a pobreza – uma causa raiz de conflitos e de várias formas de extremismo. Enquanto o modelo americano

permanecer incapaz de produzir o resultado desejado, o modelo chinês se tornará mais atraente para os pobres do mundo (Zhang, 2006).

O modelo chinês, no entanto, tem alguns defeitos evidentes. Primeiro, falta-lhe apelo moral, porque é guiado inteiramente pelo pragmatismo que, por definição, é um comportamento que não é orientado nem por um conjunto de valores nem por princípios estabelecidos. A atração de muitos países em desenvolvimento pelo modelo da China deve-se quase que inteiramente aos benefícios econômicos e políticos tangíveis, e não a apelos morais intangíveis. Por essa razão, depois que a ideia de um Consenso de Pequim ganhou terreno, Ramo retornou à discussão com alguns dados dissonantes. Em um livreto intitulado *Brand China*, ele assume uma visão muito menos otimista da imagem da China. Com base em uma pesquisa de opinião global conduzida pela Young & Rubicam, Ramo observa a emergência de uma imagem da China e conclui que a “marca” chinesa é fraca e que o país não é confiável no exterior (Ramo, 2007, p. 12-19). Citando a mudança de visão de Ramo, Rachman (2007) indica que os chineses podem sair-se muito bem com os governos do Sudão e do Zimbábue, mas que essas relações só confirmam a impressão negativa de que a China é um país que sempre colocará os lucros acima dos direitos humanos e de outros princípios morais. Nessa perspectiva, “a crescente influência da China na África e mesmo no sudeste da Ásia tem pouco a ver com um novo Consenso de Pequim; é nada mais que a velha política de poder”. Joseph Nye também argumenta que, embora o “Consenso de Pequim seja atraente para países em desenvolvimento autoritários e semiautoritários, ele enfraquece o poder de atração da China no Ocidente, pois o país sofre com corrupção, desigualdade, falta de democracia, de direitos humanos e do Estado de Direito” (Nye, 2005, s/p).

Em segundo lugar, o Consenso de Pequim não tem sido eficaz para lidar com muitas dimensões importantes do desenvolvimento humano, tanto no país como no exterior. O crescimento econômico chinês, embora inegavelmente impressionante, é geralmente associado, no Ocidente, à opressão política e poluição ambiental. Um editorial do New York Times comenta que, embora o “milagre chinês” tenha sido, por vários anos, a maior pauta econômica – a fábula de uma nação que emerge das cinzas de uma economia stalinista para se tornar o principal parceiro comercial do mundo –, a China nos lembra com angustiante regularidade que o progresso tem sido seletivo. O editorial citou os relatos de trabalho escravo nas fábricas chinesas e a descoberta de que alguns dos brinquedos populares, como da linha a Locomotiva Thomas e seus amigos, fabricados na China, continham chumbo em sua tinta. Apontava, ainda, para os relatórios anteriores sobre a razão

para cães contaminada, o apoio obstinado ao Sudão por interesse no seu petróleo, os relatórios regulares de violações dos direitos humanos, as enormes disparidades econômicas entre a cidade e a área rural, e os controles sobre a mídia. De acordo com este editorial, o sistema político não reformado da China promove a corrupção e um foco indevido em ganhos econômicos de curto prazo, o que levará a mais injustiças e desigualdades internas e mais exportações contaminadas (*The New York Times*, 2007). Na verdade, o melhor desempenho econômico da China ocorreu, principalmente, quando o país se tornou menos brutal e permitiu maiores liberdades pessoais e econômicas.

Em terceiro lugar, o sucesso do modelo chinês é muito recente. É difícil reivindicar a universalidade de seu modelo, pois nenhuma economia continua crescendo no mesmo ritmo para sempre. O crescimento econômico da China, assim como o de outras economias emergentes na história, pode vir a interromper-se ou mesmo a sofrer um revés ou crise. Além disso, a disparidade entre ricos e pobres na China tem crescido na última década e esta tendência tornou-se uma séria ameaça à estabilidade política que ajudou a manter o crescimento econômico e a legitimidade do PCC. Nesse caso, embora o modelo adotado pela China tenha sustentado o crescimento econômico e a legitimidade do regime até agora, por quanto tempo isso persistirá ainda é uma incógnita. De uma perspectiva histórica, o modelo atual da China é apenas um modelo de desenvolvimento transitório. Ele pode ter que migrar de um modelo isento de valores para um de valor agregado, envolvendo as etapas de crescimento econômico, reformas legais, democratização e constitucionalismo, com diferentes aspectos do desenvolvimento sendo enfatizados em diferentes momentos do processo, a fim de manter sua estabilidade política e crescimento econômico, como demonstrado pela evolução de várias ERIs do Leste Asiático. Depois de alcançar altos níveis de crescimento econômico, essas ERIs não apenas implementaram o Estado de Direito, mas também acabaram por democratizar e proteger toda a gama de direitos humanos, por meio de alguma forma de constitucionalismo. Um estudo acadêmico argumenta que esta é a direção lógica de transição do modelo da China (Peerenboom, 2007).

Em síntese

A China realmente apresenta um modelo bem-sucedido de crescimento econômico rápido e de relativa estabilidade política. O crescimento econômico produziu mais riqueza na sociedade, melhoramento contínuo nos

padrões de vida do povo chinês e, assim, preservou a legitimidade do regime do PCC. A *Pew Global Attitudes Survey* (pesquisa global de opinião pública da Pew Research Center), publicada em 23 de julho de 2008, classificou o povo chinês entre os mais satisfeitos com seus governos entre 24 países. Mais de 80 % dos entrevistados disseram à Pew Research Center que estavam satisfeitos com a economia e a condução geral da China, e 65 % achavam que o governo estava fazendo um bom trabalho (Garnaut, 2008). Nesse caso, uma grande parte do povo chinês, incluindo a classe média emergente, está muito bem incorporada ao sistema econômico e político, como demonstram os estudos de Kellee Tsai (2007) e Bruce Dickson (2003).

No entanto, isso não significa necessariamente que o modelo da China será durável e que até mesmo virá a substituir o modelo ocidental de modernização a longo prazo, já que os apelos do modelo chinês decorrem de eventos históricos específicos da última década. Além disso, os EUA podem aprender com seus erros e fazer mudanças profundas em suas políticas econômicas e diplomáticas. De fato, a transição do governo Bush para o governo Obama, em 2009, já trouxe muitas mudanças significativas às frentes econômica, política e diplomática dos EUA. A partir dessa perspectiva, é cedo demais para afirmar que o modelo da China substituirá o modelo ocidental de modernização.

Referências

- ASH, Timothy Garton. China, Russia and the new world disorder. *The Los Angeles Times*, 11 set. 2008. Disponível em: <https://www.latimes.com/la-oe-ash11-2008sep11-story.html> . Acesso em 17 ago. 2022.
- BASORA, Adrian A.; BOONE, Jean F. *The Georgia crisis and continuing democratic erosion in Europe/Eurasia*. Philadelphia: FPRI-Foreign Policy Research Institute, E-Notes 3 out. 2008.
- BERKOFSKY, Alex. China: The hard facts on “soft power”. *Asian Times*, 25 maio 2007.
- BURUMA, Ian. The year of the China model. *The Guardian*. International Edition. Opinion. 9 jan. 2008. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2008/jan/09/yearofthechinamodel>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- CALLICK, Rowan. How long can economic freedom and political repression coexist? Rowan Callick examines Beijing’s sinister policy formulation. *AEI – American Enterprise Institute*, 13 nov. 2007. Disponível em: <https://www.aei.org/publication/the-china-model/>. Acesso em 18 ago. 2022.
- CHEONG, Ching. Rise of the Beijing Consensus? *The Straits Times*, p. 2, 23 out. 2008.
- CHINA’S CHIEF quality supervisor resigns amid public grumbles over tainted milk. *Xinhua*, 22 set. 2008.

- CODY, Edward. Chinese officials seek to pump up the party. *Washington Post*, p. A16, 3 dez. 2004. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2004/12/03/chinese-officials-look-to-pump-up-the-party/a15d51aa-6cd9-4388-8dd8-fc61ef33f5af/?noredirect=on>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- DIAMOND, Larry. *The spirit of democracy: struggle to build free societies throughout the world*. New York, NY: Times Books, 2008.
- DICKSON, Bruce J. *Red capitalism in China: the party, private entrepreneurs and prospects for political change*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.
- FRENCH, Howard W. Letter from China: what if Beijing is right? *International Herald Tribune*, 2 nov. 2007.
- GARNAUT, John. East does not meet West on China's self-image. *Sydney Morning Herald*, 24 jul. 2008. Disponível em: <https://www.smh.com.au/world/east-does-not-meet-west-on-chinas-self-image-20080724-gdsngr.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- GRESH, Alain. Understanding the Beijing Consensus. (The world turned upside down) *Le Monde diplomatique*, 2008.
- HUANG, Cary. Political reform remains core focus for party, stronger "intra-party democracy" will be high on next week's agenda. *South China Morning Post*, 10 out. 2007.
- HUANXIN, Zhao. New reins make gov't more accountable. *China Daily*, 15 mar. 2004. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/english/cndy/2004-03/15/content_314734.htm. Acesso em: 18 ago. 2022.
- KENNEDY, Scott. The myth of the Beijing Consensus. *Journal of Contemporary China*, v. 19, n. 65, p. 461-477, 2010.
- LAM, Willy Wo-lap. Appealing to the modern comrade. *South China Morning Post*, 1 nov. 2000.
- LAM, Willy Wo-lap. China: breaking with the past? *CNN.com/World*, 23 jul. 2003. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2003/WORLD/asiapcf/east/07/21/willy.column/index.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- MANN, James. A shining model of wealth without liberty. *Washington Post*, The China challenge, 20 maio. 2007. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/05/18/AR2007051801640.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- MINGJIANG, Li. The 17th CPC Congress: the transition that the world missed. *RSIS Commentaries*, S. Rajaratnam School of International Studies, 31 out. 2007. Disponível em: <https://www.rsis.edu.sg/rsis-publication/rsis/998-the-17th-cpc-congress-the-tran/#.XXZxty5KjiU>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- NATHAN, Andrew. *Chinese Democracy*. New York: Alfred A. Knopf, 1985.
- NOI, Goh Sui. Beijing takes small steps to greater transparency, moves by ruling party include more participation for congress delegates. *Straits Times* (28 out.). 2007.
- NYE JUNIOR, Joseph S. The rise of China's soft power. *The Wall Street Journal Asia*. 29 dez. 2005.
- ONIS, Ziya; SENSES, Fikret. *Rethinking the emerging post-Washington Consensus: a critical appraisal*. ERC Working Paper. Economic Research Center, Middle East Technical University nov. 2003, p. 4-5.

- PAN, Wei. Toward a Consultative Rule of Law Regime in China. *Journal of Contemporary China*, v. 12, n. 34, p. 3-43, 2003. <https://doi.org/10.1080/10670560305465>.
- PEERENBOOM, Randall. *China modernizes: threat to the West or model for the rest?* Oxford: Oxford University Press, 2007.
- RACHMAN, Gideon. The hard evidence that China's soft power policy is working. *Financial Times*, 19 fev. 2007. Disponível em: <https://www.ft.com/content/72d09d8e-c039-11db-995a-000b5df10621>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- RAMO, Joshua Cooper. *Beijing Consensus: notes on the new physics of Chinese power*. London: Foreign Policy Center, 2004.
- RAMO, Joshua Cooper. *Brand China*. London, UK: The Foreign Policy Center, 2007.
- ROETT, Riodan; PAZ, Guadalupe. Introduction. In: ROETT, Riodan; PAZ, Guadalupe (org.). *China's expansion into the western hemisphere – implications for Latin America and the United States*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2008.
- ROSENTHAL, Elisabeth. China's communists try to decide what they stand for. *New York Times*, 1 maio 2002. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2002/05/01/world/china-s-communists-try-to-decide-what-they-stand-for.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- SHANXI GOVERNOR RESIGNS, acting governor appointed. *Xinhua*, 14 set. 2008. Disponível em: <http://english.sina.com/china/2008/0914/186199.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- STIGLITZ, Joseph. *The Post Washington Consensus Consensus*. Initiative for Policy Dialogue Working Paper. New York: Initiative for Policy Dialogue, Task Force on Governance of Globalization, Columbia University, 2004.
- TEIWES, Frederick C. Normal politics with Chinese characteristics. *The China Journal*, n. 45, p. 74, jan. 2001.
- THE NEW YORK TIMES. *The China puzzle*. By The Editorial Board. 22 jun. 2007. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/09/16/opinion/sunday/the-china-puzzle.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- TSAI, Kellee S. *Capitalism without democracy: the private sector in contemporary China* Ithaca, NY: Cornell University Press, 2007.
- WEN JIABAO quxiao zhongli bangong huiyi ruhua gaochen renzhi shecai [Wen Jiabao revoga a reunião de gabinete do premier para diminuir governo do homem no alto escalão]. *Chinesenewsnet.com*, 10 fev. 2004.
- WILLIAMSON, John. *A Short History of the Washington Consensus*. Texto encomendado por Fundación CIDOB para a Conferência "From the Washington Consensus towards a new Global Governance". Barcelona, 24 a 25 de setembro, 2004. Disponível em: <https://www.piie.com/publications/papers/williamson0904-2.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- WILLIAMSON, John. What Washington means by policy reform. In: WILLIAMSON, John (org.) *Latin American adjustment: how much has happened*. Washington, DC: Institute for International Economics, 1990, p. 7-38.
- XIA, Chen. Understanding Hu's hot new terms. *China.org.cn*, 16 out. 2007.

- XIABO, Liu. Zhonggong Xianfa guan de chubu bianhua. [The preliminary changes in the CCP's constitutional outlook']. *Chinesenewsnet.com*, 14 jan. 2004.
- XINHUA NEWSAGENCY. *Constitution to clarify private rights*. 5 jan. 2004. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/2004/Jan/83952.htm>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- ZHANG, Qianfan. The people's court in transition: the prospects of the Chinese judicial reform. *Journal of Contemporary China*, v. 12, n. 34, p. 69-101, 2003. <https://doi.org/10.1080/10670560305466>
- ZHANG, Wei-wei. The allure of the Chinese model. *International Herald Tribune*, 1 nov. 2006.
- ZHAO, Suisheng. The feeble political capacity of a strong one party regime: an institutional approach toward the formulation and implementation of economic policy in post-Mao China. *Issues & Studies*, v. 26, n. 1, p. 76 (Jan.). 1990.
- ZHAO, Suisheng. *Debating political reform in China: the rule of law versus democratization*. Armonk, NY: M. E. Sharpe, 2006.

Capítulo 2

Defesa, diplomacia e desenvolvimento: Os “3 D” da ascensão econômica e da projeção mundial da China

Paulo Fagundes Visentini

A grande maioria dos estudos sobre o processo de desenvolvimento chinês parte de um sério desconhecimento histórico e de uma visão tecnocrática do mesmo. A China teve, até o século XVIII, o maior Produto Interno Bruto (PIB) mundial e sua numerosa população (também a maior do planeta) é uma decorrência da prosperidade econômica, da estabilidade interna e da segurança externa. Após os primeiros contatos com os ocidentais, houve um refluxo para o isolamento. Mas, a partir do início do século XIX, o país sofreu invasões e viveu revoltas e guerras civis internas, até que, em 1949, foi estabelecida a República Popular da China, por Mao Zedong.

Por 30 anos o país ainda viveu dificuldades e incertezas, pois dentro do Partido Comunista não havia apenas uma estratégia a seguir, mas três:

aliar-se a URSS e seguir seu modelo de desenvolvimento; utilizar o voluntarismo como mobilização das massas camponesas e criar um caminho próprio (Mao); normalizar as relações com o resto do mundo e proceder à extroversão da economia (Deng). Todos foram tentados, sucessivamente, sendo os dois primeiros sob a imposição de embargo econômico e ostracismo diplomático pelas potências ocidentais que dominam o mercado mundial.

Mesmo assim, a China logrou uma modernização notável por meio século, que foi uma pré-condição para um desenvolvimento econômico mundializado. Primeiro, foi necessário garantir externamente a existência do novo regime, com prioridade na *defesa*, inicialmente em aliança com a União Soviética (anos 1950), depois com a autonomia terceiro-mundista (anos 1960). Na sequência, foi necessário normalizar as relações com a comunidade internacional através da *diplomacia*, com a aliança sino-americana (anos 1970) e o ingresso no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Ao mesmo tempo, foram estabelecidas as bases do *desenvolvimento interno*, condição para o salto qualitativo do *desenvolvimento internacionalizado*, a partir de 1979.

As condições favoráveis acima descritas desapareceram em 1989, com o fim da Guerra Fria, fazendo com que a China tivesse de buscar novas estratégias de inserção internacional. Muitos analistas previram o colapso do país, mas sua economia seguiu crescendo de forma acelerada, assim como a modernização da sociedade, da tecnologia e da governança político-administrativa. Na segunda década do século XXI, a China se tornou a segunda economia mundial e assegurou uma presença global múltipla, sempre fazendo frente a novos desafios. Ao lançar iniciativas como a Nova Rota da Seda e *One Belt, One Road*, bem como a tecnologia 5 G, a China se depara com as pressões comerciais da administração Trump.

Centenas de livros são escritos todos os anos sobre a China e seu desenvolvimento. Porém, poucos adotam a perspectiva chinesa do processo. Cada um vê na China aquilo que lhe interessa. Quanto aos chineses, é conveniente ressaltar que, assim como todo mundo, eles *agem não segundo a realidade, mas conforme a percepção que possuem da mesma*. O presente texto objetiva, nesse contexto, expor como *defesa*, *diplomacia* e *desenvolvimento* estão associados na estratégia política da China, e como ela está fundamentada nas experiências prévias, que embasam as ações da elite nacional. Ao final, são sistematizados os desafios que tal estratégia enfrenta desde o fim da Guerra Fria e apresentadas considerações sobre qual o lugar da China na manutenção da ordem mundial estável e no desenvolvimento global.

Condições prévias ao desenvolvimento

Nenhum “grande salto” pode ser dado com sucesso, sem uma preparação prévia, sem uma “longa marcha”. Milhares de livros e artigos têm sido escritos tentando compreender o desenvolvimento chinês a partir de seus aspectos internos e externos contemporâneos. Todavia, pouca atenção tem sido dada a fatores anteriores à política modernizadora de reformas e abertura, que lhe serviram de base. Nesse contexto, existem quatro elementos que a viabilizaram, os quais devem, necessariamente, ser considerados: 1) a *tradição histórica* (elemento civilizacional), 2) a *Revolução socialista* (recuperação da soberania e reorganização social e estatal), 3) a *industrialização prévia* (socialista, e a desconhecida cooperação com o Japão) e 4) a *aliança com os Estados Unidos* (que garantiu o ingresso na ONU e a reinserção no concerto das nações).

Sem esses elementos não teria havido uma bem-sucedida e sustentada estratégia de desenvolvimento após 1979, pois, entre as Guerras do Ópio e a Proclamação da República Popular da China, houve 160 anos ininterruptos de conflitos internos e externos que extenuaram o país. Sem a coesão societária e cultural e a continuidade histórica do Estado, teria havido uma desintegração irreversível, como ocorreu em outras nações durante o colonialismo. O contato com as potências ocidentais permitiu, dolorosamente, conhecer o mundo exterior e seus perigos. Já a Revolução, que construiu um regime socialista (centralizado, como no Império), garantiu a recuperação da soberania nacional, reorganizou a sociedade e reestruturou um Estado transformado, que constituíam condições indispensáveis para um desenvolvimento autônomo.

Apesar dos experimentos organizativos, muitas vezes desastrosos, e das lutas internas entre as três correntes do Partido Comunista da China (PCCh),¹ houve uma industrialização básica em setores essenciais. A nação não partiu do zero, como a Coreia do Sul, quando lançou a extroversão do seu desenvolvimento. Além disso, durante a crise do petróleo, de 1973 a 1978, ocorreu uma original cooperação mutuamente vantajosa com o Japão, que sequer tinha relações diplomáticas com a China. Por fim, a aliança sino-americana, iniciada em 1971, permitiu ao país romper com as sanções e o isolamento internacional, bem como receber investimentos e facilidades comerciais dos Estados Unidos. Sem conhecer essas bases prévias, as análises focadas apenas na atualidade podem ser equivocadas e suas previsões, pouco confiáveis.

¹ A da industrialização de tipo soviético, a camponesa maoísta e a reformista de Deng Xiaoping.

A civilização chinesa e sua percepção do mundo exterior

A civilização chinesa possui mais de quatro milênios de história com notável continuidade. O país só foi ocupado por um curto período pelos mongóis (que foram sinizados) durante a Idade Média. Desde suas origens remotas, o Estado chinês foi caracterizado pela ênfase na centralização político-administrativa, na homogeneidade, na estabilidade e na continuidade. A necessidade de gigantescos trabalhos hidráulicos para conter as cheias dos rios e estabelecer um complexo sistema de irrigação, construção de canais e de silos para armazenamento de cereais, bem como de organizar a defesa contra as invasões de povos nômades (como a construção da Grande Muralha) representam os fundamentos de tais fenômenos.

A China sempre se caracterizou por um sincretismo religioso que absorveu e sinizou as religiões que penetraram no país, como o budismo e o islã. Além de simples cultos aos antepassados, geralmente de caráter familiar, a China pouco tem de religiosidade, sendo considerada uma civilização com traços laicos. Em grande parte, isto se deve à filosofia confuciana, um conjunto de normas de comportamento social que ocupa parte do espaço que caberia às crenças religiosas. Ainda que pregando a obediência hierárquica familiar e política, o confucionismo considera legítimo que o povo se revolte contra o poder constituído, quando o Imperador não mais trabalha pelo bem da sociedade, perdendo, assim, o *mandato do céu*. Cabe ressaltar que, na China e no conjunto da Ásia, a noção de indivíduo encontra-se subordinada à de coletivo.

Quando o centro político se enfraquece e ocorre uma crise que gera conflitos e produz a derrubada da dinastia imperial, segue-se um período prolongado de caos, fragmentação e conflitos. Toda a sociedade é afetada, do palácio imperial à mais remota e humilde aldeia, dos poderosos mandarins e nobres aos simples camponeses. Os confrontos que se seguem, por sua vez, acabam criando condições para a emergência de uma nova liderança que, assim, recebe um novo *mandato do céu* e estabelece uma nova dinastia. O poder local da nobreza tendeu a ser contrabalançado pela centralização e pela existência de uma burocracia profissional (os mandarins), cujos membros eram recrutados através de um exame universal, aplicado em todas as regiões.

A introdução do cultivo do arroz, oriundo do Sul, além da segurança e da organização das reservas alimentícias, permitiu o aumento da população e uma expansão rumo ao Sul, até o norte do Vietnã. No espaço assim formado, as grandes planícies fluviais constituem o *locus* da civilização

chinesa, que não teve necessidades materiais para conquistas territoriais. Considerava-se o Império do Centro, bem delimitado pelo oceano, pelas estepes e desertos do Norte, pelas montanhas do Himalaia e pela floresta tropical ao Sul. Além desses territórios, viviam os “bárbaros”, muitos dos quais tentavam invadir a próspera China sempre que sofriam alguma crise alimentar, eram pressionados por outras migrações, quando o Império se encontrava enfraquecido ou quando simplesmente conseguiam ter força e organização suficientes para tal.

Para lidar com tal situação, um forte exército munido da avançada tecnologia e obras defensivas como fortes e a Grande Muralha não eram suficientes. Somente fazendo com que esses povos adotassem a cultura chinesa e reconhecessem sua superioridade haveria paz e estabilidade. Assim, nasceu o sistema tributário em torno do Império. O tributo (às vezes, de valor apenas simbólico) tinha como principal objetivo fazer com que o dirigente dos povos vizinhos ou seus representantes, anualmente, comparecessem perante o imperador e se ajoelhassem três vezes diante dele, numa cerimônia em que sua superioridade era reconhecida.

Manchus, mongóis, uigures, tibetanos e outros não eram explorados pela China, mas a ela se associavam, inclusive desempenhando certos papéis no Império (cavalaria mongol, oficiais manchus, sacerdotes tibetanos, comerciantes uigures). Tais relações tributárias eram consolidadas com uma política de casamentos entre nobres e príncipes chineses com seus congêneres das regiões periféricas do Império. Os mongóis conquistaram o Império, foram sinizados e constituíram uma importante dinastia. A Dinastia dos Qing, a última que governou a China (de 1644 a 1911), era manchu. Já a Coreia, o Vietnã e o Japão faziam parte da esfera de influência cultural confuciana, mas o último se manteve isolado e praticamente não esteve associado ao sistema tributário.

Nos séculos XVII e XVIII, a China havia sido um poderoso império feudal que mantinha como vassalos inúmeros territórios vizinhos. O comércio externo era limitado ao máximo e controlado por um funcionário em portos do sul da China, com poucos estrangeiros autorizados. Na verdade, a China não necessitava da importação e sua política de isolamento tinha o propósito de preservar o país de influências e perigos externos. Todavia, isso contribuiu para acentuar a estagnação e seu atraso em relação aos países capitalistas industriais e impedia os dirigentes de conhecerem a força dos outros países. Na primeira metade do século XIX, com o desenvolvimento industrial da Europa, esta aspirava a converter a China em um espaço de exploração colonial.

Por volta de 1820, começou a crescer o contrabando de ópio, controlado pela Companhia das Índias Orientais Britânica, cujos impostos sobre o cultivo e o tráfico do ópio lhe proporcionavam grande lucro e financiavam as importações de produtos da China. O governo chinês sabia das consequências fatais da importação do ópio, que minava a saúde do povo, corrompia os costumes e arruinava o artesanato, drenava a riqueza para o exterior e prejudicava a disciplina no exército e dos funcionários. Em 1839, um comissário imperial em Cantão, encarregado de tomar medidas contra o tráfico e o consumo de ópio, confiscou e destruiu 20 mil caixas do produto.

A ação desencadeou a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), na qual a China foi derrotada, cedeu Hong Kong e comprometeu-se a pagar indenização milionária. Em 1844, Estados Unidos e França deram continuidade ao estabelecimento de tratados desiguais com a China. As agressões externas desorganizavam a economia, aumentando a pobreza e os conflitos internos. Nas décadas de 1850 e 1860, a China foi sacudida pela gigantesca revolta camponesa dos Taiping, que ocupou boa parte do país, obrigando o governo a pedir ajuda ocidental, ao custo de mais concessões. Nesse contexto, a Dinastia manchu dos Qing estava perdendo o mandato celeste.

Em 1872, o Japão, recém industrializado, ocupou as ilhas Ryukyu e, vencendo a China em 1894-5, esta perdeu a Coreia e Formosa. As reações antiocidentais fomentadas pela enfraquecida Dinastia manchu, como a Revolta dos Boxers, em 1900, apenas acarretaram intervenções ainda maiores das potências ocidentais, mais concessões comerciais e de extraterritorialidade, bem como novas perdas territoriais. O Império estava pressionado interna e externamente, enquanto o universo chinês mergulhava no caos e guerras civis e externas que ainda durariam muitas décadas. A lição era clara: o isolamento causou fraqueza, que abriu as portas à cobiça colonial.

A “Longa Marcha” da Revolução Nacional

Em 1911, foi derrubado o Império e proclamada a República, com a nação mergulhando na anarquia dos Senhores da Guerra, que dominavam as províncias. Dois projetos buscavam a reorganização da nação: O Partido Kuomintang (KMT, Partido Nacional), pro-ocidental, e o PCCh, fundado em 1921. Depois de se aliarem para unificar o país, eles se enfrentaram em guerra civil de 1927 a 1936, quando voltaram a se aliar, agora contra o Japão, que havia ocupado a Manchúria em 1931. E, em 1937, esse país invadiu e conquistou a parte mais rica e povoada da China (o litoral e os

vaes fluviais), só sendo derrotado em 1945, com os bombardeios atômicos em Hiroshima e Nagasaki e o avanço do exército soviético no nordeste da China e norte da Coreia.

Com o fim da II Guerra Mundial, houve tentativas dos EUA e da URSS para a formação de um governo de coalizão chinês, mas nem o KMT nem o PCCh o desejavam. Ambos acreditavam ter força para vencer e eliminar o adversário e, logo, reiniciaram-se os choques entre os dois grupos. Sucederam-se tentativas de mediação patrocinadas pelos EUA e pressões soviéticas sobre os comunistas para que formassem um governo de unidade com os nacionalistas. Em 1946-47, o KMT avançou e dominou as cidades em mãos dos comunistas no Norte. Todavia, embora Chiang Kai-shek tivesse preservado suas forças durante a guerra mundial, visando a eliminar o PCCh, ele subestimava o fato de que Mao Zedong ganhara o apoio dos camponeses e havia crescido no plano militar.

Apesar da falta de apoio soviético, em 1947-48 Mao conquistou várias cidades importantes e avançou para o Sul. Com o agravamento da Guerra Fria na Europa, a URSS decidiu apoiar os comunistas chineses para completarem sua revolução. O KMT e a elite chinesa se refugiaram, então, na província insular de Taiwan (Formosa), onde permaneceram protegidos pela VII Frota norte-americana, enquanto Mao Zedong proclamava a República Popular da China (1º de outubro de 1949). A vitória comunista na China representava, para a diplomacia americana, um sério revés, pois o país era o principal aliado de Washington na região da Ásia Oriental. Mas a China do KMT continuou a ser reconhecida pela maioria da comunidade internacional e a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Durante os anos 1950, a China manteve uma estreita aliança com a União Soviética, pois necessitava ajuda econômica para a reconstrução e proteção militar, uma vez que havia forças hostis na Coreia (onde a China lutou em 1950-53), Taiwan, Indochina e um exército do KMT permanecia na fronteira da Birmânia. O Tibete foi reocupado em 1950, mas o poder feudal dos Lamas foi mantido. Contudo, a reforma agrária e a emancipação dos servos e escravos, promovidas pelas autoridades chinesas em 1959, produziram uma revolta e o êxodo da elite tibetana, que se instalou no norte da Índia, país que tinha interesse no Tibete.

A maioria dos países que reconheceram diplomaticamente a RPC eram socialistas. Apesar de a Índia também haver reconhecido o governo comunista, as relações foram se tornando difíceis, pois, em função da rivalidade com a URSS de Nikita Khrushchov (desde 1956), passou a haver uma espécie de triângulo estratégico, tendo ocorrido, inclusive, uma breve guerra de

fronteira sino-indiana em 1962. O contencioso entre os gigantes comunistas se deveu à proposta de Khrushchov de estabelecer uma coexistência pacífica com o Ocidente (mantendo a China numa posição subordinada), à imposição de um modelo econômico inadequado, à negação de cooperação atômica e à disputa pela liderança do movimento comunista internacional após a morte de Stalin. A China não desejava ser uma *junior partner* no mundo comunista.

Até o início dos anos 1960, a República Popular da China necessitava enfatizar sua segurança, pois se tratava de uma revolução ainda não consolidada, com uma economia débil e que vivia uma conjuntura internacional adversa. Foi a época em que a permanência no bloco soviético, apesar de incômoda, afigurava-se como necessária para atingir aquele objetivo. Houve a reconstrução e uma industrialização acelerada nas grandes cidades, mas a China seguia sendo uma nação agrária. Temendo uma invasão americana ou mesmo soviética, no final dos anos 1950, foi tentado o desastroso Grande Salto à Frente, que representava mais uma estratégia de defesa do que um modelo econômico.

Do início dos anos 1960 aos 1970, a preocupação do PCCh voltou-se para a autonomia e a independência nacionais, pois, apesar dos inúmeros problemas, o país lograra estabilizar-se, e a aliança com Moscou mais entravava que auxiliava os planos chineses de se tornar novamente uma potência de âmbito mundial, politicamente respeitada e economicamente desenvolvida. Houve, então, uma luta pelo poder no Partido, que levou à também desastrosa Revolução Cultural (1966-71) de Mao, que eliminou a facção pro-soviética, mas isolou e desorganizou o país. Mas a China ganhou independência em relação à sua ex-aliada.

Os *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica*, enunciados por Zhou Enlai, o fundador da diplomacia da República Popular da China durante viagem à Ásia meridional, representavam um padrão para as relações internacionais. Os cinco princípios são: 1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; 2) não agressão; 3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; 4) igualdade e benefícios recíprocos; e 5) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. Esse padrão de conduta internacional foi, desde então, o norteador da diplomacia chinesa, do Movimento Neutralista, e foi adotado pelo Movimento dos Países Não Alinhados (fundado em 1961).

A Revolução criou um novo regime, que era percebido pelos camponeses menos instruídos como uma espécie de nova dinastia com *mandato do céu*. “A China está novamente de pé e ninguém a fará se ajoelhar de novo”,

disse Mao, ao fundar a RPC e o povo compreendeu a mensagem. O regime socialista reconstruiu a infraestrutura arrasada pelos longos conflitos, alimentou o povo, ergueu uma indústria pesada e garantiu a independência e a segurança (em relação a inimigos e “amigos”), apesar da vida simples e do isolamento internacional. Essas condições se revelaram fundamentais para o desenvolvimento ulterior.

A industrialização socialista (1949-79) e a cooperação com o Japão (1973-78)

Durante a época imperialista, foram instaladas na China uma rede ferroviária, conectando partes do interior e as grandes cidades, e algumas indústrias modernas no litoral. Depois, na fase de dominação japonesa e na fase socialista, essa rede ferroviária foi ampliada e modernizada. Durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses instalaram outras indústrias na Manchúria, as quais foram temporariamente confiscadas pelos soviéticos e, depois, devolvidas. A reconstrução foi a ênfase após a instauração da RPC, mas o país sofreu forte e prolongado embargo internacional. Nas décadas de 1950 e 1960, o esforço do Estado foi incrementar a indústria dessa região nordeste, que possuía recursos naturais e boa rede de transporte, ao mesmo tempo que instalava um grupo de grandes empresas industriais vertebrais nos eixos Beijing-Tianjin-Tangshan e Lanzhou, Wuhan e Xian, buscando uma primeira interiorização do desenvolvimento. Isso foi logrado, inicialmente, com apoio soviético e, depois, com esforço próprio.

Nos anos 1970, a política de instalação de indústrias se voltou para Sichuan, Qinghai, Ningxia e Guizhou. Logo foram instaladas as siderúrgicas em Sichuan e Gansu, ligadas a minas de carvão na região. Um complexo automotriz foi instalado também em Shaanxi, Hunan e Hubei, com a industrialização atingindo o centro do país. É importante notar que esse salto foi logrado durante o choque petrolífero, quando o Japão necessitou de petróleo, carvão e mercado para sua produção. Em contrapartida, fez investimentos na modernização de portos, rodovias, ferrovias, minas e prospecção de petróleo, com a China pagando em produtos primários, sem se endividar.

Exatamente como a relação que agora tem com a África, só que em termos inversos. Segundo a sinóloga norte-americana Deborah Brautigam (2009, p. 46-47),

[o] Japão foi um dos primeiros países a ingressar no fabuloso mercado chinês. Em 1973, assustado com a segurança energética e tentando diversificar os suprimentos

depois do primeiro choque petrolífero, o Japão passou a importar petróleo dos campos chineses de Daqin. [...] Em 1978, após anos de árduas negociações, os dois países assinaram um acordo de longo prazo, mutuamente benéfico. O Japão ofereceu empréstimos em yen com juros baixos para financiar a implantação de uma indústria de alta tecnologia e insumos para a mesma, que a China pagava em petróleo e carvão. [...] Claramente, os dois lados viam isso como uma estratégica parceria tipo “win-win”.

Com o processo de abertura, nos anos 1980, o eixo de industrialização foi deslocado para as regiões costeiras do Sul, nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), voltadas prioritariamente à exportação. Posteriormente, Xangai foi escolhida como centro de tecnologia de ponta, enquanto a industrialização se deslocava para o Noroeste, na região de Xinjiang, da minoria uigur, zona rica em petróleo e gás. Todo o desenvolvimento recente foi obtido a taxas extremamente elevadas, num curto período de tempo, mas partiu de uma base e experiência preexistentes, anteriores à política de abertura e reformas. Como foi visto, pode-se constatar que já havia uma base de desenvolvimento industrial e de infraestrutura *antes* do início das reformas, e que a China já tinha experiência em abertura, no caso, com o Japão.

A aliança sino-americana e o ingresso da RPC no Conselho de Segurança da ONU

Nas primeiras duas décadas após a implantação da República Popular, a China enfrentou significativo isolamento internacional, contando especialmente com o bloco soviético, nos anos 1950, e com o Terceiro Mundo, na década de 1960. As ameaças, representadas alternadamente pelas duas grandes potências durante o período, fizeram com que a diplomacia chinesa conferisse máxima prioridade à reinserção do país no sistema da ONU, garantindo uma independência e estabilidade que não dependeriam de um “aliado especial” mais poderoso que ela. O arquiteto de tal política foi o patriarca da diplomacia chinesa, Zhou Enlai, que sobrepujava o alquebrado Mao, o qual se tornara uma figura decorativa após a Revolução Cultural.

No início dos anos 1960, a composição e o perfil da ONU foram substancialmente alterados. A *détente* entre os dois blocos (devida ao relativo equilíbrio estratégico), a fissura dentro dos mesmos (com a autonomia da França e da China) e a recuperação da Europa ocidental e do Japão criaram uma tendência à multipolaridade. Esse processo foi, paralelamente, potencializado pela descolonização afro-asiática e pelo advento do nacionalismo

latino-americano que, além de darem origem ao Movimento dos Países Não Alinhados, foi responsável pelo ingresso maciço de países do Terceiro Mundo na ONU. Isso não apenas alterou o equilíbrio internacional, como deu à Assembleia Geral das Nações Unidas um outro posicionamento nos assuntos mundiais. A ONU deixava de ser um mero instrumento norte-americano no contexto da Guerra Fria (temida pela China), para se tornar um fórum e uma arena política complexa, ensejando possibilidade de alianças e composições.

Com o encerramento da Revolução Cultural, um cenário qualitativamente diferente se configurava na RPC, com o progressivo desgaste do maoísmo e a ascensão das estratégias reformistas. No início da década de 1970, o país, face à impossibilidade de permanecer confrontado simultaneamente com as duas superpotências mundiais, alterou radicalmente sua política externa. É conveniente lembrar que, em 1969, haviam ocorrido conflitos armados de fronteira com a URSS. A reaproximação entre a China e os Estados Unidos poderia forjar uma aliança antissoviética.

Assim, em 1971, a China Popular acercou-se dos Estados Unidos (então em dificuldades no Vietnã), através da *Diplomacia do Ping-Pong*, no contexto da Doutrina Nixon. Como decorrência desse realinhamento, a República Popular da China tornou-se membro do Comitê de Segurança da ONU (no lugar de Taiwan), além de ter seu regime reconhecido e suas relações normalizadas com os países capitalistas desenvolvidos. Kissinger visitou a China em 1971 e Nixon em 1972. Ao mesmo tempo, encerrava-se o longo ciclo de conflitos internos. O maoísmo com ênfase na luta de classes foi deixado de lado. Mao Zedong morreu em 1976 e o grupo reformista ampliou seu poder, nele emergindo a liderança de Deng Xiaoping.

A base comum de tal cooperação era uma aliança estratégica contra aquilo que a liderança chinesa considerava como “hegemonismo soviético”. Para os EUA, representava uma forma de controlar os movimentos de libertação nacional (especialmente o do Vietnã), enquanto para a China a cooperação bilateral envolvia também benefícios econômicos e tecnológicos. Tais relações comerciais, de investimento e de transferência de tecnologia, apesar de atrasadas em relação ao que o Japão já realizara, deram à China a oportunidade de evitar conflitos externos. Mais do que isso, permitiu ao país embarcar na revolução científico-tecnológica, quando ela iniciava no Ocidente e, assim, modernizar sua economia e estabelecer vínculos privilegiados com os EUA e a Europa ocidental.

A nova estratégia diplomática chinesa tinha seu sustentáculo teórico na *Teoria dos Três Mundos*, apresentada por Deng Xiaoping, em 1974, na Assembleia Geral da ONU. Segundo tal concepção, EUA e URSS eram

agrupados num mundo, os demais países capitalistas desenvolvidos no segundo, e as nações periféricas no terceiro (incluindo a China). Contudo, tal teoria acentuava especialmente a crítica ao “social-imperialismo” soviético. Iniciava-se, assim, a terceira fase da política externa chinesa, caracterizada pela busca da modernização.

A política de abertura e reformas logrou consolidar-se em fins de 1978 e início de 1979, com a adoção das Quatro Modernizações, a normalização com o Japão e o estabelecimento de relações diplomáticas com os EUA. Deng Xiaoping, o novo líder desde a morte de Mao, em 1976, defendia um projeto diferenciado, ainda que também fundamentado nas ideias de Zhou Enlai. A China agora deixava de ser grande apenas em superfície e população. Ela se tornava uma potência diplomática, inserida na comunidade internacional, e iniciava um processo contínuo de desenvolvimento que, três décadas depois, a transformariam na segunda economia do mundo.

A China no mundo globalizado

Muitas nações de porte tentaram lançar um processo acelerado de desenvolvimento, melhorando sua posição no sistema mundial, mas poucas conseguiram. Para isso, é necessário ter soberania, evitar conflitos internacionais, construir bases econômicas e logísticas prévias e ter um governo estável e capacidade de dissuasão militar externa. Através dos mecanismos mencionados, a China logrou construir tais elementos. Sua história e civilização lhe garantiram coesão sociocultural e sua revolução permitiu reforçar e modernizar as capacidades do Estado e da segurança externa, bem como a independência nacional. Também logrou a construção de uma base industrial e de infraestrutura suficientes para avanços posteriores.

Isso foi reforçado com a cooperação econômica com o Japão nos anos 1970 e com a aliança estratégica com os Estados Unidos no mesmo período. Permitiu à China ser uma potência autônoma, inserida no concerto das nações e no comércio mundial. Apesar de sua revolução ser chamada de “socialista”, a China sabia que estava longe de ter o desenvolvimento necessário para a construção do socialismo. Por isso adotou as reformas modernizadoras, uma controlada abertura externa, a política de “um país, dois sistemas” e o modelo de Economia Socialista de Mercado, desde 1979. Tal estratégia partiu das experiências e realizações acumuladas no período anterior.

A ênfase chinesa voltou-se, então, para a modernização do país em quatro áreas: indústria, agricultura, tecnologia e forças armadas. O melhor cami-

nho para atingir esses objetivos seria implementar uma política de reformas econômicas internas, abrir o país ao dinamismo da revolução tecnológica que se iniciava, associar-se à revoada dos gansos asiáticos e tirar o máximo de benefícios econômicos e estratégicos de uma aliança com os Estados Unidos, durante uma fase de distensão internacional. Além disso, a normalização com o Japão, ocorrida em 1978, permitiu a Beijing dismantelar progressivamente a *Pax Americana* na Ásia, que mantivera afastados os dois maiores países da região. Washington percebeu a nova conjuntura unicamente a partir de seus objetivos, sem levar em consideração todos os futuros desdobramentos dessa política.

Ainda que marcada por inúmeras dificuldades bastante conhecidas, a RPC não teria de partir do zero. Por outro lado, a manutenção de uma estrutura socialista paralela, bem como de um considerável volume de população vivendo no campo permitiram ao setor capitalista da economia dispor de uma mão de obra abundante a um custo extremamente baixo. Educação, saúde, habitação, alimentação e transporte público têm um custo baixo na China, permitindo-lhe uma elevada competitividade. Esse é o significado profundo da ambígua expressão *economia socialista de mercado*.² Além da base material e da estabilidade sociopolítica construídas pelo regime socialista, a China tinha ainda a possibilidade de utilizar outros trunfos, que haviam favorecido o desenvolvimento de Taiwan, Hong Kong e Cingapura: a diáspora chinesa e seus recursos financeiros.

Ao alterar a ênfase de sua política, da luta de classes para as reformas rumo ao mercado, à abertura externa e à aliança com Washington, os comunistas de Beijing não apenas reinseriam o país no concerto das nações, como multiplicavam os sinais de confiança, destinados a atrair os investimentos de seus compatriotas de além-mar, associando-os ao projeto e modernização e oferecendo-lhes bons negócios. Essa estratégia viria a ser coroada de sucesso, mesmo em relação aos irmãos-inimigos do outro lado do estreito de Formosa. Com a introdução do princípio de *uma nação, dois sistemas*, Beijing conseguiu lograr exitosamente a reincorporação dos dois últimos enclaves coloniais, Hong Kong e Macau, respectivamente em 1997 e 1999. As mudanças introduzidas na China e as reformas propostas pelo líder reformista soviético Mikhail Gorbatchov no plano internacional, todavia, afetaram o país, gerando expectativas e apreensões. O ano de 1989 foi um ano-chave, com manifestações na Praça da Paz Celestial (Tiananmen), a emergência

² Segundo Carlos Medeiros (1999), a economia socialista de mercado consiste na descentralização do planejamento e na centralização do mercado.

de uma clivagem interna no Partido (o Primeiro- Ministro Zhao Zyang apoiava os manifestantes) e a visita de Gorbatchov (que serviu de estímulo ao protesto). Houve, então, a repressão ao movimento, que não era tão pacífico nem logrou mobilizar a população (majoritariamente rural).³ A China evitava a sorte do Leste Europeu, cujos regimes foram desmantelados por sua camada tecno-burocrática e, dois anos depois, a URSS se desintegrava e o comunismo soviético desaparecia.

O regime político e o projeto econômico chineses já não interessavam mais ao Ocidente, que se tornou crítico. Em uma década, Deng passou de “Homem do Ano” a “açougueiro” na narrativa política dos Estados Unidos. A instrumentalização da questão do Tibete e a cisão do Partido Kuomintang em Taiwan (que realizou sua primeira eleição apenas em 1988!) geraram tensões internacionais. A China se voltou para sua diáspora e para as nações asiáticas. Em 1990, o Primeiro-Ministro Lee Kuan Yew, de Singapura, visitou a China e defendeu o apoio ao desenvolvimento chinês. Beijing não vetou a ação americana contra o Iraque no mesmo ano, em troca do levantamento das sanções. Mas, em 1997, ano da devolução de Hong Kong, eclodiu a crise financeira asiática, que foi percebida pela China como uma manobra especulativa.

A partir de então, a China passou a valorizar mais seu mercado interno, os espaços mundiais periféricos negligenciados pelo Ocidente (como a África) e os seus vizinhos pós-soviéticos. Em 1996, lançou, com a Rússia e as repúblicas centro-asiáticas da Ásia Central, o que veio a ser a Organização de Cooperação de Xangai, com foco político, securitário e econômico. A essa aderiram, posteriormente, a Índia e o Paquistão. Nascia um núcleo eurasiático.

A expansão do cenário estratégico asiático para o interior da Eurásia significa a ampliação de recursos naturais e industriais deste, mas, num quadro de maior diversidade, igualmente o surgimento de novos problemas e conflitos. Isso afeta tanto os países da Ásia quanto os EUA. Se, por um lado, os primeiros conseguem, com isso, ampliar seu espaço de manobra econômica e diplomática, por outro, a complexidade contida na nova realidade em formação acrescenta dificuldades a uma região que atravessa uma evolução acelerada (com todas suas implicações) e não conta com mecanismos

³ A grande maioria da população observou esse movimento com certa cautela, pois a Revolução Cultural, que tantos danos trouxe ao país, iniciou no mesmo local (apenas 14 anos antes), quase da mesma maneira. Ver obra de Mackerras, Taneja e Young (1998), autores australianos referidos na bibliografia. Os acadêmicos da Austrália são, provavelmente, os ocidentais mais objetivos na análise da China e que mais conhecimento possuem, pois sua segurança e economia (pela proximidade geográfica) dependem de uma compreensão real, e não de narrativas ideológicas.

próprios de segurança coletiva. Para os Estados Unidos, uma Ásia ampliada, comportando maior número de atores políticos e com uma economia que progressivamente entrelaça o próprio continente, significa maiores dificuldades de influência sobre a evolução político-econômica da região.

Existe também outra realidade nova que precisa ser levada em conta quando se analisa o fenômeno asiático. No estudo dos cenários estratégicos dos anos 1990, alguns analistas se referem à formação de um *Novo Segundo Mundo*, nucleado pela República Popular da China. De fato, como lembra o politólogo britânico Fred Halliday (2004), até 1989, viviam em países classificados como socialistas, 1,7 bilhões de pessoas. Após o colapso do bloco soviético, existiam ainda 1,3 bilhões nessa posição. Não se trata, contudo, de considerar isso um simples elemento residual.

Acadêmicos norte-americanos, como Samuel Huntington (1997), destacaram que o fim do conflito Leste-Oeste e o enfraquecimento de ideologias universalistas, como o socialismo, tiveram seu lugar ocupado pelo *conflito de civilizações*. Assim, o *Novo Segundo Mundo* atravessa uma *nova política econômica* que, diferentemente da soviética, não se encontra limitada a “um só país”, mas inserida na economia mundial, sobre a qual influi de maneira considerável e crescente. Além disso, ele está gestando um paradigma alternativo para a construção de uma ordem mundial não hegemônica, com um modelo de desenvolvimento nacional, de segurança e de governabilidade – o que atrai a atenção mundial, numa época marcada pela instabilidade do pós-Guerra Fria.

Esse *Novo Segundo Mundo*⁴ mantém uma discreta e sutil cooperação estratégica com o “Velho Segundo Mundo” (reduzido à Rússia e à maioria das repúblicas ex-soviéticas), como foi visto, e também tem uma relação menos antagonica do que se poderia pensar com os países capitalistas da Ásia. Por um lado, os modelos de desenvolvimento e os regimes políticos dos países asiáticos possuem fortes semelhanças e importantes interesses comuns, sejam eles formalmente capitalistas ou socialistas. Estes modelos político-econômicos, “autoritários e estatistas” na perspectiva norte-americana, encontram-se hoje sob pressão ocidental, desde o campo dos direitos humanos ao dos mecanismos econômicos. A tendência dos países da região, então, é a de afirmar certo discurso e política comuns. Contudo, alguns são extremamente vulneráveis a esse tipo de pressão, por sua dependência diplomática, militar e comercial em relação aos EUA. Assim, a China, embora se esquivando

⁴ O conceito de Novo Segundo Mundo foi apresentado no *Estudo de Microcenários*, realizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

formalmente de desempenhar tal papel, acaba sendo a principal garantia do chamado “modelo asiático”, um dos responsáveis pelo acelerado crescimento econômico da região.

A guerra ao terrorismo, a partir de 2001, foi percebida pelas autoridades chinesas como uma forma de cerco ao país, agravada pelas tensões no estreito de Taiwan, no Mar da China Meridional e na península coreana. Como resposta à crise financeira mundial gerada pelo *sub-prime* nos EUA, a China se associou à Rússia, à Índia e ao Brasil na formação do BRIC, ao qual a África do Sul se associou posteriormente. Não se trata de um “bloco antiocidental”, mas de um grupo que coopera em defesa da estabilidade financeira, econômica e político-militar mundiais. A China se tornou a segunda economia do mundo e não deseja um conflito ou militarização, que desviariam investimentos e recursos do seu desenvolvimento, pois o tempo trabalha a seu favor.

Todavia, frente às pressões comerciais (agravadas pela administração Trump), a China teve que investir na modernização do seu sistema de defesa e lançar novas iniciativas econômicas. Dentre elas, a mais notável é a Nova Rota da Seda, complementada pela OBOR (*One Belt, One Road*), as quais criam corredores logísticos e de desenvolvimento, dando suporte à formação de um espaço eurasiático. Mas não exclusivamente nessa região, pois se prolonga a países de outros espaços, até com investimentos na América Latina, África e Europa Ocidental.

Do ponto de vista estratégico, observa-se uma pressão de Washington sobre o núcleo da União Europeia e o Japão, como forma de afastá-los da China e reforçar os vínculos anteriores com os Estados Unidos. O problema é que a “conexão chinesa” com o capitalismo mundial representa um dos pilares maiores da estabilidade do sistema econômico mundial. Em muitos aspectos, a disputa comercial entre Donald Trump e Xi Jinping parece mais uma disputa entre sócios, simbioticamente ligados, do que um verdadeiro conflito. Algo como aconteceu entre os EUA e o Japão nos anos 1980, então chamada de “guerra comercial nipo-americana”.

O desenvolvimento chinês não apenas está recuperando a posição internacional da nação, como também está contribuindo para o crescimento da economia mundial e para a criação de uma ordem global multipolar, sem guerras nem hegemonias. Da falida Grécia à marginalizada África, pode-se observar os impactos positivos da cooperação Sul-Sul movida pela China. Contrariando os críticos e detratores, bem como as normas do sistema econômico ocidental em desaceleração, o “dragão chinês” contribui decisivamente para a construção do século XXI para toda humanidade.

Seu fracasso foi anunciado muitas vezes, mas, como no passado, a China tem agido com prudência e se adaptado continuamente. Um exemplo de que tradição e transformação não são incompatíveis. Mas o potencial conflitivo e irracional da situação atual não pode ser negligenciado. A economia global falará mais alto do que a fragmentação política? Trump logrará bloquear o movimento histórico rumo à multipolaridade e reafirmar a “unipolaridade” norte-americana? Muito da resposta dependerá da resposta da enigmática China, exigindo um constante e realista exercício de análise acadêmica e estratégica.

Referências

- BRAUTIGAM, Deborah. *The Dragon's gift*. The real story of China in Africa. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.
- HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de Civilizações e a recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- MACKERRAS, Coli; TANEJA, Pradeep; YOUNG, Graham. *China Since 1978*. Melbourne: Longman, 1998.
- MEDEIROS, Carlos. China: entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, Jose Luis (org.) *Estados e Moedas: o desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 279-411.

Parte II

A questão agroalimentar na China

Capítulo 3

Empresas “cabeça de dragão” e o estado do agronegócio na China

Mindi Schneider

A China abriga metade dos suínos do mundo, metade da produção mundial de carne suína e metade do consumo mundial de carne suína. Em 2014, produtores e empresas da China produziram 56,5 milhões de toneladas de carne suína com um rebanho doméstico de 770 milhões de cabeças. Isso representou o dobro da produção de carne suína de todos os 27 países da União Europeia juntos e cinco vezes o volume produzido pelos Estados Unidos (EUA) (USDA, 2014).

Esses dados têm uma história. Embora os suínos e a carne suína tenham sido fundamentais para os sistemas alimentar e agrícola chineses por milênios (Chang, 1977; Wittwer et al., 1987; Anderson, 1988), apenas recentemente o setor de carne suína do país passou a influenciar as estatísticas e os mercados globais. A partir de 1979 – um ano após a inauguração da Reforma e Abertura – a carne suína ultrapassou a carne bovina e de frango tornando-se a carne mais produzida no mundo. Durante as três

décadas que se seguiram, a carne suína continuou sua marcha até o topo da produção mundial de carne, impulsionada por novas reformas de mercado e transformações agrárias na China, pela preferência cultural pela carne suína no país como “alimento nacional” (Wang; Watanabe, 2007) e pelos esforços estatais de “modernização” das dietas, por meio do aumento do consumo de proteína – um projeto voltado tanto para a legitimidade do Estado quanto para o desenvolvimento do agronegócio (Schneider, 2014). É importante ressaltar que o *boom* da carne suína também foi impulsionado pelas gigantescas importações de soja das Américas do Norte e do Sul (Schneider, 2011; 2014). Atualmente, a China importa 66 % do comércio mundial de soja (USDA, 2015), principalmente para alimentar a criação industrial de suínos.¹

Esses números também sugerem uma trajetória. Atualmente, a China é mais do que apenas um local de produção de carne suína; é também um importante local de lucro com a carne suína. Com o apoio do Estado, grande parte das empresas chinesas do agronegócio tiveram início, administraram e lucraram com a ascensão da carne suína. Algumas dessas empresas também estão se tornando importantes atores globais. A ascensão do WH Group, um conglomerado com sede em Hong Kong, talvez seja o exemplo mais claro. Anteriormente conhecido como Shuanghui (Caminho Luminoso), o WH Group é o acionista majoritário da maior processadora de carne suína da China, a Companhia de Investimentos e Desenvolvimento Henan Shuanghui Limitada. O grupo tornou-se a maior empresa de carne suína do mundo em 2014, quando adquiriu sua principal concorrente, a americana Smithfield Foods. Com a aquisição, a Shuanghui mudou seu nome “para refletir seu florescente alcance global e suas aspirações de tornar-se uma marca líder mundial” (WH Group, 2015). Essas aspirações são apoiadas financeiramente e discursivamente pelo Estado e compartilhadas por outras empresas do agronegócio que orientam suas operações para os mercados doméstico e global.

A expansão da carne suína no mercado, assim como o protagonismo das empresas chinesas, são fenômenos que exigem uma atenção acadêmica conjugada. Contudo, por ser um setor condicionado por relações doméstico-globais e estatais-privadas, as análises do regime industrial chinês de produção suína têm caído no abismo entre duas correntes de literatura acadêmica. Uma crescente produção acadêmica sobre a mudança agrária na China examina o papel do agronegócio chinês nos processos de mercantilização, dife-

¹ A indústria de ração animal na China também abastece o crescente setor avícola do país.

renciação e acumulação de capital. Embora essa literatura esclareça e amplie os debates sobre a política agrária chinesa, até agora ela tem se concentrado em atores e dinâmicas domésticas, sem envolver forças e relações internacionais (ver, por exemplo, Bernstein, 2015; Zhang et al., 2015). Enquanto isso, nos estudos críticos sobre políticas agroalimentares globais, as análises sobre as empresas chinesas do agronegócio estão, em geral, ausentes. O foco tem recaído, antes, em um conjunto conhecido de corporações transnacionais (CTNs) com sede nos países do Atlântico Norte e que operam através das fronteiras entre Estados-nação.² Essas abordagens refletem configurações de poder no sistema alimentar global que, desde o início dos 1990, têm sido cada vez mais corporativizadas, bem como contínuos debates sobre unidades de análise na economia capitalista mundial (ver, por exemplo, Bonanno et al., 1994; Clapp; Fuchs, 2009; McMichael, 2009). Com efeito, essa literatura enquadra a China como uma fronteira em direção à qual as corporações transnacionais estão se expandindo, e não como um importante local de desenvolvimento do agronegócio por seu próprio esforço.

Este capítulo oferece uma incursão inicial na conexão entre estudos agrários com foco na China e estudos de governança do agronegócio com foco global. Ele considera um conjunto interrelacionado de perguntas: quem são os atores interessados, engajados e mais poderosos no sistema agroalimentar da China? Quais são, especificamente, os papéis dos atores estatais e privados, nacionais e internacionais, incluindo as empresas de agronegócio transnacionais e domésticas? Quais são as metas do Estado para o desenvolvimento agrícola e como estão sendo promulgadas? Como a trajetória do sistema agroalimentar chinês, e os setores de carne suína e de ração animal, em particular, poderiam reconfigurar a política agroalimentar global?

Meu argumento parte de uma premissa simples, a de que as elites estatais e privadas na China estão trabalhando juntas para consolidar um setor nacional de agronegócio robusto, tanto como arena para o desenvolvimento rural e econômico do país quanto como uma nova fronteira para acessar recursos e mercados internacionais. O financiamento do governo apoia particularmente as indústrias agrícolas em âmbito nacional para que adquiram produtos primários de produtores rurais, através de contratos agrícolas. Em troca de sua colocação em posição de lucrar com o maior controle no sistema alimentar, as políticas determinam que essas empresas disseminem tecnolo-

² Veja, por exemplo, Murphy et al. (2012) sobre as corporações de grãos ABCD (Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill e Dreyfus); Reardon et al. (2001) sobre varejistas globais; e Sell (2009) sobre empresas de biotecnologia (Monsanto, Syngenta, Bayer e Dow/DuPont).

gias, treinamento, informações e oportunidades de mercado para as famílias agricultoras através do desenvolvimento por “irradiação” (*fushe daidong*). Essa forma de integração vertical, liderada pelas chamadas empresas “cabeça de dragão” (*longtou qiye*), movimenta as recentes políticas de “modernização agrícola” (ver Zhang et al. 2015).

Quanto à garantia de acesso a suprimentos e mercados estrangeiros, a política governamental tem dado apoio crescente às empresas do agronegócio para que invistam em terras e recursos agrícolas no exterior, instalem operações de processamento de alimentos em outros países, exportem produtos agrícolas, cooperem com e comprem empresas estrangeiras. Através dessa estratégia de “voltar-se para fora” (*zou chuqu*), os governantes pretendem expandir o alcance global de empresas chinesas estatais e privadas. Sustento que um efeito combinado dessas trajetórias doméstico-global e privada-estatal mutuamente reforçadoras é o de que as empresas líderes começam a desafiar o poder das principais corporações transnacionais agroalimentares do Atlântico Norte.

Minha pesquisa baseia-se em 18 meses de trabalho de campo no Nordeste, Sudoeste e litoral da China, e subsequente coleta e análise de dados secundários. No período entre 2009 e 2012, entrevistei funcionários do governo, executivos do agronegócio, representantes de associações de indústrias nacionais e estrangeiras, agricultores e pesquisadores na China, buscando mapear a economia política e a ecologia do setor de carne suína da China. Uma descoberta importante desse trabalho é a de que as empresas do agronegócio nacional (na forma de empresas estatais, privadas e de propriedade mista) estão liderando o impulso de industrialização, baseando-se em modelos e lógicas de produção de lugares como os EUA, mas adaptando-os às condições e política locais. A fim de especificar ainda mais essa descoberta, coletei materiais secundários sobre política de modernização agrícola, sobre propriedade e concentração setoriais e sobre as principais empresas. Esse material empírico é extraído de documentos de políticas, listas publicamente disponíveis de empresas líderes do agronegócio, informações de páginas da internet do agronegócio e do governo, jornais e documentos organizacionais, todos referidos no texto.

A próxima seção apresenta debates extraídos da literatura, que visam situar e classificar a China na economia política global. As seções subsequentes abordam questões relacionadas às empresas líderes (cabeças de dragão) e como elas complicam tais abordagens analíticas.

Agronegócio e desenvolvimento na China

Apesar de seu poder e influência crescentes, até o momento há poucos estudos sobre a política relativa ao agronegócio na China. Uma razão para a falta de análises específicas sobre a China é o foco nas corporações transnacionais como atores centrais na governança global (Cutler, 1999; Clapp; Fuchs, 2009) e como atores-chave na criação de um sistema agroalimentar global (ver, por exemplo, Bonanno et al., 1994; Magdoff et al., 2000; Lang; Heasman, 2004; McMichael, 2005). Se a China é mencionada nessas literaturas, ela é geralmente enquadrada como uma economia emergente na qual as corporações transnacionais têm interesse em entrar, e não como um novo espaço de desenvolvimento do agronegócio, onde o crescimento pode não assumir o formato neoliberal esperado. Quando pesquisadores da área dos sistemas alimentares com perspectiva crítica *abordam* a China, tendem a concentrar-se em como as corporações transnacionais operam através de investimentos estrangeiros, *joint ventures* e subsidiárias integrais. Eles geralmente se concentram nos setores de varejo, serviços de alimentação e alimentos de alto valor agregado, e não na produção (Hu et al., 2004; Wilkinson, 2010). Estudos como esses, que veem a China através das lentes de uma corporação transnacional e/ou principalmente do varejo, não conseguem captar adequadamente as políticas de transformação agrária atualmente em curso no país. Como o material empírico deste capítulo demonstra, as empresas e manufaturas domésticas são fundamentais.

Assim como o foco em corporações transnacionais impõe limitações à análise da mudança agrária, fixar-se na privatização também estorva as análises do desenvolvimento na China. Deng Xiaoping iniciou a Reforma e Abertura em 1978, com a ideia de que o “socialismo com características chinesas” usaria os mercados para desenvolver forças produtivas e eliminar a pobreza (Deng, 1984). Passados mais de 30 anos de reformas, analistas têm sugerido que o sistema se parece mais com um “capitalismo com características chinesas” (Walker; Buck, 2007; Huang, 2008) ou com “neoliberalismo com características chinesas” (Harvey, 2003). Essas abordagens refletem o argumento de Hart-Landsberg e Burkett (2005, p. 13) de que o chamado socialismo de mercado da China “levou o país para uma ladeira escorregadia em direção a uma rota de desenvolvimento cada vez mais capitalista e dominada por estrangeiros”. Essas análises, baseadas principalmente na hipótese da privatização e em classificações binárias da economia política da China, ocultam sua complexidade. Por exemplo, as terras na China não são conside-

radas propriedade privada, uma vez que coletivos rurais detêm oficialmente a posse das terras e administram contratos de terra. Mas, como mostram Zhang (2015) e Ye (2015), existe um mercado altamente desenvolvido para o *uso* da terra. Ao dividir a terra entre posse, contrato e direito de uso, os coletivos das aldeias e os aldeãos individualmente podem transferir o *direito de uso* de um pedaço de terra para outra entidade econômica, mantendo a posse e o contrato da terra. Isso tem se tornado cada vez mais comum: ao final de 2013, coletivos e aldeãos haviam transferido direitos de uso de 340 milhões de μ^3 (22,6 milhões de hectares) de terra, cada vez mais para empresas industriais e comerciais. Esse número representava 26 % do total de terras cedidas sob contrato para os camponeses agricultores da China (Ye, 2015, p. 327). Zhang (2015) argumenta que, apesar de a propriedade rural ser nominalmente coletiva, a mercantilização dos direitos de uso da terra aponta para a penetração das relações e lógica capitalistas na China rural.

Esforços para categorizar e situar a China na economia mundial são igualmente complexos. Como Arrighi (2007, p. 24) argumentou, “o resultado social do esforço titânico de modernização da China permanece indeterminado e, pelo que sabemos, socialismo e capitalismo, entendidos a partir da experiência passada, podem não ser as noções mais úteis para monitorar e compreender a situação em curso”. Já So (2010, p. 61) nos lembra que “se o neoliberalismo impusesse sua vontade, a China seria totalmente dominada por corporações estrangeiras e se tornaria um posto territorial avançado para o capital transnacional”. Mas esse não foi o caso.

Meu estudo mostra que, no sistema agroalimentar da China (como em outros lugares), embora as operações corporativas estejam se expandindo, o Estado continua a desempenhar um papel central na determinação dos rumos de expansão do mercado e da destinação dos lucros, às vezes, *através* do controle corporativo. Em outras palavras, o governo mantém um pulso firme ao chamar os atores à mesa, e no agronegócio esses atores são, em grande parte, entidades nacionais: empresas estatais, empresas privadas, parcerias entre empresas privadas e estatais, ou *joint ventures* entre empresas chinesas e estrangeiras. As corporações transnacionais que normalmente dominam a ordem alimentar mundial são frequentemente relegadas a papéis secundários na China. Elas certamente podem participar e lucrar com o sistema agroalimentar, mas há uma forte vontade política para limitar seu grau de controle e propriedade. As elites estatais e privadas na China preferem empresas domésticas para liderar a transformação agrária do país. As empresas “cabeça de dragão” são exemplos disso.

³ Mu é uma unidade de medida chinesa de área, que corresponde a 0,06667 hectare.

Cabeças de dragão, o Estado e a rota da modernização

Apoiar a industrialização é apoiar a agricultura, apoiar as empresas é apoiar os agricultores. (RCRE, 2010, p. 6).

A declaração acima, do Ministério da Agricultura, descreve sucintamente a abordagem abrangente do governo sobre o desenvolvimento agrícola desde o final dos anos 1990: substituir a agricultura de pequena escala (vista como atrasada e improdutiva) pelo agronegócio em grande escala (visto como eficiente e moderno). Nesse processo, o governo adota como grandes metas a substituição de mercados locais por contratos agrícolas e da produção dispersa por consolidação. Ele nomeia empresas de agronegócio chamadas empresas “cabeça de dragão” (empresas líderes ou empresas-guia) para conduzirem essa forma de modernidade agrícola.

Empresas líderes estão começando a atrair importante atenção acadêmica, particularmente nos estudos agrários chineses. O trabalho pioneiro de Zhang e Donaldson (2008) sobre as relações entre agronegócio e agricultores revelou que as empresas líderes são agentes importantes na disseminação das formas capitalistas de produção na agricultura chinesa (ver também Huang, 2011) e na diferenciação rural (Zhang; Donaldson 2010). Mais recentemente, em uma edição especial do *Journal of Agrarian Change* (2015) sobre ‘*Agrarian change in contemporary China*’ (Mudança agrária na China contemporânea), vários acadêmicos incluíram empresas cabeça de dragão em suas análises de processos de mercantilização (Zhang et al., 2015), de diferenciação de classes (Zhang, 2015) e da nova dinâmica capitalista originária tanto de iniciativas locais no campo quanto de capital urbano-industrial ou comercial (Yan; Chen, 2015). Essas contribuições ampliam enormemente os debates sobre a transformação crescentemente capitalista da agricultura e da sociedade rural durante a última década. Mas, como observa Bernstein (2015, p. 469), as análises “concentram-se exclusivamente nas questões ‘internas’ à China”, deixando de lado fatores internacionais da mudança agrária.

No restante deste capítulo, tento começar a vincular o “interno” ao “externo” examinando as relações entre o Estado e o agronegócio. Ao invés de enquadrar a análise em torno de questões sobre como os fatores e atores internacionais estão influenciando a mudança agrária na China, exploro a formação de empresas líderes como um projeto político mobilizado pelo Estado, que visa não apenas atender as metas de modernização em nível na-

cional (com implicações domésticas), mas também reforçar o papel e o poder da China na economia mundial capitalista. As próximas seções detalham o surgimento das empresas-guia na política e na economia política chinesas.

Designação e suporte de empresas cabeça de dragão⁴

Na cultura chinesa, o dragão é um símbolo tanto da maioria Han quanto da nação chinesa como um todo, e acredita-se que represente poder, sabedoria e bons augúrios. A denominação “empresa cabeça de dragão” vem da dança do dragão, uma dança cerimonial amplamente reconhecida na China, que data da dinastia Han, e continua a ser uma *performance* indispensável em festivais e celebrações religiosas.⁵ Na dança, um artista veste uma cabeça de dragão feroz e lidera outros que se inclinam uns sobre os outros para formar o corpo do dragão em uma longa linha de movimento coordenado. Inspiradas por esse simbolismo, as autoridades centrais conferem a empresas líderes o poder de vestirem a “cabeça do dragão”, a fim de orientar as massas de agricultores para a industrialização e conduzir a nação no caminho da modernização. As cabeças de dragão são “os principais agentes para a construção de um sistema agrícola moderno e são a chave para o avanço da industrialização agrícola”.⁶

Cabeças de dragão apareceram pela primeira vez na política central em 1998,⁷ quando as autoridades assumiram a liderança da integração e aumento da produção (Zhang; Donaldson, 2008). Depois, em 2003, oito instituições governamentais⁸ emitiram conjuntamente um documento para identificar e monitorar empresas líderes, o qual foi posteriormente atualiza-

⁴ Ao longo do capítulo, utilizo *empresa cabeças de dragão*, *empresa líder* e *empresa-guia* alternativamente, para referir *longtou qiye* em mandarim.

⁵ Para uma descrição detalhada da dança do dragão, ver <http://baike.baidu.com/view/102578.htm> (em chinês).

⁶ Conforme o documento de política *Perspectivas sobre o apoio ao desenvolvimento de empresas líderes para a industrialização agrícola*. Disponível em http://www.gov.cn/zwqk/2012-03/08/content_2086230.htm (em chinês).

⁷ *Decisão do Comitê Central do Partido Comunista Chinês sobre questões cruciais para a agricultura e o trabalho rural*, emitida pela Terceira Sessão Plenária do 15º Comitê Central do PCC, em outubro de 1998.

⁸ O documento *Medidas provisórias para o gerenciamento da identificação e monitoramento da operação da empresa cabeça de dragão* foi emitido conjuntamente pelos órgãos Ministério da Agricultura, Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, Comissão Estatal de Economia e Comércio, Ministério das Finanças, Ministério do Comércio Exterior, e Cooperação Econômica, Banco Popular da China, Administração Estatal de Impostos e Comissão Reguladora de Valores Mobiliários da China.

do em 2010.⁹ Mais recentemente, em março de 2012, o Conselho de Estado lançou o documento “Perspectivas sobre o apoio ao desenvolvimento de empresas líderes para a industrialização agrícola”.¹⁰ Além de delinear a atual fase do apoio estatal ao agronegócio, este documento também foi o precursor do estabelecimento da Associação Chinesa de Empresas Líderes para a Industrialização Agrícola (*Zhongguo nongye chanyehua longtou qiye xiehui*) ou Associação Cabeça de Dragão, em novembro de 2012.¹¹

Com cada conjunto de pronunciamentos, cresce o apoio do governo ao agronegócio, assim como o poder dessas empresas na reestruturação de economias, sistemas de produção e meios de subsistência agrícolas. A nova Associação Cabeça de Dragão, em particular, oferece um espaço institucionalizado para empresas estatais e privadas trabalharem juntas na construção de um setor do agronegócio doméstico cada vez mais consolidado. De acordo com o declarado em 2012 pelo Conselho de Estado, as cabeças de dragão não são empresas comerciais comuns: elas são responsáveis por abrir novos mercados, inovar em ciência e tecnologia, impulsionar as famílias dos agricultores e promover o desenvolvimento econômico regional. Elas são capazes de conduzir a reestruturação econômica agrícola e das aldeias, impulsionar o desenvolvimento da produção de *commodities*, promover maior eficiência e aumentar a renda dos agricultores.¹²

O rótulo de *cabeça de dragão* concede a uma empresa o direito a programas governamentais que subsidiam essas responsabilidades e a ostentar direitos de empresa líder, o que pode traduzir-se em maior legitimidade como empresa confiável no mercado. Atualmente os governos central, provinciais e locais podem conferir o *status* de cabeça de dragão, sendo a designação de nível nacional a mais honrosa e lucrativa.¹³

Para se tornar uma cabeça de dragão, a empresa deve atender a um conjunto de critérios operacionais, financeiros e de integração agrícola, conforme descritos nos documentos de “Medidas Provisórias” de 2003 e 2010.

⁹ O texto completo está disponível em: <http://wenku.baidu.com/view/090cc1e96294dd88d-0d26be4.html> (em chinês).

¹⁰ O texto completo está disponível em: http://www.gov.cn/zwggk/2012-03/08/content_2086230.htm (em chinês).

¹¹ Veja a entrada para Associação *Baidu Baike* em: <http://baike.baidu.com/view/9676144.htm> (em chinês).

¹² A partir da entrada no Baidu Baike para “empresa cabeça de dragão”: <http://baike.baidu.com/view/125729.htm> (em chinês). O texto é tradução do texto original:

在某个行业中，对同行业的其他企业具有很深的影响、号召力和一定的示范、引导作用，并对该地区、该行业或者国家做出突出贡献的企业，被称之为龙头企业。

¹³ Os critérios são menos evidentes e o apoio financeiro é menos garantido em nível local, de modo que o título *cabeça de dragão* pode ser a única vantagem nesse nível (Zhang; Donaldson, 2008).

Operacionalmente, a empresa deve funcionar principalmente no processamento, distribuição e/ou intermediação agrícola, sendo que processamento e distribuição devem representar pelo menos 70 % do valor dos produtos da empresa. Além disso, deve estar legalmente registrada, seja como empresa estatal ou como empresa privada, grupo ou corporação, *joint venture* chinesa-estrangeira ou empresa integralmente estrangeira.¹⁴

Financeiramente, o Estado estabelece limites mínimos de ativos e de vendas para atingir o *status* de cabeça de dragão, dependendo da localização e do tipo de operação da empresa. Para empresas processadoras e distribuidoras, as estabelecidas na região leste devem ter ativos mínimos de 150 milhões de RMB (US\$ 24 milhões) e vendas mínimas de 200 milhões de RMB (US\$ 32 milhões). As estabelecidas na região central devem possuir 100 milhões de RMB (US\$ 16 milhões) em ativos e 130 milhões de RMB (US\$ 21 milhões) em vendas. As empresas da região oeste do país devem ter 50 milhões de RMB (US\$ 8 milhões) em ativos e vendas mínimas de 60 milhões de RMB (US\$ 9,7 milhões).

Para empresas atacadistas, aquelas estabelecidas na região leste devem ter faturamento anual em mercados especializados de pelo menos 1,5 bilhão de RMB (US\$ 241 milhões), as da região central, de 1 bilhão de RMB (US\$ 161 milhões), e as da região oeste, de 800 milhões de RMB (US\$ 129 milhões). Além disso, cabeças de dragão devem ser rentáveis (os retornos sobre ativos devem ser maiores do que os juros sobre empréstimos bancários etc.), devem ter um índice de endividamento (razão entre o passivo exigível e os ativos) abaixo de 60 % e ter uma classificação de crédito bancário de, pelo menos, “A”. Seus produtos devem ser competitivos no mercado e devem possuir *status* provincial como cabeça de dragão antes de se candidatarem à designação de nível nacional.

A fim de cumprir as responsabilidades de desenvolvimento rural que acompanham o nome cabeça de dragão, as empresas líderes precisam dispor de um forte “mecanismo de conjugação de interesses” (*liyì lianjiè fāngshì*) para integrar as famílias agricultoras em suas operações e mercados. Os mecanismos incluem contratos, participação acionária e cooperação com famílias rurais. As políticas para empresas líderes estabelecem que 70 por cento dos produtos primários para processamento e distribuição da empresa devem

¹⁴ Atualmente, não é comum que empresas estrangeiras sejam designadas como cabeças de dragão. Das 216 empresas de agronegócio, de oito setores agrícolas diferentes (suíno, frango, soja, milho, arroz, trigo, amendoim e ração animal) que analisei em 2011, apenas uma das empresas estrangeiras tinha *status* de cabeça de dragão. Essa empresa era a People’s Food Holdings Limited, que discuto na próxima seção como uma empresa estrangeira de origem chinesa.

ter origem nesses acordos. As empresas líderes da região leste são obrigadas a integrar 4.000 famílias, as da região central, 3.500 famílias, e as da região oeste, 1.500 famílias. Se, e até que ponto, essas empresas usam um “mecanismo de conjugação de interesses”, mesmo depois de receber o *status* de cabeça de dragão, é um tema que demanda mais investigação. Esta questão é abordada na seção a seguir sobre integração vertical e pequenos agricultores.

Medidas para promover empresas líderes desde a virada do século XXI dividem-se em duas grandes categorias. Primeiro, existem apoios para empresas diretamente envolvidas no processamento e distribuição de produtos agrícolas. Entre 2000 e 2005, o governo central gastou 11,9 bilhões de RMB (US\$ 1,9 bilhão) subsidiando despesas de construção e operacionais dessas grandes empresas-guia de nível nacional (Huang, 2011). Além de pagamentos diretos, as autoridades também oferecem isenções e reduções fiscais, abatimentos de impostos de exportação, empréstimos subsidiados para produtos voltados à exportação e acesso a empréstimos especiais com juros reduzidos ou nulos (Zhang et al., 2005). Em segundo lugar, existem políticas que subsidiam atacadistas e setores vinculados à agricultura, como as empresas especializadas no armazenamento de carne suína congelada, pesquisa e desenvolvimento de produtos e gestão de águas residuais (Zhang et al., 2005). Os programas de apoio para essas empresas baseiam-se igualmente em políticas financeiras, fiscais e tributárias.

Como resultado do apoio concentrado do Estado e da cooperação no setor, empresas-guia expandiram-se, tanto em número quanto em abrangência de propriedade e controle agroalimentar. De acordo com números oficiais de 2011,¹⁵ a China tinha mais de 280.000 empresas envolvidas na industrialização agrícola, incluindo 110.000 cabeças de dragão oficialmente designadas em nível nacional. Segundo os registros, essas empresas estavam trabalhando com 110 milhões de famílias rurais, seguindo o modelo de desenvolvimento agrícola “por irradiação” (*fushe daidong*), em que tecnologia, informação e oportunidades de mercado irradiam para os agricultores através de suas relações com as cabeças de dragão. Em 2011, esse modelo estava operando em 60 % da área de produção agrícola do país e cobria 70 % da pecuária (suínos e aves) e 80 % da produção aquícola. A receita total de vendas das cabeças de dragão em 2011 foi de 5,7 trilhões de RMB (US\$ 917 bilhões), e seus produtos representaram um terço da oferta de produtos agrí-

¹⁵ Conforme discurso inaugural proferido por Hui Liangyu, vice-primeiro-ministro do Conselho de Estado, no lançamento da Associação Chinesa de Empresas Líderes para a Industrialização Agrícola, em 2012. O texto completo do discurso está disponível em <http://baike.baidu.com/view/9676144.htm> (em chinês).

colas e alimentos processados do país e dois terços da cesta básica nas principais cidades. Como Yan e Chen (2015, p. 376) observam, as cabeças de dragão também detêm uma parcela crescente das terras na China: em 2012, elas ocupavam 28 milhões de mu (1,9 milhões de hectares), o que representava 10,3 % de todas as terras trocadas na China. Embora alguns acadêmicos argumentem que as estatísticas oficiais na China não são as medidas mais confiáveis, mesmo se esses números estiverem inflados, eles demonstram que a trajetória de poder das cabeças de dragão – com apoio do Estado e consolidação da indústria – está se intensificando rapidamente.

Cabeças de Dragão, carne suína e soja

O setor de carne suína ilustra com maior clareza a prevalência das empresas nacionais de agronegócio e, particularmente, o sucesso do apoio do Estado a indústrias agrícolas. Os dados de vendas de 2011 das dez principais empresas de processamento de carne suína mostram que nove delas eram empresas cabeça de dragão (ver Tabela 1). O abate e o varejo de carne suína compartilhavam o topo da lista, com empresas-guia representando oito das dez maiores empresas em cada segmento. Enquanto as indústrias de processamento são o foco da política de apoio às cabeças de dragão – sob a premissa de que essas podem coordenar de forma mais eficiente o sistema agroalimentar para a modernização – as empresas envolvidas na produção primária também têm sido cada vez mais designadas como empresas-guia. Seis das dez maiores empresas de criação e produção de suínos eram cabeças de dragão em 2011.

A Tabela 1 ilustra a presença dominante das cabeças de dragão no setor de carne suína, bem como a relativa ausência de empresas estrangeiras.¹⁶ Em todo o setor, apenas duas empresas têm vínculo estrangeiro, embora não no típico formato de *joint venture*.¹⁷ A primeira, a Companhia de Investimentos e Desenvolvimento Henan Shuanghui, uma antiga empresa estatal, é a maior processadora de carne suína da China. O primeiro investimento estrangeiro da empresa ocorreu em 2006. Naquele ano, a empresa foi privatizada, formou-se o Shuanghui Group como a operação “matriz”, a Shuanghui International Holding Company foi estabelecida em Hong

¹⁶ Compilei dados de vendas de fontes da indústria e do governo e, em seguida, cruzei os dados das dez maiores empresas de cada setor com listas oficiais de cabeças de dragão de nível nacional. As fontes de dados estão listadas abaixo da tabela.

¹⁷ Os perfis do agronegócio chinês estão compilados em <http://pigpenning.wordpress.com/agbiz-profiles/>.

Kong e a Goldman Sachs comprou 10 % das ações da empresa. Em 2009, a Goldman Sachs vendeu metade de suas ações para um fundo de *private equity* chinês chamado CDH Investments (Shen; Li, 2010a; 2010b). Em 2013, a Shuanghui tinha seis investidores sediados na China: a CDH Investments tinha a maior participação na empresa (33,7 %), seguida por um grupo de gerentes da Shuanghui chamado Heroic Zone (30,2 %); a Profit Summit Investments Limited, a Cardilli Limited e a Chang Yun Holdings Limited detinham juntas cerca de um quarto (24 %); e uma pequena parte (4,2 %) era detida pela New Horizon Capital, uma empresa de *private equity* cofundada por Winston Wen, filho do ex-primeiro ministro Wen Jiabao. A Shuanghui também tinha dois investidores estrangeiros em 2013, com a Goldman Sachs mantendo uma participação de 5,2 % e a empresa estatal de investimentos de Cingapura, Temaseck Holdings, com 2,76 % (Ho; Lee, 2013). Com a aquisição da Smithfield Foods pela Shuanghui International, em 2013 – a maior aquisição de uma empresa norte-americana por uma empresa chinesa – a Shuanghui mudou seu nome para WH Group e se tornou a maior processadora de carne suína do mundo. O acordo é um importante ponto de partida em relação ao regime de agronegócio dominado pelo norte nas últimas décadas e, de fato, simboliza e prenuncia os últimos dias do estrito formato norte-sul de conceituar as relações globais de poder.

A segunda empresa com vínculo estrangeiro na lista das principais empresas de carne suína é a Jinlue Meat Products (*Linyi Xincheng Jinlue rouzhipin*). A empresa foi fundada no início dos anos 1990 por um médico, um empresário e um funcionário do departamento de planejamento do Linyi Industrial Bureau, na cidade de Linyi, província de Shandong. Os três cofundadores chineses primeiro incorporaram a empresa nas Ilhas Virgens Britânicas e, mais tarde, nas Bermudas, para formar a People's Food Holdings Limited como um conglomerado. Jinlue é uma empresa totalmente estrangeira, mas suas origens estão na China, e é uma empresa oficialmente reconhecida como cabeça de dragão. É também uma das três principais processadoras de carne suína do país.

Tabela 1
Participação de empresas cabeça de dragão e empresas estrangeiras nos dez principais setores agrícolas chineses, 2011

	Empresas cabeça de dragão, como percentual das dez principais empresas por vendas em 2011	Empresas estrangeiras, como percentual das dez principais empresas por vendas em 2011	Empresas privadas,[†] como percentual das dez principais empresas por vendas em 2011
Criação de porcos	60	0	60
Produção de suínos	60	0	90
Abate de suínos	80	10	60
Processamento de carne suína	90	10	50
Marcas de varejo de carne suína	80	10	80
Processamento de frango	100	20	60
Marcas de varejo de frango	100	20	70
Processamento de arroz	80	10	30
Marcas de varejo de arroz	60	0	50
Processamento de trigo	50	20	60
Marcas de varejo de trigo	40	0	100
Processamento de milho	10	30	80
Marcas de varejo de milho	20	20	80
Processamento de óleo de soja	30	60	100
Marcas de varejo de óleo de soja	30	20	80
Importadores de farelo de soja	0	0	40
Exportadores de farinha de soja	10	80 [‡]	80
Importadores de soja	10	30	60
Processamento de ração animal	50	40	100

Fontes de dados: *criação de suínos e abate*, China Swine Health Net (www.1350135.com); *abate de suínos e abate e varejo de frango*, China Meat Association (www.chinameat.cn); *processamento de carne suína*, China Report Net (www.chinabaogao.com); *varejo de carne suína e arroz*, Dete Market Research Network (www.detemr.com); *processamento de arroz e trigo*, China Grain Industry Association (www.chinagrains.org.cn); *comércio de trigo e milho, processamento de milho*, Bosi Data Research Center (www.bosidata.com); *processamento de óleo de soja*, Guotong Research Report Network (www.bjzjqx.com); *varejo de óleo de soja*, Goukk Network (www.goukk.com); *importadores e exportadores de farelo de soja*, China Commodity Marketplace (www.chinaccm.com); *importadores de soja*, documentos Baidu (wenku.baidu.com); *processamento de ração animal*, AiKai Data Research Center (www.icandata.com).

[†] Valores para empresas privadas refletem apenas empresas totalmente privadas, e não aquelas que são mistas privadas/estatais. Números de empresas privadas podem estar subestimados.

[‡] Este número é de cinco empresas, em vez de dez.

Em comparação com o setor de carne suína, o de frango é mais uniforme em termos de propriedade e controle nacional. Todas as principais empresas de abate e varejo de frango são cabeças de dragão e duas possuem *joint ventures* estrangeiras. A Xinchang Foods (*Shandong Taisen Xinchang shipin youxiangongsi*), a décima maior processadora de frango e oitava varejista de frango, estabeleceu uma *joint venture* com a Tyson Foods, em 2009, na qual a Tyson assumiu 60 % de participação nos ativos da empresa (Mickelson, 2008). A Beijing Dafa Chia Tai (*Beijing Dafa Zhengda youxiangongsi*), a sexta maior processadora de frango e principal varejista de frango no país, é uma *joint venture* com o Chia Tai Group, da Tailândia.

Cabeças de dragão também estão inseridas no processamento de rações e alimentos básicos, embora em graus variados e em níveis variados de concorrência com empresas estrangeiras. Essas diferenças estão relacionadas, por um lado, ao controle pelo Estado de cultivos associados à segurança alimentar e, por outro lado, à liberalização seletiva de cultivos para ração animal (Schneider, 2011; 2014). No primeiro caso, o Estado estabelece que arroz, trigo e milho são “cultivos estratégicos para a segurança alimentar” por constituírem alimentos básicos para o consumo humano. Mesmo com a adesão à OMC, em 2001, o Estado chinês manteve controles mais rígidos sobre sua produção, preços e importações (Solot, 2006). Esse enfoque político é evidenciado pela proporção relativamente mais alta de cabeças de dragão em relação a empresas estrangeiras nos setores de arroz e trigo (Tabela 1). O milho, em contraste, com mais empresas estrangeiras do que cabeças de dragão no processamento e um número igual no varejo, conta uma história diferente. Com sua crescente gestão como uma cultura industrial e de ração animal, e como revela o forte aumento das importações em 2010, o milho pode estar saindo do controle estrito do governo. Afirma-se que o Estado provavelmente liberalizará o milho como o fez com a soja (ver abaixo) – em grande parte para alimentar mais suínos e aumentar o consumo de carne suína – com os efeitos de substituir a produção de milho de pequenos produtores e de mudar a política de segurança alimentar limitando-a ainda mais a apenas duas culturas primárias (Schneider, 2014). Contudo, ao contrário da soja, em que as multinacionais estrangeiras estão profundamente arraigadas, as empresas chinesas de agronegócio, como a New Hope Group (*Xin Xiwang jituan*), estão preparadas para ser as principais comerciantes de milho (Grain, 2012).

O setor da soja é uma exceção importante à regra do agronegócio doméstico, mas não é um modelo a ser seguido por outros setores. Em seu trabalho sobre a globalização do agronegócio, Wilkinson (2010) cita a es-

timativa de que os comerciantes globais controlam 70 % da indústria de esmagamento de soja na China. Embora seja tentador generalizar o domínio estrangeiro de investimento e propriedade no processamento de soja para todo o sistema agroalimentar da China, isso seria um erro: a reestruturação do setor de soja na China tem uma história única e serve como um exemplo de como o Estado *não* quer conduzir o desenvolvimento agrícola. Os processos que levaram a soja a tornar-se transnacionalizada incluem: (1) liberalização seletiva no início dos anos 1990, para atender aos protocolos do acordo da OMC e aumentar a produção de suínos; (2) as quebras de contrato por parte das esmagadoras de soja chinesas em 2004, que levou à falência generalizada dessas empresas; e (3) a subsequente absorção do processamento da soja e produção de óleo de soja pelas corporações transnacionais (Schneider, 2011). As respostas do governo central, particularmente as restrições aprovadas em 2008 para limitar o investimento estrangeiro no processamento da soja, sugerem que, se não fosse pelas quebras de contrato das processadoras em 2004, o setor de soja também seria de propriedade e operação doméstica. As autoridades também estão tomando medidas para desenvolver o processamento doméstico da soja, de modo a competir com as empresas estrangeiras e, evidentemente, para recuperar parte do terreno perdido. Em outras palavras, o controle das corporações transnacionais no esmagamento de soja e no processamento de óleo não é um processo disseminado; antes, é o resultado de um conjunto único de circunstâncias econômicas e políticas e de escolhas que não devem ser generalizadas para outras áreas do sistema alimentar e agrícola.

Dados sobre a participação de empresas privadas em cada setor parecem sugerir que a privatização é desenfreada. Mas, embora seja evidente que as empresas estatais já não são maioria entre as principais empresas, o papel do Estado continua forte. Além disso, cabeças de dragão representam um tipo denexo estatal-privado que põe em questão o binário estrito Estado/iniciativa privada. Entender se, e como, as empresas cabeça de dragão apoiadas pelo Estado operam de maneira diversa das empresas sem a designação *cabeça de dragão* é uma importante área de pesquisa que precisa ser considerada: é um projeto com importantes implicações políticas.

Tabela 2

Integração vertical entre as dez maiores empresas em criação e produção, abate, processamento e varejo de suínos

Criadores de suínos	Produtores de suínos	Abate de suínos	Processadores de carne suína	Varejistas de carne suína
Xunxin*	Wens*	Jinluo*	Shuanghui*	Shuanghui*
Tiejie Lishi	Chuming*	Yurun*	Jinluo*	Jinluo*
Fuxin	Bohiya	Shuanghui*	Zhucheng*	Yurun*
Zhengyang ZhuMei	Neixiang Muyuan	Zhiyuan	Zhongpin*	Gaojin*
Beijing Capital Ag*	Xinwufeng*	Pengcheng*	Delisi*	Tangren Shen*
Zhongshan Baihe	Shuangge*	Gaojin*	Jinluo*	Meihao*
Shuangge*	Tianzhong*	Zhongpin*	Beixu*	Delisi*
Xinwufeng*	Huangjinxiang*	Panyu	Furun*	Ke'erqin Cattle*
Chanjiang*	Zhongshan Baihe	Delisi*	Weifang Legang*	Chundu
Tianzhongk*	Luhuan	Jingyan*	Jitailong	Qianxihe

Fontes: As fontes de dados são fornecidas nas notas da Tabela 1. As empresas que estão entre as dez principais em mais de um estágio de produção (verticalmente integradas) aparecem em negrito. Empresas cabeça de dragão são indicadas por um asterisco (*)

Integração vertical e consolidação do setor de carne suína

Os formuladores de políticas celebram o setor da carne suína, em particular, como um paradigma da agricultura moderna e um exemplo claro de integração vertical bem-sucedida e estável (Cui, 2009). A Tabela 2 ilustra a integração vertical no nível das empresas, o processo de constituição das cabeças de dragão e sua consolidação entre as dez maiores empresas em diferentes estágios da cadeia de carne suína.

Três empresas se destacam por estarem na “vanguarda da modernização” em termos de gestão, produção e marketing no setor de carne suína e como líderes da integração vertical. Na última década, a Shuanghui, a Jinluo e a Yurun dividiram os holofotes no processamento e nas vendas de carne suína, disputando a posição número um, ano após ano (Cui, 2009). Em 2011, suas vendas anuais combinadas alcançaram 115,6 bilhões de RMB (US\$ 19 bilhões), o que representou 68 % da venda total das dez maiores processadoras de carne suína. O lucro anual combinado das três empresas foi de seis bilhões de RMB (US\$ 965 milhões), ou 86 % do lucro total das dez maiores processadoras de carne suína do país. Juntas, essas três empresas

empregam 119 mil funcionários e concentram a participação de mercado em processamento e vendas de carne suína. A Shuanghui é uma antiga empresa estatal, a Jinluo foi fundada na China e incorporada nas Ilhas Virgens Britânicas, e a Yurun é uma empresa privada fundada em Nanjing. Todas as três são cabeças de dragão.

Tabela 3
Síntese dos objetivos do atual modelo
de desenvolvimento agrícola da China

Objetivo	Descrição dos pontos chave
Assegurar suprimento suficiente de produtos agrícolas com recursos domésticos	Crescimento estável da produção de grãos; garantir suprimento suficiente de produtos agrícolas importantes a partir de recursos domésticos; política de segurança alimentar focada na produção e comercialização de grãos, com medidas protetivas também para o óleo comestível, algodão e suínos.
Consolidar o sistema operacional rural básico	Manter a validade dos contratos de terra; garantir os direitos dos agricultores à contratação e implementação do uso da terra; reformar a agricultura tradicional; fomentar o agronegócio; impulsionar cooperativas de agricultores.
Melhorar a qualidade e a segurança dos produtos agrícolas	Melhorar a padronização agrícola através de sistemas de controle de qualidade e segurança, incluindo exames e testes, supervisão e aplicação da lei.
Aumentar a renda dos agricultores e promover o emprego de trabalhadores rurais fora da agricultura	Dobrar a renda líquida de 2008 dos agricultores até 2020; expandir os canais de geração de renda na agricultura; expandir o setor não-agrícola nas áreas rurais para deslocar os trabalhadores rurais excedentes da agricultura para as cidades de médio e grande porte; remover a barreira urbano-rural; construir um mercado de trabalho integrado.
Promover o avanço da ciência e tecnologia agrícolas	Impulsionar a inovação independente em ciência e tecnologia agrícolas; estabelecer um modelo para o avanço da ciência e tecnologia; educar os agricultores em negócios e tecnologia; estabelecer educação básica obrigatória e a formação técnica rurais.

Constituir um novo sistema de serviço social para a agricultura	Combinar serviços públicos e privados para propiciar distribuição de insumos agrícolas, extensão em tecnologias agrícolas, proteção de plantas, prevenção de doenças, informações agrícolas, marketing de produtos e operação de máquinas; prestação de serviços por agências de serviço público, organizações econômicas cooperativas, atores de empresas líderes e organizações não-governamentais.
Fortalecer a agricultura e a construção de infraestrutura	Aumentar os subsídios para produção de grãos, insumos agrícolas e maquinário; aumentar o preço mínimo de compra de grãos; ampliar as reservas nacionais de grãos, algodão, óleo comestível e carne suína; aumentar os investimentos nas áreas rurais; encorajar serviços bancários e empréstimos locais; desenvolver seguro agrícola.
Aprimorar as leis e regulamentos agrícolas	Ampliar a abrangência da educação e da aplicação da lei.
Abrir a agricultura ao mundo exterior	Os objetivos fundamentais são o aumento da eficiência agrícola, dos rendimentos dos agricultores e da competitividade internacional dos produtos agrícolas através da construção de uma agricultura moderna; mecanismos de fortalecimento da cooperação Sul-Sul no âmbito do Programa Especial da FAO para a Segurança Alimentar; participação na cooperação agrícola bilateral e multilateral; e promoção do comércio agrícola e cumprimento dos compromissos com a OMC.

Fonte: Tabela produzida usando a seção “Questões relacionadas ao desenvolvimento da agricultura e da economia rural da China” (*Issues pertaining to the development of China’s agriculture and rural economy*) do documento de 2008 “Decisão...”.

Objetivos e trajetórias atuais de desenvolvimento agrícola

A política central recente repete o mantra da *modernização por meio da integração vertical*, do início da era da reforma, e mantém o foco nas empresas cabeça de dragão. A “Decisão do Comitê Central do PCC sobre questões cruciais relativas à reforma e ao desenvolvimento rural” (doravante referidos como “Decisão”), adotada na Terceira Sessão Plenária do 17º Comitê Central do PCC (Partido Comunista da China) em 2008,¹⁸ é a declaração

¹⁸ O texto completo da “Decisão do Comitê Central do PCC sobre questões cruciais relativas à reforma e ao desenvolvimento rural” está disponível em http://english.agri.gov.cn/sa/ca/201112/t20111227_3751.htm (em inglês).

mais recente das metas de desenvolvimento rural e agrícola da China, resumidas na Tabela 3.

Pode-se interpretar melhor os objetivos expressos no documento “Decisão” relacionando-os ao pronunciamento de 2012 do Conselho Estatal, “Perspectivas sobre o apoio ao desenvolvimento de empresas líderes para a industrialização agrícola” (doravante “Perspectivas”). Enquanto o primeiro estabelece as políticas, o segundo define os agentes e mecanismos para implementá-las: em conformidade com políticas anteriores, as empresas cabeça de dragão são as líderes e a integração vertical é o meio. As declarações expressas nesses dois documentos refletem, em grande parte, a lógica que despontou em 1998, especialmente a continuidade do apoio estatal ao agronegócio para o desenvolvimento rural. O que há de novo nessas diretrizes, ou pelo menos muito mais pronunciado, é a consolidação das cabeças de dragão e o foco no apoio às empresas líderes para o desenvolvimento combinado em nível nacional e em nível global.

Desdobramentos em âmbito nacional: agronegócio, renda rural e legitimidade do Estado

Para a tarefa declarada de melhorar as condições internas da China, especialmente nas áreas rurais, a integração vertical continua a ser a lógica orientadora da atual concepção do desenvolvimento agrícola (ver Meta 2 na Tabela 3). O documento “Perspectivas”, de 2012, apresenta a adesão a um sistema de gestão de contratos com estabelecimentos rurais familiares (*jiating chengbao jingying zhidu*) como o princípio orientador da industrialização agrícola, baseado na instituição do mercado para alocar recursos e melhorar os meios de subsistência rural através do aumento da renda (ver Seção II do documento “Perspectivas”). A fim de promover este princípio, as autoridades agora propõem o desenvolvimento de “grupos de empresas líderes” (*longtou qiye jiqun*), formados por empresas com funções complementares trabalhando juntas para criar mercados, construir bases de produção intensiva e de larga escala, padronizar o processamento e disseminar conhecimento e tecnologia aos agricultores através do sistema de irradiação.

A formação de grupos é a próxima fase da integração vertical na agricultura chinesa. De certa forma, isso aproximará o sistema de um modelo de concentração do agronegócio prevalente em países como os EUA (ver, por exemplo, Heffernan, 2000), onde algumas poucas empresas controlam a maior parte da produção agrícola em setores como carne suína e ração animal. Um integrante da indústria de suínos em Pequim disse-me que costuma

brincar com colegas na Associação Nacional da Indústria Suína afirmando que “em breve, já não precisarão de uma associação, porque só haverá um ou dois membros”.¹⁹ Mas, o tipo de empresas na China será diferente; as empresas mais poderosas serão principalmente nacionais e, em grande parte, cabeças de dragão. O agrupamento, na verdade, é uma forma de resistir às próprias empresas que controlam o sistema alimentar nos EUA e grande parte do sistema alimentar global. É uma decisão política que visa manter o controle interno da produção e circulação de alimentos e aumentar a competitividade internacional.

Do ponto de vista das políticas, o agrupamento de agronegócios e a integração vertical são os principais meios *agrícolas* para melhorar a renda rural ao conectar os agricultores aos mercados. É importante notar, no entanto, que os salários não agrícolas do trabalho migrante são o principal mecanismo para aumentar os rendimentos rurais (Meta 4). Em 1990, a parcela da renda não agrícola em uma família rural era de 22,3 % e, em 2004, havia subido para 52,4 % (Zhong, 2011). Em 2011, o dado permanecia acima de 50 %, e “a renda dos trabalhadores migrantes aumentou significativamente nos últimos anos, tornando-se o principal meio pelo qual os agricultores ampliam suas rendas” (People’s Daily, 2011). O modelo de desenvolvimento agrícola, portanto, faz parte de um conjunto mais amplo de políticas e práticas para o desenvolvimento rural, que visam abandonar quaisquer remanescentes de uma “economia camponesa” (Schneider, 2015).

No caso da renda e dos meios de subsistência, o amparo em salários não agrícolas para o crescimento econômico rural é enquadrado na política central, tanto de forma discursiva quanto materialmente, como desenvolvimento urbano-rural coordenado (Durc) (*chengxiang tongchou*).²⁰ Os princípios básicos do Durc (conforme explicitados na política) são o apoio da indústria urbana à agricultura, a equalização de direitos e serviços nos espaços rurais e urbanos e a industrialização da agricultura para liberar trabalhadores rurais excedentes para empregos em áreas urbanas (Ye, 2009). Embora isso não seja tão direto quanto a substituição dos cultivos de subsistência pelas *commodities* agrícolas (Zhang, 2015), a integração vertical e o agrupamento atuam em conjunto com iniciativas de Durc para estabelecer bases de produção em larga escala destinadas a substituir ou empregar pequenos agricultores. O que propõe o Durc com suas

¹⁹ Entrevista nº 17, em 24 de março de 2010.

²⁰ As iniciativas de Durc estão incluídas nos documentos Número 1 de 2004-2009, no 12º Plano Quinquenal, no Guia para a Redução da Pobreza voltada para o Desenvolvimento das Áreas Rurais da China, 2011-2020, e na “Decisão do Comitê Central do PCC sobre questões cruciais relativas à reforma e ao desenvolvimento rural”.

respectivas políticas é, portanto, que um dos modos mais fáceis para melhorar os meios de subsistência agrícola é livrar-se deles.

No documento “Decisão” observa-se que o lugar central conferido às cabeças de dragão na política de segurança alimentar juntamente com os setores destacados como áreas-foco da política são também reveladores da trajetória de desenvolvimento nacional. As metas 1 e 7 designam carne suína, óleo comestível e algodão como setores estratégicos, que são controlados para garantir o abastecimento interno e as reservas nacionais. Garantir quantidades crescentes de carne suína, a denominada *comida nacional*, fornece uma plataforma a partir da qual o Estado pode reivindicar legitimidade por seu papel no progresso, modernização e construção de uma sociedade melhor. O óleo comestível, por outro lado, é um setor que tem escapado ao controle nacional desde a quebra de contratos pelas processadoras de soja em 2004, quando empresas estrangeiras assumiram o controle majoritário do esmagamento de soja e, conseqüentemente, da produção e venda de óleo de soja. O foco da política central recente no óleo comestível provavelmente sinaliza um esforço renovado para aumentar a propriedade e o controle nacionais do setor de soja. Finalmente, o algodão parece fora de contexto nos objetivos de segurança e reserva alimentares; no entanto, sua inclusão sugere o crescente valor econômico da cultura, tanto para uso doméstico quanto para exportação, especialmente na região oeste da China. Mas, enquanto as razões econômicas da inclusão do algodão nos objetivos do modelo de desenvolvimento agrícola são mais evidentes, pode-se dizer que os setores de carne suína e de óleo comestível estão, também, tão relacionados ao crescimento econômico e à acumulação de capital quanto à segurança alimentar. Ambos são cada vez mais comercializados, cada vez mais controlados pelas empresas do agronegócio e cada vez mais lucrativos, especialmente como produtos para classes média e alta (Schneider, 2014).

Desdobramentos em âmbito global

A mesma lógica de integração vertical que impulsiona o desenvolvimento agrícola para avanços em escala nacional também orienta as estratégias globais. Embora a linguagem da agricultura “internacionalizada” esteja inscrita na política central desde pelo menos 1998, tanto o documento “Decisão”, de 2008, quanto o documento “Perspectivas”, de 2012, afirmam explicitamente que ampliar os vínculos internacionais é um objetivo fundamental da política e das atividades de desenvolvimento. As cabeças de dragão estão, novamente, no centro deste objetivo.

A promoção da exportação é uma das vias de inserção internacional. Ela pode ocorrer na forma de subsídios diretos para empresas envolvidas em mercados de exportação,²¹ ou na forma de padronização através de medidas de certificação da qualidade e segurança dos alimentos.²² Autoridades nacionais e provinciais, cada vez mais, vêm adotando padrões internacionais de teste para regular o sistema agroalimentar, e APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle),²³ ISO 9001 (Gestão da Qualidade) e ISO 22000 (gestão da segurança de alimentos)²⁴ são atualmente usados pela maioria das empresas comerciais agrícolas na China. Nesta época de escândalos de segurança alimentar (Wu, 2012) e declínio da confiança do cidadão consumidor (Zader, 2011), com o uso de padrões internacionais as empresas passam aos consumidores nacionais a mensagem de que estão seguindo protocolos bem definidos e institucionalizados. Ao mesmo tempo, a adoção de padrões internacionais prepara empresas nacionais para vender seus produtos nos mercados internacionais. Entrevistei gerentes gerais e CEOs de empresas líderes de processamento de carne suína, os quais informaram que o principal motivo para adotarem os padrões ISO e APPCC era o de começar a explorar as exportações, especialmente para os mercados asiáticos.²⁵

Outra via para o desenvolvimento global na agricultura, e que está atraindo cada vez mais atenção na pesquisa acadêmica e na imprensa, diz respeito ao apoio do Estado às empresas chinesas para investirem em operações e recursos no exterior. A política de “voltar-se para fora” (*zou chuqu*), lançada oficialmente pelo governo central em 2000 e impulsionada pelo Ministério da Agricultura em 2008, faz parte de uma estratégia de desenvolvimento de negócios para expandir o alcance global das empresas e instituições estatais e privadas chinesas (Ping, 2008; Hofman; Ho, 2012). De acordo com o Plano Estratégico de “exteriorização” agrícola (*nongye zou chuqu zhanlüe guihua*), lançado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (CNDR), as empresas chinesas que investem na agricultura, silvicultura e pesca no exterior podem se beneficiar de até 30 milhões de RMB (US\$ 4,8

²¹ Ver os documentos “Medidas Provisórias” de 2003 e 2010, e o documentos “Perspectivas” de 2012.

²² Ver o Objetivo 3, na Tabela 3 do documento “Perspectivas”.

²³ Página web da HACCP Alliance: <http://www.haccpalliance.org/sub/index.html>.

²⁴ Página web da ISO – International Organization for Standardization: <http://www.iso.org/iso/home.html>.

²⁵ Entrevista nº 24, em 19 de maio de 2010; entrevista nº 26, 19 de maio de 2010; entrevista nº 34 em 17 de junho de 2010; entrevista nº 46, em 13 de setembro de 2010; entrevista nº 61, em 21 de outubro de 2010.

milhões) em apoios de natureza fiscal e financeira, além de isenções tributárias e seguros (Economic Observer, 2012). Até o momento, o foco do Estado chinês no “exterior” no que tange à agricultura tem recaído sobre “empresas estatais estratégicas que os formuladores de políticas chineses veem como capazes de rivalizar com multinacionais estabelecidas” (Cotula et al., 2009, p. 55). Por exemplo, a Beidahuang, uma das maiores empresas estatais do agronegócio na China, que opera com produção e processamento de grãos, soja e gado, já investiu e/ou mostrou interesse em investir em terras na Argentina, Austrália, Brasil, Filipinas e Rússia.²⁶ A Cofco (Corporação Nacional de Cereais, Óleos e Alimentos da China, *Zhong liang jituan*), o Chongqing Grain Group (*Chongqing liangshi jituan*) e o Grupo Nacional de Desenvolvimento Agrícola da China (*Zhongguo nongye fazhan jituan*) também saíram em busca de terras e recursos agrícolas no exterior (Economic Observer, 2012). Todas são empresas líderes.

Além do apoio interno, as autoridades chinesas também estimulam a influência internacional através da cooperação com governos fora do eixo Atlântico Norte. O Objetivo 9 do documento “Decisão” de 2008 (ver Tabela 3) descreve esses mecanismos, que incluem acordos agrícolas bilaterais e multilaterais. A linguagem do documento “Decisão” sugere dois pontos importantes: primeiro, que o agronegócio chinês está subvertendo o poder das principais transnacionais, ao deixar essas empresas de fora do cenário comercial; e, segundo, que a construção de um setor doméstico de agronegócios robusto envolve tanto o aumento da competitividade global das empresas chinesas, quanto o seu desenvolvimento em nível nacional. Em lugar de permitir uma repetição da apropriação pelas corporações transnacionais do processamento da soja, as autoridades governamentais parecem estar dispostas a proteger e expandir a propriedade e o controle interno desse setor. Isso é particularmente evidente no crescente fluxo de soja em grãos proveniente de produtores e cooperativas de larga escala do cone Sul da América do Sul, que são processados na China por empresas chinesas. Hoje, Brasil, Argentina e China produzem 54 % e processam 61 % de toda a soja produzida no mundo (USDA, 2015). Embora as empresas transnacionais com base no Atlântico Norte – que têm dominado a indústria de processamento da soja desde a década de 1990 – mantenham uma participação significativa nesse setor, em âmbito global, agora precisam competir com as empresas sediadas na China e na América do Sul.

²⁶ Ver a página web da Beidahuang em *Food Crisis and the Global Land Grab*, disponível em <http://farmlandgrab.org/cat/show/576>.

Juntos, esses processos têm o potencial de mudar a distribuição de poder e de lucro no complexo global de ração animal (Oliveira; Schneider, 2015). Os exemplos incluem a aquisição da Smithfield Foods pelo WH Group, as atividades globais da Beidahuang e as recentes aquisições pela Cofco da holandesa Nidera e da divisão de agronegócios da Noble, sediada em Hong Kong (Oliveira; Schneider, 2015). Cada caso expressa o crescente poder das empresas agroindustriais chinesas na economia política do sistema agroalimentar global.

Desenvolvimento guiado

Como anteriormente mencionado, documentos emitidos pelos Conselho de Estado, Ministério da Agricultura e por outros órgãos do CPC indicam que as cabeças de dragão devem incorporar e implementar as metas de desenvolvimento de nível nacional e global. Observar o funcionamento e a gestão das cabeças de dragão oferece um outro olhar sobre como essas metas estão sendo colocadas em prática.

Assim, em lugar de concentrar-se apenas nas maiores empresas e líderes da indústria (isto é, o Grupo WH, Jinluo e Yurun), esta seção final oferece um panorama de uma empresa menor, de nível provincial, com sede na província de Sichuan, no oeste da China. O caso ilustra que a descentralização coordenada, a integração vertical, o nexos Estado-iniciativa privada e os dois objetivos, reforçados mutuamente, de desenvolvimento em nível nacional e global são dinâmicas que orientam as operações das cabeças de dragão em várias escalas e em várias geografias e jurisdições políticas.

Perfil de uma empresa-guia de nível provincial

A Jade Companhia Processadora de Carnes²⁷ é uma empresa agrícola privada localizada no condado de Minxing, próximo a Chengdu, na província de Sichuan. Foi fundada em 2000 e, em 2005, recebeu o *status* de cabeça de dragão de nível provincial, além de designação nacional como “Marca Famosa de Sichuan”. A empresa é verticalmente integrada, com operações de criação de javalis, produção e abate de suínos, processamento de carne suína, distribuição, transporte e varejo. A Jade abate 1,3 milhão de porcos por ano para processamento e venda a varejo com marca própria. A rede de vendas da

²⁷ O nome da empresa, o nome do condado e todas as características identificadoras foram alterados para proteger o anonimato das pessoas que entrevistei.

empresa cobre 26 divisões administrativas (províncias, municípios e regiões autônomas) na China e comercializa mais de 130 tipos de produtos.

Sichuan é atualmente a principal província em produção de carne suína da China e tem uma longa história como centro nacional da suinocultura.²⁸ As autoridades em Sichuan estão empenhadas em manter essa posição de liderança e “modernizar” o setor. Para tanto, direcionam fundos provinciais e municipais em apoio às empresas cabeça de dragão como um dos principais mecanismos de promoção da industrialização.²⁹ De acordo com o gerente geral da Jade, em 2009 as autoridades centrais destinaram entre 400 e 500 milhões de RMB (US\$ 64 a 80 milhões) para apoiar a pecuária em todo o país. Desse total, as autoridades de Sichuan destinaram oito milhões de RMB (US\$ 1,2 milhão) da parcela provincial para o condado de Minxing, onde as autoridades locais alocaram 5,8 milhões de RMB (US\$ 933.000) para a Jade Companhia Processadora de Carnes para despesas operacionais. O gerente geral da empresa afirmou que essas políticas governamentais favoráveis às agroindústrias processadoras constituíam a principal oportunidade para o negócio, citando seus subsídios anuais e empréstimos sem juros como benefícios-chave.³⁰

Em relação ao seu “mecanismo de conjugação de interesses” enquanto empresa-guia, o gerente geral informou que, em 2010, a empresa contratou 1.188 agricultores locais, e o modelo “empresa e granja” ajudou a aumentar a renda familiar. Pediu para visitar uma granja com a qual a empresa mantinha um contrato, mas informaram que isso seria “muito difícil”.

A empresa planeja expandir seus negócios substancialmente nos próximos cinco anos, tanto por meio do aumento da produção de carne suína embalada, quanto pela inclusão do processamento de aves. Está se preparando para ingressar na bolsa de valores de Shenzhen, adotou os padrões APPCC e ISO e foi aprovada na inspeção nacional para obter um certificado de exportação. Atualmente exporta produtos de carne suína embalada para Hong Kong, Japão e Coreia do Sul e espera uma grande expansão de seus negócios de exportação em um futuro próximo.³¹

Cabeças de dragão e trajetórias de mudança

Este perfil da Jade ilustra vários pontos importantes sobre as cabeças de dragão e trajetórias de mudança na China atual. Primeiro, as cabeças de dra-

²⁸ Entrevista nº 22, 14 de maio de 2010.

²⁹ Entrevista nº 23, 19 de maio de 2010; entrevista nº 61, 21 de outubro de 2010.

³⁰ Entrevista nº 61, 21 de outubro de 2010.

³¹ Entrevista nº 93, 3 de junho de 2011

gão são boas para os negócios locais e boas para as políticas locais. Em 2009, a Jade recebeu 73 % do total dos recursos do condado de Minxing destinados à pecuária. Ao direcionar a maior parte do seu apoio financeiro para a operação e crescimento da Jade, as autoridades governamentais locais se beneficiam. O sucesso da Jade como uma cabeça de dragão habilita a empresa e a província a receberem mais fundos dos orçamentos central e provincial no futuro.³² Ao mesmo tempo, direcionar fundos para a Jade cumpre o mandato de desenvolvimento rural do município, apoiando os agricultores através do apoio a empresas (RCRE, 2010). Com o discurso de que a “conjugação de interesses”, através de contratos agrícolas e da integração vertical, melhora a vida e os meios de subsistência das famílias rurais, o governo financia cabeças de dragão em vez de subsidiar os próprios agricultores. Os vínculos entre os governos locais e as empresas do agronegócio requerem mais investigação.

O segundo ponto importante trata das diferenças entre o discurso e a prática das políticas. Durante meu trabalho de campo, eu quis entrevistar agricultores contratados diretamente pelas cabeças de dragão que eu estava estudando. Entender os termos de sua inclusão (e exclusão) nos contratos era uma questão importante para o projeto. Na Jade e em outras empresas, os executivos que entrevistei repetidamente me diziam que visitar as famílias contratadas era “difícil” ou “impossível”. Eles, em geral, mencionavam as precauções sanitárias que me impediriam de entrar em bases de produção ou diziam que as granjas estavam muito distantes.³³ Embora essas pudessem ser considerações importantes, a relutância dos gerentes em facilitar minha pesquisa nas granjas também pode estar relacionada a outros fatores. Estudos têm mostrado que as empresas do agronegócio na China preferem contratar unidades de produção maiores (Guo et al., 2007; Miyata et al., 2008; Stringer et al., 2008), e que, por terem de se reportar aos governos locais sobre suas atividades de “conjugação de interesses” como cabeças de dragão, é prática comum distorcerem e inflarem o número de famílias contratadas (Zhu, 2007). Encontrei esse fenômeno em meu trabalho de campo. Um gerente relatou-me que sua empresa contratou 1.400 famílias para suas operações de processamento. Mais tarde, na entrevista, ele me disse que a empresa não tinha contratos com pequenos agricultores familiares, ou *nongmin*, porque esses agricultores são de “baixa qualidade e não são confiáveis”.³⁴

³² Entrevista nº 93, 3 de junho de 2011.

³³ Entrevista nº 31, 19 de maio de 2010; entrevista nº 33, 17 de junho de 2010; entrevista nº 54, 9 de setembro de 2010; entrevista nº 57, 13 de setembro de 2010; entrevista nº 75, 9 de dezembro de 2010.

³⁴ Entrevista nº 75, 9 de dezembro de 2010.

Quando questionei a aparente desconexão entre essa declaração e a informação anterior de 1.400 famílias contratadas, o gerente rapidamente mudou de assunto. Se, em que medida, sob que condições e com que efeitos as cabeças de dragão cooperam com os agricultores familiares é uma área que requer novos e criteriosos estudos. Os acadêmicos estão começando a documentar as contradições entre os objetivos declarados das políticas relacionadas aos contratos agrícolas e a realidade da diferenciação, desapropriação e marginalização estrutural rurais (Zhang, 2012; Zhang et al., 2015).

O último ponto é que os objetivos e aspirações das cabeças de dragão se estendem para além da China. Este trecho de um folheto da Jade é instrutivo:

Com foco na globalização econômica, a Jade Companhia Processadora de Carnes coleta fundos sociais, integra recursos distritais e municipais e busca ativamente o apoio financeiro nacional, num esforço para desenvolver a indústria de suínos no Município de Minxing, avançando com determinação para se tornar a maior processadora de suínos de Chengdu, a melhor empresa cabeça de dragão da Sichuan em criação de javalis e a maior empresa de processamento e exportação de suínos da China Ocidental nos próximos cinco a sete anos. (texto original em chinês, tradução minha para o inglês).

Na medida em que as políticas colocam poder econômico nas empresas cabeças de dragão, essas empresas tornam-se mais verticalmente integradas no âmbito doméstico, e também expandem sua presença e poder no âmbito global. De que modo essas trajetórias duais doméstico-globais condicionam dialeticamente uma à outra e com quais implicações para a mudança social, são questões que exigem mais atenção.

“Cabeças de dragão” e os rumos do capitalismo global

Neste capítulo argumentei que o desenvolvimento do agronegócio no setor de suínos da China é, em grande parte, doméstico, tem uma estrutura mista estatal-privada e tende a marginalizar as corporações transnacionais estrangeiras – que têm sido os atores mais poderosos do sistema agroalimentar global. Através de um exame de documentos políticos, bem como da propriedade e das dinâmicas operacionais no setor de suínos em particular,³⁵

³⁵ Embora minha análise se concentre nos setores de carne suína e de ração animal em particular, dinâmicas similares estão em jogo nos setores de aves e laticínios da China. Ver os relatórios do

propos que as empresas cabeças de dragão incorporam e implementam objetivos de desenvolvimento agrícola e econômico de nível nacional e global. Por cobrir um assunto crucial, subestimado e dinâmico, o capítulo não pode ser conclusivo nesse estágio. Além disso, as trajetórias de mudança agrária na China, incluindo as implicações sociais e ecológicas do aumento do poder das cabeças de dragão, não são nem fixas nem determinantes. Analisar essas trajetórias, no entanto, exigirá a consideração de fatores, atores e contradições internas, bem como das dinâmicas globais.

Com base nos impactos das transformações agrárias já em curso na China, é possível prever que a trajetória de desenvolvimento do agronegócio no país pode envolver um aprofundamento de problemas ambientais e sociais associados. No setor de carne suína, por exemplo, as crises da agricultura industrial já surgiram: o esterco gerado na engorda de animais confinados (principalmente suínos) já constitui a principal fonte de poluição da água no país; organismos causadores de doenças resistentes a antibióticos e endêmicos à produção pecuária são hoje encontrados nos solos em torno das operações comerciais da China; as emissões agrícolas de gases de efeito estufa estão aumentando; a diversidade genética e de espécies está em declínio; questões de segurança alimentar e doenças relacionadas a dietas de estilo de vida estão aumentando; e pequenos agricultores estão sendo sistematicamente substituídos por empreendimentos de agronegócio verticalmente integrados (Schneider, 2011). Essas são crises gerais da agricultura industrial; não problemas específicos à variedade chinesa.

De um modo mais geral, trajetórias de poder das cabeças de dragão sugerem trajetórias de mudança global. Seguindo Hung (2009), várias questões analíticas e políticas emergem relacionadas a como as cabeças de dragão podem estar transformando o capitalismo global. Por exemplo: essas empresas exercem maior poder de barganha nos mercados e no comércio globais? Como e até que ponto elas estão desafiando o domínio dos comerciantes de grãos da ABCD, particularmente no complexo global de ração animal? Seu sucesso reflete e/ou dá origem a tensões geopolíticas? Responder a essas questões considerando a dinâmica das empresas chinesas que se “voltam para fora”, além de como as corporações transnacionais estão “entrando”, pode revelar muito sobre o caráter potencial e futuro do sistema agroalimentar chinês e sobre a política agroalimentar global.

Institute for Agriculture and Trade Policy's (IATP), *Global Meat Complex: The China Series*. Disponível em: <http://www.iatp.org/issue/industrialized-meat>.

Referências

- ANDERSON, E. N. *The Food of China*. New Haven, CT: Yale University Press, 1988.
- ARRIGHI, G. *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century*. London: Verso, 2007.
- BERNSTEIN, H. Some Reflections on Agrarian Change in China. *Journal of Agrarian Change*, v. 15, n. 3, p. 454-477, 2015.
- BONANNO, A.; BUSCH, L.; FRIEDLAND, W.; GOUVEIA, L.; MINGIONI, E. (org.) *From Columbus to ConAgra: The Globalization of Agriculture and Food*. Lawrence, KS: University Press of Kansas, 1994.
- CHANG, K. C. (org.) *Food in Chinese Culture: Anthropological and Historical Perspectives*. New Haven, CT: Yale University Press, 1977.
- CLAPP, J.; FUCHS, D. (org.) *Corporate Power in Global Agrifood Governance*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2009.
- COTULA, L.; VERMEULEN, S.; LEONARD, R.; KEELEY, J. *Land Grab or Development Opportunity?: Agricultural Investment and International Land Deals in Africa*. International Institute for Environment and Development, Food and Agriculture Organization, International Fund for Agricultural Development, 2009. <http://pubs.iied.org/12561IIED.html>. Acesso em 18 jan. 2014.
- CUI, K. Interview on Development in the Chicken Meat Industry in China (in Chinese), 2009. <http://finance.ifeng.com/leadership/cygc/20090522/696380.shtml>. Acesso em 13 jan. 2014.
- CUTLER, C. Locating “Authority” in the Global Political Economy. *International Studies Quarterly*, v. 43, n. 1, p. 59-81, 1999.
- DENG, X. Building a Socialism with a Specifically Chinese Character. *People’s Daily*, 30 jun., 1984. <http://english.peopledaily.com.cn/dengxp/vol3/text/c1220.html>. Acesso em 13 jan. 2014.
- ECONOMIC OBSERVER. Chinese Agriculture Goes Global. *Economic Observer*, 13 fev., 2012. <http://farmlandgrab.org/post/view/20030>. Acesso em 13 jan. 2014.
- GRAIN. Who Will Feed China? Agribusiness or Its Own Farmers? *Against the Grain*, 2012. <http://www.grain.org/article/entries/4546-who-will-feed-china-agribusiness-or-its-own-farmers-decisions-in-beijing-echo-around-the-world>. Acesso em 13 jan. 2014.
- GUO, H.; JOLLY, R.W.; ZHU, J. Contract Farming in China: Perspectives of Farm Households and Agribusiness Firms. *Comparative Economic Studies*, n. 49, p. 285-312, 2007.
- HART-LANDSBERG, M.; BURKETT, P. *China and Socialism: Market Reforms and Class Struggle*. New York: Monthly Review Press, 2005.
- HARVEY, D. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HEFFERNAN, W. D. Concentration of Ownership and Control in Agriculture. In: MAGDOFF, F.; FOSTER, J. B.; BUTTEL, F. H. (org.) *Hungry for Profit: The Agribusiness Threat to Farmers, Food, and the Environment*, New York: Monthly Review Press, 2000. p. 61-76.

- HO, P.; LEE, Y. Smithfield Foods Owner Plans \$5 Billion IPO. *The Wall Street Journal*, 6 nov., 2013. <http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424052702303936904579180771391697660>. Acesso em 13 jan. 2014.
- HOFMAN, I.; HO, P. China's "Developmental Outsourcing": A Critical Examination of Chinese Global "Land Grabs" Discourse. *Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 1, p. 1-48, 2012.
- HU, D.; REARDON, T.; ROZELLE, S.; TIMMER, P.; WANG, H. The Emergence of Supermarkets with Chinese Characteristics: Challenges and Opportunities for China's Agricultural Development. *Development Policy Review*, n. 22, p. 557-586, 2004.
- HUANG, P. C. C. China's New-Age Small Farms and Their Vertical Integration: Agribusiness or Co-ops? *Modern China*, v. 37, n. 2, p. 107-134, 2011.
- HUANG, Y. *Capitalism with Chinese Characteristics: Entrepreneurship and the State*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008.
- HUNG, H. F. *China and the Transformation of Global Capitalism*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 2009.
- LANG, T.; HEASMAN, M. *Food Wars: The Global Battle for Mouths, Minds and Markets*. London: Earthscan, 2004.
- JOURNAL OF AGRARIAN CHANGE. *Agrarian change in contemporary China*. John Wiley and Sons, v. 15, n. 3. 178 p. Edição Especial.
- MCMICHAEL, P. Global Development and the Corporate Food Regime. In: BUTTEL, F.; MCMICHAEL, P. (org.) *New Directions in the Sociology of Global Development*. Amsterdam: Elsevier, 2005. p. 265-299.
- MCMICHAEL, P. A Food Regime Genealogy. *Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009.
- MAGDOFF, F.; FOSTER, J. B.; BUTTEL, F. H. (ed.). *Hungry for Profit: The Agribusiness Threat to Farmers, Food, and the Environment*. New York: Monthly Review Press, 2000.
- MICKELSON, G. Tyson Enters Third Poultry Joint Venture in China: Venture Involves Vertically-Integrated Operations in Eastern China. *Globe Newswire*, setembro, 2008. <http://globenewswire.com/news-release/2008/09/10/384521/150109/en/Tyson-Enters-Third-Poultry-Joint-Venture-in-China.html>. Acesso em 13 jan. 2014.
- MIYATA, S.; MINOT, N.; HU, D. Impact of Contract Farming on Income: Linking Small Farmers, Packers, and Supermarkets in China. *World Development*, v. 37, n. 11, p. 1.781-1.790, 2008.
- MURPHY, S.; BURCH, D.; CLAPP, J. Cereal Secrets: The World's Largest Grain Traders and Global Agriculture. *Oxfam Research Report*, 2012. <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/rr-cereal-secrets-grain-traders-agriculture-30082012-en.pdf>. Acesso em 30 ago. 2015.
- OLIVEIRA, G.d.L.T.; SCHNEIDER, M. The Politics of Flexing Soybeans: China, Brazil and Global Agroindustrial Restructuring. *Journal of Peasant Studies*, 2015. DOI: 10.1080/03066150.2014.993625.

- PEOPLE'S DAILY. Average Monthly Income of Migrant Workers Reaches 1,690 Yuan, 2011. *People's Daily*, 23 mar. 2011. <http://english.peopledaily.com.cn/90001/90776/90882/7329296.html>. Acesso em 13 jan. 2014.
- PING, L. Hopes and Strains in China's Oversea Farming Plan. *Economic Observer Online*, 3 jul. 2008. <http://www.eeo.com.cn/ens/Industry/2008/07/03/105213.html>. Acesso 13 out. 2013.
- RCRE (Research Center of Rural Economy, Ministry of Agriculture). *Survey of Social Responsibility in Leading Agricultural Enterprises in China*. Report sponsored by Oxfam Hong Kong, 2010.
- REARDON, T.; CODRON, V.; BUSCH, L.; BINGEN, J.; HARRIS, C. Global Change in Agrifood Grades and Standards: Agribusiness Strategic Responses in Developing Countries. *International Food and Agribusiness Management Review*, v. 2, n. 3, p. 421-435, 2001.
- SCHNEIDER, M. *Feeding China's Pigs: Implications for the Environment, China's Smallholder Farmers and Food Security*. Institute for Agriculture and Trade Policy, 2011. [http://www.iatp.org/documents/feeding-china %E2 %80 %99s-pigs-implications-for-the-environment-china %E2 %80 %99s-smallholder-farmers-and-food](http://www.iatp.org/documents/feeding-china%E2%80%99s-pigs-implications-for-the-environment-china%E2%80%99s-smallholder-farmers-and-food). Acesso em 13 jan. 2014.
- SCHNEIDER, M. Developing the Meat Grab. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 4, p. 613-633, 2014.
- SCHNEIDER, M. What, Then, is a Chinese Peasant? Nongmin Discourses and Agroindustrialization in Contemporary China. *Agriculture and Human Values*, n. 32, p. 331-346, 2015.
- SELL, S. K. Corporations, Seeds, and Intellectual Property Rights Governance. In: CLAPP, J.; FUCHS, D. (org.). *Corporate Power in Global Agrifood Governance*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2009. p. 187-224.
- SHEN, H.; LI, Q. Off the Chopping Block, Onward for Shaunghui. *Caixin*, 9 dez., 2010a. <http://english.caixin.com/2010-12-09/100205937.html?p1>. Acesso em 18 jan. 2014.
- SHEN, H.; LI, Q. Rethinking the Chinese Development Miracle. In: HUNG, H. (org.) *China and the Transformation of Global Capitalism*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 2010b. p. 50-64.
- SOLOT, I. B. The Chinese Agricultural Policy Trilemma. *Perspectives*, v. 7, n. 1, p. 36-46, 2006.
- STRINGER, R.; SANG, N.; CROPPENSTEDT, A. Producers, Processors, and Procurement Decisions: The Case of Vegetable Supply Chains in China. *World Development*, v. 37, n. 11, p. 1.773-1.780, 2008.
- USDA (United States Department of Agriculture). *Livestock and Poultry: World Markets and Trade*, 2014. http://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/livestock_poultry.pdf. Acesso em 21 ago 2015.
- USDA (United States Department of Agriculture). *Oilseeds: World Markets and Trade*, 2015. <http://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/oilseeds.pdf>. Acesso em 21 ago 2015.

- WALKER, R.; BUCK, D. The Chinese Road: Cities in the Transition to Capitalism. *New Left Review*, n. 46, p. 39-66, 2007.
- WANG, J.; WATANABE, M. *Pork Production in China: A Survey and Analysis of the Industry at a Lewis Turning Point*, 2007. <http://www.ide.go.jp/English/Publish/Download/Asedp/077.html>. Acesso em 20 ago. 2015.
- WH Group. *Corporate Profile, 2015*. <http://www.wh-group.com/en/about/profile.php>. Acesso em 30 ago. 2015.
- WILKINSON, J. The Globalization of Agribusiness and Developing World Food Systems. In: MAGDOFF, F.; TOKAR, B. (org.). *Agriculture and Food in Crisis: Conflict, Resistance, and Renewal*. New York: Monthly Review Press, 2010. p. 155-172.
- WITTWER, S.; YU, Y.; SUN, H.; WANG, L. *Feeding a Billion: Frontiers of Chinese Agriculture*. East Lansing, MI: Michigan State University Press, 1987.
- WU, C. Why Complex Food Chains are to Blame for China's Food Safety Scares. *China Dialogue*, 4 set., 2012. <http://www.chinadialogue.net/article/show/single/en/5144-Why-complex-food-chains-are-to-blame-for-China-s-food-safety-scares>. Acesso em 3 out. 2013).
- YAN, H.; CHEN, Y. Agrarian Capitalization without Capitalism? Capitalist Dynamics from Above and Below in China. *Journal of Agrarian Change*, v. 15, n. 3, p. 366-391, 2015.
- YE, J. Land Transfer and the Pursuit of Agricultural Modernization in China. *Journal of Agrarian Change*, v. 15, n. 3, p. 314-337, 2015.
- YE, X. China's Urban-Rural Integration Policies. *Journal of Current Chinese Affairs*, v. 38, n. 4, p. 117-143, 2009.
- ZADER, A. Understanding Quality Food Through Cultural Economy: The "Politics of Quality" in China's Northeast Japonica Rice. *Agriculture and Human Values*, v. 29, n. 1, p. 53-63, 2011.
- ZHANG, H.; FAN, S.; QIAN, K. The Role of Agribusiness Firms in Agricultural Research: The Case of China. *Annual Meeting of the American Agricultural Economics Association*, Providence, RI, 24-27 jul., 2005.
- ZHANG, Q. F. The Political Economy of Contract Farming in China's Agrarian Transition. *Journal of Agrarian Change*, v. 12, n. 4, p. 460-483, 2012.
- ZHANG, Q. F. Class Differentiation in Rural China: Dynamics of Accumulation, Commodification and State Intervention. *Journal of Agrarian Change*, v. 15, n. 3, p. 338-365, 2015.
- ZHANG, Q. F.; DONALDSON, J.A. The Rise of Agrarian Capitalism with Chinese Characteristics: Agricultural Modernization, Agribusiness and Collective Land Rights. *China Journal*, v. 60, n. 60, p. 25-47, 2008.
- ZHANG, Q.F.; DONALDSON, J.A. From Peasants to Farmers: Peasant Differentiation, Labour Regimes, and Land- Rights Institutions in China's Agrarian Transition. *Politics & Society*, v. 38, n. 4, p. 458-489, 2010.
- ZHANG, Q.F.; OYA, C.; YE, J. Bringing Agriculture Back In: The Central Place of Agrarian Change in Rural China Studies. *Journal of Agrarian Change*, v. 15, n. 3, p. 299-313, 2015.

ZHONG, S. Towards China's Urban–Rural Integration: Issues and Options'. *International Journal of China Studies*, 2 (2): 345–67, 2011.

ZHU, J. *Three Essays on Contract Farming in China*. Doctoral dissertation, Iowa State University, 2007. <http://lib.dr.iastate.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=16589&context=rtd>. Acesso em 31 Ago. 2015.

Capítulo 4

Pequenas propriedades rurais da nova era na China e sua integração vertical: agronegócio ou cooperativas?

Philip C. C. Huang

De onde vem e para onde vai a agricultura chinesa? Será que o futuro reside necessariamente nas grandes fazendas ao estilo americano, altamente mecanizadas para permitir economias de escala e maior produtividade do trabalho? Estariam os agricultores-camponeses chineses fadados a baixos rendimentos até que a contínua urbanização expulse a maior parte deles da terra para abrir espaço a tais explorações, como muitos supõem? Se não, qual então é o rumo da agricultura chinesa?

Este capítulo parte da drástica transformação dos padrões de consumo alimentar na China nas últimas décadas. Tal transformação significou uma demanda de mercado muito aumentada para carne, frango, peixe, verduras

e frutas. Tal demanda, por sua vez, deu origem a novas formas de agricultura, ainda baseadas em unidades agrícolas familiares de pequena escala, mas consideravelmente mais intensivas tanto em capital quanto em trabalho por unidade de terra. Essas unidades de pequena escala da nova era são muito mais adequadas à realidade chinesas e, na verdade, desfrutaram de economias não disponíveis para a agricultura de grande escala.

Entretanto, o fato de não ter havido imperativo econômico para a “integração horizontal” na forma de grandes propriedades para obter economias de escala não significa que não haja necessidade de “integração vertical” da produção ao processamento e comercialização. Até agora, essas necessidades têm sido atendidas por constantes esforços estatais no apoio a “empresas cabeça de dragão” (*longtou qiye*), empresas de natureza capitalista, exceto pelo fato de estarem baseadas na pequena agricultura familiar. Contudo, apesar de forte preferência e apoio do governo para essas empresas, as cooperativas surgiram como um modo alternativo de integração vertical. Além disso, tem ocorrido integração vertical de mercados especializados administrados pelo governo. No momento, a agricultura chinesa parece estar em uma encruzilhada – cerca de metade dela se apresenta capitalista e a outra metade é mais “socializada”. O futuro, possivelmente, dependerá crucialmente das escolhas ainda por serem feitas. Estas determinarão se o *slogan* de “construir novas comunidades socialistas” (*jianshe shehuizhuyi xin nongcun*) pode ou não se concretizar em ações, para além do discurso.

O tema da pequena agricultura chinesa da nova era e sua integração vertical até agora não tem sido foco da pesquisa acadêmica. Os poucos estudos relevantes que existem serão abordados no decorrer da discussão neste capítulo.

Mudanças no consumo alimentar e na estrutura agrícola

Os padrões de consumo alimentar da população chinesa mudaram drasticamente nas últimas três décadas. O professor Yusheng Peng e eu realizamos alguns cálculos e estimativas que nos levaram às seguintes conclusões: o consumo de carne aumentou de um terço entre 1980 e 2005 e essa mudança afetou diversos grupos de renda, desde as novas elites urbanas até a população rural. (ver Tabela 1). Usando o padrão de consumo atual do grupo de renda urbano dos 40 % com maiores rendas na China como uma aproximação do ponto final das tendências atuais, estimamos que o consumo de

carne aumentará em mais 44 % antes de se estabilizar. O consumo de peixe e outros derivados da pesca dobrou no mesmo período e, usando o mesmo método para estimar tendências futuras, aumentará em mais 90 % antes de se estabilizar. O consumo de frutas duplicou entre 1990 e 2005, e deve aumentar em mais 107 % antes de se estabilizar. O aumento no consumo de leite e ovos foi ainda mais dramático, aumentando de três a quatro vezes até 2005, e provavelmente aumentará muito mais (estima-se que 159 % para leite e 55 % para ovos e produtos relacionados). Por fim, o consumo de legumes e hortaliças aumento primeiro em quantidade e depois, nos anos mais recentes, em variedade e qualidade. Paralelamente a esses aumentos, o consumo humano de grãos diminuiu em um terço entre 1980 e 2005, e ainda tende a reduzir-se pela metade antes de se estabilizar (Huang; Peng, 2007).

Tabela 1

Estimativas de potenciais aumentos no consumo anual per capita de alimentos, 2005

	Nacional per capita (kg)	Rural per capita (kg)	Urbano per Capita (kg)	Urbano Médio-Alto 40% per capita (kg)	Aumento Potencial Urbano per Capita (%)	Ascensão Potencial para Médio-Alto 40% per Capita (%)
Produtos aquáticos	8,21	4,94	12,55	15,62	53	90
Carne	25,95	20,75	32,83	37,32	27	44
Porco	17,57	15,62	20,15	22,16	15	26
Vaca e Carneiro	2,43	1,47	3,71	4,24	52	74
Aves	5,95	3,67	8,97	10,92	51	84
Ovos e derivados	7,16	4,71	10,40	11,06	45	55
Leite e derivados	9,34	2,86	17,92	24,23	92	159
Óleo vegetal comestível	4,90	9,25	9,13	6,77	37	24
Frutas	34,17	17,18	56,69	70,6	66	107
Vegetais	109,29	102,28	118,58	124,64	9	14
Grãos	152,14	208,85	76,98	73,97	(-) 49	(-) 51

Nota: Uma grande proporção de vegetais por peso não é, de fato, consumida, devido a problemas de armazenamento e deterioração. Em 2005, apenas cerca de 26% dos vegetais produzidas foram consumidas (Huang;Peng, 2007, p. 508).

Fonte: TJNJ, 2006: tabelas 10–13, 10–29; Huang e Peng, 2007: 507.

Uma representação simplista e muito aproximativa é a de que o antigo padrão chinês de consumo de alimentos de 8:1:1 – ou oito partes de grãos, uma parte de carne, aves e peixe, e uma parte de verduras e frutas (daí a distinção conceitual chinesa entre o alimento básico, o *zhushi*, e os alimentos suplementares, *fushi*) – vem mudando rapidamente para um padrão 4:3:3, de quatro partes de grãos, três partes de carne e peixe (e ovos e leite) e três partes de verduras e frutas.¹ Com esse novo padrão de consumo alimentar, já não faz sentido falar da antiga divisão entre alimento básico e alimentos suplementares. A transformação já está bem avançada e, se as rendas continuarem a subir (embora a uma taxa reduzida em comparação com os últimos 30 anos), deve completar-se em algum momento durante a década de 2015 a 2025 (Huang; Peng, 2007, p. 510, diagrama 5). Isso deixará o padrão chinês de consumo alimentar muito mais próximo daqueles dos países desenvolvidos.

Uma transformação tão profunda e abrangente nos padrões de consumo alimentar e, portanto, nas demandas do mercado, naturalmente levou a uma mudança igualmente dramática na produção agrícola chinesa – ela própria também uma causa dos padrões de consumo alterados. As mudanças mais significativas foram o aumento da criação de gado, aves e peixes e do cultivo de verduras e frutas (horticultura), cuja produção cresceu de quatro a cinco vezes. A produção de carne (suína, bovina e de carneiro) cresceu de 12 milhões de toneladas em 1980 para 62 milhões de toneladas em 2005 (TJNJ, 1983, p. 178; TJNJ, 2007, p. 462). A área cultivada com frutas expandiu de 41 milhões de mu em 1985 para 150 milhões de mu em 2005, e com legumes e hortaliças de 71 milhões de mu para 266 milhões de mu no mesmo período (TJNJ, 1987, p. 169; TJNJ, 2007, p. 461). A área cultivada com grãos encolheu de 1,76 bilhão de mu em 1980 para 1,56 bilhão de mu; uma proporção crescente desses grãos é agora destinada à ração animal em vez de consumo humano (TJNJ, 1983, p. 154; TJNJ, 2007, p. 461; Huang; Peng, 2007, p. 511). Esta é a mudança na estrutura agrícola subjacente à alteração nos padrões de consumo.

¹ Esta é, evidentemente, uma representação muito grosseira. A relação atual pode estar mais próxima de 5:2:3. Os dados existentes não permitem cálculos precisos das proporções relativas dessas categorias. Os dados sobre o valor da produção são categorizados em termos de agricultura, silvicultura, pecuária e pesca. Se, por um lado, eles podem mostrar o aumento da carne, nada podem dizer sobre verduras e frutas. Os dados sobre a área semeada, por outro lado, podem mostrar o aumento de verduras e frutas, mas não de carne. Quanto aos dados calculados em termos de calorias, eles nada podem dizer sobre a estrutura de consumo de alimentos alterada que é nossa preocupação aqui. Por enquanto, o método mais simples pode ser por peso, como mostra a Tabela 1, levando em conta a variação das proporções efetivamente ingeridas, menor para vegetais e frutas, aproximada para carne, frango, peixe e maior para grãos.

A lógica econômica da pequena agricultura da nova era

Apesar dessas mudanças dramáticas, a unidade de produção predominante continua sendo a pequena agricultura familiar. Isso, em parte, é consequência do sistema de responsabilidade pela terra, pelo qual os direitos de uso da terra foram equitativamente rateados *per capita*, em cada aldeia. Na ausência de um sistema de previdência social para o campo, como muitos já apontaram, o sistema de responsabilidade pela terra tem servido também como uma espécie de rede de proteção social para a população rural. Embora economistas de inclinação neoclássica tenham clamado repetidamente pelo estabelecimento de direitos de propriedade privada da terra e pelo intercâmbio irrestrito em um mercado fundiário livre (por exemplo, Wu Jinglian, 2005: especialmente o capítulo 3; Wu Jinglian, 2002; Dang Guoying, 2007; Feder; Lau; Lin; Luo, 1992), o governo chinês tem preservado firmemente o sistema de responsabilidade pela terra, sob o qual os direitos de uso pertencem às famílias, e a propriedade é da aldeia como entidade coletiva, enquanto o Estado se reserva a prerrogativa de requisitar a terra. Evidentemente, tal estrutura de propriedade tem sido uma das principais razões para a predominância de pequenas propriedades.

Mas é preciso um olhar mais profundo para explicar a vitalidade econômica daquelas consideradas (pelos padrões ocidentais) micro propriedades rurais – com uma média de sete mu semeados (1,167 acres) por unidade de trabalho agrícola, portanto, em geral, menos de catorze mu semeados (menos de 2,5 acres) ou um hectare (15 mu) por família (Huang, 2007, p. 472-473) – enquanto as propriedades rurais, durante a revolução agrícola inglesa do século XVIII, atingiam uma média de 100 acres e as da América de hoje (2007) 449 acres (2.694 mu) (“The Average American Farm”, 2009). A maior parte dos economistas chineses neoclássicos tem defendido o pressuposto de que um meio rural verdadeiramente modernizada na China só pode ter lugar por meio de uma maior urbanização e da transferência de grande parte da população rural atual para as cidades, a fim de permitir o estabelecimento da agricultura de larga escala (seja na forma de unidade agrícola familiar ou de fazenda de agronegócio) e de economias de escala. Então, e só então, eles acreditam, a produtividade e o valor do trabalho agrícola aumentariam, para elevar a renda agrícola. Até lá, segundo eles, a população agrícola pode apenas seguir suportando o ônus dos baixos retornos para a agricultura e dos baixos salários para o trabalho agrícola. O futuro, em outras palavras, é encarado como dependente de uma agri-

cultura mecanizada de larga escala, assim como na experiência dos Estados Unidos e do resto do Ocidente.

A crença nas economias de escala tem sido crucial não apenas na economia neoclássica da tradição de Adam Smith (a saber, sua análise da produção de alfinetes – (Smith, 1976, v. 1, p. 8-9), mas também na economia política marxista clássica. De fato, essa era uma crença central da coletivização agrícola chinesa, especialmente da subsequente orientação por ampliar os coletivos das aldeias, terminando, em última instância, nas comunas e no dogma “maior é melhor” do Grande Salto Adiante. A imagem da agricultura-fábrica, com maquinário que poupa trabalho, era simplesmente um artigo de fé. Economias de escala eram consideradas essenciais para a produção moderna. Essa ideia reside, por exemplo, até mesmo no âmago da visão de alguém que conhecia a agricultura e a China tão bem quanto William Hinton (1983).

Mas essa visão, na verdade, baseia-se em um mal-entendido fundamental da história da agricultura chinesa. Sob a crescente pressão de uma população em expansão no campo, a característica definidora da agricultura chinesa nos últimos seis séculos consistiu na necessidade de absorver uma oferta cada vez maior de trabalho nas pequenas propriedades de agricultura familiar. As tecnologias existentes permitiram uma expansão crescente da produção como resultado do aumento do fator trabalho (particularmente através do aumento da frequência de cultivos, como o trigo de inverno), acompanhado de maior investimento de capital (como fertilizantes compostos), sem rendimentos marginais decrescentes (e em alguns casos, talvez até rendimentos proporcionalmente maiores do que o aumento da intensidade do trabalho). Mas a crescente escassez de terras rapidamente trouxe à tona a lógica clássica da agricultura familiar apontada por A.V. Chayanov: como uma unidade ao mesmo tempo de consumo e de produção e com uma oferta de trabalho “fixa”, a agricultura familiar poderia ser pressionada pela escassez de terras a uma intensificação cada vez maior do trabalho para atender às necessidades de subsistência, mesmo quando o produto marginal cai bem abaixo do salário de mercado para o trabalho. A razão é, simplesmente, que uma unidade agrícola familiar, ao contrário de uma empresa capitalista baseada no trabalho assalariado, não é capaz de ajustar sua oferta de mão de obra para obter uma combinação ideal de terra e trabalho (na qual o trabalho adicional cessará quando sua produção marginal cair abaixo do salário do mercado). Assim, ela continuará a intensificar o investimento em trabalho, desde que o produto marginal contribua para a sobrevivên-

cia da unidade familiar – logicamente, até atingir zero (Chayanov, 1986; Huang, 1985; 1990; Lipton, 1968).²

No entanto, foi justamente por essa razão que a agricultura familiar foi historicamente capaz de superar a “agricultura empresarial” baseada no trabalho assalariado e orientada para o lucro, como, por exemplo, aquelas na planície do norte da China e no delta de Yangzi. Na primeira década de 1930, a “agricultura empresarial” estava limitada a menos de 10 % da área cultivada, apesar da superioridade dessas fazendas quando vistas em termos de produção por unidade de trabalho (produtividade do trabalho). A agricultura familiar podia suportar menores retornos para o trabalho e, portanto, sustentar aluguéis mais altos e, conseqüentemente, preços da terra mais elevados do que a agricultura empresarial. Também recorriam à prestação de serviços por membros da família para complementar os retornos de sua própria unidade. (De fato, trabalho de meio-período era a própria definição da categoria “camponês pobre” na Reforma Agrária, considerada como formada pela maioria da população rural.) Era, assim, mais persistente do que a agricultura empresarial (Huang, 1985, p. 79-81, 195-199). No delta de Yangzi, a vantagem competitiva da agricultura familiar em relação à agricultura empresarial foi ainda mais impressionante. Lá, a comercialização intensiva da produção de seda e algodão permitiu um maior grau (do que eu chamei) de “familiarização da produção” do que na planície do norte da China, na medida em que os idosos, as crianças e as mulheres passaram a absorver grande parte do trabalho da fiação de algodão e de seda, a “retornos” “salariais” muito abaixo daqueles do cultivo de grãos (a fiação “pagava”, quando muito, entre metade e um terço do que o cultivo de grãos – Huang, 1990, p. 84-86; Huang, 2002, p. 512). O resultado, novamente, foi que as unidades familiares podiam sustentar aluguéis mais altos. Já no final da dinastia Ming e início da Qing, a agricultura empresarial usando mão de obra contratada já não era viável, obtendo resultados piores do que a agricultura familiar, ou apenas o mesmo que o arrendatário que vivia dos aluguéis pagos pela agricultura familiar, conforme documentado detalhadamente no tratado agrícola *Shenshi nongshu* de cerca de 1640. No século XX, a agricultura empresarial há muito já estava extinta no delta (Shenshi nongshu, 1936; Huang, 1990, p. 63-65).

Tal cenário histórico estabeleceu as pré-condições básicas para o surgimento da modernização da agricultura a partir dos anos 1960. A intensi-

² Ver também minha discussão sobre os erros na insistência de Theodore Schultz de que não havia superpopulação na “agricultura tradicional” (Huang Zongzhi, 2008a).

ficação do capital, como o uso de maquinário agrícola moderno, não tanto economizou trabalho, mas ao contrário possibilitou sua intensificação. Os tratores foram usados para permitir o aumento da frequência dos cultivos, o plantio de uma segunda e até mesmo uma terceira cultura. No delta de Yangzi, por exemplo, o advento do arado com tratores, no final da década de 1960, foi o que possibilitou o cultivo triplo generalizado de arroz precoce, seguido de arroz tardio, por sua vez seguido de trigo de inverno. Os tratores possibilitaram a conclusão da aragem dentro do período de dez dias em maio, quando o trigo de inverno (ou cevada) tem que ser colhido e o arroz precoce plantado (por volta de 25 de maio); em agosto, quando o arroz precoce deve ser colhido e o arroz tardio plantado (por volta de 10 de agosto); e em novembro, quando o arroz tardio deve ser colhido, a terra arada e o trigo de inverno plantado (por volta de 10 de novembro). O que era exclusivamente uma colheita de arroz (seguida pelo trigo de inverno) tornou-se quase que exclusivamente duas culturas de arroz, impulsionadas pelo *slogan* criado em 1969: “acabe com o arroz de cultivo único” (*xiaomie danjidao*). O padrão básico de “involução” (isto é, de intensificação do trabalho por rendimentos marginais decrescentes, com cada cultivo adicional rendendo um pouco menos em relação ao seu investimento em trabalho e fertilizantes) continuou (Huang, 1990, p. 225).

Foi apenas na virada do novo século que o padrão básico de involução finalmente mostrou sinais de uma potencial reversão, pela conjunção de três tendências gerais. A primeira foi o declínio da taxa de natalidade que decorreu da meta rigorosa da política do filho único, a partir da década de 1970 – e que, na década de 1990, por fim, representou uma queda significativa nas novas adições à força de trabalho rural oriundas do aumento populacional. A segunda foi a rápida urbanização, a uma taxa de aproximadamente 1 % da população a cada ano desde a década de 1980, juntamente com o extraordinário emprego urbano de trabalhadores migrantes do campo (quase 200 milhões na virada do século). A conjunção desses dois fatores acarretou, no início dos anos 1990, o declínio progressivo do número de unidades de trabalho dedicadas à agricultura – após atingir um pico de cerca de 340 milhões – e, desde o ano 2000, tem diminuído em aproximadamente 2 % (cerca de 6 milhões) a cada ano, ficando abaixo de 300 milhões em 2005.³ A terceira tendência geral, por fim, foi a alteração dos padrões de consumo alimentar descrita no início deste capítulo. A interseção dessas três tendências, de distintas origens, criou o que chamamos

³ Para números detalhados e representação gráfica, ver Huang e Peng (2007, p. 502-503 e diagrama 1).

de “conjunção de três tendências históricas” preparando o terreno para uma possível des-involução na agricultura chinesa nas próximas décadas (Huang; Peng, 2007).

Contudo, essa des-involução não virá com a mecanização e economias de escala no estilo americano, mas sim com o que eu chamo a “dupla intensificação” capital-trabalho das pequenas propriedades para o aumento da horticultura e da pecuária. Um exemplo é o cultivo de vegetais em estufas. O padrão mais elevado é o de uma estrutura permanente com temperatura controlada, mas atualmente na China tal horticultura de alto investimento permanece bastante rara e, na verdade, só é necessária para temperaturas extremas nas zonas climáticas mais frias no alto do inverno. Muito mais comuns são tendas plásticas, de menor custo e menor durabilidade, fornecidas em três tamanhos: pequeno, médio e grande. Os canteiros de hortaliças envoltos em plástico normalmente exigem quatro vezes mais trabalho do que o cultivo de hortaliças ao ar livre – uma única unidade de trabalho precisa de apenas um mu para ser totalmente ocupada, em comparação a quatro mu para cultivo ao ar livre – e gera retornos em igual proporção ou maiores (Huang; Peng, 2007, p. 509).

Pequenas propriedades modernas que combinam cultivos com criação de animais são outro exemplo. O velho padrão era de uma família criar apenas um ou dois porcos, utilizando grãos cultivados e sobras de alimentos para alimentar o animal. Um novo padrão, denominado “criação por talos” (*jiegan yangzhi*), usa basicamente o que hoje são talos não aproveitados (antes o principal material combustível, gradualmente substituído pelo carvão), fermentados com agentes de decomposição (enzimas biológicas), como alimento principal. A diferença é que, quando o grão é usado, é preciso um mu inteiro de milho para alimentar apenas um porco, com o uso dos talos, um mu pode alimentar cinco porcos. No velho método, como se costuma dizer, os animais competiam com os humanos para se alimentar (*ren chu zheng liang*); com o uso de talos, não. O novo método, naturalmente, intensifica tanto a necessidade de capital (para aquisição de agentes de decomposição) quanto de trabalho (porque mais porcos são criados) (“Lun jiegan fenjieji zai yangzhiye zhong de yingyong”, 2006; Huang, 2006; 2007b, p. 492).

Dada a grave escassez de terra em relação à população, as economias resultantes da agricultura de dupla intensificação capital-trabalho para a maximização da produtividade por unidade de terra são evidentes. Este tem sido o principal modelo de desenvolvimento e modernização da agricultura nas economias do Leste Asiático, como as do Japão, Taiwan e Coréia, bem como na China nas últimas décadas.

Ele difere fundamentalmente, é claro, do modelo ocidental padrão, seja na revolução agrícola inglesa do século XVIII, na qual o uso crescente da força animal para poupar trabalho humano desempenhou um papel importante, ou na revolução agrícola mecânica e química americana igualmente poupadora de mão de obra.

Quanto à horticultura, mesmo em tempos pré-modernos, houve uma intensificação tanto do trabalho quanto do capital, quando comparada ao cultivo de grãos. Na Holanda, sua propagação no período entre 1400 e 1650 contribuiu muito para o início do desenvolvimento econômico do país (Maddison, 2001, p. 20, 78-79). Na China, mesmo na era coletiva, as hortaliças eram cultivadas principalmente em terrenos privados, exigindo de duas a três vezes mais trabalho por unidade de terra do que o cultivo de grãos, com um retorno de cerca de duas a três vezes o valor de mercado [daqueles] quando não cultivadas apenas para consumo próprio (Huang, 1990, p. 51, 203-205, 272).⁴ Sua maior demanda por capital (fertilizantes) e trabalho era adequadamente atendida na organização do cultivo em terreno privado, ajustando-se facilmente a frequentes e pequenos incrementos de atenção intensiva, como requer o cultivo de qualquer horta. Evidentemente, a tentativa, durante o Grande Salto Adiante, de forçar o cultivo de hortaliças (bem como a criação de porcos) a uma forma de organização coletiva, de larga escala mostrou-se um completo fracasso. A horticultura de tenda plástica de hoje, de certa forma, pode ser vista como sucessora e evolução, na nova era, da antiga produção em terrenos privados.

Ela opera com o que poderíamos chamar de economias de produção em pequena escala. O que o cultivo intensivo em trabalho de hortaliças exige são pequenos incrementos de trabalho manual frequente e variado, que não se adequam facilmente à clássica divisão de trabalho Smithiana e às consequentes economias de escala. Tanto mais quando se trata de legumes diferenciados cultivados fora da estação em tendas. A agricultura orgânica, da mesma forma, é principalmente artesanal e não se presta à mecanização nem, é claro, à quimicalização. A norma é o trabalho manual no estilo de horta, não a produção em massa com economias de escala.

Finalmente, a criação de porcos combinada com o cultivo de grãos, utilizando o método de “alimentação com talos” revela outra lógica econômica, a de “economias de escopo” (*fanwei jingji xiaoyi*), na qual certas economias são alcançadas através da produção de mais de um produto pela

⁴ Uma diferença em relação aos campos coletivos de grãos que não deve ser confundida com maiores incentivos e produtividade em terras privadas em oposição a terras coletivas, como alguns costumam argumentar.

mesma unidade de produção, em oposição a “economias de escala” (*guimo jingji xiaoyi*). As economias de escopo têm uma longa história, já mostrada, por exemplo, nos antigos métodos de utilização de resíduos agrícolas e grãos para a criação de porcos que, por sua vez, forneciam um bom fertilizante para a agricultura. Outro exemplo é a antiga sericultura – amoras silvestres eram cultivadas para firmar os diques dos arrozais (pôlderes) situados abaixo do nível da mar na maré alta – ou o método das “amoreiras ao redor dos viveiros de peixes” no delta do Rio das Pérolas, em que as folhas de amoreira alimentavam os bichos-da-seda, os excrementos das lagartas alimentavam os peixes e os dejetos dos peixes e lama no fundo dos viveiros fertilizavam as amoreiras. Também ficou evidente durante a revolução agrícola inglesa, quando as propriedades rurais recém-cercadas permitiram a estreita coordenação da criação de animais (que até então era feita nos pastos compartilhados) com a agricultura, usando os cultivos (principalmente trevo e nabos, no clássico padrão de rotação de Norfolk de trigo-nabo-cevada-trevo) para alimentar os animais, e os animais para fortalecer e fertilizar a agricultura (Allen, 1992, p. 111; Overton, 1996, p. 3; Huang Zongzhi, 2007, p. 231; Huang, 2002, p. 503). Todas as propriedades combinavam duas ou mais atividades econômicas de apoio mútuo dentro de uma única unidade produtiva, beneficiando-se, assim, de economias de escopo, uma lógica muito diferente das economias de escala.

Integração vertical por ótimos diferenciais

Mas as economias de dupla intensificação capital-trabalho, de cultivo em pequena escala e de escopo não são suficientes para explicar a viabilidade do atual novo estilo de agricultura chinesa. A produção para mercados domésticos e internacionais urbanos, mesmo de longa distância, requer ainda outro tipo de economia, a de “integração vertical” que, nas economias capitalistas ocidentais desenvolvidas, tem sido propiciada, em geral, pela “firma”. É nesse ponto que a análise de Ronald Coase tem relevância. De acordo com Coase, a empresa existe para minimizar os “custos de transação” – isto é, custos incorridos pela contratação de diferentes partes de um processo de produção e comercialização no mercado. Haveria custos por informação, negociações de contratos, execução e assim por diante. Vista desse ângulo, uma empresa de produção agrícola pode precisar contratar separadamente transporte, armazenamento, processamento e comercialização. As empresas do agronegócio, portanto, podem ser vistas como organizações

que existem para agrupar esses diferentes processos sob uma única empresa, a fim de minimizar tais custos de transação – o tamanho da empresa seria determinado pelos custos marginais relativos de futuras expansões da mesma, em comparação à contratação desses serviços no mercado (Coase, 1990, cap. 1; Coase, 1991).⁵

Na história econômica do Ocidente, tal “integração vertical” da produção até o processamento e comercialização, por parte de uma empresa, era geralmente acompanhada do que se poderia chamar de “integração horizontal” pela mesma empresa, em que grandes fazendas são organizadas para alcançar, mais uma vez, as clássicas economias de escala Smithianas. O que ocorre na China, no entanto, é bem diferente. Como vimos, a pequena propriedade agrícola continua a ser a principal entidade produtiva, justificada por suas próprias racionalidades econômicas, para a criação de gado, aves e peixes e para o cultivo de frutas e verduras. Mas a pequena unidade agrícola irá deparar-se com “custos de transação” muito altos, se tiver de contratar, separadamente e por conta própria, transporte, armazenamento, processamento e comercialização. Isso exige, então algum tipo de “integração vertical” comparável àquela implementada pela empresa capitalista para lidar de maneira eficaz com o “grande mercado”.

O processo é definido por economistas e autoridades agrícolas chinesas como integração (*yitihua*) das atividades de produção, processamento e comercialização (*chan-jia-xiao*) e de comércio, indústria e agricultura (*mao-gong-nong*). Essa integração é expressa, principalmente, por dois termos, *zongxiang yitihua*, literalmente integração vertical, ou *chanyehua*, literalmente “industrialização”. Hoje, os principais métodos de integração ocorrem através das chamadas empresas cabeça de dragão, das cooperativas especializadas, ou dos mercados atacadistas especializados administrados pelo governo. Na próxima seção, analisa-se em mais detalhes cada uma dessas vias.

Ao contrário da integração vertical em uma empresa capitalista, a concepção chinesa pode ser vista como a personificação de uma visão voltada a “diferenciais ótimos”, não no sentido comum de diferentes escalas de produção para diferentes produtos, mas sim no sentido de diferentes escalas em diferentes níveis da integração vertical.⁶ No nível do cultivo, está a pequena

⁵ Essa parte do trabalho de Coase me parece muito mais importante do que suas observações sobre “custos sociais”, convencionalmente chamados de “Teorema de Coase”, 科斯定理. A maioria dos economistas chineses optou por enfatizar especialmente o que eles entendem ser necessário para leis sobre os direitos de propriedade privada, a fim de minimizar os custos de transação (Kesi dingli, n.d.), bem diferente do foco aqui.

⁶ “Ótimos diferenciais” é um termo de Chayanov. Para a discussão mais recente, veja Shanin, 2009.

unidade agrícola familiar; neste, não deve haver “integração horizontal” de pequenas unidades de produção em entidades de larga escala para economias de escala. No próximo nível, por outro lado, muitos tipos de processamento de alimentos (e outras atividades relacionadas, como fiação de algodão e de seda) se adéquam mais facilmente à produção de tipo industrial e às economias de escala convencionais. Esse aspecto da indústria de alimentos chinesa, no entanto, permanece bem pouco desenvolvido (mais detalhes adiante). Finalmente, o mais importante e não tão evidente seja, talvez, o fato de que a comercialização também se beneficia das economias de escala. Dadas as demandas cada vez mais exigentes dos consumidores chineses e estrangeiros, uma marca bem conhecida (*pinpai*) cobrindo uma escala considerável traz óbvias economias que não estão disponíveis para o pequeno produtor individual. O que os governos locais da China têm feito é engajar-se ativamente no planejamento e desenvolvimento de marcas por localidades, muito mais do que marcas por empresas. Tem havido esforços sistemáticos para identificar aldeias e cidades com um único produto, como será visto em mais detalhes adiante. A combinação dessas diferentes escalas (e modos de organização) em diferentes níveis compõe o padrão atual e específico da integração vertical chinesa por meio de ótimos diferenciais.

Os dados disponíveis

Desde que a noção de integração vertical foi usada pela primeira vez na China, nos anos 1990, ela ganhou importância com o respaldo oficial, e os dois termos (*zongxiang yitihua* e *chanyehua*) são hoje usados para sinalizar as direções atual e futura da modernização agrícola do país. Por isso, esses termos são suscetíveis de um certo grau de representação ideologizada em que um construto ideal ou um objetivo de política vem a ser tomado por realidade. O Ministério da Agricultura estabeleceu todo um aparato burocrático de apoio, chamado Departamento de Integração Vertical da Agricultura (*Nongye chanyehua bangongshi*), com filiais em todas as províncias. O Departamento tem tentado reunir informações estatísticas sistemáticas sob a rubrica de “integração vertical da agricultura” e publicou seu primeiro relatório completo em abril de 2008 (*Zhongguo nongye chanyehua fazhan baogao*, 2008; daqui em diante citado simplesmente como *Baogao*).

Os dados seguem sendo imprecisos e até mesmo duvidosos, uma vez que os termos para “integração vertical” nunca são precisamente definidos. Estão incluídas todas as unidades agrícolas que supostamente foram “incluí-

das” (*daidong*) na integração vertical, por “empresas cabeça de dragão”, “organizações cooperativas especializadas” (*zhuanye hezuo zuzhi*) e outras formas de “intermediários” (*zhongjie zuzhi*), mercados especializados (*zhuanye shichang*) e “outros”, incluindo “corretores rurais” (*nong-cun jingjiren*). O que não fica claro é exatamente o que é excluído. Não se sabe, por exemplo, se as unidades que vendem seus produtos principalmente através de intermediários rurais à moda antiga, trabalhando individualmente ou em grupos, estão incluídas – mas aquelas que vendem produtos por conta própria em feiras periódicas tradicionais, ao que parece, não estão. Também não está claro se as unidades que vendem seus produtos para mercados atacadistas administrados pelo governo, apenas para que sejam adquiridos por pequenos vendedores ambulantes e operadores de barracas, qualificam-se como integradas verticalmente. Provavelmente sim.

Há indícios aqui da falsa representação que caracteriza as novas categorias usadas pelo Serviço Nacional de Estatística (SNE) para a contagem do “setor de serviços” ou “setor terciário”. Movido pela ideologia da modernização, a noção de que o setor terciário representa o desenvolvimento econômico mais avançado (Fourastié, 1949; cf. a discussão em Huang, 2009; e Huang Zongzhi, 2008b) e o desejo de representar a China como uma economia mais moderna do que realmente é, o SNE tem colocado na vitrine os grupos do setor de serviços mais modernos, como “Transmissões de informação”, “Serviços de informática e software”, “Finanças e seguros”, “Serviços de *leasing* e negócios”, “Pesquisa científica”, “Cultura, esportes e entretenimento” e assim por diante, minimizando o número muito maior de vendedores ambulantes, empregados domésticos, funcionários de restaurantes, limpadores de rua, guardas de comunidades residenciais e outros trabalhadores migrantes (*nongmingong*) que também estão agrupados sob o setor de serviços. O resultado tem sido uma séria distorção da realidade e das dimensões da “economia informal” da China, atualmente imensa, irregular, mal paga e subprotegida (TJNJ, 2007, p. 135-37, 131; Huang, 2009, p. 424-425). O mesmo vale para os dados sobre “integração vertical”.

Diferentes tipos de organizações de integração vertical

Todavia, o crescente corpo de dados por certo ainda possui robustez suficiente para justificar uma atenção crítica. Conforme dados do Ministério da Agricultura (embora possivelmente exagerados), até 2005, metade de

toda a área cultivada do país (cerca de um bilhão de mu) e 36 por cento dos domicílios agrícolas (87 milhões) foram integrados verticalmente, seja por empresas cabeça de dragão ou por cooperativas especializadas (ou outras organizações intermediárias) e mercados especializados (Baogao, 2008, p. 309). A seguir, abordaremos cada um deles.

Empresas capitalistas cabeça de dragão

A integração entre produção, processamento e comercialização feita por empresas cabeça de dragão é facilmente ilustrada com o seguinte exemplo, da província de Guangdong. O Grupo Wens de Produtos Alimentícios Ltda., empresa fundada em 1986, fornece pintos (por cinco yuans por pinto), rações, medicamentos e manuais para a criação às famílias participantes, em datas e locais fixos, através de uma rede bem-organizada com um banco de dados computadorizado. A empresa faz o monitoramento, fornecendo informações e serviços para prevenção de doenças, recompra os frangos adultos de acordo com um cronograma fixo, pagando por esses após a entrega. Em seguida, processa os frangos em seus abatedouros para venda. Em 2005, a empresa teve uma receita bruta de vendas de 6,5 bilhões de yuans e é classificada como um “empreendimento cabeça de dragão” de nível nacional (*guojiaji*) (Baogao, 2008, p. 16). A integração entre comércio, indústria e agricultura, por outro lado, talvez seja mais claramente ilustrada com o seguinte exemplo da cidade de Nanyang, na província de Henan: nesse caso, atribui-se a 35 empresas de tapetes a integração, sob a atividade da sericicultura, de unidades rurais que cobrem 340.000 mu, 17 empresas de fiação de seda e mais de 100.000 camponeses contratados para a tecelagem de tapetes, com uma produção total superior a dois bilhões de yuans (Li Qingbiao, 1997).

Não resta dúvida quanto à preferência dos governos central e locais por empresas capitalistas “cabeça de dragão” (empresas líderes). Os esforços para conceder-lhes apoio especial começaram com a destinação, pelo governo central, no período entre 2000 e 2005, de um total de 11,9 bilhões de yuans para subsidiar selecionadas empresas cabeças de dragão de nível nacional (Baogao, 2008, p. 30). As províncias seguiram o exemplo. O governo provincial de Shandong, por exemplo, um dos líderes do país nesta frente, desde 2002, segundo consta, dispendeu 50 milhões de yuans por ano em subsídios diretos para as “cabeças de dragão” selecionadas (mudando a política, em 2005, passando a subsidiar juros sobre empréstimos concedidos às essas empresas pelos bancos estatais). A isso somaram-se mais de 100 milhões de yuans anuais em subsídios concedidos pelos gover-

nos municipais e distritais da província (Baogao, 2008, p. 219). Subsídios das mesmas dimensões foram fornecidos por governos de outras províncias desenvolvidas, como Jiangsu e Zhejiang, e pelo município de Xangai; esses subsídios foram concedidos para além da concessão de taxas especiais em impostos e crédito e no fornecimento de terra e eletricidade (Baogao, 2008, p. 219, 194, 179). Em Jiangsu, a soma foi alcançou 80 milhões em 2006 (Baogao, 2008, p. 188). A maior parte dos relatórios dos gabinetes de integração vertical das diferentes províncias/municípios contém detalhes concretos sobre os subsídios às empresas cabeça de dragão. Por outro lado, apenas os relatórios de Xangai e Guangxi mencionam subsídios específicos para organizações cooperativas.⁷ Os demais não proporcionam informação concreta sobre qualquer apoio a essas. Províncias mais pobres, como Hunan, obviamente não podem ostentar subsídios diretos para as empresas líderes da maneira como o fazem Shandong, Jiangsu, Zhejiang ou Xangai. Em vez disso, falam em isenções e redução de impostos para essas empresas – no caso de Hunan, de um suposto total de 10 milhões de yuan por ano (Baogao, 2008, p. 236). A integração vertical da agricultura através de empresas cabeça de dragão, em outras palavras, foi completamente incorporada às mais altas prioridades dos governos locais, especificamente, a de “atrair negócios e investimentos” (*zhaoshang yinzi*), o que, de fato, tem sido o principal critério de avaliação do desempenho das autoridades locais, medido em termos de crescimento do PIB.^{8,9} Tanto o governo central quanto os governos locais estão bem conscientes de que o crescimento do PIB constitui a “lógica inflexível” (*ying daoli*), que necessariamente deve ser observada, enquanto outras preocupações declaradas como igualdade social ou proteção ambiental representam uma lógica flexível, que pode ser contornada. Como outros apontaram, os fundos alocados diretamente para políticas como “reflorestamento” são frequentemente redirecionados para a construção de infraestrutura (estradas, eletricidade) a fim de atrair negócios e investimentos (Wang Hansheng; Wang Yige, 2009; Zhou Xueguang, 2010; Huang, 2010).

⁷ O relatório de Xangai fala de subsídios para organizações cooperativas no valor de 21 milhões de yuan em 2005 (Baogao, 2008, p. 179).

⁸ Xi Jinping, que viria a tornar-se o mais alto líder da China, em sua tese de doutorado *Um Estudo da Comercialização Rural na China*, submetida à Universidade de Tsinghua [Qinghua], em 2001, fez sérias reservas a respeito de empresas cabeça de dragão e defendeu o apoio às cooperativas (Xi, 2001: esp. p. 37, 125, 127-29, 144-45); no entanto, as atuais ações governamentais no novo século favoreceram unilateralmente as empresas cabeça de dragão.

⁹ Sou grato a Zhiyuan Cui por me alertar sobre e localizar a dissertação de Xi.

Apesar do forte apoio do governo para as empresas capitalistas cabeça de dragão, uma forma alternativa de organização, a cooperativa especializada, emergiu de forma espontânea e atualmente comanda uma parte considerável da agricultura verticalmente integrada. Os dados disponíveis sobre cooperativas específicas sugerem que suas atividades têm se concentrado principalmente nas seguintes áreas: compra cooperativa de materiais e insumos, tanto para reduzir custos quanto para manter certos padrões e/ou uniformidade de produto; processamento, seja contratado pela cooperativa ou incorporado como unidades de processamento na própria cooperativa; fornecimento de informações e assessoria técnica; na obtenção de crédito; e comercialização, através de esforços organizados por parte das cooperativas, ou pela cooperação entre várias das chamadas “grandes” unidades agrícolas (*dahu*), ou mesmo por um único empreendedor. Todas são baseadas em pequenas propriedades e não em agricultura de larga escala horizontalmente integrada.

Uma forma de organização é reunir em uma única associação cooperativa entidades associadas que abrangem toda a cadeia, desde a produção até o processamento e a comercialização. Assim, por exemplo, a Associação dos Criadores de Frango (*Yangji xiehui*), do distrito de Wutongqiao, na cidade de Leshan (província de Sichuan), inclui em sua associação cinco cooperativas de produção e vendas, uma empresa produtora de rações, uma fazenda de criação e uma empresa que vende medicamentos para aves. Assim como o Grupo Wens, de Guangdong, a associação fornece às famílias pintos, ração, medicamentos, informações, assistência e assessoria técnica e também se encarrega da comercialização. A diferença é que ela é de propriedade dos membros e não da empresa, e divide os lucros entre seus membros, incluindo um acordo para uma “segunda divisão” (*erci fenli*) após as efetivarem-se as vendas. A associação também prevê uma espécie de salvaguarda contra um ambiente de mercado adverso, proporcionando, nesses momentos, descontos adicionais para alimentação e outros insumos. Com esse sistema integrado, a associação cresceu para pouco menos de 500 membros, com um estoque total de 1,32 milhão de galinhas poedeiras (Baogao, 2008, p. 13).

Outro exemplo é o da Cooperativa de Produção e Comercialização de Carne de Gado de Shandong do Norte, em Yangxin. A cooperativa foi fundada em 2004, com o importante apoio de oito empresas de processamento e comercialização de carne, por 231 membros e um capital inicial de 300.000 yuans, assumindo a coordenação entre famílias rurais e abatedouros, e entre criadores e vendedores, padronizando e facilitando os acordos de

contratação entre eles. Também estruturou uma organização especializada de assessoria técnica, oferecendo até mesmo treinamento para a criação a potenciais agricultores familiares em diferentes localidades e aldeias. Adquiriu alimentos, medicamentos e produtos necessários, por atacado, com desconto para membros – pequenos agricultores familiares – e organizou uma divisão de vendas especializada para fazer contatos de marketing e estabelecer padrões e preços uniformes. Nesse formato, a cooperativa cresceu, até 2006, para 530 membros, agregando aos negócios um total de 248,8 milhões de yuans (Baogao, 2008, p. 103–4).

Ainda outro exemplo vem da aldeia de Jiufeng, na cidade de Lechang, na região montanhosa da província de Guangdong do Norte. Neste caso, a cooperativa reuniu principalmente as chamadas “grandes” unidades produtoras de frutas e hortaliças (as *dahu*, embora ainda pequenas para os padrões americanos) e “grandes” comerciantes de frutas – 54 das primeiras e 48 dos últimos. Hoje, é responsável por um total de 3.900 mu de campos de hortaliças e frutas, com um tamanho médio por unidade agrícola de 72 mu (12 acres)¹⁰ e uma renda média por unidade de 200.000 yuans (Baogao, 2008, p. 244).

Embora não surpreenda que, pelos registros oficiais do Departamento de Integração Vertical do Ministério da Agricultura, as empresas cabeça de dragão favorecidas representassem, em 2005, 45 % do total de 136.000 entidades de integração vertical, de certa forma, é surpreendente que os substanciais subsídios governamentais tenham trazido apenas um parco aumento nas proporções ocupadas pelas mesmas – de 41 % do total em 2000 para 45 % em 2005. É ainda mais surpreendente que a proporção das formas cooperativas de organização, apesar da falta de apoio do governo, tenha aumentado de 14 %, em 2000, para 36 % em 2005, como mostra a Tabela 2.

A julgar por outra dimensão dos dados fornecidos pelo Departamento de Integração Vertical, os termos contratuais baseados em princípios cooperativos também mostraram considerável vitalidade. O contrato típico entre empresas cabeça de dragão e unidades agrícolas familiares independentes se baseia em uma ordem de compra antecipada (*dingdan*), enquanto aquele entre as cooperativas e as unidades agrícolas familiares independentes se dá, principalmente, na forma de distribuição de lucros por quotas de participação (*angu fenhong*) ou por retorno de investimento (*lirun fanhuan*). As duas últimas formas têm crescido juntamente com o aumento do número de entidades cooperativas (Baogao, 2008, p. 309, Tabela 2).

¹⁰ Pequena, se comparado ao tamanho médio das fazendas americanas, de 449 acres.

Tabela 2

Números de entidades de integração vertical por tipo de organização, 2000–2005

	2000		2002		2004		2005	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total de organizações integradoras	66.688	100	94.432	100	113.953	100	135.725	100
Empresas cabeça de dragão	27.276	41	41.905	44	49.709	44	61.268	45
Corretoras	22.146		32.076		41.43		62.914	
Cooperativas Especializadas	9.552	14	20.245	21	30.546	27	48.473	36
Mercados especializados	7.674	12	9.163	10	10.565	9	11.543	9
Outras	9.592		11.288		12.249			

Fonte: Zhongguo nongye chanyehua fazhan baogao, 2008, p. 309.

Não é preciso ir muito longe para buscar uma explicação. No simples arranjo de compra e venda, mesmo a um preço garantido, a maior parte dos lucros do processamento e das vendas vai para a empresa e não para o agricultor. Na distribuição de lucros por quotas de participação ou por acordo, por outro lado, o agricultor se beneficia dos ganhos relacionados ao processamento e à comercialização. Há, portanto, um evidente interesse por parte dos pequenos agricultores de estarem ligados a uma cooperativa e não a uma empresa.¹¹

Por outro lado, empresas cabeça de dragão são, em geral, maiores e mais lucrativas do que as cooperativas, ainda mais com os subsídios e privilégios do Estado. Elas podem, portanto, ser responsáveis por um número muito maior de unidades agrícolas. Os dados oficiais atuais não permitem uma desagregação por números reais de famílias “abarcadas”, mas permitem uma aproximação a esse dado com base nas dimensões das receitas de vendas. Como mostra a Tabela 3, em 2005, as empresas cabeça de dragão representaram 184,5 bilhões de yuans em receitas de vendas de um total de 306,2 bilhões, ou seja 60 % – muito mais do que os 27,3 bilhões de yuans atribuí-

¹¹ Outra maneira de ver isso é que, dado o fato de pequenas unidades agrícolas um tanto isoladas, que contrastam fortemente, por exemplo, com trabalhadores no chão de fábrica, a organização cooperativa é a coisa mais próxima de um sindicato para a proteção dos interesses coletivos.

dos a “organizações intermediárias” (a maioria das quais era de cooperativas, como mostra a Tabela 2). Embora as cooperativas possam representar um terço das organizações classificadas como verticalmente integradas, elas representam uma proporção muito menor em termos do número real de unidades agrícolas envolvidas, menos de 9 %, a julgar pelos dados da Tabela 3.

Tabela 3
Receitas de vendas de diferentes formas de organizações
de integração vertical

	2002		2004		2005	
	Receita ^a	%	Receita	%	Receita	%
Total	164,0	100	250,3	100	306,2	100
Empresas cabeça de dragão	94,6	58	142,6	57	184,5	60
Corretoras ^b	13,4	8	21,1	8	27,3	9
Mercados especializados	56,0	34	86,6	35	94,4	31

^a Em bilhões de yuan.

^b Não há dados separados para cooperativas.

Fonte: Zhongguo nongye chanyehua fazhan baogao, 2008: 311.

No entanto, mesmo nessas proporções, o grau de desenvolvimento das cooperativas ainda parece surpreendente. Durante o período entre 2002 e 2005, as cooperativas conseguiram dobrar suas receitas de vendas, resultando em uma taxa de crescimento um pouco maior do que a das empresas cabeça de dragão, isto apesar do substancial patrocínio e da preferência estatal por essas últimas. É de se perguntar: o que aconteceria se subsídios estatais robustos e condições especiais como as que foram dadas às empresas cabeça de dragão, fossem, em vez disso, concedidos às cooperativas? Esta é uma pergunta à qual retornaremos no final deste capítulo.

Centrais de abastecimento especializadas administradas pelo Governo

A terceira principal forma de organização para a integração vertical é a dos mercados atacadistas especializados administrados pelo governo. Eles podem ser vistos como mercados intermediários entre as empresas capitalistas cabeça de dragão e as cooperativas mais “socializadas” (*shehuihua*). Os governos locais

têm se engajado ativamente na construção e organização de tais mercados. A província de Shandong, por exemplo, exhibe não menos que 750 mercados especializados, grandes o suficiente para faturar mais de cinco milhões de yuans em negócios (Baogao, 2008, p. 215). Os governos municipais e distritais têm sido os principais atores nesses mercados. A cidade de Shouguang, em Shandong, é famosa por seus mercados de hortaliças. A cidade investiu um total de não menos que 40 milhões de yuans para desenvolver seis grandes mercados atacadistas especializados, incluindo hortaliças, frutas e aves (Qin Xiyao, 2000). O mercado de hortaliças foi criado em 1984 como uma aclamada feira livre periódica, com apenas 10 mu de terras, sob a administração do Departamento de Comércio e Indústria (*Gongshang guanlijū*) do governo municipal. Nos vinte anos seguintes, no entanto, esse mercado foi ampliado nove vezes, com o departamento formando uma parceria em 2003 com uma grande empresa de alimentos de Shenzhen. Hoje, o mercado atingiu uma escala de 600 mu e negocia 300 variedades de hortaliças. Seu mercado de cebolinha (*jiucaī*) tem a reputação de ser o número um da nação. No total, os mercados especializados da cidade afirmam ter trazido, sob a integração vertical, 840.000 mu de pequenas lavouras de hortaliças, com 300.000 “grandes tendas” (*dapeng*), alcançando 80 % de todas as lavouras familiares (de hortaliças) da cidade (Baogao, 2008, p. 14). Hoje, com uma frota de 200 veículos, Shouguang fornece um quinto das hortaliças consumidas pela cidade de Pequim (Qin Xiyao, 2000).

Os governos locais também têm promovido o *marketing* dos produtos locais. Tem sido frequente a utilização de marcas por localidade (não de empresas), resumidas pela expressão “uma aldeia, uma marca” (*yicun yipin*) (seguindo o exemplo da agricultura japonesa) ou “um distrito, uma marca” (*yizhen yipin*). Assim, atualmente a cidade Shouguang dispõe de 587 aldeias e distritos especializados, incluindo “o distrito número um para cebolinha na China” (*Zhongguo jiucai Diyi Xiang*), “o distrito número um para as cenouras” (*Zhongguo huluobo Diyi zhen*), e “a aldeia especializada em feijão-fava” (*douban shengchan zhuan ye cun*) (Baogao, 2008, p. 14). Esse patrocínio de marcas locais por parte dos governos distritais, juntamente com a construção de mercados especializados locais, tem sido a pedra fundamental das políticas de integração vertical do governo local. A província de Jiangxi tem sido particularmente agressiva nessa abordagem e se orgulha de suas 2.000 aldeias especializadas (Baogao, 2008, p. 14, 19).

Evidentemente, essas instituições são muito diferentes da imagem normal das economias capitalistas. Pode-se esperar que os mercados especializados administrados pelo governo sejam, de um modo geral, mais equitativos na definição de preços e regulamentações do que empresas gigantes da indús-

tria alimentícia que têm os pequenos agricultores à sua mercê. No entanto, ao mesmo tempo, eles são apenas um elo na cadeia, desde o cultivo até o processamento e a venda. Eles poderiam fazer parte de uma cadeia ligada de diversas formas a uma empresa capitalista, ou uma cooperativa, ou apenas a varejistas individuais. Nesse sentido, são mercados abertos, com uma direção de desenvolvimento que talvez não esteja ainda completamente definida.

Ao contrário do desenvolvimento de mercados, o envolvimento dos governos locais no processamento de alimentos parece muito menos avançado. De acordo com o relatório do Departamento para Integração Vertical, o valor da produção de alimentos processados permanece em um nível limitado de cerca de 40 % de valor agregado à produção agrícola, comparado aos 300 % a 400 % nas economias desenvolvidas. Outro indicador é a proporção de alimentos e bebidas processados consumidos: 25 % na China, comparado com mais de 90 % nos países desenvolvidos (Baogao, 2008, p. 23). Os governos locais, ao que parece, ainda precisam entrar decididamente no processamento de alimentos como um negócio e/ou como um serviço para agricultores. A cidade de Shouguang, que supostamente investiu 80 milhões de yuans em processamento de alimentos voltados para o mercado nacional e internacional, é uma exceção. Neste ponto, talvez haja espaço para muito mais expansão, assim como para futuras escolhas de caminhos a seguir.

O papel do sistema de direitos de propriedade

Mesmo sem olhar para os modos “alternativos” de organização cooperativa ou mercados atacadistas administrados pelo governo, é evidente que o atual sistema de propriedade de terras na China contribuiu para um modo distinto de integração vertical. Já discutimos o fato de a integração vertical dar-se sem integração horizontal. Essa é provavelmente a maior e mais evidente diferença estabelecida pelo atual regime de propriedade.

Além disso, como Zhang e Donaldson (2008) mostraram em seu estudo,¹² o atual sistema de direitos de propriedade permitiu que muitos pequenos agricultores familiares com responsabilidade pela terra pudessem negociar com as empresas. Normalmente, eles ou suas aldeias negociam para arrendar seus direitos de uso para a empresa em troca de uma posição assalariada trabalhando na mesma terra, o que geralmente significa uma melhoria substancial em sua situação financeira. Outros mantêm a responsabilidade

¹² Principalmente de empresas estrangeiras, como a Kentucky Fried Chicken, a Nestlé, uma empresa japonesa de raiz-forte e uma empresa de flores de Taiwan.

pela terra na aldeia em que residem como uma espécie de rede de segurança e firmam contrato de trabalho temporário com as empresas para trabalhar em outras áreas. Esses dois tipos de trabalhadores ainda possuem seus direitos de uso, e distinguem-se daqueles completamente sem terra, que abandonam a terra que ocupam, estabelecem residência em um novo local (mas sem direitos de responsabilidade pela terra) e simplesmente prestam serviços para as empresas. Com base em evidências empíricas, Zhang e Donaldson rechaçam enfaticamente a privatização da terra, defendendo a manutenção do sistema de responsabilidade. Em sua análise, a simples privatização levará à concentração da terra e ao deslocamento de muitos camponeses. O sistema de responsabilidade pela terra, por outro lado, equivale a uma medida de igualdade social, ao conceder aos pequenos agricultores um importante poder de barganha contra o agronegócio. Na visão de Zhang e Donaldson, o status de “semi-proletário” é preferível a uma condição completamente proletarizada. De maneira geral, concordo e vejo os direitos à terra que eles destacam como um argumento adicional às razões econômicas em favor da agricultura de pequena escala, descritas acima.

Para onde ruma a integração vertical da agricultura chinesa?

Podemos, finalmente, perguntar: qual o rumo da a integração vertical da agricultura chinesa, à luz dos recentes desenvolvimentos e caminhos de mudança? Deve estar claro, a partir do exposto, que a despeito da entrada de grandes empresas na indústria de alimentos, a agricultura familiar de pequena escala veio para ficar por um bom tempo, em razão do ambiente institucional diferenciado da China e, também, das múltiplas economias relacionadas à pequena agricultura, quando se trata de pecuária, avicultura, piscicultura e horticultura.

Uma questão que permanece em aberto é se a forma cooperativa de organização ainda pode provar ser uma alternativa viável ao agronegócio capitalista. É inegável o recente favorecimento do agronegócio pelo governo chinês, na prática efetiva, se não em palavras (como, por exemplo, no atual slogan “construir um novo campo socialista”, ou a “Lei das Organizações Cooperativas Especiais da República Popular da China” promulgada em 31 de outubro de 2006).¹³ No entanto, dada a vitalidade que as cooperativas

¹³ O Artigo 8 prevê que o governo deve, “por meio de apoio fiscal, incentivos fiscais e apoio financeiro, técnico e especializado de pessoal e políticas de orientação da indústria, buscar promover o

têm demonstrado nos últimos anos, talvez a representação ideológica “socialista” ainda possa fornecer um incentivo em direção a possibilidades alternativas para o futuro da agricultura chinesa.¹⁴

A força motivadora das organizações cooperativas, do ponto de vista do pequeno agricultor, é óbvia. Mais importante ainda, como já mencionado, tais organizações cooperativas permitem que os agricultores compartilhem os lucros obtidos com o processamento e a comercialização, em lugar de vê-los inteiramente transferidos às empresas cabeça de dragão ou aos comerciantes. Essa tem sido a força motriz por trás de tais organizações.

Uma desvantagem crucial das cooperativas tem sido a falta de apoio ativo do governo. No ambiente institucional chinês, a falta de tal apoio equivale a uma condenação ao ostracismo. Além disso, uma dúvida persiste sobre se tais organizações cooperativas seriam capazes de competir com a forma organizacional da empresa capitalista quanto à efetividade do processamento e comercialização, o que suscita questões tanto em relação à iniciativa empreendedora/gerencial quanto ao incentivo. A distribuição cooperativa não prejudicaria tanto a iniciativa quanto o incentivo, quando comparada a uma empresa capitalista?

Nesse sentido, um exemplo de empreendimento cooperativo da província de Zhejiang é sugestivo. A cooperativa de frutas e vegetais Donglin, da cidade de Linhai, é conhecida especialmente por suas tangerinas e “orquídeas ocidentais” (*xi lanhua*), cerca de 40 % das quais são exportadas para o exterior, sendo o restante comercializado principalmente nas regiões do norte da China. A pessoa chave em posição gerencial é Wang Shunhai – considerado capaz, instruído e bem relacionado, é membro do Conselho Político Consultivo da província, e conta com vários colegas de escola no governo municipal – o tipo de pessoa com as qualidades que fazem um empreendedor de sucesso no ambiente institucional chinês. Seus talentos, no entanto, foram direcionados para servir à cooperativa. Esta começou com 40 membros, todos trazidos de entre as chamadas “grandes” unidades agrícolas (*dahu*, com 100 mu ou mais) que se juntaram com base em quotas de participação. Pelos talentos e serviços de Wang, a cooperativa lhe paga 5 % dos lucros, uma participação bem maior do que aquela paga aos membros individuais, além de um salário mensal de cerca de 2.000 yuans. Wang orgulha-se, especialmente, por ter como assistente uma profissional graduada, a quem paga um salário de 50 mil yuans anuais. O número de membros da

desenvolvimento de cooperativas especializadas de camponeses”. Mas podemos ver pelo Relatório sobre a Integração Vertical da Agricultura que pouco tem sido feito efetivamente.

¹⁴ Ver a referência a Xi Jinping na nota 7.

cooperativa aumentou dez vezes seu tamanho inicial, contando agora com 438 membros (entrevista de Wang Shunhai, 2007b). Tal forma de organização pode ser vista como uma combinação de características cooperativas de propriedade compartilhada com as características gerenciais e de incentivo de uma empresa capitalista.

Combinações adequadas terão que ser buscadas na prática. Mas pode-se imaginar um arranjo pelo qual, dentro da estrutura de propriedade cooperativa, a administração receba remuneração condizente com o mercado, tenha participação nos benefícios como incentivo e poder de decisão suficiente para a iniciativa criativa. Isso combinaria as forças distributivas da propriedade cooperativa com os pontos fortes da administração de uma empresa. Tal empreendimento poderia, talvez, ser chamado de empresa cooperativa (*hezuo gongsi*).

Nos níveis de processamento e comercialização, talvez possamos imaginar uma organização de propriedade dos membros ou dos trabalhadores, na qual uma espécie de “sistema de responsabilidade” seja usado para vincular a produção à oficina/fábrica, ao escritório ou até mesmo a indivíduos. Tal sistema poderia, na verdade, ser superior ao uma empresa baseada em trabalho assalariado, em termos de incentivos e estabilidade.

Pelas estatísticas do Departamento de Integração Vertical, havia em 2005 (os dados mais recentes disponíveis) um total de 48.473 entidades cooperativas de integração vertical, que respondiam, como vimos, a possivelmente menos de 9 % de todas as receitas de vendas. Isso, apesar da falta de apoio do governo, tão fundamental no ambiente institucional chinês. Wang Shunhai (2007a), por exemplo, fala da incapacidade das cooperativas de obterem empréstimos dos bancos e de terem que recorrer exclusivamente a empréstimos informais para levantar capital. Além das cooperativas, há os mercados especializados abertos administrados pelo governo, responsáveis pela integração de unidades agrícolas, que respondem por 31 % de todas as receitas de vendas. Novamente, isso ocorre apesar do ostensivo apoio do governo a empresas cabeça de dragão. Pode-se perguntar, então: não haveria espaço para uma expansão da forma mais equitativa de integração vertical, que produz maiores benefícios para seus membros? Se recordarmos a impressionante eficácia e crescimento das empresas rurais coletivas administradas pelos quadros rurais na década de 1980 (incluindo especialmente o chamado modelo de Jiangsu do Sul), talvez não seja muito difícil imaginar que um compromisso governamental semelhante poderia gerar um grande dinamismo em tal forma de organização. Para os membros da cooperativa, ele seria mais benéfico do que as empresas capitalistas. Além disso, vale observar que

tal caminho é provavelmente necessário para conferir algum fundamento concreto aos atuais *slogans* de construção de um “novo campo socialista” e um “socialismo com características chinesas”.

Perspectivas futuras

Independentemente do que se possa pensar sobre os prós e contras e as prováveis perspectivas de formas alternativas de integração vertical, é evidente que o presente e o futuro da agricultura chinesa dependem muito das pequenas unidades agrícolas intensivas em capital-trabalho, e não da grande agricultura mecanizada e poupadora de trabalho. O modo de integração vertical parece bem definido no que diz respeito ao princípio básico, de integração vertical sem integração horizontal, e, nesse aspecto, difere fundamentalmente das experiências ocidentais clássicas. Ele é e continuará sendo baseado principalmente em unidades agrícolas de pequena escala para o cultivo de frutas e verduras e criação de gado, aves e peixe. Assim, a agricultura chinesa continuará a ser, poderíamos dizer, muito mais uma espécie de “indústria” “pequeno-burguesa” do que o clássico sistema de “capitalistas e proletários” que normalmente associamos à indústria urbana. De fato, poder-se-ia dizer que ela permanecerá predominantemente uma “pequena atividade agrícola camponesa”.

O que se desconhece é em que medida um tipo de organização cooperativa alternativa (ou “socializada”) para a integração vertical pode ou não ser incluída na pequena agricultura chinesa da nova era. Até o momento, ela ainda não teve oportunidade para testar verdadeiramente seu potencial. A questão de se as cooperativas terão uma oportunidade genuína de competir contra as empresas cabeça de dragão no livre mercado só pode ser respondida pelas futuras escolhas do governo chinês.

As escolhas feitas na agricultura, de fato, afetam profundamente todo o sistema político e econômico. Esse sistema compreende, hoje, simultaneamente, componentes capitalistas de economia de mercado e componentes socialistas de economia planejada, com fortes contradições entre os dois, especialmente entre o crescimento do PIB e a equidade social. Em face de tal situação, o que parece essencial não é uma simples escolha por um ou outro, mas sim a busca de uma terceira via, que possa transcender esses dois caminhos – não por meio de um compromisso débil, mas de uma combinação que vá além dos dois, que comece por reconhecer sua coexistência necessária. As pré-condições dadas seriam a dinâmica do mercado e a equidade social.

Poderíamos perguntar: em face do enorme colapso atual da comunidade rural, dos laços sociais, da moralidade e da cultura, as cooperativas poderiam servir ao propósito de integrar de uma nova maneira a sociedade rural?

Referências

- ALLEN, Robert C. *Enclosure and the Yeoman*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1992.
- BAOGAO. Ver: Zhongguo nongye chanyehua fazhan baogao.
- CHAYANOV, A. V. *The Theory of Peasant Economy*. Madison: Univ. of Wisconsin Press, [1925] 1986.
- COASE, R. H. *The Firm, the Market, and the Law*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1990.
- COASE, R. H. (Nobel) Prize Lecture, 1991. www.nobelprize.org.
- DANG GUOYING 党国英 (2007) Zhongguo nongcun gaige—jiefang nongmin de gushi hai meiyou jiangwan 中国农村改革—解放农民的故事还没有讲完 (Reforma na China rural: a história da liberação dos camponeses ainda não acabou). www.zhinong.cn, posted 2007.1.30.
- FEDER, Gershon; LAU, Lawrence J.; LIN, Justin Y.; LUO, Xiaopeng. The determinants of farm investment and residential construction in post reform China. *Economic Development and Cultural Change*, v. 41, n. 1, p. 1–26, 1992.
- FOURASTIÉ, Jean. *Le Grand Espoir du XXe siècle*. Progrès technique, progrès économique, progrès social. Paris: Presses Universitaires de France, 1949.
- HINTON, William. *Shenfan*. Nova York: Random House, 1983.
- HUANG, Philip C. C. *The Peasant Economy and Social Change in North China*. Stanford, CA: Stanford Univ. Press, 1985.
- HUANG, Philip C. C. *The Peasant Family and Rural Development in the Yangzi Delta, 1.350-1.988*. Stanford, CA: Stanford Univ. Press, 1990.
- HUANG, Philip C. C. Development or involution? 18th century Britain and China. *J. of Asian Studies*, v. 61, n. 2 (Maio), p. 501-538, 2002.
- HUANG, Philip C. C. China's neglected informal economy: reality and theory. *Modern China*, v. 35, n. 4 (Jul.), p. 4054-38, 2009.
- HUANG, Philip C. C. Beyond the right-left divide: searching for reform from the history of practice. *Modern China*, v. 36, n. 1 (Jan.), p. 115-133, 2010.
- HUANG, Zongzhi. Zhongguo nongye mianlin de lishixing qiji. 中国农业面临的历史性契机 (A oportunidade histórica para a agricultura chinesa), ([2006] 2007b) p. 486-496 in Huang Zongzhi, 2007.
- HUANG, Zongzhi. Zhongguo xiaonong jingji de guoqu he xianzai—Shuerci lilun de duicuo. 中国小农经济的过去和现在—舒尔茨理论的对错 (O passado e o presente da economia camponesa da China: os acertos e os erros da teoria de Theodore Schultz). *Zhongguo xiangcun yanjiu* n. 6, p. 1-14. Fuzhou: Fujian jiaoyu chubanshe, 2008a.

HUANG, Zongzhi. Zhongguo de xiaozhanchajieji he zhongjian jiecheng: beilun de shehui xingtai. 中国的小资产阶级和中间阶层: 悖论的社会形态 (A pequena burguesia e as classes médias na China: uma formação social paradóxica). *Zhongguo xiangcun yanjiu* n. 6, p. 267-287. Fuzhou: Fujian jiaoyu chubanshe, 2008b.

KESI DINGLI 科斯定理 [The Coase theorem] (n.d.) www.baidu.com.

LI, Qingbiao 李清彪. Nongye chanyehua shi nongye dashi xiang nongye qiangshi maijin de biyou zhi lu—Nanyang shi fazhan nongye chanyehua de diaocha” 农业产业化是农业大市向农业强市迈进的必由之路—南阳市发展农业产业化的调查 (A integração vertical da agricultura é um caminho necessário para passar de um grande mercado a um mercado forte: uma investigação da integração vertical da agricultura na cidade de Nanyang). *Nongye jingji wenti* 5, 1997.

LIPTON, Michael. The theory of the optimizing peasant. *J. of Development Studies*, v. 4, n. 3, pp. 327–51, 1968.

LUN JIEGAN FENJIEJI zai yangzhiye zhong de yingyong 论秸秆分解剂在养殖业中的应用 [Sobre os usos do agente de decomposição de talos na pecuária], 2006. www.shantang.com.

MADDISON, Angus. *The World Economy: A Millennial Perspective*. Organization for Economic Co-operation and Development (OECD), 2001.

OVERTON, Mark. *Agricultural Revolution in England: The Transformation of the Agrarian Economy, 1500–1850*. Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press, 1996.

QIN XIYAO 秦锡尧. Nongye chanyehua: nongye xiandaihua daolu de xin tansuo—Shandong sheng Shouguang shi nongye chanyehua diaoyan baogao 农业产业化: 农业现代化道路的新探索—山东省寿光市农业产业化调研报告 (Integração vertical na agricultura: uma nova abordagem no caminho da modernização agrícola – relatório de pesquisa sobre integração vertical na cidade de Shouguang em Shandong). *Sichuan zhengbao* n. 5, p. 23-24, 2000.

SHANIN, Teodor. Chayanov's treble death and tenuous resurrection: an essay about understanding, about roots of plausibility and about rural Russia. *J. of Peasant Studies*, v. 36, n. 1 (Jan.), p. 83-101, 2009.

SHENSHI NONGSHU [Agricultural treatise of Mr. Shen] ([ca. 1640] 1936). *In: Congshu jicheng* 1468. Shanghai: Shangwu yinshuguan.

SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. 4. ed., 3 v. Londres: n.p. [1775–1776] 1976.

THE AVERAGE AMERICAN FARM. 2009. <https://uwstudentfpweb.uwyo.edu/N/NSIAN/default-old.htm>

TJNJ. ver: Zhongguo tongji nianjian.

WANG, Hansheng 王汉生; WANG, Yige 王一鸽. Mubiao guanli zerenzhi: nongcun jiceng zhengquan de shijian luoji” 目标管理责任制: 农村基层政权的实践逻辑 (Administração por responsabilidade direcionada: a lógica da prática do poder político nos níveis básicos do campo). *Shehuixue yanjiu*, n. 2, p. 61-92, 2009.

WANG, Shunhai 王顺海. Wei nong zheng li de 'ling lirun' hezuoshe—Zhejiang sheng Linhai shi Donglin guoshu hezuoshe de banshe zhi dao 为农争利的“零利润”合作社—浙江省临海市洞林果蔬合作社的办社之道 (Uma cooperativa de “lucro

zero” que busca benefícios para os camponeses: o caminho da Cooperativa de Frutas e Hortaliças Donglin da cidade de Linhai, província de Zhejiang). *Zhongguo hezuo jingji*, n. 1, p. 30-34, 2007a.

WANG, Shunhai 王顺海. Zhejiang sheng Linhai shi Donglin guoshu hezuoshe. Shoufangren: Wang Shunhai 浙江省临海市洞林果蔬合作社 (受访人: 王顺海) (Cooperativa de frutas e vegetais de Donglin da cidade de Linhai, província de Zhejiang, Entrevista com Wang Shunhai). N.p. publicação *online*, 2007b.

WU, Jinglian 吴敬琏. Fazhan zhong xiao qiye shi Zhongguo de da zhanlüe. 发展中小企业是中国的大战略 (O desenvolvimento de pequenas e médias empresas é a grande estratégia para a China). *Hongguan jingji yanjiu*, n. 6, 2002.

WU, Jinglian 吴敬琏. *Understanding and Interpreting Chinese Economic Reform*. Mason, OH: Thomson/South-Western, 2005.

WU, Jinglian 吴敬琏. Laizi shijian de zhenzhi zhuojian—ping Fu Laiwang ‘Zhuanyi zhanlüe lun’ 来自实践的真相灼见—评伏来旺《转移战略论》 (Conhecimento verdadeiro e percepção da prática – uma revisão de *On the Shifting of Strategy* de Fu Laiwang), n.d. www.tecn.cn.

XI, Jinping 习近平. Zhongguo nongcun shichanghua yanjiu 中国农村市场化研究 (Um estudo sobre a mercadorização rural na China). Tese de Doutorado., Universidade de Tsinghua [Qinghua], 2001.

ZHANG, Forrest Qian [张谦]; DONALDSON, John A. The rise of agrarian capitalism with Chinese characteristics: agricultural modernization, agribusiness and collective land rights. *China J.* n. 60 (July), p. 25-47, 2008.

ZHONGGUO NONGYE chanyehua fazhan baogao 中国农业产业化发展报告 [Relatório sobre a integração vertical da agricultura chinesa]. Beijing: Zhongguo nongye chubanshe, 2008.

ZHONGGUO TONGJI nianjian (TJNJ) [Anuário Estatístico da China]. Beijing: Zhongguo tongji chubanshe, 1983; 1987; 2007.

ZHONGHUA RENMIN Gongheguo nongmin zhuanye hezuoshe fa 中华人民共和国农民专业合作社法 [Lei sobre cooperativas de especialidades agrícolas da República Popular da China]. Promulgada em 31 out. 2006. www.gov.cn.

ZHOU, Xueguang. The institutional logic of collusion among local governments in China. *Modern China*, v. 36, n. 1 (Jan.), p. 47-78, 2010.

Capítulo 5

**Desenvolvimento do mercado
varejista de alimentos na China:
estudo qualitativo de como
varejistas estrangeiros e nacionais
buscam aumentar sua participação
de mercado**

**Martin Hingley
Adam Lindgreen
Lan Chen**

O desenvolvimento do varejo global levou cadeias internacionais a explorar potenciais mercados em âmbito mundial. Segundo Dawson e colaboradores (2003), a internacionalização do varejo tem sido particularmente rápida na Ásia. A China tornou-se um dos mercados mais atraentes do mundo, com vendas no varejo avaliadas em mais de US\$ 628 bilhões e crescimento

anual superior a 9 %. Nos últimos 20 anos, as vendas do varejo na China cresceram quase 15 % ao ano, tornando-a o terceiro maior mercado mundial (BusinessWeek Online, 2005; IGD, 2005a; Retail Asia, 2006). Para alguns, esse se afigura o mais interessante mercado para produtos alimentares e a melhor oportunidade que desponta mundialmente (AT Kearney, 2005).

A China estabeleceu como metas ter empresas de varejo elencadas na Fortune 500 antes de 2010 e alcançar maior competitividade em seu setor de varejo estatal (Business-in-Asia, 2004). A AC Nielsen, líder global em pesquisa de mercado, em sua pesquisa de 2004 sobre o mercado de varejo chinês, revela que as lojas de varejo modernos aumentaram 35 %, enquanto o número de *shopping centers* aumentou 37 % (People's Daily Online, 2005).

Ainda que varejistas internacionais tenham entrado no mercado chinês no início dos anos 1990, uma série de restrições dificultou o ritmo de seu desenvolvimento e expansão. Após 2004, data da adesão do país à Organização Mundial do Comércio (OMC), o governo chinês começou a suspender gradualmente essas restrições, e essa maior liberalização permitiu que varejistas internacionais continuassem sua expansão na China. Por sua vez, esses varejistas tiveram impactos significativos nas modernas técnicas de varejo e introduziram novos modelos no mercado chinês. Ao mesmo tempo, a China passou por uma série de reformas econômicas e de distribuição, incluindo a remoção da proteção do governo para varejistas estatais. Simultaneamente, os varejistas nacionais estão se tornando mais sofisticados, aumentando a concorrência entre varejistas estrangeiros e domésticos na China.

Este capítulo investiga o setor de varejo de produtos alimentares na China, com o objetivo de oferecer algumas recomendações sobre iniciativas para futuros desenvolvimentos necessários aos varejistas tanto nacionais como estrangeiros. Investiga-se, principalmente, o impacto das cadeias internacionais de varejo de alimentos no mercado de Pequim, comparando as vantagens competitivas obtidas por varejistas nacionais e estrangeiros no setor de alimentos.

O mercado de alimentos na China e suas transformações recentes

A reforma econômica em andamento há mais de duas décadas na China visa transformar a economia dirigida em um novo sistema híbrido (Yuen; Shan, 2003). A China, como outros países comunistas, anteriormente operava uma economia totalmente planejada, na qual a produção e a dis-

tribuição de mercadorias eram controladas pelos departamentos centrais de planejamento, os Ministérios do Comércio e de Materiais (Lavigne, 1995). No passado, a maioria dos canais de comercialização e distribuição era de propriedade do Estado, e o atacado ou varejo existiam apenas para distribuição. Uma vez que o objetivo de um sistema de distribuição em uma economia planejada é fornecer bens onde as pessoas precisam, a China adotou investimentos limitados no desenvolvimento e inovação de produtos; a gama de produtos era limitada e os ciclos de vida eram muito mais longos do que seriam em uma economia baseada no mercado (Dawson et al., 2003). Havia pouco incentivo para desenvolver produtos que atendessem às necessidades dos consumidores, e o conceito de atendimento ao cliente era quase existente (Mun, 1988).

Hoje, a China representa uma economia de transição planejada, semirreformada, que abrange tanto o capitalismo puro quanto aspectos do socialismo padrão (Lavigne, 1995). O capitalismo está emergindo no setor de serviços e nas pequenas indústrias, mas a maioria das indústrias domésticas permanece dominada por grandes empresas estatais (Lavigne, 1995). O governo chinês chama isso de “uma economia de mercado socialista com características chinesas”. O varejo na China também está se movendo em direção à modernização e às transições econômicas, mas, apesar das mudanças drásticas, os varejistas da China ainda são afetados pelo legado da economia dirigida (Dawson et al., 2003).

Algumas das mudanças causadas desde a abertura da China ao investimento estrangeiro, há 20 anos, incluem um rápido crescimento econômico de 9 % ao ano, em média (IGD, 2005b). Como a sexta maior economia do mundo, o poder de compra da China ocupa o segundo lugar, atrás apenas dos EUA (OCDE, 2005) e poderia ultrapassar os EUA já em 2020 (IGD, 2005a). Esse rápido crescimento econômico ajudou a criar um grande e próspero segmento de consumidores chineses de classe média. A Academia Chinesa de Ciências Sociais relata que a classe média constituía aproximadamente um quinto da população total em 2003, mas que esse número deveria dobrar até o ano 2020. O rápido crescimento econômico também tem aumentado constantemente os gastos dos consumidores. A taxa de crescimento anual composta do país em artigos de luxo e nos principais mercados consumidores excede 10 %, o dobro da taxa para esses produtos no Reino Unido (AT Kearney, 2005).

Desde que o comércio de produtos alimentares foi aberto a varejistas estrangeiros, no início dos anos 1990, a China absorveu aproximadamente US\$ 560 bilhões em investimento externo direto (The Economist, 2005).

Após o ingresso da China na OMC, depois de 15 anos de negociações (Agarwal; Wu, 2004), o país adotou três princípios básicos para seu sistema de administração comercial – uniformidade, transparência e capacidade de recurso judicial – e aboliu as restrições restantes, em conformidade com um cronograma de três anos, para abrandar as medidas de proteção e incentivar o investimento estrangeiro. Em 11 de dezembro de 2004, a China estava totalmente aberta a companhias internacionais e permitiu que estas operassem empresas de propriedade integralmente privada, sem mais restrições geográficas. Além disso, as grandes mudanças no sistema de distribuição de alimentos da China apresentam tanto oportunidades quanto desafios. Por exemplo, as reformas causaram grandes problemas para as indústrias estatais e o setor agrícola, uma vez que muitas indústrias produziam alimentos apenas para consumo interno. Nos setores agrícolas, as terras cultivadas podem ser tomadas para outros usos comerciais (Ambler; Witzel, 2004). No entanto, alguns progressos, embora lentos, marcam reduções na dependência da economia na agricultura.

Por sua vez, o mercado de varejo chinês é influenciado por vários fatores sociais, políticos e econômicos, dos quais o mais importante pode ser o envelhecimento da população (IGD, 2005b). A política de filho único da China restringiu as taxas de natalidade nos últimos 50 anos, mas a base de consumidores chineses, devido ao vasto tamanho do país e à enorme população, permanece relativamente diversa (IGD, 2005b). Mesmo com essa diversidade, os consumidores chineses exibem várias características comuns: sensibilidade ao preço, desejo por conveniência e qualidade e uma orientação para o longo prazo que incentiva a poupança.

Em primeiro lugar, os consumidores chineses gastam, em média, 39 % de sua renda em alimentos – significativamente mais do que em outros países desenvolvidos, como o Reino Unido, onde o gasto médio com alimentos é de aproximadamente 10 % (Food Chain Center, 2004). Os consumidores chineses costumam visitar várias lojas diferentes para encontrar a mercadoria com o melhor preço. A importância do preço dificulta que as empresas cultivem a lealdade da clientela (Lo et al., 2001). Além disso, o ambiente de vida relativamente pobre torna as compras uma atividade de lazer para os consumidores chineses.

Em segundo lugar, a ascensão da economia nacional aumentou a riqueza dos consumidores chineses, que agora exigem mais conveniência e qualidade. As mulheres chinesas representam 46 % da força de trabalho total na China – mais alta do que em qualquer outro país asiático e aproximadamente o mesmo nível dos EUA. As restrições de tempo para essas mulheres trabalhadoras

têm impactos significativos no setor de alimentos, na forma de demanda por produtos de conveniência (China-Britain Business Council, 2005).

Em terceiro lugar, os consumidores chineses geralmente economizam a maior parte de sua renda, porque a rede de segurança social do país é escassa e a maioria das pessoas deve pagar do próprio bolso por cuidados de saúde e pensões (McKinsey Quarterly, 2006). Além disso, a identidade cultural da China, segundo as dimensões culturais de Hofstede (2001), está fortemente baseada em uma orientação de longo prazo. Como essa orientação é um valor radicado na tradição, leva mais tempo para as empresas estrangeiras se incorporarem a essa sociedade.

Além dessa característica cultural, outras características tornam as relações comerciais na China únicas e atraíram um interesse significativo. Por exemplo, as modernas práticas comerciais ocidentais enfatizam a qualidade dos relacionamentos contínuos, e não as transações de curto prazo, com particular ênfase na confiança, simetria e reciprocidade (Hingley, 2005; Lindgreen, 2003). A filosofia *guanxi* chinesa, por outro lado, refere-se à rede social de relacionamentos pessoais que uma pessoa mantém (Lovett et al., 1999), e o modo *guanxi* de negociar significa desenvolver redes de negócios que transpassam as relações *guanxi* individuais. Esse conceito é regido pela regra da equidade (Trienekens et al., 2006), que demanda “favores mútuos” entre as pessoas, o que não é tradicionalmente visto como corrupção na China. Embora o país esteja trabalhando para desenvolver sua estrutura jurídica e profissionalizar as relações comerciais, o *guanxi* continua sendo fundamental para o sucesso dos negócios, de modo que os administradores precisam ter sólidas redes de contatos comerciais e governamentais (Chee; West, 2004). Em vista de o *guanxi* estar arraigado na cultura chinesa, as empresas necessitam estabelecer relacionamentos de longo prazo antes de começar a fazer negócios (Chee; West, 2004).

No setor de varejo de alimentos, em particular, a China continua dominada pelas redes de varejo domésticas no que tange ao número de lojas e ao faturamento. Uma recente fusão entre duas importantes redes nacionais, Shanghai Lianhua e Shanghai Hualian, também criou um mega varejista – a Shanghai Bailian – que provavelmente manterá sua posição de liderança, ao menos no curto prazo (IGD, 2005b). No entanto, os varejistas estrangeiros continuam a crescer. O Wal-Mart, por exemplo, abriu com sucesso sete super centros e uma loja Sam’s Club, e o Carrefour abriu 27 cadeias de lojas em cinco cidades. A Metro estabeleceu-se como o primeiro atacadista de propriedade totalmente estrangeira, a Metro Warehouse Management,

juntamente com 15 novas lojas de venda por atacado (*cash-and-carry*)¹ (Dawson et al., 2003).

Quando os investidores internacionais chegaram à China, as lojas de departamento foram as principais opções de cooperação (Wang, 2003), mas, durante os anos 1990, o setor de varejo de alimentos da China mudou drasticamente, e grupos baseados na Holanda, no Japão e nos EUA voltaram-se para o mercado de varejo chinês (Gilmour; Gale, 2001), concentrando-se em formatos novos e menos estabelecidos, como hipermercados, lojas de mercadorias em geral e clubes de atacado para associados (Wang, 2003). Essas novas superlojas oferecem vastas linhas de produtos das categorias de alimentos e não alimentares (Tambe, 2003); algumas até possuem restaurantes no local. O próspero formato de hipermercado provou ser um setor em expansão, marcado pela conveniência, conforto e preços baixos.

O varejo de alimentos: principais atores

A pesquisa aqui descrita foi realizada em Pequim, a capital e a cidade de maior atividade comercial da China, e teve como objetivo entender o setor de varejo de produtos alimentares do país e fazer recomendações sobre desenvolvimentos futuros, investigando o impacto das cadeias de varejo alimentar estrangeiras e da competitividade entre varejistas nacionais e estrangeiros. De acordo com o Tradepartner UK (2002), entre todas as cidades chinesas, Pequim é a que obtém os mais altos escores em termos de produto interno bruto médio, renda e vendas no varejo, o que a torna uma cidade prioritária para varejistas estrangeiros. Embora alguns varejistas se concentrem em outras cidades, como o Wal-Mart em Guangzhou e o Carrefour em Xangai, Pequim mantém a maior diversidade de negócios de varejo e oferece a maior concorrência na China, tornando-se o local apropriado para nossa investigação.

Realizamos quatro entrevistas em profundidade com dois varejistas estrangeiros e dois varejistas nacionais, desenvolvendo uma investigação exploratória de atitudes gerenciais entre varejistas chineses e estrangeiros. Várias questões culturais impõem a necessidade de habilidades especiais para entrevistar os participantes chineses; portanto, o entrevistador principal é chinês e entende completamente as questões de idioma, cultura e contexto perti-

¹ Cash-and-carry refere-se a lojas de autosserviço para grandes volumes, apenas para clientes cadastrados, atendendo principalmente empresas. (Nota da tradutora)

nentes. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado (Patton, 1987). Cada varejista entrevistado possui características típicas que o tornam representativo de sua categoria de varejista de produtos alimentares em Pequim. Especificamente, escolhemos um varejista estrangeiro líder que se compara a um dos principais varejistas nacionais em Pequim e consideramos varejistas estrangeiros com potencial de crescimento semelhante ao de seus colegas chineses. Dos dois principais varejistas estrangeiros, o Carrefour se recusou a ser entrevistado; portanto, o Wal-Mart atua como o principal varejista estrangeiro desta pesquisa. A seguir, descrevemos as principais características de cada respondente.

Um dos principais varejistas estrangeiros de alimentos na China, o Wal-Mart desfruta de grandes economias de escala e opera três formatos principais (supermercado, hipermercado e conveniência), com foco no formato Sam's Club (*cash-and-carry*). O Wal-Mart abriu seu primeiro super centro em Shenzhen, no sul da China, em 1996, e depois expandiu com lojas em 20 províncias, incluindo as principais cidades, Pequim e Xangai, e 18 cidades de médio porte. O Wal-Mart recebeu aprovação para lojas de propriedade estrangeira integral e emprega gerenciamento avançado de cadeias e controles logísticos. A loja Sam's Club está localizada fora de Pequim.

A Bonjour, varejista de alimentos francesa que se estabeleceu em Hong Kong em 2000, administra lojas em Pequim, Xangai, Hong Kong e Qingdao. Em Pequim, a loja Bonjour está localizada no centro da cidade; opera com economias de escala menores e emprega apenas um formato de supermercado. Suas operações são uma *joint venture* com o Beijing Commissariat Group Limited, com ações divididas entre eles.

Um dos principais varejistas domésticos de alimentos na China, o Wu-Mart também desfruta de grandes economias de escala e opera nos formatos de supermercado, hipermercado e lojas de conveniência, com foco principal nessa última (incluindo mini-mercados e quiosques). Localizada em Pequim e cidades próximas (Hebei e Tianjin), o Wu-Mart começou como uma cadeia privada (ou seja, empresa não estatal).

Finalmente, Jingkelong é o típico varejista doméstico de alimentos com pequenas economias de escala e opera em três formatos principais (supermercado, hipermercado e conveniência). Localizada apenas em Pequim (província de Hebei), essa cadeia doméstica estatal está em processo de transformação em uma empresa comercial. Suas lojas aparecem principalmente em áreas de comunidade local.

O varejo de alimentos e o público consumidor

Embora a China seja a sexta maior economia do mundo e possua grande poder de compra, ainda existe uma diferença significativa de renda entre a área rural e as cidades, bem como entre as populações mais ricas do centro da cidade e os subúrbios. Os varejistas reconhecem essa discrepância, observando: “Nossa loja está localizada na área central, em Pequim. 50 % dos nossos clientes têm menos de 40 anos e 15 % deles são estrangeiros.” (Bonjour)

Como exemplificado por essa citação, os dois varejistas estrangeiros têm como alvo, particularmente, os consumidores de classe média e alta, enquanto os varejistas domésticos têm como alvo os consumidores de classe média e baixa. As lojas de varejo localizadas nos subúrbios de Pequim são administradas principalmente por varejistas domésticos, principalmente a Wu-Mart:

Embora a renda do consumidor chinês tenha crescido rapidamente, os clientes de classe média e baixa ainda representam uma grande porção da população total. Nossos supermercados e lojas de conveniência estão localizados nos subúrbios de Pequim. Os hipermercados, localizados na cidade, têm como alvo clientes de classes mais altas. (Wu-Mart).

A diferença de renda também afeta consumidores de diferentes idades. O setor da população com mais de 45 anos representa um grupo economicamente ativo que atingiu a idade adulta antes das reformas econômicas e de distribuição da China. Como os planos de pensão da época não eram desenvolvidos, a maioria das pessoas recebe mensalmente um subsídio mínimo do governo. No entanto, esses consumidores mais velhos também tendem a economizar mais do que a população mais jovem, para garantir que possam ter assistência médica e se proteger contra outros riscos. Além disso, em conformidade com o perfil cultural de Hofstede (2001), os consumidores em Pequim tendem a enfatizar a orientação para o longo prazo, na esperança de economizar dinheiro para o futuro.

Todos os entrevistados enfatizaram o reconhecimento de que os consumidores na China são muito sensíveis ao preço, especialmente os de Pequim. Embora gastem 39 % de sua renda em alimentos – o maior desembolso de sua renda total – as lojas de descontos não são populares entre esses consumidores e os formatos que crescem mais rapidamente são as lojas de conveniência e os hipermercados. Enquanto os consumidores americanos, com seu fácil acesso ao transporte privado e ampla capacidade de armazenamento doméstico, adotam um estilo de vida de “compra em

volume”, a maioria dos consumidores chineses não. Além disso, esses últimos, mesmo os de baixa renda, permanecem conscientes da qualidade dos alimentos, principalmente de seu frescor. Lojas de desconto geralmente não oferecem carne ou legumes frescos, e fornecem apenas alimentos embalados ou enlatados; oferta que não corresponde às preferências dos consumidores chineses. Por outro lado, a maioria dos hipermercados e supermercados da China possui seu próprio açougue na loja e outros balcões que oferecem alimentos frescos.

Os consumidores chineses também parecem dispostos a experimentar novos produtos. Nesse contexto, a iniciativa de “varejo de entretenimento” do Wal-Mart, que fornece degustações de novos produtos e atividades dentro da loja, alcançou muito sucesso, consistente com descobertas anteriores do IGD (2005a; 2005b).

Os entrevistados concordam por unanimidade que as diferenças geográficas causam divergências no paladar. Os consumidores do sul da China preferem sabores mais leves e baixo teor de açúcar, além de consumirem mais frutas e vegetais do que os consumidores do norte do país, provavelmente devido ao clima tropical. No norte, eles tendem a consumir mais açúcar e proteína para suportar as temperaturas frias. Tais diferenças confirmam a indicação de que os consumidores chineses são bastante heterogêneos.

Os consumidores em Pequim estão cientes dos varejistas de alimentos estrangeiros, reconhecendo seus nomes e atividades promocionais. Por exemplo: “Ganhamos a confiança do cliente ao dizer que somos o maior varejista do mundo. Alguns dos jovens compradores realmente apreciam nosso histórico e percorrem longas distâncias para vir até aqui” (Wal-Mart).

Tais consumidores estão abertos à ideia de varejistas internacionais e muitos gostam de fazer compras em lojas de varejo estrangeiras porque supõem que estas vendem produtos de qualidade superior. A Bonjour se esforça para manter essa percepção. Esses consumidores preocupados com a imagem pagarão um extra por produtos melhores, se puderem comprá-los. Além disso, as lojas de varejo estrangeiras geralmente oferecem um ambiente de compras melhor do que as lojas de varejo domésticas; o Wal-Mart até estabeleceu um limite de capacidade para sua população total de compras no Sam’s Club para manter um ambiente aconchegante.

Por outro lado, os varejistas nacionais desfrutam de relações sociais que construíram ao longo do tempo com as comunidades locais. Os clientes de estabelecimentos nacionais tendem a ser mais velhos do que os das lojas de varejo estrangeiras. Esses pontos de venda mantêm uma proximidade com os clientes mais velhos, que mantêm valores tradicionais e conservadores,

incluindo uma preferência por fazer compras diariamente. Assim, as lojas dos varejistas nacionais geralmente estão localizadas em uma comunidade local. Os consumidores visitam as lojas não apenas para comprar alimentos, mas também para trocar informações com os vendedores e outros consumidores. Eles permanecem fiéis às marcas locais, porque têm uma vida inteira de experiência com elas. Os varejistas nacionais, que construíram fortes relacionamentos com seus clientes locais, tendem a se concentrar mais em supermercados e lojas de conveniência. Sua melhor compreensão dos padrões de compra do consumidor também lhes permite operar em formatos menores com mais eficiência. Embora alguns varejistas nacionais tenham iniciado hipermercados, o formato se mostrou menos competitivo como resultado de seu estilo de gerenciamento, falta de tecnologia de varejo e escassas economias de escala.

Quando se trata de programas de fidelidade, os consumidores em Pequim parecem muito interessados. Os programas de acúmulo de pontos, que têm uma história relativamente longa no mercado, permanecem muito populares entre os varejistas nacionais. Um novo programa de associação oferecido pelo Wal-Mart, apesar de não ter obtido muito sucesso inicialmente, agora é amplamente aceito. Contudo, varejistas nacionais que tentaram sistemas semelhantes nunca tiveram sucesso com eles. Esses diferentes resultados podem estar relacionados às diferenças entre o programa de associação do Wal-Mart e as outras ofertas; ou seja, o sistema do Wal-Mart é organizado e cuidadosamente registrado, o que faz com que pareça justo para os consumidores.

Devido aos baixos índices de propriedade de carros na China, os consumidores de Pequim apreciam quando os varejistas fornecem transporte de e para um hipermercado ou super centro. Muitos consumidores chineses gastam grande parte de sua renda em transporte e comunicação. No entanto, os consumidores locais que gostam de fazer compras diariamente não percebem valor no transporte desnecessário para lojas maiores.

Novas linhas de produtos têm sido desenvolvidas nos setores alimentício e não alimentício. As linhas de produtos alimentícios se mantêm como sustentáculo das lojas de varejo nacionais, mesmo em hipermercados e supercentros. Esses varejistas também concentram a maior parte de seus negócios de marca própria em produtos alimentícios, porque desfrutam de cooperação solidária e fortes acordos com agricultores e fornecedores. Os varejistas estrangeiros, por outro lado, geralmente se concentram nas vendas de produtos não alimentícios, que os nacionais não conseguem manter sem economias de escala. Embora a maioria dos varejistas tenha aumentado o rit-

mo de desenvolvimento de produtos com marca própria, esse setor continua sendo uma tendência incipiente na China.

Para esses produtos, a maioria dos varejistas, nacionais ou estrangeiros, administra seus próprios centros de distribuição, responsáveis pela embalagem e outros processamentos do produto; alguns operam seus setores alimentar e não-alimentar separadamente. Os centros de distribuição dos varejistas estrangeiros cobrem uma área geográfica mais ampla; por exemplo, a renomada tecnologia de distribuição do Wal-Mart ajuda a reduzir os custos de mão de obra e manuseio. Por outro lado, os centros de distribuição dos varejistas nacionais geralmente têm cobertura geográfica limitada e localizam-se perto das principais regiões de operação. Os custos de manuseio e mão de obra são mais altos que aqueles das empresas estrangeiras.

Atacadistas raramente aparecem na cadeia de suprimentos de produtos alimentares, uma vez que a maioria dos varejistas, tanto estrangeiros como nacionais, compra seus produtos diretamente de fabricantes ou de uma empresa de entrega terceirizada (ou seja, uma empresa que subcontrata com o varejista e o fornecedor para entregar mercadorias). Os varejistas estrangeiros vêm gradualmente introduzindo os sistemas de cadeia de suprimentos centralizados e de contratação com terceiros que proliferam no Ocidente (Hingley et al., 2006). Alguns varejistas nacionais, especialmente fornecedores de alimentos anteriormente estatais, já possuem canais de abastecimento diretamente dos produtores rurais; eles também podem ter suas próprias instalações de produção. Como os varejistas estrangeiros não possuem essas conexões, eles devem comprar produtos de intermediários na cadeia de suprimentos.

Ambos os varejistas estrangeiros entrevistados durante o nosso estudo indicam que obtêm seus produtos selecionando entre os fornecedores que se candidatam para abastecer suas lojas. A Bonjour, por exemplo, trabalha com 50 fornecedores; outras redes maiores usam mais de 100. Por outro lado, a Wu-Mart obtém a maior parte de seus fornecedores adquirindo outras redes de supermercados. A Jingkelong, que era uma empresa estatal, possui seus próprios fornecedores dedicados de produtos alimentares: “Nós temos os agricultores e o campo. Compramos outros produtos em grandes quantidades de nossos fornecedores por meio de uma ordem de compra anual. Assim, os fornecedores nos oferecem preços competitivos.” (Jingkelong)

A concorrência entre os varejistas estrangeiros é forte, pois eles visam públicos com comportamentos de compra e níveis de renda semelhantes. Embora os varejistas domésticos também reconheçam a concorrência em seu mercado, esta não é tão forte quanto entre os estrangeiros. Nenhuma das empresas de varejo alimentar chinesas possui amplas economias de escala,

o que as impede de operar nacionalmente e as leva a se tornarem varejistas líderes em regiões específicas, como Shanghai Lianhua em Shanghai e Wu-mart em Pequim. Os pequenos varejistas não têm poder suficiente para oferecer qualquer ameaça real. Além disso, os varejistas nacionais que nunca foram empresas estatais, como a Wu-Mart, adotam estruturas administrativas semelhantes às dos varejistas estrangeiros e estão se tornando cada vez mais competitivos. Portanto, a concorrência entre essas lojas e os varejistas estrangeiros provavelmente ficará mais forte no futuro.

Além dos sistemas de gerenciamento avançados, os varejistas estrangeiros geralmente contam com sistemas de controle de qualidade e operam de acordo com regulamentos rigorosos e estruturados. Por exemplo, os produtos devem atingir um determinado padrão para serem aceitos e expostos na loja. Assim, notamos uma concorrência baseada em padrões de qualidade entre diferentes fornecedores. A maioria dos grandes varejistas mantém instalações de teste de qualidade em suas bases de produção e centros de distribuição para garantir produtos de alta qualidade.

Tais esforços permitem que os varejistas estrangeiros desenvolvam uma forte confiança entre os consumidores. Por exemplo, alguns oferecem reembolsos incondicionais, mesmo sem problemas de qualidade do produto, enquanto poucos varejistas domésticos concedem tais garantias. Portanto, os varejistas domésticos tendem a conquistar a confiança do consumidor a partir de seus preços baixos e não de sua qualidade.

Quando as empresas de varejo alimentar estrangeiras entraram na China, a maior dificuldade que enfrentaram foi a obtenção de licenças comerciais e de outros registros. Mesmo após a adesão da China à OMC, muitas restrições permaneceram em vigor, embora, desde então, o governo chinês tenha suspenso a maioria delas. No entanto, persistem problemas específicos e obscuros para empresas estrangeiras na China. O primeiro grande obstáculo para o Bonjour, antes de a China ingressar na OMC, foi obter a licença comercial apropriada, mas mesmo a adesão à organização não significou o fim das barreiras: “Havia muitas restrições para nós antes de a China ingressar na OMC; mas, mesmo depois, o governo ainda nos coloca em uma posição difícil.” (Wal-Mart).

Atualmente, entender a cultura pode ser o principal problema associado a fazer negócios na China. O país tem uma característica cultural única, diferente até de outros países asiáticos. À medida que os varejistas estrangeiros começam a mudar seu foco para cidades de médio porte, precisam ter em conta os diferentes padrões e preferências de compra desses consumidores. Expandir um negócio em um país estrangeiro com uma base de consumido-

res não homogênea coloca um grande desafio para os varejistas estrangeiros. Em resposta, a maioria desses varejistas agora recruta sua equipe e a maioria de seus gerentes na China, a fim de melhor compreender a cultura do país.

Tais barreiras culturais apresentam problemas reais nas relações com os parceiros. A maioria das relações comerciais chinesas exige *guanxi* (Trienekens et al., 2006), incluindo relações com o governo da província e a administração do distrito. Dessa forma, os varejistas estrangeiros enfatizam que diferenças culturais arraigadas representam a maior dificuldade para fazer negócios na China: “Às vezes, quando você não tem um bom relacionamento – essas coisas de ‘guanxi’ com o governo ou o departamento administrativo local – torna-se mais difícil a operação de um negócio na China.” (Bonjour).

No entanto, esses desafios para os varejistas estrangeiros não significam que tudo é fácil para os varejistas domésticos. A Wu-Mart reconhece que enfrentar a concorrência de varejistas estrangeiros representará seu principal desafio no futuro, e Jingkelong enfrenta uma transição difícil para se tornar uma organização comercial e competitiva:

Éramos uma empresa estatal; ainda estamos em transição para um varejo comercial. Não é muito difícil transformar a estrutura. O difícil é transformar a mentalidade das pessoas. Por exemplo, se um membro da equipe cometer um erro em nossa loja, ele poderá ser apenas advertido por seu supervisor, mas se o mesmo erro acontecer em uma loja estrangeira, ele será demitido. Em comparação com os varejistas não estatais, ainda estamos de alguma forma limitados pelo governo. (Jingkelong).

Embora esses varejistas anteriormente estatais estejam se tornando comerciais, o governo ainda detém a maioria de suas ações. A implementação de cada estratégia deve receber aprovação do governo e a maioria dos fundos que mantêm essas empresas também vem do governo. As lojas carecem de recursos para desenvolver técnicas de varejo ou realizar outras melhorias – e, sem técnicas modernas de varejo, essas redes não conseguem ser mais eficientes. Uma rede ineficiente acabará resultando na perda de consumidores. Além disso, seus funcionários geralmente trabalham para a loja desde a era da economia planificada e estão acostumados a trabalhar dentro do sistema; os funcionários podem achar difícil adaptar-se às mudanças nos estilos de gestão. Muitos consumidores e funcionários têm dificuldade em mudar de mentalidade para corresponder ao mercado moderno. Além disso, o *guanxi* permanece arraigado em empresas de varejo anteriormente estatais, e os funcionários geralmente percebem recompensas e punições como insuficientes, o que pode prejudicar sua motivação no trabalho.

Futuros desenvolvimentos: recomendações

O mercado de varejo na China continua a crescer e, no futuro, a concorrência provavelmente será mais forte, à medida que mais varejistas internacionais entrem no mercado e varejistas domésticos cresçam e se expandam. Os varejistas domésticos provavelmente irão explorar o segmento de hipermercados, mantendo o crescimento de mercado nos formatos de conveniência e supermercado. Os estrangeiros expandirão seus negócios para cidades de médio porte e manterão o foco na operação de formatos de hipermercado e supercentros.

Recomendações para varejistas estrangeiros

Estudar e entender o mercado. Os varejistas estrangeiros devem investir mais em pesquisa de mercado na China para adaptar suas estratégias e reduzir os riscos operacionais.

Fortalecer os laços com parceiros locais. A melhor maneira de aprender a cultura chinesa é se dar bem com o povo chinês. A China possui um ambiente cultural único (geralmente específico para diferentes regiões) e uma etiqueta comercial específica. Portanto, os varejistas estrangeiros devem investir no desenvolvimento de melhores conexões e vínculos mais fortes com empresas locais.

Desenvolver um programa de treinamento adequado. Um dos principais pontos fortes dos varejistas estrangeiros continua sendo o acesso a técnicas avançadas e abordagens gerenciais sofisticadas para os negócios. No entanto, se não conseguirem adaptar essas habilidades, não se encaixarão nessa cultura totalmente diferente e com um sistema social distinto. Gerentes chineses com conhecimento da cultura chinesa e das modernas técnicas de varejo podem ajudar as empresas a melhorar sua competitividade.

Desenvolver uma estratégia multi-formato. O formato de hipermercados não é adequado em muitas regiões da China. Em algumas das maiores cidades, esse formato está atingindo a saturação.

Recomendações para varejistas nacionais

Desenvolver relacionamentos mais fortes com as comunidades locais. Um dos principais pontos fortes dos varejistas nacionais é o bom relacionamento com os consumidores locais; eles devem continuar a desenvolver campanhas para fortalecer esses valiosos relacionamentos.

Estar dispostos a aprender. Os principais varejistas domésticos chineses tornaram-se mais sofisticados em termos de gerenciamento da cadeia de suprimentos e implementação de estratégia, mas ainda carecem de eficiência quando comparados aos principais varejistas estrangeiros. Para ter sucesso no mercado competitivo do futuro, eles devem permanecer abertos a novas abordagens.

Referências

- AGARWAL, J.; WU, T. China's entry to WTO: global marketing issues, impact, and implications for China. *International Marketing Review*, v. 21, n. 2, p. 279-300, 2004.
- AMBLER, T.; WITZEL, M. *Doing Business in China*. 2ª ed. Londres: Routledge, 2004.
- AT KEARNEY. *The 2005 global retail development index: destination: China*. Kearney: 2005.
- BUSINESS-IN-ASIA. Retail sales reach 8.5 % growth; China aims to have Fortune 500 retail firms by 2010. *Business in Asia* [on line], 2004.
- BUSINESSWEEK ONLINE. Let China's retail wars begin. Newly unfettered foreign chains could grab more of China's market. *Business Week Online*, 2005.
- CHEE, H.; WEST, C. *Myths about Doing Business in China*. Londres: Palgrave Macmillan, 2004.
- CHINA-BRITAIN BUSINESS COUNCIL. *Understanding the complexity of the Chinese consumer*. Londres: CBBC, 2005. Disponível em: http://cbbc.org/the_review/review_archive/sectors/29.html. Acesso em: 1 dez. 2009.
- DAWSON, J.; MUKOYAMA, M.; SANG, C. C.; LARKE, R. (org.). *The Internationalisation of Retailing in Asia: The Reform of the Distribution System in China*. Nova York: Routledge, 2003.
- ECONOMIST, (The). *Survey: The insidious charms of foreign investment*. v. 374, n. 8.416, 2005.
- FOOD CHAIN CENTRE. *Changes in family type*. Food Chain Centre, 2004 [online].
- GILMOUR, B.; GALE, F. A Maturing Retail Sector: Wider Channels for Food Imports? *China's Food and Agriculture: Issues for the 21st Century*, v. AIB-775. Washington, DC: USDA Economic Research Service, 2001.
- HINGLEY, M. Power to all our friends? Learning to live with imbalance in UK supplier-retailer relationships. *Industrial Marketing Management*, v. 34, n. 8, p. 848-858, 2005.
- HINGLEY, M.; LINDGREEN, A.; CASSWELL, B. Supplier-retailer relationships in the UK fresh produce supply chain. *Journal of International Food Products and Agribusiness Marketing*, v. 18, n. 1/2, p. 49-86, 2006.
- HOFSTEDE, G. *Culture's Consequences: Comparing Values, Behaviors Institutions and Organisations across Nations*. 2. ed. Londres: Sage Publications, 2001.
- IGD. *Global Retailing*. Watford: IGD Business Publication, 2005a.

- IGD. *Retailing in China*. Watford: IGD Business Publication, 2005b.
- LAVIGNE, M. *The Economics of Transition: From Socialist Economy to Market Economy*. Londres: Macmillan, 1995.
- LINDGREEN, A. Trust as a valuable strategic variable in relationship marketing: different types of trust and their implementation. *British Food Journal*, v. 105, n. 6, p. 310-328, 2003.
- LO, T. W.; LAU, H. F.; LIN, G. S. Problems and prospects of supermarket development in China. *International Journal of Retail & Distribution Management*, v. 29, n. 2, p. 66-75, 2001.
- LOVETT, S.; SIMMONS, L. C.; KALI, R. Guanxi versus the market: ethics and efficiency. *Journal of International Business Studies*, v. 20, n. 2, p. 231-248, 1999.
- MCKINSEY. The Chinese consumer: to spend or to save? *McKinsey Quarterly*, 2006.
- MUN, K. C. Chinese retailing in a changing environment. In: KAYNAK, E. (org.). *Transnational Retailing*. Berlin: Walter De Gruyter & Co., 1988. p. 211-226.
- OECD. *Review of Agricultural Policies: China*. Paris: OECD, 2005.
- PATTON, M. Q. *How to Use Qualitative Methods in Evaluation*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1987.
- PEOPLE'S DAILY ONLINE. Modern Chinese retail industry keeps sustained growth. *People's Daily Online* (19 abr. 2005). Disponível em: http://english.people.com.cn/200504/19/eng20050419_181798.html. Acesso em: 1 dez. 2009.
- RETAIL ASIA. China's retail sales shoot up 13.6 % in April. *Retail Asia*, 2006.
- TAMBE, R. *Supermarkets & Superstores*. 20. ed. Hampton: Key Note, 2003.
- TRADEPARTNER UK. *China's retail market: a report by British Chamber of Commerce in China*, 2002.
- TRIENEKENS, J. H.; OMTA, S. W. F.; LU, H. Does guanxi matter for vegetable supply chains in China? A case study approach. *Proceedings of the 7th International Conference on Management in AgriFood Chains and Networks* (31 May-2 June), Wageningen University, Ede, 2006.
- WANG, S. Internationalisation of retailing in China. In: DAWSON, J.; MUKOYAMA, M.; SANG, C. C.; LARKE, R. (org.). *The Internationalisation of Retailing in Asia: The Reform of the Distribution System in China*. Nova York: Routledge, 2003. p. 155-168.
- YUEN, A.; SHAN, A.Y. International transfer of retail know-how through foreign direct investment from Europe to China. In: DAWSON, J. (org.). *The Internationalisation of Retailing in Asia*. Nova York: Routledge, 2003. p. 137-54.

Capítulo 6

Segurança alimentar, urbanização e estabilidade social na China

Flemming Christiansen

Ao longo das últimas seis décadas, a China vem tentando manter um nível adequado de segurança alimentar, por meio de reformas complexas, radicais e rápidas em sua política econômica, mantendo, ao mesmo tempo, a estabilidade geral. A formulação de políticas na China, certamente, mudou como reflexo de sua passagem de uma economia centralmente planejada para uma economia de mercado, embora ainda controlada pelo Estado e pelo Partido Comunista através de regulação, propriedade estatal e intervenção financeira (buscando um equilíbrio entre a primazia do mercado e o interesse corporativista), além das tradicionais ferramentas de controle do Partido que envolvem o escrutínio das principais nomeações por parte da burocracia estatal (*nomenklatura*) e a manutenção do “centralismo democrático” e dos procedimentos disciplinares do Partido.

Em outras palavras, o papel do Estado permanece forte e dominante. As grandes organizações internacionais, que teoricamente buscam infundir

institutos liberais na China, na prática, têm se mostrado surpreendentemente animadas por contar com o Estado forte, capaz de obter resultados e garantir estabilidade. Sem dúvida, o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) ainda consideram a abordagem corporativista na China como um forte incentivo para conceder empréstimos. A adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, foi, talvez, o ponto culminante da convergência sistêmica em termos de regimes comerciais, embora o país se tenha envolvido em grandes processos globais sobre meio ambiente, população e desenvolvimento desde sua adesão à vaga no Conselho de Segurança da ONU, em 1971. Essa colaboração e adaptação institucional da China significa que os discursos globais sobre desenvolvimento e meio ambiente consolidaram-se e se estão integrando à política de desenvolvimento chinesa.

A transformação da China de um economia planejada para uma economia de mercado envolveu processos graduais e árduos de desmonte e reconstrução, guiados por um Estado forte, que se metamorfoseia, através da meritocracia e da tecnocracia, de um modelo partidário-leninista para um Estado desenvolvimentista que adota uma forte abordagem dirigista: em nível nacional, mobilizando recursos financeiros para grandes obras de infraestrutura e objetivos estratégicos de desenvolvimento e mantendo um forte núcleo de empresas estatais gigantes nos setores de energia, finanças, comércio, processamento e infraestrutura; em níveis intermediários, operando uma economia liberal regulada, de grandes e médias empresas nacionais e internacionais, bem como fortes empreendimentos público-privados em construções e gestão imobiliária no âmbito municipal; em níveis micro, com uma infinidade de empreendimentos econômicos informais e semiformais controlados através de estruturas corporativistas pelos governos locais. O quádruplo papel do Estado – como planejador, regulador, proprietário e ator – e seus múltiplos níveis de poderes delegados combinam-se para formar um peculiar “Estado desenvolvimentista”.

Para muitos analistas, a complexidade da economia chinesa e seu significativo papel internacional tornam difícil sua adequada conceitualização. Embora a economia e as políticas de desenvolvimento pareçam, por vezes, impulsionadas por dinâmicas neoliberais – e alguns analistas e gestores estatais chineses expressam suas iniciativas nesses termos – o Estado mantém um forte controle sobre aspectos centrais da economia e logra promover iniciativas em uma escala na qual muitos outros Estados desenvolvimentistas não conseguem. No entanto, a situação inicial não deixou muitas opções para o curso das reformas iniciadas com as decisões políticas de dezembro de

1978. As medidas adotadas desde então levaram a enormes taxas de crescimento e geraram novas instituições de política econômica, juntamente com novas estruturas e práticas de governança política. Nesse processo, a China conseguiu experimentar e tirar proveito de experiências de desenvolvimento de outros países, bem como interagir com organizações internacionais e com a economia global, o que contribuiu significativamente para seu crescimento e transformação.

Segurança alimentar chinesa no contexto global

“Segurança alimentar” (*shipin fangyu anquan*) não é um termo usado com frequência na China,¹ e as questões normalmente referidas pelo termo em português “segurança alimentar”, em chinês, são referidas como segurança de grãos (*liangshi anquan*). Essa terminologia, provavelmente, retrata o fato de que as autoridades centrais da China, desde os anos 1950, têm considerado a suficiência alimentar como uma função da produção de grãos (incluindo oleaginosas e tubérculos). Os planos centrais concentravam-se nos grãos; a produção de insumos perecíveis (legumes, frutas e carne) era coordenada apenas pelas jurisdições em nível das cidades, principalmente em comunidades peri-urbanas; além disso, esperava-se que os camponeses cultivassem seus próprios vegetais nos chamados terrenos privados. Essa terminologia de origem histórica obscurece o fato de que a composição da dieta na China mudou significativamente, apresentando enorme crescimento no consumo *per capita* de carne e vegetais e um declínio no consumo *per capita* de carboidratos.

Embora o forte aumento dos preços dos alimentos e a “crise alimentar global” sejam temas com forte apelo no momento, a noção de segurança alimentar é examinada, aqui, em relação ao modo como as reformas chinesas reestruturaram a política econômica e empregaram os principais fatores de produção agrícola. Meu objetivo é proporcionar um quadro analítico para entender como as iniciativas de desenvolvimento da China lograram administrar a segurança alimentar e a estabilidade social em condições de enor-

¹ O termo “segurança dos alimentos” (*shipin anquan*, ou, em Hong Kong, *shiwu anquan*), ao contrário, é amplamente usado na mídia chinesa e abrange um campo dinâmico de regulamentação estatal, atividades de ONGs e interesse público após grandes escândalos alimentares. A palavra chinesa para “segurança alimentar” parece mais rebuscada e artificial, sendo adotada nas instituições globais de desenvolvimento, com uso limitado a trabalhos que explicam as políticas da ONU ou traduzem perspectivas estrangeiras.

mes desigualdades. Segundo um colunista de jornal, comentando o *China Human Development Report 2005*,

O coeficiente de Gini da China, índice que mede a desigualdade de renda de um país, aumentou mais de 50 % nos últimos 20 anos, registrando uma renda para habitantes urbanos quase quatro vezes maior do que a dos habitantes rurais. Embora o coeficiente de Gini do continente, de 0,46, seja mais baixo do que em alguns países da América Latina e da África, a desigualdade urbano-rural medida talvez seja a mais alta do mundo (Jiang, 2008).

As principais alegações feitas sobre a China com relação à “segurança alimentar global” envolvem algumas questões interconectadas que tendem a ser enunciadas em um nível macro (Brown, 1995; 2001; 2004; World Bank, 1997).

A vasta literatura sobre o tema, em inglês (Ash, 2006; Edmonds, 1994; 1999; Smil, 1993; 2004; Zhu, 2004) e chinês (Huang, 2004), destaca a importância global da China em termos de sustentabilidade ambiental e segurança alimentar. Não apenas recentes artigos da imprensa, mas também analistas das áreas de estudos de desenvolvimento e agronomia têm associado o aumento dos preços globais de grãos, em 2008, ao aumento do consumo de carne na China.² Se esses aumentos de preços refletem um problema estrutural de longo prazo ou um problema temporário de abastecimento que atrairá mais produtores agrícolas para o mercado, ainda é um debate candente. Certamente é importante superar o discurso que pressupõe causalidades simples e as associa a juízos morais de comportamento, como o colunista de jornal que sugeriu como solução para a crise alimentar exortar seus leitores a tornarem-se veganos (Laurance, 2008) – uma posição que veladamente respalda a visão preconceituosa de que os chineses não têm direito a comer mais carne porque isso prejudica a segurança alimentar global e, por extensão, que o crescimento chinês em 2008 transformou a nação no maior emissor de CO₂ do mundo, colocando seu próprio bem-estar e suas aspirações acima das necessidades globais. Embora a extensa literatura suscite questões relevantes sobre recursos globais e, particularmente, sobre a agricultura em contexto global, em geral, ela deixa de situar essas questões dentro das dinâmicas da política econômica chinesa e de suas estruturas institucionais. É exatamente isso que este capítulo pretende fazer.

A questão, portanto, é entender o papel da segurança alimentar como parte integrante do processo de desenvolvimento durante as três últimas dé-

² Além do fato de que terras aráveis em outras partes do mundo tenham revertido para a produção de biocombustíveis, que se tornaram viáveis em 2008 devido aos preços mais altos da gasolina e do diesel.

çadas. Em outras palavras, como foi possível alcançar altos índices de urbanização e industrialização e, ao mesmo tempo, consolidar e expandir a produção de alimentos?

Desenvolvimento agrícola, industrialização e urbanização

A lógica da economia planejada incorporava o controle central da produção de grãos, incluindo as principais culturas de oleaginosas e tubérculos. O sistema alocava metas de produção com base na capacidade relativa de produzir excedentes para o Estado. *Grosso modo*, o Estado exigia cerca de um quinto da colheita, com o restante servindo inteiramente à autossuficiência das comunas populares. Quando do início das reformas, a principal preocupação dos planejadores era que as margens, na produção de grãos, mostravam-se muito limitadas (em uma economia planejada como a chinesa, não havia elasticidade de preço). As áreas rurais vendiam 20,8 % dos grãos que produziam ao Estado, mas, como o Estado vendia de volta aos agricultores uma quantidade considerável, a transferência líquida de grãos das áreas rurais para alimentar a população urbana era de apenas 14,7 %. As políticas (sob o lema de “ter no grão o elo fundamental”, da década de 1960) haviam decretado que todas as áreas deveriam ser autossuficientes em grãos, e que apenas 1 % de toda a produção poderia cruzar as fronteiras provinciais em 1979 (Liu Zhongyi; Liu Yaozhuan, 1981, p. 143). O objetivo de promover a segurança alimentar nas décadas de 1960 e 1970, por meio da autossuficiência local, foi inspirado, em parte, por interesses militares e, também, pela fraqueza logística de transporte proporcionada pelo Estado. Mas o principal fator foi o rápido crescimento demográfico que praticamente dobrou a população entre 1949 e 1985.³ A quantidade total de terras aráveis sofreu diminuição, embora insignificante,⁴ assim, os esforços priorizaram a intensificação da produção, melhoria do solo, terraceamento, irrigação, introdução de novas espécies, acesso rodoviário, bombas e reservatórios, através de um sistema

³ Segundo o censo de 1953, a população era de 582,6 milhões; considerando a taxa de crescimento natural na época, de cerca de 2 %, a população em 1949 estaria entre 530 e 540 milhões. Em 1985, a população da China havia atingido 1,06 bilhões. Para estatísticas populacionais, ver várias edições do China Statistical Yearbook.

⁴ A superfície cultivada diminuiu de 1.468.220.000 mu (91.763.750 ha) em 1949, para 1.462.690.000 mu (91.418.125 ha) em 1985, levando a uma queda na terra cultivada *per capita* de 2,72 mu (1.800 m²) para 1,41 mu (940 m²); ver Chinese Academy of Agricultural Sciences (1992, p. 15-19).

de corveia imposto pelo Estado, para grandes projetos nacionais e regionais; comunas populares para grandes projetos locais; e empregos temporários em construção e melhorias durante as temporadas de baixa demanda, para projetos locais.⁵ Os métodos de cultivo intensivo envolviam múltiplas culturas anuais, possibilitadas pela disponibilidade de mão de obra flexível para lavar, semear, plantar, colher, distribuir fertilizantes orgânicos e cultivar “fertilizantes verdes”, em ciclos anuais quase ininterruptos, com ajuda limitada de tratores de tração em duas rodas, máquinas de debulhar e uso disseminado de cavalos, burros e búfalos.

Esse gigantesco esforço humano possibilitou à terra uma produção lucrativa – que, no passado, caracterizava-se por baixos rendimentos – levando a produção de arroz e de trigo a ultrapassar, em muito, sua capacidade “natural”. Mas, apesar do aumento na produção de grãos, imposto centralmente e apoiado por serviços de pesquisa e extensão, o “excedente comercializado” permanecia em torno de 20 %, e apenas uma pequena parte dos grãos era deslocada para fora das jurisdições de cultivo. Contudo, o fato de que praticamente ninguém deixou a agricultura – levando ao que Clifford Geertz (1963), em outro contexto (o de arrozais nas Índias Holandesas) chamou de *involução agrícola* (ou seja, aumento do investimento em trabalho por unidade de terra) – implicou que um número crescente de grupos de produção, brigadas de produção e mesmo algumas comunas populares se tornassem *de facto* inviáveis, incapazes de produzir excedentes para o Estado e, em alguns casos, incapazes de produzir grãos suficientes para sua própria subsistência, tornando-se dependentes da ajuda emergencial em anos ruins ou até mesmo permanentemente. A necessidade de tais medidas decorre do fato de a agricultura crescentemente intensiva levou à redução intrínseca da resiliência diante de eventos adversos. A despeito da ampla diversidade de recursos agrícolas e condições climáticas da China, a instabilidade da produção em função de proporções população:terra essencialmente adversas ocorreu em todo o país. A redistribuição dos encargos através da mudança de cercas foi realizada aqui e ali; em alguns lugares, grupos de produção foram fundidos ou divididos e mesmo algumas brigadas de produção foram reajustadas. Ao final da década de 1970, os planejadores agrícolas davam por perdidos cerca de 20 % dos coletivos rurais considerados inviáveis e onerosos para o Estado, passando a contar, basicamente, com os 20 % me-

⁵ Sobre o uso do trabalho de corveia, ver Christiansen (1999, p. 184-185); a questão da “mobilização do trabalho” atraiu a atenção dos primeiros analistas do desenvolvimento chinês, que destacaram a importância do expressivo crescimento na intensidade do trabalho e na construção de capital, a partir do início da década de 1950. Ver, por exemplo, Gurley (1979, p. 14-15).

lhores para a maior parte dos excedentes comercializados, com os demais contribuindo substancialmente menos (Du Runsheng, 1985, p. 5-7). Entre o final da década de 1960 e meados dos anos 1970, a prolongada capacidade de expansão da produção agrícola através de mão de obra intensiva começou a mostrar limitações, à medida que a fronteira das “melhorias” penetrava ambientes cada vez mais inóspitos.

A involução do desenvolvimento agrícola em estruturas celulares que se rompiam devido ao alto crescimento demográfico e ausência de novas terras para expansão não foi uma solução estável para a segurança alimentar. Um novo crescimento demográfico levaria um número maior de coletivos ao déficit de grãos. Aquilo que, do ponto de vista de uma situação estável, parece atraente – a autossuficiência quase total em grãos com capacidade de acumular reservas locais – nunca poderia ser mantido sob um sistema coletivo com recursos da terra fixos e crescimento populacional. Diante da crescente preocupação com a segurança alimentar, uma série de campanhas rurais, em meados da década de 1970, almejou, sem sucesso, persuadir os camponeses a sacrifícios maiores, a aventurar-se em terraceamentos (cada vez mais inútil) de colinas áridas, ou cultivar cada vez mais planícies alagadas, quando os avanços do passado em terras arenosas ou em terrenos de grande altitude já estavam abandonados. Campanhas para evitar que os camponeses se esquivassem de suas responsabilidades coletivas, concentrando esforços em terrenos particulares (terras de propriedade coletiva disponibilizadas para cultivar hortaliças para consumo próprio) e que emergisse uma pequena economia privada (“rastos capitalistas”) buscaram, inutilmente, levar as áreas rurais a focar mais na segurança de grãos. Novos planos foram elaborados, utilizando uma solução técnica: mecanização rápida da agricultura, aumento do uso de fertilizantes químicos, ampliação das unidades básicas de produção de grupos para brigadas de produção (permitindo um uso mais racional da mão de obra, mas também equalizando diferentes parcelas de terra: divisão do trabalho nos níveis essencialmente locais) e, o mais importante, indo em direção à proletarização dos camponeses, no sentido de que estes seriam remunerados por seu trabalho com salários fixos em dinheiro em lugar de participação na produção. Esses planos (centrados em Hua Guofeng e Chen Yonggui), promovidos em 1977 e 1978 (Chen Yonggui, 1977, seção. iv), foram extintos pelas reformas de Deng Xiaoping, em dezembro de 1978.

A segurança alimentar no final da década de 1970 refletia uma agricultura extremamente bem-sucedida desde o início da década de 1950, com exceção de apenas dois anos (1959 a 1960) de fome em larga escala, após o Grande Salto Adiante (Yang, 1995; Kane, 1988). Taxas de crescimento

agrícola surpreendentes acompanharam enormes taxas de crescimento populacional, com base em uso limitado de insumos tecnológicos. Porém, as perspectivas de crescimento contínuo mostraram-se esgotadas.

O sucesso da economia planejada, em termos de segurança alimentar, baseou-se, em parte, em um sistema de trocas entre áreas rurais e urbanas, coordenadas por uma gestão estatal centralizada. O cálculo de preços que formava a base para as trocas, considerava os preços de tabela de cada fator de produção, com base em pesquisas anuais detalhadas de produção, semelhantes às pesquisas de preços nas indústrias urbanas. A principal diferença entre os preços rurais e urbanos decorria do fato de o trabalho rural ter um preço significativamente menor do que o trabalho urbano. Essa lacuna, denominada “brecha da tesoura” (*scissor's gap*, em inglês) afetou as condições de comércio rural-urbanas, tornando difícil a acumulação rural e mais caros os produtos industriais, enfraquecendo o potencial de desenvolvimento tecnológico da agricultura. Ao contrário do dualismo prevalente nas economias de mercado liberais, em que, de acordo com o modelo de Lewis (1954), o diferencial de salário entre agricultura e indústria leva a um fluxo “ilimitado” de mão de obra para a indústria, reprimindo, assim, os níveis salariais urbanos, a “brecha da tesoura” na China protegeu a renda industrial urbana, proporcionando um amortecedor, em lugar de ganhos de eficiência.

Sem dúvida, o crescimento futuro envolveria uma maior oferta de insumos técnicos para a agricultura, mas as indústrias urbanas não estavam preparadas para produzi-los em escala suficiente. Na época, o sistema de planejamento funcionava muito lentamente e as finanças do Estado eram muito limitadas para fornecer insumos técnicos à agricultura no ritmo exigido. O estabelecimento de novas pequenas indústrias rurais na década de 1970 (combinado com algumas poucas empresas locais que sobreviveram ao Grande Salto Adiante) logrou, em certa medida, preencher essa lacuna, mas elas estavam limitadas pela falta de fundos de investimento locais e pela oferta limitada de fatores de produção pelo setor estatal (Wong, 1988).⁶ Em 1983, essas formas de produção extra-agrícola foram expandidas com empresas privadas – estas, embora ainda formalmente ilegais, eram introduzidas por um documento de política que dispensava as regras que restringiam seu tamanho. Devido à situação pouco clara quanto à sua legalidade, elas tiveram que ser registradas como empresas coletivas

⁶ Bramall (2007, p. 30; p. 38-39) mostra como as indústrias rurais surgiam, às vezes, para compensar o fechamento de empresas estatais durante a Revolução Cultural e como várias só conseguiram sobreviver pela alocação de recursos especiais pelo plano estatal.

até 1987-88, recebendo os mesmos benefícios dessas. Foram apelidadas de empresas “boné vermelho” porque sua propriedade “privada” foi assim camuflada (Christiansen, 1989).⁷

Pode-se dizer que não havia um projeto para as reformas, nenhum acúmulo de conhecimento ou *expertise* e nenhum departamento do governo específico para implementá-las. Elas emergiram de uma percepção de crise e fracasso e ganharam impulso em 1977, quando líderes centrais e provinciais, que apoiavam a volta de Deng Xiaoping ao poder, lograram convocar especialistas em economia e outras áreas para apoiá-los. Os problemas rurais destacaram-se como a principal preocupação. As medidas de reforma anunciadas no final de dezembro de 1978, para implementação a partir de janeiro de 1979, visavam aliviar de imediato a tensão, estipulando que os preços de compra dos produtos agrícolas pelo Estado seriam majorados em 20 %, acompanhados de uma redução similar nos preços de varejo de produtos industriais vendidos para áreas rurais (Comitê Central, 1978). Embora isso não tenha eliminado a brecha da tesoura, logrou reduzi-la significativamente. O documento que introduzia a política também trazia dispositivos gerais concedendo mais espaço para a iniciativa individual. O processo de abertura das estruturas coletivas rurais começou quase imediatamente, através de um processo em que, mediante uma série de reuniões, um núcleo de políticos da esfera central e de secretários provinciais do partido começou a formar um consenso sobre a direção das reformas, com base em relatórios de experimentos locais que exibiam novas maneiras de fazer as coisas. Consultores *ad hoc*, um centro de pesquisa em políticas públicas especialmente criado pelo Conselho de Estado, vários ministérios, sem esquecer os departamentos de assuntos rurais das divisões do PCC, estavam profundamente envolvidos nessas atividades.

A principal ação foi acabar com a agricultura coletiva e introduzir o Sistema de Responsabilidade das Famílias: essencialmente um contrato entre famílias camponesas e a estação de compras de grãos para uma cota mínima de entrega de grãos, bem como um contrato de prazo fixo para o uso de

⁷ Isso levou, na melhor das hipóteses, à confusão sobre a propriedade e obscureceu as diferenças entre os tipos de empresas. Bramall (2007, p. 76-88) tem razão quando aponta as contribuições limitadas do “setor privado” e não devemos subestimar a importância do controle do governo local sobre ativos privados. No entanto, o ponto mais importante talvez seja que as medidas políticas e os braços provinciais do partido promoveram ativamente o empreendedorismo privado e instituíram o subterfúgio do “boné vermelho”. Penso que eles não estavam (como declaram vários observadores) ilegalmente “preparando” seu caminho para obter benefícios de empresas de propriedade coletiva. O empreendedorismo emergente, nessa fase crucial, subsumiu sob as práticas da economia coletiva, embora, mais tarde, tenha podido tornar-se mais independente.

terra com a aldeia (antiga brigada de produção), pelo qual cada família obtinha uma quantidade fixa de terra que podia cultivar. Outros ativos coletivos também foram repartidos entre os membros dos coletivos, embora algumas “empresas em atividade” na época, fossem gerenciadas em fideicomisso por governos locais e só mais tarde vieram a ser dissolvidas ou liquidadas.

Ao mesmo tempo, todas as atividades de produção coletiva não agrícolas, que anteriormente eram classificadas como empresas rurais ou como “suplementares” (*fuye*), foram agrupadas em uma nova e largamente ampliada categoria de empresa rural. Os ativos pertencentes a essas empresas tiveram que ser adequadamente incorporados à empresa, ficando a administração desta responsável perante um novo comitê de administração econômica da aldeia e/ou município, dependendo da escala. Os trabalhadores, outrora frequentemente remunerados por pontuação de trabalho, começaram a receber salários fixos.

Essas medidas tiveram o efeito de reconstituir a família camponesa como unidade produtiva e como gestora do trabalho de seus membros, sob a autoridade da pessoa chefe da família. O contrato de uso de terra, de certa forma, fortaleceu o vínculo de todos com a terra e determinou o surgimento da produção agrícola em lotes muito pequenos, eliminando algumas das vantagens de escala trazidas pela agricultura coletiva e, em alguns casos, levando ao colapso as estruturas comunitárias de produção, como irrigação etc. O bordão associado às reformas, no início dos anos 1980, era “produzir conforme as condições locais” (*yindi zhiyi*), e as formas utilizadas em cada coletivo eram realmente adaptadas às condições locais. Em lugares que dependiam de serviços mecanizados conjuntos, como irrigação e outros, essas atividades tendiam a converter-se em empresas comerciais, operando de maneira muito semelhante às empresas de serviços públicos, enquanto, em outros locais a coesão social e econômica diminuíram.

Isso foi concebido pelos formuladores das políticas como margem para mais iniciativa por parte das famílias camponesas.⁸ Mas também as deixou muito expostas a riscos individuais, pois eventos naturais adversos ou doenças poderiam facilmente arrasar suas fontes de renda. Assim, como efeito não previsto, as famílias passaram a buscar ativamente formas de amenizar sua exposição ao risco através da diversificação do trabalho. Como o não cum-

⁸ Du Runsheng, um dos principais arquitetos das reformas rurais da China, enfatizou repetidamente a “iniciativa” dos agricultores como sendo o principal objetivo das reformas. Para um exemplo, ver Du Runsheng (1984). Ele e outros políticos esforçaram-se para indicar a natureza socialista das reformas e como elas se encaixavam no esquema do desenvolvimento socialista (ver também, por exemplo, Du Runsheng, 1985).

primimento das cotas do Estado constituía uma quebra de contrato que poderia comprometer o contrato de uso de terra, a prevenção de riscos tornou-se imperativa, pois a família precisava cumprir sua cota a quase qualquer custo para garantir seu acesso contínuo à terra.

Nesse contexto, as compras estatais estavam garantidas por maior cumprimento das cotas. Em razão dos melhores preços obtidos, a maior parte das famílias camponesas também viu uma melhora na renda com grãos, embora diferenças regionais e locais tenham crescido rapidamente. Quando a expansão das oportunidades não agrícolas proporcionava renda mais alta, os camponeses com frequência se dispunham a abrir mão dessas para manter a produção agrícola ou, em muitos casos, as usavam para comprar fertilizantes químicos caros ou contratar mão de obra para atender à cota estatal, condição para manter seus contratos de terra (ver mais adiante). As compras estatais também introduziram preços favoráveis para a produção de grãos acima da cota, como uma forma de incentivo para níveis mais altos de produção. Os rendimentos, em 1984 e nos anos seguintes, foram bastante altos e promissores, pois os camponeses venderam muito mais grãos ao Estado do que fora previsto. Isso, na realidade, levou a uma crise, pois as estações de grãos ficaram sem dinheiro para pagar por eles e outros incentivos (na forma de insumos subsidiados como óleo diesel, fertilizante químico, lona plástica etc.) foram desviados por meio de práticas de corrupção generalizadas. Em termos de segurança alimentar, certamente, as primeiras reformas tiveram um excelente começo, quebrando a entropia na produção agrícola.

Perda de terra

O novo poder aquisitivo no campo prontamente gerou uma demanda significativa por produtos e serviços. Devido ao fato de o sistema de racionamento da economia planejada ainda estar em vigor, e só gradualmente ser removido para algumas mercadorias, o efeito de injetar tanto dinheiro no campo durante o início dos anos 1980 não foi inflacionário, e os produtores rurais e prestadores de serviços puderam responder ao aumento da demanda quase de forma automática. Consequentemente, as pessoas começaram a considerar suas reservas em dinheiro estratégicas. Eventos do ciclo de vida tornaram-se o principal objeto de investimento, ou seja, casamentos e funerais e, em particular, os associados a casamentos, construção ou reforma das casas camponesas. Um enorme boom de construção começou no início dos anos 1980, privando a agricultura de grandes ex-

tensões de boas terras agrícolas. Além disso, a expansão das empresas rurais (*xiangzhen qiye*) e da infraestrutura começou a ter impacto negativo sobre as terras agrícolas.

O Ministério da Agricultura, profundamente preocupado com o destino das terras agrícolas, iniciou uma série de tentativas frustradas de conter a maré da construção no meio rural, introduzindo penalidades cada vez mais severas para isso.⁹ O fato de a perda de terra ter ocorrido principalmente nas principais áreas de produção de grãos, com terras mais férteis, parecia, na visão de muitos observadores e gestores, ameaçar a duradoura segurança de grãos. No entanto, os fatos demonstraram que esses temores eram equivocados, pois a perda de terras agrícolas tende a ser compensada pelo crescente aumento da produção. Na verdade, as informações disponíveis sobre terras aráveis da China, sobre a produção real de grãos e sobre a produção potencial de grãos são altamente contestadas, a ponto de as tabulações oficiais serem altamente problemáticas, devido à falta de relatórios e à necessidade de corroborar estatísticas usando uma variedade de fontes que estimam evidências complexas. As principais cifras sobre terras aráveis ou superfícies cultivadas (*gengdi mianji*) diferem radicalmente de fonte para fonte. Até 1996, o Departamento Estatal de Estatística¹⁰ produziu uma série de estatísticas sobre recursos de terras aráveis, divulgando um total, em 1995, de 94.970.900 ha (Departamento Estatal de Estatística 1996a, p. 54-55). Por sua vez, o Ministério da Agricultura publicou duas cifras, para o início e o final do ano, de 94.908.140 ha e 94.973.870 ha (Ministério da Agricultura 1996, p. 278-279) respectivamente; esses números pareciam concordar entre si dentro de uma margem estreita. No entanto, uma grande pesquisa sobre Desenvolvimento e Uso de Recursos de Terra Cultivados na China (*Cultivated Land Resource Development and Utilization in China*), publicada em 1992, discordava desses dados oficiais:

Atualmente, a dimensão real da superfície cultivada de praticamente todas as províncias, cidades e distritos de nosso país é maior do que o dado estatístico, que, portanto, não pode refletir o nível e as condições de produção reais. O nú-

⁹ Essa questão foi um grande dilema; por um lado, melhores moradias para as populações rurais era uma necessidade universal, uma questão de qualidade de vida; por outro, o uso de terras aráveis para construir casas tornou-se uma preocupação, especialmente por persistir a tendência. As autoridades centrais se reuniram em dezembro de 1979 e dezembro de 1981 para definir políticas. Para um informe inicial, ver State Council (1984); ver também Feder et al. (1992) e Sargeson (2002).

¹⁰ O Departamento Estatal de Estatística (State Statistical Bureau – SSB) mudou seu nome em inglês para National Bureau of Statistics of China (NBSC) em 1999, deixando inalterado o nome chinês *Guojia tongjiju*.

mero publicado em 1989 pelo Ministério da Agricultura da República Popular da China foi de 1.435.000.000 mu [95.666.667 ha]; o valor usado em 1984 pela Comissão Estadual de Agricultura e pela Comissão de Planejamento era de 2.150.000.000 mu [143.333.333 ha]; o levantamento de terras do Ministério da Agricultura, em 1986, citou um total de 2.110.000.000 mu [140.000.000 ha], corrigindo a contagem dupla e cristas entre campos, a superfície líquida cultivada era de 1.920.000.000 mu [126.666.667 ha]; no entanto, de acordo com o sensoriamento remoto usando satélites americanos, nosso país possui 2.260.000.000 mu [150.666.667 ha] de superfície cultivada. Os números da superfície cultivada utilizados nesta pesquisa são, onde não indicado de outra forma, todos derivados do Segundo Levantamento Nacional do Solo [...]. O resultado da soma dos dados do levantamento é: a real superfície cultivada nacional é de 1.987.792.900 mu [132.519.527 ha]. (Chinese Academy of Agricultural Sciences, 1992, p. 8).

Tabela 1
Declínio em terras aráveis 1978–2006

Ano	Mudança na área total (ha)	Mudança no período (%)
1978–1996	-4,728,500	-4.7
1978–1987	-4,306,300	-4.3
1987–1996	-422,200	-0.4
Ano	Área Cultivada	Alteração por período de 5 anos (%)
1990	95,672,900	
1995	94,970,900	-0.73
1996	130,039,200	
2001	127,615,800	-1.86
2006	121,775,900	-4.58

Fonte para números de 1978-1996: Yang e Li (2000, p. 77). Os dados de 1990 e 1995 seguem o Departamento Estatal de Estatística (1991, p. 314; 1996, p. 355); os dados de 1996-2006 seguem os relatórios anuais publicados no site do Ministério da Terra e Recursos (<http://www.mlr.gov.cn/>). Observe que o aspecto crucial é a mudança, não os números absolutos; portanto, os números de 1986 e 2001 não podem ser comparados diretamente.

A discrepância entre os números causou certa confusão. O fato de haver uma discrepância de 38,6 % entre os dados do levantamento e os da estatística foi inquietante para estatísticos e planejadores. Não há dúvida de que houve subnotificação local (visando minimizar as imposições de impostos agrícolas e cotas de grãos); além disso, a terra não foi medida adequadamente em muitas comunidades, onde o conhecimento local compartilhado sobre a qualidade e o tamanho relativo dos terrenos ocasionou

uma distribuição mais justa da terra do que qualquer cálculo métrico poderia alcançar.¹¹

Ainda que esses números possam ser contestados, é possível encontrar um significativo declínio nas terras agrícolas desde o início das reformas. A Tabela 1 sugere que as terras agrícolas diminuíram 4,7 % no período entre 1978 e 1996 e 6,44 % entre 1996 e 2006, ou, se os números forem razoavelmente compatíveis, cerca de 11 % em 28 anos. Esse número indica um declínio líquido, uma vez que grandes áreas foram adicionadas, enquanto outras foram perdidas. A principal perda ocorreu na década de 1980 – 4,3 %, entre 1978 e 1987 – e no início dos anos 2000, -4,58 % no período entre 2001 e 2006, quando o maior declínio ocorreu entre 2001 e 2003. Fica evidente que a liderança de Hu Jintao e Wen Jiabao, desde 2003, foi bem-sucedida em deter a perda de terras agrícolas em 2007 (Tabela 2).

Tabela 2
Declínio no cultivo da terra (2001-2007)

Ano	Terra cultivada (ha)	Mudança anual (%)
2001	127,615,800	
2002	125,930,000	-1.32
2003	123,392,200	-2.02
2004	122,444,300	-0.77
2005	122,082,700	-0.30
2006	121,775,900	-0.25
2007	121,735,200	-0.03

Nota: A perda de terras agrícolas no período foi de 5,88 milhões de ha, ou mais do que o dobro da área arável total da Dinamarca em 2008.

Fonte: Vários relatórios publicados no site do Ministério de Recursos de Terra.

O padrão de perda das terras agrícolas está diretamente relacionado à criação de oportunidades de emprego e renda não agrícolas – um pré-requisito para a capacidade das famílias camponesas de sustentarem a produção de grãos sob o sistema de responsabilidade familiar com contratos de compra

¹¹ Embora o mu (conforme definido por lei em 1913 e 1927) seja uma medida estritamente métrica, definida como 1/16 e 1/15 de um hectare, respectivamente, a prática local popular em muitas partes da China sempre foi combinar área métrica com qualidade do solo e esforço de trabalho para descrever a terra em termos relativos.

de grãos. É preciso considerar um pequeno número de fatores que decisivamente orientaram o comportamento das famílias camponesas. As condições prévias para manter uma alocação de terra eram: (a) pertencer a uma aldeia, ou seja, possuir um registro familiar especificando o *status* “agrícola” (*nongye*) e a residência na jurisdição da aldeia, normalmente registrada dentro das divisões geográficas correspondentes aos grupos de produção originais; (b) cumprimento anual da cota estatal de compras; e (c) pertencer a uma família responsável pelo contrato da terra. Esses fatores surgiram, possivelmente, do sistema de comunas populares, como excelentes exemplos de dependência da trajetória, mas também criaram a base para a duradoura segurança alimentar.

Cidadania, direitos básicos, *status* social, pertencimento social e origem estavam ligados ao contrato de terra e à família. Presume-se, então, que a manutenção continuada dos direitos equivaleria a produzir a cota de grãos exigida, a cada ano. Aqueles que mudavam seu registro de domicílio para o *status* de residente urbano tinham que renunciar ao contrato de terra. Dadas as condições locais específicas, o contrato de compra de grãos acompanhava o contrato de uso de terra, mesmo quando transferido para outros membros da aldeia; se o uso de terra fosse alterado, o contrato de aquisição de grãos ainda precisaria ser cumprido. Em caso de inexistência de contrato de compra de grãos pelo Estado, as condições locais dos contratos normalmente ainda exigiriam que as chamadas “terras de grãos alimentares” fossem usadas para a produção de grãos. Embora o sistema de circulação de grãos¹² tenha sido reformado em um processo iniciado em 1993 que, em princípio, conferia aos camponeses mais liberdade para produzir o que quisessem, é importante observar que, em praticamente todas as áreas, essa reforma continuou a basear-se em cotas e contratos de compra de grãos que vinculavam tais cotas de produção ao fornecimento de diesel, fertilizantes e crédito baratos, além de garantir preços favoráveis para produção acima da cota. A principal reforma foi a dissociação entre compras e varejo, a comercialização da compra pública de grãos (ou seja, a gestão dos contratos de compra e venda de grãos por atacado foi estabelecida como empresas comerciais separadas, tendo sido anteriormente administradas como um setor da administração pública), a devolução da regulamentação estatal às autoridades provinciais e o estabelecimento de silos estatais locais e de fundos de intervenção¹³ destinados a esta-

¹² O “sistema de circulação de grãos” (*liangshi tongliu zhidu*) foi o termo oficial usado para o complexo de compra e suprimento de grãos com base em cotas, que existiu entre 1953 e meados da década de 1990. Sobre as reformas, vários documentos de políticas centrais proporcionam um bom panorama, incluindo os do Conselho de Estado (1993; 1998; 2001; 2004; 2006).

¹³ Denominados “fundos de risco para grãos” (*liangshi fengxian jijin*).

bilizar os preços. Dessa forma, com base na distribuição da responsabilidade sobre a agricultura, implementada por meio de contratos de uso da terra, as autoridades chinesas sentiram-se seguras para regular a demanda e a oferta, através de intervenção local nos preços de compra, vendendo para e comprando dos silos; através do licenciamento para importação e exportação no comércio internacional; e, para reforçar o cumprimento das quotas, através de insumos agrícolas subsidiados.

O mecanismo de segurança de grãos, em outras palavras, tinha como premissa um sistema que continuava a forçar os camponeses a produzir grãos e vendê-los a empresas comerciais sob condições ditadas, *de facto*, pelo Estado. Para alguns agricultores, a produção de grãos seria uma fonte de renda, enquanto, para outros, seria uma obrigação que eles podiam cumprir. Se considerassem o custo de oportunidade do trabalho em lavouras de grãos muito alto, podiam optar entre abandonar a agricultura (e a aldeia), contratar ajuda ou transferir o manuseio da terra para uma estação de máquinas. Para muitos residentes em áreas ricas, a produção de grãos continuaria sendo uma atividade de fim de semana, enquanto aplicavam suas habilidades em outros setores. Sua decisão de produzir grãos seria sensível aos preços ofertados, mas devemos considerar um certo nível de conservadorismo no comportamento das famílias, pois a mudança de tipos de culturas pode ser complexa e intimidante e, para os produtores mais pobres, pode ser mais uma aposta do que uma garantia de renda mais alta.

O fato de o uso de terra estar nas mãos da família significava que todos os membros sentiam ter participação nela; no entanto, diversificação e migração tornaram-se opções reais, desde que alguém estivesse disposto a cuidar da terra. O encargo poderia mudar com o tempo, refletindo mudanças na composição e nas condições da família no mercado de trabalho mais amplo.

A perda de áreas de cultivo para casas e para a indústria rural no período entre 1987 a 1988, embora significativa em sua ameaça potencial à produção de grãos, na realidade gerou excedentes e atividades¹⁴ que permitiram aos camponeses continuar produzindo grãos, não apenas superando o “problema de incentivo” ou “problema do oportunismo” que alguns estudiosos tendem a enfatizar como o desastre do sistema coletivo sob a comuna popular, mas confirmando seu pertencimento às aldeias e economizando dinheiro gerado pelos grãos para seu próprio uso.

¹⁴ A construção de casas, o mobiliário e suprimentos e transportes relacionados tornaram-se um importante setor de emprego rural que contribuiu significativamente para a renda de muitas famílias.

Um grupo de acadêmicos que conduziu um minucioso estudo sobre a perda de terra mostra com clareza a situação:

Embora a área recém-cultivada tenha aumentado, a média potencial da produtividade agrícola, na realidade, caiu ... Apesar disso, quando examinada em conjunto para todo o período, o efeito sobre a produção agrícola total foi insignificante. Ao considerar a principal mensagem para os formuladores das políticas, uma das lições mais importantes de nosso estudo é que a segurança alimentar nacional da China praticamente não foi afetada pela conversão de terras cultivadas entre 1985 e 2000. Embora não se possa dizer quão bem os planejadores se saíram no passado na gestão do processo de conversão de terras em nível local, dadas as prováveis pressões futuras para converter terras, não resta dúvida de que, para o processo continuar sem problemas, a China precisa de um planejamento e gestão cuidadosos para facilitar o uso racional da terra no curto e no longo prazo (Deng et al., 2006, p. 382).

Perda de trabalho

O enorme êxodo das áreas rurais iniciado na década de 1980, de certa forma, fez parte de uma equação que possibilitou alcançar a segurança alimentar. O fato de as pessoas mais capazes e ativas entre a população rural buscarem ocupações fora da agricultura implicou que as pessoas que restaram para cultivar a terra eram, segundo analistas da China, “os velhos, as mulheres e os mais fracos”. Esse tema destacou-se por um longo período nas décadas de 1980 e 1990 e tem fundamento na realidade social. Diante disso, alega-se que a perda das pessoas mais qualificadas e mais fortes para a agricultura é um problema e constitui uma ameaça à segurança dos grãos. Mas a dependência de trajetória no passado das comunas populares sugere o contrário: as famílias encarregadas de pequenas áreas de terra necessitam de poucas habilidades, força e tempo para conduzir a produção agrícola. Apenas algumas temporadas de pico agrícola exigem força física e por um curto espaço de tempo. Com exceção de áreas especiais com foco excepcional em tecnologia pesada, a agricultura chinesa permaneceu com tecnologia extremamente baixa no que concerne à aplicação de trabalho. Isso, é claro, contrastava com a sofisticação da engenharia dos grandes sistemas de irrigação, projetos de terraceamento e, para a época, avançadas biotecnologias de seleção e melhoria de culturas e controle biológico de pragas, bem como o fornecimento de serviços agrícolas de extensão, todos voltados para camponeses que trabalham com implementos simples.

Os agrônomos chineses afirmaram consistentemente que a “brecha de produtividade” entre a agricultura camponesa e os empregos urbanos é superior a 1:5, ou seja, o valor do produto de (ou renda de) uma hora de trabalho industrial é superior ao valor do produto de (ou renda de) cinco horas de trabalho agrícola. Isso resulta da: (i) disponibilidade de meios de produção para cada trabalhador (no caso da China rural, em geral, limitada disponibilidade de terras); e (ii) condições de troca comercial entre agricultura e indústria. A escala da agricultura em pequenos lotes de terra não esgota a mão de obra disponível em uma família de agricultores, sendo virtualmente impossível otimizar a produção para além de um teto determinado pela diminuição do rendimento do trabalho e pela aplicação de tecnologia a preços vigentes no mercado. Aquilo que, no sistema coletivo, por desvincular o uso da mão de obra de sua remuneração, tinha a vantagem de obter ganhos com a mobilização de mão de obra para infraestrutura em épocas de inatividade agrícola, na agricultura familiar seria visto apenas como atividade marginal, que gera retornos decrescentes por unidade de trabalho investida. Fertilizantes químicos, uso de máquinas e outros insumos tecnológicos, em geral, não liberaria mão de obra para ser mais produtiva nas terras disponíveis, mas, como fator de custo, eliminaria os ganhos de produção em termos de renda ou geraria retornos decrescentes.

Logo, o fator limitador na agricultura, a meu ver, é a escassez de terra para cada família, e não necessariamente as habilidades disponíveis. Ao enviar seus trabalhadores mais qualificados para as cidades ou para as indústrias locais, as famílias rurais, na verdade, pouco perdem em termos de produtividade agrícola, enquanto ganham significativamente em termos de renda. Apenas se houver oportunidades para operações agrícolas em larga escala e uma perspectiva genuína de gestão tecnológica e comercial, a questão das habilidades emergirá como um grande obstáculo ao desenvolvimento. No entanto, mesmo aqui, veremos frequentemente que o uso da tecnologia é prejudicado pela disponibilidade de mão de obra local barata; ou mesmo, em alguns lugares, de trabalhadores alóctones (vindos de áreas mais pobres) como força de trabalho barata, “excedente”, por assim dizer, em suas próprias atividades agrícolas.

A perda de mão de obra agrícola para a indústria e a urbanização, portanto, teve o efeito aparente de manter a produção agrícola em níveis geralmente baixos de habilidades e em pequena escala, não muito competitiva e certamente não muito eficiente comparada ao seu “potencial”. No entanto, essa política foi fundamental para manter a segurança alimentar sustentada em uma ampla base popular, garantir a manutenção de uma

fonte de mão de obra barata e muito resiliente diante das mudanças de mercado e eventos climáticos extremos, pois o risco agrícola seria repartido com os membros da família que não trabalhavam na agricultura, e eventos adversos seriam dissipados em grandes populações organizadas em unidades familiares. Para o Estado, a estratégia geral de dispersar o risco operacional em uma trama celular de unidades domésticas altamente versáteis reduziu o risco para a economia de escassez de alimentos, pois respaldando toda agricultora ou agricultor fraco ou idoso, a família e suas redes sociais estariam prontas para absorver choques. O reduzido nível tecnológico e a grande flexibilidade garantiram que, na maioria dos casos, a recuperação da produção de grãos após um evento adverso fosse relativamente fácil. Além disso, as instituições, tanto da economia planejada quanto do sistema reformado de circulação de grãos, dispunham de provisões e reservas para auxílio em desastres e apoio estrutural em termos de fatores de produção agrícolas, um item explicitamente incluído na reforma da política de grãos.

Dados interessantes dos Primeiro e Segundo Censo Agrícola Nacional (National Bureau of Statistics 2008a; 2008b)¹⁵ indicam a composição ocupacional das famílias rurais, recortada em três grandes regiões, desde o rico (altamente desenvolvido) Leste até o pobre (em lento desenvolvimento) Oeste (ver Tabela 3), e o crescimento de “operações de produção agrícola” sem caráter familiar (*fei nongcun zhuhu lei nongye shengchan jingying danwei*), as quais totalizavam 356.300, em 1996, com um total de 8,4 milhões de trabalhadores (ou 2,6 % de uma força de trabalho agrícola de 322,6 milhões naquele ano).

Em 2006, os 194,1 milhões de domicílios agrícolas do censo de 1996 haviam aumentado em 3,7 %, para 200,116 milhões, refletindo a contínua pressão demográfica sobre a terra e, ao mesmo tempo, a tendência para unidades domésticas menores. No entanto, os domicílios rurais que dependiam da agricultura para a maior parte de sua renda reduziram-se de 65,6 % para 58,4 %, entre 1996 e 2006. A mão de obra agrícola, em 2006, ainda era predominantemente feminina (53,2 % dos 348.740.000 trabalhadores agrícolas) e quase um terço dela (32,5 %) estava acima de 51 anos de idade.

¹⁵ Os censos datam de 1996 e 2006.

Tabela 3

Fontes de renda das famílias residentes rurais em 1996, por região

Região	Famílias residentes rurais = 100		Famílias agrícolas = 100		
	Agrícola	Não-Agrícola	Excusivamente Agrícola	Principalmente Agrícola	Secundariamente agrícola
Nacional	90,47	9,53	62,81	30,57	6,62
Leste	84,71	15,29	55,24	34,90	9,86
Centro	94,53	5,47	66,70	28,56	4,74
Oeste	95,80	4,20	70,27	26,01	3,72

Nota: “Famílias residentes rurais” compreende todas as famílias rurais que realizam atividades econômicas, independentemente da ocupação ou do *status* de registro familiar (*hukou*). Em 1996, havia 214.557.400 famílias (a população rural naquele ano era de 864 milhões). As famílias agrícolas têm algum nível de renda da agricultura, as famílias não agrícolas não possuem rendimentos provenientes da agricultura. As famílias “exclusivamente agrícolas” dependem exclusivamente dos rendimentos provenientes da agricultura, enquanto os restantes têm a agricultura como fonte principal ou subsidiária de rendimento.

Fonte: National Bureau of Statistics (2008a).

Segundo um economista agrícola que participou da pesquisa, o desenvolvimento de “operações de produção agrícola” (i.e., várias formas de unidades agrícolas de larga escala, especializadas e intensivas em capital) foi incluído no censo em 1996, mas o setor não se desenvolveu conforme o esperado, o que motivou a exclusão de dados agregados sobre essas unidades, devido à ambiguidade na definição e incerteza em relação ao que estava sendo contabilizado. No entanto, os dados incluídos indicam que, em 2006, 940.000, ou quase metade dos 2,07 milhões de técnicos agrícolas da China, trabalhavam nessas unidades. Em suma, a transição para operações agrotécnicas de larga escala tem sido muito limitada. A agricultura familiar continua forte e provavelmente continuará sendo o núcleo estável da maior parte da produção de grãos da China por um tempo considerável no futuro. Seu nível relativamente baixo de habilidades técnicas e o cultivo em pequena escala indicam que ainda há bastante espaço para aumento de produção. Para tanto, o aumento de escala, níveis mais elevados de habilidades tecnológicas e uso de insumos tecnológicos precisariam ser adaptados a uma economia em que a maximização da produção por unidade de terra, em um sistema sustentável, não entrasse em conflito com a maximização da produtividade e da renda por trabalhador, dissociando totalmente grandes grupos de pessoas da agricultura.

Não tratarei aqui de como um processo acelerado para alcançar esse objetivo provavelmente aumentaria o risco de falha na segurança alimen-

tar (pela diminuição da flexibilidade e resiliência) e geraria rupturas sociais, especialmente se grandes grupos de populações rurais fossem privadas de recursos de terra e das redes sociais construídas por meio de contratos de uso familiar da terra, passando a depender totalmente dependentes de uma economia informal já superlotada. Basta, aqui, dizer que as autoridades chinesas agem com cautela sobre essas questões.

Urbanização

O influxo de pessoas do campo para os centros urbanos é uma consequência das formas como as áreas rurais têm se desenvolvido, no âmbito da política econômica mais ampla das reformas. A capacidade das empresas estatais, nas fases iniciais das reformas, de operar como atores no mercado, foi um aspecto importante do crescimento urbano. Os trabalhadores urbanos foram protegidos da concorrência direta dos trabalhadores migrantes, pois apenas pessoas com registro de residência urbana (*hukou*) tinham direito a serviços urbanos e à alocação de empregos urbanos.

Os migrantes rurais poderiam, assim, ser canalizados em larga escala para vários setores em crescimento, formando, em particular, os grandes contingentes de trabalhadores da construção civil sem os quais a construção de novas cidades, linhas ferroviárias, aeroportos, portos, rodovias e zonas de desenvolvimento não teria sido possível. Eles também ingressaram no setor de manufatura das novas indústrias baseadas em investimentos de Hong Kong, Taiwan e outros investimentos estrangeiros diretos (IED), algumas localizadas em zonas econômicas especiais, patrocinadas pelo governo, e outras em grandes concentrações nas áreas costeiras. Ingressaram nos setores de transporte urbano, tornaram-se trabalhadores de minas em empresas mineradoras estatais, coletivas e privadas, integraram as fileiras do setor de serviços de alimentação e outros e assumiram empregos domésticos para famílias urbanas. Alguns viviam de empregos eventuais, enquanto outros tinham suas próprias empresas de pequena escala e outros ainda firmavam contratos de trabalho de qualidade variável. A diversidade de ocupações dos migrantes e as diversas condições em que viviam e trabalhavam foram, em grande parte, determinadas pelo fato de terem sua origem rural registrada em seus documentos de identidade. O status de “*hukou* agrícola” geralmente implicava um tratamento como cidadão de segunda classe no mundo urbano e certamente significava (até o final dos anos 1990) que uma vaga em uma série de empregos regulares era impos-

sível. Aqueles que conseguiam encontrar um meio de subsistência regular nas cidades podiam garantir seu *status* com um registro de domicílio temporário, que não rompia seu vínculo familiar com as áreas rurais. Os que não dispunham de registro domiciliar temporário eram considerados “ilegais” e podiam ser detidos pela polícia por não possuírem os devidos documentos.

À medida que os migrantes, apesar de todos esses obstáculos, afluíam mais e mais ao meio urbano regular, ou melhor, quando os ramos marginais da economia urbana em que ingressaram integravam-se à economia regular, os mecanismos de exclusão em relação às pessoas de origem rural tornavam-se mais sofisticados. O dialeto, as roupas, o comportamento e o nível de educação tornaram-se fontes de exclusão e reproduzindo o ingresso dos migrantes rurais na economia urbana em posições geralmente subordinadas.

O resultado foi que os migrantes encontraram dificuldades em se estabelecer e se ajustar no contexto urbano, levando-os a uma maior coesão familiar com suas aldeias de origem, simbolizada por significativas remessas financeiras, retornos frequentes (em períodos de intensa atividade agrícolas e durante festivais tradicionais), e pela dependência em membros da família nas aldeias de origem para ajudar no cuidado e educação dos filhos, e para uma segurança social básica contra os riscos enfrentados no ambiente urbano. Essa condição, que afetava os cerca de 150 milhões migrantes rural-urbanos, ajudou a preservar a estrutura de base familiar das aldeias e, portanto, o principal modo de segurança de grãos.

Pessoas: novos costumes, novas dietas

Grande parte da perda de terras, no início dos anos 2000, não se deu, como antes, pela construção de casas rurais, mas sim pela rápida expansão urbana, às custas da total dissipação de aldeias inteiras. As aldeias periurbanas foram sugadas pela expansão urbana, transformando-se em áreas industriais ou residenciais. Seus habitantes camponeses viriam a tornar-se automaticamente residentes urbanos, receberiam alguma compensação e, às vezes, seriam re-treinados para trabalhos urbanos. Esse padrão de desenvolvimento, certamente, serviu para transformar alguns dos camponeses com melhores condições financeiras em cidadãos e para destruir as comunidades agrícolas às quais pertenciam. Também surgiram novas formas de integração de migrantes, de modo que o contingente de

residentes urbanos aumentou para cerca de 44 por cento da população total.¹⁶ O impacto disso sobre a segurança alimentar é importante. As populações rurais tendem a gastar mais de 43 por cento de seu orçamento doméstico com os alimentos, normalmente mais baratos e mais simples, que consomem, enquanto as famílias urbanas gastam apenas cerca de 36 por cento do orçamento doméstico com o consumo de alimentos, geralmente mais caros e elaborados.

Naturalmente, melhores condições sociais e econômicas levam a crescentes taxas de consumo, tanto em populações rurais quanto urbanas. Como Claude Aubert (2008) indicou, os padrões de consumo urbano e rural de alimentos são baseados em diferentes dietas e proporções que podem ser calculadas. A Tabela 4 indica que as populações urbanas comem substancialmente menos grãos do que as rurais, exceto pelo consumo urbano *per capita* de batatas e tofu (queijo de soja) – ambos classificados como produtos de grãos na China – que é maior que o consumo rural. A mudança do padrão ao longo do tempo reflete a mudança nas dietas e a mudança da composição rural-urbana da população. O padrão de consumo urbano descrito é corrigido para o consumo “externo”, em restaurantes etc.

Tabela 4
Consumo de grãos *per capita* rural e urbano na China

Tipo	1985		1995		2005	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Arroz	136	115	129	110	113	80
Trigo	73	65	81	53	69	50
Milho etc.	35	6	32	3	22	4
Tubérculos	12	15	10	16	3	16
Leguminosas	2	8	4	8	3	8
Total	258	209	256	190	210	158

Fonte: Aubert (2008). As leguminosas são usadas principalmente para o tofu (queijo de soja).

¹⁶ Em termos de cálculos mais estritos, alguns afirmam ser de apenas cerca de 36 por cento, enquanto outros, apontando para a grande população não registrada *de facto*, afirmam ser 50 por cento.

Tabela 5Consumo rural e urbano *per capita* de carne na China

Tipo	1985		1995		2005	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Porco	10,3	16,68	10,58	17,24	15,62	20,15
Gado e Carneiro	0,65	3,22	0,71	2,44	1,47	3,71
Frango	1,03	2,9	1,83	3,97	3,67	7,07
Processados			0,44	3,66	1,66	5,71
Proporção total	12,00	22,8	13,56	27,31	22,42	36,64
Consumo líquido	15.410.000		21.260.000		37.340.000	
Consumo bruto	18.300.000		25.010.000		43.930.000	

Fonte: Aubert (2008). Unidades: kg per capita por ano; toneladas por ano. O consumo bruto é o peso da carcaça.

Embora o consumo urbano de grãos *per capita* anual mostre uma queda significativa em um período de 20 anos (de 209 kg para 158 kg), o consumo urbano total de grãos, devido ao grande processo de urbanização, aumentou de 52 milhões de toneladas, em 1985, para 89 milhões de toneladas, em 2005.

Em contrapartida, a queda no consumo rural de grãos *per capita* anula, de 258 kg para 210 kg, resultou em uma queda geral no consumo rural total de grãos, de mais de 210 milhões de toneladas para 157 milhões de toneladas em 2005 (após um pico de 228 milhões, em 1993). Acompanhando o efeito da urbanização, o consumo total de grãos aumentou de 262 milhões de toneladas, em 1985, para 291 milhões, em 1993, caindo posteriormente para 246 milhões, em 2005.

Em relação ao consumo de carne, Claude Aubert faz observações semelhantes. Tanto em áreas rurais como urbanas, o consumo *per capita* de carne aumentou notavelmente nos últimos 20 anos, enquanto o consumo urbano *per capita* de carne segue sendo mais do que o dobro daquele das áreas rurais (Tabela 5). O crescimento tanto da população rural como da urbana implicou um forte crescimento no consumo de carne: de 9,69 milhões de toneladas, em 1985, nas áreas rurais, para 16,74 milhões, em 2005; de 5,72 milhões de toneladas nas áreas urbanas, em 1985, para 20,6 milhões, em 2005. Nacionalmente, o consumo bruto de carne aumentou de 18,13 milhões de toneladas, em 1985, para 43,93 milhões, em 2005.

Claude Aubert – usando informações anuais detalhadas sobre as taxas de conversão de carne (i.e., razão grão: carne) – calculou que, para suprir

esse consumo de carne mais do que dobrado, os requisitos de ração animal (compostos por forragem de grãos e subprodutos de moagem) aumentaram de 106,53 milhões de toneladas, em 1985, para 195,24 milhões, em 2005.

Certamente, a contínua urbanização resultará em maior demanda por carne, aumentando assim a necessidade de rações à base de grãos. A crescente eficiência da produção de carne já alcançou grandes economias na taxa de conversão por unidade e há espaço para maior eficiência no futuro. Mesmo assim, a demanda por produção de grãos está crescendo, para manter a segurança alimentar da China.

Ganhos de produtividade

A surpreendente resiliência da produção de grãos da China diante das perdas de terras e de mão de obra e da mudança nas dietas encontra melhor explicação no aumento na produtividade por unidade de terra. As colheitas aumentaram significativamente nos últimos 30 anos. Nas estatísticas agrícolas chinesas, o problema da medição de “terras cultivadas” é contornado pela medição da produção de grãos em comparação à “área semeada” (*bozhong mianji*).

A área semeada pode exceder a “terra cultivada” (*gengdi*), pois em algumas partes da China é comum a ocorrência de várias culturas por ano. A “área semeada” é, portanto, muito sensível a qualquer declínio na “terra cultivada”, especialmente, à perda de terras que se prestam a duas ou mais colheitas por ano. Também reflete, de maneira muito significativa, como as famílias decidem usar sua mão de obra, pois o trabalho dedicado a, digamos, duas safras de grãos e uma de fertilizantes verdes por ano é considerável. A “área semeada” agregada caiu de 121 milhões de hectares, em 1978, para 106 milhões de hectares, em 2007 (com um mínimo de 99 milhões de hectares em 2003), mas a produção de grãos por hectare disparou de 2.527 kg/há, em 1978, para 4.751 kg/há, em 2007. Esses ganhos de eficiência foram incrementais durante todo o período e refletem um acesso mais fácil a insumos técnicos como fertilizantes químicos, pesticidas, sementes melhoradas, melhor manuseio e métodos de produção mais eficientes. O regime de preços de compra pública e a entrega de insumos tornaram-se mais eficientes do que na década de 1980, em termos de gerenciamento da elasticidade da oferta para atender à demanda. O resultado líquido, portanto, foi que as famílias camponesas capacitaram-se para atender à demanda ampliada por grãos, enquanto a área total semeada com grãos vem diminuindo.

Entre as medidas que ajudaram a aumentar a produtividade, o plano de Desenvolvimento Agrícola Integral (*zonghe nongye kaifa*), administrado pelo Ministério das Finanças, fornece à agricultura fundos de desenvolvimento essenciais, dos quais grande parte é dedicada à melhoria estratégica do solo. Entre 1988 e 2007, o plano financiou projetos no valor de 319 bilhões de RMB (£27 bilhões), para os quais o governo central aportou financiamentos de 98 bilhões de RMB (£8 bilhões), aumentando a capacidade de produção de grãos em 89 milhões de toneladas. Somente em 2007, foram realizados projetos de mais de 36 bilhões (£3 bilhões), com 12,1 bilhões de RMB de fundos centrais, 7,9 bilhões de RMB de fundos locais, 2,4 bilhões em empréstimos bancários e 13,8 bilhões financiados pelos beneficiários (ou seja, famílias e aldeias).

Esses programas¹⁷ são gerenciados de forma a comprometer os beneficiários com investirem seus próprios trabalho e fundos, vinculando-os a formas de produção de longo prazo. Por serem localmente ajustados e refletir capacidades específicas, não há dúvida de que têm constituído um fator determinante da estabilização da produção de grãos.

As reformas até aqui

Até o momento, na China, a questão da segurança alimentar tem sido abordada, principalmente, por meio da consolidação do sistema de responsabilidade familiar. No passado, a regulação da oferta era alcançada principalmente através de ajustes de preços. Dada a relativa ineficiência da agricultura familiar em pequena escala, há forte elasticidade no sistema de produção de grãos, embora muitos produtores possam reagir apenas lentamente aos incentivos, em razão das dificuldades em mudar seus métodos de produção.

A diversificação econômica rural tem sido um forte elemento no sucesso da produção de grãos, pois permitiu um portfólio muito mais amplo e lucrativo de produtos agrícolas. A migração rural-urbana e o surgimento de empresas rurais também contribuíram diretamente para possibilitar aos agricultores usarem grande parte de suas terras para a produção de grãos, pois podem suplementar baixos retornos financeiros, ou compensar retornos negativos das colheitas, com outras fontes de renda.

No início dos anos 2000, quando começaram a surgir empreendimentos agrícolas de larga escala, o processo de urbanização começava a mostrar

¹⁷ Para detalhes dos programas e fontes das informações citadas acima, consulte: <http://www.mof.gov.cn/guojianongcunzonghekaifa/>.

sinais de forte impacto negativo na segurança alimentar, pois a produção de grãos das terras perdidas para o desenvolvimento urbano não foi suficientemente coberta pela produção em outros lugares. Os déficits foram cobertos por importações e o Estado adotou medidas para incentivar a produção de grãos. Estabeleceram-se limites mínimos para os recursos agrícolas e o Estado passou a ter melhor desempenho no policiamento da conversão de terras agrícolas nos últimos anos.

Desde o verão de 2008, a contribuição da China para a situação global mudou. O déficit global de grãos não se deu em razão de um déficit de grãos na China. As reportagens da mídia sobre uma ameaça à segurança alimentar global causada pelo consumo de carne por parte da população urbana chinesa descrevem um suposto futuro, não uma realidade. A China possuía reservas de grãos estocadas para cobrir 40 % do abastecimento de um ano e seguia exportando arroz. No entanto, a crise internacional teve impacto na China, principalmente na província de Guangdong, que dependia do arroz tailandês – preferido por sua qualidade – em vez de importações de outras partes da China. A escassez local em Guangdong fez com que os preços locais de varejo disparassem e houve incidentes de compra de pânico. Os preços do arroz chinês, normalmente, subiram 10 % entre 2007 e 2008, enquanto os do arroz tailandês subiram 20 %.

Segundo alguns relatórios, os preços domésticos de compra pública de grãos entre janeiro e março de 2008 estavam 7,5 % maiores que no mesmo período de 2007, refletindo um crescimento nos preços de compra de 6 % para o arroz, 7,2 % para o trigo e 9,6 % para o milho. Esses aumentos devem ser considerados no contexto dos aumentos de preços internacionais, mas, mesmo na situação em que a colheita de grãos da China, em 2007, tenha atingido 501,5 milhões de toneladas – a maior desde 1999 – e 0,7 % a mais que em 2006, o compromisso contínuo dos produtores deve ser sustentado por incentivos em preços e em espécie. O crescimento dos preços de compra pública não igualou o aumento do índice de preços ao consumidor de 8,3 %, mas deve-se notar que os contratos de produção e compra de grãos incluem insumos subsidiados (fertilizantes e óleo diesel).

O importante a destacar é que o forte e gradual papel do Estado na regulação da agricultura permitiu uma escala de urbanização que – em termos de instituições populares, e ao transferir a gestão dos riscos e as tomadas de decisão para as famílias – evitou a escassez de alimentos e conseguiu manter a ordem social. A urbanização gradual e a expansão das atividades econômicas não agrícolas têm sido fundamentais para manter a segurança alimentar, pois têm tornado viável a produção agrícola familiar. Para tanto, o sistema de res-

ponsabilidade das famílias em condições de posse coletiva contínua da terra tem sido crucial: tal instituição garantiu que a agricultura continuasse sendo viável para as famílias cada vez mais dependentes de renda não agrícola. Já o lado do custo dessa política pode ser entendido sob duas perspectivas: por um lado, o risco operacional e o ônus social imposto às famílias agricultoras, bem como a exclusão social dos trabalhadores migrantes nas áreas urbanas; por outro, a crescente demanda por grãos (devido à enorme conversão em proteína necessária para satisfazer uma dieta urbana), a usurpação de terras cultiváveis, e a poluição causada pela expansão urbana e pela industrialização rural.

O ônus social para as famílias agricultoras, como vimos, tem como premissa a solidariedade dos membros da família que confiam em seu contrato de terra para acessar direitos básicos de cidadania, forçando a renda não agrícola a complementar a renda agrícola e a família a comprometer sua força de trabalho com a agricultura (ou, pelo menos, garantir que alguém cultive suas terras). O risco não reside apenas no âmbito de colheitas malsucedidas, mas também em termos do sustento de membros da família doentes ou deficientes, e inclusive daqueles que, de outra forma, estariam gerando renda de trabalho na indústria rural ou de um emprego urbano, ou dos que simplesmente por estarem longe de sua aldeia já representam “menos bocas para alimentar”. A falta de direitos urbanos para muitos migrantes rurais (devido ao sistema de registro de famílias) significa que eles precisam contar com serviços rurais para cuidados e educação dos filhos e que consideram a aldeia o único refúgio possível diante de problemas de saúde, incapacidade, desemprego ou aposentadoria. Isso assegura a manutenção de vínculos com a família, remessas financeiras e obrigações mútuas, e prolonga a situação de menor acesso a direitos pelos migrantes, mantendo-os um alvo fácil para exploração em um mercado de trabalho fragmentado, o que serve para reduzir os custos da urbanização. À medida que a questão dos direitos e da fragmentação do mercado de trabalho ganhou a atenção das políticas nacionais sob a liderança de Hu Jintao e Wen Jiabao, desde 2003, a perspectiva é de que os migrantes rurais sejam mais facilmente assimilados aos ambientes urbanos, com acesso a direitos cada vez mais próximo daqueles das pessoas registradas como residentes urbanos, assim, representando menos risco para seus parentes rurais e ficando menos inclinados a enviar fundos para sua manutenção.

Os esforços para estabelecer um plano de assistência social rural (*dibao*) e um plano de seguro de saúde rural, ambos iniciados em 2003, podem, em alguma medida, mitigar problemas sociais. Essas tendências, contudo, acabam por erodir os atuais dispositivos do sistema de responsabilidade familiar e da propriedade coletiva da terra rural, exigindo formas inovadoras de geração

de riqueza rural e de estrutura comunitária. O atual direcionamento das políticas de pesquisa e experimentação social nas áreas rurais chinesas está focado na integração rural-urbana, explorando modalidades viáveis para uma melhor provisão de serviços sociais (saúde, educação, assistência social, etc.) nas áreas rurais, juntamente com novos formatos de residência, emprego e produção agrícola, com vistas a reduzir desigualdades sociais rural-urbanas e garantir um fluxo e distribuição de trabalho mais equilibrados na economia.

Quanto às consequências mais globais das reformas na China, o aumento do consumo de carne está a ponto de criar uma maior demanda para a produção de grãos; mas a equação não é simples. Como Aubert demonstrou, o aumento do consumo de carne está associado a uma queda no consumo humano direto de grãos e a economias crescentes de ração por kg de carne produzida. De maneira geral, a atual agricultura familiar, embora em muitos aspectos atinja altos rendimentos por unidade, ainda apresenta uma elasticidade significativa, que as autoridades chinesas exploram para regular os preços dos contratos e os subsídios. Mudanças mais profundas nos arranjos contratuais, inovação tecnológica e escala de operação agrícola poderiam, dentro dos limites colocados pelas precárias condições sociais rurais atuais e pelo progresso da urbanização, possibilitar o aumento da produção de grãos para ração animal. O impacto da urbanização na China deve ser entendido dentro dessa dinâmica e não pode (como tem sido o caso em alguns meios de comunicação) basear-se em projeções brutas apoiadas em suposições irrealistas. A questão não é se a China provocará aumento nos preços globais de grãos, mas sim o preocupante aumento das emissões de CO₂ associado à produção de carne. A expansão urbana e o desenvolvimento da indústria rural, evidentemente, também suscitam a questão da disponibilidade de terras agrícolas. Este pode ser um indicativo de que, até agora, o declínio relativo na área de terras cultiváveis parece ter “um efeito insignificante” na produtividade total.

Reformas futuras

Desde 2003, os formuladores de políticas para o meio rural da China têm se preocupado em elaborar projetos específicos para lidar com as desigualdades sociais entre áreas rurais e urbanas. Planos de seguridade social e de saúde eram praticamente inexistentes, os serviços de saúde rurais e a oferta de educação eram inadequados e, apesar de uma redução na incidência geral de pobreza, o aumento das discrepâncias de renda rural-urbana e os proo-

cupantes indicadores de desenvolvimento humano causaram uma mudança de percepção na liderança chinesa, coincidindo mais ou menos com a posse de Hu Jintao e Wen Jiabao, em 2003. Consequentemente, o Estado chinês passou a experimentar uma série de medidas. No início dos anos 2000, os governos locais começaram a expandir um plano básico de assistência social para as áreas rurais, normalmente chamado de *dibao*: uma medida que avalia as condições econômicas e provê um subsídio de sustento básico para aquelas pessoas incapazes de manter uma renda devido à saúde precária ou idade avançada e sem filhos para apoiá-los. Um plano de assistência à saúde simples e barato foi introduzido em partes da China rural, expandindo-se gradualmente à medida que se ganhava experiência com sua implementação.

Da mesma forma, desde o início da década de 1980, as finanças rurais dos níveis administrativos inferiores ao distrital, isto é, nos cantões e aldeias, bem como nos subdistritos, tornaram-se um problema crescente, pois dependiam da arrecadação de uma série de taxas com impactos negativos em áreas menos abastadas, comprometendo o bem-estar e a sustentabilidade dos meios de subsistência das aldeias. Essas taxas, chamadas de “encargos” (*fudan*) sobre os camponeses, foram extintas, em sua maior parte, e as despesas públicas de distritos e aldeias passaram por melhorias nos últimos anos, especialmente porque alguns mandatos passaram a ser financiados por níveis administrativos mais altos. Mesmo assim, as finanças locais seguem sendo uma questão de constante preocupação.

Em 2007, o PCC anunciou um programa denominado de construção de um “novo campo socialista” visando alcançar a integração urbano-rural, a partir de experimentos em nível provincial em Chengdu e Chongqing, e em nível distrital em várias províncias. Os contornos dessas reformas ainda não estão bem definidos, mas elas visam, em geral, melhorar as condições sociais e econômicas do campo para diminuir radicalmente as lacunas de abastecimento, habilidades, renda e oportunidades de vida entre as áreas rurais e urbanas. Se as primeiras reformas, nos anos 1980, enfatizavam o “consumo local” do excedente de mão de obra rural para as necessidades agrícolas, sob o lema “deixe a terra, mas não o campo” (*li tu bu li xiang*), e a expansão de pequenas povoados locais através de uma mistura de empreendimentos municipais e de aldeias (*xiangzhen qiye*) e de setores semi-informais de pequeno empreendedorismo (*getihu*), o desenvolvimento econômico e as crescentes disparidades rural-urbanas tornaram esse modelo obsoleto. Para alcançar mais equidade e estabilidade sociais dos meios de subsistência rurais no longo prazo, os padrões de vida e as oportunidades reais para os indivíduos devem ser muito mais atraentes, como reconhecem as iniciativas políticas.

Sem dúvida, a ideia implícita nessas iniciativas é de que as áreas rurais devem se beneficiar da geração de riqueza industrial (principalmente situada nas áreas urbanas), através de fluxos de retorno dos recursos, não como um auxílio, mas em termos de investimento do Estado (governos locais e centrais simultaneamente) em instituições de qualidade superior e entrega de bens públicos, permitindo a geração de empregos e empreendimentos rurais agrícolas e não agrícolas. Os arranjos existentes – baseados no sistema de responsabilidade familiar, na estrutura celular das aldeias e na responsabilidade solidária dos membros da família abrangendo agricultura, empregos locais não agrícolas e migração rural-urbana – não são sustentáveis. A agricultura é uma área especialmente sensível. Embora a segurança alimentar tenha sido alcançada, as estruturas sociais rurais já dão sinais de ruptura. Além das taxas locais, a fonte mais eminente de conflito são os direitos à terra, ou seja, os contratos de uso de terra, incluindo a redistribuição do uso da terra, o direito das mulheres a uma parcela dos direitos de uso da terra, transferência do uso da terra entre os moradores, conversão de terras agrícolas para outras finalidades (sejam legais ou não), bem como a requisição de terras para projetos de desenvolvimento. Em termos de agricultura, é evidente que a distribuição de terras agrícolas entre os membros da aldeia não é ótima em termos da distribuição de habilidades, uso da tecnologia agrícola e vantagens de escala.

Projetos de desenvolvimento local, em alguns lugares, possibilitaram o surgimento de uma agricultura de maior escala e, em outros, os camponeses alcançaram resultados semelhantes por meio de acordos informais. A rigidez das regras formais e a falta de proteção legal para acordos e contratos informais significam que os casos existentes tendem a gerar disputas e conflitos insolúveis. No início de outubro de 2008, Hu Jintao visitou a aldeia Xiaogang, na província de Anhui, para comemorar o início das reformas rurais que ocorreram 30 anos antes. A aldeia Xiaogang entrou para a história como o local onde tiveram início as reformas. Durante a visita, ele anunciou que a questão do uso da terra o preocupa há muito tempo e que existe um compromisso político para permitir a livre troca de contratos de uso de terra.¹⁸ As decisões da 3ª Sessão Plenária do Décimo Sétimo Comitê Central do Partido Comunista Chinês (Comitê Central 2008) refletiram essa formulação; no entanto, houve especulações por parte da mídia de que a China iria introduzir a propriedade privada de terras rurais.

¹⁸ *Xin shiqi de Zhongguo nongcun gaige* (A nova reforma rural da China). Artigo publicado originalmente por Lianhe Zaobao (Singapura), reproduzido no site da CCTV (<http://news.cctv.com/world/20081014/102115.shtml>) em 4 de outubro de 2008.

No evento, em uma entrevista com o vice-ministro da Agricultura, Xu Xiaoping,¹⁹ este afirmou que as mudanças serão incrementais e não extremas. O sistema de contratos por unidade familiar ainda é visto como a base de apoio do desenvolvimento rural chinês, e o PCC está disposto a enviar um “sinal” (*xinhao*) aos agricultores de que isso permanecerá “inalterado por muito tempo” (*changqi bubian*), diminuindo assim algumas especulações populares de que a propriedade privada da terra rural estava a caminho. Isso posto, já estavam em andamento experimentos de livre troca de contratos de uso da terra, e o vice-ministro endossou explicitamente a concentração de direitos de uso da terra para “grandes agricultores” (*zhongtian dabu*), comentando que isso têm sido um procedimento legal nos últimos 15 anos. Ao lançar a plataforma de transferência e troca de terras (*tudi liuzhuan jiaoyi pingtai*) e permitir aos governos locais estabelecer centros de serviços de gestão para esse procedimento, o Estado permite diversas abordagens em diferentes partes do país, em lugar de remover todo o sistema atual.

Há uma abordagem igualmente cautelosa, de acordo com entrevistas com uma autoridade do Ministério da Agricultura, Qian Keming, em relação aos sistemas de crédito rural. O problema da efetiva falta de acesso a créditos operacionais nas áreas rurais tem suscitado preocupação. Alguns créditos têm sido disponibilizados através de contratos de compra de grãos e são alocados em outras políticas sob critérios rígidos. As associações de crédito originais, estabelecidas sob o sistema de comuna popular, foram absorvidas pelo sistema do Banco Agrícola da China e tornaram-se um mero sistema de contas de depósito com praticamente nenhuma função de crédito para famílias agrícolas e pequenas empresas. Na década de 1990, foram realizadas experiências com novas associações de crédito mútuo, nos moldes nos princípios de Grameen, e várias configurações foram aprovadas. O atual documento de política destaca a necessidade de apoiar iniciativas e tornar o princípio mais amplamente disponível. A ênfase é colocada nas instituições mútuas locais, indicando que os depósitos de poupança rurais nos principais bancos comerciais, em particular o Banco Agrícola da China, devem, em sua maior parte, ser destinados aos créditos oferecidos aos residentes rurais. Essas formulações²⁰ são indicativas da sensibilidade das relações entre o partido, a iniciativa local e os interesses comerciais, e apontam para processos interessantes que se seguirão em termos de persua-

¹⁹ *Quanguo tudi gaige zhengce jiang dazhi weichi xianyou geju* (A reforma agrária nacional sustentará de maneira geral a situação atual) Site do CCTV (<http://www.cctv.com/>) 13 de outubro de 2008.

²⁰ Xiaoping, 2008.

são e implementação por meio de regulamentação governamental. O papel da organização partidária no que tange à busca desses objetivos de reforma parece crucial. A questão é: a organização do partido – trabalhando em todos os níveis de autoridade, principalmente através dos comitês das aldeias – será capaz de reduzir os obstáculos à reforma e obter mudanças que atendam às condições locais?

Em síntese

Concluindo, é importante entender a segurança alimentar da China, no que tange aos muitos elementos envolvidos, como uma questão de como um sistema precariamente equilibrado sob a economia planejada deu lugar a um novo equilíbrio, igualmente inconstante, no sistema de responsabilidade familiar, como o Estado conseguiu administrar essa transição e como as transformações sociais tornam cada vez mais insustentável o sistema existente. A principal restrição é a terra, não a mão de obra, fato que contraria a expectativa de que o resultado de um encolhimento da “oferta ilimitada” de mão de obra rural seja o aumento da produtividade de camponeses tecnologicamente equipados, com habilidades aprimoradas e ganhos maiores. A transformação de uma economia em que a terra agrícola é escassa e precisa de altos níveis de investimento para produzir rendimentos, e em que a segurança alimentar repousa em altos níveis de produtividade por unidade de terra (e não por trabalhador), é um processo mais complexo, que Lewis (1954) e Kuznets (1955) nunca chegaram a teorizar, e do qual a China provavelmente apresenta o caso mais extremo. A China, certamente, é um caso do uso deliberado de políticas de flexibilidade e versatilidade das pequenas propriedades rurais para a manutenção da segurança alimentar, usando a estratégia de dispersão dos riscos e do próprio interesse das famílias para gerar estabilidade geral. Isso não se encaixa propriamente nas ideias de Michael Lipton (1968) de que as pequenas propriedades são uma panaceia contra o empobrecimento da população rural, pois o contexto é diferente e as instituições (em particular a propriedade da terra e a operação do mercado de grãos) que sustentam o sistema chinês são socialistas. Embora a ideia de Lipton seja de que pequenas propriedades gerem resiliência contra a pobreza, em contraste com a consolidação de terras durante transições maiores na economia, ele geralmente se refere aos títulos tradicionais de terras em uma economia caracterizada por propriedade privada e um ambiente econômico capitalista, onde a questão é a relativa eficiência de explorações agrícolas.

A agricultura familiar, como modelo ideal baseado na propriedade privada da terra, no entanto, não é estranha ao pensamento chinês sobre desenvolvimento agrícola, pois foi fortemente favorecida por Sun Zhongshan (Sun Yat-sen) no início do século XX, refletindo sua admiração tanto pela propriedade americana quanto por uma medida profilática para evitar o surgimento na China de estruturas como os Junkers da Silésia e Pomerânia; ela existiu de fato apenas brevemente (com terras de propriedade privada) no início dos anos 1950, após a Reforma Agrária. Antes que um mercado de terras pudesse emergir, as áreas rurais, em 1957, já estavam totalmente coletivizadas. O aspecto crucial do sistema chinês é a declaração da propriedade coletiva da terra, reiterada na Terceira Sessão Plenária do 17º Comitê Central em 2008, que permite a transferência de contratos de terra, mesmo para grandes operadores, mas que (ainda) não altera o vínculo entre a família camponesa, os direitos de cidadania e a propriedade coletiva da terra. A quebra desse vínculo levaria a uma rápida concentração de terras e a uma proletarização da população rural, tornando muito mais difícil alcançar a segurança alimentar e criando sérias tensões sociais. É emblemático que o Estado chinês esteja constantemente intervindo para salvaguardar a segurança alimentar, aumentar o bem-estar rural e melhorar a estabilidade social a longo prazo, introduzindo medidas incrementais de ajuste estrutural da agricultura, em direção a uma maior escala de operação e menor dependência da agricultura familiar em áreas onde seja possível, incentivando iniciativas locais de crédito mútuo, fornecendo fundos para o desenvolvimento agrícola e estimulando a oferta através de uma combinação de alavancagem de preços e acordos contratuais.

Referências

ASH, Robert Fairbank. Population Change and Food Security in China. In: TUBILEWICZ, Czeslaw (org.) *Critical Issues in Contemporary China*, p. 143-166. London: Routledge, 2006.

AUBERT, Claude. Food Security and Consumption Patterns in China: The Grain Problem. *China Perspectives*, n. 8, 2008.

BRAMALL, Chris. *The Industrialization of Rural China*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

BROWN, Lester R. *Who Will Feed China? Wake-up Call for a Small Planet*. New York: W. W. Norton & Co., 1995.

BROWN, Lester R. Worsening Water Shortages Threaten China's Food Security. *Eco-Economy Updates*, n. 1. Earth Policy Institute, 4 October, 2001. Disponível em: <http://www.earth-policy.org/Updates/Update1.htm>. Acesso em: 1 dez. 2009.

- BROWN, Lester R. China's Shrinking Grain Harvest. How its Growing Grain Imports Will Affect World Food Price'. *Eco-Economy Updates* n. 5. Earth Policy Institute, 10 March, 2004. Disponível em: <http://www.earth-policy.org/Updates/Update36.htm>. Acesso em: 1 dez. 2009.
- CENTRAL COMMITTEE. Communiqué of the Third Plenary Session of the 11th CC of the CCP'. *Peking Review*, n. 52 (29 Dez.): p. 6-16, 1978.
- CENTRAL COMMITTEE. *Zhonggong Zhongyang guanyu tuijin nongcun gaige fazhan ruogan zhongda wenti de jueding* (Decision of the Central Committee of the Chinese Communist Party on Various Important Issues Related to Promoting Reform and Development of Rural Areas), adopted 12 October 2008. Beijing: Renmin Chubanshe, 2008.
- CHEN, Yonggui. Comrade Chen Yung-kuei's Report at the Second National Conference on Learning from Tachai in Agriculture. *Peking Review*, n. 2 (7 Jan.), p. 14-16, 1977.
- CHINESE ACADEMY OF AGRICULTURAL SCIENCES. *Zhongguo gengdi ziyuan ji qi kaifa liyong* (Development and Use of China's Cultivated Land Resources). Beijing: Chahui Chubanshe, 1992.
- CHRISTIANSEN, Flemming. The Justification and Legalization of Private Enterprises in China 1983-1988. *China Information*, v. 4, n. 2, p. 78-91, 1989.
- CHRISTIANSEN, Flemming. Die ländlichen Arbeitskräfte in China 1978-1998: Marktwirtschaft und Sozialer Wandel'. In: HEBEL, Jutta; SCHUCHER, Günther. *Der chinesische Arbeitsmarkt. Strukturen. Probleme. Perspektiven*. Hamburg: Institut für Asienkunde, 1999.
- DENG, Xiangzheng; JIKUN, Huang; ROZELLE, Scott; UCHIDA, Emi. Cultivated Land Conversion and Potential Agricultural Productivity in China. *Land Use Policy*, v. 23, n. 4, p. 372-384, 2006.
- DU, Runsheng. Woguo nongcun fazhan de jige wenti (Some Issues in the Development of the Rural Areas of Our Country). *Zhongguo nongye nianjian 1984* (China Agricultural Yearbook 1984). Beijing: Nongye Chubanshe, p. 5-9, 1984.
- DU, Runsheng. *Zhongguo nongcun jingji gaige* (China's Rural Economic Reform). Beijing: Zhongguo Shehui Kexue Chubanshe, 1985.
- EDMONDS, Richard Louis. *Patterns of China's Lost Harmony: A Survey of the Country's Environmental Degradation and Protection*. London: Routledge, 1994.
- EDMONDS, Richard Louis (org.). *Managing the Chinese Environment*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- FEDER, Gershon; LAWRENCE, Lau J.; JUSTI,N Lin Y.; XIAOPENG, Luo. The Determinants of Farm Investment and Residential Construction in Post-Reform China. *Economic Development and Cultural Change*, v. 41, n. 1, p. 1-26, 1992.
- GEERTZ, Clifford. *Agricultural Involution: The Process of Ecological Change in Indonesia*. London: University of California Press, 1963.
- GURLEY, John G. Rural Development in China 1949-75, and the Lessons to be Learned from it. In: MAXWELL, Neville (org.). *China's Road to Development*, p. 5-25. Oxford: Pergamon Press, 1979.

- HUANG, Jikun. *Shuzi shuo hua: Zhongguo de liangshi anquan* (Huang Jikun: The Numbers Speak for Themselves – China's Grain Security), 2004. Disponível em: <http://www.cas.cn/html/Dir/2004/11/25/6615.htm>. Acesso em: 1 dez. 2009.
- JIANG, Wenran. Social Costs of China's Prosperity. *The Standard* (26 Jan.), 2008. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/nhdr/monitoring/news/2006/title,368,en.html>. Acesso em: 1 dez. 2009.
- KANE, Penny. *Famine in China, 1959-61: Demographic and Social Implications*. Basing-stoke: Macmillan, 1988.
- KUZNETS, Simon. Economic Growth and Income Inequality. *American Economic Review*, v. 45, n. 1, p. 1-28, 1955.
- LAURANCE, Jeremy. The Big Question: Is Changing Our Diet the Key to Resolving the Global Food Crisis? *The Independent* (16 Abr.), 2008. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/life-style/health-and-wellbeing/health-news/the-big-question-is-changing-our-diet-the-key-to-resolving-the-global-food-crisis-809566.html>. Acesso em: 1 dez. 2009.
- LEWIS, W. Arthur. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. *Manchester School*, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.
- LIPTON, Michael. Theory of Optimizing Peasant. *Journal of Development Studies*, v. 4, n. 3, p. 327-351, 1968.
- LIU, Zhongyi; LIU, Yaozhuan. Nongye jiegou (Agricultural Structure). In: HONG, Ma; SHANQING, Sun. *Zhongguo jingji jiegou wenti yanjiu* (Research on Issues of the Chinese Economic Structure), p. 137-170. Beijing: Renmin Chubanshe, 1981.
- MINISTRY OF AGRICULTURE. *Zhongguo nongye nianjian 1996* (China Agricultural Yearbook 1996). Beijing: Zhongguo nongye Chubanshe, 1996.
- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS [Guowuyuan di'erci quanguo nongye diaocha lingdao xiaozu bangongshi, Zhonghua Renmin Gongheguo Guojia Tongjiju]. *Guanyu diyici quanguo nongye pucha kuaisu huizong jiegou de baogao* (Report on the Preliminary Overview of the First National Agricultural Census), parts 1-5. Published August, 2008a. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjgb/nypcgb/qgnypcgb/>. Acesso em: 1 dez. 2009.
- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS [Guowuyuan di'erci quanguo nongye diaocha lingdao xiaozu bangongshi, Zhonghua Renmin Gongheguo Guojia Tongjiju]. *Di'erci quanguo nongye pucha zhuyao shuju gongbao* (Report of the Main Findings from the Second National Agricultural Census), parts 1-6. Published 21-29 February, 2008b. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjgb/nypcgb/qgnypcgb/>. Acesso em: 1 dez. 2009.
- SARGESON, Sally. Subduing “the Rural House-Building Craze”: Attitudes Towards Housing Construction and Land Use Controls in Four Zhejiang Villages. *The China Quarterly*, n. 172 (Dez.), p. 927-955, 2002.
- SMIL, Vaclav. *China's Environmental Crisis: An Inquiry into the Limits of National Development*. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1993.
- SMIL, Vaclav, 2004. *China's Past, China's Future: Energy, Food, Environment*. New York: Routledge.

- STATE COUNCIL. Guowuyuan pizhuan di'erci quanguo nongcun fangwu jianshe gongzuo huiyi jiyao de tongzhi (State Council Circular Approving and Circulating the Minutes of the Second National Work Conference on Rural House Construction). *Zhongguo nongye nianjian 1983* (China Agricultural Yearbook 1983), p. 415-417. Beijing: Nongye Chubanshe, 1984.
- STATE COUNCIL. *Guowuyuan guanyu jiakuai liangshi liutong tizhi gaige de tongzhi* (State Council Circular on Accelerated Reform of the Grain Circulation System), Guofa (1993) 9 hao, 15 Feb., 1993.
- STATE COUNCIL. 'Guowuyuan guanyu jinyibu shenhua liangshi liutong tizhi gaige de jue ding' (Decision of the State Council on Further Intensification of the Reforms of the Grain Circulation System) Guofa (1998) 15 hao, 10 Maio, 1998.
- STATE COUNCIL. *Guowuyuan guanyu jinyibu shenhua liangshi liutong tizhi gaige de yijian* (Opinions of the State Council on Further Intensification of the Reforms of the Grain Circulation System) Guofa 28 hao, 31 Jul., 2001.
- STATE COUNCIL. *Guowuyuan guanyu jinyibu shenhua liangshi liutong tizhi gaige de yijian* (Opinions of the State Council on Further Intensification of the Reforms of the Grain Circulation System) Guofa (2004) 17 hao, 23 Maio, 2004.
- STATE COUNCIL. *Guowuyuan guanyu wanshan liangshi liutong tizhi gaige zhege cuoshi de yijian* (Opinions of the State Council on Policy Measures to Complete the Reforms of the Grain Circulation System), Guofa (2006) 16 hao, 13 Maio, 2006.
- STATE STATISTICAL BUREAU. *Zhongguo tongjin nianjian 1991* (Statistical Yearbook of China, 1991). Beijing: Zhongguo tongji Chubanshe, 1991.
- STATE STATISTICAL BUREAU. *Zhongguo tongjin nianjian 1996* (Statistical Yearbook of China, 1996). Beijing: Zhongguo tongji Chubanshe, 1996.
- STATE STATISTICAL BUREAU. *Zhongguo nongcun jingji nianjian 1996* (China Rural Economy Yearbook 1996). Beijing: Zhongguo tongji Chubanshe, 1996a.
- WONG, Christine P. W. Interpreting Rural Industrial Growth in the Post-Mao Period. *Modern China*, v. 14, n. 1, p. 3-30, 1988.
- WORLD BANK. *At China's Table: Food Security Options*. Washington, DC: World Bank, 1997.
- YANG, Dali L. *Calamity and Reform in China: State, Rural Society, and Institutional Change Since the Great Leap Famine*. Honolulu: University of Hawai'i Press, 1995.
- YANG, Hong; LI, Xiubin. Cultivated Land and Food Supply in China. *Land Use Policy*, v. 17, n. 2, p. 73-88, 2000.
- ZHU, Jing. Public Investment and China's Long-Term Food Security under WTO. *Food Policy*, v. 29, n. 1, p. 99-111, 2004.

Capítulo 7

A conquista da segurança alimentar na China: as últimas três décadas e o futuro

Zhou Zhangyue

Embora o termo “segurança alimentar” seja relativamente novo para muitos chineses, a palavra “fome” não é. A fome não é incomum na história chinesa (Lang, 1934; Feng, 1970; Xu, 1996), tendo seu episódio mais recente entre 1959 e 1962. Embora a terrível experiência da fome de 1959-1962 não possa ser apagada da memória daqueles com mais de 60 anos, a desnutrição e a inanição durante o período da Revolução Cultural também são lembranças amargas de muitos que agora contam mais de 50, ou mesmo mais de 40 anos. A comida, em muitos registros da literatura chinesa, costuma ser chamada de “deusa” do povo.

Os seres humanos não podem sobreviver por muito tempo sem comer. Os alimentos devem ser consumidos e fornecidos continuamente. A disponibilidade de alimentos na China experimentou recentemente uma

melhora significativa e, para a maior parte da população chinesa, dispor de quantidade adequada de alimentos não é mais um problema. Em grande medida, a melhora na disponibilidade de alimentos na China é atribuída às reformas econômicas iniciadas em 1978. Desde então, o êxito chinês em assegurar quantidade adequada de alimentos para seu povo tem sido notável. Isso, evidentemente, não significa que o problema de segurança alimentar da China tenha sido de todo resolvido. Certamente, há ainda questões remanescentes e emergentes de segurança alimentar do país, que merecem atenção. Portanto, a análise das iniciativas chinesas voltadas à segurança alimentar nas últimas três décadas pode gerar experiências e lições valiosas não apenas para a China, mas também para a promoção da segurança alimentar em outros países no futuro. Este capítulo, utilizando um marco normativo da segurança alimentar, analisa e avalia as práticas de segurança alimentar da China nas últimas três décadas, identifica fragilidades que a ameaçam no futuro e propõe abordagens que podem fortalecer a segurança alimentar do país a longo prazo.

Na próxima seção, apresenta-se, inicialmente, o marco normativo da segurança alimentar, juntamente com outras considerações conceituais. As terceira e quarta seções revisam e avaliam a prática de segurança alimentar da China nas últimas três décadas. A seção cinco identifica algumas questões para às quais o governo chinês precisa dedicar atenção, com vistas a melhorar sua segurança alimentar no futuro. A última seção apresenta considerações finais.

Considerações conceituais¹

Desde o início da década de 1970, quando a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) introduziu o conceito de segurança alimentar na ordem jurídica internacional, a segurança alimentar tem sido, cada vez mais, um foco das discussões sobre políticas alimentares. O conceito provê um marco teórico útil para a formulação, planejamento e implementação de políticas alimentares.

Então, o que é segurança alimentar? Na década de 1970, a segurança alimentar foi definida, em termos gerais, como o acesso de todas as pessoas a alimentos em quantidade suficiente para viver uma vida saudável e produtiva. Desde então, crescentes esforços têm sido dedicados à discussão do

¹ Parte da discussão nesta seção é baseada em Spitz (1985) e Oshaug et al. (1994).

problema da segurança alimentar e várias versões de sua definição foram criadas. Na Cúpula Mundial da Alimentação de 1996, em Roma, líderes de 186 países participantes acordaram que: “Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e sã.” (World Food Summit, 1996).

A questão tem atraído tanta atenção porque a segurança alimentar pode ter grande impacto na estabilidade social de uma nação e, essencialmente, no curso de seu desenvolvimento económico. O alimento tem atributos singulares; tem apelo imediato a sentimentos humanos profundamente enraizados, pois envolve uma questão de vida ou morte. Entre as necessidades da vida, as características singulares do alimento são as seguintes (Spitz, 1985):

- *O alimento tem uma dimensão de tempo especial.* Isso decorre do fato de os seres humanos precisarem comer todos os dias. Não se pode viver muitos dias sem alimento e, certamente, não se pode realizar trabalhos manuais durante um longo período em jejum. O alimento precisa ser obtido dentro de limites de tempo muito mais estritos do que quaisquer outras necessidades da vida.
- *O alimento tem uma dimensão nutricional.* Alguns elementos nutricionais devem ser ingeridos como parte da dieta, se não diariamente, pelo menos dentro de um curto período, pois o corpo não armazena de forma eficaz muitos desses elementos nutricionais.
- *O alimento tem uma dimensão sociocultural.* Nem tudo o que é comestível e satisfaz as necessidades nutricionais é social, cultural e psicologicamente aceitável.
- *O alimento tem uma dimensão económica.* A maior parte dos alimentos consumidos está disponível no mercado a um preço determinado.

Tendo em conta, em grande parte, essas características especiais do alimento, ao longo dos anos, acadêmicos vêm construindo um marco normativo para a segurança alimentar (Spitz, 1985; Oshaug et al., 1994) que pode ser representado pela Figura 1.

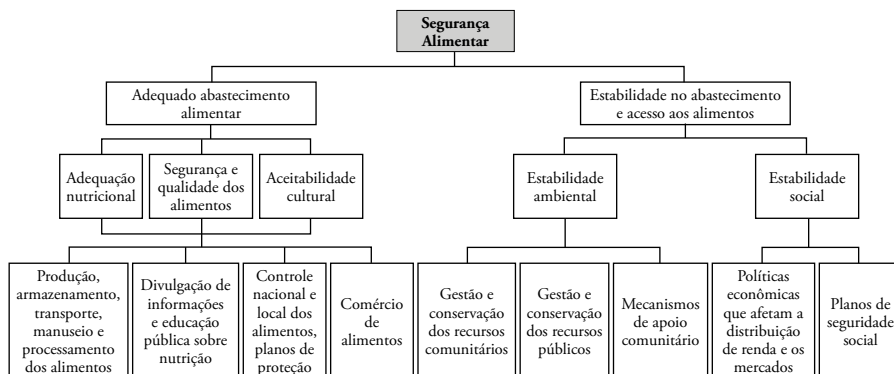


Figura 1. Um marco normativo para a segurança alimentar.

Fonte: Adaptado de Oshaug et al. (1994).

O principal componente da segurança alimentar é expresso em termos de adequação do suprimento e de estabilidade do abastecimento e acesso aos alimentos.² Isso aponta para a necessidade de atenção tanto às características do próprio alimento quanto à variedade de fatores que determinam a segurança do suprimento e do acesso aos alimentos. A adequação, ou suficiência, do suprimento de alimentos significa que:

- o abastecimento deve ser capaz de cobrir todas as necessidades nutricionais, em termos de quantidade (energia) e qualidade (fornecer todos os nutrientes essenciais);
- os alimentos devem ser seguros (livres de fatores tóxicos e contaminantes) e de boa qualidade alimentar (sabor, textura etc.); e
- os tipos de alimentos comumente disponíveis (nacionalmente, nos mercados locais e, por fim, no nível doméstico) devem ser culturalmente aceitáveis (adequar-se à cultura alimentar ou dietética predominante).

A estabilidade do suprimento e do acesso aos alimentos implica tanto sustentabilidade ambiental quanto estabilidade econômica e social. A sustentabilidade ambiental supõe a existência de uma criteriosa gestão pública e comunitária dos recursos naturais que afetam o suprimento de alimentos. A

² Em uma das edições de suas Notas de Orientação (*Policy Briefs*), a FAO (2006) destaca que a segurança alimentar tem quatro dimensões: disponibilidade de alimentos, acesso a alimentos, utilização e estabilidade.

sustentabilidade econômica e social envolve condições e mecanismos que garantam o acesso aos alimentos. Está relacionada com uma justa distribuição de renda e com a existência de mercados efetivos, além de redes públicas e informais de apoio e segurança. Estas podem ser sistemas públicos de seguridade social, mas também inúmeras formas de transações comunitárias, e de redes de autoajuda e solidariedade.

A definição de segurança alimentar antes enunciada é abrangente e “normativa”. Ela explicita as metas que devem ser alcançadas para que conquistar a segurança alimentar como um verdadeiro objetivo de desenvolvimento. Cada elemento pode ser definido em detalhes para uma dada situação, através da identificação de padrões locais em comparação aos quais os desvios possam ser avaliados.

Este capítulo adota o marco conceitual acima descrito, ao avaliar a situação da segurança alimentar na China e propor recomendações de políticas para aprimorá-la. Antes de analisar as iniciativas voltadas à segurança alimentar da China e avaliar sua situação nas últimas três décadas, pode ser útil examinar, primeiro, o significado da palavra “alimento” e, também, o significado da palavra “grão” e como elas são usadas na China. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a FAO, o alimento é definido, no sentido fisiológico, como “matéria nutritiva absorvida por um organismo e que atende às necessidades de manutenção, crescimento, trabalho e reparo de tecidos” (WHO/FAO, 1974, p. 10); e alimento básico é definido como “[...] um alimento que é consumido regularmente em um país ou comunidade e a partir do qual é obtida uma proporção substancial do suprimento calórico total, especialmente pelo setor populacional mais pobre e em tempos de escassez de alimentos” (WHO/FAO, 1974, p. 11). Assim, alimento pode consistir em qualquer matéria nutricional ingerida por seres humanos que forneça calorias, proteínas e gorduras, incluindo produtos animais e vegetais, como cereais, carnes, ovos, laticínios, vegetais e açúcar.

Os dados da seção de suprimento de alimentos do Anuário de Produção da FAO indicam que, na China, uma proporção substancial do suprimento total de calorias é obtida de produtos vegetais. Esses produtos são, em grande parte, no país, compostos de grãos. Assim, no cotidiano da China, a palavra “grão” (em chinês pinyin, *liangshi*) é usada com mais frequência do que a palavra “alimento” (*shiwu*).³ Apenas recentemente, o termo “alimento” começou a aparecer em alguns textos acadêmicos e relatórios governamentais.

³ Grão, na China, inclui cereais (arroz, trigo, milho, sorgo, painço e outros grãos diversos), tubérculos (apenas batata-doce e batata, sem incluir inhame e mandioca), além de leguminosas (somente soja). A produção de tubérculos (batata doce e batata) foi convertida em uma proporção

De fato, muitos textos de autoria de chineses usavam com mais frequência o termo “segurança de grãos” do que o termo “segurança alimentar”. Neste capítulo, quando apropriado, o termo “segurança de grãos” também é usado.

Disponibilidade de alimentos na China: as últimas três décadas e a situação atual

Com base no marco conceitual de segurança alimentar descrito acima, fica evidente que a quantidade de suprimento alimentar é fundamental e crítica para alcançar a segurança alimentar. Se o suprimento for adequado ou abundante, haverá comida suficiente não apenas para as pessoas consumirem no presente, mas, o mais importante, para armazenarem alguns alimentos (principalmente cereais) como reserva para uso futuro. De fato, o nível de estoque é usado como o principal indicador para medir o nível de segurança alimentar. Uma convenção anterior estabelece que o governo precisa dispor de um estoque de reserva de alimentos não inferior a 18 por cento do consumo anual de cereais do país (o equivalente a aproximadamente dois meses de suprimento de alimentos). Um estoque abaixo de 18 por cento implicaria insegurança alimentar. Diante disso, é importante analisar a segurança alimentar de um país através da avaliação de sua disponibilidade geral de alimentos e de seus níveis de reserva.

Nesta seção, examino as situações alimentares da China nas últimas três décadas: a disponibilidade geral de alimentos, a disponibilidade de alimentos em áreas rurais e urbanas, a disponibilidade de alimentos para os pobres e os níveis de reservas alimentares. Essas informações devem prover uma base para avaliar a segurança alimentar da China na seção seguinte.

Disponibilidade geral de alimentos

Obter uma quantidade adequada de alimentos com uma combinação desejável de variedades para a enorme população da China não tem sido fácil. No entanto, ao longo das últimas três décadas, de 1978 a 2008, a China conseguiu aumentar significativamente sua produção de vários alimentos.

A Figura 2 mostra que a produção total de grãos da China aumentou notavelmente desde 1978, assim como a produção *per capita* de grãos.

de 4:1, ou seja, quatro quilos de tubérculos frescos equivalem a um quilograma de grãos, até 1963. Desde 1964, a proporção é de 5:1. A produção de feijão refere-se ao feijão seco sem vagem.

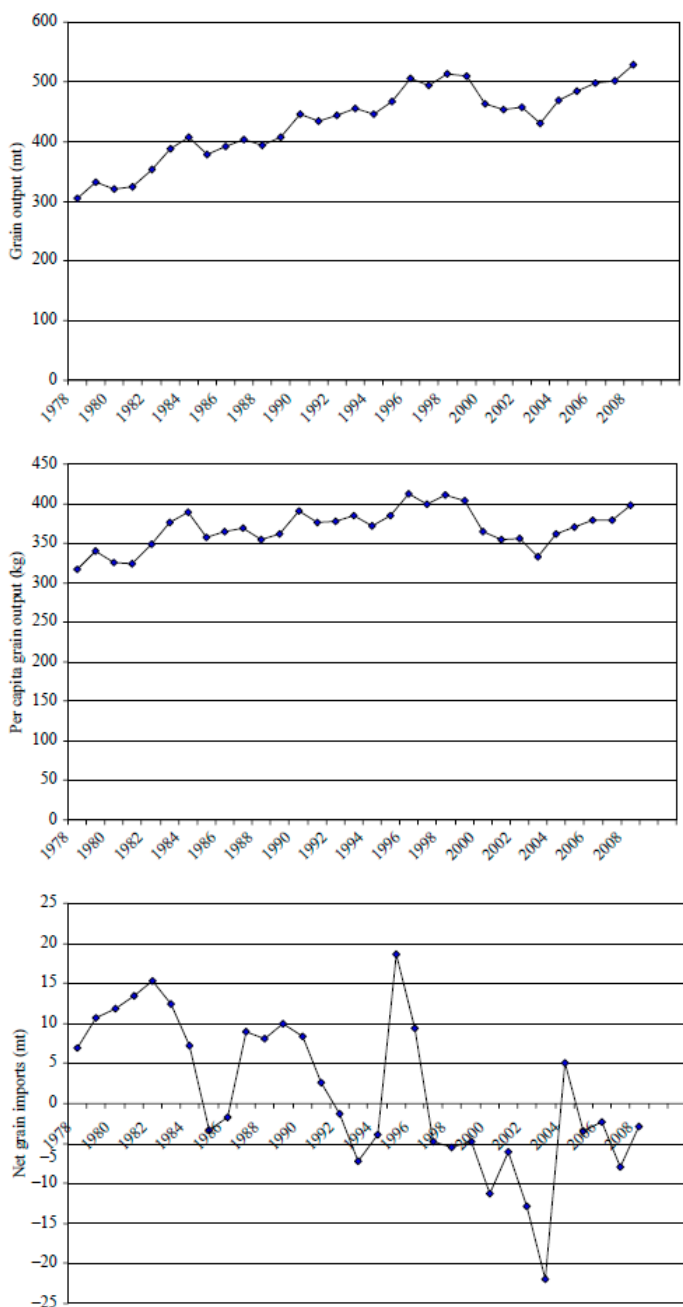


Figura 2. Produção de grãos, produção per capita de grãos e importação líquida de grãos, China, 1978-2008.

Fonte: SSB China Statistical Yearbook, várias edições.

Entre 1978 e 2008, o crescimento populacional no país foi de 1,08 %. Sua produção total de grãos, no entanto, cresceu a uma taxa de 1,85 % ao ano, excedendo o crescimento populacional em cerca de 0,8 pontos percentuais. No nível *per capita*, o crescimento foi de 0,77 %.

Não apenas a produção de grãos aumentou notavelmente, também a de vários outros alimentos cresceu de maneira surpreendente. A Tabela 1 mostra o aumento na produção de outros alimentos, em comparação com o da produção de grãos. Todos os demais alimentos, de origem vegetal e animal, cresceram a uma taxa maior do que os grãos. Embora as taxas de crescimento de frutas, carne bovina, leite e carnes de aves sejam notáveis (acima de 10 %), as de carne de carneiro, ovos de galinha e produtos aquáticos também surpreendem.

Desde 1978, a melhora na disponibilidade de alimentos possibilitou aos consumidores chineses aumentar sua ingestão de alimentos, quando, antes, as pessoas podiam não dispor de alimento suficiente para comer. A Tabela 2 mostra o aumento no consumo *per capita* dos principais alimentos, desde 1978. Inicialmente aumentou o consumo *per capita* de grãos, que atingiu seu pico entre 1985-1990 (195 kg em 1989). Desde 1990, o consumo direto *per capita* de grãos vem diminuindo em nível nacional, embora ainda seja predominante na ingestão de alimentos pela população, fornecendo grande parte da ingestão de energia. A quantidade de vegetais frescos consumidos diminuiu, talvez devido ao maior consumo de frutas e melões e à aquisição de vegetais com menos desperdício ou semiprocessados. Por outro lado, o consumo da maioria dos outros alimentos aumentou de forma impressionante nas últimas três décadas.

Tabela 1

Aumento da produção agroalimentar e taxa de crescimento anual,
1978–2008

Parte A – Alimentos de origem vegetal								
Ano	Total de grãos	Arroz	Trigo	Milho	Oleaginosas	Cana-de-açúcar	Chá	Frutas
1978	305	137	54	56	5,22	21,12	0,268	6,57
1983	387	169	81	68	10,56	31,14	0,401	9,49
1988	394	169	85	77	13,2	49,06	0,545	16,66
1993	456	178	106	103	18,04	64,19	0,6	30,11
1998	512	199	110	133	23,14	83,44	0,665	54,53
2003	431	161	86	116	28,11	90,23	0,768	145,17
2004	469	179	92	130	30,66	89,85	0,835	153,41
2005	484	181	97	139	30,77	86,64	0,935	161,2
2006	498	182	108	152	26,4	97,09	1,028	171,02
2007	502	186	109	152	25,69	112,95	1,165	181,36
2008	529	192	112	166	29,53	124,15	1,258	192,2

Taxa de crescimento anual

Média de dez anos

1978-1988	2,60	2,13	4,73	3,29	9,73	8,80	7,36	9,75
1988-1998	2,66	1,63	2,53	5,57	5,77	5,45	2,00	12,59
1998-2008	0,32	-0,35	0,25	2,24	2,47	4,05	6,58	13,43

Média de 30 anos

1978-2008	1,85	1,13	2,49	3,69	5,95	6,08	5,29	11,91
-----------	------	------	------	------	------	------	------	-------

Parte B – Alimentos de origem animal

Ano	Total de carnes	Suíno	Gado	Carneiro	Leite	Ovos	Carne de aves	Pescados
1978	12,05	11,34	0,27	0,45				4,50
1983	14,02	13,16	0,32	0,55				5,46
1988	24,80	20,18	0,96	0,80	4,19	6,96	27,44	10,61
1993	38,42	28,54	2,34	1,37	5,64	11,80	57,36	18,23
1998	57,24	38,84	4,80	2,35	7,45	20,21	105,60	33,83
2003	64,43	42,39	5,42	3,09	18,49	23,33	131,21	40,77
2004	66,09	43,41	5,60	3,33	23,68	23,71	135,14	42,47
2005	69,39	45,55	5,68	3,50	28,65	24,38	146,43	44,20
2006	70,89	46,50	5,77	3,64	33,02	24,24	153,75	45,84
2007	68,66	42,88	6,13	3,83	36,33	25,29		47,48
2008	72,79	46,20	6,13	3,80	37,82	27,02		48,95

Taxa de crescimento anual

Média de dez anos

1978-1988	7,48	5,93	13,54	6,07				8,96
1988-1998	8,73	6,77	17,48	11,33	5,93	11,26	14,43	12,29
1998-2008	2,43	1,75	2,48	4,96	17,63	2,94	4,81	3,76

Média de 30 anos

1978-2008	6,63	5,14	11,81	7,96	11,63	7,02	10,05	8,90
-----------	------	------	-------	------	-------	------	-------	------

Notas: ^a 1988-2008, ^b 1988-2006, valores em mil toneladas, %

Fonte: SSB (1995; 2008; 2009).

Tabela 2
Consumo de alimentos *per capita* na China

Ano	Grãos	Óleo de cozinha	Carne	Aves	Ovos	Pescados	Leite	Frutas	Verduras
1978	147	1,6	8,4	0,4	2,0	3,5			
1980	180	2,3	12,0	0,8	2,3	3,4			
1985	179	4,4	12,9	1,5	3,2	3,0			134,0
1990	194	5,5	14,1	1,8	3,7	3,6	2,0	15,2	135,0
1995	178	6,2	13,7	2,5	5,1	5,1	1,8	22,3	108,0
2000	162	7,5	16,6	3,8	7,2	6,1	4,3	32,5	110,0
2001	154	7,4	16,2	3,8	6,9	7,2			112,0
2002	152	7,9	18,2	5,4	7,0	7,8			113,0
2003	145	7,5	18,6	5,6	7,4	8,2			112,0
2004	142	7,0	18,2	4,5	7,0	7,8			113,0
2005	137	7,4	20,0	6,0	7,2	8,2	9,3	34,2	109,0
2006	134	7,4	20,0	5,6	7,4	8,5	9,8	37,1	108,0
2007	132	7,6	18,2	6,5	7,2	9,3	9,9	37,5	107,0
2008		8,1	17,9		7,8				

Notas: Células em branco indicam a não disponibilidade de dados, carne inclui só suínos, bovinos e ovinos; os valores para os anos selecionados estão em quilogramas.

Fonte: Para 1978 e 1980, os dados foram extraídos das médias nacionais publicadas no Anuário da SSB, China Statistical Yearbook 1994, p. 257. Para os anos posteriores a 1980 utilizam-se médias ponderadas calculadas com base nos ados de consumo rural e urbano do SSB, utilizando a população rural e urbana como peso.

Disponibilidade de alimentos em áreas rurais e urbanas

Antes de 1978, a disponibilidade de alimentos não era igualmente assegurada pelo governo aos residentes rurais, sendo o setor urbano sempre priorizado, com a ajuda do “sistema unificado de compra e venda” e do “sistema de registro de domicílios”. Em numerosas ocasiões, a produção de grãos era direcionada às áreas urbanas para atender às necessidades dessa população, deixando a população rural sofrer com a escassez de grãos (Zhao; Qi, 1988). Graças à melhora geral na disponibilidade de alimentos do país, o acesso da população rural à comida melhorou bastante a partir de 1978.

A Tabela 3, Parte A, mostra que o consumo rural *per capita* de grãos atingiu seu pico entre 1990-1995 (200 kg em 1993). Desde então, o consumo direto *per capita* de grãos vem diminuindo. Com exceção das verduras, o

consumo de todos os demais alimentos aumentou desde 1978. Nas áreas urbanas, os dados disponíveis (Tabela 3, Parte B) demonstram que o consumo *per capita* de grãos começou a declinar desde 1982 e, atualmente, reduziu-se a quase metade do consumo do início dos anos 1980. O aumento no consumo *per capita* de outros alimentos (exceto verduras) pelos residentes urbanos foi considerável nas últimas três décadas.

Observa-se, no entanto, que o nível de consumo de todos os alimentos dos residentes rurais, exceto de grãos, é muito menor em comparação aos seus pares urbanos. A Tabela 3 mostra que o nível de consumo de outros alimentos pelos residentes rurais está cerca de 20 anos atrás daquele dos residentes urbanos. Na Figura 3 pode-se observar que o nível de consumo da maioria dos alimentos pelo grupo de maior renda nas áreas rurais mal se compara ao do grupo de menor renda nas áreas urbanas.

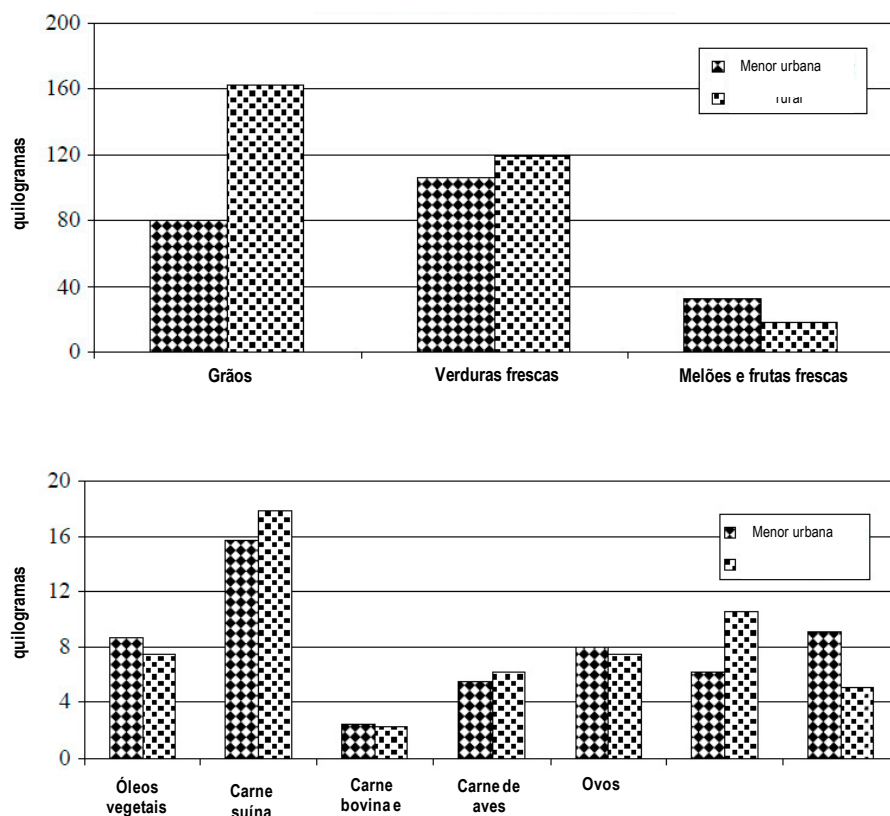


Figura 3. Comparação dos níveis de consumo de alimentos entre o grupo de mais baixa renda urbana e o de maior renda rural, 2005.

Tabela 3
Consumo de alimentos per capita na China rural e urbana

Ano	Grãos	Óleo de cozinha	Carne	Aves	Ovos	Pescados	Leite	Frutas	Verduras
Parte A – Áreas rurais									
1978	186	2,0	5,8	0,3	0,8	0,8			142
1980	193	2,5	7,8	0,7	1,2	1,1			127
1985	193	4,0	11,0	1,0	2,1	1,6			131
1990	197	5,2	11,3	1,3	2,4	2,1	1,1	5,9	134
1995	194	5,8	11,3	1,8	3,2	3,4	0,6	13,0	105
2000	187	7,1	14,6	2,9	5,0	3,9	1,1	18,3	107
2001	178	7,0	14,5	2,9	4,7	4,1			109
2002	177	7,5	14,9	2,9	4,7	4,4			111
2003	167	6,3	15,0	3,2	4,8	4,7			107
2004	164	5,3	14,8	3,1	4,6	4,5			107
2005	157	6,0	17,1	3,7	4,7	4,9	3,0		102
2006	154	5,8	17,0	3,5	5,0	5,0	3,0		101
2007	150	6,0	14,9	3,9	4,7	5,4	3,5		99
2008	149	6,2	13,9	4,4	5,4	5,2			
Parte B – Áreas urbanas									
1982	144,6	5,8	18,7	2,3	5,9	7,7			159
1985	134,8	5,8	19,3	3,2	6,8	7,1			144
1990	130,7	6,4	21,7	3,4	7,3	7,7	4,6	41,1	139
1995	97,0	7,1	19,7	4,0	9,7	9,2	4,6	45,0	116
2000	82,3	8,2	20,1	5,4	11,2	9,9	9,9	57,5	115
2001	79,7	8,1	19,1	5,3	10,4	12,3			116
2002	78,5	8,5	23,3	9,2	10,8	13,2	15,7	56,5	117
2003	79,5	9,2	23,7	9,2	11,2	13,4	18,6	57,8	118
2004	78,2	9,3	22,9	6,4	10,4	12,5	18,8	56,5	122
2005	77,0	9,3	23,9	9,0	10,4	12,6	17,9	56,7	119
2006	75,9	9,4	23,8	8,3	10,4	13,0	18,3	60,2	118
2007	77,6	9,6	22,1	9,7	10,3	14,2	17,6	59,5	118
2008		10,3	22,7	8,0	10,7		15,2	54,5	123

Notas: Células em branco indicam a não disponibilidade de dados, carne inclui só suínos, bovinos e ovinos; grãos para a população rural são grãos processados, convertidos a partir do grã bruto a uma taxa de 0,75. Não se dispõe de dados anteriores a 1982 para a população urbana; os valores para os anos selecionados 1978-2008 estão em quilogramas.

Fonte: Baseado em SSB (1995; 2009; 2009) e em China Statistical Yearbook.

Disponibilidade de alimentos nas regiões

Os dados não mostram um padrão claro entre os níveis de consumo de vários tipos de alimentos através das regiões. Nas áreas rurais, uma província pode ter um consumo relativamente baixo de grãos, mas um alto consumo de carne (por exemplo, Guizhou, grão: 181 kg, carne: 26 kg; média nacional, grão: 199 kg, carne: 15 kg) ou um consumo relativamente baixo de grãos, mas também baixo consumo de carne (por exemplo Heilongjiang, grão: 159 kg, carne: 7,4 kg). Embora o Qinghai (grão: 211 kg) e o Tibete (grão 288 kg) tenham um nível relativamente alto de consumo de grãos, o consumo de carne de Qinghai (23,4 kg) é muito maior do que o do Tibete (17 kg) (SSB, 2008, p. 349). Ao cruzar os níveis de consumo de alimentos com a renda per capita, os resultados também não sugerem uma estreita ligação entre a renda *per capita* regional e os padrões de consumo de alimentos. Por exemplo, Guizhou tem um consumo relativamente baixo de grãos, mas um alto consumo de carne. Seu nível de renda líquida *per capita* (¥ 2.374), no entanto, é um dos mais baixos do país (média nacional: ¥ 4.140). No entanto, em geral, os dados do SSB tendem a sugerir que as regiões mais pobres consomem mais grãos (por exemplo, Tibet, Gansu e Jiangxi), enquanto as regiões mais ricas consomem menos grãos (por exemplo, Xangai, Tianjin e Pequim) (SSB, 2008, p. 340).

Não há disponibilidade de dados equivalentes para as áreas urbanas em nível regional. Apenas dados sobre as despesas de consumo *per capita* para vários tipos de alimentos estão disponíveis. É muito difícil, se é que é possível, converter as despesas em montantes físicos. Pode-se, contudo, antecipar que existe um padrão semelhante ao das áreas rurais, embora o nível de consumo varie.

Disponibilidade de alimentos para os pobres

Nas áreas rurais e urbanas, a capacidade dos residentes de baixa renda de acessarem alimentos, especialmente os mais nutritivos e saudáveis, está muito aquém daquela dos residentes de mais alta renda (Figura 4). A Figura 4 demonstra que, nas áreas rurais, o consumo de todos os alimentos aumenta à medida que a renda dos residentes aumenta. Para alguns alimentos de valores mais altos (por exemplo, laticínios e produtos aquáticos) as famílias com renda mais baixa consomem significativamente menos em comparação às famílias com renda mais alta. Nas áreas urbanas, ocorrem padrões semelhantes, mas existem algumas diferenças. Ou seja, nas áreas urbanas, quando a renda atinge um determinado nível, o consumo de alguns itens alimentares começa a diminuir, por exemplo, grãos, vegetais, ovos e óleos de cozinha.

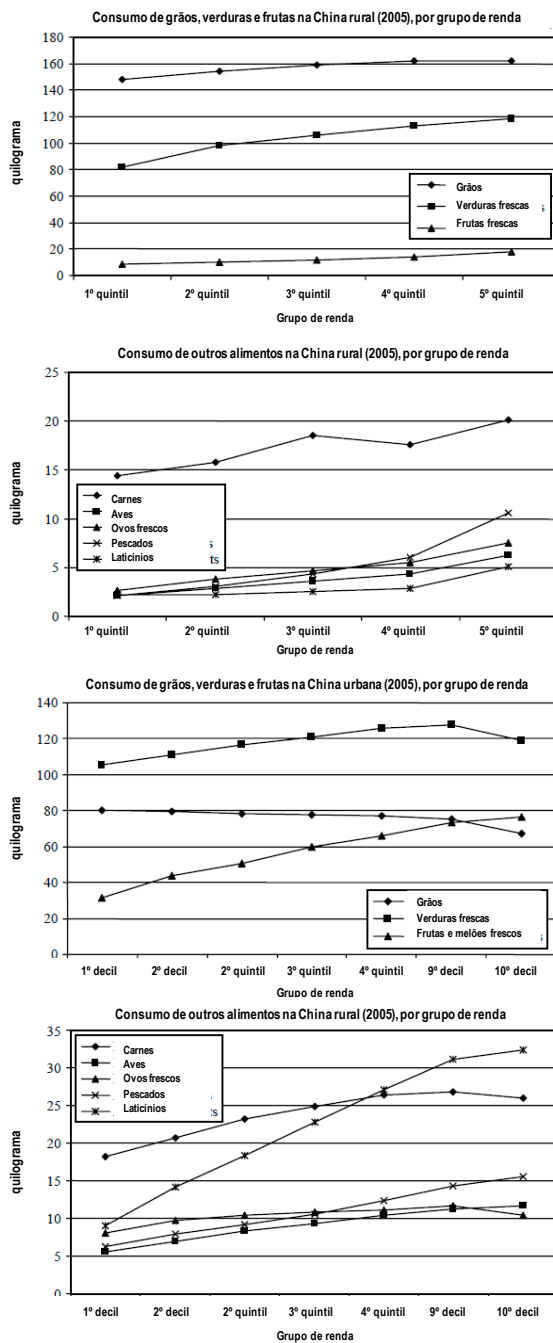


Figura 4. Consumo de alimentos por grupo de renda na China.

Fonte: Baseado no SSB, *China Statistical Yearbook* (2006).

Para entender a disponibilidade e segurança alimentar de um país, é útil conhecer suas reservas de grãos. É essencial, sobretudo, conhecer as reservas de grãos de um país para usar a norma dos 18 %, mencionada anteriormente, para avaliar seu nível de segurança alimentar. Infelizmente, é quase impossível conhecer o nível exato de reservas de grãos da China. Esses dados são tratados no país como segredo de Estado e não estão disponíveis ao público. Uma alternativa é estimar os níveis de estoque, usando dados publicados pelo governo tais como compras totais, vendas totais, importações líquidas e manuseio de perdas. Carter e Zhong (1988, p. 92-95) fornecem uma estimativa da reserva de grãos da China para o período de 1952 a 1985. Parte dessas estimativas é reproduzida na Tabela 4 e é usada para estimar o nível de reservas em relação aos requisitos de consumo. Não foram identificadas tentativas de estimativas semelhantes para os anos posteriores a 1985. O “sistema unificado de aquisição de grãos” foi abolido em 1985. Os dados governamentais de compras e vendas deixaram de ser adequados para essas estimativas. Ainda assim, informações dispersas fornecem uma indicação útil dos níveis prováveis de reservas de grãos em alguns anos. Uma breve descrição dessas informações dispersas é apresentada na Tabela 4.

A produção total de grãos saltou para um novo nível em 1990 (Figura 2). Para proteger os interesses dos agricultores, o governo prometeu comprar toda a produção de grãos oferecida pelos agricultores a um preço mínimo garantido, e o excedente comprado a preço garantido seria absorvido no âmbito de um novo plano nacional de reserva de grãos recém-lançado pelo governo. Durante o período entre 1990-1998, as reservas de grãos estavam, provavelmente, em um nível razoavelmente alto, pois havia queixas frequentes no país sobre dificuldades em armazenar grãos devido a sucessivas boas safras. Em março de 1998, o premier Zhu Rongji teria comentado que a China possuía grãos suficientes para sobreviver a duas safras ruins (Zhu, 1998). Isso sugere que, na década de 1990, a reserva nacional da China estaria, provavelmente, bem acima de 100 milhões de toneladas. Em uma conferência de imprensa, em março de 2002, o Premier Zhu afirmou que a China tinha, naquele momento, uma reserva de 250 milhões de toneladas de grãos (ChinaCom, 2002). Em março de 2005, o diretor-geral do Departamento Estatal de Grãos da China, Nie Zhenbang, embora sem fornecer estimativas sobre o total de reservas, deixou claro que a reserva de grãos do país, naquele momento, excedia o nível sugerido pela FAO, ou seja, 18 % do consumo anual de um país (Yinsha, 2005).

Tabela 4
Reservas estimadas de grãos e níveis de segurança alimentar

Ano	Estoques de reserva do governo (m)	População (m)	Demanda direta de consumo humano	Estoques de reserva sobre a demanda de consumo (%)
1952	6,7	575	97	7
1962	1,1	673	113	1
1972	11,1	872	146	8
1977	9,3	950	160	6
1978	9,5	963	162	6
1979	18,3	975	164	11
1980	19,8	987	166	12
1981	21,7	1.001	168	13
1982	27,1	1.017	171	16
1983	55,5	1.030	173	32
1984	74	1.044	175	42
1985	59,3	1.059	178	33
1998	100	1.248	210	47,7
2002	250	1.285	216	115,8
2005		1.308	220	>18
2008	150–200	1.328	223	78,4

Nota: A demanda direta de consumo humano de grãos é estimada supondo que o consumo mínimo mensal *per capita* seja de 14 kg, ou seja, é obtido usando a população total multiplicada por 14 e por 12.

Fonte: Os estoques de reserva para 1952-1985 foram reproduzidos de Carter e Zhong (1988, p. 93); os estoques de reserva para outros anos são baseados em Zhu (1998), ChinaCom (2002), Yinsha (2005), Sichuan Agricultural Information Networks (2009); as reservas de estoque mencionadas aqui não incluem estoque de comerciantes e dos famílias agricultoras; outras informações foram extraídas de SSB, China Statistical Yearbook, diversas edições.

Em abril de 2008, o Premier Wen Jiabao indicou que a reserva de grãos da China estava entre 150 e 200 milhões de toneladas (Sichuan Agricultural Information Networks, 2009). Todas as informações reveladas pelos líderes do governo chinês sugerem fortemente que a reserva de grãos da China está acima do nível de segurança de 18 % do consumo anual de um país, conforme recomendado pela FAO. Essas informações dispersas estão compiladas na Tabela 4, para o período 1998-2008, juntamente com os níveis estimados de segurança dos grãos. Claramente, o nível de reservas de grãos da China está bem acima do sugerido pela FAO.

Além dos grãos mantidos nos armazéns do governo, acredita-se que o estoque de grãos dos agricultores também seja alto. Os estoques de grãos man-

tidos pelos próprios agricultores podem ter alcançado mais de 400 milhões de toneladas no início dos anos 1990 (USDA, 1993, p. 18; Tang, 1995).⁴

Ao que indicam essas estimativas, combinando os estoques dos agricultores com as reservas do governo, o nível de grãos reservados fora o consumo total anual estaria bem acima dos 18 % recomendados. Em 2009, alegou-se que “o nível de segurança de grãos da China é muito alto” (Sichuan Agricultural Information Networks, 2009).

Avaliando a prática de segurança alimentar da China: conquistas e problemas

A seção anterior mostra claramente que a disponibilidade de alimentos na China melhorou significativamente desde 1978. De acordo com o marco normativo de segurança alimentar, no entanto, a disponibilidade é apenas um dos aspectos da questão; outros aspectos também devem ser discutidos. Nesta seção, o marco normativo anteriormente apresentado será utilizado para avaliar os esforços da China para alcançar sua segurança alimentar nas últimas três décadas: as principais conquistas e eventuais problemas remanescentes ou emergentes. Juntamente com a disponibilidade de alimentos, outros aspectos da segurança alimentar, como segurança dos alimentos, qualidade, aceitabilidade cultural e estabilidade ambiental e social dos alimentos também são abordados nesta seção.

Continuidade de um alto nível de segurança de grãos

Tomando como parâmetro o nível de reserva recomendado de 18 % do consumo anual total, os esforços da China em obter suprimento de grãos para sua enorme população nas últimas três décadas são muito notáveis. Partindo de um nível de segurança de grãos extremamente baixo em 1978, apenas 6 %, a China em pouco tempo alcançou níveis mais altos, chegando a 16 %, em 1982. Nos três anos seguintes (1983-1985), seu nível de reserva de grãos ficou bem acima dos 18 % recomendados pela FAO, variando entre 32 % e 42 %. Embora não tenhamos informações detalhadas de muitos anos desde 1986, um relatório fornecido pelo presidente da Associação das Indústrias de Grãos

⁴ Em setembro de 1997, visitei alguns agricultores no distrito de Li-Jiang, na província de Yunnan, e tive a oportunidade de inspecionar seus estoques de grãos. De fato, o estoque era abundante e, na maioria dos casos, suficiente para o consumo de um ano.

da China, Bai Meiqing, mostrou que, durante 23 anos consecutivos (1983-2006), a reserva de grãos da China superou o nível recomendado de 18 % (Liu, 2008). Portanto, desde 1983, as reservas da China têm atendido o nível de segurança alimentar e, em alguns anos, estiveram em níveis muito altos (por exemplo, os da Tabela 4). Pode-se argumentar que os dados sobre reserva de grãos da China podem ser imprecisos, o que é muito provável (ver discussão mais aprofundada sobre esse ponto na seção 4.6). No entanto, mesmo admitindo alguma imprecisão, os níveis ainda estariam bem acima dos 18 %.

Aliás, em 15 dos últimos 30 anos, a balança comercial de grãos da China foi positiva – as exportações superaram as importações. As importações líquidas ocorreram principalmente no estágio inicial das reformas econômicas. Desde 1992, a China teve importação líquida de grãos apenas durante três anos, num período de 17 anos. A capacidade de exportar grãos é mais uma evidência de que o país tem um bom nível de reservas de grãos e que o abastecimento de grãos tem se mantido em um nível confortável.

Depois que o suprimento de grãos atingiu um nível adequado, o governo passou a dar mais atenção ao aumento do suprimento de outros alimentos, incluindo carnes, ovos, leite, pescados, verduras e frutas. Em 1988, o Ministério da Agricultura lançou uma campanha chamada “Projeto Cesta de Alimentos”. Em 1994, o suprimento de outros alimentos que não grãos aumentou significativamente, em parte como resultado do referido projeto. No mesmo ano, a produção de carnes, ovos, leite, pescados e frutas totalizou, respectivamente, 45; 14,8; 5,3; 21,4; e 21,8 milhões de toneladas. Comparando com a produção de 1980, o aumento foi de, respectivamente, 3,73 vezes; 2,77 vezes (em comparação com 1985); 4,63 vezes; 4,77 vezes; e 5,15 vezes (SSB, 1995). Em 1995, uma nova rodada do Projeto Cesta de Alimentos foi lançada, com mais ênfase em nutrição, variedade, qualidade e conveniência. Em 2008, o aumento na produção desses alimentos foi ainda mais impressionante, alcançando, respectivamente, 73; 27; 35,5; 49; e 192 milhões de toneladas (SSB, 2009). As diretrizes do governo sobre segurança de grãos para o período 2008-2020, conferiram grande destaque aos demais alimentos para além dos grãos (Governo da China, 2008).

Melhora significativa da disponibilidade e acesso a alimentos

A análise da seção três demonstra claramente que, tanto em nível nacional quanto no nível *per capita* houve melhora significativa na disponibilidade e no acesso a alimentos. Uma situação completamente diferente daquela de 30 anos atrás, quando a falta de suprimentos impedia que muitos comprassem quanti-

dades suficientes de alimentos. Hoje, uma grande variedade de alimentos está disponível para compra, sem limites de quantidade. A aceitabilidade cultural dos alimentos também tem sido significativamente melhorada e as pessoas não são mais obrigadas a consumir o que não faz parte de sua dieta tradicional, como ocorria nos primeiros anos das reformas econômicas, quando os moradores do sul eram forçados a consumir produtos de trigo enquanto seu principal alimento é o arroz. Também não há imposição de consumo de proporções estabelecidas pelo governo de diferentes tipos de grãos (por exemplo, 30 % de arroz, 40 % de trigo e 30 % de milho), o que costumava acontecer antes de 1985. Atualmente, os consumidores são livres para consumir o que desejarem.

Embora seja importante examinar a disponibilidade de quantidades, também é muito importante avaliar a adequação nutricional da oferta de alimentos, conforme indica o marco normativo da segurança alimentar. Uma maneira de avaliar essa adequação nutricional é converter a ingestão de todos os alimentos em seus principais componentes nutricionais (por exemplo, energia, proteína e gorduras) e comparar a ingestão diária de nutrientes com a ingestão diária recomendada (IDR). Segundo os dados de consumo disponíveis no FAOSTAT, a ingestão nutricional diária *per capita* em nível nacional tem aumentado nas últimas décadas. No início dos anos 2000, os níveis de ingestão de energia, proteína e gorduras estavam bem acima de seus respectivos índices de IDR definidos pela Associação Chinesa de Nutrição (2000).

Os achados de uma pesquisa de abrangência nacional sobre o estado nutricional e de saúde dos residentes corroboram a afirmação anterior (Wang, 2005). A pesquisa foi iniciada em conjunto pelo Ministério da Saúde, Ministério de Ciência e Tecnologia e pelo Departamento de Nacional de Estatística da China, em 2002, e seus resultados foram publicados em 2005. Alguns achados importantes incluem:

- Entre 1992 e 2002, a ingestão de energéticos em diferentes regiões foi, em geral, estável e adequada.
- A ingestão de proteínas foi razoavelmente adequada em nível nacional, mas considerando apenas a população rural permaneceu baixa e sem melhoras notáveis durante o período entre 1992-2002.
- A ingestão de gorduras parece ter aumentado muito mais rapidamente e, em alguns casos, excedeu a quantidade recomendada, especialmente em áreas urbanas e áreas rurais ricas.
- Há um declínio notável nas doenças resultantes da desnutrição causada pela falta de alimentos energéticos e de ingestão de proteínas.

Assim, parece razoavelmente seguro inferir que atualmente, na China:

- a ingestão de alimentos energéticos pela população chinesa em geral atende aos requisitos em nível nacional;
- a ingestão de proteínas é geralmente adequada, mas, para residentes rurais em algumas regiões, ainda precisa ser melhorada;
- na China rural como na urbana, a ingestão de gorduras atendeu aos requisitos; porém, nas áreas urbanas e nas áreas rurais ricas, a ingestão de gorduras se tornou excessiva; e
- começa a surgir um desequilíbrio na ingestão nutricional.

Portanto, em termos gerais, nas últimas três décadas, houve importante melhoras no acesso da população chinesa ao alimento e à ingestão nutrientes em suas dietas.

Problemas com dietas desequilibradas, desperdício e qualidade e segurança dos alimentos

Um problema emergente é o desequilíbrio na ingestão de nutrientes por alguns grupos de pessoas, especialmente os mais ricos e, em alguns casos, crianças em famílias de filho único. A ingestão excessiva de alimentos, muito além das necessidades corporais, também ocorre com frequência entre pessoas ricas e funcionários públicos (consumo de alimentos calóricos usando dinheiro público). Entre essas pessoas, há uma incidência muito alta de diversos tipos de problemas de saúde relacionados ao consumo desequilibrado e excessivo de alimentos.

A ingestão desequilibrada e excessiva de alimentos não causa apenas problemas de saúde, ela também representa uma forma de desperdício de alimentos que ocorre enquanto muitas pessoas de baixa renda sofrem por déficits nutricionais. Dois outros grandes desperdícios de alimentos incluem: desperdícios de alimentos bons deixados em mesas de restaurantes e perda de alimentos após as colheitas.

Outra questão candente relativa à adequação do suprimento alimentar na China é a ampla disseminação de alimentos de baixa qualidade e inseguros no mercado. Esses alimentos são muito prejudiciais à saúde humana e podem, mesmo, pôr vidas em risco. Alimentos inseguros proliferam no mercado chinês – uma consequência do colapso moral da sociedade e da falta de liberdade de imprensa para expor tais atividades antiéticas e imorais

e levá-las à justiça. O ambiente poluído também contribui para a produção de alimentos inseguros.

O governo chinês tem se esforçado para tratar dessas questões. Passou a dar atenção e incentivar a população a reduzir o desperdício de alimentos e a adotar dietas equilibradas e saudáveis. As refeições equilibradas em nutrientes e o “leite escolar” foram promovidos em algumas escolas. Além disso, houve inúmeras tentativas de reduzir ou evitar o fornecimento de alimentos inseguros ou de qualidade duvidosa no mercado. No entanto, muitas dessas tentativas fracassaram em razão de corrupção por parte de fiscais de controle sanitário, punições irrisórias e falta de liberdade de imprensa para investigar e relatar as origens de tais atividades.

Exploração abusiva de recursos naturais e degradação ambiental

A China, com frequência, tem colocado forte ênfase no aumento da produção de alimentos. Isso tem levado a práticas que resultam no uso insustentável de recursos naturais e em danos ao meio ambiente. A rápida urbanização e industrialização, nas últimas três décadas, também resultaram no desvio de recursos de uso agrícola, trazendo um desafio ainda maior à produção agrícola: produzir mais alimentos com menos recursos. O uso abusivo dos limitados recursos agrícolas pode ter consequências significativas para a sustentabilidade do meio ambiente na produção futura de alimentos. Com a melhora no fornecimento de grãos e outros alimentos, tem havido uma atenção crescente à melhoria da qualidade e ao aumento das variedades de alimentos, ao invés de apenas encorajar a obtenção de uma produção maior de grãos. Por exemplo, em alguns anos, o governo usou políticas de preços para persuadir agricultores a sacrificarem uma produção maior, para produzir arroz e trigo de melhor qualidade. O governo até mesmo se comprometeu a reduzir a produção de grãos, com vistas a recuperar o meio ambiente, incentivando os agricultores a reverterem terras menos adequadas à produção de grãos para o plantio de árvores e pastagens, por exemplo através do “Programa Grão para o Verde” (Tian; Zhou, 2005).

Falta de mecanismos eficazes para garantir a estabilidade social

De acordo com o marco normativo da segurança alimentar, outro princípio norteador para avaliá-la diz respeito à estabilidade social. Para al-

cançar essa estabilidade, é muito importante ajudar os pobres a terem acesso adequado aos alimentos. O sistema unificado de venda de grãos foi usado até 1995-1996 para fornecer grãos a todos os residentes urbanos, incluindo os pobres, fornecidos pelas lojas administradas pelo governo. Como resultado da abundância de grãos disponíveis no mercado, esse sistema de venda unificada tornou-se gradualmente obsoleto e desapareceu. Para cuidar do bem-estar das pessoas em situação de extrema pobreza, foram feitos esforços para estabelecer um sistema de seguridade social por meio de transferência de renda. Até o momento, esse sistema permanece em estágio inicial e está longe de ser eficaz, pois não possui cobertura adequada para beneficiar os pobres nas regiões rurais e concentra-se principalmente na pobreza urbana.

Outro fator que pode minar seriamente a estabilidade social é a grande e crescente desigualdade de renda. Existem grandes disparidades de renda entre as diferentes regiões da China, especialmente entre o Leste, o Centro e o Oeste. A diferença de renda rural-urbana em lugar de diminuir, está se expandindo. O que mais preocupa é a enorme diferença de renda entre ricos e pobres. Há falta de vontade política para diminuir a diferença de renda e ajudar aqueles que mais precisam. Hoje, a disparidade de renda tornou-se uma questão muito delicada e que pode levar à instabilidade social. Pior ainda, devido à falta de um sistema de seguridade social que funcione bem, para ajudar um número relativamente pequeno de pessoas pobres a ter condições de comprar alimentos básicos, o governo geralmente proíbe o aumento de preços dos alimentos. Consequentemente, os baixos preços (geralmente mantidos artificialmente) dificultam aos agricultores obter um rendimento adequado na produção e, em alguns casos, até mesmo cobrir seus custos, desencorajando-os a produzir mais alimentos.

Gerenciamento ineficiente das reservas de grãos

A China precisa dispor de uma reserva de grãos. Infelizmente, a atual gestão dessas reservas tem sido uma prática muito onerosa. O alto custo não reside tanto nas operações normais de formação do estoque de grãos, mas antes do comportamento rentista daqueles que estão no sistema. Há inúmeros relatórios sobre como essas pessoas no sistema manipulam as operações de reserva para obter ganhos pessoais. Exemplos de manipulação para ganhos pessoais incluem:

- venda desses estoques reserva no mercado, para obter benefícios das diferenças de preço entre aquisição e venda dos grãos no mercado;

- mesmo já não dispondo dos estoques reais, esses agentes cobram taxas administrativas do governo; e
- podem usar o espaço de armazenamento para armazenar outras coisas ou alugar o espaço de armazenamento (Moli, 2008; Wang, 2008; Zhang, 2008; anônimo, 2009).

No início de 2008, quando vigorava uma enorme diferença entre o preço mundial de grãos e seu preço na China (muito baixo devido à intervenção do governo), alguns indivíduos chegaram a contrabandear grãos da reserva chinesa para obter lucros enormes (China Business News, 2008). Isso foi possível, principalmente, pela falta de transparência no gerenciamento das reservas de grãos do país, que facilita a manipulação do sistema por alguns indivíduos, e também pela falta de liberdade de imprensa que impede a divulgação e denúncia de tais atos criminosos.

Com base nas análises acima, pode-se concluir que, nas últimas três décadas, a China alcançou sua “segurança de grãos” com notável êxito. O país também melhorou sua “segurança alimentar” entendida de forma mais geral. Embora disponha atualmente de menos terras cultiváveis e outros recursos agrícolas em comparação com 30 anos atrás, e o ambiente de produção agrícola também não seja tão favorável quanto antes, devido à poluição e degradação, o país tem produzido mais alimentos e logrado alimentar seu crescente número de bocas. Diante disso, pode-se afirmar que a causa fundamental da melhora na segurança alimentar da China deve-se às reformas econômicas que o país implementou. Outros acadêmicos também atribuíram o crescimento da produção agrícola da China às reformas econômicas; ver, por exemplo, Fan (1991), Lin (1992) e Huang (1998).

Nossas análises sugerem, ainda, que várias transições vêm ocorrendo no campo da segurança alimentar na China, incluindo:

- de segurança de grãos para segurança alimentar;
- de subsídios em grãos para transferência de renda;
- de quantidade para qualidade/segurança; e
- de comida suficiente para equilíbrio nutricional.

No entanto, com base no marco analítico apresentado na seção dois, não se pode afirmar que a China tenha alcançado plenamente sua segurança alimentar, especialmente em relação à “estabilidade ambiental” e à “estabilidade social”, para as quais ainda há um longo caminho a percorrer. As restrições de recursos e a degradação do meio ambiente representam os desafios mais sérios para o país alcançar sua futura “segurança de grãos” ou “segurança alimentar”.

Segurança alimentar da China a longo prazo: áreas de atenção

Reabilitação ambiental e preservação de recursos para produção de alimentos

No futuro, a capacidade de produção de alimentos da China será significativamente limitada pela disponibilidade de recursos para a produção agrícola e pelo ambiente natural em que esta ocorre. Como observado anteriormente, o ambiente natural do país, de um modo geral, tem sido muito afetado por altos índices de poluição nas últimas três décadas e alguns recursos têm sido continuamente desviados da agricultura para fins de industrialização e urbanização. O futuro verá mais recursos agrícolas (principalmente terra e água) serem usados para fins não agrícolas. Nesse contexto, a preservação da capacidade de produção de alimentos da China (especialmente grãos) é imprescindível, ao passo que há também necessidade de reabilitação do meio ambiente. Isso é importante porque, para fins de segurança alimentar – tanto sua própria como do mundo –, a China deve manter um alto nível de autossuficiência em grãos. Para um país com tão imensa população, não é realista depender de importações para alcançar a segurança alimentar.

Para garantir que o China seja capaz de produzir grande parte dos grãos necessários para consumo interno, é preciso manter e, mesmo, aumentar sua capacidade de produção. Para tanto, o governo deve restringir o desvio de terras aráveis para uso não agrícola permanente. Se for imprescindível beneficiar-se da exportação de produtos agrícolas intensivos em mão de obra, em circunstâncias normais, a terra para a produção de grãos poderia ser usada para produzir culturas intensivas em mão de obra. No entanto, as terras utilizadas para tais fins devem poder ser prontamente revertidas para a produção de grãos, quando necessário. Para aumentar sua capacidade de produção de grãos, a China precisa fortalecer seus investimentos em infraestrutura agrícola e rural, pesquisa e desenvolvimento (P&D) agrícolas, extensão rural e educação de agricultores.

Mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento agrícolas e extensão rural

A limitação – e provável diminuição – dos recursos disponíveis para a produção agrícola será o grande desafio à ampliação do suprimento doméstico de grãos na China. Essa restrição só pode ser vencida, em alguma medida, através de técnicas inovadoras de aumento da produção. No

caso da China, não é demais enfatizar a importância de mais investimentos em P&D e extensão rural. Estudos têm demonstrado retornos promissores dos investimentos com pesquisa, desenvolvimento e extensão rural (ver, por exemplo, Fan et al., 2001; 2002). A China deveria também envidar esforços para transferir agrotecnologia a países menos desenvolvidos, para ajudá-los a aumentar sua produção de grãos, pois o aumento da produção mundial indiretamente ajudaria sua segurança alimentar.

Segurança e qualidade dos alimentos e educação nutricional

A ampla disseminação de alimentos inseguros e de qualidade duvidosa não é novidade para muitos chineses. Não é fácil quantificar os prejuízos do país em termos de perda de dias úteis da força de trabalho e gastos médicos resultantes do consumo desses alimentos. Mais difícil ainda é quantificar o custo de corrigir futuros problemas de saúde causados por esses alimentos. Os dois casos mais notórios e suas consequências, a saber, o leite em pó tóxico produzido pela Sanlu Group (exposto em 2008) e o leite em pó para bebês sem os nutrientes adequados (exposto em 2004), ficarão na memória dos consumidores chineses por um longo tempo.

Logicamente, depois de assegurar o suprimento adequado e estável de alimentos, um país pode direcionar esforços à melhoria da qualidade e teor nutricional dos alimentos que produz. A recente melhora da disponibilidade de alimentos na China oferece grande oportunidade ao país para focar sua atenção nos aspectos de qualidade e nutrição alimentares. Infelizmente, a realidade é que alimentos inseguros e de qualidade duvidosa simplesmente não podem ser impedidos de entrar no mercado. O colapso da moral social, agentes de fiscalização corruptos e, até mesmo, alguns casos de proteção de autoridades dos governos locais, que toleram a produção de tais alimentos para aumentar o PIB local, consentem a disponibilidade ininterrupta desses alimentos.

Somos o que comemos. A comida consumida pela população de uma nação a afeta de várias maneiras. O governo chinês precisa rapidamente direcionar esforços para garantir o fornecimento de alimentos seguros e de qualidade à sua população. Deve, também, dar a devida atenção à promoção da educação nutricional, visando a educar os consumidores para reduzirem o desperdício de alimentos e consumirem uma dieta equilibrada.

Uma quantidade adequada de suprimento de alimentos é o pré-requisito básico da segurança alimentar. A produção doméstica deve ser sempre a principal fonte do abastecimento de alimentos da China. O aumento da produção total de grãos deve ser priorizado. Obviamente, grãos e outros alimentos agroalimentares precisam ser produzidos pelos agricultores e, para incentivá-los a produzir mais alimentos, mais saudáveis e com maior de qualidade, é preciso assegurar que obtenham um nível de renda adequado.

No entanto, a realidade é que, desde 1997, o aumento da renda rural tem sofrido uma notável desaceleração, enquanto a disparidade de renda rural-urbana tem aumentado. Como a produção de grãos ainda é a principal indústria agrícola da China e a principal fonte de renda para muitas famílias rurais, torna-se crucial aumentar e proteger a renda dos produtores de grãos. Ao abordar questões de segurança alimentar, Chen (2009) defende enfaticamente a necessidade de proteger os interesses dos agricultores chineses e seus ganhos com a produção de grãos.

A melhor forma de aumentar a renda dos agricultores é possibilitar-lhes oportunidades justas no mercado. Atualmente, a agricultura familiar de pequena escala predominante na China confere pouco poder de negociação no mercado e, também, no sistema político a um grande número de agricultores. Em geral, eles precisam pagar qualquer preço cobrado pelos insumos de produção e aceitar seja qual for o preço oferecido para seus produtos. Com muita frequência, são penalizados com a redução da margem custo-preço (*cost-price squeeze*). Para facilitar aos agricultores obter oportunidades justas no mercado, é preciso permitir que formem suas próprias organizações, de modo a terem melhor representação nos mercados de insumos e produtos. Formar suas próprias organizações também os ajudaria a ter sua voz ouvida na sociedade em geral, o que pode resultar na incorporação de suas opiniões no processo de formulação de políticas.

Também é importante proteger a renda dos agricultores em caso de circunstâncias extraordinárias. A agricultura é um negócio muito arriscado. Tanto colheitas extraordinárias quanto as malogradas podem prejudicar os agricultores, especialmente os produtores de grãos. Embora haja medidas que protegem os agricultores quando suas colheitas fracassam, são necessárias também medidas de apoio para colheitas excepcionalmente boas, que causam oferta excessiva no mercado. A compra garantida de grãos excedentes pelo governo, a preços mínimos de proteção, é essencial. Esses preços mínimos precisam ser definidos por meio de cálculos criteriosos,

garantindo aos agricultores obter um certo nível de lucro após cobrirem seus custos de produção.

Segurança alimentar dos pobres

Quando do aumento de preços dos alimentos, no passado, o governo sempre recorreu a medidas administrativas para conter o aumento, privando os agricultores da oportunidade de aumentar sua renda. A justificativa do governo para as medidas é a necessidade de garantir o fornecimento de alimentos à população, mantendo assim a estabilidade social. No entanto, a maioria dos consumidores chineses tem condições de arcar com algum aumento de preços e, além disso, a proporção de sua renda destinada a gastos com alimentos caiu significativamente nas últimas três décadas. Em 1978, os coeficientes de Engel para famílias urbanas e rurais eram 57,5 e 67,7, respectivamente. Em 2007, caíram para 36,3 e 43,1, respectivamente (SSB, 2008, p. 317).

Aumentos nos preços dos alimentos provavelmente afetarão a ingestão de alimentos da população mais pobre. Para os segmentos de menor renda nas áreas urbanas e rurais, os coeficientes de Engel, em 2007, foram de 48,5 e 50,4, respectivamente. É com a segurança alimentar desse segmento que o governo precisa estar mais preocupado, e não com toda a população do país. Portanto, é necessário focar. A Índia, outro dos países mais populosos do mundo, fornece alimentos subsidiados e outros produtos essenciais à vida, através de uma rede de lojas com preços justos para os necessitados, permitindo que os preços dos alimentos no mercado oscilem. O país só intervém nos preços de mercado quando ocorrem circunstâncias extraordinárias. Um melhor direcionamento, seja através do fornecimento de alimentos a preços acessíveis ou de transferência de renda, precisa estar em vigor. Quando o acesso dos pobres aos alimentos estiver garantido, o governo chinês não precisará controlar constantemente os aumentos de preços no mercado.

Uso inteligente do mercado mundial de grãos

A população da China continuará aumentando até cerca de 2030, levando ao aumento da demanda por alimentos. Por outro lado, devido à rápida industrialização e urbanização, o potencial de oferta de alimentos agroalimentares da China ficará ainda mais tensionado. A perspectiva de que algumas importações de alimentos do mercado mundial serão inevitáveis é consensual. No entanto, o comércio da China com o resto do mundo não

precisa ser sempre de mão única. Como membro da OMC, espera-se que os mercados de alimentos da China se integrem ainda mais ao mercado mundial – há que permitir ao mercado interno integrar-se mais ao mercado mundial, mas estando preparado para qualquer turbulência neste último. Quando os preços mundiais de grãos estiverem temporariamente mais baixos que os da China, medidas legítimas permitidas pelas regras da OMC podem ser usadas para impedir que um excesso de importações mais baratas chegue à China, para proteger os interesses dos agricultores. Por outro lado, quando os preços mundiais de grãos são mais altos que os da China, as exportações de alimentos, especialmente grãos, podem ser permitidas, se houver excedente disponível, para trazer retornos mais altos para os produtores. Na medida em que houver uma rede de segurança social para proteger os interesses dos pobres, a integração dos mercados doméstico e internacional ajudará os agricultores chineses a aproveitarem todas as oportunidades no mercado mundial.

Tendo em mente que cerca de 70 % dos consumidores residem no meio rural, um dos maiores erros nas reformas econômicas das últimas três décadas na China foi a negligência em relação ao desenvolvimento do mercado rural. Políticas que priorizavam os consumidores urbanos mantiveram o poder de compra da comunidade rural muito baixo, impedindo-a de acessar muitos produtos produzidos no sistema urbano. Uma séria consequência dessa negligência é a excessiva dependência da economia do país nos mercados externos. Diante de crises econômicas globais (como a de 2008-2009), o problema de falta de poder aquisitivo da população rural se agrava, restringindo diretamente o crescimento da economia. O *boom* dos preços no mercado mundial de grãos (julho de 2007 a junho de 2008) foi uma oportunidade de ouro para aumentar a renda rural, que foi perdida.⁵ O governo deve permitir ao mercado agrícola integrar-se ao mercado mundial.

Ser proativo e inovador tirando proveito da colaboração internacional

A China pode considerar a possibilidade de produzir mais grãos investindo em países onde os recursos de produção de grãos são abundantes. Apoios governamentais, semelhantes à Organização de Comércio Exterior

⁵ Em 2008, o governo chinês implementou uma série de medidas para restringir as exportações de grãos, que, de fato, caíram drasticamente. Isso prejudicou significativamente os produtores chineses. A exportação de grãos durante o período 2007 – 2008, quando os preços mundiais estavam altos, poderia onerar, em certa medida, os preços domésticos, mas isso não representaria um grande problema, se uma rede de segurança social adequada estivesse presente para cuidar do bem-estar dos pobres.

do Japão e à Austrade (Comissão Australiana de Comércio), podem ser instituídos para ajudar empresas privadas a iniciar esses investimentos. Os grãos produzidos fora não precisam ser exportados para a China, podendo ser consumidos em qualquer lugar do mundo. O aumento da oferta mundial de grãos mitigará a escassez de alimentos, independentemente de quem o consome. Isso, direta ou indiretamente, beneficiará o suprimento de grãos da China, além de representar uma contribuição do país para a segurança mundial de grãos.

Considerando a importância do arroz como alimento básico para a China e outros países do leste asiático, também seria vantajoso para a China assumir a liderança para o estabelecimento de uma rede regional de segurança do arroz, por exemplo, “Asean China”, ou “Asean 3” (China, Coreia do Sul e Japão), ou mesmo expandindo-a para incluir Índia e Austrália. China, Coreia do Sul e Japão podem assumir responsabilidade pela formação de maiores estoques de reserva. Seria benéfico para a China, também, assumir um papel de liderança na promoção de colaborações globais, defendendo a inclusão de cláusulas especiais que ajudem a garantir a segurança alimentar nos países em desenvolvimento nas negociações comerciais da OMC.

Transparência na gestão das reservas de grãos

Há muito sigilo em torno da gestão de reservas de grãos na China. Ninguém sabe exatamente qual o volume dessa reserva do país. O sigilo dificulta a estabilização do mercado chinês e do mercado mundial de grãos devido a problemas de especulação. O sigilo também possibilita o comportamento rentista, aumentando significativamente o custo de gerenciamento das reservas. O governo chinês deveria divulgar regularmente para o mercado seu nível de reservas de grãos (assim como outras informações relacionadas à gestão da economia alimentar da China), da mesma forma como o faz o governo indiano (Zhou, 1997, p. 73-5).

O estoque de reserva da China tem ficado, frequentemente, em torno de 100 milhões de toneladas e, às vezes, muito mais. A norma de estoque de reserva da Índia, nos últimos anos, é de cerca de 16 a 18 milhões de toneladas, com o estoque real geralmente na faixa de 20 a 60 milhões de toneladas. Note-se que a população nos dois países é muito próxima. Curiosamente, embora a reserva de emergência da China esteja em torno de 100 milhões de toneladas ou mais, os chineses estão frequentemente preocupados com a segurança dos grãos. Em comparação, a norma de reserva da Índia é bastante baixa e, quando sua reserva de emergência superou a norma entre 20 e 40

milhões de toneladas, como ocorreu em 2001 e 2003, houve protestos consideráveis sobre o estoque excessivo.

Duas razões podem explicar por que, com um nível tão alto de reserva de emergência, os chineses ainda estão tão preocupados com a segurança de grãos do país. Uma refere-se à ação de indivíduos oportunistas para tirar vantagem das preocupações do público e do governo sobre a segurança dos grãos, coagindo o governo a aumentar as reservas, para que tenham mais espaço para manipulá-las para ganhos pessoais, conforme observado anteriormente na seção 4.6. Outra é que, no fim das contas, provavelmente ninguém sabe ao certo a quantidade de grãos existente em reserva. Ter “mais” na reserva, reduziria a probabilidade de os armazéns de grãos terem um volume menor do que o esperado (devido à manipulação por indivíduos gananciosos que gerenciam as reservas); portanto, seria mais seguro.⁶

A China deveria aprender com a gestão de reservas da Índia, trazendo transparência ao seu gerenciamento de estoques de reserva. Isso desencorajaria o rentismo e a especulação e, ao mesmo tempo, ajudaria produtores e comerciantes da China e do resto do mundo a ajustar suas atividades de produção e comercialização em resposta às mudanças nos estoques de reserva chineses.

Considerações finais

Utilizando um marco normativo da segurança alimentar, este capítulo examinou e avaliou as práticas de segurança alimentar da China, entre 1978 e 2008. Apontou, também, áreas que estão a exigir atenção para melhorar ainda mais a segurança alimentar do país a longo prazo. O texto mostra que o suprimento de alimentos na China é abundante, atualmente, e que os consumidores podem comprar qualquer alimento que desejarem. Isso contrasta de modo marcante com a situação de 30 anos atrás, quando os chineses muitas vezes não podiam comprar o que queriam e na quantidade que desejavam, mesmo que pudessem pagar. Pela primeira vez na história recente, a maioria da população chinesa tem alimento suficiente para comer.

⁶ Como já observado neste capítulo, tem havido relatos de que alguns armazéns de grãos não dispõem efetivamente de grandes quantidades armazenadas e, em alguns casos extremos, estão vazios (Wang, 2008; Zhang, 2008). Na verdade, esse é o verdadeiro risco para a segurança alimentar da China, já que indivíduos gananciosos podem esgotar o armazém, enquanto o país acredita dispor de grandes reservas. Se os grãos forem necessários para emergências reais, de onde a China obteria os grãos?

No que diz respeito à segurança dos grãos, a China se saiu bem nas últimas três décadas. Por outro lado, embora a disponibilidade de alimentos e o acesso da população à comida tenham melhorado significativamente, não se pode concluir a partir disso que o país tenha alcançado sua segurança alimentar, em conformidade com o marco normativo da segurança alimentar. A razão é que persistem sérios problemas relativos à segurança e qualidade dos alimentos, sustentabilidade ambiental e estabilidade social – aspectos também relevantes da segurança alimentar de um país. Além disso, a melhoria da disponibilidade geral de alimentos em nível nacional de forma alguma significa que todos possam pagar por uma quantidade adequada de alimentos. O acesso a alimentos por parte de consumidores de baixa renda, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, ainda precisa ser abordado. É nessa área que um sistema de seguridade social tem um papel importante a desempenhar. Cuidar do acesso dos pobres ao alimento exige outra transição no âmbito da segurança alimentar da China, ou seja, o foco da segurança alimentar precisa ser deslocado do nível nacional para o nível dos domicílios (para além das quatro transições que já ocorreram). As experiências da China mostram que, para melhorar a segurança alimentar de um país, reformas nas instituições econômicas são muito importantes. No entanto, as reformas econômicas por si só não parecem capazes de proporcionar a segurança alimentar de um país a longo prazo, embora possam ajudar a aumentar a oferta de produtos agroalimentares a curto prazo. Melhorias em outros aspectos importantes da segurança alimentar (ou seja, segurança e qualidade dos alimentos, sustentabilidade ambiental e estabilidade social) podem exigir reformas institucionais sociais e políticas. Para alcançar a segurança alimentar a longo prazo, a China precisa enfrentar a ampla disseminação de alimentos inseguros e de qualidade duvidosa, a poluição e degradação ambiental e as crescentes disparidades de renda. Resolver esses problemas será desafiador, mas não impossível. Para tanto, são necessárias novas mudanças institucionais econômicas, políticas e sociais.

Tais reformas institucionais são importantes para assegurar maior estabilidade econômica, política e social na China, o que, por sua vez, ajudará a alcançar segurança alimentar a longo prazo no país, pois, quando um país está livre de riscos (econômico, político ou social), em geral, o suprimento de alimentos não será um problema. Isso foi claramente apontado pelo professor Seiichi Tobata, fundador da economia agrícola no Japão. Ele defende que o suprimento de alimentos não será um problema, se um país não tiver problemas. Caso contrário, os alimentos ficarão escassos. A fome na China, no início dos anos 1960, corrobora a visão do professor Tobata.

O suprimento de alimentos da China fora continuamente aprimorado entre os anos 1950 e 1958, quando ocorreu a campanha do Grande Salto Adiante. Mesmo em 1959, a colheita foi muito boa, mas a campanha política impediu que muitos alimentos fossem colhidos. Consequentemente, o “Grande Salto Adiante” levou à “Grande Fome”, que durou três anos, de 1960 a 1962, e na qual pelo menos 30 milhões de pessoas morreram de fome, constituindo a maior catástrofe humana na história recente (Kane, 1988; Becker, 1996; Yang, 2008). Alguns fatores institucionais que tornaram possível a fome ainda existem e devem servir como um severo aviso para que essa tragédia não volte a ocorrer (Becker, 1996). A China deve passar por reformas institucionais econômicas, políticas e sociais para evitar que o país seja colocado sob risco de não manter sua segurança alimentar a longo prazo.

Para encerrar, cito as palavras do professor Seiichi Tobata (reproduzidas em um discurso do professor Yujiro Hayami, na Conferência Internacional de 1998 sobre questões de segurança alimentar do leste asiático, realizada em Taipei, Taiwan), que devem servir como um aviso para quaisquer governos que desejem alcançar a segurança alimentar para as pessoas de seu país:

um país está em perigo, não porque os alimentos ficam escassos. Ao contrário, é quando o país está em perigo que os alimentos ficam escassos. (Seiichi Tobata, 1956).

Referências

- BECKER, J. *Hungry Ghosts: China's Secret Famine*, John Murray, London, 1996.
- CARTER, C. and ZHONG, F. N. *China's Grain Production and Trade: An Economic Study*. Boulder, CO: Westview Press, 1988
- CHEN, X. W. Review of China's agricultural and rural development: policy changes and current issues. *China Agricultural Economic Review*, n. 1, p. 121-135, 2009.
- CHINA ASSOCIATION OF NUTRITION. *Chinese DRIs*. Beijing: China Light Industries Press, 2000.
- CHINA BUSINESS NEWS. *Exposing China's largest case of grain smuggling*. 2008. Disponível em: <http://hi.baidu.com/56cun/blog/item/2f448c171d5eba084b90a7fb.html>. Acesso em 3 mar. 2009.
- CHINACOM. *Zhu Rongji: 250 million tonnes of grain reserves in China*. 2002. Disponível em: www.chinaccm.com/02/0202/020201/news/20020318/134530.asp. Acesso em 10 jul. 2009.

- FAN, S. Effects of technological change and institutional reform on production growth in Chinese agriculture. *American Journal of Agricultural Economics*, n. 73, p. 266-275, 1991.
- FAN, S.; ZHANG, L.; Zhang, X. "Growth, inequality, and poverty in rural China: the role of public investments. *IFPRI Research Report*, n. 125. Washington, DC: IFPRI, 2002.
- FAN, S.; ZHANG, L.; ZHANG, X.; MA, X. *Regional priorities of public investment in rural China: a county-level analysis*, Report prepared for the Project Priorities of Public Investments in Chinese Agriculture. Washington, DC: IFPRI, 2001.
- FAO. Food security. *Policy Brief*, n. 2, 2006.
- FAOSTAT (n.d.), *Statistical database maintained by the Food and Agriculture Organisation*. Disponível em: <http://faostat.fao.org/default.aspx>. Acesso em: 1 dez. 2009.
- FENG, L. T. *Food Policies of all Chinese Dynasties*. Taipei: Jing Xue Book Publisher, 1970.
- GOVERNMENT OF CHINA. *Outlines of medium- and long-term national grain security plan (2008-2020)*, 13 Nov., 2008. Disponível em: www.gov.cn. Acesso em: 15 dez. 2008.
- HUANG, Y. P. *Agricultural Reform in China: Getting Institutions Right*. New York, NY: Cambridge University Press, 1998.
- KANE, P. *Famine in China, 1959-61: Demographic and Social Implications*. New York, NY: St Martin's Press, 1988.
- LANG, J. X. *History of China's Food Policy*. Shanghai: Commercial Press, 1934.
- LIN, J. Y. Rural reforms and agricultural growth in China. *American Economic Review*, n. 82, p. 34-51, 1992.
- LIU, G. W. *How advanced economies manage their reserve grains*. 2008. Disponível em: <http://news.sina.com.cn/c/2008-03-21/171815198434.shtml>. Acesso em 10 jul. 2009.
- MOLI, Z. T. *Empty grain warehouse: reserve grains were stolen from the largest grain warehouse in China's northeast*", 4 Maio, 2008. Disponível em: <http://cache.tianya.cn/publicforum/content/free/1/1214420.shtml>. Acesso em 1 jun. 2009.
- OSHAUG, A., EIDE, W. B.; EIDE, A. Human rights: a normative basis for food & nutrition-relevant policies. *Food Policy*, n. 19, p. 491-516, 1994.
- SICHUAN AGRICULTURAL INFORMATION NETWORKS. *China's grain security: no worries in the near future, but need to be concerned for the longer term*, 2009. Disponível em: www.scagri.gov.cn/ztlz/lmaq/200906/t20090603_7675.html. Acesso em 10 jul. 2009.
- SPITZ, P. The right to food in historical perspective. *Food Policy*, n. 10, p. 306-316, 1985.
- SSB. *China Statistical Yearbook*. Beijing: China Statistical Press, State Statistical Bureau, 1995.
- SSB. *China Statistical Yearbook*. Beijing: China Statistical Press, State Statistical Bureau, 2008.

- SSB. *China Statistical Yearbook*. Beijing: China Statistical Press, State Statistical Bureau, 2009.
- TANG, P. Trends in farmers' grain stocks. *Chinese Peasantry*, n. 2, p. 20, 1995.
- THE REAL STORY at China's grain reserve warehouse as told by a warehouse worker: too greedy! *Koudai.360*, 2009. Disponível em: http://koudai.360.cn/u/18116401/article_153184202.html?s.y#. Acesso em 23 jun. 2009.
- TIAN, W. M.; ZHOU, Z. Y. Developments in China's grain policies. In: ZHOU, Z. Y.; TIAN, W. M. (org.). *Grains in China: Foodgrain, Feedgrain and World Trade*. Aldershot: Ashgate, p. 11-23, 2005.
- USDA. *International Agriculture and Trade Report, China: Situation and Outlook Series* (formerly called "Agriculture and Trade Report, China: Situation and Outlook Series", before 1993), USDA. Washington, DC, Economic Research Service, 1993.
- WANG, L. D. (org.). *Findings of Surveys of Residents' Nutrition and Health Status in China*. Beijing: People's Health Press, 2005.
- WANG, X. D. How many grain reserves do we have? A report from a disguised inspection of local grain warehouses. *21st Century Economic News*, 2008. Disponível em: <http://futures.hexun.com/2008-04-05/105015735.html>. Acesso em 15 maio 2009.
- WHO; FAO. Food & Nutrition terminology. *Terminology Bulletin*, n. 28, Rome. Geneva/Rome: World Health Organisation and Food and Agriculture Organisation, 1974.
- WORLD FOOD SUMMIT. *Rome Declaration on World Food Security*. Rome, Nov. 1996, p. 13-17.
- XU, Z. L. (org.). *Food Economy History of Contemporary China*. Beijing: Chinese Commerce Press, 1996.
- YANG, J. S. *Tombstone: The Chinese Famine in the Sixties Documentary*. Hong Kong: Cosmos Books, 2008.
- YINSHA. *Nie Zhenbang: China's level of grain reserves is higher than that stipulated by FAO*, 2005, Disponível em: <http://finance.yinsha.com/file/200503/2005030622194810.htm>. Acesso em 10 jul. 2009.
- ZHANG, T. W. Empty grain warehouse: an important warning signal that deserves serious attention". *Beijing Youth Newspaper*, 12 May, 2008. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/comments/2008-05/12/content_8148770.htm. Acesso em 1 jun. 2009.
- ZHAO, F. S.; QI, X. Q. (org.). *Grain in Contemporary China*. Beijing: Chinese Social Sciences Press, 1988.
- ZHOU, Z. Y. *Effects of Grain Marketing Systems on Grain Production: A Comparative Study of China and India*, New York, NY: The Haworth Press, 1997.
- ZHU, R. J. Press conference speech. *People's Daily*, 20 Mar., 1998.

Parte III

O desenvolvimento rural na China

Capítulo 8

Transferência de terras e a busca pela modernização agrícola na China

Ye Jingzhong

No início dos anos 1990, os temas agricultura, campo e campesinato foram trazidos à pauta na forma do termo chinês combinado *sannong*¹ (Wen, 1996). Desde o início dos anos 2000, esse conceito tem sido a grande prioridade das agendas do governo central chinês e do Partido Comunista (Hu, 2002; Jiang, 2002; Xu, 2007; Ye et al., 2009). O foco da política rural da China tem se voltado à busca de soluções para os problemas relacionados à *sannong*: a necessidade de desenvolver a agricultura; de, ao mesmo tempo, melhorar as condições de vida dos camponeses; e de fortalecer e qualificar o meio rural (van der Ploeg; Ye, 2010). As principais políticas propostas (e debatidas por acadêmicos) têm sido a

¹ Os três aspectos – agricultura (*nongye*), campo (*nongcun*) e campesinato (*nongmin*) –, em conjunto, são chamados, em chinês, *sannong*, combinação de *san* que significa “três” e *nong* que significa “agro”, elemento que compõe os três termos.

transferência de terras (*tudi liuzhuan*) e a modernização agrícola – ambas diretamente relacionadas à primeira questão – a agricultura (Zhang; Donaldson, 2008; Chen, 2013; Han, 2014). A migração rural-urbana e o esvaziamento das comunidades rurais estão relacionados à segunda questão – o campo (Zhou, 2008; Wu; Ye, 2014), enquanto o afrouxamento do sistema de registro de unidades familiares (*hukou*), com trabalhadores camponeses vivendo nas cidades e uma população abandonada nas comunidades rurais, relaciona-se à terceira questão – o campesinato (Du, 2004; Ye, 2011; Ye; Pan, 2011). No entanto, todas essas questões e políticas estão interrelacionadas e entrelaçadas, com os temas das terras agrícolas e da agricultura sempre em destaque e no centro dos debates (Chen, 2002; Deininger et al., 2013).

Nos últimos anos, a transferência de terras e a agricultura moderna tornaram-se aspectos evidentes e inelutáveis da China rural (Dang, 2014). A transferência de terras tem sido vista como pré-requisito para o desenvolvimento de uma agricultura moderna, ou ampliada. Como a agricultura moderna, de um modo geral, requer uma certa escala, considera-se imperativo que os pequenos lotes de terra contratados por camponeses sejam transferidos para fazendas “modernas” (Yuan; Lin, 2013). Uma extraordinária e crescente extensão de terra tem sido transferida de diversas formas nos últimos anos, muitas vezes coincidindo com a progressiva penetração de capital externo na agricultura e no campo (Ministry of Agriculture, 2014), e sinalizando um “aumento do capitalismo agrário” (Zhang; Donaldson, 2010). No entanto, as atuais transferências de terra e a resultante agricultura moderna ampliada, não apenas vão de encontro a uma longa história de práticas agrícolas camponesas (Jiang; An, 2003; Pan, 2012), como também afetam gravemente os meios de subsistência de milhões de famílias camponesas, trazendo implicações para as políticas nacionais e estratégias de desenvolvimento.

O atual cenário de transferência de terras e da agricultura moderna não surgiu de forma repentina, mas foi resultado da evolução de muitos fatores interligados: especificidades físicas, sociais, políticas e institucionais. Assim, para compreender a configuração atual do campo e da agricultura, é necessário analisá-la sob uma perspectiva mais ampla e histórica, particularmente as mudanças institucionais e políticas da produção agrícola e dos acordos de posse de terra. Embora os casos de transferência de terras e de agricultura moderna não sejam inteiramente representativos da estrutura rural e da agricultura chinesas na atualidade, eles refletem certas tendências de mudança institucional e uma trajetória específica de desenvolvimento rural e

da agricultura no país. Este capítulo começa destacando o contexto histórico que envolve a transição do meio rural e da agricultura, desde 1949. Segue com uma avaliação dos desafios colocados pelo Sistema de Responsabilidade Familiar (SRF), após 1978. Por fim, traz um panorama das transferências de terras que têm ocorrido nos últimos anos e examina a motivação do Estado para a modernização agrícola.

Mudanças históricas nas instituições fundiárias e na produção agrícola

Padrões e instituições específicas sobre a posse da terra têm implicações diretas na produção agrícola. Mudanças importantes na política fundiária estão intimamente ligadas às principais mudanças institucionais relativas à produção agrícola (Yuan; Lin, 2013) e têm correspondência direta com as narrativas oficiais em diferentes momentos. Isso ocorre porque modos específicos de produção agrícola são, geralmente, resultado de sistemas específicos de posse de terra e de arranjos institucionais. Mais do que a maioria dos outros países, a China tem passado por mudanças institucionais drásticas nesses dois domínios. Apresento aqui uma revisão sintetizada da evolução das instituições e políticas relacionadas à terra e à produção agrícola, desde 1949, focando especialmente as terras agrícolas.

Desde 1949, as principais instituições agrárias na China podem ser categorizadas segundo três estágios ou períodos: reforma agrária (1949-1953), coletivização (1953-1978) e descoletivização (1978 até o presente). Kerkvliet e Selden (1998) descrevem esses três estágios como indutores de duas transformações. A primeira começou com reformas redistributivas de terra (1949-1953) e continuou com a coletivização (1953-1978). Isso foi seguido pela segunda transformação, iniciada no final da década de 1970, quando as famílias rurais receberam os direitos contratuais de cultivar pequenos lotes de terra.

A cronologia dos diferentes modos de produção agrícola coincide totalmente com as mudanças nas instituições fundiárias. Depois de 1949, imediatamente após a reforma agrária, um sistema de pequenas unidades agrícolas foi testado. Isso foi rapidamente seguido de várias formas de coletivização agrícola. Desde 1978, o Sistema de Responsabilidade da Família (SRF) vem substituindo gradualmente o sistema comunitário.

Reforma agrária e agricultura camponesa de base familiar (1949–53)

Antes de 1949, a China possuía propriedade privada, com grandes disparidades no padrão de vida das pessoas e no acesso a recursos, especialmente nas áreas rurais (Zhang, 2003b). Como um país principalmente agrário, com 90 % da população vivendo no campo, os camponeses tinham fortes queixas sobre a posse da terra. Enquanto os senhorios e camponeses ricos, que representavam apenas 10 % da população, possuíam entre 70 e 80 % das terras rurais, os camponeses pobres, arrendatários e trabalhadores rurais, que constituíam 90 % da população, possuíam apenas entre 20 e 30 % das terras rurais (Ma, 1999; Wu, 2009a). Logo após a chegada dos comunistas ao poder, em 1949, uma reforma agrária radical foi realizada, que concedia propriedades a agricultores arrendatários pobres (Wu, 2009a). Como resultado, 300 milhões de camponeses receberam 700 milhões de mu^2 de terra (cerca de 45 % da terra arável total) anteriormente pertencentes a, talvez, 10 a 12 milhões de pessoas (Gurley, 1975; Kong, 1993; Qian, 2000).

A Nova China, governada pelo Partido Comunista, alcançou seu objetivo de “terra para o agricultor” (*gengzhe youqitian*). Essa reforma agrária eliminou o sistema de grandes proprietários no interior do país, igualou a propriedade de terras nas aldeias, rompeu o domínio da aristocracia rural e transferiu o poder, pela primeira vez, a camponeses e arrendatários pobres. Os senhorios, enquanto classe, foram varridos pelas lutas camponesas, a terra foi confiscada e alguns foram executados (Gurley, 1975; Kerkvliet; Selden, 1998). Essa reforma agrária ajudou a consolidar a posição do Partido Comunista, tanto no nível das aldeias quanto no nacional (Kerkvliet; Selden, 1998) e foi mais uma preparação para novas medidas socialistas do que simplesmente uma concessão de terras aos camponeses pobres (Hinton, 1966; Gurley, 1975; Kong, 1993). Vale notar que, embora a reforma agrária tenha redistribuído a terra e o poder, ela não mudou o princípio da propriedade privada da terra, simplesmente transferiu a propriedade privada da terra da elite proprietária rural para os camponeses (Stavis, 1974; Qian, 2000).

Como resultado, a produção agrícola passou das grandes fazendas de senhorios, cultivadas por arrendatários e trabalhadores contratados, para pequenas propriedades da agricultura camponesa familiar. O campesinato passou a ter controle direto sobre seus próprios meios de produção agrícola, o que despertou o entusiasmo dos camponeses, acelerou a produção e resul-

² Um mu é 1/15 de um hectare. Um yuan é aproximadamente equivalente a US\$ 0,164.

tou em um aumento notável na produtividade de grãos e no desenvolvimento da economia rural (Chen, 2002; Wu, 2009a). A reforma agrária também elevou o nível de consumo da maioria dos camponeses e aumentou a reserva financeira rural disponível para investimentos. No entanto, grande parte do aumento da reserva financeira rural foi capturada pelo Estado, para fins de investimentos, através de impostos, lucros das empresas estatais e preços diferenciados. Em suma, o sucesso da reforma agrária desenvolveu a produção agrícola, que era uma pré-condição para a subsequente coletivização agrícola e industrialização do país (Gurley, 1975; Ma, 1999).

Coletivização agrícola (1953–78)

A partir de 1953, a China rural passou por um processo de coletivização, ou transformação socialista, de pequenas propriedades privadas para comunas de grande escala. Isso ocorreu em quatro etapas, com sobreposições entre elas.

Etapa um: Equipes de Ajuda Mútua (1953). No decorrer da reforma agrária, a terra foi distribuída em base *per capita*, o que acarretou muitas dificuldades e ineficiências na agricultura e no gerenciamento (Stavis, 1974; Qian, 2000). A liderança do Partido Comunista defendeu e incentivou a formação de Equipes de Ajuda Mútua (EAM) (*huzhu zu*), cuja função era reunir os recursos das propriedades privadas, tais como ferramentas, animais de tração e força de trabalho, a fim de compensar a escassez de mão de obra e de outros insumos em épocas de pico na demanda de trabalho. Como isso era feito de forma voluntária, a terra ainda era de propriedade e administração privadas dos camponeses (Stavis, 1974; Ma, 1999; Qian, 2000). A agricultura familiar de pequenos produtores ainda era praticada no período de EAM. No entanto, o estabelecimento das EAMs foi considerado uma fase de transição de uma economia privada para uma economia coletiva, com o objetivo de reunir recursos entre os camponeses, para acelerar a produção agrícola (Wu, 2009a).

Segunda etapa: cooperativas de produtores agrícolas de nível básico (1953 a 1956). Como a propriedade privada de terras pode ter permitido o ressurgimento dos padrões tradicionais de distribuição de riqueza e poder, e em função de algumas dificuldades na organização de projetos de desenvolvimento em larga escala, a liderança do Partido Comunista recomendou posteriormente a formação de Cooperativas de Produtores Agrícolas de Nível Básico. (CPAs básicos) (*chujia ela*). Os camponeses ainda possuíam a terra e outros bens de

capital de maneira privada, as unidades familiares reuniam seus ativos, como terras e ferramentas, e administravam as terras coletivamente (Stavis, 1974; Gurley, 1975). Isso significou o início da autêntica agricultura coletiva e uma mudança na vida cotidiana dos camponeses. A colheita era compartilhada de acordo com uma fórmula complexa, mediante a qual os camponeses recebiam uma parte proporcional à terra e a outros recursos com que haviam contribuído para a cooperativa, e outra parte com base no trabalho que haviam realizado para a cooperativa naquele ano (Stavis, 1974; Gurley, 1975).

Etapa três: cooperativas de produtores agrícolas de nível superior (1956–8). Possivelmente a fim de mobilizar mais trabalho para grandes projetos de desenvolvimento e ter mais capacidade financeira para investir, alguns líderes comunistas propuseram que as CPAs básicas fossem imediatamente consolidadas em fazendas coletivas maiores e mais socializadas, as Cooperativas Superiores de Produtores Agrícolas. (CPAs superiores) (*gaoji she*). Nas CPAs superiores, as terras anteriormente pertencentes aos camponeses, suas ferramentas e outros meios de produção foram todas transferidas para o coletivo. Os camponeses já não tinham direito privado sobre suas antigas propriedades de terra e outros bens de capital, agora de propriedade do coletivo, que administrava centralmente a produção agrícola e distribuía as produções e as receitas. Os camponeses eram pagos inteiramente de acordo com sua contribuição de trabalho na agricultura coletiva, e a parcela baseada na contribuição da propriedade foi eliminada. As CPAs superiores foram, portanto, capazes de reter grandes porcentagens de renda para fins coletivos (Stavis, 1974; Gurley, 1975; Ma, 1999).

Etapa quatro: Comunas Populares (1958-1978). Após a formação das CPAs superiores, houve uma maior ampliação da escala da organização rural em Comunas Populares (*renmin gongshe*), visando a possibilitar uma melhor coordenação dos projetos de construção rural e proporcionar uma base econômica ainda maior para o financiamento do desenvolvimento rural (Stavis, 1974). Assim, o avanço final da agricultura socialista foi caracterizado pelo estabelecimento das comunas, em 1958. Ao final daquele ano, a China rural estava quase totalmente “comunizada” (Ma, 1999; Wu, 2009a). As antigas CPAs superiores tornaram-se brigadas de produção dentro das comunas, e as antigas CPAs básicas tornaram-se equipes de produção. As comunas também se tornaram unidades básicas do governo; administrando fábricas, escolas e bancos e controlando sua própria mídia (Gurley, 1975).

No início da década de 1960, “O Grande Salto Adiante” estabeleceu metas irrealistas de produção agrícola que, combinadas com desastres na-

turais, provocaram uma fome devastadora e a perda de muitas vidas (Ma, 1999; Wu, 2009a). Depois disso, foi estabelecido um sistema de três níveis de comuna, brigada e equipe, com a equipe de produção sendo a unidade básica para a produção e gerenciamento cotidianos, e a propriedade sendo compartilhada entre os três níveis de comuna, brigada e equipe de produção (*sanji suoyou duiwei jichu*) (Stavis, 1974; Ma, 1999; Wu, 2009a). Esse sistema serviu de base para os coletivos rurais da China pelas próximas duas décadas (Kerkvliet; Selden, 1998).

Diversos autores enalteceram as conquistas e o desempenho da coletivização agrícola chinesa, acreditando que a economia de comando planejada centralmente desempenhava um papel importante no aumento da produção de alimentos nesse período (Stavis, 1974; Kerkvliet; Selden, 1998; Li; Wang, 2011). No entanto, também foi amplamente reconhecido que o programa estatal de baixo consumo e de extração de superávits agrícolas resultou em uma estagnação na renda rural ao longo das duas décadas da era coletiva (Kerkvliet; Selden, 1998). A coletivização gradualmente reduziu o entusiasmo dos camponeses pela produção agrícola, pois, empenhando ou não trabalho árduo, eles recebiam praticamente o mesmo, e recebiam pontos com base em tarefas difíceis de monitorar (Huang et al., 2008; Li; Wang, 2011). O escasso crescimento agrícola obtido foi devido, principalmente, ao aumento de insumos e aos enormes investimentos feitos pelos fundos do governo central e local – a rigidez do sistema inibia a inovação institucional e a organização da produção, e o sistema de preços e as instituições de comercialização não proporcionavam incentivos (Wen, 1993).

Do lado positivo, muita infraestrutura rural de grande escala, especialmente irrigação e melhoria do solo, foi desenvolvida durante o período de coletivização e continua a beneficiar a produção agrícola até hoje. Além disso, novas tecnologias agrícolas, como mudas e produtos químicos, foram introduzidas a partir do final da década de 1970, tornando-se amplamente disponíveis nas décadas seguintes. As bases industriais e de infraestrutura também foram, de certo modo, estabelecidas, alicerçando o desenvolvimento do país no próximo período (Stavis, 1974; Gurley, 1975; Kerkvliet; Selden, 1998; Ma, 1999). Esse sistema coletivo logrou acumular capital a partir da agricultura, o que foi decisivo para a estratégia nacional de industrialização (Ma, 1999). Estima-se que, entre 1953 e 1978, o Estado tenha extraído entre 600 a 900 bilhões de yuans da agricultura e do campo, através do mecanismo de “efeito tesoura”, que foi a principal fonte de acumulação primitiva de capital para o desenvolvimento industrial (Wang; Zhang, 1993; Zhang, 1993; Wen, 2000).

A década da Revolução Cultural (1966-1976) tornou pior a subsistência dos camponeses. A constante instabilidade no meio rural e o protesto contra a coletivização vieram à tona no final da década de 1970, quando os camponeses fizeram pressão para expandir o papel da unidade familiar e do mercado, abrindo caminho para a mudança (Gurley, 1975; Zhang et al., 2006).

Descoletivização e o Sistema de Responsabilidade das Famílias (1978–Presente)

O sistema coletivo foi desmontado em 1978, e isso se tornou um marco das reformas rurais da China e de sua abertura (Ma, 1999; Liu; Cheng, 2007). O Contrato de Produção Familiar (*baochan daohu*) ou Sistema de Responsabilidade Familiar (*fentian daohu*) foi estabelecido, uma inovação que possibilitou às famílias camponesas contratarem terras e administrarem a produção agrícola por conta própria, embora as terras agrícolas permanecessem sob propriedade do coletivo rural. O sistema permitiu que os camponeses usassem a terra sob contratos de longo prazo e mantivessem seus produtos após pagar os impostos. Assim, a agricultura retornou a um sistema de cultivo individual, que reacendeu o entusiasmo dos camponeses pela produção. A reforma mudou a economia chinesa de um sistema planejado para um sistema orientado para o mercado e para uma economia mais aberta (Zhang, 2003b), e a agricultura passou de um sistema coletivo para um sistema familiar (Brandt et al., 2002). As famílias rurais emergiram como o principal *locus* da produção agrícola e de muitas outras atividades econômicas, e puderam exercer a livre tomada de decisão a respeito do que cultivar em suas terras (Kerkvliet; Selden, 1998).

O SRF foi uma resposta à necessidade urgente de introduzir um mecanismo de incentivo para restaurar e expandir a produção agrícola, com o objetivo de reconstruir e diversificar a economia na China rural (Brandt et al., 2002; Wu, 2009a). O sistema, na verdade, foi uma criação dos camponeses nativos da aldeia de Xiaogang (localizada no distrito de Fengyang, província de Anhui) em 1978, que, mais tarde, foi endossado pelas autoridades centrais. Ele foi aprovado e apoiado por Deng Xiaoping e, posteriormente, obteve ampla aprovação e foi difundido em âmbito nacional. Os primeiros dispositivos de política foram as *Decisões sobre Aceleração do Desenvolvimento Agrícola*, promulgadas pelo Comitê Central do Partido Comunista da China (CCCPC), em dezembro de 1979. A primeira apresentação oficial e esclarecimento sobre

o SRF foram feitos por meio de um documento do CCCPC, intitulado *Vários tópicos para o fortalecimento e aprimoramento do Sistema de Responsabilidade da Produção Agrícola*, em setembro de 1980. O *Documento de Política n. 1*,³ de 1983, afirmava que o SRF é “uma grande criação dos camponeses chineses” e estipulava que ele seria a base do sistema agrícola da China.

A redistribuição de terras no âmbito do SRF teve início em 1978 e foi concluída em 1984; em razão disso, o ano de início da vigência dos contratos pode diferir em vários anos entre províncias (Giles; Mu, 2014). Os contratos foram inicialmente de 15 anos, na Primeira Fase. Durante esse período, embora o governo central tenha exigido que fossem concedidos às famílias 15 anos de posse das terras contratadas, na prática, realocações de terras eram feitas frequentemente pelas autoridades coletivas, para restaurar a distribuição equitativa das terras, mesmo às custas da garantia de posse (Brandt et al., 2002; Zhang et al., 2004). Com a aproximação do ano de 1993 e do vencimento dos contratos de terra da Primeira Fase, o Estado proclamou que os contratos individuais de terra com os camponeses seriam prorrogados e permaneceriam inalterados por muito tempo. O *Documento de Política n. 1* de 1993, do CCCPC e do Conselho de Estado, *Medidas Políticas para a Agricultura e o Desenvolvimento Econômico Rural*, e a Terceira Sessão Plenária do 15º Congresso, do CPC, de outubro de 1998, declararam oficialmente que os contratos de terras da Segunda Fase seriam prorrogados para 30 anos. A *Lei da República Popular da China sobre Contrato de Terras em Áreas Rurais*, emitida em 2002, estipula que o prazo do contrato para terras aráveis é de 30 anos, o prazo do contrato para pastagens varia entre 30 e 50 anos e o prazo do contrato para áreas florestais varia entre 30 e 70 anos. A nova política para essa segunda fase de contratos propõe o congelamento de ajustes de terra durante o novo período do contrato, independentemente do crescimento populacional – uma medida que visa estabilizar a posse e, assim, incentivar investimentos agrícolas. No entanto, pequenas realocações e ajustes geralmente ocorrem nas aldeias e, em uma pesquisa, 62 % dos camponeses disseram preferir a situação existente: uma que reatribui periodicamente terras entre famílias de agricultores em resposta a mudanças na composição de suas famílias (Kung; Liu, 1997; Yang et al., 2001).

³ O Documento de Política n. 1 refere-se ao primeiro documento de política promulgado pelo Comitê Central do Partido Comunista da China e pelo Conselho de Estado a cada ano. Desde 1982, grandes reformas e políticas agrárias sempre têm sido introduzidas e elaboradas nesses documentos, denotando a importância que o Partido Comunista e o governo central atribuem às questões agrárias. De 1982 a 1986, cinco Documentos de Política n. 1 consecutivos mapearam reformas rurais; de 2004 a 2015, 12 documentos de política n. 1 consecutivos enfatizaram a importância das questões agrárias.

Sob o SRF, cada família que assume a responsabilidade por uma terra também herda uma carga tributária: uma parte da cota de vendas de grãos da antiga equipe para o Estado, a um preço fixado pelo governo (Kung; Liu, 1997). Assim, o SRF foi percebido pelos camponeses como uma mudança de responsabilidade dos coletivos para as famílias – “pagar o suficiente ao Estado, economizar o suficiente para o coletivo e tudo o que resta é nosso” (Zhang et al., 2002a). O SRF provou, de vários modos, ser consideravelmente mais eficiente do que o sistema de comunas (Wen, 1993; Yang; Wang, 2002), embora se beneficiando das bases tecnológicas, industriais e de infraestrutura estabelecidas no período das comunas. A política agrícola posterior à reforma foi complementada com um pacote de políticas orientadas ao mercado, tais como preços, reorganização da produção, comercialização, investimentos, tecnologia e comércio, além de mudanças da indústria pesada para a leve e da infraestrutura para os produtos de consumo (Lin, 1992; Huang et al., 2008). A pobreza rural da China (como oficialmente definida) diminuiu drasticamente e o consumo de bens pelos camponeses aumentou com a melhora da renda obtida após a reforma (Kueh, 1988; Zhang, 2003b).

Desafios e inovações colocados pelo SRF

No estágio inicial do SRF, os três tipos de direitos à terra (propriedade, contrato e uso) ficaram claramente divididos, de modo que a propriedade da terra é do coletivo, e os direitos de contrato e do uso da terra são dos camponeses. Isso é conhecido como separação/divisão entre propriedade e direitos de uso /direitos de contrato da terra, sendo considerado a grande conquista pioneira do campesinato chinês e da reforma rural desde 1978 (Christiansen, 1986). No entanto, muitos desafios relacionados à terra e à produção agrícola emergiram durante o processo de implantação do SRF. Para responder a esses desafios, diferentes inovações nos acordos de posse e na gestão da terra foram testadas, mas nenhuma dessas tentativas e práticas colocou em questão a propriedade coletiva das terras agrícolas.

Fragmentação de terras e experiências inovadoras de posse da terra

A distribuição igualitária das terras realizada no âmbito do SRF levou a uma intensa fragmentação das terras agrícolas. Em teoria, a distribuição das terras em uma aldeia era conduzida primeiro pela categorização da terra arável em várias classes, de acordo com sua fertilidade e produtividade; só

então as terras das diferentes categorias eram distribuídas igualmente entre as famílias, de acordo com o número de membros. Assim, as terras aráveis da aldeia estavam normalmente dispersas em várias grandes parcelas, em diferentes locais. Cada uma dessas parcelas apresentava condições físicas diferentes, como fertilidade do solo, acesso à irrigação e assim por diante. Embora, às vezes, as diferenças não fossem significativas, cada família desejava obter uma parcela dos melhores lotes. Assim, a distribuição das terras rurais, em muitos casos, era implementada de modo a distribuir uniformemente todas as áreas aráveis da aldeia entre todas as suas unidades familiares. Em muitas aldeias, as propriedades familiares são muito pequenas (por exemplo, 0,2-0,6 hectares), e o número médio de terrenos é de cinco a dez, resultando em um tamanho médio de 0,3 a 1,0 mu. Muitos desses terrenos familiares estão dispersos em locais diferentes e frequentemente a certa distância uns dos outros (Kong, 1993; Ye, 2002).

A fragmentação das terras implicou significativo declínio no investimento e restringiu a eficiência no uso da terra e o desenvolvimento de unidades agrícolas grandes e médias (Qian, 2000). Alguns experimentos de posse da terra surgiram, visando aumentar a escala das operações agrícolas, transferindo terras para outras entidades ou de volta ao coletivo, ou desenvolvendo um mercado fundiário. A seguir, descrevo alguns dos principais tipos de experimentos.

O primeiro é o sistema de dois campos (*liangtian zhi*), uma prática popular que combina cotas de terras para cultivo de grãos (*kouliang tian*) e terras de responsabilidade (*zeren tian*). As cotas de terra para cultivo de grãos são tipicamente alocadas com base no tamanho da família, para garantir que cada uma produza o suficiente para suas próprias necessidades de consumo. A terra de responsabilidade é alocada às famílias para se engajarem na produção agrícola. Pode haver restrições sobre a forma de uso dessa terra e possibilidade de que parte dela seja confiscada e alocada para outra família (Brandt et al., 2002; Zhang et al., 2002a; Zhang, 2003a).

O segundo experimento consiste na “operação de expansão” (*guimo jingying*), que tem sido praticada em alguns distritos (como no Distrito de Shunyi, no município de Pequim), desde 1987. Nesse sistema, os lotes de terra foram confiscados dos camponeses antes do vencimento dos contratos e transferidos para uma quantidade menor de famílias camponesas selecionadas, a fim de aumentar a escala de operações (Zhang et al., 2002a; Zhang, 2003a).

O terceiro é o “arrendamento e subcontratação reversos” (*fanzu daobao*), um sistema sob o qual as autoridades da aldeia arrendam terras dos camponeses, cujos direitos de uso foram inicialmente contratados com o

coletivo da aldeia e as subcontratam para uma terceira entidade. Essa prática foi observada principalmente nas províncias costeiras do Sudeste (Zhang et al., 2002b; Zhang et al., 2004).

Uma quarta forma de posse é a “custódia de terra” (*tudi xintuo*), uma inovação para desenvolver um mercado local de terras no qual os moradores podem “depositar” os direitos de posse de suas terras contratadas, e os responsáveis pela custódia atuam como corretores, casando a oferta com a demanda que pode vir de agronegócios externos. Essa prática foi experimentada pela primeira vez no distrito de Shaoxing, na província de Zhejiang, em 2001 (Zhang et al., 2004).

Uma quinta modalidade é o “leilão de áreas baldias” (*sihuang paimai*), prática iniciada no final dos anos 1980, na Prefeitura de Lvliang, na província de Shanxi. Essa foi uma nova estratégia, projetada para combater a erosão do solo nas montanhas áridas do planalto de Loess. Em lugar de alocar a terra para os camponeses com base no tamanho das famílias, os direitos de uso de terras devolutas eram oferecidos em leilão aberto. As áreas baldias eram de quatro tipos: montanhas áridas, ravinas, colinas e margens de rios (Zhang et al., 2002a; 2002b; Ho, 2005).

Apropriação de terras e proteção de terras agrícolas

Desde a implantação do SRF e redistribuição das terras, de maneira geral, os camponeses desfrutaram muitos anos de uso relativamente estável da terra para agricultura, especialmente nas aldeias distantes dos centros urbanos e não cobertas por um plano de desenvolvimento de infraestrutura nacional ou local. No entanto, nos últimos 20 anos, têm ocorrido vastas apropriações de terras para expansão urbana e construção de infraestrutura que afetam principalmente as aldeias periurbanas e aquelas abrangidas por um plano de desenvolvimento de infraestrutura. Desde a década de 1980, a China tem se esquivado do, antes privilegiado, sistema planejado de acumulação primitiva socialista e, em vez disso, tem adotado estratégias de desenvolvimento e de acumulação lideradas pelo Estado (Sargeson, 2013). Conseqüentemente, uma parcela considerável do contínuo crescimento econômico tem origem nas atividades de desenvolvimento territorial – principalmente expansão urbana e construção de infraestrutura. A desapropriação de terras periurbanas, particularmente, tem compensado os déficits de receita de governos locais, impulsionado a acumulação urbana de capital e contribuído para o cumprimento das metas de crescimento econômico e, assim, tem sido entusiasticamente adotada pelos governos

locais (Lin; Ho, 2005; Lai et al., 2014). Estima-se que a mercantilização da terra tenha se tornado uma importante fonte de financiamento municipal, representando mais de 30 % da receita orçamentária total dos municípios e quase 40 % do financiamento para manutenção e construção urbanas (Lin; Zhang, 2014). Por outro lado, essa apropriação de terras tem provocado inúmeras demolições de casas, reassentamento de camponeses e a privação massiva de terras (Sargeson, 2013). Isso deu origem a graves conflitos sociais, e as disputas por terras têm gerado a maior parte dos conflitos rurais em massa, que estão minando a estabilidade social e o desenvolvimento econômico do país.

O desenvolvimento territorial tem levado a um significativo declínio na disponibilidade de terras agrícolas em âmbito nacional. Embora o governo central chinês tenha estabelecido um objetivo estrito de proteção das terras agrícolas, com o intuito de garantir que a extensão das terras cultiváveis no país não caia abaixo da “linha vermelha” de 1,8 bilhões de mu, em 2008 esse total já havia caído para apenas 1,82574 bilhões de mu. Isso deixa pouco espaço para qualquer perda adicional de terras agrícolas, e pode trazer problemas, pois as tendências de urbanização e industrialização não mostram sinais de diminuição (Long et al., 2012). Além disso, dado que o governo central vê a urbanização como uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo, necessária para manter o crescimento econômico, isso cria o desafio de onde encontrar terras para expansão urbana, especialmente quando as áreas periurbanas são, com frequência, terras agrícolas de alta qualidade. Em vista disso, entrou em vigor em 2006 uma política de uso da terra intitulada “aumento e diminuição equilibrados de terras agrícolas” (*zengjian guagou*), que tem enfrentado esse desafio reivindicando uma certa quantidade de terras agrícolas das aldeias rurais para compensar a mesma quantidade de terras agrícolas de áreas periurbanas a serem apropriadas pela expansão urbana (Ye; Meng, 2012). O confisco das áreas rurais é feito por meio de demolição de propriedades rurais, transformando a terra e obrigando os camponeses a se instalarem em edifícios. Essa política foi testada em cinco províncias, em 2006, e estendida para 19 províncias em 2008–2009. Foi aprovada pelo governo central do Estado, como resposta ao esvaziamento e desaparecimento das comunidades rurais. No entanto, reportagens da mídia têm mostrado que a maioria dos camponeses não está disposta a mudar de suas propriedades para prédios de apartamentos lotados, e algumas pesquisas sociais concluíram que essa política desenvolvimentista restringiu o espaço da vida cotidiana e da produção agrícola dos camponeses (Ye; Meng, 2012).

Na década de 1990, o governo chinês manteve sua política de desenvolvimento orientada para a indústria e de inclinação urbana, extraíndo enormes recursos do campo através da imposição de impostos e taxas. Os camponeses suportavam tributações cada vez mais pesadas, especialmente após a reforma tributária de 1994. O período entre 1994 e 2002 foi considerado o pior momento para os camponeses – quando suportavam a carga tributária mais pesada dos últimos 30 anos (Li, 2002a; Zhao, 2007b; Chen, 2011a). Isso ocorreu devido à reforma de 1994, lançada pelo governo central, que estabeleceu um sistema de partilha de impostos com os governos locais. A reforma fortaleceu a capacidade do governo central de arrecadar receita dos governos locais, mas transferindo responsabilidade por algumas despesas para os governos locais e proporcionando maior autonomia aos níveis administrativos mais baixos para instituir impostos e taxas locais, a fim de equilibrar o repasse ao governo central com despesas locais. Como resultado, os níveis locais de governo deixaram de focar na provisão de serviços para priorizar a cobrança de taxas (Cao, 2000; Kennedy, 2013). No final década de 1990, houve pouco investimento na agricultura. A maior parte das instalações agrícolas e infraestruturas de irrigação então em uso haviam sido construídas no período de coletivização. A renda dos camponeses aumentava muito lentamente e a disparidade urbano-rural cresceu de modo acentuado sob o sistema econômico dual. Os investimentos dos camponeses na agricultura ficaram impossibilitados em razão de sua baixa renda e da pesada carga tributária. Cada vez mais, o atraso da agricultura e do meio rural da China passava a ser visto como inconsistente com o rápido desenvolvimento econômico geral do país. Como a agricultura não era remunerada na época, muitas terras agrícolas foram abandonadas (Zhao, 2007b; Chen, 2011a).

No final dos anos 1990, o governo chinês fez grandes ajustes nas metas e objetivos de desenvolvimento agrícola e rural, na medida em que emergia um consenso sobre a necessidade de aumentar a renda dos camponeses. Um conjunto de políticas de apoio ao desenvolvimento agrícola foi lançado, seguindo as diretrizes de “dar mais, receber menos e desregular” (*duoyu shaoqu fanghuo*). Sob esse marco de políticas, foi iniciada, em 2000, uma reforma piloto dos impostos e taxas rurais, que levou à total abolição dos impostos agrícolas a partir de 2006. Esse foi um evento extraordinário na história agrária chinesa, uma vez que impostos agrícolas foram cobrados na China por mais de 2.000 anos. A reforma dos impostos e taxas rurais ajudou a re-

duzir o fardo econômico dos camponeses em mais de 120 bilhões de yuans a cada ano, o que despertou um forte entusiasmo entre os camponeses para a produção agrícola (Zhou; Chen, 2007). A extinção da tributação agrícola também foi acompanhada por outra importante política de apoio para as áreas rurais, a “construção do novo campo socialista” (Ye, 2006).

Migração rural-urbana, feminização e envelhecimento da agricultura

Uma massiva e contínua migração rural-urbana teve início na década de 1990. Desde então, um número significativo de camponeses chineses transformou-se em “trabalhador camponês” (*nongmingong*), apoiando o processo de industrialização e urbanização. Até o final de 2013 havia 166 milhões de trabalhadores migrantes camponeses (National Bureau of Statistics, 2014). Devido à segregação institucional entre áreas rurais e urbanas, suas próprias restrições econômicas e à ausência ou restrição de seus direitos de “cidadania” (Wang, 2009), os trabalhadores migrantes geralmente não podem mudar suas famílias para as cidades. Isso gera a divisão de muitas famílias – “famílias deixadas”. Os migrantes não têm escolha a não ser deixar alguns membros de suas famílias na aldeia, o que levou ao surgimento de uma peculiar “população deixada para trás” nas áreas rurais. Em algumas áreas, a demografia rural da China compreende filhos deixados (*liushou ertong*), mulheres deixadas (*liushou funu*) e idosos deixados (*liushou laoren*) (Du, 2004). Segundo estimativas realizadas em 2009 pela Comissão Nacional de População e Planejamento Familiar, nos próximos 30 anos haverá 500 milhões de habitantes nas cidades, 500 milhões no campo e 500 milhões fluando entre áreas rurais e urbanas.⁴ Estima-se que existam aproximadamente 61 milhões de filhos deixados (All-China Women’s Federation, 2013), 47 milhões de mulheres deixadas (Zhang; Zhang, 2006) e 50 milhões de idosos deixados (Wu, 2013b) nas comunidades rurais.

Com a migração de mais e mais trabalhadores rurais para as cidades, a agricultura agora é realizada principalmente por mulheres e idosos deixados no campo, levando à “feminização” e ao “envelhecimento” da produção agrícola. Como resultado, o campo agora sofre com a falta de mão de obra para a produção agrícola familiar de pequena escala, levando à extensificação do uso da terra, redução de cultivos múltiplos e abandono da terra, o que representa potencial ameaça à segurança alimentar na China. Hoje, a questão que

⁴ “Chinese Populations Will Be Divided into Three Groups”. http://news.xinhuanet.com/news-center/2009-04/14/content_11184857.htm, 15 abr. 2009.

emerge é “Quem irá cultivar a terra?” (Um; Walle, 2011; Zhu; Yang, 2011; Ye et al., 2013).

Os desafios acima mencionados têm implicações de longo alcance para a produção agrícola e para a segurança alimentar nacional, acarretando iniciativas para separar, ou dividir, ainda mais os direitos de uso/gestão da terra dos direitos de contrato da terra, e propostas de intervenção governamental para aumentar a escala das operações agrícolas (Wen, 1993). Entre outras, as práticas mais destacadas são a transferência de terras e a agricultura moderna. Após a Primeira Fase (1978-93) e a Segunda Fase (1993 – presente) de contratação da terra, alguns acadêmicos afirmam que uma terceira fase pode ser delineada; isto é, transferência de terras e agricultura moderna, alternativamente denominadas “ascensão do capitalismo agrário” (Jiang; Na, 2003; Zhang; Donaldson, 2008; 2010).

Transferências de terra

Durante a fase inicial do SRF, houve um debate sobre as prováveis consequências de pequenas propriedades e da fragmentação dos lotes de terras, com a maioria dos analistas argumentando que pequenas propriedades individuais e pequenas parcelas fragmentadas trariam uma série de consequências negativas, incluindo baixa produtividade da terra, restrições à acumulação e ao investimento de capital, obstáculos na aplicação de novas tecnologias e na obtenção de economias de escala, entraves à migração de mão de obra e assim por diante. Na época, as transferências de terras eram recomendadas como forma de lidar com esses problemas (Yang, 1985; Zhang, 1988; Yuan; Lin, 2013). O primeiro artigo publicado em um periódico discutindo transferência de terras foi escrito por Jinglun Yang (1985) e o primeiro com “transferência de terras” no título foi de Zonglun Zhang (1988). Desde então, o número de artigos sobre transferência de terras aumentou constantemente, atingindo seu pico após 2013, quando o capital comercial estava em busca de oportunidades de investimento na agricultura e no campo, e o conceito de agricultura familiar (*jiating nongchang*) estava sendo fortemente defendido pelo governo.

Neste capítulo, “transferência de terras” refere-se à transferência de “direitos de uso da terra”, isto é, os casos em que os camponeses que detêm os direitos de uso por contrato (com o coletivo) e transferem esses direitos para outros agricultores ou entidades econômicas (Zhang, 2001). Isso significa que os direitos de uso da terra são transferidos enquanto os direitos contra-

tuais permanecem com os camponeses. Como a terra é de propriedade do coletivo, quando é transferida, os três tipos de direitos – propriedade, contrato e uso – são então desassociados. Isso é conhecido como “separação – ou divisão – dos três direitos” (*sanquan fenli*) sobre terras rurais (Li, 2002b). A transferência de terras tornou-se prática extensiva na China e é apoiada por políticas oficiais, particularmente pelos governos locais. As outras entidades econômicas que adquirem a terra incluem principalmente interesses de capital industrial das cidades.

A evolução das políticas de transferência de terras

A política de transferência de terras passou por um processo evolutivo, que reflete as estratégias de desenvolvimento do Estado, bem como as mudanças de percepção do governo central sobre a agricultura, o campo e os camponeses. Revendo os discursos e narrativas oficiais sobre transferência de terras desde a reforma rural no início dos anos 1980, podemos observar uma mudança evidente da proibição estrita de transferência de terras para um afrouxamento e promoção da mesma.

No início dos anos 1980, a transferência de terras era estritamente proibida. O *Regulamento Relativo à Requisição de Terras para Construção Nacional*, emitido pelo Comitê Permanente do Quinto Congresso Nacional do Povo, em 1982, declarava que: “qualquer entidade é proibida de comprar ou arrendar terras diretamente de comunidades rurais, brigadas e equipes de produção ou sob qualquer forma. Comunas rurais, brigadas e equipes de produção são proibidas de usar a terra como cota de participação em qualquer empresa ou negócio”. O artigo 10 da Constituição de 1982 dizia que “nenhuma organização ou indivíduo pode se apropriar, comprar, vender ou arrendar terras ou de alguma outra forma transferir ilegalmente terras”. Essa proibição de transferência de terras constituía o legado da economia centralmente planejada do período das Comunas Populares e alinhava-se com o controle rigoroso do campo e da produção rural. Desde que o SRF entrou em vigor, os direitos de contrato de terra estão nas mãos de camponeses e, portanto, têm potencial para ser mais flexíveis.

O *Documento de Política n. 1* de 1984, do governo central, afrouxou o controle sobre a transferência de terras, com uma declaração “incentivando a terra a se concentrar nas mãos de quem exerce a agricultura; os camponeses que pedem para não contratar terras agrícolas ou para contratar menos terras devido à sua incapacidade de cultivar ou de fazer outros negócios, podem entregar suas terras ao coletivo para arranjo futuro ou, mediante aprovação do

coletivo, transferir seus contratos de terras para outros”. Embora a política de transferência de terras estivesse abrandada naquele momento, as transferências de terras raramente ocorriam. A razão é que a redistribuição das terras agrícolas aos camponeses era ainda recente, ocorrida no início dos anos 1980, e estes estavam muito entusiasmados em trabalhar seus lotes de terra. Além disso, a migração rural-urbana ainda era incipiente, e a maioria dos camponeses fisicamente capazes permanecia nas comunidades rurais e trabalhava na agricultura (Shi; Yu, 2001; Zhao, 2007a). No entanto, na década de 1980, em algumas regiões costeiras do sudeste, as empresas dos cantões e aldeias (ECAs) já estavam bastante desenvolvidas e muitos camponeses locais trabalhavam nelas: eles “deixaram a terra, mas não suas aldeias de origem, entraram em fábricas, mas não nas cidades” (*litu bulixiang jinchang bujincheng*) (Kerkvliet; Selden, 1998; Ye et al., 2010). Esse movimento representou um novo desafio, pois algumas famílias camponesas nessas regiões já não eram capazes de cultivar individualmente.

Em resposta a esse novo desafio, em 1987, o Conselho de Estado aprovou testes para concentrar as propriedades em algumas províncias e cidades costeiras, o que estendeu a transferência dos direitos de uso da terra para além das unidades agrícolas e famílias. Isso marcou o início da fase experimental da transferência de terras. No entanto, essa experiência não foi estendida nacionalmente, para o meio rural como um todo, e, na prática, foi reprimida por impostos e taxas agrícolas extraordinariamente pesados na época (veja a seção anterior), que resultaram no abandono da terra. A agricultura não era remunerada naquele momento e alguns camponeses estavam subcontratando suas terras para outros, pagando subsídios de algum tipo em vez de reivindicar arrendamento. Assim, a transferência de terras não decolou em larga escala nos anos 1990 (Zhang, 2001).

No entanto, o Relatório do 15º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (CPC), em 1997, destacou a questão da modernização agrícola e manifestou a importância de “promover a mercantilização, especialização e modernização agrícolas”. No contexto chinês, a modernização geralmente requer a ampliação de áreas agrícolas, e isso pode ser visto como um incentivo à transferência de terras (Liu; Yan, 2012; Yuan; Lin, 2013).

O *Documento de Política n. 1* de 2013 anunciou a intenção “de inspirar e apoiar a transferência de terras contratadas para grandes agricultores especializados, fazendas familiares e cooperativas de camponeses, para facilitar de diferentes formas, a ampliação da agricultura”. Este é um incentivo político explícito para a transferência de terras. Da mesma forma, várias políticas e orientações práticas que favorecem a transferência de terras foram emitidas

por diferentes órgãos estatais. Esses incluem a *Nota sobre a transferência de direitos de uso das terras contratadas por famílias camponesas* (pelo CPC em 2001), a *Lei da República Popular da China sobre contrato de terras em áreas rurais* (pelo Congresso Nacional do Povo, em 2002), *Medidas para a administração da transferência de direitos de gestão das terras contratadas por famílias camponesas* (pelo Ministério da Agricultura, em 2005), a *Lei dos direitos reais da República Popular da China* (pelo Congresso Nacional dos Povos, em 2007), a *Decisão sobre questões prioritárias relativas à reforma e desenvolvimento rural* (pela Terceira Sessão Plenária do 17º CCCPC, em 2008) e outros (Zhang, 2014).

Para facilitar a transferência de terras por meio de transações de mercado aberto, foi estabelecido um procedimento para certificar e registrar os direitos à terra (Zhang; Chen, 2013). O *Documento de Política n.1* de 2010 do governo central, intitulado de *Sugestões para promover o desenvolvimento urbano e rural combinados e fortalecer as bases do desenvolvimento da agricultura e do campo*, defendia “acelerar o trabalho de definição, registro e certificação dos direitos sobre a propriedade coletiva das terras nas aldeias e os direitos de usufruto de terrenos com residências rurais e construções coletiva”. No relatório sobre o trabalho do governo, entregue na Primeira Sessão do Décimo Segundo Congresso Nacional do Povo, em 5 de março de 2013, o premiê Wen Jiabao declarou que: “fizemos grandes avanços na definição, registro e certificação da propriedade coletiva das terras e realizamos testes para registrar direitos de uso de terras rurais contratadas”. Essas iniciativas políticas visam de fato a facilitar a transferência de terras rurais (Zhou; 2009; Tang; Zhang, 2012).

No *website* do distrito de Fengyang, na província de Anhui, onde o SRF surgiu inicialmente, é possível encontrar a seguinte declaração política sobre a transferência de terra e concentração de terra ampliada:

A promoção da transferência de terras no campo favorece a otimização da alocação dos recursos da terra, a solução dos problemas de operação agrícola fragmentada e de pequeno porte e o aumento dos retornos econômicos da terra. É benéfica ao ajuste estratégico da estrutura agrícola, ao desenvolvimento contínuo da terra e à expansão da agricultura, permitindo a intensificação e especialização agrícolas. O sistema convencional de agricultura está prestes a ser alterado pelas transferências de terras, trazendo benefícios agrícolas e melhorando a competitividade do mercado; o uso de fatores de produção (como terra, capital, tecnologias e mão de obra) será otimizado ou realocado. Isso acelerará a migração da mão de obra rural e a construção rural-urbana abrangente e integrada, levando à realização de um desenvolvimento rural-urbano conjunto. (Distrito de Fengyang, 2009)

As narrativas oficiais sobre transferência de terras remontam ao início do SRF, e foram posteriormente acompanhadas por políticas sobre “modernização agrícola”, “construção do novo campo socialista” e outras. Desde o início do novo milênio, essas leis e políticas estabeleceram uma base sólida para promover e apoiar a transferência de terras no interior da China. Sendo assim, o volume de transferência de terras aumentou nos últimos anos (ver Tabela 1).

Segundo dados do Ministério da Agricultura (2014), até o final de 2013, o total de terras transferidas na China rural havia atingido 340 milhões de mu, mais de três vezes a quantidade transferida até o final de 2008. Essas terras representavam cerca de 26 % da terra total contratada por famílias camponesas. Havia mais de 2,87 milhões de “grandes agricultores”/unidades familiares com mais de 50 mu de terras, e mais de 870.000 “unidades agrícolas familiares”. As terras contratadas por camponeses transferidas para empresas/capital industrial e comercial aumentaram 34 % entre 2011 e 2012, e o número em 2013 mostrou um aumento de 40 % em relação a 2012.

Tabela 1

A escala de transferências de terras na China, 2008–13

Período	Áreas de terra transferidas na China rural (milhões mu)	Terra transferida como porcentagem da terra total contratada pelas famílias camponesas
Até 2008	106	8,7
Até 2009	150	12
Até 2012	254	21,2
Até 2013	340	26

Fontes: resumo pelo autor de vários relatórios (Wu, 2013a; Ministry of Agriculture, 2014; Wang, 2014).

Potenciais impactos na subsistência dos camponeses e a facilitação da agricultura moderna

Tem havido muitas reportagens na mídia e vários trabalhos acadêmicos sobre transferência de terras, principalmente nos últimos 2 a 3 anos. À medida que mais e mais terras são transferidas e as políticas de apoio para isso são implementadas, surge um crescente debate sobre essa questão entre os acadêmicos. As diversas perspectivas sobre a transferência de terras residem principalmente nos diferentes aspectos abordados e focos da pesquisa, resul-

tantes, em grande parte, das distintas disciplinas e suas tradições. Na verdade, isso reflete também um balanço existente na questão da transferência de terras, em termos de impactos sociais e benefícios econômicos.

Muitos antropólogos e alguns sociólogos tendem a concentrar sua discussão nos impactos, muitas vezes deletérios, da transferência de terras sobre os meios de subsistência dos camponeses e da sociedade rural. Eles apontam os problemas e implicações negativas do aumento da transferência de terras e alertam os governos locais sobre os perigos de permitir grandes investimentos de capital na agricultura (Chen, 2011b). Argumentam que as grandes fazendas criadas pela penetração do capital no campo e pela transferência de terras são impróprias para as condições rurais da China, que são muito mais adequadas à pequena agricultura familiar que traz maiores benefícios econômicos e sociais (He, 2011). Quando a terra é livremente transferida no mercado, há um risco potencial de apropriação de terras pelo capital e os camponeses ficam mais suscetíveis a serem privados da terra, pois não estão bem informados sobre as mudanças nos mercados (He, 2013).

Zhao e Tang (2011) argumentam que a transferência de terras, em vez de melhorar, prejudicou o bem-estar dos camponeses. Argumenta-se também que as transferências de terras provocam mudanças na renda das famílias camponesas, na mobilidade do trabalho e na estrutura da sociedade rural e, portanto, perturbam a ordem convencional das aldeias, diferenciando o campesinato e intensificando os conflitos nas aldeias (Guan, 2004; Wu, 2009b). Quando a terra é transferida, os camponeses que não têm trabalho fora da agricultura são privados de sua renda, e os que trabalham temporariamente na cidade ou que vivem na aldeia mas já não dependem da terra ficam sem uma rede de segurança. Em suma, argumenta-se que as transferências de terras afetaram negativamente os meios de subsistência da maioria das famílias camponesas (Sun, 2012). Alguns estudiosos argumentam que a terra ociosa deve ser concentrada nas mãos dos coletivos da aldeia, em vez de ser vendida a interesses de capital. A concentração de terras nas mãos do capital externo dificultará o retorno futuro dos camponeses migrantes, podendo colocá-los em situação crítica (Pan, 2009).

Vários economistas e especialistas em políticas públicas focam suas discussões na facilitação da transferência de terras para a agricultura moderna e eficiência econômica. Eles acreditam que a transferência de terras é uma tendência inevitável no desenvolvimento econômico e uma maneira eficaz de promover a modernização rural (Yu, 2013; Dang, 2014). Argumentam, ainda, que isso leva as famílias camponesas com baixos rendimentos marginais a subcontratar suas terras para aquelas com altos rendimentos margi-

nais, e que um aumento nas transações de terras incentiva o investimento de capital na terra e ajuda na percepção do valor da terra (Yao, 2000). Tanto a terra como a mão de obra podem ser realocadas adequadamente e a utilidade tanto dos fornecedores quanto dos demandantes de terra aumenta, trazendo benefícios econômicos para ambos (Cao et al., 2007). A transferência de terras também desempenha um papel importante na modernização e ampliação agrícola (Ma; Cui, 2002) e, portanto, é vista como um aspecto fundamental da reforma rural, permitindo o fluxo efetivo e a alocação ótima de recursos, e contribuindo para o crescimento da economia rural (Xiao; Zhang, 2002). As transferências de terras também aliviam a tensão de uma baixa relação terra/lavrador e incentivam uma transferência bem organizada da mão de obra. Além disso, as transferências de terras podem permitir uma abordagem mais científica da agricultura, e o aumento de escala desta última pode aprimorar a especialização agrícola, de modo a aprimorar a mercantilização e a eficiência. À medida que a estrutura agrícola se ajusta, é possível desenvolver uma agricultura mais orientada para a exportação (Yang, 2009).

Conforme a lei dos 30 anos de contrato de terras agrícolas, os camponeses ainda mantêm seus direitos contratuais de posse da terra, embora os direitos de uso/gestão sejam transferidos para terceiros (principalmente agrogócios e capital comercial), os quais se acredita serem capazes de aumentar significativamente a produtividade da terra e cultivar com mais eficiência. Tais práticas, que respeitam a propriedade coletiva e os direitos contratuais dos camponeses, têm sido louvadas por alguns acadêmicos. Eles acreditam que o agrogócio e o capital comercial promoverão uma expansão da produção agrícola (e, portanto, impulsionarão a modernização) sem eliminar os benefícios para centenas de milhões de camponeses. Veem isso como uma situação em que todos saem ganhando, o que permitirá a ascensão do capitalismo agrário na China, sem o deslocamento em massa de camponeses que ocorreu em outros países (Yao, 2000; Zhang; Donaldson, 2008; 2010).

O impulso do Estado à modernização agrícola

Para entender as questões relacionadas à terra e à agricultura chinesas, é preciso ter em mente a questão da “superpopulação e escassez de terras”. Até o final de 2012, a população total da China havia atingido 1,35404 bilhão, incluindo 642,22 milhões de residentes rurais e 711,82 milhões de residentes urbanos (National Bureau of Statistics, 2013). No final do mesmo ano, o total de terras aráveis era de 2,027 bilhões de mu (equivalente a

135,1585 milhões de hectares) (Ministry of Land and Resources, 2014).⁵ Isso representa uma média de menos de 0,1 hectare de terra arável *per capita* ou 0,21 hectare por habitante rural. A terra arável por trabalhador agrícola é de apenas 0,29 hectare, o que representa 25 % da média mundial, 40 % da média da Índia, 7,7 % do Brasil, 5 % da Itália, cerca de 2 % da França e do Reino Unido, 0,4 % dos Estados Unidos e cerca de 0,25 % do Canadá e da Austrália (Shi; Yu, 2001).

Dada a escassez de terras aráveis *per capita* e sua qualidade relativamente baixa, a segurança alimentar sempre foi uma questão politicamente sensível na China, e o crescimento da produção de grãos tem sido uma prioridade contínua do governo, apoiada por uma variedade de políticas públicas e por um controle mais rígido sobre uso da terra (Carter et al., 2012). Buscando garantir a segurança alimentar por meio da produção doméstica, o governo chinês tem exercido o que chama de “gestão mais rigorosa da terra e proteção das terras agrícolas” (Liu; Cheng, 2007). Um novo conjunto de regulamentações mais estritas foi introduzido e está sendo rigorosamente implementado para controlar transferências de terras agrícolas para usos não agrícolas (Carter et al., 2012). Como vimos acima, a China estabeleceu um limite ou uma “linha vermelha” para manter pelo menos 1,8 bilhão de mu (120 milhões de hectares) de terras agrícolas até 2020 (Long et al., 2012). Essa “linha vermelha” das terras agrícolas não deve ser cruzada, não importa quanta expansão urbana e outros avanços busquem terras agrícolas apropriadas. O Marco Nacional de Segurança Alimentar e Planejamento a Longo Prazo (2008-20), aprovado pelo Conselho de Estado, estipulou que a China “adotaria as medidas mais estritas para proteger as terras aráveis, a fim de garantir que a reserva de terras aráveis nacionais não seja inferior a 1,8 bilhões de mu”.

Além do controle para que a “linha vermelha” das terras agrícolas não seja cruzado, a modernização agrícola, ou a agricultura moderna, tem sido a principal medida para garantir a segurança alimentar nacional. Esse tem sido o discurso oficial, amplamente defendido e promovido pelo Estado, e enfatizado repetidamente na maioria dos dossiês do governo desde 1949. No Relatório sobre o trabalho do Governo entregue na Primeira Sessão do

⁵ Tem havido muita controvérsia sobre a disponibilidade de terras aráveis. Desde os anos 1990, a rápida industrialização e urbanização da China vêm se apropriando continuamente de terras agrícolas. De acordo com dados do Ministério de Recursos Agrários (Ministry of Land and Resources, 2003; 2009), o total de terras aráveis diminuiu de 1.88895 bilhões de mu (125,93 milhões de hectares) em 2002 para 1,82574 bilhões de mu (121,716 milhões de hectares) em 2008. Essa tendência lançou sérias dúvidas. sobre a precisão dos dados lançados em 2012.

Terceiro Congresso Nacional do Povo, em 21 de dezembro de 1964, com base na proposta de Mao Tse-tung, o primeiro-ministro Zhou Enlai declarou como objetivo estratégico do governo que: “A China está determinada a se transformar em um país forte, com agricultura moderna, indústria moderna, defesa moderna e ciência e tecnologia modernas num futuro próximo”. Desde então, essas “quatro modernizações” (*sihua*) tornaram-se o plano geral para o desenvolvimento do país. Já nos anos 1960 e início dos anos 1970, Benedict Stavis (1974) documentou muitas práticas agrícolas modernas na China, incluindo o uso de modernos insumos, máquinas, irrigação, tecnologia, ideologia e organização coletiva.

Na época do SRF, o termo “agricultura moderna” foi oficialmente cunhado no Relatório para o 15º Congresso Nacional do CPC, em 1997, e no documento *Decisões do Comitê Central do Partido Comunista Chinês sobre questões fundamentais em trabalhos rurais e agrícolas*, em 1998. A cada ano, desde 2006, o Documento de Política n. 1 do governo central tem abordado a agricultura moderna, com um foco especial, em 2013, no documento *Sugestões para a promoção do desenvolvimento da agricultura moderna e da vitalidade das áreas rurais*. O Plano Nacional de Desenvolvimento Agrícola Moderno (2011-15) enfatizou a necessidade de maior atenção ao desenvolvimento coordenado e combinado da modernização agrícola, industrialização e urbanização. O Plano defende que a China precisa prover a agricultura, com condições materiais modernas, renovar a agricultura com ciência e tecnologia modernas, aumentar a produção agrícola com sistemas industriais modernos, aprimorar a produção agrícola com métodos de negócios modernos e orientar seu desenvolvimento com conceitos modernos de desenvolvimento e um novo tipo de campesinato. Além disso, recomenda fortemente a busca de um caminho de modernização agrícola com características chinesas. O plano inclui a construção de 300 locais, em todo o país, de demonstração da agricultura moderna, visando a altos níveis de especialização, padronização e a ampliação e intensificação da produção agrícola.

Os objetivos da agricultura moderna são garantir a segurança alimentar e a independência do país no suprimento de grãos, aumentar a renda dos camponeses, criar oportunidades de emprego rural e preservar a ecologia e o meio ambiente. Esses objetivos devem ser buscados utilizando ciência e tecnologia, equipamentos industriais modernos, novas técnicas de gestão e novos conceitos de negócios, tudo isso operado por agricultores e empreendedores modernos. A coordenação entre produção e marketing, comércio, indústria e agricultura deve ser o mecanismo de mercado (Ke, 2007; Zhou; Geng, 2007).

Desde o “primeiro salto” com o desmantelamento das comunas populares e a implementação do SRF, a liderança central tem considerado a agricultura moderna como o “segundo salto” e afirmado repetidamente que o objetivo era fazer uma transição da agricultura tradicional para a moderna, de operações extensivas para intensivas e de operações descoordenadas e de pequena escala para operações coordenadas e de grande escala. O governo central define agricultura modernizada como comercializada, especializada, ampliada, padronizada e internacionalizada (Zhang; Donaldson, 2008). Certos ajustes institucionais relativos à terra, incluindo transferências de terras, são necessários para modernizar a agricultura (Liu; Yan, 2012; Yuan; Lin, 2013).

A agricultura científica e a agricultura ampliada são vistas como componentes integrais da agricultura moderna. Portanto, ciência e tecnologia agrícolas são altamente enfatizadas por quase todas as políticas voltadas ao desenvolvimento agrícola e rural. A aplicação da ciência e das tecnologias modernas já era fortemente enfatizada pelo governo central no período de coletivização (Stavis, 1974). Atualmente, ciência, tecnologia e pesquisa agrícolas são amplamente reconhecidas como a base essencial para a transição agrícola moderna (Yuan; Lin, 2013). O Documento de Política n. 1 de 2012 do governo central enfatizou fortemente o desenvolvimento de ciência e tecnologia agrícolas para garantir o suprimento doméstico da produção de grãos. O Marco Nacional de Segurança Alimentar e Planejamento de Longo Prazo (2008–20) prevê que o futuro aumento no rendimento da produção agrícola dependerá amplamente da aplicação bem-sucedida de ciência e tecnologia agrícolas. O plano sugere que a China deve apoiar e desenvolver pesquisas em diversas tecnologias agrícolas importantes, de modo a alcançar grandes avanços na produção de grãos.

Como discutido acima, o Estado vem se mostrando particularmente interessado na agricultura ampliada, tanto durante a era coletiva quanto em anos mais recentes desde o SRF. A agricultura ampliada é tida como a personificação da modernização agrícola, enquanto os milhões de pequenos produtores são considerados incapazes de reagir a mercados flutuantes, competir efetivamente ou responder a mudanças na demanda doméstica. São vistos também como incapazes de suportar a pressão dos mercados internacionais (especialmente após a entrada da China na OMC), tendo dificuldades em acessar mercados, o que mantém suas rendas muito aquém do resto da economia (Guo et al., 2007). Por isso, a pequena agricultura familiar precisa ser transformada em unidades agrícolas especializadas, comerciais, verticalmente integradas e de larga escala, que possam ser competitivas nos mercados de exportação (Zhang; Donaldson, 2008). A ampliação implica, quase automaticamente, que peque-

nas propriedades terão de ser transferidas e concentradas (Zhang et al., 2002b). O Documento de Política n. 1 de 2013 do governo central sugeriu incentivar as famílias de agricultores a adotarem técnicas avançadas e adequadas, além de modernos fatores de produção que atendam aos requisitos de ampliação, especialização e padronização, a catalisarem as transições na produção e gestão agrícola, e a apoiar a transferência de terras para grandes fazendas especializadas, fazendas familiares e cooperativas de camponeses.

Além disso, o Documento de Política n.1 de 2013 declarou oficialmente a intenção do governo de “incentivar e orientar o capital comercial urbano a investir em empresas agrícolas e pecuárias em áreas rurais”. Assim, nos últimos anos, o capital externo tem investido diretamente na agricultura, com várias formas de operações agrícolas incentivadas, tais como “grandes lavouras”, fazendas familiares e cooperativas de camponeses. O documento também indicou explicitamente que “grandes lavouras especializadas e fazendas familiares devem ser apoiadas e fomentadas por meios de políticas e de marcos legais favoráveis, subsídios e bônus”. O Ministério da Agricultura, particularmente, vê a fazenda familiar como “um novo tipo de entidade operacional na agricultura, baseada principalmente na força de trabalho da família, para buscar produção e operação agrícola em larga escala, intensificada e mercantilizada” (Wang, 2014). A fazenda familiar é vista como uma entidade legal, uma empresa comercial com foco no mercado e na modernização, a qual, em termos de composição de fatores de produção, atributos de trabalho e produtos, está muito próxima de um agronegócio (Kong; Gao, 2013; Wu, 2013a). Na discussão sobre fazenda familiar, a escala é frequentemente a questão central (Yuan, 2013). Em uma pesquisa nacional realizada pelo Ministério da Agricultura (2013), um dos critérios para uma fazenda familiar é que a quantidade de terras agrícolas (com um período de contrato de mais de 5 anos) com produção de grãos seja superior a 50 mu (cultivo duplo) ou superior a 100 mu (cultivo único). Claramente, o desenvolvimento da fazenda familiar exigiria transferências de terras de famílias camponesas comuns para esses proprietários da agricultura familiar (Kong; Gao, 2013).

Modernização agrícola: capitalismo agrário *versus* agricultura camponesa

A evolução da terra e da agricultura na China está intimamente ligada ao quadro geral do paradigma de desenvolvimento do país e à respectiva política de governo, que tem um forte foco na busca por acumulação, industrial-

zação e modernização. Como uma das *quatro modernizações*, a modernização agrícola sempre foi um objetivo de desenvolvimento nacional. Ela envolve principalmente especialização, mecanização, ampliação e tecnocracia. A busca persistente pela modernização agrícola se reflete nitidamente nas narrativas oficiais e em várias políticas envolvendo instituições fundiárias e produção agrícola. A trajetória da modernização agrícola não tem sido fácil, deparando-se frequentemente com desafios civis e internacionais. No entanto, como um ator social, o Estado autoritário chinês tem se mobilizado para responder a esses desafios, sem nunca abandonar a busca pela modernização agrícola.

Depois de 1949, a China comunista mobilizou o poder de massa dos camponeses contra seus antigos opressores e rapidamente confiscou a terra dos senhorios. Essa reforma agrária serviu de base para a subsequente coletivização: logo após a reforma agrária, as propriedades familiares privadas de pequena escala foram coletivizadas e todas as terras passaram a pertencer ao Estado ou a um coletivo vagamente definido que, na realidade, era uma extensão ou corporificação do Estado. Durante esse período de coletivização, foi lançada uma Revolução Verde de larga escala, baseada em uma combinação de sementes de alto rendimento, irrigação e fertilizantes químicos (Kerkvliet; Selden, 1998). Obviamente o objetivo da reforma agrária e da coletivização era, pouco a pouco, nacionalizar terras agrícolas dos senhorios anteriores, para que operações agrícolas ampliadas pudessem ocorrer e ciência e tecnologias agrícolas pudessem ser aplicadas. Essa foi a tentativa inicial de modernização agrícola, com o objetivo de contribuir para a acumulação primitiva necessária ao desenvolvimento econômico e industrialização do país. Embora os camponeses estivessem relativamente empobrecidos, as conquistas da modernização na agricultura e em outros setores (por exemplo, a base industrial e de infraestrutura e as tecnologias agrícolas, particularmente irrigação e melhoria do solo), na era da coletivização, estabeleceram uma base sólida para a decolagem econômica e para o desenvolvimento agrícola e rural na era do SRF, após 1978. Sem a primeira, esta última reforma não teria alcançado sucesso na mesma medida.

Embora o Estado tenha aprovado a inovação do SRF, proposta pelas bases, e a agricultura tenha retornado ao modelo individualizado, o SRF nunca deixou espaço para a propriedade privada da terra. Além disso, desde o início desse sistema, tem havido apoio a possíveis transferências de terras, o que sempre foi visto como uma forma de alcançar a ampliação e promover uma agricultura tecnocrática, mecanizada, especializada e padronizada. Camponeses e agricultura camponesa nunca foram a meta ou o ideal do projeto de modernização da nação; antes, são vistos como modos de vida e de agricultura que devem ser abolidos ou transformados. Portanto, o SRF

foi uma medida responsiva do Estado chinês aos problemas e dificuldades da economia nacional e dos meios de subsistência dos camponeses no final da década de 1970, enquanto a busca pela modernização agrícola nunca deixou a agenda. Com a implantação do SRF, surgiram desafios, e práticas inovadoras foram rapidamente testadas, muitas das quais consistiram em novas tentativas para ampliar e modernizar as operações agrícolas. Por exemplo, a grave fragmentação dos lotes de terras agrícolas e a pesada carga tributária sobre os camponeses tornaram a agricultura menos remunerada ou não remunerada, o que dificultou ainda mais o investimento em terras e na agricultura. A feminização e o envelhecimento da agricultura, que trouxeram à tona a questão de “Quem cultivará a terra?”, juntamente com o declínio das terras agrícolas, resultado da expansão do espaço urbano, levaram a graves preocupações sobre a produção agrícola e a segurança alimentar nacional. Todos esses desafios aumentaram a urgência de unidades agrícolas maiores, capazes de atrair investimentos de capital e modernizar a agricultura. Por exemplo, um estudo mostra que um aumento na proporção da renda não agrícola ou na taxa de migração aumenta significativamente o tamanho da terra autocultivada entre unidades agrícolas relativamente grandes (Wang et al., 2014). Os desdobramentos nos últimos anos mostram que a transferência de terras acelerou a modernização agrícola.

Em sua busca por alcançar a modernização agrícola, a China manteve sempre a produtividade e a eficiência como focos de quaisquer mudanças nas instituições fundiárias e agrícolas, a fim de criar a base para a acumulação de capital. Desde 1949, tem havido um claro impulso para a acumulação de capital no setor agrícola com o intuito de financiar a industrialização e a urbanização da China. Durante os primeiros 30 anos do período de coletivização, ela tomou a forma de acumulação socialista primitiva e baseou-se na nacionalização dos principais fatores de produção, em um sistema planejado centralmente, com desenvolvimento liderado pelo Estado e acumulação dirigida pelo Estado. Nos 30 anos subsequentes, de descoletivização, ela baseou-se na mercantilização dos principais fatores de produção e em um sistema de mercado descentralizado (Sargeson, 2013). De acordo com Henry Bernstein (2010), a acumulação primitiva no período da comuna, embora rotulada como “socialista”, era tipicamente “não mercadológica” e “extra-economicamente coercitiva”, enquanto no período do SRF ela foi caracterizada pela coerção de forças econômicas derivadas do mercado. Esta última levou a um processo gradual de (semi-)proletarização. Por exemplo, o afrouxamento do sistema de registro de famílias e a promoção da migração rural-urbana contribuíram fortemente para a industrialização e urbanização. No entanto, acarretaram a semiproletarização

de milhões de trabalhadores camponeses (Pun; Lu, 2010). Após as recentes transferências de terras e a modernização agrícola, uma segunda onda de semi-proletarização está ocorrendo: a proletarização das mulheres e dos idosos deixados para trás, anteriormente envolvidos na agricultura familiar privada, e que agora se tornaram trabalhadores eventuais em terras sobre as quais têm direitos contratuais, mas cujos direitos de uso foram transferidos para capital externo.

As transições institucionais de terras e agricultura demonstram claramente que o desenvolvimento da China tem tido uma tendência continuamente urbana, e que a agricultura e o campo têm apoiado continuamente e de diferentes formas a indústria e a urbanização. No período da comuna, cerca de 600 a 900 bilhões de yuans foram desviados da agricultura para a indústria entre 1953 e 1978. No período do SRF (entre 1979 e 1994), o Estado extraiu 150 milhões de yuans do setor rural para apoiar o desenvolvimento industrial e urbano (Cheng, 2004). Além disso, a massiva migração rural-urbana também é uma forma de extração de recursos humanos do campo para as cidades. O campo também tem fornecido continuamente muitos recursos físicos (como minerais, areia etc.) às cidades para construções urbanas. Levando tudo isso em consideração, o interior da China é um canal aberto, nutrindo as cidades. A pesada carga tributária incidente sobre os camponeses no final dos anos 1990 e a política de “aumento e redução equilibrados das terras agrícolas”, em meados dos anos 2000, bem como a recente penetração do capital na agricultura mostram que a acumulação de capital para o desenvolvimento industrial e urbano tem como consequência o esgotamento da agricultura e o esvaziamento do campo.

Em conclusão, é importante considerar se o capitalismo agrário se erigiu na China ou se a agricultura camponesa ainda persiste. As políticas de *sannong* da China priorizam a capitalização agrícola ou a subsistência dos camponeses? Na realidade, a primeira tem prioridade esmagadora, mas, ao mesmo tempo, tem havido cada vez mais resistência por parte dos últimos. Não há país no mundo que possa fornecer um plano para a trajetória de desenvolvimento da China, tendo em vista suas tantas características únicas: a proporção muito baixa de terras por pessoa, a enorme população (cada vez mais urbanizada), os 166 milhões de trabalhadores camponeses nas cidades e os 158 milhões de crianças, mulheres e idosos deixados no campo. O desenvolvimento capitalista e o sistema de mercado triunfaram em muitos setores e áreas da vida chinesa, incluindo a agricultura e o campo. No entanto, é precisamente neste momento que devemos prestar mais atenção ao aviso de Karl Polanyi, de que “deixar o destino do solo e das pessoas nas mãos do mercado seria o equivalente a aniquilá-los” (Polanyi, 1957).

Referências

- ALL-CHINA WOMEN'S FEDERATION. *The Report on Situations of Chinese Left-Behind Children, Rural-Urban Migrant Children*, 2013. Disponível em: <http://acwf.people.com.cn/n/2013/0510/c99013-21437965.html>. Acesso em 10 dez. 2014.
- BERNSTEIN, H. *Class Dynamics of Agrarian Change*. Halifax, NS: Fernwood, 2010.
- BRANDT, L.; HUANG, J. K.; LI, G.; ROZELLE, S. Land Rights in Rural China: Facts, Fictions and Issues'. *The China Journal*, n. 47, p. 67-97, 2002.
- CAO, J. H.; WANG, H. Y.; HUANG, X. M. Avaliação da oferta e da demanda e eficiência da transferência de terras rurais. *Zhongguo tudi kexue*, n. 5, p. 54-60, 2007. (Em chinês)
- CAO, J. Q. *China along the Yellow River: A Scholar's Observation and Thinking on Rural Society*. Shanghai: Shanghai Literature & Art Publishing House, 2000.
- CARTER, C. A.; ZHONG, F. N.; ZHU, J. Advances in Chinese Agriculture and its Global Implications. *Applied Economic Perspectives and Policy*, v. 34, n.1, p. 1-36, 2012.
- CHEN, H. Q. Sobre as mudanças históricas do sistema fundiário rural desde a fundação do PRC. *Nandu xuetan (Humanidades e Ciências Sociais)*, v. 22, n. 5, p. 70-79, 2002. (Em chinês)
- CHEN, J. As trajetórias das cargas sobre os camponeses chineses: 1978–2010. *Huadong jingji guanli*, v. 25, n. 9, p. 58-60, 2011a. (Em chinês)
- CHEN, S. S. Estudo sobre o desempenho e as restrições da política de transferência de terras: baseado na análise comparativa entre Leste, Centro, Oeste da China. *Shehui kexue*, n. 5, p. 48-56, 2011b. (Em chinês)
- CHEN, X. W. Modernização Agrícola Acelerada. *Qiushi*, n. 2, p. 38-40, 2013. (Em chinês)
- CHENG, G. H. *Abolishing Agricultural Taxes to Return Peasants' National Treatment*, 2004. Disponível em: <http://www.people.com.cn/GB/guandian/1033/2380445.html>. Acesso em 11 dez. 2014.
- CHRISTIANSEN, F. An Analysis of Recent Developments in China's Land Legislation: Some New Trends in Chinese Land Ownership and Land Use. *China Information*, v. 1, n. 3, p. 20-31, 1986.
- DANG, G. Y. Transferência de terras rurais: tendência inevitável. *Zhongguo nongcun keji*, n. 9, p. 14, 2014. (Em chinês)
- DEININGER, K.; JIN, S. Q.; XIA, F.; HUANG, J. K. Moving Off the Farm: Land Institutions to Facilitate Structural Transformation and Agricultural Productivity Growth in China. *World Development*, n. 59, p. 505-520, 2013.
- DU, P. Foco no fenômeno “386199” e o cuidado das famílias rurais deixadas para trás. *Renkou yanjiu*, v. 28, n. 4, p. 25-36, 2004. (Em chinês)
- FENGYANG COUNTY (People's Government of). *The Significance of the Promotion of Land Transfer*, 2009. Disponível em: <http://www.fengyang.gov.cn/dt2111111405.asp?DocID=2111121185>. Acesso em 6 out. 2014.

- GILES, J.; MU, R. *Village Political Economy, Land Tenure Insecurity, and the Rural to Urban Migration Decision: Evidence from China*. Policy Research Working Paper 7080. Washington, DC: World Bank, 2014.
- GUAN, B. Subcontratação de terras na Aldeia Guanzhuang. *Shehuixue yanjiu*, n. 1, 990106, 2004. (Em chinês)
- GUO, H. D.; JOLLY, R. W.; ZHU, J. H. Contract Farming in China: Perspectives of Farm Households and Agribusiness Firms. *Comparative Economic Studies*, n. 49, p. 285-312, 2007.
- GURLEY, J. G. Rural Development in China 1949–72, and the Lessons to be Learned from It. *World Development*, v. 3, n. 7-8, p. 455-471, 1975.
- HAN, J. Novas interpretações da Política de Transferência de Terras. *Xibu dakaiifa*, n. 5, p. 107-109, 2014. (Em chinês)
- HE, X. F. Sobre a gestão do tamanho da terra agrícola: baseado em levantamento realizado na municipalidade de Fanchang, Província de Anhui. *Nanjing nongye daxue xuebao (Social Science Edition)*, v. 11, n. 2, p. 6-14, 2011. (Em chinês)
- HE, X. F. Resposta ao Professor Zhou Qiren sobre a Lógica da Propriedade da Terra. *Huazhong nongye daxue xuebao (Social Science Edition)*, n. 3, p. 1-9, 2013. (Em chinês)
- HINTON, W. *Fanshen: A Documentary of Revolution in a Chinese Village*. Berkeley, CA: University of California Press, 1966.
- HO, P. *Institutions in Transition: Land Ownership, Property Rights, and Social Conflict in China*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HU, J. T. *Sannong* é a grande prioridade. *Zhongguo gaige*, n. 1, p. 4, 2002. (Em chinês)
- HUANG, J. K.; OTSUKA, K.; ROZELLE, S. Agriculture in China's Development: Past Disappointments, Recent Successes, and Future Challenges'. In: BRANDT, L.; RAWSKI, T.G. (org.) *China's Great Economic Transformation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 467-505.
- JIANG, Y. M.; AN, Y. N. A Dependência de Trajetória e as Inovações das Mudanças Institucionais grárias na Chian Rural. *Jingjixuejia*, n. 3, p. 54-59, 2003. (Em chinês)
- JIANG, Z. M. 'Sannong é a Prioridade entre todas as Questões'. *Zhongguo gaige*, n. 1, p. 4, 2002. (Em chinês)
- KE, B. S. Reflexões sobre o foment à construção da agicultura moderna. *Nongye jingji wenti*, n. 2, p. 18-23, 2007. (Em chinês)
- KENNEDY, J. J. Finance and Rural Governance: Centralization and Local Challenges. *The Journal of Peasant Studies*, v. 40n. 6, p. 1.009-1.026, 2013.
- KERKVLIT, B. J. T.; SELDEN, M. Agrarian Transformations in China and Vietnam. *The China Journal*, n. 40, p. 37-58, 1998.
- KONG, J. Y. Instituições Agrárias na China Rural: Análise Empírica dos Processos de Transformação. *Jingji yanjiu*, n. 2, p. 65-72, 1993. (Em chinês)
- KONG, X. Z.; GAO, Q. Family Farm Will Have Its Spring Season. *Zhongguo nongcun keji*, n. 3, p. 26-29, 2013. (Em chinês)

- KUEH, Y. Y. Food Consumption and Peasant Incomes in the Post-Mao Era. *The China Quarterly*, n. 116, p. 634-670, 1988.
- KUNG, J. K. S.; LIU, S. Y. Farmers' Preferences Regarding Ownership and Land Tenure in Post-Mao China: Unexpected Evidence from Eight Counties. *The China Journal*, n. 38, p. 33-63, 1997.
- LAI, Y. N.; PENG, V.; LI, B.; LIN, Y. L. Industrial Land Development in Urban Villages in China: A Property Rights Perspective. *Habitat International*, n. 41, p. 185-194, 2014.
- LI, C. P. *I Told the Premier the Truth*. Beijing: Guangming Daily Press, 2002a.
- LI, W. Q. Transferência de Terras: a escolha inevitável da mudança nos direitos de uso da terra na China rural. *Taiwan nongye tansuo*, n. 3, p. 27-30, 2002b. (Em chinês)
- LI, X. B.; WANG, X. H. Changes in Agricultural Land Use in China: 1981–2000. *Asian Geographer*, v. 22, n. 1-2, p. 27-42, 2011.
- LIN, G. C. S.; HO, S. P. S. The State, Land System, and Land Development Processes in Contemporary China'. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 95, n. 2, p. 411–436, 2005.
- LIN, G. C. S.; ZHANG, A. Y. Emerging Spaces of Neoliberal Urbanism in China: Land Commodification, Municipal Finance and Local Economic Growth in Prefecture-level Cities'. *Urban Studies*, 0042098014528549, 2014.
- LIN, Y. F. *Systems, Technology and China's Agricultural Development*. Shanghai: Sanlian and Shanghai People's Publishing House, 1992.
- LIU, G. D.; CHENG, J. M. Teorias e práticas das mudanças institucionais agrárias na China rural desde 1949.. *Zhongguo nongcun guancha*, n. 2, p. 70-80, 2007. (Em chinês)
- LIU, J. P.; YAN, R. A adaptabilidade das mudanças institucionais agrárias ao desenvolvimento da moderna agricultura. *Nongcun jingji*, n. 4, p. 27-31, 2012. (Em chinês)
- LONG, H. L.; LI, Y. R.; LIU, Y. S.; WOODS, M.; ZHOU, J. Accelerated Restructuring in Rural China Fueled by “Increasing vs. Decreasing Balance” Land-use Policy for Dealing with Hollowed Villages. *Land Use Policy*, n. 29, p. 11-22, 2012.
- MA, X. H. 50 Anos da China Rural: coletivização agrícola e mudanças institucionais. *Dangdai zhongguoshi yanjiu*, n. 5-6, p. 70-97, 1999. (Em chinês)
- MA, X. H.; CUI, H. Z. Estabelecer instituições de transferência de terras, facilitar a produção agrícola regional em grande escala. *Guanli shijie*, n. 11, p. 63-77, 2002. (Em chinês)
- MINISTRY OF AGRICULTURE. *The First Statistical Survey Results of Nationwide Family Farm Development by the Ministry of Agriculture*, 2013. Disponível em: http://sd.ifeng.com/zl/sdjtncl/jdjtnc/detail_2013_06/21/919015_0.shtml. Acesso em 4 out. 2014.
- MINISTRY OF AGRICULTURE. *26 % Contracted Land Has Been Transferred, Ministry of Agriculture Required No Forced Commands*, 2014. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/fortune/2014-02/23/c_119460477.htm. Acesso em 6 out. 2014.
- MINISTRY OF LAND AND RESOURCES. *Communiqué of the People's Republic of China on the 2002 Land and Resources*, 2003. Disponível em: http://www.mlrgov.cn/zwgk/tjxx/200710/t20071025_659740.htm. Acesso em 5 out. 2014.

- MINISTRY OF LAND AND RESOURCES. *Communiqué of the People's Republic of China on the 2008 Land and Resources*, 2009. Disponível em: http://www.gov.cn/gzdt/2009-04/01/content_1274266.htm. Acesso em 5 out. 2014.
- MINISTRY OF LAND AND RESOURCES. *Communiqué of the People's Republic of China on the 2013 Land and Resources*, 2014. Disponível em: <http://www.mlr.gov.cn/xwdt/jrxw/201404/P020140422295411414695.pdf>. Acesso em 1 out. 2014.
- MU, R.; VAN DER WALLE, D. Left Behind to Farm? Women's Labor Re-allocation in Rural China. *Labour Economics*, n. 18, p. 583-597, 2011.
- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS of the People's Republic of China. *Statistical Communiqué of the People's Republic of China on the 2013 National Economic and Social Development*, 2014. Disponível em: http://www.stats.gov.cn/tjsj/zxfb/201402/t20140224_514970.html. Acesso em 12 dez. 2014.
- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS of the People's Republic of China. *Statistical Communiqué of the People's Republic of China on the 2012 National Economic and Social Development*. Beijing: China Statistics Press, 2013.
- PAN, L. Revisão histórica e debates contemporâneos sobre o conceito de campesinato. *Zhongguo nongye daxue xuebao (Social Science Edition)*, n. 2, p. 34-48, 2012. (Em chinês)
- PAN, W. 'Para quem a terra agrícola deve ser transferida e concentrada?' *Hongqi wengao*, n. 5, p. 13-16, 2009. (Em chinês)
- POLANYI, K. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press, 1957 [1944].
- PUN, N.; LU, H. L. Unfinished Proletarianization: Self, Anger, and Class Action among the Second Generation of Peasant-Workers in Present-Day China'. *Modern China*, v. 36, n. 5, p. 493-519, 2010.
- QIAN, Z. H. Análise econômica das mudanças históricas das instituições agrárias na China Rural. *Jiangsu shehui kexue*, n. 3, p. 74-85, 2000. (Em chinês)
- SARGESON, S. Violence as Development: Land Expropriation and China's Urbanization. *The Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 6, p. 1.063-1.085, 2013.
- SHI, H. B.; YU, Y. F. Causas e tendências das mudanças institucionais da agricultura chinesa. *Zhonggong zhejiang shengwei dangxiao xuebao*, n. 6, p. 25-29, 2001. (Em chinês)
- STAVIS, B. *People's Communes and Rural Development in China*. Ithaca, NY: Rural Development Committee, Center for International Studies, Cornell University, 1974.
- SUN, X. H. Transferência de terras e subsistência familiar: comparação entre dois modelos de transferência de terras baseada em estudos empíricos na Aldeia T, na Província de Jiangxi. *Guizhou shehui kexue*, n. 4, p. 77-83, 2012. (Em chinês)
- TANG, X. J.; ZHANG, Y. Verificação acelerada dos direitos à terra, promoção da transferência de terras, e facilitação do desenvolvimento *sannong*. *Hubei shehui zhuyi xueyuan xuebao*, n. 6, p. 64-66, 2012. (Em chinês)
- VAN DER PLOEG, J. D.; YE, J. Z. Multiple Job Holding in Rural Villages and the Chinese Road to Development. *The Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 3, p. 513-530, 2010.

- WANG, C. G. Análise positivista sobre a semiurbanização dos migrantes rural-urbanos chineses. *Xuexi yu tansuo*, n. 5, p. 94-103, 2009. (Em chinês)
- WANG, C. L. Três questões cruciais no desenvolvimento da agricultura familiar. *Nongye jingji wenti*, n. 1, p. 43-48, 2014. [Em chinês]
- WANG, G. J.; ZHANG, X. S. (org.) *The Study on Chinese Agricultural Modernization and Accumulation*. Taiyuan: Shanxi Economic Publishing House, 1993.
- WANG, X. B.; YAMAUCHI, F.; OTSUKA, K.; HUANG, J. K. *Wage Growth, Landholding, and Mechanization in Chinese Agriculture*. Policy Research Working Paper 7138. Washington, DC: World Bank, 2014.
- WEN, G. J. Total Factor Productivity Change in China's Farming Sector: 1952-1989. Economic Development and Cultural Change. *Economic Development and Cultural Change*, v. 42, n. 1, p. 1-41, 1993.
- WEN, T. J. Duas contradições básicas nas questões da *sannong*. *Jingji yanjiu cankao*, n. 5, p. 17-23, 1996. (em chinês).
- WEN, T. J. *The Study on Basic Economic Institutions of Rural China*. Beijing: China Economic Press, 2000.
- WU, H. F.; YE, J. Z. Hollow Lives: Women Left Behind in Rural China. *Journal of Agrarian Change*, versão online, 15 set., 2014. DOI:10.1111/joac.12089
- WU, J. From a Legal Perspective to See the Evolution and Transformation of Land Tenure Institutions in China'. *Front: Law China*, v. 4, n. 4, p. 568-600, 2009a.
- WU, K. Q. Análise teórica da fazenda familiar. *Jingji zongheng*, n. 6, p. 65-69, 2013a. (em chinês)
- WU, X. Y. A transferência dos direitos de uso da terra rural e a transformação da governança da aldeia. *Zhengzhixue yanjiu*, n. 6, p. 45-53, 2009b. (em chinês)
- WU, Y.S. *China Aging Development Report (2013)*. Beijing: Social Sciences Academic Press, 2013b.
- XIAO, F.; ZHANG, G. H. Análise da eficiência da transferência dos direitos de uso das terras rurais. *Wuhan daxue xuebao (Social Science Edition)*, v. 55, n. 5, p. 532-536, 2002. (em chinês)
- XU, B. J. *Priority among Priorities: Thoughts about Sannong*. Beijing: China Agriculture Press, 2007.
- YANG, C. M.; WANG, S. Alternativas às mudanças institucionais da agricultura chinesa. *Caizheng yanjiu*, n. 9, p. 12-22, 2002. (em chinês)
- YANG, J.L. A reforma geral das instituições fundiárias na China rural. *Nongye jingji congkan*, n. 2, p. 12-15, 1985. (em chinês)
- YANG, X. C.; PROSTERMAN, R.; XU, X. B. Avaliação da implementação da política de contratos por 30 anos de terras rurais. *Zhongguo nongcun jingji*, n. 1, p. 55-66, 2001. (em chinês)
- YANG, X. D. Uma análise sobre o desenvolvimento e o desempenho das organizações de gestão agrícola no SRF: da perspectiva econômica institucional. *Noingye jingji wenti*, n. 8, p. 38-44, 2009. (em chinês)

- YAO, Y. Sistema fundiário na China rural: um marco analítico. *Zhongguo shehui kexue*, n. 2, p. 54-65, 2000. (em chinês)
- YE, J. Z. *Processes of Enlightenment: Farmers' Initiatives in Rural Development in China*. PhD dissertation, Wageningen University, Wageningen, 2002.
- YE, J. Z. *Construction of the New Countryside: Farmers' Perspectives*. Beijing: Social Sciences Academic Press, 2006.
- YE, J. Z. Grassroots Voices/Left-Behind Children: The Social Price of China's Economic Boom. *The Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 3, p. 613-650, 2011.
- YE, J. Z.; PAN, L. Differentiated Childhoods: Impacts of Rural Labor Migration on Left-Behind Children in China. *The Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 2, p. 353-375, 2011.
- YE, J. Z.; MENG, V. O elo entre aumento e diminuição da terra e sua lógica de desenvolvimentismo. *Nongye jingji wenti*, n. 10, p. 43-50, 2012. (em chinês)
- YE, J. Z.; RAO, J.; WU, H. F. Crossing the River by Feeling the Stones': Rural Development in China. *Rivista di Economia Agraria*, v. LXV, n. 2, p. 261-294, 2010.
- YE, J. Z.; WANG, Y. H.; LONG, N. Farmer Initiatives and Livelihood Diversification: From the Collective to a Market Economy in Rural China. *Journal of Agrarian Change*, v. 9, n. 2, p. 175-203, 2009.
- YE, J. Z.; WANG, C. Y.; WU, H. F.; HE, C. Z.; LIU, J. Internal Migration and Left-Behind Populations in China. *The Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 6, p. 1.119-1.146, 2013.
- YU, A. M. Questões importantes sobre transferência de terras. *Zhengce*, n. 11, p. 38-41, 2013. (em chinês)
- YUAN, G. L.; LIN, J. Z. Os impactos das mudanças institucionais fundiárias na transformação agrícola da China. *Huanan nongye daxue xuebao (Social Science Edition)*, v. 12, n. 2, p. 11-20, 2013. (em chinês)
- YUAN, S. N. Fazenda familiar: abordagens da modernização agrícola na China. *Nanfang nongcun*, n. 4, p. 4-15, 2013. (em chinês)
- ZHANG, H.; LI, X. F.; SHAO, X. M. Impacts of China's Rural Land Policy and Administration on Rural Economy and Grain Production. *Review of Policy Research*, v. 23, n. 2, p. 607-624, 2006.
- ZHANG, H. B.; CHEN, C. B. Efeitos da verificação coletiva dos direitos à terra na transferência de terras rurais: estudo de caso em um distrito. *Jiangxi nongye daxue xuebao (Social Science Edition)*, v. 12, n. 2, p. 166-169, 2013. (em chinês)
- ZHANG, H. Y. *Political Economy Analysis of Land Institutional Changes in Rural China*. PhD dissertation, Southwest University, Chongqing, 2001.
- ZHANG, H. Y.; LIU, M.; WANG, H. Mudanças institucionais no uso da terra na China rural: periodização, diversificação e ajustes de políticas. *Nongye jingji wenti*, n. 2, p. 12-20, 2002a. (em chinês)
- ZHANG, H. Y.; LIU, M.; WANG, H. Mudanças institucionais no uso da terra na China rural: periodização, diversificação e ajustes de políticas (segunda parte). *Nongye jingji wenti*, n. 3, p. 17-23, 2002b. (em chinês)

- ZHANG, J. *The Narratives of Capital-Led Land Transfer: The Case of Ge Village in Sichuan Province*. Master thesis, China Agricultural University, Beijing, 2014.
- ZHANG, J. C.; ZHANG, Q. Uma pesquisa sobre a sobrevivência anômala de 50 milhões de mulheres deixadas para trás. *Zhongguo jingji zhoukan*, n. 10, p. 14-19, 2006. (em chinês)
- ZHANG, J. X. *Research of Chinese Agricultural Institutional Changes*. PhD dissertation, Fudan University, Shanghai, 2003a.
- ZHANG, L. X. Agricultural and Rural Development in China. In: ZHANG, L.X. et al. (org.). *Agricultural Development and the Opportunities for Aquatic Resources Research in China*. Malaysia: WorldFish Center, 2003b.
- ZHANG, Q. F.; DONALDSON, J. A. The Rise of Agrarian Capitalism with Chinese Characteristics: Agricultural Modernization, Agribusiness and Collective Land Rights. *The China Journal*, n. 60, p. 25-47, 2008.
- ZHANG, Q. F.; DONALDSON, J. A. From Peasants to Farmers: Peasant Differentiation, Labor Regimes, and Land-Rights Institutions in China's Agrarian Transition. *Politics & Society*, v. 38, n. 4, p. 458-489, 2010.
- ZHANG, Q. F.; MA, Q. G.; XU, X. Development of Land Rental Markets in Rural Zhejiang: Growth of Off-Farm Jobs and Institution Building. *The China Quarterly*, n. 180, p. 1.040-1.062, 2004.
- ZHANG, X. S. *Agricultural Dramatic Transformation and Strategic Choices in China*. Beijing: China Price Press, 1993.
- ZHANG, Z. L. Breve Análise do Estabelecimento do Mecanismo de Transferência de Direitos de Uso da Terra. *Nongcun jingji*, n. 7, p. 28-29, 1988. (em chinês)
- ZHAO, S. Q.; TANG, S. P. Uma avaliação difusa de mudanças de bem-estar antes e depois da transferência de terras com base na teoria de Sen. *Tongji yu juece*, n. 11, p. 51-54, 2011. (em chinês)
- ZHAO, Y. L. Ações Governamentais nos Processos de Mudanças Institucionais Agrícolas. *Shandong shifan daxue xuebao (Humanities and Social Sciences)*, v. 52, n. 6, p. 145-150, 2007a. (em chinês)
- ZHAO, Y. Q. Estudo sobre a carga tributária dos camponeses na China contemporânea (1949–2006). *Zhongguo jingjishi yanjiu*, n. 3, p. 97-106, 2007b. (em chinês)
- ZHOU, P. G.; CHEN, J. L. Estudo sobre o impacto da extinção dos impostos agrícolas sobre o trabalho agrícola. *Zhongguo xingzheng guanli*, n. 5, p. 59-62, 2007. (em chinês)
- ZHOU, Q. R. A verificação dos direitos à terra é pré-condição e base para a transferência de terras. *Nongcun gongzuo tongxun*, n. 14, p. 40, 2009. (Em chinês)
- ZHOU, Y. H.; GENG, X. H. Agricultura Moderna: Significado, Características e Tendências de Desenvolvimento. *Zhongguo nongxue tongbao*, v. 23, n. 10, p. 33-36, 2007. (em chinês)
- ZHOU, Z. P. O esvaziamento da população rural da China e seu desafio. *Renkou yanjiu*, v. 32, n. 2, p. 45-52, 2008. (em chinês)
- ZHU, Q. Z.; YANG, H. Q. Who is Farming? Survey and Reflection on Rural Work Force. *Zhongguo nongye daxue xuebao (Social Sciences Edition)*, v. 28, n. 1, p. 162-169, 2011.

Capítulo 9

Capitalização sem proletarização no desenvolvimento agrícola da China

Philip C. C. Huang
Gao Yuan
Yusheng Peng

Há mais de um século, V. I. Lenin e A. V. Chayanov discordavam radicalmente sobre a realidade empírica da agricultura russa e a direção em que essa se movia. Lenin acreditava que trabalhadores agrícolas contratados se difundiam rapidamente em paralelo ao surgimento de uma burguesia agrícola (camponeses ricos). Na tradição de Marx e Engels, Lenin acreditava que o capitalismo era a direção dominante da mudança na agricultura russa; e havia que promover uma revolução socialista no campo, da mesma forma que nas cidades (Lenin, 1956). Chayanov, ao contrário, sustentava que a agricultura familiar camponesa, que, segundo ele, tinha princípios inteiramente diferentes da agricultura capitalista, era predominante e persistente. O que se necessitava não era capitalismo nem coletivização, mas cooperativas para proporcionar uma “integração vertical” (da produção ao processamento

e à venda) para as unidades agrícolas familiares em um ambiente de mercado (Chayanov, 1986; Shanin, 1986). Essa foi a principal divisão de opinião sobre a agricultura, até Chayanov e seus colegas serem silenciados por Stalin, a agricultura russa ser coletivizada e uma economia inteiramente planejada ser instituída.

Hoje, após o colapso da agricultura coletiva (“socialista”) e das economias planejadas nos antigos estados comunistas e na China, a velha questão retornou, agora nem tanto como a oposição marxismo *versus* “economia camponesa”, mas entre capitalismo neoliberal *versus* economia camponesa. Para os defensores do primeiro, a realidade empírica e o rumo do desenvolvimento agrícola na China e em outros países em desenvolvimento é, e deve ser, o capitalismo, isto é, a agricultura em larga escala baseada em mão de obra contratada. Essa perspectiva neoliberal adquiriu, durante a reforma chinesa, um domínio hegemônico sobre outros discursos envolvendo agricultura e desenvolvimento rural. Uma perspectiva alternativa sugere que a agricultura continua fundada principalmente na família camponesa e não na agricultura capitalista, e que seu caminho ideal de desenvolvimento não seria nem o capitalismo nem o socialismo, mas algo diferente, na linha de cooperativas comerciais, da maneira originalmente prevista por Chayanov.

O principal contraponto para este capítulo são as definições marxista e liberal clássicas de “capitalismo” – de esse ser baseado em uma economia de mercado e no trabalho assalariado individual, em lugar de trabalho familiar (Smith, 1976; Lenin, 1956; ver também Huang, 2011b). Esse ponto de vista segue sendo muito influente.

Obviamente, nem todos os acadêmicos seguem as visões de Marx e Smith ou as de Chayanov. Há, por exemplo, os que argumentam que o “modelo do Leste Asiático” (do Japão, Coreia do Sul e Taiwan) é uma forma distinta de desenvolvimento agrícola capitalista, na medida em que se baseia em uma combinação de agricultura familiar com forte apoio estatal. Na visão desses acadêmicos, a China atualmente se encaixa nesse modelo (Teruoka, 2011; Zhang, 2011). Mas, como Philip Huang (2010, p. 5-15) mostrou, a história agrícola da China é mais parecida com a da Índia do que com a do Japão, Coreia do Sul ou Taiwan. O Japão já havia entrado em um período de lento crescimento demográfico por volta de 1720 (Hanley; Yamamura, 1977) e, no período de 1890 a 1960 quando foram introduzidos insumos modernos em sua agricultura, sua expansão industrial foi suficientemente vigorosa para atrair mão de obra o bastante para manter sua população agrícola quase constante, o que difere muito da China. Quanto à Coreia do Sul e Taiwan, eles conseguiram emergir de suas “revoluções verdes” das décadas

de 1960 e 1970 (uso de fertilizante químico, seleção científica de sementes e energia mecânica, iniciadas já sob o domínio japonês) para uma industrialização sustentada, também muito diferente da experiência chinesa, na qual os ganhos com os mesmos insumos modernos foram, em sua maior parte, consumidos pelo crescimento populacional (ver mais adiante). Posteriormente, no Japão – paradigma do “modelo do Leste Asiático” –, como a proporção de sua população rural encolheu para bem abaixo de 10 % do total, a agricultura capitalista baseada em mão de obra assalariada se disseminou, como será visto adiante, muito mais do que na China, embora a agricultura familiar tenha persistido tenazmente.

No que tange à pressão da população e às dimensões de seu problema agrícola, a China se aproxima muito mais da Índia. Às vésperas da introdução de insumos modernos na agricultura, na década de 1950, o país também compartilhava com a Índia, substancialmente, o mesmo PIB *per capita*, muito inferior ao do Japão, Coreia do Sul e Taiwan na época (Huang, 2010, p. 5-15). Em vista disso, neste capítulo, a comparação está focada, principalmente, na Índia, embora também sejam destacadas as diferenças entre a China e o chamado modelo do Leste Asiático.

A questão que se coloca é, sobretudo, empírica. Quais são as dimensões da agricultura capitalista baseada em mão de obra assalariada na China hoje? Em que direção aponta a mudança na agricultura chinesa? E como entender e explicar isso?

Os dados

Na China “em transição” do período da reforma, a antiga retórica da era de Mao Zedong foi combinada com práticas e discursos neoliberais, resultando em uma mistura peculiar. A antiga retórica foi purgada de qualquer menção a “luta de classes” – juntamente a um “completo repúdio” (彻底否定) pela Revolução Cultural – enquanto práticas e discursos neoliberais foram enquadrados na categoria de “socialismo de mercado”. Uma das consequências foi que, nas estatísticas oficiais, as categorias “classe” e “relações de classe” (de produção) passaram a ser, em grande medida, ignoradas.

Assim, os trabalhadores agrícolas assalariados não existem como uma categoria estatística, e tampouco o imenso número de camponeses empregados fora da lavoura. Estatisticamente, os “trabalhadores” existem principalmente como trabalhadores empregados (职工), em um curioso remanescente da era da economia planejada, quando as relações de classe capitalistas

estavam supostamente abolidas e as diferenças entre trabalhadores de classe média (colarinho branco) e operariado já não existiam. As categorias “mão de obra” (劳动) e “trabalhadores” (劳动者) limitam-se a empregados regulares e formais (ou seja, oficialmente registrados como tais, e com proteção e benefícios legais) na indústria, chamado de “setor secundário”, distinto do “setor primário” da agricultura. Portanto, nada existe sobre os trabalhadores camponeses “informais” nas estatísticas anuais sobre “trabalho” (Zhongguo laodong tongji nianjian, 2007), embora saibamos que existem cerca de 150 milhões de pessoas registradas como camponesas que trabalham fora de casa, na indústria e no setor de serviços, popularmente conhecidos como aqueles que “deixam a terra e a aldeia” (离土又离乡), e outros 150 milhões que trabalham fora da lavoura, perto de casa, conhecidos como os que “deixam a terra, mas não a aldeia” (离土不离乡). Essas pessoas geralmente assumem os trabalhos mais pesados e sujos, são as mais mal remuneradas, não gozam de proteção legal e trabalham sem benefícios ou com benefícios reduzidos. Esses dados são conhecidos não por categorias das estatísticas oficiais, mas, principalmente, por meio de estudos que extrapolam as categorias estatísticas estabelecidas (China, 2010b).¹

“Camponeses” ou “pessoal agrícola” (农民) seguem sendo uma categoria à parte e distinta de empregados e/ou trabalhadores. Anteriormente, os “camponeses” eram definidos como membros de coletivos das aldeias rurais; hoje, principalmente, como aqueles formalmente registrados pelo governo como residentes rurais, muito embora a realidade social mostre um grande número desses trabalhando fora da lavoura. Quanto aos que permanecem na agricultura, oficialmente chamados de “pessoas empregadas na agricultura” (从业人员 从业人员), “trabalhadores agrícolas contratados” (农业 雇工), da mesma forma que os trabalhadores-camponeses das aldeias e cidades, não existem como uma categoria estatística.

Essa lacuna nos dados estatísticos, em parte, também explica a escassez de pesquisas sérias sobre trabalho assalariado agrícola. Uma busca na literatura acadêmica mostra que praticamente não há trabalhos sobre o tema na China. Uma busca na Base de Artigos Completos de Revistas Acadêmicas da China (CNKI) (no final de agosto de 2011) com as palavras-chave “trabalhadores agrícolas contratados” (农业 雇工) produz apenas 38 títulos, a maioria históricos; apenas seis textos curtos tratam do assunto, em alguma medida, na China atual, e nenhum contém qualquer tentativa de estimar as

¹ Para uma discussão resumida, ver Huang (2009) e Huang (2011d).

dimensões quantitativas do tema em alguma localidade, e muito menos de maneira regional ou nacional.

Contudo, sabemos por pesquisas de campo e por referências pontuais em artigos e livros, bem como por experiências pessoais, observações e relatos, que uma quantidade significativa de mão de obra agrícola vem sendo contratada. Quanto exatamente, contudo, fica, em grande medida, a critério da imaginação, muitas vezes moldada por propensões ideológicas, com aqueles que favorecem as visões marxistas e liberais clássicas tendendo a exagerar a incidência de mão de obra assalariada e a “agricultura capitalista” na China atual. Há os que se inclinam fortemente à imagem delineada por Lenin; alguns até imaginam que grandes empresas agrícolas capitalistas, multinacionais e nacionais, estão se alastrando pelo país. Já os que questionam as visões marxistas e neoliberais tradicionais, por outro lado, tendem ao oposto – minimizar ou ignorar a agricultura capitalista.

Como, então, obter um retrato mais sistemático? Nossa exploração dos dados disponíveis sugere a existência de números razoavelmente confiáveis, embora precisem ser extraídos de enormes massas de informações quantitativas acumuladas pelo gigantesco aparato estatístico da China. Uma fonte amplamente usada é a pesquisa nacional anual de custos e receitas para diferentes produtos agrícolas, com base em uma amostragem anual detalhada de 60.000 famílias, em 1.553 municípios em toda a China (Quanguo nongchanpin chengben shouyi ziliao huibian, 2002, explicação do editor, 2). Essa pesquisa, na verdade, contém informações precisas sobre mão de obra contratada entre as famílias pesquisadas. Mas esses dados sobre mão de obra contratada são expressos apenas em registros de custos e receitas de diferentes produtos agrícolas. Eles aparecem como uma contribuição média da mão de obra contratada, diferenciada da contribuição da mão de obra familiar, em termos de custos monetários e número de dias, para cada unidade de terra e produção.²

Pode-se usar esses dados para obter uma indicação bastante precisa da proporção de mão de obra contratada usada pelas famílias pesquisadas, para uma variedade de produtos agrícolas e, assim, também para chegar a uma aproximação do trabalho contratado total entre todos os dados de mão de obra agrícola. A Tabela 1 e a Figura 1 usam essa abordagem e fornecem as proporções de mão de obra contratada (em dias úteis) para cinco principais produtos agrícolas para os quais existem dados sistemáticos: grãos (a média dos três principais grãos: arroz, milho e trigo) – em conjunto os grãos

² Os dados quantificados por custos estão incluídos nos anuários das estatísticas rurais (中国农村统计年鉴) mais amplamente disponíveis (no capítulo 10, sobre custo e renda).

alimentares (粮食作物) respondem por 68,7 % da área total semeada em 2009; hortaliças (11,6 % da área plantada); amendoim e oleaginosas (花生+油菜籽) (7,4 %) – as “oleaginosas” (油料作物) em conjunto respondem por 8,6 % da área total plantada; algodão (3,1 % da área plantada); e maçãs – como uma aproximação de todas as frutas e melões (瓜果), que totalizam 1,5 % da área plantada (Zhongguo nongcun tongji nianjian, 2010, tabela 7-3). Essas são as cinco principais categorias de produtos agrícolas, que respondem, ao todo, por 93,5 % da área total plantada.

Como se pode observar facilmente, o uso de mão de obra contratada na maior categoria de produtos agrícolas – grãos, com 68,7 % da área total semeada – representa menos de 5 % de toda a mão de obra e não mostrou nenhum aumento substancial nos últimos dez anos. Por outro lado, a mão de obra contratada na segunda maior categoria – hortaliças, com 11,6 % da área total semeada – aumentou substancialmente na década passada (em grande parte devido ao surgimento do cultivo de hortaliças em estufas plásticas com “intensificação dual de capital e mão de obra” próximo a centros urbanos e rotas de transporte) (Huang, 2010), mas ainda permanece em apenas 8,5 %, pois o cultivo de hortaliças continua sendo, essencialmente, uma operação de agricultura familiar, exigindo trabalho intenso e meticuloso, embora irregular (Huang, 2011b; ver mais a seguir). O padrão típico é que uma família/casal de pequenos agricultores contrate um ou dois trabalhadores, geralmente por meio período, para ajudar com o cultivo de hortaliças em estufas plásticas. Quanto à terceira categoria – oleaginosas, com 8,6 % da área total semeada – a proporção de mão de obra contratada utilizada, assim como para os grãos, permaneceu constantemente baixa, apenas de um a três por cento durante o período.

A quarta grande categoria, o algodão, com 3,1 % da área plantada, registrou um aumento significativo na contratação de mão de obra, chegando a 7 % de toda a força de trabalho das famílias pesquisadas, talvez, em parte, devido aos esforços conjuntos nos últimos anos para desenvolver novos campos de algodão em Xinjiang, passando de 24 % de toda a área cultivada com algodão em 1996 para um total de 41 % em 2006 (Zhongguo di er qui quanguo nongye pucha ziliao zonghe tiyao, 2008, p. 7-2-8). Dada a relativa abundância de terra e à escassez de mão de obra na região, um quarto das fazendas é maior que 100 mu e, portanto, utiliza uma quantidade considerável de trabalho contratado (a um custo mais alto por trabalhador do que em outras áreas). Ainda assim, grande parte da mão de obra contratada continua sendo apenas sazonal e de curto prazo para a colheita do algodão; a agricultura familiar permanece predominante (Shu-chun, 2010).

Tabela 1

Proporções (em porcentagem) de mão de obra contratada
(em dias úteis) para os principais produtos agrícolas, 2000–2009

Ano	Grãos	Vegetais	Amendoins e Oleaginosas	Algodão	Maçãs
2000	4,1	2,9	2,1	3,1	3,0
2001	4,2	0,7	2,1	2,7	5,0
2002	4,3	1,4	2,4	3,1	2,6
2003	4,5	1,6	3,1	3,0	5,0
2004	5,3	4,5	2,0	5,2	15,8
2005	4,6	7,5	2,6	4,9	17,7
2006	4,5	7,7	1,3	5,9	17,4
2007	4,8	8,8	1,5	7,0	31,6
2008	4,7	8,2	1,1	6,9	20,6
2009	4,4	8,5	1,3	6,7	39,6

Fonte: Quanguo nongchanpin chengben shouyi ziliao huibian, 2006, 2010.

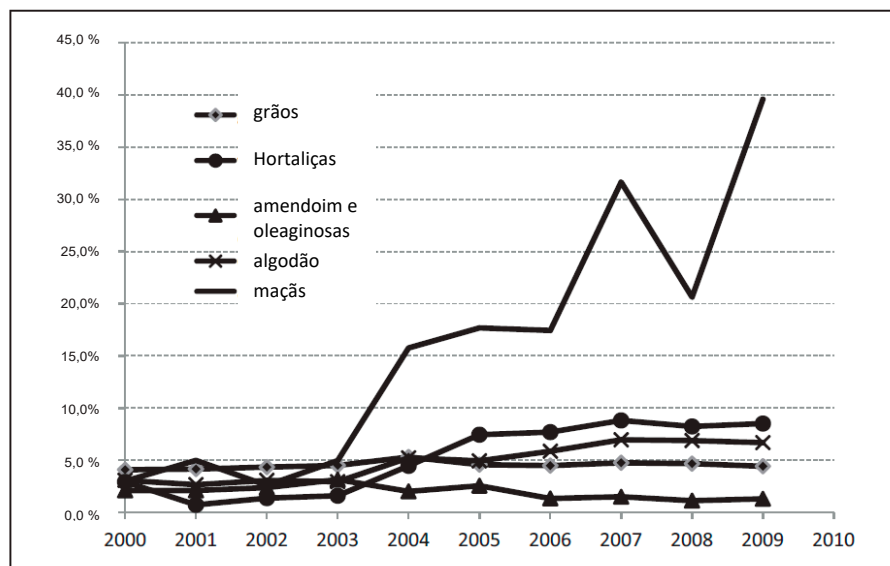


Figura 1. Proporções de mão de obra contratada utilizada (por dias úteis) para os principais produtos agrícolas, 2000–2009.

Fonte: Quanguo nongchanpin chengben shouyi ziliao huibian, 2006, 2010.

O único caso de aumento realmente expressivo no uso de mão de obra contratada é para o cultivo de maçãs (a única fruta para a qual existem dados sistemáticos) – usada aqui como uma aproximação para a produção de “frutas e melões” –, que representa 1,5 % da área plantada. A mão de obra contratada alcançou quase 40 % de seu total em 2009. Isso ocorre, em parte, porque os pomares em terrenos montanhosos, às vezes, têm contratos de áreas mais amplas (mas também são frequentemente distribuídos igualmente entre as famílias); e, também, devido à disseminação de variedades de alto valor, que requerem trabalho intensivo para cobrir as frutas com sacos (果袋) – a fim de melhorar a qualidade e aparência – e para a colheita. Mas o drástico aumento nesse setor de produção agrícola não deve ser superestimado, uma vez que a área total de cultivo de frutas é de apenas 1,5 % de toda a área cultivada.

A disseminação de hortaliças (e frutas) de alto valor foi responsável por boa parte da “revolução agrícola oculta” da China, com um aumento de quase seis vezes no valor da produção agrícola (a preços comparáveis) nas últimas três décadas, impulsionada principalmente pelo aumento da demanda por esses produtos, decorrente do aumento expressivo da renda. O termo “revolução agrícola oculta” é usado por Huang para distinguir esse fenômeno chinês recente do entendimento convencional de “revoluções agrícolas” – baseado principalmente no aumento da produção absoluta por unidade de terra ou de mão de obra nas mesmas culturas, como na clássica revolução agrícola inglesa do século XVIII e na mais recente “revolução verde” das décadas de 1960 e 1970. A China também havia experimentado sua “revolução verde” nas décadas de 1960 e 1970; a recente “revolução agrícola oculta” não advém tanto da expansão do rendimento de certas culturas, mas da reestruturação fundamental do consumo chinês de alimentos e da estrutura agrícola que a acompanha – de uma dieta de 8:1:1, para grãos, hortaliças e carne, a uma dieta tendendo para uma proporção de 4:3:3 (Huang; Peng, 2007; Huang, 2010, cap. 6; Huang, 2011c; Zhongguo nongcun tongji nianjian, 2011, Tabela 6-22).

O aumento da criação de animais faz parte da nova “revolução agrícola oculta”. A Figura 2 mostra as proporções de uso de mão de obra contratada nas principais categorias de produtos de origem animal, da mesma maneira que nas lavouras. Primeiro, para as três principais carnes – porco, aves e bovina – representando (em peso) 64 %, 21 % e 8 %, respectivamente (ou um total de 93 %), de toda a carne produzida na China em 2009 (Zhongguo nongcun tongji nianjian, 2010, p. 7-38, 7-40). Como se pode observar facilmente, a proporção de mão de obra contratada para a produção de carne de

porco variou entre 6 % e 8 % nos últimos cinco anos, entre os domicílios pesquisados (para os quais existem dados detalhados e comparáveis). O padrão típico é que uma pequena unidade agrícola familiar crie apenas um ou dois porcos à maneira antiga, alimentando-os com sobras das refeições da família, o que hoje se denomina “criação dispersa” (散养). Mesmo as chamadas “criações de suínos em larga escala” (规模养猪) (ou seja, mais de 30 porcos), ainda são, em grande parte, operações agrícolas familiares em que a família fornece (em média) cerca de dois terços de toda a mão de obra. Vimos que essa criação de suínos em escala aumentou apenas a proporção total de mão de obra contratada utilizada para oito por cento em 2009.

Quanto à produção de carne bovina, há dados disponíveis somente para a “criação dispersa”, em que a mão de obra contratada respondeu por apenas cinco por cento em 2009 (China, 2010a, p. 205). Para a (carne de) frango (鸡 鸡) – item dominante em “aves” (禽肉) – não se dispõe de dados confiáveis para toda a criação, devido à dificuldade de contagem das aves espalhadas pelas unidades agrícolas familiares. No entanto, mesmo na “criação de frango em larga escala” (规模肉鸡), a mão de obra contratada caiu de 22,5 %, em 2004, para 15 %, em 2009, mostrando a forte persistência da criação familiar de frangos. Sabe-se, por evidências casuais (observações) que mesmo as grandes empresas que comercializam frangos e ovos continuam dependendo, em grande parte, da contratação de várias unidades familiares dispersas, ao invés de uma produção concentrada em um único local (Zhongguo nongye chanyehua fazhan baogao, 2008; ver também Huang, 2011c) Em suma, assim como nos cultivos, o trabalho familiar continua predominante na pecuária na China.

Leite e ovos, os outros dois principais produtos de origem animal – com um total de 65 milhões de toneladas em 2009, comparados aos 76 milhões de toneladas de carne (Zhongguo nongcun tongji nianjian, 2010: 7-40, 7-41) –, devido às exigências mais estritas de uniformidade do produto, são os segmentos em que as operações capitalistas aparentemente fizeram maiores incursões. Como mostra a Figura 2, em 2009, 28 % do total da mão de obra na pecuária leiteira foi contratado. No que tange a ovos, a quantidade de mão de obra contratada na produção em larga escala aumentou para mais de 30 % em 2005, mas, desde então se estabilizou em 27 % (novamente mostrando a persistência da agricultura familiar com mão de obra própria).³

³ Não existem dados confiáveis sobre a produção dispersa de ovos em pequenas unidades familiares; como no caso da carne de frango, a pesquisa de custos e rendimentos abandonou a coleta de dados em 2006.

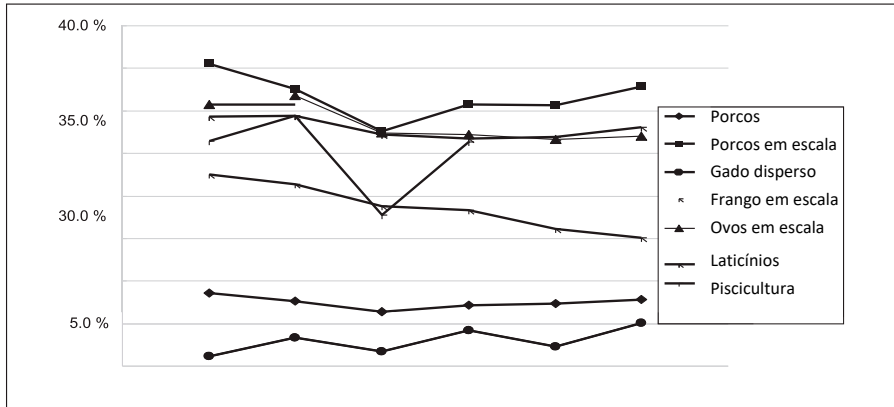


Figura 2. Proporção de mão de obra contratada (por dias úteis) para os principais produtos de origem animal, 2004–2010.

Fonte: Quanguo nongchanpin chengben shouyi ziliao huibian (2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010, tabela 1-23-2).

Com relação a pescados (水产品), que totalizaram 47 milhões de toneladas em 2007 – o último ano para o qual esses dados estão disponíveis – em comparação com a carne, com 69 milhões de toneladas, naquele ano, e leite e ovos com 62 milhões de toneladas (Zhongguo nongcun tongji nianjian, 2008, p. 7-44), a produção capitalista também fez grandes avanços, considerando os gastos de capital relativamente altos necessários para a piscicultura. Há dados disponíveis apenas para a “agricultura especializada de peixes de água doce” (淡水鱼精养) entre os anos de 2004 e 2007. Como se pode ver na Figura 2, a mão de obra contratada totalizou 26 % nesse tipo de piscicultura em 2007.

Em suma, não há dúvida de que a agricultura familiar permaneceu predominante. Isso vale, especialmente, para o que Philip Huang denominou de “agricultura antiga”, principalmente a agricultura familiar de grãos e oleaginosas, e até mesmo de algodão. Também é verdade para o que Huang chama de “nova agricultura”, produtos agrícolas de maior valor, principalmente hortaliças e carne (porcos, aves, gado), que envolve a intensificação tanto de capital (por exemplo, estufas plásticas, enzimas biológicas para conversão de talos em ração), quanto de mão de obra. Assim, enquanto uma unidade de trabalho pode cultivar quatro mu de hortaliças ao ar livre, em geral, pode manejar apenas um mu de hortaliças em estufas plásticas. Da mesma forma, enquanto uma unidade agrícola familiar típica de 5 a 10 mu pode manter apenas um ou dois porcos com sobras de alimentos, uma unidade que usa

enzimas biológicas para converter talos em ração pode criar dez ou mais porcos, com aumentos proporcionais na quantidade de mão de obra (Huang, 2010). A produção de frutas, leite e ovos, por outro lado, utiliza mais mão de obra contratada.

A quantificação precisa de toda a mão de obra contratada como uma proporção da mão de obra total envolvida na produção não está prontamente disponível, e talvez nem seja desejável. Isso se deve, em parte, às acentuadas diferenças entre, de um lado, a maioria dos produtos agrícolas – como grãos, hortaliças, amendoins e oleaginosas, algodão e porcos-aves-gado – em que a agricultura familiar permanece predominante e, de outro lado, os poucos produtos selecionados nos quais a agricultura capitalista baseada em trabalho assalariado fez incursões maiores – principalmente frutas, leite, peixe de cativeiro e ovos. No entanto, é possível concluir, ainda, com as ressalvas apontadas, que, no geral, a agricultura de mão de obra contratada responde por uma proporção relativamente baixa do trabalho agrícola total – uma média de cinco por cento para os cinco cultivos tabulados, que totalizam 93,5 % da área total plantada, e de cerca de sete por cento na produção de carne, sendo maior na piscicultura que requer maior investimento de capital, e na produção de leite e ovos, que envolvem requisitos mais estritos de padronização. O total para todas as categorias de produção poderia, com base nesses levantamentos, ser estimado em cinco a oito por cento, certamente menos de dez por cento. Isso, ao menos, é o que dizem os dados de custos e receitas com base em uma amostra de unidades agrícolas.

Um conjunto diferente de dados

As cifras de cinco a oito por cento, ou “certamente menos de dez por cento”, podem parecer para alguns ser menores do que o esperado, mas o fato é que podem mesmo estar superestimadas. Os dados apresentados originam-se inteiramente de pesquisas anuais de custos e receitas de uma amostra de 60.000 unidades agrícolas familiares em todo o país. Embora essa pareça uma amostra considerável, é preciso, contudo, ter presente a possibilidade de uma distorção da seleção. Certamente, as famílias são sorteadas a partir de um número impressionante de 1.553 distritos,⁴ mas, é preciso lembrar, isso significa que, em média, apenas 38 unidades familiares são pesquisadas por município, o que, por sua vez, significa que os dados podem muito bem não ser realmente

⁴ De um total de 1.998 distritos em 2001, incluindo 393 cidades administrativas (地级市) e 116 distritos autônomos (自治县).

representativos. Além disso, o objetivo das pesquisas não é tanto o de capturar a realidade de toda a agricultura chinesa, mas de fornecer uma base para políticas de preços, fundamentada na mudança de relação entre custos de diferentes fatores de produção. Além desse objetivo principal, as pesquisas também procuraram explicitamente fornecer “modelos” para um caminho de desenvolvimento desejado. Como afirmou Zhao Xiaoping (赵小平), presidente da Divisão de Preços (价格司) da Comissão de Reforma e Desenvolvimento do Estado (国家发展改革委员会) (anteriormente chamada de Comissão de Planejamento), que conduz a pesquisa de custos e receitas:

Nossos pesquisadores [...] devem estar atentos à função modelo das unidades familiares pesquisadas, procurar identificar potenciais atividades especializadas (特色产业), adequadas às condições locais, e mostrar aos camponeses um bom caminho para enriquecer, usando uma unidade familiar para trazer centenas de outras. O ditado “para ficar rico, basta olhar para as famílias pesquisadas” tornou-se uma descrição precisa do que as pesquisas de custo-receita fizeram para ajudar a aumentar a renda dos camponeses. (Zhao Xiaoping, 2004)

Dado esse objetivo declarado de selecionar famílias “para servir de modelo” (示范作用), ao contrário de nossas expectativas iniciais, estamos inclinados a pensar que as pesquisas sobre custos-receitas são, provavelmente, tendenciosas, favorecendo a seleção das unidades familiares consideradas mais “avançadas”. Sendo assim, o que pode ser feito para corrigir a parcialidade desses dados, amplamente utilizados em pesquisas acadêmicas (para um exemplo muito recente, ver Wang, 2011)? Talvez, em parte, para superar os problemas da amostra pequena e não tão representativa, desde 1996, a China introduziu a prática de pesquisas decenais da agricultura, semelhantes em estratégia aos censos populacionais decenais, que têm constituído os dados fundamentais sobre a população. Até o momento, temos os resultados de duas pesquisas, de 1996 e 2006, fixadas para as 24:00 horas, de 31 de dezembro de 1996 e 2006. Essas são pesquisas gigantescas que exigem que todos os questionários sejam preenchidos no local, no decorrer da entrevista, pelo pesquisador junto com o entrevistado. Eles aplicam um questionário de quatro páginas, padronizado nacionalmente, juntamente com instruções detalhadas para todos os pesquisadores. Os questionários incluem (pergunta nº 10 do formulário padrão) itens sobre o número de trabalhadores agrícolas contratados, desagregado entre contratados por mais de seis meses e por menos de seis meses (também desagregados por gênero). Para esse último, deve ser indicado o número exato de dias úteis contratados (China, 2008a, seção 8, 285-339).

No geral, essas pesquisas decenais destinam-se claramente a fazer para a agricultura o que as pesquisas populacionais decenais fizeram para a população. Diferentemente das pesquisas anuais de 60.000 famílias, elas visam entender as realidades atuais, da maneira mais precisa possível, sem nenhuma missão complicada de estabelecer certas famílias como modelos. Elas estabeleceram o novo padrão de dados sobre a agricultura chinesa e têm sido usadas, por exemplo, para atualizar e corrigir dados passados sobre a agricultura chinesa, assim como os censos decenais têm sido usados para corrigir antigos dados demográficos e de emprego.⁵

A categoria organizadora usada na pesquisa é de “produtor agrícola” (农业生产经营者), dividida em “domicílios familiares de produção agrícola” (农业生产经营户), que poderíamos chamar simplesmente de “unidades familiares”, totalizando, em 2006, 200,2 milhões de famílias, com 342 milhões de “unidades de trabalho familiares” (本户劳动力). Essas unidades familiares distinguem-se das 0,395 milhão de “unidades corporativas” (农业生产经营单位), que incluem “empresas” (企业), “instituições” (事业单位), “agências” (机关), “organizações sociais” (社会团体), “entidades privadas sem fins lucrativos” (民办非企业) e “outras entidades pessoa jurídica” (其它法人单位).

Para essas últimas unidades agrícolas, há outras categorizações para as 0,239 milhões de unidades com *status* oficial de “pessoa jurídica agrícola” (农业法人单位). Essas totalizam 6,278 milhões de “pessoas empregadas” (从业人员) (ou 26 pessoas por unidade), entre as quais as “empresas” (企业) respondem pelo maior número – 3,583 milhões de pessoas empregadas, ou 57 % de todas as pessoas empregadas nessas “unidades corporativas” mencionadas. Em outras palavras, os empregados dessas empresas totalizam pouco mais de um por cento de todas as pessoas (incluindo as de “unidades familiares” e de “unidades corporativas”) envolvidas no trabalho agrícola (China, 2009, tabela 1-5-1). Muitos desses trabalhadores-empregados de empresas agrícolas estariam bem próximos do que se pode considerar um “proletariado agrícola” – isto é, trabalhadores assalariados em tempo integral empregados por empresas agrícolas (capitalistas).

Quanto às restantes não registradas, se assumirmos, como limite máximo, que todas aquelas sem *status* de “pessoa jurídica” e, portanto, não incluídas na contagem acima, são empreendimentos privados com fins lucrativos (porque as outras, que são oficiais e entidades semioficiais, ou instituições de caridade privadas, têm muito mais probabilidade de estar formalmente re-

⁵ Ver, por exemplo, China (2008b, tabela 7-38) sobre criação de animais (畜牧业).

gistradas com *status* de pessoa jurídica) e, supondo também que elas têm em média o mesmo número de empregados que as empresas registradas (mesmo que, na realidade, elas provavelmente sejam unidades menores), chegaríamos a um número de outros 4,056 milhões desses trabalhadores, perfazendo um total de 7,639 milhões, ou 2,2 % de todos os trabalhadores agrícolas, como limite máximo estimado de trabalhadores agrícolas contratados por empreendimentos (agrícolas).⁶

Os dados para as unidades familiares (“domicílios familiares de produção agrícola”) são mais precisos. Um total de 342 milhões de pessoas dessas unidades são identificadas como “força laboral empregada em unidades familiares” (家庭户从业劳动力), das quais 337 milhões, ou 98,5 %, são identificadas como “trabalhadores por conta própria” (自营) (as demais, em números muito menores, são identificadas de formas diversas como “empregadores” (雇主), “ajudantes familiares” [membros da família que auxiliam no trabalho] (家庭帮工), “trabalhadores da indústria” (帮工), e serviço público (务职) (China, 2009, tabela 2-1-14).

Esses dados, é preciso salientar, são complicados pela grande variedade de atividades econômicas da família camponesa nos dias de hoje. Atualmente, a maioria das famílias agrícolas trabalha simultaneamente em várias atividades, não apenas na agricultura, mas também no comércio, transporte e outros serviços, entre uma infinidade de atividades fora da lavoura. As pesquisas decenais adotaram a prática de dividir as unidades familiares entre aqueles que trabalham mais de seis meses por ano na agricultura e aqueles que trabalham menos de seis meses. Com essa distinção, a pesquisa de 2006 enumerou um total de 305 milhões de pessoas, 214 milhões delas trabalhando mais de seis meses por ano na agricultura e 91 milhões trabalhando menos que seis meses. Entre as primeiras, 1,6 milhão, ou 0,7 %, são contabilizadas como “trabalhadores contratados” (雇工) e, entre as últimas, um número incontável de pessoas foi contratado, por um total de 275 milhões de dias úteis. A pesquisa então converte, para fins estatísticos, aquelas pessoas-dias em pessoas-ano, segundo a fórmula de 300 dias úteis por pessoa por ano –

⁶ Outro indicador vem da contagem de trabalhadores camponeses que “deixam a terra e a aldeia”, discriminada por setores de emprego. Para 2006, foram contabilizados 131,8 milhões, dos quais 3,6 milhões trabalham na agricultura (setor primário, diferenciado da indústria, o setor secundário e de serviços, o setor terciário) (China, 2008a, tabela 6-2-14). Esse número também pode ser tomado como uma aproximação de um “proletariado agrícola”, mas inclui apenas aqueles que estão fora de casa e não aqueles que trabalham localmente nessa capacidade (ver mais adiante). Além disso, um número desconhecido entre esses não é de trabalhadores contratados, mas sim o que se poderia chamar de “agricultores arrendatários visitantes” (客耕佃户) que arrendam e operam suas próprias unidades agrícolas longe de casa, concentrados principalmente em áreas suburbanas.

produzindo um total equivalente a 0,9 milhão de pessoas no ano de trabalho (China, 2009, tabela 2-1-15). Juntando os dois grupos, obtém-se um total de 2,5 milhões de unidades de trabalho contratadas, ou 0,8 % do total de 305 milhões.

No entanto, há que levar em conta o fato de que o equivalente estatístico de 300 dias por ano, embora seja sensato para trabalhadores em regime de tempo integral contratados, é provavelmente muito mais alto do que o número médio de dias úteis realmente trabalhados pelos 214 milhões de trabalhadores por conta própria que trabalham “mais de seis meses por ano” e certamente muito mais alto do que aqueles dedicados pelos 91 milhões de trabalhadores por conta própria que trabalham menos de seis meses por ano. Um número mais preciso de mão de obra contratada como porcentagem do trabalho total seria contar trabalhadores por conta própria e contratados em dias úteis. Se usarmos um número médio de 250 dias para o primeiro e 100 dias para o último, a proporção de mão de obra contratada usada por essas unidades familiares, registrada em termos de dias úteis, seria substancialmente mais alta, 1,2 % em vez de 0,8 %.⁷ Desse total, 64 % são de longo prazo (mais de seis meses) e 36 % de curto prazo (menos de seis meses). A maioria dos trabalhadores de curto prazo seria formada por pessoas que possuem suas próprias unidades familiares e que oferecem seus serviços em período parcial, portanto, não se enquadrariam na categoria “proletariado agrícola”. São mais como um “semi-proletariado”.

Para dimensionar o “proletariado agrícola” em unidades familiares, poderíamos usar o indicador de trabalho de 0,8 %. Se somarmos a esse valor de 0,8 % nossa estimativa máxima para o número de trabalhadores contratados empregados por empresas agrícolas, outros 2,2 % de todos os envolvidos na agricultura, chegaríamos a um total de 3,0 % de todo o trabalho agrícola que seria realizado por um “proletariado agrícola”. Se incluirmos os trabalhadores de meio período que possuem suas próprias unidades familiares, teríamos um total seria de 3,4 %.

Esses números são consideravelmente inferiores aos das pesquisas anuais de custos e rendas na agricultura, com base na amostra de 60.000 famílias. Eles sugerem fortemente que os dados amostrados provavelmente inclinam-se para cima, para as famílias “modelos” locais que rumam ao “enriquecimento”. Até que melhores dados sejam disponibilizados, o número de 5 a 8 % (ou “certamente menos de 10 %”), baseado nas pesquisas anuais de custos e rendimentos de 60.000 famílias, pode ser considerado a estima-

⁷ $(2,5 \text{ milhões} \times 300) / [(214 \text{ milhões} \times 250 \text{ dias} + 91 \text{ milhões} \times 100 \text{ dias}) + 275 \text{ milhões}] = 1,2 \%$.

tiva máxima do total de trabalho agrícola contratado na China, enquanto a cifra de 3,0 % a 3,4 %, com base na pesquisa decenal mais completa de 2006, pode ser tomado como a estimativa mínima. Dado que os domicílios pesquisados são tidos como possíveis “modelos” para os outros, tendemos ao conjunto de cifras mais baixo.

Evidências locais e microssociais

Passamos agora às evidências em nível local e de aldeias para conferir mais realismo aos números antes apresentados.

A “Revolução Verde” em Songjiang, Xangai, décadas de 1960 e 1970

No distrito de Songjiang (em Xangai, ao “Sul”) – local da pesquisa de campo de Philip Huang de 1982 a 1995 – as décadas de 1960 e 1970 viram a chegada de uma “revolução verde” – ou seja, fertilizantes químicos, seleção científica de sementes, e tratores. Isso, juntamente com a eletrificação e o melhor controle da água, além de mão de obra grandemente intensificada, levou a um aumento na produção (por mu semeado) entre 1955-1959 e 1975-1979 de 316 % para o algodão, 131 % para o arroz e 274 % para o trigo. Esses aumentos refletiram, ainda que ampliadas, as tendências na China como um todo (ver Tabela 2).

O aporte de trabalho, no entanto, aumentou quase na mesma extensão, impulsionado pelo aumento da população e pelo cultivo mais intensivo, especialmente com a introdução, no final da década de 1960, do cultivo duplo de arroz – arroz antecipado (早稻), arroz tardio (晚稻), seguido pelo trigo de inverno – possibilitado pela chegada de tratores para arado (de modo a atender o apertado cronograma de rotação entre a colheita da safra antecipada de arroz e o plantio da safra tardia, no período de “dupla corrida” (双抢), em agosto de cada ano). Conseqüentemente, a produção por unidade de trabalho melhorou apenas modestamente ou não melhorou. A Tabela 3 mostra o valor monetário de cada dia de trabalho no povoado de Xubushanqiao (para o qual há dados detalhados), um dos quatro povoados da pesquisa de campo de Huang. Como se pode ver, a renda obtida pelos aldeãos permaneceu basicamente a mesma, mantendo-se, durante o período de 1965 a 1979, em cerca de um yuan por dia de trabalho. O fato é que a produção aumentada graças aos novos insumos da revolução verde mal acompanhou o aumento da população. Os ganhos na produção, pode-se di-

zer, foram em grande parte consumidos pelo aumento (e involução) da mão de obra, possibilitado e necessário pelo aumento da população. Isso é o que distingue fundamentalmente a China das experiências do Japão, Coreia do Sul e Taiwan com a introdução desses “insumos modernos” (Huang, 2010, p. 5-15). Segundo o influente estudo de Perkins e Yusuf (1984, cap. 2), enquanto a produção agrícola da China aumentou 2,3 % ao ano entre 1950 e 1980, sua população cresceu 2 % ao ano no mesmo período. Essa é uma história bem conhecida.

Tabela 2

Produção por safra (Jin por mu semeado) em Songjiang e China, 1955-1959 *versus* 1975-1979 (algodão, arroz e trigo)

Anos	Algodão		Arroz		Trigo	
	Songjiang	China	Songjiang	China	Songjiang	China
1955-1959	45	38	534	341	149	118
1975-1979	142	60	697	502	408	236
Alteração percentual	316	158	131	147	274	200

Fonte: Baseado em Huang, 1990: tabela 11.1, p. 224.

Tabela 3

Valor monetário do equivalente à jornada de trabalho (Gong) na aldeia de Xubushanqiao, 1965-1969 e 1975-1979

Anos	1965-1969	1975-1979
Valor monetário (em yuan)	1.02	0.90

Fonte: Baseado em Huang, 1990: tabela 11.4, p. 239.

A nova “revolução agrícola oculta” em Liaocheng, Shandong

As áreas rurais da cidade de Liaocheng (na província de Shandong, ao Norte), local da pesquisa de campo de Gao Yuan nos últimos dois anos, passaram por uma revolução verde muito parecida com a de Songjiang, apenas um pouco mais tarde. A introdução dos insumos modernos de fertilizantes químicos, novas sementes, herbicidas e tratores ocorreu após 1978 e após as reformas rurais. Esses insumos aumentaram substancialmente a produtividade nas principais culturas da região – milho, trigo e algodão.

Mas, ao contrário do distrito de Songjiang – que, por volta da virada do século, tornou-se tão completamente urbanizada que foi simplesmente incorporado à cidade de Xangai como um de seus distritos urbanos, atualmente com agricultura praticamente inexistente – as áreas rurais de Liaocheng, após a primeira “revolução verde”, passaram por uma nova revolução agrícola mais profunda. Diferentemente da “revolução verde”, com seu evidente aumento de produtividade daquelas mesmas safras, essa nova revolução pode facilmente passar despercebida. Ela foi movida, sobretudo, pela demanda de consumo decorrente do aumento de renda proporcionado pelo desenvolvimento econômico chinês acelerado na era da reforma.

A nova demanda de consumo trouxe uma reestruturação fundamental dos hábitos chineses de consumo de alimentos e, portanto, também da estrutura agrícola da China. O padrão antigo consistia em uma proporção de aproximadamente oito partes de grãos para uma de hortaliças e uma de carne, refletida na refeição típica chinesa, com “pratos” (*cai*) que incluem vegetais e pedaços de carne, para acompanhar os grãos básicos de arroz ou trigo (macarrão ou bolinhos). A nova estrutura, já existente entre as “classes médias” urbanas (e também na mais rica Taiwan, assim como na Coreia do Sul e no Japão), está mais próxima de uma proporção de quatro partes de grãos para três de hortaliças e três de carne. Philip Huang e Yusheng Peng realizaram um estudo detalhado para rastrear e projetar as tendências no consumo de alimentos e na agricultura, prevendo uma transição completa para essa proporção de alimentos possivelmente em mais duas décadas (Huang; Peng, 2007).

Tais mudanças significaram uma demanda muito maior por produtos agrícolas de maior valor, como carne, aves, peixe, leite, ovos, hortaliças e frutas, o que causou um aumento considerável na produção desses produtos de maior valor, especialmente em áreas próximas aos centros urbanos e rotas de transporte. Isso impulsionou o que Philip Huang chama de “revolução agrícola oculta” – “oculta” porque não traz as mudanças óbvias na produtividade de determinadas culturas, como ocorreu historicamente nas revoluções agrícolas. Em vez disso, ela toma a forma, especialmente, de uma reestruturação da agricultura em direção a proporções muito maiores de produtos de maior valor.

Em todo o país, as dimensões da “nova revolução agrícola”, em termos de valor da produção, superaram as da “revolução verde”. Philip Huang mostrou em seu recente livro *China's Hidden Agricultural Revolution* (A revolução agrícola oculta da China) (Huang, 2010) que o valor bruto da produção agrícola expandiu 5,1 vezes entre 1980 e 2007 (tabela 6.1). Em 2010, estava

próxima de seis vezes. Essa foi uma taxa de aumento muito superior à da revolução agrícola da Inglaterra, no século XVIII (dobrando em 100 anos), ou da revolução verde das décadas de 1960 e 1970 (com aumentos de produção de 2 a 3 % ao ano, exigindo, em outras palavras, entre 24 e 36 anos para dobrar). Entre 1985 e 2007, a área cultivada com hortaliças aumentou 3,7 vezes e, entre 1980 e 2007, a produção de carne (carne de porco, bovina e de cordeiro) (em toneladas) aumentou 5,8 vezes (p. 129). Esses aumentos estão no cerne da nova revolução.

A história é minuciosamente ilustrada em dois níveis pelo estudo de campo de Gao Yuan. Um nível constituído por dados que abrangem toda a cidade de Liaocheng, provenientes de uma pesquisa detalhada de “mil aldeias, cem domicílios agrícolas” (千村百户), realizada entre maio e agosto de 2011, por demanda do comitê agrícola municipal de Liaocheng, para a qual Yuan elaborou os questionários sobre trabalhadores agrícolas contratados. O outro é a pesquisa e levantamento locais detalhados conduzidos por Yuan na aldeia de Gengdian, ao longo de um período de dois anos. Esses são dados locais e de nível micro extraordinariamente detalhados. Nas áreas rurais de Liaocheng, a “nova” revolução agrícola foi impulsionada, sobretudo, pelo cultivo de hortaliças, que em 2010 atingiu 47 % do valor bruto da produção agrícola da cidade como um todo, com 40 % da força de trabalho agrícola da região envolvida na atividade. Aqui, o padrão típico tem sido o uso de estufas de plástico para o cultivo intensivo de hortaliças de alto valor, durante todo o ano, com temperatura controlada. Hoje, como demonstra o relato detalhado de Yuan sobre a aldeia de Gengdian, as estufas mais avançadas são estruturas elaboradas com vigas aço e até cortinas automatizadas para permitir a entrada ou saída de ar fresco.

Como demonstram os dados de Yuan – da amostra de Liaocheng e da aldeia Gengdian –, a nova agricultura de hortaliças em estufas é conduzida quase que inteiramente por mão de obra familiar, com um mínimo de mão de obra contratada. A Tabela 4, baseada em uma amostra de 2.784 famílias de 100 aldeias diferentes em Liaocheng, das quais 2.221 têm na agricultura sua atividade principal, confirma nossos dados em nível macro, mostrando um nível muito baixo de uso de mão de obra assalariada entre as famílias pesquisadas. Para grãos, algodão e oleaginosas, apenas 1,7 % das famílias pesquisadas usavam mão de obra contratada. Para hortaliças, frutas e cogumelos, apenas 5 % contrataram trabalhadores, e para criação de animais e aves, 13,3 %. No geral, apenas 3,5 % de todos os domicílios agrícolas contratavam mão de obra. Entre os contratados, os

trabalhadores de curto prazo (contratados por menos de 100 dias por ano, incluindo trabalhadores diários e sazonais) superam o número (em pessoas) de trabalhadores de longo prazo (contratados por mais de 100 dias por ano).⁸

Os dados da aldeia de Gengdian servem ao importante propósito de documentar, até o nível das unidades familiares, o fato de que, no novo cultivo de hortaliças em estufas, apenas 11 de 130 famílias (8,5 %) usavam trabalho contratado, metade delas com apenas um a três por cento do total da mão de obra (em horas), o restante abaixo de sete por cento, exceto por uma (com 9,9 %) (consulte a Tabela 5). A maior parte do trabalho contratado consiste em mulheres de meia idade, atuando como trabalhadoras eventuais, que assumem esses empregos com salários relativamente baixos para complementar a renda de suas próprias unidades agrícolas. Isso ocorre, certamente, porque os homens saudáveis normalmente trabalham fora da lavoura, por salários mais altos.

Os dados detalhados de Yuan permitem um cálculo preciso da entrada total de mão de obra familiar e contratada para a agricultura dessa aldeia, em dias úteis (convertidos, a partir de dados em horas, em 8 horas por dia). O resultado fala por si: apenas 5,2 % de toda a mão de obra em toda a agricultura na aldeia de Gengdian é contratada; 94,8 % é mão de obra familiar.

Como a agricultura de hortaliças em Gengdian é relativamente bem desenvolvida, pode-se concluir que esses dados locais e microsociais tendem a confirmar os dados da pesquisa decenal da agricultura, e não os números mais altos da amostragem anual de famílias “modelo” selecionadas. Em outras palavras, tendem para o cálculo realizado que indica que trabalhadores agrícolas de longo prazo representam 3 % da mão de obra agrícola total (e trabalhadores de curto prazo outros 0,4 %).

⁸ Os dados da pesquisa mostram que os empregados assalariados aparecem com maior frequência em atividades rurais fora da lavoura, nos setores secundário e terciário relacionados à agricultura, no transporte, compra e venda de produtos agrícolas, empresas industriais familiares e processamento de alimentos. Esse aspecto da mudança rural precisa ser abordado em outro estudo.

Tabela 4

Uso de trabalhadores agrícolas assalariados na cidade de Liaocheng em 2010

Atividade principal	Nº de domicílios pesquisados	Domicílios que contratam trabalho	% de domicílios que contratam trabalho	Nº de trabalhadores contratados	Trabalhadores de longo prazo ^a	Trabalhadores de curto prazo ^a	Total de dias contratados	Média de dias por trabalhador	Média de dias por domicílio
Grãos, algodão e oleaginosas	1.592	27	1,7	45	16	29	1.873	41,6	69,4
Hortaliças, frutas e cogumelos	382	19	5,0	42	6	36	1.709	40,7	89,9
Criação de gado e aves	210	28	13,3	45	30	15	7.06	156,9	252,1
Silvicultura	37	3	8,1	8	0	8	43	5,4	14,3
Total	2.221	77	3,5	140	52	88	10.685	76,3	138,8

Nota: ^a Trabalhadores de longo-prazo são aqui definidos como aqueles contratados por mais de cem dias por ano; trabalhadores de curto-prazo são os contratados por menos de cem dias.

Fonte: Prefeitura de Liaocheng, pesquisa “mil aldeias, cem domicílios agrícolas” do Comitê Agrícola municipal.

Tabela 5

Uso de trabalho familiar e de mão de obra contratada dos domicílios da aldeia Gengdian que contratam trabalho

Nº de domicílios	Nº de trabalhadores			Trabalho familiar investido (horas)			Trabalho contratado investido (horas)			Salários (em yuan)	Tempo de trabalho contratado como % do total de trabalho
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		
130	2		2	5.853	3.109	2.744	120		120	478	2,0
87	4		4	8.276	4.286	3.990	550		550	2.200	6,2
23	2		2	6.000	3.000	3.000	375		375	1.500	5,9
15	2		2	4.584	2.308	2.276	280		280	1.050	5,8
48	1	1		6.260	3.230	3.030	200	200		450	3,1
44	1		1	4.432	2.216	2.216	140		140	700	3,1
168	1		1	4.950	2.479	2.471	100		100	300	2,0
2	1		1	4.440	3.660	780	320		320	1.200	6,7
64	4		4	5.328	2.664	2.664	80		80	300	1,5
125	3		3	2.176	8	2.168	240		240	750	9,9
79	3		3	4.350	2.175	2.175	216		216	648	4,7

Fonte: dados estatísticos da aldeia Gengdian.

Capitalização sem proletarização

Tal incidência de trabalho agrícola contratado contrasta explicitamente com a Índia, país com densidade populacional e renda per capita básica, em 1950, muito semelhantes às da China. Atualmente, na Índia, 45 % da força de trabalho agrícola vem da contratação de trabalhadores agrícolas sem-terra (Dev, 2006; Rawal, 2008).⁹ Uma consequência importante dessa taxa de proletarização rural é uma proporção muito maior de pessoas vivendo abaixo da “linha da pobreza” – conforme definida em um estudo recente do Banco Mundial, que usa como padrão a renda de menos de US\$ 1,25 por dia – 42 % na Índia, em contraste com 15,9 % na China (dados de 2005) (Banco Mundial, 2008).

Nossa pergunta é: como entender os baixos índices de mão de obra agrícola assalariada da China? Ou, inversamente, a grande tenacidade da agricultura familiar?

A julgar pelo trabalho de Ashok Gulati, a agricultura indiana está passando por algo semelhante ao que Philip Huang chama de “revolução agrícola oculta” na China: ou seja, uma proporção cada vez maior de todos os alimentos consumidos consiste em produtos agrícolas de alto valor, principalmente hortaliças e frutas, laticínios e carne. De acordo com Gulati, o consumo *per capita* de cereais caiu de 192 para 152 quilos de 1977 a 1999, enquanto o consumo de frutas aumentou em 553 %, hortaliças em 167 %, laticínios em 105 % e produtos não vegetarianos em 85 % apenas nas áreas rurais da Índia. As áreas urbanas experimentaram um aumento semelhante” (Gulati, 2006, p. 14).

Tais mudanças são acompanhadas de inequívocos aumentos de investimento em capital por unidade de terra, ou do que chamamos neste capítulo de “capitalização”. Já vimos alguns exemplos do que aconteceu na China: o uso de estufas plásticas com estruturas de aço, de “frutas ensacadas” antes da colheita para maçãs e de enzimas biológicas para fermentar talos das culturas de grãos para uso como ração.¹⁰

⁹ Os pesquisadores se baseiam principalmente na pesquisa decenal da Organização Nacional de Pesquisa por Amostras. Mas as pesquisas não fazem distinção entre propriedade rural e terras cultivadas, o que resulta no percentual de apenas 11 % de população rural sem-terra. Os dados de Dev e Rawal resultam de ajustes nos dados da pesquisa, considerando apenas as terras realmente cultivadas.

¹⁰ No entanto, resistimos aqui à tentação de usar os dados da pesquisa de custos-receitas para construir uma tabela que tente apresentar o grau exato de capitalização desses produtos agrícolas, devido à natureza distorcida das pesquisas. Wang Meiyuan (2011), usou esses dados para mostrar um grau surpreendente e, acreditamos, irrealista, de capitalização do cultivo de grãos.

Conforme mencionado no início deste capítulo, a expectativa teórica convencional é de que a capitalização seja acompanhada de proletarização – que foi o resultado empírico da revolução agrícola inglesa do século XVIII (com o surgimento de proprietários capitalistas empregando mão de obra agrícola assalariada) e o pressuposto de Adam Smith, bem como de Karl Marx. Isso também ocorreu na Índia, onde os trabalhadores agrícolas contratados representavam 25 % da força de trabalho agrícola total em 1961, mas, em 2000, eram 45 % (Dev, 2006; Rawal, 2008). A China, porém, destaca-se em acentuado contraste.

O padrão chinês de desenvolvimento agrícola, em contraste com o da Índia, pode ser caracterizado como de “capitalização sem proletarização”. O termo pretende apontar sua diferença da noção clássica ainda amplamente difundida e é usado aqui para destacar deliberadamente a natureza “paradoxal” do fenômeno (“paradoxal” porque contraria as expectativas teóricas convencionais).¹¹

Mesmo em comparação com o Japão, o chamado “modelo do leste asiático” que supostamente se distingue pela persistência da agricultura familiar, apresenta alguns contrastes bastante acentuados. Para fins de comparação, pode-se considerar a China do período da reforma (com sua descoletivização e o sistema de responsabilidade familiar) e o Japão pós Ocupação dos EUA (com sua redistribuição de terras que eliminou amplamente a posse anterior), uma vez que ambos compartilham a distribuição relativamente igualitária da terra. Quanto à reestruturação dos padrões agrícolas e de consumo de alimentos, o Japão já havia feito isso no período de 1960 a 1990, enquanto a China permanece em meio a mudança.

A diferença é que, no Japão, a agricultura capitalista foi muito mais desenvolvida. Em 1990, no Japão, grandes unidades agrícolas – com mais de 75 mu (5 hectares) – representavam 6,5 % de todos os domicílios agrícolas, 33 % de toda a produção agrícola, 21 % da área cultivada e, o mais importante, 25 % de toda a força de trabalho agrícola. Tais fatos indicam uma mão de obra agrícola contratada que totaliza, possivelmente, 20 % ou mais da força de trabalho agrícola. Obviamente, parte do motivo pelo qual o Japão pode atingir tal escala de desenvolvimento da agricultura capitalista foi que sua força de trabalho agrícola já havia declinado para 30 % da força de trabalho total em

¹¹ Essa concepção de paradoxo é similar ao que Philip Huang já havia observado sobre a história agrícola no delta de Yangzi, entre 1350 e 1950, onde a comercialização ocorreu sem desenvolvimento e o crescimento (em produção absoluta) ocorreu sem desenvolvimento (em produtividade da mão de obra). O paradoxo pretende aqui referir-se à coexistência contraintuitiva de um par de fenômenos empíricos que as expectativas teóricas convencionais assumem como incompatíveis, mas que são de fato muito reais (Huang, 1991).

1960, chegando a apenas 7 % em 1990 (Teruoka, 2011, p. 110, tabela 6-5). A China, por outro lado, precisará de pelo menos outras duas décadas para reduzir sua força de trabalho agrícola para uma faixa de 25 a 30 %. Na China, em 2006, unidades agrícolas com mais de 60 mu¹² totalizavam apenas 1,3 milhão de 200,2 milhões de domicílios agrícolas, ou 0,65 %. Os trabalhadores agrícolas de longo prazo, como vimos, representam apenas 0,8 % de toda a mão de obra agrícola, enquanto os de curto prazo representam outros 0,4 %. Além disso, os trabalhadores contratados pelas empresas agrícolas capitalistas respondiam por, no máximo, outros 2,2 % da força de trabalho. Isso perfaz um total de três por cento em termos de trabalho de longo prazo em tempo integral (Teruoka, 2011, p. 128, tabela 6-10; China, 2009, tabela 2-7-1).

Outro bom indicador da escala da agricultura capitalista no Japão é que, em 1990, unidades agrícolas maiores do que 75 mu respondiam por 80 % de toda a produção de leite, 60 % da produção de carne bovina (com outros 10 % cada de empresas e cooperativas), 55 % da produção de carne suína (com outros 24 % de empresas e 6 % de cooperativas) e 35 % da produção de frango (com outros 44 % de empresas e 6 % de cooperativas), excedendo em muito as dimensões de “produção em escala” desses produtos na China, relatadas anteriormente (Teruoka, 2011, p. 148, figura 6-11).

O significado de tudo isso é que, para entender a natureza do recente desenvolvimento agrícola chinês, deve-se, primeiro, deixar de lado as expectativas teóricas convencionais. Em vez disso, deve-se questionar: como explicar o paradoxo? Por que a expectativa teórica convencional não se aplica?

Rumo a uma explicação

Se olharmos para a história, uma explicação para o mencionado paradoxo seria o alto grau de “familização” da produção agrícola na China pré-revolucionária, até meados do século XX, bem ilustrada pela diferença histórica entre o delta do Yangzi, altamente mercantilizado e a área das planícies do norte da China, menos mercantilizada.

“Involução” e familização da agricultura

Em ambas as áreas, como mostraram as duas décadas de pesquisas e livros de Philip Huang sobre a história rural das duas, a “agricultura corpo-

¹² Contabilizadas na segunda pesquisa decenal, na categoria 60–99,9 mu, seguido por > 100 mu.

rativa” baseada em trabalho assalariado desfrutou historicamente de alguma vitalidade. Na planície do norte da China, ela representava cerca de 10 % da área total semeada na década de 1930. O aumento dessa atividade de agricultura corporativa foi impulsionado pela comercialização (especialmente de trigo e algodão) e pela maior “eficiência” da mão de obra das unidades corporativas, que podiam contratar trabalho conforme necessário, em contraste com as unidades familiares, nas quais o trabalho era, em grande parte, um fator fixo. Empiricamente, enquanto cada unidade de trabalho nas unidades corporativas cultivava mais de 20 mu, aquelas das unidades familiares cultivavam apenas de 10 a 15 mu (Huang, 1985).

No delta de Yangzi, por outro lado, as grandes unidades corporativas haviam se saído bem durante o final de Ming e o início de Qing, mas depois desapareceram quase completamente no século XX, apesar do vigoroso desenvolvimento das economias de algodão e seda. O trabalho assalariado contratado havia encolhido para apenas dois ou três por cento da força de trabalho agrícola total na década de 1930 e era encontrado quase inteiramente em pequenas unidades familiares, não em grandes unidades corporativas.

A chave para o declínio da agricultura baseada no trabalho assalariado no delta de Yangzi foi o fato de as unidades familiares terem se transformado em entidades que combinavam fortemente a produção agrícola com a indústria doméstica, pelo uso de mão de obra familiar mais barata – em algodão (fição e tecelagem) e seda (criação de bichos-da-seda e enrolamento de seda). Essas atividades artesanais complementares, capturadas no peculiar termo chinês *fuye* (副业) (literalmente, atividades auxiliares), aumentaram a renda das unidades familiares. Philip Huang usou o termo “familização” da produção agrícola para descrever o fenômeno. Essa familização havia permitido às fazendas familiares sustentar arrendamentos mais altos, bem como preços de terras mais altos, do que as unidades corporativas baseadas em mão de obra contratada (mais cara). Assim, lograram expulsar a agricultura corporativa (Huang, 1990).

Dessa forma, ao contrário do que aconteceu na Europa Ocidental sob a “protoindustrialização”, as indústrias artesanais na China permaneceram fortemente ligadas à agricultura para formar o que Huang chamou de “par de muletas” para a sobrevivência dos camponeses. Elas nunca foram separadas da agricultura para se tornar um fenômeno urbano na forma da “protoindustrialização” (e desenvolvimento vigoroso de pequenas cidades) da Europa Ocidental (Huang, 2011b).

Isso fazia parte do fenômeno que Huang denominou de “involução” (Huang, 1990; ver também Huang, 2011b), para enfatizar como as pressões

populacionais sobre a terra geraram unidades agrícolas muito pequenas – uma média de aproximadamente 25 % abaixo do mínimo exigido de 10 um – para fornecer subsistência adequada, impulsionando, assim, o desenvolvimento de trabalhos artesanais domésticos, com mão de obra familiar – de mulheres, idosos e crianças – para complementar a renda agrícola. O exemplo mais eloquente foi a fiação do algodão, que ocupava a maior parte do trabalho artesanal e pagava apenas entre a metade e um terço do valor da produção de grãos.

Se, em outras regiões do mundo (como os Estados Unidos), historicamente, foi a abundância de terras que possibilitou a predominância da agricultura familiar por meio da “propriedade ocupada” (*homesteading*),¹³ na China, a lógica era inversa. Foi a alta densidade populacional e as pressões sobre a terra que levaram ao desenvolvimento de um vínculo invulnerável entre a agricultura familiar e a indústria doméstica, assegurando a predominância da agricultura familiar.

Essa história é evidente também na planície do norte da China, onde as duas atividades estavam igualmente ligadas. Também lá a agricultura familiar permaneceu predominante e fez com que o desenvolvimento da agricultura corporativa, nos anos 1930, se mantivesse em apenas 10 % de toda a agricultura. Além do trabalho artesanal, muitas pequenas unidades camponesas pobres sobreviveram contratando trabalhadores diaristas de meio período nas temporadas de maior demanda (tais contratações constituíram a própria definição de “camponês pobre” na Lei de Reforma Agrária da China de 1950). No delta de Yangzi, por outro lado, a produção familiar comercializada, combinando agricultura com trabalhos artesanais em algodão e seda foi muito mais desenvolvida, daí a completa eliminação da agricultura corporativa.

Obviamente, parte da explicação deve ser buscada na natureza da propriedade de terras chinesa. A herança partilhável levou à fragmentação das grandes propriedades (a maioria das unidades corporativas de mais de 100 mu foi dividida ao longo de três gerações). A urbanização da “alta burguesia” (ou seja, os portadores de títulos superiores nos exames imperiais, selecionados para compor a burocracia estatal) a partir da transição Ming-Qing também ajudou a remover grandes proprietários de terras do campo. Se houvesse mais grandes proprietários de terras no campo (além de primogenitura, em lugar de herança partilhável), possivelmente o norte pré-revolucionário e o

¹³ O *Homestead Act*, de 1862, permitiu aos agricultores que desenvolveram terras agrícolas reivindicar a propriedade, geralmente lotes de 160 acres [960 mu].

delta de Yangzi da China teriam seguido o padrão da proletarização agrícola. Em vez disso, propriedades de terra relativamente iguais possibilitaram uma proporção muito grande de pequenas propriedades familiares, incluindo propriedades camponesas familiares “médias” e “pobres” que formavam cerca de 90 % da população agrícola nos séculos XIX e XX. E essas pequenas propriedades, sob pressão populacional, desenvolveram o característico modo de sobrevivência – o “par de muletas” – combinando agricultura e trabalho artesanal e/ou contratação de meio período – que expulsou a agricultura corporativa baseada em trabalho assalariado.

A revolução agrícola oculta atualmente em curso

As condições que cercam a atual “revolução agrícola oculta” na China são obviamente muito diferentes em diversos aspectos. Huang e Peng (2007) exploraram detalhadamente o que chamam de “convergência de três tendências históricas” na atual produção agrícola chinesa – a queda nas taxas de natalidade que, desde a virada do século, finalmente se manifestou no início da redução no tamanho absoluto da força de trabalho rural; a rápida taxa de urbanização (a 1 % ao ano), incluindo especialmente o grande número de “trabalhadores migrantes camponeses” (*nongmingong* – 农民工) nas cidades; e a mudança fundamental na composição do consumo alimentar e da produção agrícola chineses (detalhados acima), resultando na demanda por (aquilo que Huang chama de) produtos agrícolas de “intensificação dual em capital e trabalho” (Huang, 2010). O que essa conjuntura significou foi a “des-involução” agrícola, reduzindo significativamente a mão de obra excedente do campo. Hoje, pode-se prever que, possivelmente, dentro de duas ou três décadas, o trabalho agrícola já não será subempregado, à medida que as unidades agrícolas avancem para escalas ótimas de produção.

Diante dessas mudanças, a antiga “produção familiarizada” das unidades familiares deixa de prevalecer. Ela foi superada pela forte “industrialização rural” da década de 1980, que não se baseia na produção artesanal, mas na potência mecânica moderna. Até 2009, 150 milhões de camponeses estavam empregados em tais “empresas de povoados e aldeias” (ou seja, empresas rurais) e, conseqüentemente, a antiga “produção doméstica suplementar” (副业) já não ocupa o lugar que antes desfrutava. Foi ultrapassada, também, pelo movimento igualmente massivo de trabalhadores camponeses que “deixam a terra e a aldeia” para trabalhar nas cidades, totalizando quase 150 milhões até 2009.

No entanto, deve-se ressaltar que a mão de obra excedente, principalmente na forma de “subemprego”, permanece, hoje ainda, uma condição fundamental da existência da maioria dos chineses oriundos meio rural. O trabalho excedente é o que possibilita os salários extremamente baixos e o tratamento muitas vezes desumano dados aos trabalhadores migrantes. É também o excedente de mão de obra que ainda mantém baixos os rendimentos não apenas dos trabalhadores migrantes, mas também de agricultores familiares. As estimativas atuais da dimensão do excedente de mão de obra no campo variam de um máximo de 200 milhões, dentre os 300 milhões empregados na agricultura, a um mínimo de 44 milhões (segundo acadêmicos neoliberais que, seguindo Cai Fang, insistem em afirmar que a China já entrou em seu “ponto de inflexão lewisiano”¹⁴ (ver, por exemplo, Yang; Meiyang, 2010). O que é indiscutível é que um excedente de mão obra subempregado ainda existe em números substanciais. Tendemos a considerar a existência de um número intermediário de talvez 100 a 150 milhões.

Independentemente das dimensões precisas do excedente de trabalho, não há dúvida de que a diferença de renda entre trabalho urbano e rural aumentou muito no período da reforma. Segundo um estudo do Banco Mundial, de 2009, a desigualdade urbano-rural saltou de 1,8 para um, em 1985, para 3,3 para um, em 2007 (Banco Mundial, 2009, p. 34, figura 2.36). Há, também, a grande diferença entre empregados urbanos formais e aqueles informais (ou seja, trabalhadores migrantes camponeses e trabalhadores da indústria rural). Calculada nos termos do coeficiente de Gini, amplamente utilizado para medir a desigualdade (em que 0 indica plena igualdade e 1,0 desigualdade total), segundo o Relatório das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano de 2005, a desigualdade na China aumentou de 0,30 em 1980, uma das menores do mundo, para 0,45 em 2005, uma das mais altas do mundo (UNDP, 2005, p. 13). A plena realização de um mercado de trabalho completamente integrado, ao invés do mercado diferenciado em dois níveis (urbano *versus* rural e formal *versus* informal) hoje existente, continua sendo, na melhor das hipóteses, um objetivo distante.

No presente contexto, devido ao emprego massivo fora da lavoura, já não faz sentido falar simplesmente da família como formadora de uma unidade de produção na “agricultura familiar”, à maneira de Chayanov. Praticamente todo domicílio camponês, hoje, tem alguém empregado fora da lavoura, geralmente o mais jovem e mais apto fisicamente, seja em uma das empresas ru-

¹⁴ Lewis, W. Arthur. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour, *The Manchester School*, 22, pp. 139–92, 1954.

rais locais (150 milhões), ou longe de casa, nas cidades. A agricultura familiar é frequentemente realizada pela [outrora] mão de obra auxiliar.

Ainda assim, a família segue sendo uma unidade econômica única e, como a família do passado, uma unidade que compreende mão de obra primária e auxiliar. Certamente, a antiga agricultura + trabalho artesanal (农业 + 副业) foi sucedida em grande parte pela nova combinação de emprego industrial + agricultura (工业 + 农业); a antiga unidade familiar caracterizada por metade-agricultura e metade-trabalho artesanal (半耕半副) tornou-se (o que Huang denomina) a nova unidade familiar “metade-trabalhadora e metade-cultivadora” (工半耕) (Huang, 2010). Mas a característica fundamental da unidade familiar cuja sobrevivência depende tanto de seu trabalho primário como do auxiliar, envolvida em dois tipos de atividades produtivas, permanece.

A chave para sua diferença em relação ao simples trabalhador individual ainda é a mão de obra familiar auxiliar de baixo custo. Hoje, grande parte da agricultura é feita pelas mulheres e/ou pessoas de meia-idade e mais velhas, naquilo que passou a ser descrito como a “feminização e envelhecimento” (女性化与老龄化) da agricultura. Esses processos se assemelham ao trabalho auxiliar dos períodos Ming e Qing, na medida em que estão envolvidos na fatia de menor rendimento das atividades da família.¹⁵ A mão de obra primária da família agora trabalha fora da lavoura, seja localmente, na aldeia – nesse caso, sua renda é simplesmente adicionada à renda agrícola – e, geralmente, ajudando também no trabalho agrícola em épocas de maior demanda, seja nas cidades, longe de casa – nesse caso, enviando dinheiro para casa para ajudar na subsistência da família e/ou para retornar após alguns anos para construir um novo lar (Huang, 2011b). Hoje, a esmagadora maioria dos trabalhadores migrantes camponeses, mesmo depois de vários anos de emprego urbano, tem poucas perspectivas de poder comprar uma casa na região urbana, pois o custo dessas varia de centenas de milhares de yuans, até milhões, em grandes cidades como Xangai e Pequim. Assim, a maioria volta para se aposentar na aldeia natal.¹⁶

Desse modo, aqueles empregados fora da lavoura e os que trabalham na agricultura continuam a formar um “par de muletas” que serve de apoio mútuo. É a agricultura familiar que proporciona ao trabalhador migrante

¹⁵ Na aldeia de Gengdian, por exemplo, a maioria das mulheres de meia idade é contratada para ajudar nos cultivos de hortaliças em estufas, por cerca de 30 yuan por dia – enquanto os homens podem ganhar de 50 a 100 yuan por dia – para complementar a renda da família.

¹⁶ O *nongmingong* de segunda geração, no entanto, é outro caso. Muitos desses filhos de *nongmingong* pós-1990 nunca trabalharam na agricultura e, para eles, morar na aldeia natal já não é uma opção. Eles são urbanos em quase todos os sentidos da palavra, exceto, significativamente, no seu *status* de registro.

um substituto para os benefícios que ele ou ela não recebe com o trabalho urbano, bem como uma segurança, no caso de desemprego e na velhice. Esse mesmo trabalhador, por outro lado, ajuda a complementar a renda – insuficiente para garantir a subsistência – dos membros auxiliares da família, envolvidos em subemprego agrícola mal pago em pequenos lotes.

Enquanto persistir um nível substancial de mão de obra excedente campo, as principais condições estruturais para essa nova unidade econômica da família metade-trabalhadora e metade-cultivadora continuará existindo. Ela ajuda a sustentar, nas cidades, a mão de obra barata nos setores de indústria e serviços; e também ajuda a sustentar uma agricultura de baixos retorno no campo. Seu subproduto é a persistência da agricultura familiar, de outra forma insustentável, em lotes minúsculos para a obtenção de retornos muito abaixo do emprego urbano.

Mais uma vez, o sistema de propriedade da terra se mostra importante. O peculiar sistema de responsabilidade familiar da China, que distribui os direitos de uso da terra igualmente e proíbe sua compra e venda, proporciona os pré-requisitos básicos para a preponderância da pequena agricultura familiar. A regulação vigente permite “transferências” (转让) ou “circulação” (流转) através de arrendamento ou transferência (“venda”) dos direitos de uso da terra. Sob as políticas atuais, tornou-se um pouco mais fácil para as empresas agrícolas obterem lotes maiores de terra para a agricultura. Mas o fato de a terra não poder ser comprada e vendida livremente segue sendo uma poderosa restrição institucional contra mais alienação da terra e a completa “proletarização” dos agricultores familiares.

Parte integrante do sistema de responsabilidade familiar é o sistema de registro familiar. Como é sabido, os trabalhadores migrantes camponeses nas cidades ainda são oficialmente tratados como povo rural. Isso significa que eles devem pagar taxas muito altas de troca de escola para que seus filhos frequentem a escola nas cidades e não têm direito aos benefícios sociais de residentes urbanos, o que significa despesas muito mais altas com cuidados hospitalares. Taxas escolares e despesas de saúde, além de moradias inacessíveis, são o que têm mantido os camponeses vinculados ao domicílio agrícola de sua família e à sua aldeia natal.

Esses fatores sistêmicos contribuem de maneira importante para nossa explicação sobre a persistência da agricultura familiar (e o não desenvolvimento de um proletariado agrícola) na China, em contraste com a Índia, onde trocas de terras mais flexíveis (e o que a economia institucional considera definições mais claras de direitos de propriedade) contribuem para um grau muito maior de desenvolvimento de um proletariado rural. A mesma

consideração se aplica ao caso do chamado modelo do Leste Asiático. É a concatenação entre instituições político-econômicas (de distribuição igualitária de terras e divisão rural-urbana no registro das famílias) da China, com seu modo de organização agrícola sob pressão populacional, que explica em grande parte a “capitalização sem proletarização” no país. É isso que torna a China, em sua realidade empírica atual, mais próxima da visão de Chayanov do que daquela de Lenin ou Adam Smith e Karl Marx.

Como Huang (2011c) já argumentou, para a agricultura e a sociedade rural chinesas hoje, a escolha não se coloca entre planejamento socialista e capitalismo de mercado, entre a sociedade coletiva e a sociedade de classes médias (*olive-shaped society*), mas sim entre capitalismo rural, ao modo da Índia, com 45 % da força de trabalho rural proletarizada como trabalhadores assalariados sem-terra, conforme previam Smith-Marx-Lenin, e o desenvolvimento da agricultura familiar, da maneira prevista por Chayanov. Para o último caminho, é necessária a “integração vertical” e a capitalização da agricultura para um ambiente de mercado, através de processamento e marketing coordenados por entidades públicas e cooperativas, em lugar de simplesmente grandes empresas capitalistas (“agronegócios”), como a maioria dos economistas neoliberais acredita. O que o governo tem enfatizado na última década foi “atração de negócios e investimentos” (招商引资) e o desenvolvimento de empresas capitalistas, chamadas “empresas cabeça de dragão” (企业 企业), às quais os governos locais emprestaram apoio substancial, na forma de grandes subsídios e empréstimos a juros baixos, além de condições tributárias especiais. As “empresas cabeça de dragão” têm sido responsáveis por “trazer” (带动), talvez, um quarto de todos os agricultores para a nova agricultura, por meio do que foi denominado “agricultura sob contrato”. Geralmente, a empresa proporciona a “integração vertical” necessária para integrar o pequeno produtor familiar camponês ao “grande mercado”. As empresas geralmente fornecem o processamento e a comercialização, às vezes também as sementes, crias animais e o suporte técnico necessário. Sob esses arranjos, as unidades familiares camponesas são, em certo sentido, “semiproletarizadas”, na medida em que a maior parte do lucro de sua produção vai para as empresas e não para as famílias. É um caminho que poderia, ao final, levar ao modelo clássico de capitalização com proletarização.

Acontecimentos recentes na municipalidade de Chongqing – 33 milhões de habitantes, dos quais 23 milhões são registrados como agricultores (农民) – propiciam um exemplo prático do que pode se tornar um modelo de desenvolvimento alternativo ao mero capitalismo. Como documentado e analisado em detalhes por Huang (2011a), Chongqing realizou dois projetos

gigantescos para trabalhadores migrantes camponeses: um deles consiste na construção de habitação pública para locação de baixo custo direcionada a esses migrantes, com um aluguel previsto de 10 yuan por metro quadrado, por mês, ou aproximadamente 500 yuan por um apartamento de 50 metros quadrados – o que representa uma fração dos preços praticados em outras grandes cidades. O plano, já lançado, é construir essas moradias para 30 a 40 % da população urbana. Os inquilinos têm a possibilidade de comprar a habitação depois de cinco anos a preços bem abaixo do mercado. Atualmente, a taxa de mercado para moradias em Chongqing é de módicos 6.000 a 7.000 yuan por metro quadrado, uma fração do mínimo de 30.000 yuan vigente em Pequim e Xangai. Além disso, Chongqing desenvolveu uma “troca de certificados de terra” (地票交易所) para permitir que camponeses, mesmo de áreas remotas (e não apenas dos subúrbios), que se mudam para as cidades possam vender seus lotes residenciais a um preço que se equipare aos altos valores de desenvolvimento de terras urbanas: ao final de 2010, o preço era de 100.000 yuan por mu. Isso daria ao camponês que está se urbanizando uma vantagem para desenvolver um pequeno negócio ou comprar uma moradia urbana (Huang, 2011a).

O governo de Chongqing fez um movimento igualmente drástico, permitindo aos camponeses “capitalizar” seus direitos à terra (isto é, usar seus direitos à terra como garantia para empréstimos bancários), no que é chamado de “três direitos; três certificados” (三权三证), referindo-se à emissão de certificados para seu lote residencial familiar, seus direitos de uso de terras florestais (Chongqing é um município montanhoso) e de responsabilidade por terras de cultivo. A intenção é permitir que os camponeses usem direitos de propriedade como garantia para empréstimos a 85 % do valor de mercado. A propriedade mais importante seria, obviamente, o terreno residencial da família que, se reconvertido para cultivo, permite ao governo e desenvolvedores privados aumentar a cota (atribuída pelo governo central sob sua política de controles rígidos para manter uma “linha vermelha” de 1,8 bilhões de mu de terra cultivada) de “terras de desenvolvimento” (para uso não agrícola).¹⁷ Em julho de 2011, dada a demanda do governo e de desenvolvedores privados, um mu dessas terras valia 155.000 yuan no mercado de câmbio estabelecido pelo governo. Com base em tais ativos usados como garantia para empréstimos, o governo de Chongqing lançou, em abril de 2011, seu programa para fornecimento pelos bancos, nos três anos seguintes, de um total de 65 bilhões de yuan em empréstimos para camponeses (equi-

¹⁷ Para mais detalhes, consultar Huang (2011a).

valente, em média, a cerca de 11.000 yuan por agregado familiar agrícola). Parte do objetivo é apoiar o projeto de “aumentar a renda de cada família [camponesa] em 10.000 yuan em três anos” (ver Yuan, 2011). Até julho de 2011, um total de 4,3 bilhões de yuan desses empréstimos já havia sido concedido (Kang; Huo; Yaoguo, 2011; Yuan, 2011).¹⁸

O governo de Chongqing, ao que parece, desviou seu foco do apoio e da promoção de “empresas cabeça de dragão” capitalistas para apoiar as famílias camponesas, de modo a capacitá-las a investir capital na agricultura familiar e em outras atividades comerciais familiares. No passado, os camponeses estiveram muito à mercê daqueles que controlavam o capital para o desenvolvimento agrícola, fossem governos locais, empresas capitalistas ou empreendedores locais habilitados. Com a capacidade de transformar seus direitos à terra em capital, aparentemente os camponeses estarão em uma posição de barganha muito mais forte por uma parcela maior dos lucros da agricultura. Como parte de seus esforços para encontrar caminhos de desenvolvimento agrícola diferentes da antiga dependência das “empresas cabeça de dragão” capitalistas, o governo de Chongqing planeja promover o desenvolvimento de 2.000 cooperativas de participação acionária (股份合作社) (Qifan, 2011). No passado, as cooperativas eram amplamente dominadas por quem controlava o capital, fosse o governo, os capitalistas ou os poucos líderes selecionados. Agora, a capacidade dos camponeses de “capitalizar” seus direitos à terra pode conferir-lhes o necessário “capital de negociação” (谈判资本) para desenvolver cooperativas de integração vertical que realmente representem seus interesses.

¹⁸ O direito de uso da terra como garantia para empréstimos levanta, obviamente, a questão de se, no caso de inadimplência dos empréstimos e tomada das propriedades pelos bancos, o governo não estaria efetivamente promovendo a “proletarização” do campo. Sob a atual lei chinesa de propriedade, no entanto, apenas os direitos de uso da terra seriam afetados; a propriedade final ainda pertenceria, em teoria, ao coletivo (aldeia). O governo de Chongqing fez um movimento ousado ao atribuir aos direitos de uso das famílias camponesas 85 % do valor total da terra e aos teóricos direitos de propriedade do coletivo apenas 15 % (Kang; Huo; Yaoguo, 2011). Assim, a inadimplência de um mutuário provavelmente resultaria na tomada pelo banco de 85 % do valor da terra, com 15 % ainda pertencendo ao coletivo/aldeia. No momento em que este artigo é publicado, chega o relatório de que o governo de Chongqing instituiu um programa de seguro para ativos camponeses capitalizados a um custo de 3 bilhões de yuans. Evidentemente, até 8 de agosto de 2011, a inadimplência dos empréstimos para camponeses ocorreu a uma taxa de apenas 2 % dos empréstimos; a apropriação de 3 bilhões de yuans pelo governo municipal, mais o financiamento suplementar de 1 bilhão por governos de níveis inferiores, significa que o governo poderá garantir 40 bilhões de yuan em ativos camponeses capitalizados. Em caso de inadimplência do empréstimo, o plano é que o governo municipal assumira um terço do risco, os bancos outro terço e o mutuário camponês outro terço. Dessa forma, o programa deve ser capaz de amortecer o choque do fracasso dos negócios para muitos e não resultar em muitos camponeses perdendo suas terras (Qifan, 2011, p. 48).

É claro que, em sua efetiva implementação por autoridades locais e pelos bancos, o programa de Chongqing pode acabar ainda favorecendo grandes fazendas baseadas em mão de obra assalariada em detrimento da pequena agricultura familiar, e empresas capitalistas em detrimento de cooperativas baseadas na agricultura familiar. Tudo depende de o governo de fato mostrar a visão e a vontade de ajudar a desenvolver cooperativas que possam realmente proporcionar os serviços de integração vertical necessários para proteger e beneficiar pequenos agricultores camponeses em suas negociações com o grande mercado.

Capitalização sem proletarização

Para concluir, nossa investigação dos dados disponíveis mostra que a incidência do trabalho assalariado agrícola na China, embora significativa, permanece menor do que muitos têm assumido – em termos anuais, os trabalhadores contratados representam apenas 3 % de toda a força de trabalho empregada na agricultura (e trabalhadores de curto prazo outros 0,4 %). O que uma incidência tão baixa sugere é que a “agricultura capitalista”, como é geralmente entendida, representa apenas uma parcela muito pequena da agricultura chinesa atual; a agricultura familiar é o que ainda predomina.

Mas a pequena agricultura familiar camponesa não impediu a agricultura chinesa de capitalizar-se, ou seja, o país aumentou enormemente os investimentos em capital, para compor o que denominamos aqui de “revolução agrícola oculta”, com o valor da produção agrícola sendo sustentado a uma taxa de crescimento de 6 % ao ano, por mais de trinta anos, excedendo em muito aquele crescimento historicamente associado às revoluções agrícolas.

O paradoxo do desenvolvimento agrícola chinês por meio da capitalização é que ele não foi acompanhado de aumentos proporcionais no trabalho assalariado agrícola contratado, mas baseou-se principalmente em pequenas unidades familiares, envolvidas em uma nova produção agrícola de alto valor. Esse fenômeno paradoxal da capitalização sem proletarização é, talvez, a característica mais distintiva do recente desenvolvimento agrícola chinês.

Referências

CHAYANOV, A. V. *The Theory of Peasant Economy*. Madison: Univ. of Wisconsin Press, 1986 [1925].

CHINA. 中国劳动统计年鉴 (*Anuário estatístico laboral da China*). Pequim: China Statistics Press, 2007.

- CHINA. 中国第二次全国农业普查资料综合提要 (*Sinopse do segundo censo agrícola nacional da China*). Pequim: China Statistics Press, 2008a.
- CHINA. 中国农村统计年鉴 (*Anuário estatístico rural da China*). Pequim: China Statistics Press, 2008b.
- CHINA. 中国第二次全国农业普查资料汇编, 农业卷 (*Segunda compilação de dados do censo agrícola nacional da China, volume agrícola*). Pequim: China Statistics Press, 2009.
- CHINA. 中国畜牧年鉴 2009 (*Anuário pecuário da China 2009*). Pequim: China Statistics Press, 2010a.
- CHINA. 中华人民共和国国家统计局 (Escritório Nacional de Estatísticas da República Popular da China). 年农民工监测调查报告 (*Relatório Anual de Monitoramento e Investigação de Trabalhadores Migrantes*), 2010b.
- DEV, S. MAHENDRA. Agricultural wages and labor since 1950. In: WOLPERT, Stanley (org.). *Encyclopedia of India*. Detroit: Thomson Gale, 2006. v. 1, p. 18-20.
- GULATI, Ashok. Agricultural growth and diversification since 1991. In: WOLPERT, Stanley (org.). *Encyclopedia of India*. Detroit: Thomson Gale, 2006. v. 1, p. 14-17.
- HANLEY, Susan B.; YAMAMURA, Kozo. *Economic and Demographic Change in Preindustrial Japan, 1600–1868*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 1977.
- HUANG, Phillip C. C. *The Peasant Economy and Social Change in North China*. Stanford, CA: Stanford Univ. Press, 1985.
- HUANG, Phillip C. C. *The Peasant Family and Rural Development in the Yangzi Delta, 1350–1988*. Stanford, CA: Stanford Univ. Press, 1990.
- HUANG, Phillip C. C. The paradigmatic crisis in Chinese studies: paradoxes in social and economic history. *Modern China*, v. 17, n. 3, p. 299-341, 1991.
- HUANG, Phillip C. C. China's neglected informal economy: reality and theory. *Modern China*, v. 35, n. 4 (Jul.), p. 405-438, 2009.
- HUANG, Phillip C. C. Chongqing: equitable development driven by a 'third hand'? *Modern China*, v. 37, n. 6 (Nov.), p. 569-622, 2011a.
- HUANG, Phillip C. C. The modern Chinese family: in light of economic and legal history. *Modern China*, v. 37, n. 5 (Set.), p. 450-497, 2011b.
- HUANG, Phillip C. C. China's new-age small farms and their vertical integration: agribusi- ness or co-ops? *Modern China*, v. 37, n. 2 (Mar.), p. 107-134, 2011c.
- HUANG, Phillip C. C. The theoretical and practical implications of China's development experience: the role of informal economic practices. *Modern China*, v. 37, n. 1 (Jan.), p. 3-43, 2011d.
- HUANG, Phillip C. C. 中国的隐性农业革命 (*Revolução agrícola oculta da China*). Pequim: Law Press, 2010.
- HUANG, Phillip C. C.; PENG, Yusheng. 三大历史性变迁的交汇与中国小规模农业的前景 (A convergência de três mudanças históricas e as perspectivas da agricultura de pequena escala da China). 中国社会科学, 第4期 (*Ciências Sociais Chinesas*, n. 4), p. 74-88, 2007.

KANG, Liu; HUO, Huang; YAOGUO, Tang. 重庆追寻‘后来居上’的改革与发展逻辑 (Chongqing segue a lógica de reforma e desenvolvimento de “começar tarde e chegar na frente”). 瞭望 16 jul., 2011. Disponível em: <http://news.hexun.com/2011-07-16/131497077.html>. Acesso em: 2 out. 2014.

LENIN, V. I. *The Development of Capitalism in Russia*. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1956 [1907].

MEIYAN, Wang. 农民工还能返回农业吗? ——来自全国农产品成本收益调查数据的分析 (Os trabalhadores migrantes podem retornar à agricultura? Uma análise com base nos dados da pesquisa nacional de custo-benefício do produto agrícola). 中国农村观察, 第1期 (China Rural Watch, n. 1), p. 20–30, 2011.

PERKINS, Dwight; YUSUF, Shahid. *Rural Development in China*. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 1984.

QIFAN, Huang. 重庆共富的战略考虑与路径选择 (Considerações estratégicas e a escolha do caminho para a prosperidade de todos em Chongqing). In 重庆“缩差共富”参考资料 (Materiais de referência do programa “reduzir as diferenças e compartilhar a riqueza” de Chongqing) (8 Ago.) s.p.: 中国重庆广播电视集团, 2011. p. 30-67.

QUANGUO NONGCHANPIN CHENGBEN SHOUYI ZILIAO HUIBIAN 全国农产品成本收益资料汇编 [Compilação de dados de custo-benefício de produtos agrícolas nacionais] (2002) 北京: 中国物价出版社; (2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010) 北京: 中国统计出版社.

RAWAL, Vikas. Ownership holdings in land in rural India: putting the record straight. *Economic and Political Weekly* (8 Mar.), p. 43-47, 2008.

SHANIN, Teodor. Chayanov’s message: illuminations, misconceptions, and the contemporary “development theory”. In: CHAYANOV, Alexander V. *Peasant farm organization*, 1. ed. 1925.

SHU-CHUN, Mao. 我国棉花种植技术的现代化问题. (A questão da modernização do cultivo de algodão em nosso país), 2010. Disponível em: <http://gxs.ww.gov.cn>. Acesso em: 2 out. 2014.

SMITH, Adam. *The Wealth of Nations*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1976 [1776].

TERUOKA, Shūzō. 日本农业150年 (1850-2000) (150 anos de agricultura japonesa, 1850–2000), trad. Hu Hao et al. 胡浩等译 [de Nihon no nōgyō 150 nen (1850-2000), 2003, Tokyo: Yuhikaku Publishing Co.]. Beijing: 中国农业大学出版社, 2011.

THORNER, Daniel, KERBLAY, Basile & SMITH, R. E. F. (orgs.). Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1986. p. 1–24

2010 Yantai diqu pingguo shengchan . . . 2010年烟台地区苹果生产与销售情况 [Produção e vendas de maçãs em Yantai em 2010] (2011). Disponível em: www.191bbs.com/simple/?t219223.html. Acesso em: 2 out. 2014.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. *China Human Development Report 2005*. Beijing: United Nations Development Programme, China Country Office, 2005.

WORLD BANK. *World Bank updates poverty estimates for the developing world*. 16 ago 2008. <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2008/08/26/world-bank-updates-poverty-estimates-for-the-developing-world>

WORLD BANK. *China: from poor areas to poor people*. China's evolving poverty reduction agenda. – an assessment of poverty and inequality in China, n. 3.033. World Bank Other Operational Studies. The World Bank, mar. 2009. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/3033/480580v10Revised0Box338876B01Public10.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 out. 2014.

XIAOPING, Zhao. 在全国农产品成本调查二十周年纪念座谈会上的讲话 (Discurso no Simpósio sobre o 20º Aniversário da Pesquisa Nacional de Custos de Produtos Agrícolas). 24 nov. 2004. Disponível em: <http://qzprice.gov.cn/5-xinxijgcbdc/lt/9.htm>. Acesso em: 2 out. 2014.

YANG, Du; MEIYAN, Wang. 农村剩余劳动力的新估计及其含义 (Novas estimativas de excedente de mão de obra rural e suas implicações). 广州大学学报 (社会科学版) [*Journal of Guangzhou University (edição de ciências sociais)*], v. 9, n. 4, p. 17-24, 2010.

YUAN, Gao. 小农农业的内生发展途径: 以山东省聊城市耿店村为例. (A abordagem de desenvolvimento endógeno da agricultura familiar: um estudo de caso da vila de Gengdian, cidade de Liaocheng, província de Shandong). 中国乡村研究, 第9辑. 福州: 福建教育出版社 (*Estudos Rurais da China, Serie 9*. Fuzhou: Fujian Education Press), s/d.

YUAN, Gao. Rural development in Chongqing: the 'every peasant household's income to grow by 10,000 yuan' project. *Modern China*, v. 37, n. 6, p. 623-645, 2011.

ZHANG, Yu-Lin. '现代化'之后的东亚农业和农村社会——日本, 韩国和台湾地区的案例及其历史意蕴 (Agricultura do Leste Asiático e Sociedade Rural após "Modernização" – Casos do Japão, Coreia do Sul e Taiwan e suas implicações históricas). 南京农业大学学报 (社会科学版) [*Journal of Nanjing Agricultural University (edição de ciências sociais)*], v. 11, n. 3, p. 1-8, 2011.

Capítulo 10

Diferenciação de classes na China rural: dinâmicas de acumulação, mercantilização e intervenção estatal

Qian Forrest Zhang

Este capítulo visa a desenvolver conceitualmente uma classificação das posições da classe agrárias emergentes na China atual, analisando a dinâmica central da transformação agrária que impulsiona a diferenciação de classe – a saber, acumulação de capital, mercantilização da subsistência e intervenção do Estado nesses dois processos. Esse esquema de classificação, enquanto dispositivo heurístico, será útil para avançar o conhecimento sobre a mudança agrária da China em pelo menos três aspectos. Primeiro, o esforço de formular essa classificação proporciona uma síntese das diversas dinâmicas da mudança agrária e ajuda a identificar os principais padrões de acumulação e mercantilização que surgiram no meio rural da China. Segundo, essa

classificação demonstra os efeitos da mudança agrária na diferenciação social, questiona a visão convencional de uma população agrícola indiferenciada e fornece uma base conceitual para trazer a análise de classes de volta à pesquisa de estratificação na China rural. Finalmente, quaisquer análises sobre política, mobilização social e conflitos sociais que hoje ocorrem nesse terreno social diferenciado também se beneficiarão deste mapeamento das posições de classe e da análise preliminar de seus interesses e relações de classe.

A pesquisa sociológica sobre as transformações na estrutura social na China contemporânea nas últimas três décadas concentrou-se principalmente no impacto da transição econômica sobre os padrões de desigualdade social e processos de mobilidade social. Há mais de dez anos, So (2003, p. 364) apontou que “tem havido pouco esforço de análise da sociedade chinesa atual da perspectiva da estrutura de classes”. Essa lacuna é particularmente evidente nos estudos sobre a China rural. Embora os acadêmicos tenham observado diferenciação na outrora homogênea sociedade rural, causada por ondas de profundas mudanças, nenhum estudo examinou sistematicamente os processos e resultados da diferenciação de classe na China rural e como esses são impulsionados pela dinâmica da mudança agrária. So (2003), por exemplo, em uma das raras exceções que tentam uma análise de classes da estratificação na China, aponta a crescente diferenciação e conflitos entre classes tanto no meio rural como urbano chineses, mas não oferece uma análise detalhada da diferenciação de classes rural.

A literatura existente sobre diferenciação rural na China aborda essa questão principalmente sob uma perspectiva sociológica que vê a diferenciação como desigualdades distributivas ao longo de uma escala gradativa de privilégio ou privação, seja de renda, educação, poder ou riqueza. Ela se concentra em dois tópicos: a importância relativa do empreendedorismo em relação ao poder político na formação das elites rurais e a crescente importância da renda salarial na criação de desigualdades entre a população que não é da elite. Com relação à primeira questão, a maioria dos trabalhos não vê o empreendedorismo ou a posse de cargos políticos como posições de classe nas emergentes relações sociais de produção, mas antes como mudança nos padrões de incentivos, oportunidades e recompensas por características individuais criadas por novas instituições econômicas (Nee, 1996; Walder; Zhao, 2006). Sobre a crescente importância da renda salarial nos meios de subsistência rurais, a literatura foca em como os diferentes dotes de capital humano e a consequente distinta participação no emprego assalariado criaram crescentes desigualdades de renda (Parish et al., 1995; Khan; Riskin,

1998; Walder, 2002). Tais diferenças são vistas como geradoras de uma escala em termos de renda familiar dos domicílios rurais.

Classe – especialmente no sentido materialista de distintas posições nas relações sociais de produção e reprodução (Bernstein, 1979, p. 430) – está totalmente ausente em todas essas análises quantitativas e de escalonamento da desigualdade e estratificação na China rural. O que esses trabalhos não conseguem ver é que, mais do que simplesmente gerar níveis diferenciados de renda, atividades empresariais, trabalho assalariado e agricultura familiar – de diversas formas e combinações – tais diferenças estão gerando novas relações sociais de produção, que diferenciam a população rural segundo novas posições estruturais na economia rural – classes que têm experiências de vida e interesses econômicos qualitativamente diferentes entre si e inter-relações complexas.

A crescente literatura sobre mudança agrária na China contemporânea evidencia a relevância e, especialmente, a necessidade de estudar as dinâmicas de classe e os impactos da mudança agrária. À medida que se acelerava a expansão de formas de produção capitalistas na agricultura chinesa na última década (Zhang; Donaldson, 2008; Huang, 2011; Huang et al., 2012), novas relações de produção e novos tipos de produtores emergiram (Zhang; Donaldson, 2010). Esses trabalhos, focados em como a modernização agrícola dá origem a novos tipos de produtores, no entanto, não logram analisar todo o espectro das dinâmicas da mudança agrária que impulsiona a diferenciação de classes e seus efeitos na estrutura social rural. Este estudo pretende preencher essa lacuna.

A complexa dinâmica que impulsiona a diferenciação de classes é desencadeada por processos mais amplos da mudança agrária, que incluem a industrialização rural e a migração rural-urbana. A ascensão das formas capitalistas de agricultura é apenas o ímpeto mais recente adicionado a esse processo contínuo de transição agrária. A acumulação de capital em empresas não agrícolas e o trabalho assalariado entre a população rural estão intimamente ligados aos processos de acumulação e mercantilização na agricultura e são centrais para a diferenciação de classes rural. Assim, uma análise das dinâmicas de diferenciação de classes e da formação de novas classes agrárias, para a qual este estudo contribui, precisa ir além dos produtores agrícolas e examinar como a acumulação capitalista, o trabalho assalariado e a pequena produção mercantil, nos dois lados das divisórias rural-urbana e agrícola-industrial, combinam-se de forma diferenciada nos domicílios rurais.

A seguir, desenvolvo, primeiramente, um instrumento que usa uma combinação de posições de mercado dos domicílios rurais para identificar empiricamente suas posições de classe nas relações sociais de produção.

Utilizando este instrumento para analisar dados qualitativos coletados no trabalho de campo de estudo de casos e em uma revisão de literatura, produzo um esquema de classificação que compreende cinco classes agrárias: a classe de empregadores capitalistas, a classe pequeno-burguesa de agricultores comerciais, duas classes trabalhadoras de famílias com emprego duplo e trabalhadores assalariados, e uma categoria residual de camponeses dedicados à agricultura de subsistência. Na análise empírica que se segue, para a classe dos empregadores capitalistas, focalizo as diversas dinâmicas de acumulação; para a pequena burguesia, suas tendências de diferenciação; e para as duas classes trabalhadoras, a mercantilização de sua subsistência.

Analisando a diferenciação de classes na mudança agrária

A abordagem teórica materialista vê a diferenciação de classes na mudança agrária como resultado da expansão do capitalismo no campo, o que cria novas relações sociais de produção e novas posições estruturais situadas nessas relações. Há diferentes perspectivas sobre o que constitui o capitalismo e como observar sua expansão na agricultura. Este estudo segue uma perspectiva prevalente que vê a expansão do capitalismo como compreendendo dois processos inter-relacionados: a expansão e a intensificação das relações mercantis, especialmente em relação a trabalho e terra, o que envolve mudanças nas relações sociedade-propriedade; e a subsunção dos produtores tradicionais no circuito de capital, no qual eles se tornam dependentes do mercado e sujeitos aos imperativos da concorrência e da produtividade crescente pelo desenvolvimento das forças produtivas (Brenner, 1976; Wood, 2002; Bernstein, 2010). Contrariamente a algumas interpretações errôneas das obras clássicas de Lenin e Kautsky, essa perspectiva teórica não oferece um modelo predeterminado de desenvolvimento capitalista e diferenciação de classe nas áreas rurais. Em vez disso, os próprios processos de diferenciação são entendidos sempre como resultantes dos modos específicos em que os dois processos de desenvolvimento capitalista se desenrolam. Embora todas as relações capitalistas de produção compartilhem características comuns, as condições político-econômicas locais e o contexto socio-histórico criam especificidades nos modos como evoluem as relações mercantis, como os produtores confrontam os mercados e, conseqüentemente, nos tipos de posições e relações de classe que emergem.

Dentro dessa ampla perspectiva teórica, para se adaptar às especificidades locais, pesquisadores da diferenciação de classes em contextos variados têm criado distintas estratégias analíticas e instrumentos empíricos. Conceitualmente, a maioria dos pesquisadores se concentra em como os dois processos de desenvolvimento capitalista criam novas categorias de classe. Na construção dos instrumentos empíricos, a maior parte deles concorda em que o uso de uma única medida – como, por exemplo, o tamanho da fazenda – é, ao mesmo tempo, teoricamente falho e empiricamente enganoso (Oya, 2004). Sendo assim, selecionam diferentes combinações de critérios, com base na disponibilidade de dados e especificidades locais, para identificar as posições de classe.

Em um dos estudos mais densos sobre este tópico, no “debate sobre a Índia”, Patnaik (1976) propôs um indicador de exploração do trabalho que foca em como as relações mercantis envolvendo trabalho e terra diferenciam a população rural. O índice *E* é definido como a razão entre o uso líquido de mão de obra externa por um produtor (incluindo a contratação direta de mão de obra e a apropriação indireta do trabalho por arrendamento) e os dias de trabalho familiar. Em um estudo posterior (Patnaik, 1988, p. 309), a autora identificou que o índice de exploração do trabalho se correlaciona fortemente com diferenças entre domicílios relativas aos padrões de integração e competição no mercado, incluindo nível de capitalização na produção, produtividade e proporção da produção comercializada. Entre outras contribuições para o debate sobre a Índia, Bardhan (1982) desenvolveu um mecanismo muito similar ao índice de exploração do trabalho de Patnaik, o qual mede a alocação de mão de obra dos domicílios entre trabalho por conta própria, assalariado e mão de obra contratada, mas exclui atividades de arrendamento de terras; e Bharadwaj (1985) concentra-se no acesso à terra e no grau de integração nos mercados. No caso da África, Sender e Smith (1990) usaram uma combinação de terras de cultivo compradas, educação e um substituto para o índice de exploração do trabalho para identificar diferenciação entre uma amostra de grandes agricultores. Ao investigar uma amostra de agricultores de larga e média escala no Senegal, Oya (2004) combinou um conjunto ainda mais amplo de critérios que incluíam padrões de uso do trabalho, uso da terra e uso do excedente, grau de capitalização e educação. No contexto latino-americano, Deere e de Janvry (Deere, 1990; Deere; De Janvry, 1979) propuseram um marco conceitual que focaliza as formas específicas de apropriação do excedente e as utiliza para identificar posições de classe. Seu interesse, no entanto, reside principalmente na participação das famílias rurais em múltiplas relações de classe e em como isso configura a reprodução das famílias, e não nos resultados da diferenciação.

No contexto chinês, a mais conhecida tentativa de identificar classes agrárias é provavelmente o ensaio de Mao de 1933, em que ele aplicava o modelo de Lenin, que enfatiza a apropriação do excedente por meio da contratação do trabalho e do arrendamento de terras, identificando cinco classes principais na zona rural da China (Mao, 1991). Hoje, é claro, a China rural é drasticamente diferente daquela da época em que Mao liderava o Partido Comunista em sua luta por reforma agrária nas áreas-base de Jiangxi e Fujian. Para começar, as áreas rurais no sul da China durante a era de Mao eram dominadas por uma classe de proprietários não produtivos, e a maior parte da terra arrendada constituía-se de arrendamentos dos grandes proprietários e camponeses ricos a agricultores arrendatários, em lugar do hoje vigente arrendamento das terras de pequenos proprietários por agricultores capitalistas.

O que emerge desta síntese é que, apesar das diferenças óbvias entre todos esses instrumentos de identificação de classes (em termos de medidas dicotômicas *versus* contínuas e da importância relativa dada a critérios específicos), um conjunto comum de práticas foi identificado como indicadores do aumento das relações capitalistas de produção e que, portanto, podem ser medidas e usadas de forma combinada para identificar posições de classe emergentes. Isso inclui arrendamento e compra de terras, contratação ou venda de trabalho, comercialização da produção e investimento de capital em meios de produção (ou seja, capitalização). Essas atividades são exatamente o que nosso entendimento teórico da expansão do capitalismo como intensificação das relações mercantis e penetração dos imperativos de mercado sugeriria ocorrer durante a mudança agrária: o acesso à terra e ao trabalho agora é realizado através de relações mercantis, e a concorrência na venda da produção impulsiona a capitalização da agricultura para aumentar a produtividade.

*Identificando posições de classe por situações de mercado:
uma abordagem analítica*

Neste estudo, adoto o mesmo foco analítico para essas quatro atividades. Mas, ao construir um instrumento empírico para classificação, medi essas atividades com posições qualitativamente definidas em quatro mercados: arrendamento de terras (tomar e ofertar) no mercado de locação de terras, contratação ou venda de mão de obra no mercado de trabalho, venda da produção nos mercados de produtos e, finalmente, aquisição de meios modernos de produção nos mercados de insumos. As combinações de posições dos

domicílios rurais nesses quatro mercados formam a base da identificação de suas posições de classe. As posições de classe, aqui entendidas como posições distintas nas relações sociais de produção e reprodução, são determinadas pelas relações de propriedade e pela participação no mercado. Embora essas duas dimensões sejam conceitualmente não redutíveis uma à outra, nos casos empíricos que examino aqui, as diferenças nas relações de propriedade sempre se manifestam em diferentes tipos de participação no mercado. A combinação de situações de mercado em um domicílio, portanto, serve como um bom indicador para identificar empiricamente posições de classe.

O uso de medidas qualitativas, em comparação com escalas quantitativas como o índice de exploração do trabalho, tem suas desvantagens. Posições de mercado qualitativamente definidas fornecem apenas medidas rudimentares da participação dos domicílios nos mercados, sendo incapazes de identificar diferenças de grau. Estou restrito a essa escolha aqui por falta de dados estatísticos, aos quais se poderiam aplicar escalas quantitativas. Mas, o que é mais importante, definir posições de classe com base em combinações de posições de mercado qualitativamente definidas tem vantagens importantes que justificam seu uso.

Como sugerido anteriormente, a principal diferença entre a conceituação materialista de classe social e de diferenciação rural e a alternativa sociológica e escalonada é que a primeira define classes como posições qualitativamente distintas nas relações sociais de produção, enquanto a segunda vê as classes como um gradiente de posições desiguais ao longo algumas distribuições quantitativas. Assim, para evitar entrar em uma análise de gradiente e produzir um grande – ou mesmo infinito – número de classes, no final, alguma decisão precisa ser tomada pelo pesquisador para localizar pontos de corte ao longo da escala quantitativa de modo a identificar um pequeno número de categorias de classe qualitativamente diferentes. No índice de exploração do trabalho utilizado por Patnaik, por exemplo, a linha que separa os camponeses médios dos pobres é traçada da seguinte maneira: embora ambos vendam trabalho, os últimos vendem uma proporção maior do trabalho familiar do que aquela utilizada no próprio domicílio, enquanto a proporção de trabalho vendida pelos primeiros é menor do que a utilizada na própria terra (Patnaik, 1976, p. A-85). Pode-se, portanto, pensar nessas escalas como expressando diferenças qualitativas em termos quantitativos.

Além disso, quando escalas quantitativas são usadas para identificar posições de classe, o esquema de classificação pode apresentar demasiada flexibilidade e fluidez, no sentido de que os domicílios parecem ser capazes de se mover com relativa facilidade ao longo de um *continuum* de diferen-

ciação de classes, por exemplo, arrendando mais terras, vendendo menos trabalho, investindo mais em meios de produção, reduzindo o consumo e vendendo mais produtos nos mercados – o que pode levar a mudanças na escala quantitativa. Isso sugere que quaisquer “classes” identificadas ao longo deste *continuum* seriam apenas “tendências” (Oya, 2004, p. 314), ao invés de posições estruturais bem delineadas. Essa pode ser uma abordagem adequada no contexto específico em estudo.

Por outro lado, uma classificação baseada na identificação qualitativa de combinações de situações de mercado destaca o aspecto estrutural da diferenciação de classes rural. Para o caso da China, sustento que a transformação agrária ao longo das últimas três décadas avançou na medida em que posições estruturais relativamente estáveis podem ser identificadas nas novas relações sociais de produção, agora mediadas principalmente pelas relações mercantis. Portanto, considerar as posições de classe como baseadas em uma combinação de situações de mercado proporciona uma perspectiva dialética para compreender a formação de classes na transformação agrária. Por um lado, as posições de classe são fluidas, pois tanto os “dotes” de seus titulares quanto a estrutura de mercado e as instituições que condicionam as oportunidades e as experiências das pessoas nos mercados são passíveis de mudança como resultado de lutas de classes e de intervenção estatal. Por outro, as posições de classe também podem se tornar estáveis e “estruturadas”, quando acordos institucionais e distribuição de recursos econômicos e poder político estáveis criam interações padronizadas nos mercados e “encerram” as pessoas dentro de determinadas situações do mercado. Por exemplo, a menos que ocorra uma redistribuição de terras ou uma reformulação total dos programas estatais de bem-estar social, os residentes rurais sem propriedade estão presos a uma situação específica no mercado de trabalho: vender sua força de trabalho e, portanto, sujeitos à exploração.

Uma vez que as posições de classe estejam identificadas com base em situações de mercado, como um dispositivo heurístico, essa classificação que focaliza situações de mercado pode direcionar nossa atenção analítica para as dinâmicas que impulsionam a diferenciação de classes, pela criação de condições de mercado desiguais e expansão desigual das relações de mercado. Por exemplo, para entender a situação de mercado em que se encontram os trabalhadores assalariados proletarizados, devemos examinar o uso de meios extraeconômicos na acumulação primitiva que cria as condições para a exploração do trabalho “livre” pelo capital. A combinação de situações de mercado é usada aqui tanto como substituto empiricamente observável de posições de classe quanto como manifestação da dinâmica de classe subja-

cente. Minha estratégia analítica neste estudo é, portanto, dupla. Primeiro, para estudar os resultados da diferenciação de classe, uso as combinações de situações de mercado dos domicílios para classificá-los em posições de classe. Então, para analisar as dinâmicas que impulsionam a diferenciação de classe, trato os mercados como arenas de disputa de relações de classe e intervenção estatal e examino como são criadas as condições de trocas de mercado, como se expandem e sofrem resistência as relações mercantis, e como as pessoas são coibidas ou capacitadas por suas posições de mercado.

Neste estudo, utilizo a família como unidade de análise. No contexto rural, a propriedade, mantida pelas famílias, sempre foi mais importante do que as ocupações que os indivíduos assumem na determinação das posições de classe. Pelo menos no contexto da China rural, a ocupação dos indivíduos em empregos assalariados está intimamente ligada à pequena produção de bens de consumo, na propriedade, por suas famílias por meio da divisão do trabalho familiar. Portanto, em lugar de determinar a posição de classe de uma pessoa, a ocupação de um indivíduo é, na verdade, resultado de uma alocação de trabalho por parte do domicílio, determinada pelo controle da família sobre a propriedade – mais especificamente, pelo fato de a família possuir terra e meios de produção suficientes para empregar plenamente sua mão de obra nas condições técnicas de produção vigentes e gerar retornos comparáveis ao do trabalho assalariado.

Há, no entanto, duas advertências quanto ao uso dos domicílios como unidade de análise. A primeira é que, conceitualmente, um “domicílio” seria uma unidade de estratégias coordenadas de subsistência e de compartilhamento de recursos sem necessariamente implicar coresidência; mas, empiricamente, a maioria das observações é baseada em unidades de coresidência. No caso da China rural, o tamanho reduzido das famílias, a ausência de poligamia e a prática da divisão familiar (os pais mantêm coresidência com o filho adulto mais velho, enquanto outros filhos adultos, se houver, formam famílias separadas) minimizam a discrepância entre essas duas formas de identificar agregados familiares.¹ A segunda é que o controle da propriedade costuma ser distribuído de maneira desigual nos agregados familiares e a apropriação do excedente também ocorre dentro dos domicílios, e ambos os fatores criam diferenciação intradomiciliar entre sexos e gerações.² O uso

¹ Para um exemplo das diferentes definições de domicílios em um contexto de poliginia generalizada, ver Oya (2004).

² Na China rural, membros homens e agnáticos são favorecidos no controle da propriedade e do excedente da produção. Para estudos empíricos sobre esse tema, consultar Sargeson e Song (2010) e Jacka (2012).

dos domicílios como unidade de análise impede investigar como membros das mesmas famílias podem ocupar posições de classe diferentes. Expor essa dimensão secundária da diferenciação de classe exigirá novos dados e um estudo separado.

Identificação de posições de classe na China rural

A premissa do estudo dos resultados e processos de diferenciação de classe na China rural resultante de mudanças agrárias é que o capitalismo de fato se disseminou na China rural. Não há, no entanto, um consenso sobre isso na literatura. Post (2008, p. 324), por exemplo, argumenta que, devido à ausência de capital fundiário – as relações de propriedade que transformam a terra em um bem e a tornam acessível apenas através de trocas de mercado ainda não estão presentes – e a prevalência de formas não capitalistas de trabalho na agricultura, “o meio rural chinês permanece decididamente não capitalista” e “não surpreende que haja pouca diferenciação social entre os produtores rurais”. A constatação de Huang et al. (2012) de que contratos anuais de trabalho constituem apenas 3 % do total de trabalho aplicado à agricultura chinesa também pode sugerir a ausência de capitalismo. Assim, antes de aprofundar a análise empírica – que, espero, esclareça que tal visão já não se sustenta –, é necessário, primeiro, esboçar brevemente aqui o quanto o capitalismo se disseminou na agricultura chinesa.

Um importante ponto de partida aqui é que, nas transições agrárias, o trabalho assalariado “livre” proletariado não é a única forma de exploração do trabalho pelo capital e, portanto, o trabalho assalariado na agricultura capitalista não é a única maneira forma de disseminação do capitalismo na agricultura (Bernstein, 2010). Como já mencionado, a disseminação de relações mercantis e dos imperativos de mercado são processos que fomentam o capitalismo. Isso pode envolver o crescimento do trabalho assalariado, mas pode também basear-se na transformação da agricultura de base familiar. Na China, o capitalismo agrário tem crescido principalmente por esse último caminho.

Em outro estudo, Huang e Gao (2013) apuraram que as “unidades agrícolas familiares” aumentaram muito seus níveis de capitalização – por meio de investimentos tanto em ativos fixos quanto em insumos modernos – nos últimos 15 anos, em uma escala que equivale aos investimentos realizados pelo Estado e supera em muito o das empresas capitalistas. Embora Huang e Gao não o interpretem dessa maneira, seu argumento sugere que

as lavouras familiares comerciais na China rural estão integradas às relações mercantis, são impulsionadas por mercados capitalistas, e precisam aumentar sua capitalização para acompanhar os níveis crescentes de produtividade do trabalho. A análise ao final deste capítulo mostrará os vários caminhos de transformação das “unidades agrícolas familiares” em agricultores capitalistas – principalmente pela adoção da lógica da acumulação e da mercantilização, ao invés da contratação de trabalho assalariado.

Outra mudança importante que contraria a avaliação de Post (2008) é a rápida mercantilização da terra nos últimos anos. Primeiro, a aprovação da Lei de Direitos de Propriedade em 2007 e a segunda rodada de contratação de terras baseada em 30 anos de posse tornam os direitos à terra rural agora mais privados e permanentes. Então, auxiliada pelo rápido desenvolvimento dos mercados de arrendamento de terras agrícolas, terrenos para construção e outras terras rurais, a terra tornou-se cada vez mais mercantilizada e acessível por meio de trocas de mercado. Essa é a principal mudança que abre caminho para a entrada de empresas do agronegócio que contratam trabalho, obtêm terras por meio de relações mercantis as quais podem ser intermediadas pelos governos locais. A análise que se segue mostrará que, mesmo para os agricultores familiares, seu direito a terras cultiváveis baseado no pertencimento a uma aldeia está se transformando em um acesso mediado pelo mercado – um direito do qual eles abririam mão quando seu retorno esperado combinado de arrendamento da terra e renda salarial excederem o da agricultura familiar. Em suma, as condições para estudar a diferenciação de classes no meio rural “decididamente capitalista” da China – para contrapor Post (2008) – estão maduras.

O objetivo deste capítulo é examinar os resultados e as dinâmicas da diferenciação de classes, a partir da transformação agrária, não mapear a estrutura abrangente de classes na China rural ou examinar todas as suas relações de classe. O foco do estudo está nas posições de classe no âmbito da economia agrária, e não na estrutura geral de classes no meio rural. Portanto, exclui classes não agrárias, como profissionais,³ empregadores industriais e comerciais e a pequena burguesia não agrária. Outro ator que desempenha um papel crucial na formação de classes rurais é o quadro estatal. Para os

³ O número de pessoas em ocupações profissionais e gerenciais (seja como funcionários ou por conta própria) está crescendo na China rural, embora ainda seja pequeno. Esse grupo compreende pessoal administrativo e qualificados em empresas rurais e serviços sociais como escolas, clínicas e estações culturais, e profissionais autônomos, como médicos que administram clínicas particulares. O nível superior de educação desse grupo os distingue do restante da população rural. Isso às vezes os coloca em uma posição central para mediar as interações da população rural com forças externas e representar ou mobilizar a população rural em ações coletivas.

“quadros” no âmbito das aldeias,⁴ entendo que o exercício de cargo político em si já não constitui base para uma posição de classe de elite. A posse política de cargos no nível da aldeia costuma ser de meio período e mal remunerada – os salários mensais estão na faixa de 1.000 yuans, muito menor do que o de um trabalho eventual em muitos lugares. Ainda assim, os quadros das aldeias estão entre a elite local. Isso, no entanto, não é resultado de sua posse do cargo – antes, é seu sucesso econômico que os leva à posse de um cargo. Uma discussão detalhada será feita adiante; aqui, basta dizer que suas posições de classe serão identificadas como outras, com base em suas situações de mercado que, com frequência, são moldadas por seus cargos políticos, mas não são redutíveis a eles.

Já os quadros de nível municipal estão em uma posição diferente. Uma renda oriunda de emprego estatal de tempo integral, segurança no emprego, acesso privilegiado a benefícios sociais e poder político que lhes dá controle sobre recursos públicos muito maiores do que os que ocupam cargos de base – tudo isso lhes confere uma posição segura na elite local. Contudo, eles não constituem uma classe agrária. Geralmente vivem e trabalham em pequenas cidades urbanizadas (ou deslocam-se até elas desde a sede do distrito), possuem registro de domicílio urbano e são cada vez mais recrutados dentre graduados das universidades (Ouyang, 2011a). Como agentes do Estado, eles desempenham papéis importantes na formação da classe rural e podem ser vinculados à população rural, especialmente à classe capitalista local, pelos “mil fios” – laços familiares e laços clientelistas, por exemplo. Embora o papel dos governos locais na mudança agrária e na formação de classes seja um tema-chave neste estudo, uma análise detalhada da natureza da classe de agentes do Estado em nível de município está além de seu escopo.

Utilizando a abordagem analítica proposta anteriormente, identifiquei cinco classes agrárias com base nas combinações de posições das famílias rurais em quatro mercados, conforme resumido na Tabela 1.⁵ Embora, matematicamente, sejam possíveis mais combinações de situações de mercado, essas cinco posições de classe são empiricamente observadas regularmente e teoricamente significativas – elas se enquadram no modelo de cinco classes amplamente utilizado, que se originou da obra clássica de Lenin (menos a classe de proprietários de terras). Como em muitos dos estudos revisados,

⁴ Estritamente falando, os quadros do nível da aldeia, incluindo membros do Comitê dos Aldeões, eleitos pelos aldeões, assim como o secretário e os membros do ramo do Partido não são quadros empregados pelo Estado na administração oficial.

⁵ Os rótulos “empregadores”, “agricultores”, “trabalhadores” e “camponeses” são uma abreviação de “domicílios empregadores” e assim por diante.

também excluo o mercado de crédito, devido à falta de dados e ao sistema financeiro rural subdesenvolvido na China.⁶

Na análise empírica das situações características de mercado de cada classe e das dinâmicas que impulsionam sua diferenciação, descrita adiante, focalizo quatro temas centrais: a dinâmica da acumulação, a mercantilização da subsistência, o papel do Estado e as tendências contraditórias de estabilidade estrutural emergente e de mobilidade nessas posições de classe.

Evidências empíricas para esta análise são extraídas da literatura secundária e de minhas próprias observações de trabalho de campo ao longo dos últimos oito anos na China rural. Dados estatísticos em nível agregado, como o censo agrícola nacional, anuários estatísticos e outras pesquisas nacionais ou subnacionais mostraram-se de pouca utilidade para esse tipo de análise. Tais dados ou não são coletados ou divulgados em nível domiciliar, como os anuários estatísticos e o censo agrícola, ou, quando o são, seus instrumentos não são adequados para coletar informações sobre, por exemplo, atividades altamente fluidas e informais no trabalho rural e nos mercados de terra.⁷ Os estudos de caso com foco em aldeias, outro método amplamente utilizado, também são problemáticos para este estudo. A dinâmica da mudança agrária e a resultante diferenciação de classes tendem a seguir caminhos locais distintos, determinados pela economia política local (Zhang, 2013). Certas posições de classe, seja por suas relações competitivas nos mercados ou pelas condições político-econômicas muito diferentes de que depende sua existência, muitas vezes não coexistem na mesma aldeia – por exemplo, agricultura corporativa e pequenos produtores de *commodities*. Portanto, os estudos de caso das aldeias não são úteis seja para identificar posições heterogêneas de classe ou descobrir as diversas dinâmicas que conduzem à diferenciação, as quais podem variar amplamente entre as localidades.

Em vista dos objetivos definidos para este estudo e da hoje limitada disponibilidade de dados, o que se apresenta a seguir é apenas um esboço de como se configura a diferenciação de classes que emerge na China rural e uma breve descrição das principais dinâmicas que a impulsionam. Uma análise elaborada das dinâmicas de cada classe, uma comprovação empírica plena ou uma estimativa quantitativa do tamanho de cada classe terão que

⁶ Suponho que a inclusão do mercado de crédito ao modelo, que é um passo urgente a ser dado por estudos futuros, provavelmente levará à diferenciação intra-classe ao invés de criar novas posições de classe.

⁷ Para uma discussão aprofundada sobre como os dados de pesquisas convencionais não são adequados para a tarefa de medir o trabalho rural assalariado nos países em desenvolvimento, incluindo a China, ver Oya e Pontara (2015).

aguardar pesquisas futuras. Finalmente, a classe “camponesa de subsistência” é identificada aqui como uma categoria residual. Alguns domicílios podem ficar confinados a essa posição em razão ou de desvantagens relativas ao trabalho – falta de mão de obra adequada seja para trabalho assalariado ou para a produção de *commodities* – ou da falta de desenvolvimento de mercados locais, como é o caso em áreas remotas, de minorias étnicas. Esta categoria não será submetida à análise empírica aqui.

Tabela 1
Posições da classe agrária na China rural

	Mercado de trabalho	Mercado de terras	Mercado de produtos	Mercado de MdP
I - Empresas capitalistas				
I.1 - Gestão agrícola corporativa	Contratação anual de trabalho	Toma terras em arrendamento	Vende toda a produção	Compra os MdP
I.2 - Agricultores empresariais	Contratação anual de trabalho	Toma terras em arrendamento	Vende toda a produção	Compra os MdP
II - Pequena burguesia: agricultores comerciais	Contratação sazonal de trabalho	Pode tomar terras em arrendamento	Vende a maior parte da produção	Compra os MdP
III - Domicílios com duplo emprego	Pode contratar trabalho sazonal e também vender trabalho	Pode toma ou dar terras em arrendamento	Vende parte da produção	Compra os MdP
IV - Trabalhadores assalariados				
IV.1 - Trabalhadores assalariados semiproletarizados	Vende trabalho anual	Dá terras em arrendamento	Não dispõe de produção para venda	Não compra
IV.2 - Trabalhadores assalariados proletarizados	Vende trabalho anual	Não têm terras	Não dispõe de produção para venda	Não compra
V - Campesinato de subsistência	Não contrata nem vende trabalho	Nenhuma forma de arrendamento	Vende um pouco da produção	Compra parte dos MdP

Nota: MdP significa “meios de produção” e inclui ativos fixos como tendas para hortaliças, estúbulos e sistemas de irrigação, assim como insumos modernos, como fertilizantes químicos, pesticidas e herbicidas, sementes e máquinas. A compra dos MdP pode ser na forma de serviços prestados por fornecedores especializados. Embora se assemelhe à contratação de mão de obra, a compra de serviços visa melhorar as condições técnicas de produção e, normalmente, não implica apropriação de mais valia, como no caso de contratação de mão de obra.

Agricultores empresários: a classe capitalista e a dinâmica da acumulação

Na classe dos empregadores capitalistas incluem os agricultores empresários que expandiram para uma escala que requer contratação anual de mão de obra e os altos gerentes do agronegócio estabelecido, fazendas corporativas que contratam mão de obra, os quais, embora não sejam donos das empresas, atuam como “representantes das relações capitalistas de produção” (Byres, 2003).⁸ Ambos os tipos de produção são totalmente baseados em relações mercantis – incluindo a contratação de trabalho assalariado e o arrendamento de terras – e impulsionados pelo imperativo capitalista de acumulação por meio de reprodução expandida – apropriação da mais valia do trabalho, reinvestimento de lucros no desenvolvimento das forças produtivas e expansão da escala de produção.

A maior parte das terras aráveis na China rural é de propriedade coletiva e foi cedida mediante contrato para famílias rurais em pequenas parcelas. Para que uma atividade agrícola cresça a uma escala que justifique a contratação anual de mão de obra, quase sempre é necessária a aquisição de mais terras. Na maioria dos casos, isso é feito por meio de acordos de arrendamento seja com famílias, individualmente, ou com os coletivos das aldeias, ou ainda, nos raros casos em que a terra é de propriedade estatal, como nas fazendas estatais, com agências do Estado. O desenvolvimento de mercados de arrendamento de terras é, portanto, uma condição crucial para a ascensão dessa classe.⁹ O crescimento dos empregadores capitalistas também é fortemente impulsionado pelas políticas estatais que favorecem a produção capitalizada e de larga escala. Essas políticas de fomento, promovidas pelo governo central desde o final dos anos 1990, tiveram como alvo inicial as chamadas “empresas cabeça de dragão” e proporcionaram incentivos financeiros para estimular sua entrada na produção agrícola em escala (Zhang; Donaldson, 2008; Huang, 2011). Em meados da década de 2000, especialmente após a aprovação da Lei das Cooperativas Especializadas de Agricultores, em 2006,

⁸ Para esses dois grupos, focalizo apenas o membro da família, geralmente do sexo masculino, que ocupa a posição de empregador, e presumo que outros membros da família, mesmo que não compartilhem o controle da propriedade e as relações de produção, compartilhem pelo menos chances de vida semelhantes, determinadas pela renda do membro principal. Entre as cinco classes identificadas, este é o único caso em que considero as atividades econômicas de apenas um membro da família.

⁹ Existe uma vasta literatura sobre o desenvolvimento dos mercados de arrendamento de terras na China rural e seu processo de institucionalização. Ver, por exemplo, Ho e Lin (2003), Po (2008) e Zhang et al. (2004).

o governo central também passou a estender seu apoio financeiro às cooperativas de agricultores, como outro veículo de expansão e modernização da agricultura. Na prática, no entanto, a maioria dos estudos conclui que as empresas do agronegócio e os agricultores empresários capturaram a maior parte dos subsídios estatais destinados às cooperativas – simplesmente renomeando-se como “cooperativas” – enquanto as autênticas cooperativas formadas por pequenos produtores são poucas e distantes (Tong; Wen, 2009; Yan; Chen, 2013).

O mais recente público-alvo favorecido pelo governo central para receber apoio financeiro é a chamada “agricultura familiar” (*jiating nongchang*), que foi identificada no Documento Nº 1 de Política Central de 2013, juntamente com empresas cabeça de dragão e cooperativas de agricultores, como o terceiro veículo para promover a agricultura ampliada. As “unidades da agricultura familiar” favorecidas pelo governo central não são isentas de escala. Uma pesquisa conduzida em 2012 pelo Ministério da Agricultura, com 877.000 “unidades de agricultura familiar” em todo o país, descobriu que o tamanho médio dessas unidades é de 200 mu – 27 vezes o tamanho médio das terras alocadas para as famílias rurais – e que, em média, cada uma contrata 1,68 trabalhadores não membros da família (Gao et al., 2014). Essa pesquisa também fornece indicativo do valor econômico dessa classe de agricultores empreendedores: a terra que cultivam constitui 13,4 % de todas as terras agrícolas contratadas no país.¹⁰ Sem dúvida, essas “unidades da agricultura familiar” são de fato unidades agrícolas empresariais. Elas constituem “agricultura familiar” no sentido de serem de propriedade ou administração familiar. Mas devem ser distinguidas do que é comumente entendido como pequenas propriedades agrícolas familiares,¹¹ que também formam um grupo heterogêneo, conforme discutido nas duas seções a seguir.

O que distingue essa classe do resto é, evidentemente, a acumulação bem-sucedida de capital, que lhe permite arrendar terras, contratar trabalho assalariado e investir em capitalização, mas também a obriga a se reproduzir em escala expandida. Para a agricultura corporativas, o capital inicial pode

¹⁰ Esse dado está, seguramente, subestimado, pois muitas unidades agrícolas empreendedoras não atendem aos critérios oficiais – que variam de acordo com a localidade – de enquadramento como “agricultura familiar” e são excluídas da pesquisa. Essas 877.000 unidades agrícolas empreendedoras, supondo que cada uma delas seja gerenciada por uma única família, se traduzem em apenas 0,33 % do número total de famílias na zona rural da China. Tal estimativa, no entanto, também é muito subestimada, pois o número total de domicílios, 268 milhões em 2012, é baseado no registro de domicílios rurais, muitos dos quais já não estão na agricultura.

¹¹ Esses três termos da “agricultura familiar” vêm de Bernstein (2010, p. 93).

provir de uma variedade de fontes, incluindo empresas de municípios e aldeias, empresas estatais urbanas (gigantes estatais como SinoChem, COFCO e China Resources, todas têm vastos investimentos e operações na agricultura), empresas privadas nacionais e empresas estrangeiras. Não aprofundarei aqui a discussão dessas formas de grande capital corporativo. Em vez disso, concentro-me no capital privado de menor escala, dividindo-o, segundo seus diferentes processos de entrada e dinâmica de acumulação, em dois tipos: acumulação politicamente assistida e acumulação a partir da base.

Acumulação politicamente assistida

Desde o início da industrialização rural, no início da década de 1980, o poder político desempenhou um papel importante na assistência ao “aburguesamento” da classe empresarial da China rural. A origem social da primeira onda de empresários rurais da China, que constituíram pequenas empresas no início dos anos 1980, já foi tema de intenso debate. Porém, no final dos anos 1990, um consenso começou a surgir: os quadros eram adaptáveis às mudanças na estrutura econômica local. Ao tirar proveito de seus recursos de posição, as famílias dos quadros rurais conseguiram manter uma consistente vantagem em termos de renda em diversos contextos econômicos locais, aproveitando-se melhor das oportunidades mais lucrativas da economia local, seja emprego assalariado em regiões do interior ou empreendedorismo privado em áreas costeiras (Parish; Michelson, 1996; Walder, 2002).

Nesse contexto, há razões para esperar que a posse de cargos políticos continue desempenhando um papel fundamental na assistência à acumulação na agricultura capitalista, e que os quadros rurais terão vantagens em se tornar agricultores capitalistas. A realidade corrobora essas hipóteses, mas também acrescenta complexidades. Sugiro a existência de três mecanismos por meio dos quais opera a dinâmica de uso do poder político e dos recursos públicos para auxiliar a acumulação capitalista no trabalho agrícola.

Ocupação de cargo por convite. No final da década de 1990, a primeira geração de quadros rurais havia logrado ou o “aburguesamento” (via empreendedorismo privado) ou a desagrarização (via emprego assalariado) de suas famílias (Walder; Zhao, 2006). A isso seguiu-se um período de intensa tensão entre a população rural e governos locais, centrada na questão dos excessivos “encargos camponeses” (Bernstein; Lu, 2000). A ação predatória por parte dos governos locais agravou o relacionamento entre os quadros e as massas, tornando os cargos políticos de base uma tarefa muito difícil e um trabalho amplamente desprezado pela população. Para os quadros que já ha-

viam conseguido ingressar na nova elite econômica, fazia pouco sentido continuar no cargo, que não apenas consumia tempo, mas também os expunha a riscos desnecessários – nos casos em que a tensão irrompia em tumultos, era comum ocorrer ataques físicos a quadros locais e a suas propriedades, que era danificadas pelos camponeses revoltosos (Bernstein; Lu, 2000). O resultado foi a bifurcação entre a elite econômica de base e os titulares de cargos públicos que, nos primeiros anos, costumavam ser as mesmas pessoas.

Às vésperas da reforma tributária rural, iniciada em 2004, em muitos lugares a elite econômica local havia rompido definitivamente com a posse de cargos públicos. Muitas áreas rurais tiveram dificuldades em encontrar pessoas capazes para ocupar cargos políticos; em alguns casos, os cargos políticos constituíram uma “máfia” controlada por elementos criminosos (Xiao, 2006). É nesse contexto de um déficit debilitante de lideranças de base e dos inúmeros problemas que isso criou para a governança que uma nova tendência foi lançada pelos governos locais nas regiões mais desenvolvidas: o recrutamento de empreendedores privados para cargos políticos no nível das aldeias, por meio de sua nomeação como secretários do Partido na aldeia ou de sua candidatura e apoio a essa nas eleições para presidir os comitês das aldeias. Isso passou a reverter a bifurcação entre a elite econômica e os quadros de base, estabelecendo um modelo que depois foi adotado em todo o país. Hoje, esse programa é amplamente conhecido como “liderança da aldeia para os ricos” (*furen zhicun*) (He, 2011a; Ouyang, 2011b; Yan, 2012).

A elite econômica respondeu positivamente a essa iniciativa, especialmente nas províncias costeiras mais desenvolvidas onde há mais empreendedores. Em Zhejiang, onde a liderança dos ricos avançou mais, uma pesquisa realizada pelo Departamento de Assuntos Cíveis da província constatou que, em 2009, em dois terços das aldeias da província membros da nova elite empreendedora estavam na presidência do comitê da aldeia ou como secretários do Partido na aldeia (Ouyang, 2011b). Outro estudo em um distrito de Hebei constatou que 35,5 % dos secretários do Partido de aldeias, nomeados entre 1998 e 2004, eram oriundos da nova elite econômica (Yan, 2012, p. 340).

A “ocupação de cargos por convite” oferece aos empreendedores três tipos de benefícios. Primeiro, os recursos coletivos que os líderes das aldeias agora controlam são principalmente recursos naturais, como terra, minerais, água e florestas, e outros recursos sociais e políticos que podem ser mobilizados pelo capital financeiro dos empreendedores no circuito do capital. Por exemplo, nas três aldeias estudadas por He (2011a) em Fenghua, Zhejiang, os empresários ricos recrutados pelo governo do município para se torna-

rem secretários do Partido usaram seus fundos pessoais para promover o desenvolvimento fundiário, esperando elevar o valor da terra. Em segundo lugar, atuando como representantes das aldeias na interação com instâncias superiores de governo e seus agentes, ajudando os governos de instâncias superiores a implementar políticas, os líderes das aldeias estão em posições mais vantajosas para se beneficiar dos subsídios do Estado e de outras formas de transferência fiscal. Muitos subsídios, como mencionado acima, não são neutros em termos de escala ou de recursos. Eles são mais significativos para a elite econômica, que, uma vez que esteja na liderança das aldeias, pode selecionar seus próprios negócios para receber esses subsídios (Ouyang, 2011b). Por fim, os líderes das aldeias também têm oportunidades de cultivar relações pessoais com funcionários do governo e abrir caminho para o Congresso Popular ou a Conferência Consultiva Política local, que lhes asseguram a proteção política que pode ser crucial para sua riqueza e segurança (Yan, 2012).

A ocupação de cargos por convite, portanto, iniciou e facilitou a entrada de capital privado – que pode ser acumulado, inicialmente, a partir de empreendimentos agrícolas ou não agrícolas¹² – na agricultura. Embora eu não descarte a possibilidade de motivos nobres, como a retribuição à aldeia natal, a principal motivação dos empresários ao ocuparem cargos da base é a oportunidade de mobilizar recursos coletivos subestimados para dentro do circuito de capital – isso é também o que, em geral, os moradores e os governos locais querem, pois gera empregos assalariados e receitas tributárias. Na prática, isso geralmente significa capitalizar a terra por meio do desenvolvimento fundiário ou da expansão da produção de *commodities*. Esses empresários transformados em líderes da aldeia tornam-se os novos agricultores capitalistas – ou, se já eram, agora em escalas maiores.

O exemplo de Ouyang (2011b) do proprietário de uma fazenda de porcos ilustra esse processo. Depois de se tornar secretário do Partido da aldeia, sua fazenda de criação de suínos foi priorizada pelo governo do município na concessão de subsídios para a compra de fêmeas e de alimentos, sendo selecionada como a “empresa estrela” do município e incluída na cooperativa que o município havia formado para se beneficiar de todos os subsídios disponíveis. Sua fazenda também se expandiu, tornando-se três vezes maior ao tomar terras coletivas.

¹² Na amostra de Ouyang (2011b), de 22 líderes de aldeia de um município em uma província do interior, quatro operam estâncias de gado, apenas três são agricultores comuns, enquanto os demais administram empresas não agrícolas.

Vale observar que os antecedentes desses quadros “convidados” e suas atividades econômicas após a posse são diversos. Alguns, como no caso acima, já eram agricultores empreendedores, mas expandiram sua acumulação com a ajuda dos cargos administrativos; outros eram empreendedores industriais que posteriormente se dedicaram ao desenvolvimento fundiário ou à atividade industrial (que pode ser uma pequena usina hidrelétrica, uma serraria, uma fábrica de cimento e assim por diante). O que importa para a nossa análise é que a “ocupação de cargo por convite” abre uma porta que canaliza capital privado para a agricultura capitalista; e, uma vez iniciada a operação, seu acúmulo é auxiliado pelas vantagens que acompanham o exercício do cargo.

Isso também é importante para a diferenciação rural. Agora que o recrutamento de membros da elite econômica para cargos públicos se tornou estratégico nos esforços locais de construção do Partido e o sucesso econômico pessoal é praticamente um requisito de elegibilidade para ocupar cargos no nível da aldeia (Ouyang, 2011b; Yan, 2012), a bifurcação da elite entre detentores de cargos políticos e empresários, que existia no final dos anos 90, está rapidamente chegando ao fim. Em muitas áreas rurais, os quadros governamentais de base já não são uma classe à parte, mas sim praticamente a mesma da classe capitalista local – seja agrícola ou não agrícola.

Exploração de conexões políticas. A ocupação de cargo por convite é apenas um tipo específico de uma prática mais ampla. Sem envolver a posse de um cargo, o poder político também pode ser mobilizado através de vários tipos de laços sociais para auxiliar a acumulação na agricultura capitalista por meio do controle de recursos coletivos ou do acesso a privilégios políticos, como fundos públicos. Ao fazer isso, sem ter de mobilizar capital previamente acumulado, o poder político pode aparentemente “criar” do nada acumulação de capital – usando a linguagem corrente dos economistas da China de hoje, “transformando ativos em capital”.

Os “ativos” mais importantes na China rural são, evidentemente, recursos coletivos da terra, que estão sendo rapidamente transformados em capital pelos governos locais em um frenesi de “cortejar negócios e atrair investimentos” (*zhaoshang yinzi*). As condições fiscais e as instituições burocráticas que criam uma forte dependência dos governos locais (níveis de distrito e município) nos investimentos comerciais externos já foram analisados em vários estudos e não serão elaboradas aqui.¹³ Isso criou um ambiente em que, quando alguém sugere uma intenção de investir ou uma suposta capacidade

¹³ Ver, por exemplo, Kennedy (2007), Ouyang (2011a) e Smith (2010).

de investir, mesmo sem um propósito claro, o governo local tratará de persuadir o proponente e ajudar a fazer o investimento acontecer.¹⁴ Para dourar os acordos, os governos locais costumam conceder aos potenciais investidores incentivos fiscais, acesso privilegiado a empréstimos bancários e subsídios governamentais, além de acesso com desconto a recursos coletivos.

O estudo de Guo (2011) sobre como florestas de propriedade coletiva revertem-se em acumulação de capital mostra, em um município da província de Hubei, que uma nova empresa privada foi formada por dois empresários da cidade vizinha como um veículo para “investir” na agricultura capitalista. A empresa alegou que iria investir 100 milhões de yuans – o que equivalia à cota anual de investimentos que o município precisava realizar – para construir um parque agrícola (para a produção de gado, frutas e árvores ornamentais). O capital social da empresa, no entanto, era de apenas cinco milhões de yuans (e mesmo o quanto deste valor a empresa de fato possuía era questionável). Mas sua pretensa intenção e capacidade percebida de investir foram suficientes para atrair a atenção dos governos do município e do distrito e seu apoio. Com as novas conexões políticas formadas e muita pressão por parte de “capangas” locais que contrataram, no período de apenas um ano, a empresa conseguiu obter de várias famílias arrendamentos por 20 anos de milhares de mu de florestas a preços baixos. Foram esses direitos de uso de áreas florestais recém-adquiridos que se tornaram o efetivo capital da empresa. Tais direitos de uso da terra foram, então, usados como garantia pela empresa para obter empréstimos bancários e solicitar subsídios do governo vinculados ao projeto “Desenvolvimento de encostas” da província. Somente após a infusão de capital por meio de empréstimos bancários e subsídios do governo a empresa foi capaz de contratar mão de obra, comprar meios de produção e operar o parque agrícola.

Os cinco milhões de yuans de capital inicial da empresa nunca teriam se tornado capital acumulado se esta não tivesse tirado proveito de suas conexões políticas para obter direitos à terra com esse dinheiro. Uma vez que o dinheiro assumiu a forma de direitos à terra, o poder político foi novamente mobilizado para obter nova infusão de capital através de empréstimos bancários e subsídios estatais, que então deram início ao circuito de acumulação através da reprodução expandida.

Muitos casos semelhantes foram observados em outros lugares (Ouyang, 2011a). Em todos esses casos, o acúmulo de capital com a agricultura capita-

¹⁴ Servidores públicos locais têm interesse financeiro direto nesses investimentos, uma vez que recebem comissão sobre os investimentos realizados ou perdem seus depósitos junto ao governo se não cumprirem determinadas metas (Guo, 2011; Ouyang, 2011a).

lista só poderia começar depois que recursos coletivos, em geral, de terras, ou de fundos públicos na forma de subsídios agrícolas para agricultura de larga escala – mas geralmente ambos – fossem transformados em capital; e o poder extraeconômico é o catalisador que faz fluir o processo de mercantilização e capitalização. Nesse sentido, esse processo se assemelha ao que David Harvey (2003) descreve como “acumulação por expropriação”.

Transformação de quadros em empreendedores. Nos dois casos anteriores, o poder político ajuda os empreendedores externos a obter acesso a recursos de propriedade coletiva ou a fundos públicos e a usá-los para acumular capital. Esse poder político e a lógica de acumulação também podem ser aproveitados por funcionários públicos nativos das aldeias, e esse tem sido um padrão amplamente observado na China rural. Em meu próprio trabalho de campo, observei casos no distrito de Anning, Yunnan, onde o genro de um chefe de aldeia arrendou centenas de mu de encostas naquela aldeia, que anteriormente foram classificadas como terra devoluta, para cultivar um pomar comercial com trabalho contratado; no distrito de Pinghe, Fujian, onde o secretário do Partido da aldeia e outros familiares do funcionalismo local contrataram todas as áreas florestais da aldeia para o cultivo de eucaliptos destinado a suprir uma fábrica de papel; e em algumas fazendas estatais, em Heilongjiang, onde funcionários públicos usaram os recursos dessas fazendas para drenar as áreas úmidas e desenvolvê-las em lavouras de arroz mecanizadas de larga escala.

Em todos esses casos, as terras envolvidas não são terras agrícolas, que seriam alocadas às famílias das aldeias sob critérios estritos de igualdade na distribuição. É com essas “terras devolutas” públicas e não alocadas – florestas, pântanos, prados e encostas – que os quadros têm acesso mais privilegiado e maior flexibilidade de utilização. Outros domicílios rurais não têm acesso a isso porque as famílias dos quadros das aldeias e seus parentes tiveram tanto a antevisão quanto o capital para contratar com as aldeias ou arrendar de outras famílias todas as “terras devolutas”. O estudo de Chen (2012) sobre a produção de laranjas no umbigo em um distrito no sul de Jiangxi revela o mesmo padrão de diferenciação entre os domicílios agrícolas, cujo acesso às áreas florestais varia bastante. Alguns, dissuadidos pelos altos riscos nesse novo mercado ou pelos altos custos de entrada, arrendaram todas as suas áreas florestais e optaram por procurar trabalho assalariado; outros – principalmente famílias de quadros sob o incentivo do governo distrital, que liderou a introdução desse novo cultivo – tomaram em arrendamento áreas florestais e tornaram-se agricultores capitalistas que contratam trabalho.

Na China rural, a capacidade de obter terras em arrendamento no mercado fundiário é pré-requisito para um empresário agrícola que contrata mão de obra expandir a escala de produção. Em um mercado de terras racionalizado com transações à distância, o dinheiro é praticamente tudo o que se precisa para estar nessa posição. Mas o mercado de arrendamento de terras na China rural, não raro, continua profundamente enraizado em laços sociais particulares locais e, portanto, não são facilmente acessíveis a pessoas de fora.¹⁵ Estudos têm constatado que, por um lado, as variáveis de capital humano explicam apenas uma pequena parte da variação na quantidade de terras arrendadas (Zhang et al., 2004); por outro lado, a maior parte dos arrendamentos de terras ocorre dentro de pequenos “grupos de aldeões” e entre familiares, amigos e parentes, e geralmente são informais, raramente envolvendo contratos (Yang, 2012; Zang, 2012). Nesse sentido, esses arrendamentos apenas se “assemelham a mercados” ou constituem quase mercados.

Isso sugere um conjunto peculiar de dinâmicas que levam à diferenciação no mercado de arrendamento de terras: a possibilidade de arrendamento capitalista de terras só ocorre com base em certas características sociais, como laços sociais extensos e fortes e elevada posição social na comunidade. A presença dessas barreiras sociais ao arrendamento de terras, que é particularmente relevante nos estágios iniciais da transição agrária da China, criou um padrão de diferenciação em que a agricultura empresarial de larga escala constituía estratégia viável apenas para um pequeno grupo de famílias em qualquer aldeia.¹⁶

Outra condição importante para um domicílio agrícola operar em escala ampliada e contratando trabalho é a detenção de um alto índice de produtividade exclusivo.¹⁷ Essa produtividade pode decorrer de melhores condições técnicas de produção (possibilitadas por maior capitalização, o que obviamente exige maior dotação de capital) ou de maiores habilidades. É apenas a partir de uma produtividade diferenciada que o empresário agrícola poderá obter retornos mais altos da safra, enquanto outros não podem, ou produzir a mesma safra de forma mais produtiva, de modo a poder pagar arrendamentos competitivos. Caso contrário, sem esse diferencial de pro-

¹⁵ É também por isso que empresas externas, como do exemplo anterior de Hubei, precisam mobilizar contatos políticos com os quadros locais para ajudarem no arrendamento de terras.

¹⁶ A presença de barreiras sociais também significa que os acordos de arrendamento de terras eram relativamente estáveis, apesar do uso pouco frequente de arrendamentos de longo prazo, porque havia poucos concorrentes.

¹⁷ Essa é, provavelmente, uma condição suficiente, mas não necessária.

atividade, não haveria diferenciação suficiente entre as famílias em suas decisões de alocação de recursos, o que dará origem à oferta de trabalho para contratação e, mais crucialmente, de terra para arrendamento.

Dois exemplos ajudam a ilustrar isso. Quando visitei sua aldeia no distrito de Chenggong, na província de Yunnan, em 2007, Sr. Hong arrendava cerca de 20 mu de terras agrícolas de famílias de aldeias vizinhas e contratava regularmente entre sete e dez trabalhadores assalariados em seu lucrativo cultivo de hortaliças de alto valor. Com cinquenta e poucos anos, ele havia dedicado toda sua vida adulta à agricultura e, aprendera a cultivar hortaliças como trabalhador temporário contratado em terras de outra pessoa. Ao longo dos anos, ele ganhou conhecimento e experiência suficientes para permitir-lhe – e a algumas outras famílias de sua aldeia – aventurar-se no cultivo de variedades mais intensivas em habilidades e de alto valor, como a alface italiana. Hong e outros empresários agrícolas de sua aldeia desfrutavam de um diferencial de habilidades que impedia outras pessoas nas áreas circundantes de entrar nesse segmento de mercado. Na verdade, essas famílias estavam dispostas a arrendar suas terras a Hong com contratos de cinco anos e a trabalhar como assalariados para que pudessem aprender as habilidades e começar a cultivar hortaliças – pelo menos variedades mais baratas, como repolho – por conta própria mais tarde.

Jia é um dos maiores produtores de arroz da província de Sichuan. Quando o visitei, em 2014, sua escala havia se expandido para mais de 3000 mu de arrozais irrigados em uma área onde o lote médio por família é de menos de três mu. Seu cultivo é altamente mecanizado; ele investiu mais de 1 milhão de yuans em máquinas e construiu uma instalação centralizada de 1.000 m² para incubação e armazenamento. Ele contrata cerca de 20 trabalhadores durante todo o ano e mais de 200 nas épocas de pico. Ele afirma que o que faz com que sua fazenda mecanizada de arroz seja bem-sucedida, enquanto aquelas administradas por capitais externos falham, são as habilidades que ele acumulou em quase 30 anos de experiência agrícola. Ao conhecer o momento e a quantidade ideais de aplicação de fertilizantes e pesticidas, ele consegue obter rendimentos mais altos a custos significativamente mais baixos do que os de seus concorrentes – outros produtores em larga escala capitalizados.¹⁸ Foi esse diferencial de habilidade e a vantagem de mercado resultante que lhe permitiram superar seus concorrentes e crescer rapidamente.

¹⁸ Essa área possui uma próspera indústria de bebidas que oferece empregos remunerados abundantes. As famílias rurais têm abandonado, cada vez mais, o cultivo de arroz em pequena escala com uso de trabalho familiar, uma tendência discutida adiante.

Essa rota de “acumulação a partir da base” fundada na produtividade representa uma dinâmica de acumulação conceitualmente distinta. Na análise empírica, no entanto, isso nem sempre pode ser separado da acumulação politicamente assistida. Como o capital social e o diferencial de produtividade, essenciais para a acumulação a partir da base, também são características exigidas para ocupar cargos (Xiao, 2006), as duas dinâmicas de acumulação podem levar ao mesmo resultado de diferenciação: a classe de agricultores capitalistas nativos em qualquer aldeia é, provavelmente, dominada por famílias de quadros públicos e seus parentes.¹⁹ Um possível método para identificar a trajetória de acumulação de empresários pertencentes aos quadros na análise empírica é observar o tipo de aquisição de terra. Se as terras recém-adquiridas forem terras agrícolas inicialmente alocadas às famílias, às quais o poder posicional dos quadros não concede acesso privilegiado, é mais provável que tenham sido adquiridas por meio de capital social e diferencial de produtividade.

A relação entre essas duas trajetórias de acumulação é dinâmica. Dois acontecimentos recentes, ambos envolvendo o poder do Estado, estão minando a viabilidade da “acumulação a partir da base”. Primeiro, à medida que os governos locais constroem novas plataformas regionais para acelerar as transferências de contratos de terras,²⁰ as barreiras sociais locais que antes favoreciam os agricultores empresários nativos estão sendo eliminadas. No mercado de maior escala e menos enraizado na comunidade local, os empresários agrícolas nativos ficam em posição desvantajosa em relação ao capital externo, que é maior e mais capaz de mobilizar poder político de alto nível. Em segundo lugar, os subsídios agrícolas para produção em escala concedidos pelos governos central e local estão minando o diferencial de produtividade dos empresários nativos. Ao se qualificarem para maiores subsídios, as fazendas capitalistas de maior escala, que incluem fazendas corporativas e aquelas formadas por meio de acumulação politicamente assistida, podem neutralizar ou até reverter os diferenciais de produtividade de que os empreendedores nativos costumavam desfrutar.

¹⁹ Hong, o produtor de hortaliças, era um ex-secretário do Partido da aldeia; Jia, por sua vez, nunca teve experiência em cargos públicos.

²⁰ Muitos municípios, incluindo Chengdu, Wuhan, Chongqing e Tianjin, estabeleceram “trocas integradas de direitos de propriedade rural”, em que as famílias podem listar suas terras contratadas para serem arrendadas a qualquer licitante. Os mecanismos e impactos exatos dessas novas plataformas institucionais constituem um tópico que demanda urgentemente investigação.

Agricultores comerciais: a pequena burguesia agrária e tendências de diferenciação

A principal diferença entre agricultores comerciais e empresários capitalistas é que os primeiros contam com seu próprio trabalho e meios de produção familiares para a agricultura “trabalhada pela família”. Ao mesmo tempo, sua plena integração ao mercado e dependência do mesmo os separam dos camponeses tradicionais que praticam agricultura de subsistência.²¹ O termo “pequeno produtor de *commodities*” resume a pequena escala familiar e sua integração em relações mercantis.²²

Agricultores comerciais na China, especialmente aqueles inseridos na “nova agricultura”, podem apoiar-se inteiramente nas terras alocadas à sua família, sem participar do mercado de arrendamento de terras. Contudo, os que praticam a agricultura antiga geralmente precisam arrendar terras, pois a maioria das áreas de terra alocadas às famílias são pequenas demais para proporcionar pleno emprego à família na agricultura de baixo valor e baixa intensidade de trabalho.²³ Mas, mesmo sem se envolver em atividades reais de arrendamento, o fato de os direitos à terra se tornarem uma mercadoria significa que o relacionamento desses agricultores com a terra familiar alocada foi mercantilizado. O acesso inicial às terras agrícolas ainda foi concedido como um direito por ser membro da aldeia; mas agora que o Estado tornou ilegais as realocações de terras pelas autoridades coletivas, o relacionamento das famílias rurais com suas terras alocadas, durante seu arrendamento de 30 anos, foi transformado em um relacionamento econômico: eles podem renunciar a ela ou expandi-la, através de meios econômicos e só por meios econômicos.²⁴ Sua reprodução social como agricultores comerciais – ou seja,

²¹ Para uma discussão conceitual sobre a diferença entre pequenos/simples produtores de *commodities* e camponeses no contexto chinês, ver Zhang e Donaldson (2010).

²² Na literatura chinesa, esse grupo tem sido referido como “médios agricultores / camponeses” (He, 2011b; Yang, 2012). Eu evito este termo por duas razões. Primeiro, pode invocar desnecessariamente as conotações políticas associadas a ele pelos rótulos de classe atribuídos pelo Partido Comunista Chinês durante a revolução e os períodos socialistas. Em segundo lugar, porque “médio” é um termo vago identificado principalmente com escala – um instrumento problemático para classificar os produtores rurais, pois mascara a possível diferenciação entre produtores que cultivam em extensões semelhantes de terra.

²³ Tomo emprestados os termos de Huang e Gao (2013). “Nova agricultura” refere-se aos produtos de maior valor, que demandam mais trabalho e capital, incluindo hortaliças, frutas, carnes, aves, peixes, ovos e leite; enquanto “agricultura antiga” se refere ao cultivo de grãos, oleaginosas e algodão.

²⁴ Realocações de terras pela autoridade coletiva, ao contrário, foram feitas frequentemente por razões não econômicas, como mudanças demográficas e questões de distribuição igualitária. Na prática, algumas aldeias ainda realocam periodicamente terras entre famílias para fins igualitários,

a reprodução das condições de produção comercial, incluindo a posse de terras familiares alocadas – tornou-se agora dependente do mercado: se eles não alcançam produtividade suficiente na produção de *commodities*, o uso das terras domiciliares na agricultura familiar torna-se uma opção subótima em comparação a oferecê-las em arrendamento e ao trabalho assalariado. Para garantir que sua produtividade atenda aos padrões do mercado, eles também são obrigados a aumentar o nível de capitalização, investindo em meios modernos de produção e contratando mão de obra assalariada sazonal – por exemplo, durante as safras para atender às restrições de tempo impostas pelos distribuidores.

Na verdade, o sucesso no aumento da produtividade do trabalho – seja por meio da expansão das terras cultivadas ou do aumento da capitalização – é a chave que separa essa classe pequeno-burguesa das classes trabalhadoras discutidas mais adiante: elas aumentaram sua produtividade a um nível que possibilita o pleno emprego remunerado do trabalho familiar na pequena produção de *commodities*, de modo a evitarem vender seu trabalho por renda salarial. Esse nível elevado de capitalização – realizado por meio da participação nos mercados de meios de produção – também é um indicador empírico essencial que pode ser usado para identificar pequenos produtores de *commodities*: observei produtores de café em Pu'er, Yunnan, que compraram máquinas para limpar, classificar e esmagar grãos de café, produtores de hortaliças, em Shandong, que gastaram dezenas de milhares de yuans para construir estufas semissubterrâneas, controladas pelo clima, equipadas com puxadores mecanizados de cortinas; e produtores de kiwi, em Pujiang, Sichuan, que investiram mais de 100.000 yuan na construção de um depósito refrigerado para armazenar seus frutos para venda fora da estação.

Resiliência contingente e tendências de diferenciação

A integração dos agricultores comerciais ao mercado pode, por um lado, colocá-los em posições vantajosas para colher os benefícios desse mercado, mas, por outro, também os expõe às imposições da concorrência no mercado, o que leva a tendências de diferenciação entre eles. Na verdade, os agricultores comerciais são, eles próprios, geralmente, resultado de um processo de diferenciação. A incapacidade de suportar riscos de mercado elevados ou de enfrentar as flutuações de preços, o endividamento criado

desafiando o decreto do governo central (Kong; Unger, 2013). A expropriação de terras pelo Estado é outra mudança não econômica.

por níveis crescentes de capitalização e mudanças na oferta de mão de obra familiar, entre outras coisas, podem afastar algumas famílias da agricultura comercial ou impedir que outras entrem. Essas famílias, então, fornecem a terra e a mão de obra para aqueles que podem enfrentar melhor os desafios do mercado e aproveitar as oportunidades de acumulação.

Essas tendências de diferenciação podem ser moderadas ou freadas sob certas condições. Como muitos têm argumentado, a produção capitalista só emerge na agricultura quando for capaz de obter uma produtividade diferenciada em comparação à pequena produção, através da mudança das condições técnicas de produção – por qualquer meio (Patnaik, 1979). A viabilidade da pequena produção de *commodities* pode se tornar estável, mas isso depende da persistência de condições que impeçam a produção capitalista de alcançar um diferencial positivo em produtividade.

Na China rural, um cenário típico em que essas condições se tornam presentes é quando um baixo custo de entrada – em termos de necessidades técnicas, de capital e de mão de obra na produção – permite a um grande número de famílias locais ingressar na produção comercial de alguns cultivos da “nova agricultura”, absorvendo, assim, a oferta de terras que estariam disponíveis para a produção capitalista. Isso também requer uma distribuição relativamente igual da dotação inicial e algumas condições, como a presença de agências estatais, que tornam as condições técnicas de produção relativamente iguais entre todos os produtores.

O amplamente estudado caso da próspera agricultura comercial de hortaliças no distrito de Shouguang, na província de Shandong, é um bom exemplo. No final dos anos 1980, o secretário do Partido da aldeia de Sanyuanzhu, Wang Leyi, desenvolveu a tecnologia de estufas com temperatura controlada para a produção de hortaliças durante o ano todo. O governo do distrito organizou viagens de estudo à aldeia de Sanyuanzhu e enviou técnicos por todo o país para ajudar a disseminar gratuitamente a tecnologia aos agricultores. O governo do distrito também construiu um mercado atacadista de hortaliças para os agricultores locais venderem seus produtos. O fácil acesso ao mercado e a livre disseminação da tecnologia de produção igualaram as condições de produção entre as famílias e reduziram o custo de entrada, na medida em que agora 80 % das unidades agrícolas familiares do distrito são especializadas no cultivo comercial de hortaliças, usando 300 mil estufas com temperatura controlada cobrindo 53 mil hectares de terra (Huang, 2011).

A manutenção e reprodução dessas condições é, no entanto, muito difícil. Elas podem ser abaladas por uma série de fatores, incluindo desenvol-

vimento tecnológico, intervenção estatal e o crescente poder do capital nos segmentos a montante e a jusante da cadeia produtiva; quando isso acontece, são desencadeadas tendências de diferenciação.

Primeiro, como a concorrência de mercado obriga os agricultores comerciais a melhorar continuamente sua produtividade, eles são colocados em uma esteira de atualização tecnológica. Ao adotarem repetidamente novos insumos, implementos e técnicas modernas, produzidos industrialmente, para substituir aqueles sobre os quais tinham anteriormente controle – um caso clássico de “apropriacionismo” (Goodman et al., 1987) – aos poucos vão minando sua condição de pequena burguesia “independente”, pois perdem o controle sobre os meios de produção para o capital agroindustrial que domina os segmentos a montante.

Dong (2012) documenta esse processo no estudo que ela conduziu sobre a fase mais recente da evolução da horticultura de Shouguang – o modelo mais conhecido do país de agricultura comercial bem-sucedida. Quando teve início a produção de hortaliças em estufas, por volta de 1990, os agricultores apoiavam-se em trabalho manual para construir as estufas, cada uma das quais exigia o trabalho de quatro homens durante a metade de um mês para serem construídas, mas custavam apenas 1.000 yuans; eles cultivavam as mesmas variedades tradicionais de hortaliças dentro e fora das estufas e usavam principalmente esterco de porco como fertilizante, produzido a partir de sua própria criação ou da de outras granjas da aldeia.

Hoje, porém, usando equipamentos motorizados e contratando construtores profissionais, uma estufa é construída em poucos dias, mas custa cerca de 80.000 yuans. Um custo tão alto só pode ser recuperado com o cultivo de variedades hortaliças de alto valor – as que proporcionam safras maiores, são resistentes a produtos químicos e pragas agrícolas, têm o tamanho, a forma e a cor desejáveis e alta uniformidade e são duráveis o suficiente para sustentar um armazenamento prolongado e transporte. Tudo isso significa uma coisa: variedades patenteadas de empresas estrangeiras de agrotecnologia, que se reuniram em Shouguang como ponto de partida para lançar sua entrada no mercado chinês. Algumas empresas também adquiriram terras localmente para construir viveiros de mudas, de modo a vender mudas em vez de sementes aos agricultores, a fim de proteger sua propriedade intelectual e obter maiores lucros. O custo dessas mudas patenteadas pode ser 20 vezes maior do que o custo das variedades locais publicamente disponíveis; mas 80 % dos agricultores da aldeia em estudo escolhem o primeiro. Práticas tradicionais de controle de pragas que são de base biológica, mas com uso intensivo de mão de obra, foram substituídas pelo uso de pesticidas quími-

cos, alguns dos quais são altamente tóxicos e proibidos pelo Estado, mas são facilmente obtidos no mercado clandestino local. O uso de esterco de porco, que exige três dias de trabalho de dois adultos para aplicar em uma estufa de 70 metros de comprimento, desapareceu completamente e foi substituído por fertilizante químico, cuja aplicação na mesma estufa toma apenas três horas. Os salários também subiram muito, de 30 yuans por dia para um homem adulto para 200 yuans.

O estudo de Dong (2012) também documenta dois impactos claros de todas essas mudanças sobre a outrora próspera pequena burguesia agrária de Shouguang: aumento da diferenciação e desafios crescentes para a reprodução social. Por um lado, a rentabilidade declinante da horticultura levou alguns ex-agricultores a trabalharem em serviços relacionados à agricultura, como transporte, vendas de insumos, distribuição por atacado e serviços técnicos, que lhes proporcionam melhores rendimentos. Os demais agricultores, que se encontram presos à agricultura devido à falta de capital ou de outras habilidades, expandem sua escala e se tornam mais dependentes de tecnologias que reduzem a necessidade de trabalho. Ao mesmo tempo, a geração mais jovem está abandonando a agricultura em busca de estilos de vida urbanos, mesmo que isso signifique trabalho assalariado, enquanto a geração atual de agricultores comerciais, em seus quarenta e cinquenta anos de idade, enfrenta dificuldades crescentes na reprodução de seu próprio trabalho – sua saúde pagou preço alto pelo trabalho em condições insalubres (alta concentração de produtos químicos no ar, alta temperatura e umidade) por duas décadas.

Huang, em seu capítulo nesta edição, (Huang, 2015) oferece uma descrição vívida de um caso semelhante. A busca dos agricultores comerciais por atualização técnica na aquicultura de camarão agravou os riscos biológicos inerentes a essas tecnologias. Isso acabou levando ao colapso total da pequena produção familiar de camarões, pois as condições técnicas exigidas para a produção acabaram superando a capacidade dos agricultores familiares. O agronegócio então entrou e contratou antigos produtores como trabalhadores assalariados.

Em segundo lugar, o crescente domínio do capital comercial no mercado de produtos pode exercer uma pressão semelhante sobre a capacidade de reprodução social de agricultores comerciais. O capital comercial pode alterar os termos de troca em detrimento dos agricultores comerciais (Huang, 2012). Além disso, ao tornar-se oligopolista, também pode mudar sua relação direta com os produtores, formando, por exemplo, acordos contratuais que reduzem o controle dos agricultores sobre os meios de produção e o pro-

cesso de produção, na medida em que os agricultores comerciais se tornam simulacros de “trabalhadores”.²⁵

Finalmente, as intervenções estatais também podem minar a viabilidade da pequena burguesia. No caso de Shouguang, por exemplo, o acesso igual e fácil aos mercados, crucial para a decolagem inicial da agricultura de pequeno porte, foi proporcionado pelo governo local, que “levou o mercado aos agricultores” ao construir um mercado atacadista. Quando o Estado escolheu estratégias diferentes – por exemplo, apoiar as empresas do agronegócio por meio do modelo “empresa + base + agricultores” (Zhang, 2013) – o resultado foi muito diferente. Mais recentemente, incentivados pelo governo central a aumentar ainda mais a produção agrícola, os governos locais estão pressionando fortemente a transferência de terras e concedendo subsídios para produtores maiores. O impacto negativo sobre a agricultura comercial é ainda pior do que aquele dos agricultores capitalistas “a partir da base” discutidos anteriormente (He, 2011b).

A discussão acima levanta quatro questões em nossa compreensão dessa classe pequeno-burguesa de agricultores comerciais. Primeiro, esses agricultores são uma importante realidade empírica e constituem uma população considerável entre os agricultores da China hoje. Eles estão, é claro, desigualmente distribuídos e tendem a ter uma presença maior nas áreas periurbanas (Zhang, 2013). A segunda questão é que eles estão sujeitos a fortes tendências de diferenciação como resultado de sua plena integração às relações mercantis e sua dependência em relação ao mercado. A terceira é que, quando sua posição é estável e as tendências de diferenciação são freadas, essa estabilidade fica muito dependente de condições político-econômicas específicas. Assim, eles provavelmente são mais bem caracterizados como tendo uma “resiliência contingente”, em vez de algumas vantagens essencializadas e intrínsecas em relação aos produtores capitalistas. Em quarto lugar, essa resiliência contingente significa que eles provavelmente têm chances limitadas de desempenhar o papel de “espinha dorsal da comunidade rural”, como alguns esperam (He, 2011b; Yang, 2012). Isso não se dá apenas por estarem geralmente em uma posição instável e transitória sob pressão constante de diferenciação, mas também porque ocupam uma “posição de classe inerentemente contraditória” (Wright, 1985) e, como resultado, suas alianças de classe e articulação de interesses serão ambas inconstantes e contraditórias.

²⁵ Discorri sobre essa tese em outro trabalho (Zhang, 2012). Neste artigo, vejo a agricultura por contrato não como uma posição de classe distinta, mas como um arranjo institucional que pode ocorrer entre o agronegócio e várias classes de produtores agrários.

Famílias com dupla ocupação e trabalhadores assalariados: as classes de trabalho e a mercantilização da subsistência

Famílias com dupla ocupação

Os domicílios com dupla ocupação combinam a pequena produção de cultivos básicos usando mão de obra familiar e trabalho agrícola assalariado. O fato de precisarem vender trabalho é indicativo de sua incapacidade de expandir a escala ou de aumentar a produtividade de seus cultivos de modo a proporcionar pleno emprego para a mão de obra familiar a uma taxa comparável à renda salarial. Algumas dessas famílias são, portanto, antigos agricultores comerciais pequeno-burgueses que foram forçados a diversificar para o trabalho assalariado devido aos diversos fatores de diferenciação discutidos acima, enquanto outras nunca chegaram à posição pequeno-burguesa devido aos altos custos de entrada.²⁶

A profunda penetração do trabalho assalariado e da renda salarial nos meios de subsistência rurais da China tem sido extensivamente documentada (Khan; Riskin, 1998; Walder, 2002). Nas estatísticas oficiais, a renda salarial como proporção da renda rural *per capita* aumentou de 19 %, em 1985, para 41 %, em 2010, enquanto a renda da produção familiar (incluindo agricultura) representava apenas 48 % em 2010 (NBS, 2011). O trabalho assalariado, na verdade, liderou a mercantilização de maneira mais ampla: mesmo antes do início das reformas de descoletivização, a contratação de trabalho assalariado já era usada na agricultura em Guangdong (Chan et al., 1984). As três décadas seguintes de industrialização rural e migração rural-urbana massiva atraíram centenas de milhões de trabalhadores rurais para o trabalho assalariado. Dada a alta razão entre trabalho e terra na China rural e aos baixos retornos para a agricultura, os moradores da zona rural se engajaram em trabalho assalariado assim que se tornaram disponíveis. Desse modo, a mercantilização do trabalho na China rural foi impulsionada principalmente pelo “recrutamento via mercado” (Webber, 2008), e não pela desapropriação forçada.

Os duzentos a trezentos milhões de trabalhadores assalariados migrantes nas cidades, no entanto, enfrentaram várias barreiras institucionais e des-

²⁶ As famílias também podem estar nessa posição em razão das escolhas de estilo de vida de seus membros. Em um contexto cultural que estigmatiza tudo o que é rural, a geração mais jovem pode escolher um estilo de vida urbano, apesar de uma renda menor.

vantagens de mercado que impediram a maior parte deles de se estabelecer permanentemente nas cidades. Em lugar da migração unidirecional de famílias inteiras, o trabalho assalariado dos migrantes rurais é normalmente combinado com a continuidade da agricultura familiar por meio de uma divisão do trabalho domiciliar, com a renda salarial urbana sendo em boa parte remetida para o campo. Huang e Gao (2013, p. 56) calculam que, em 2011, a renda salarial conjunta dos trabalhadores migrantes totalizou 3.072 bilhões de yuans; com outros 1.756 bilhões de yuans de renda no trabalho assalariado rural: o que soma quase 5 trilhões de yuans de renda salarial.

Huang e Gao (2013, p. 56) também argumentam, com razão, que esses cinco trilhões de yuans do que eles chamam de “capital de suor e sangue” são a principal fonte de financiamento da capitalização agrícola – por meio do investimento das famílias dos rendimentos salariais na capitalização da pequena produção agrícola de *commodities*.²⁷ Essa capitalização da agricultura familiar, financiada com renda salarial, tem outras consequências, que Huang e Gao não elaboram. A crescente capitalização torna-se um fator crucial que impulsiona a mercantilização da agricultura familiar: ela leva à crescente participação das famílias nos mercados para obter os meios de produção e, possivelmente, nos mercados de terra e trabalho para aumentar a produtividade, e nos mercados de produtos para obter retornos sobre esses investimentos. A ampla participação no trabalho assalariado estimula um aumento generalizado da capitalização da pequena produção familiar de *commodities* agrícolas; e, como discutido anteriormente, o aumento da capitalização, ao mesmo tempo em que melhora a produtividade do trabalho, também leva ao aumento da concorrência, à dependência do mercado e à queda dos preços para o produtor. Isso exige que as famílias desviem ainda mais mão de obra para o trabalho assalariado, para conseguir financiar mais capitalização e aumentar a produtividade do trabalho agrícola restante. Evidentemente, nem todas as famílias têm igual dotação de trabalho, entre outras coisas. Assim, ocorre diferenciação dos pequenos produtores de *commodities*. Portanto, a capitalização da pequena agricultura familiar de *commodities* financiada pelo capital de suor e sangue não torna mais produtivos todos os agricultores familiares e, assim, mais resilientes na agricultura capitalista e dependente do mercado, como Huang e Gao (2013) supõem: mas, sim, cria diferenciação entre eles.

²⁷ Não se deve supor, no entanto, que a remessa de salários seja totalmente investida na agricultura familiar. Antes, ela é usada para financiar as necessidades de reprodução social, como construção de moradias, casamento, despesas com saúde e investimentos em educação (De Brauw; Rozelle, 2008).

Para as famílias com dupla ocupação, sobre as quais há consenso de que constituem o maior grupo da China rural (He, 2011b; Yang, 2012; Huang; Gao, 2013), essa trajetória, que começou com a mercantilização do trabalho, resultou na mercantilização total de sua subsistência.²⁸ Na metade oriental, mais densamente povoada, da China, os residentes rurais agora veem o trabalho como um bem padronizado – pelo menos no âmbito de um distrito – que deve alcançar um preço esperado, independentemente do tipo de uso a que se destine.²⁹ Nesse sentido, os membros da família que permanecem na agricultura de pequeno porte podem ser vistos como trabalhadores assalariados “contratados” pela família: se os retornos para seu tempo de trabalho na agricultura familiar forem inferiores ao ponto de referência – níveis salariais nos mercados de trabalho manual – então, não terá sentido para eles submeter-se à “autoexploração” na agricultura familiar.³⁰ O relacionamento deles com a terra, como discutido anteriormente, também se tornou uma relação mercantil. Para a maioria das famílias rurais, mas particularmente para aquelas com dupla ocupação, a escolha é simplesmente entre seguir com a pequena produção de cultivos básicos ou entregar suas terras em arrendamento e encontrar empregos remunerados. Em ambas as práticas, sua subsistência e reprodução estão baseadas em relações mercantis.

Em comparação com outras classes, os domicílios com dupla ocupação exibem a mais notável divisão do trabalho familiar que, geralmente, assume três formas. Primeiramente, a forma mais prevalente é a de gênero: em geral, os maridos migram para encontrar empregos assalariados, enquanto as esposas ficam para trás na propriedade rural, assistindo crianças e idosos (Jacka, 2012; Wu; Ye, no prelo). Essas chamadas “mulheres deixadas para trás” também costumam se envolver em trabalhos locais assalariados. Elas são, na verdade, a principal fonte de trabalho assalariado para os agricultores comerciais. Em segundo lugar, as famílias especializadas principalmente na pequena produção de cultivos básicos e empregam

²⁸ O colapso do sistema socialista de bem-estar rural, que levou à mercantilização da atenção à saúde e da educação, também contribuiu para isso.

²⁹ As diferenças de gênero, no entanto, persistem. O trabalho feminino continua a ser desvalorizado. As mulheres geralmente recebem menos pelo mesmo tipo de trabalho. A segregação ocupacional também evidenciou-se. Na agricultura comercial de hortaliças, por exemplo, empregos mais técnicos e mais bem remunerados, como a enxertia, são dominados pelos homens, enquanto as mulheres são relegadas ao trabalho pesado em estufas. Sou grato a um revisor anônimo por apontar isso.

³⁰ Essa lógica, evidentemente, tem suas limitações. Nem todo trabalho é adequado a empregos assalariados. Algumas formas de trabalho, por exemplo, as de deficientes físicos, idosos ou mesmo de minorias étnicas, só conseguem emprego remunerado na agricultura familiar. Isso faz parte do processo pelo qual dotações desiguais de trabalho levam à diferenciação.

todos os seus membros regularmente na agricultura familiar ainda podem se dedicar a empregos sazonais.³¹ Finalmente, as famílias podem adotar uma divisão geracional do trabalho, na qual os filhos adultos jovens solteiros ingressam no trabalho assalariado, enquanto os pais de meia-idade, que enfrentam desvantagens no mercado de trabalho, continuam com a agricultura familiar de pequena escala. Essa divisão geracional de trabalho – e a combinação de trabalho assalariado e agricultura familiar – também podem ocorrer entre dois domicílios diferentes, o dos pais e de seus filhos adultos casados não corresidentes. Algumas famílias que incluímos na categoria de agricultor comercial podem não ser, de fato, pequeno-burgueses totalmente independentes, mas sim depender da renda salarial de outra família.

Os diversos mecanismos que impulsionam essas formas de divisão do trabalho dentro das famílias e criam diferenciação entre as famílias extrapolam o escopo deste capítulo. A competição por *status* entre as famílias rurais e a aspiração cultural por estilos de vida urbanos podem desempenhar um papel importante na mercantilização e na migração da força de trabalho, mesmo quando a agricultura de pequeno porte é viável e financeiramente mais rentável. Mas o objetivo deste capítulo é analisar a “coação de forças econômicas sutis” que é sem dúvida o principal fator de diferenciação de classe rural. Basta salientar que a alocação de mão de obra das famílias rurais nas divisões rural-urbana e agrícola-não agrícola – geralmente com um grande custo para a vida familiar e o bem-estar subjetivo – não resulta simplesmente de elas serem impedidas de uma urbanização completa por barreiras institucionais, como o sistema de registro de famílias. Muitas famílias optam por investir seu “capital de suor e sangue” na capitalização rural, e não na integração urbana – como a compra de moradias urbanas, que poderia acarretar o registro domiciliar urbano – porque veem vantagens na primeira em comparação à dependência exclusiva do trabalho assalariado urbano: custos mais baixos de reprodução social, retornos mais altos para as dotações de trabalho que possuem e o seguro social que a agricultura de pequeno porte oferece contra a precariedade de seus empregos assalariados.

Nesse sentido, provavelmente há ainda outra diferenciação dentro desse grupo: alguns estão se apegando à agricultura, mas precisam usar a renda salarial para financiar sua capitalização; enquanto outros estão mudando

³¹ Portanto, é muito difícil distinguir esse grupo daquele dos agricultores comerciais pequeno-burgueses, cuja não participação na venda de trabalho tampouco é absoluta. A diferença entre eles é provavelmente mais conceitual: os agricultores comerciais têm uma produção de *commodities* mais lucrativa e, assim, são menos forçados a vender mão de obra.

para empregos urbanos, com a agricultura sendo apenas o resíduo de uma transição inacabada. Entre o último grupo, enquanto alguns prosperam em empregos urbanos, muitos são de fato proletarizados pela diferenciação entre pequenos produtores de *commodities*, na medida em que se tornam pobres demais para cultivar. Eles estão a caminho de equiparar-se às famílias dos trabalhadores assalariados.

Trabalhadores assalariados

Zhang e Donaldson (2010) identificam três tipos de famílias rurais que reúnem apenas trabalhadores assalariados. Dois deles são ditos “semi-proletarizados”, porque ainda mantêm a propriedade nominal de seu direito à terra alocada. Ambos arrendaram seus direitos à terra e se tornaram trabalhadores assalariados: um grupo migra para áreas mais desenvolvidas para o trabalho assalariado agrícola; o outro grupo permanece em sua própria aldeia e trabalha para as empresas ou agricultores capitalistas que arrendam suas terras. Um terceiro grupo consiste em trabalhadores assalariados sem terra, totalmente proletarizados, que normalmente perderam suas terras devido à expropriação. É fácil entender a entrada dos trabalhadores sem terra no trabalho assalariado, pois eles simplesmente não têm escolha. Para trabalhadores assalariados “semiproletarizados”, a distinção entre os dois tipos traçados em Zhang e Donaldson (2010) diz respeito a se eles continuam ou não a cultivar em suas próprias aldeias, em vez da dinâmica que os leva ao trabalho assalariado, que interessa mais aqui.

Na ausência de expropriação da terra, existem três mecanismos que podem levar as famílias a transferir toda sua mão de obra para o trabalho assalariado. O primeiro, para usar o termo de Webber (2008), “recrutamento pelo mercado”, é quando os camponeses que produzem para subsistência, de áreas mais pobres, migram para áreas mais desenvolvidas para encontrar trabalho assalariado na agricultura. O segundo refere-se a migração dos agricultores para o trabalho assalariado devido a transferências de terras, quando todas as suas terras são arrendadas a fazendas corporativas ou a agricultores capitalistas. É o que geralmente acontece com a “acumulação politicamente assistida” discutida anteriormente, na qual as autoridades das aldeias ou os governos locais consolidam a terra através do incentivo, persuasão e intimidação, se necessário, para atrair investimentos de produtores capitalistas.

Zhang e Donaldson (2010) descrevem casos para esses dois processos. Mas há um terceiro processo, em que as famílias são gradualmente expulsas

da agricultura de pequeno porte pela diferenciação gerada pela capitalização e pela concorrência no mercado. A senhora Luo, que entrevistei em abril de 2014, é um bom exemplo. Ela mora em uma aldeia localizada em uma das regiões agrícolas mais produtivas da China, a planície de Chengdu, na província de Sichuan. Há quinze anos atrás, ela e o marido seguiram as instruções do governo da cidade e passaram do cultivo de arroz para frutas. O empreendimento agrícola comercial teve sucesso nos primeiros anos, mas a saturação do mercado reduziu os preços, e eles tiveram que mudar de uvas para cerejas e depois para nêspersas. Seu marido saiu da lavoura para o trabalho assalariado; então, há dois anos, ela desistiu também. Agora, o marido ganha cerca de 4.000 yuans por mês como trabalhador migrante em Guangdong, mas desperdiça a maior parte no jogo. Luo comprou um triciclo motorizado para transportar turistas ao redor de um local histórico próximo e ganha entre 2.000 e 3.000 yuanes por mês.³² Eles têm um filho adolescente que definitivamente não tem interesse na agricultura e recebeu formação para diferentes tipos de atividades, sem conseguir um emprego estável. Seu pequeno pomar, onde ainda crescem as árvores de nêspersa, agora está entregue à natureza.

Paradoxalmente, os Luos são “muito ricos para cultivar”, porque há empregos disponíveis com salários mais altos, preferíveis a submeter-se à “autoexploração” na agricultura familiar subcapitalizada; e, por outro lado, “muito pobres para cultivar”, porque são incapazes de atender aos requisitos de trabalho e capital para sustentar uma pequena produção de *commodities* de alto risco e alta capitalização. Na verdade, a maior parte das famílias da aldeia encontra-se na mesma situação, por isso há pouca demanda por arrendamento de terras. Luo acha que a melhor coisa que pode acontecer com sua terra agora é que o Estado a exproprie completamente. Assim, ela, pelo menos, receberia um pagamento em dinheiro por um ativo não comercializável.

Para o primeiro grupo de trabalhadores assalariados “recrutados pelo mercado”, que nunca tiveram chance na pequena produção de *commodities*, o trabalho assalariado representa uma mobilidade ascendente partindo da agricultura de subsistência – pelo menos em termos de renda. Mas para ex-agricultores como os Luos, a mudança da agricultura comercial pequeno-burguesa para a dupla ocupação e, finalmente, para a dependência exclusiva do trabalho assalariado, é uma espiral descendente, impulsionada, primeiro, pela mercantilização de sua subsistência e, depois, pela lógica capitalista de competição de mercado.

³² Tecnicamente ela é trabalhadora autônoma, mas, na prática, exerce um trabalho assalariado dissimulado.

O caso da família Luo e a análise acima destacam o fluxo constante que encontramos no processo de diferenciação de classes. Embora as posições de agricultores comerciais pequeno-burgueses, famílias com dupla ocupação e famílias assalariadas sejam objetivas e – enquanto combinações padronizadas de situações do domicílio no mercado – constituam posições de classe relativamente estáveis, os titulares dessas posições estão em fluxo. O que impulsiona essa fluidez nas posições de classe das famílias não é apenas a dinâmica de diferenciação inerente à pequena produção de *commodities* dependente do mercado, como no caso da família Luo, mas também mudanças externas na política econômica e nas dinâmicas do ciclo de vida. Embora eu tenha examinado o movimento apenas em uma direção, outros pesquisadores mostraram que, quando uma crise econômica causa o declínio dos empregos assalariados, como aconteceu em 2009, ou quando o início da meia idade reduz as oportunidades no mercado de trabalho para os trabalhadores migrantes e aumenta os custos de reprodução do trabalho nas cidades, pode ocorrer um movimento de retorno do trabalho assalariado para a agricultura familiar, embora geralmente para um nível reduzido de prosperidade (Wen, 2013).

Agricultura familiar na China: entre o campesinato e o capitalismo

Este estudo identifica cinco posições de classe agrária na China contemporânea. Quatro dessas posições tornaram-se dependentes das relações mercantis para sua reprodução social (ou acumulação). Essas quatro posições podem refletir as quatro classes identificadas por Lenin em seu estudo clássico da Rússia rural: “camponeses ricos capitalistas”; pequena burguesia de “camponeses médios” e “pequenos camponeses”; “camponeses pobres” semi-proletários e trabalhadores proletários. Isso não surpreende, uma vez que, sendo a agricultura integrada ao circuito do capital, ela segue a mesma lógica inerente ao capitalismo e gera padrões semelhantes de diferenciação.

Com base no entendimento de que as relações sociais de produção nas formações sociais capitalistas dependentes do mercado se manifestam por meio de relações mercantis, este estudo utiliza uma combinação de situações de mercado das famílias – nos mercados de trabalho, terra, produtos e meios de produção – como instrumento empírico para identificar posições de classe. Este instrumento e a classificação que ele produz devem ser aplicáveis em outros contextos, especialmente onde o trabalho assalariado não-agrícola está amplamente disponível e estreitamente ligado à agricultura familiar.

Essa classificação é construída como um dispositivo heurístico para ajudar a focar o olhar analítico sobre as dinâmicas de acumulação e mercantilização que conduzem a processos de diferenciação. Essas dinâmicas locais e circunstâncias concretas, que medeiam a tendência inerente à diferenciação de classes na agricultura capitalista, formam o cerne desta análise. Com a ajuda desse esquema classificatório, este estudo oferece uma descrição sintética das seguintes quatro principais dinâmicas da mudança agrária na China rural e seus efeitos sobre a diferenciação social: primeiro, as múltiplas trajetórias de acumulação para os agricultores capitalistas; segundo, as tendências de diferenciação entre os agricultores comerciais pequeno-burgueses criadas pelos imperativos de concorrência e capitalização do mercado; terceiro, a mercantilização da subsistência, que criou as classes trabalhadoras; e, finalmente, cruzando os três anteriores, os importantes e variados papéis do Estado no auxílio à acumulação, fornecendo (ou minando) as condições para a agricultura comercial pequeno-burguesa viável e acelerando a mercantilização do trabalho e da terra.

O que emerge desta análise é uma compreensão diferente da agricultura familiar na China, uma que vai além da observação superficial de sua contínua prevalência como forma de organização social do trabalho e da terra na produção agrícola; que revela sua transformação fundamental. A agricultura familiar na China atual não é menos capitalista do que a agricultura corporativa organizada pelo agronegócio usando mão de obra assalariada. Ela depende fortemente do trabalho assalariado de duas maneiras: primeiro, dos assalariados contratados na produção agrícola em lavouras empresariais administradas por famílias e lavouras comerciais trabalhadas por famílias; e, segundo, através da capitalização possibilitada pela remessa de renda salarial. Além disso, a maioria das unidades agrícolas familiares tornou-se dependente do mercado. Sua produção e a reprodução social dos agricultores familiares só podem ser mantidas por meio de concorrência no mercado e de relações mercantis. Elas estão sujeitas aos mesmos imperativos de mercado das fazendas corporativas – aumentam a capitalização para aumentar a produtividade do trabalho e da terra e permanecem competitivos nos mercados, ou são gradualmente empurrados para o trabalho assalariado.

Uma descrição clara da diferenciação de classes também fornece um pano de fundo para qualquer estudo sobre relações de classe e processos políticos na China rural. A abordagem sugerida aqui para realizar a análise de classes nas áreas rurais começa com a identificação de posições de classe e, em seguida, com os atores das classes, objetivamente criados por essas posições de classe. A compreensão das posições de classe e de seus interesses

objetivos nos informa sobre os atores das classes e suas relações. Uma análise detalhada das identidades e relações de classe emergentes está além do escopo deste capítulo, mas algumas observações preliminares podem ser derivadas da análise acima.

À medida que surge uma nova estrutura de classes, espera-se que as linhas divisórias na sociedade rural também mudem. Mas, até agora, a disputa de classes ainda permanece latente na China rural. A principal razão para isso é provavelmente a “fragmentação das classes de trabalho” (Bernstein, 2010). A maioria das famílias rurais hoje precisa buscar sua reprodução social simultaneamente em vários pontos da divisão social do trabalho. Embora suas posições precárias no mercado de trabalho sejam muito semelhantes, suas experiências individuais no processo de trabalho e suas relações com o capital e com outras classes podem variar extensamente. Muitas pessoas se submetem a relações de exploração através do trabalho assalariado, mas essas relações ou são mediadas pelas simultâneas posições contraditórias de suas famílias na pequena produção de *commodities* ou espacialmente deslocadas devido à natureza migratória do trabalho assalariado da maioria das pessoas. Mesmo no emprego assalariado local, os potenciais conflitos entre classes ainda podem ser moderados pelas densas relações sociais que, por um lado, ligam empregadores e trabalhadores como parentes, por exemplo; e, por outro, formam alianças trans-classes entre trabalhadores com identidades de grupo com base em locais de origem ou dialetos nativos.

Embora a agência coletiva entre essas classes de trabalho fragmentadas seja difícil, isso não é impossível, especialmente quando a base comum de sua reprodução social está ameaçada pela apropriação de terras ou quando a fragmentação do trabalho assalariado é eliminada na agricultura corporativa de larga escala, na qual o agronegócio arrenda as terras de uma aldeia e organiza toda a força de trabalho da aldeia em empregos assalariados. Mais conflitos rurais estão agora centrados em várias questões relacionadas à terra, uma vez que o acesso aos recursos da terra e o controle sobre esses se tornaram o centro de disputa entre interesses de classe concorrentes: os produtores capitalistas querem incluí-los exclusivamente em seus circuitos de acumulação de capital, mas um amplo setor da população rural que se dedica à pequena produção de *commodities* ainda baseia sua reprodução social nesses recursos. Embora as forças de mercado possam gradualmente criar diferenciação e levar ao aumento da concentração de terra pelos produtores capitalistas, esse processo pode ser acelerado pela mobilização do poder estatal e pelo uso de meios extraeconômicos. Assim, os governos locais frequentemente se tornam alvos da agitação popular, pois agem para auxiliar a acumulação capitalista.

Referências

- BARDHAN, P. Agrarian Class Formation in India. *The Journal of Peasant Studies*, v. 10, n. 1, p. 73-94, 1982.
- BERNSTEIN, H. African Peasantries: A Theoretical Framework. *The Journal of Peasant Studies*, v. 6, n. 4, p. 421-443, 1979.
- BERNSTEIN, H. *Class Dynamics of Agrarian Change*. Sterling, VA: Kumarian Press, 2010.
- BERNSTEIN, T. P.; LU, X. Taxation without Representation: Peasants, the Central and the Local States in Reform China. *China Quarterly*, n. 163, p. 742-763, 2000.
- BHARADWAJ, K. A View on Commercialisation in Indian Agriculture and the Development of Capitalism. *The Journal of Peasant Studies*, v. 12, n. 4, p. 7-25, 1985.
- BRENNER, R. Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe. *Past and Present*, n. 70 (Fev.), p. 30-75, 1976.
- BYRES, T. J. Paths of Capitalist Agrarian Transition in the Past and in the Contemporary World. In: RAMACHANDRAN, V. K.; SWAMINATHAN, M. (org.). *Agrarian Studies: Essays on Agrarian Relations in Less-Developed Countries*, p. 54-83. New Delhi: Tulika Books, 2003.
- CHAN, A.; MADSEN, R.; UNGER, J. *Chen Village: The Recent History of a Peasant Community in Mao's China*. Berkeley, CA: University of California Press, 1984.
- CHEN, B. Market Development and the Middle Strata in Rural China: A Survey of Chetou Township in Southern Jiangxi. *Kaifang Shidai*, n. 237, p. 31-46, 2012 (em chinês).
- DE BRAUW, A.; ROZELLE, S. Migration and Household Investment in Rural China. *China Economic Review*, v. 19, n. 2, p. 320-335, 2008.
- DEERE, C. D. *Household and Class Relations: Peasants and Landlords in Northern Peru*. Berkeley, CA: University of California Press, 1990.
- DEERE, C. D.; DE JANVRY, A. A Conceptual Framework for the Empirical Analysis of Peasants. *American Journal of Agricultural Economics*, v. 61, n. 4, p. 601-611, 1979.
- DONG, L. “Big Tents’ in a Small Village: The Shouguang Model from the Perspective of Development Anthropology”. Dissertação – Mestrado em Sociologia – Departamento de Sociologia, Fudan University. Shanghai (em chinês), 2012.
- GAO, Q.; ZHOU, Z.; KONG, X. The Practical Definition, Eligibility Criteria and Registration Management of “Family Farms”. *Nongye Jingji Wenti*, n. 9, p. 17-36, 2014 (em chinês).
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *From Farming to Biotechnology: A Theory of Agro-Industrial Development*. Oxford: Blackwell, 1987.
- GUO, L. Capital's Entry to the Countryside and Transfer of Forestland: Based on S Township, Hubei. *Shehui*, n. 31, p. 114-137, 2011 (em chinês).
- HARVEY, D. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

- HE, X. On “Leadership to the Rich”: Based on a Study of Fenghua, Zhejiang. *Shehui Kexue Yanjiu*, 2011 (2): 70–7 (em chinês), 2011a.
- HE, X. On the Scale of Farming Operation: Based on a Study of Fanchang, Anhui. *Nanjing Nongye Daxue Xuebao (Shehui Kexue Ban)*, v. 11, n. 2, p. 6-14, 2011b (em chinês).
- HO, S. P. S.; LIN, G. Emerging Land Markets in Rural and Urban China: Policies and Practices. *China Quarterly*, n. 175, p. 681-707, 2003.
- HUANG, P. C. C. China’s New-Age Small Farms and Their Vertical Integration: Agribusiness or Co-Ops? *Modern China*, v. 37, n. 2, p. 107-134, 2011.
- HUANG, P. C. C. Unequal Transactions between Small Farmers and Big Merchant Capital: A Characteristic of Modern Agriculture in China. *Kaifang Shidai*, n. 3, p. 88-99, 2012 (em chinês).
- HUANG, P. C. C.; GAO, Y. The Dynamics of Capitalization in Chinese Agriculture: Private Firms, the State, or Peasant Households? *Rural China*, v. 10, n. 1, p. 36-65, 2013.
- HUANG, P. C. C.; GAO, Y.; PENG, Y. Capitalization without Proletarianization in China’s Agricultural Development. *Modern China*, v. 38, n. 2, p. 139-173, 2012.
- HUANG, Y. Can Capitalist Farms Defeat Family Farms? The Dynamics of Capitalist Accumulation in Shrimp Aquaculture in South China. *Journal of Agrarian Change*, v. 15, n. 3, p. 392-412, 2015.
- JACKA, T. Migration, Householding and the Well-Being of Left-Behind Women in Rural Ningxia. *China Journal*, n. 67 (Jan.), p. 1-22, 2012.
- KENNEDY, J. J. From the Tax-for-Fee Reform to the Abolition of Agricultural Taxes: The Impact on Township Governments in North-West China. *China Quarterly*, n. 189 (Mar.), p. 43-59, 2007.
- KHAN, A. R.; RISKIN, C. Income and Inequality in China: Composition, Distribution and Growth of Household Income, 1988-1995. *China Quarterly*, 154 (Jun.), p. 221-253, 1998.
- KONG, S. T.; UNGER, J. Egalitarian Redistributions of Agricultural Land in China through Community Consensus: Findings from Two Surveys. *China Journal*, n. 69 (Jan.), p. 1-19, 2013.
- MAO, Z. How to Differentiate Classes in Rural Areas? In: *Collected Works of Mao Zedong*, v. I. Beijing: The People’s Publishing House, 1991 [1933] (em chinês).
- NBS (National Bureau of Statistics) *China Rural Statistical Yearbook 2011*. Beijing: China Statistics Press, 2011 (em chinês).
- NEE, V. The Emergence of a Market Society: Changing Mechanisms of Stratification in China. *American Journal of Sociology*, v. 101, n. 4, p. 908-949, 1996.
- OUYANG, J. *The Tactic Approach: The Logic of Operation in Orange Town*. Beijing: Chinese University of Politics & Law Press, 2011a (em chinês).
- OUYANG, J.. Leadership to the Rich: A Study of Mechanisms and Performances. *Guangdong Shehui Kexue*, n. 5, p. 197-202, 2011b (em chinês).

- OYA, C. The Empirical Investigation of Rural Class Formation: Methodological Issues in a Study of Large- and Middle-Scale Farmers in Senegal. *Historical Materialism*, v. 12, n. 4, p. 289-326, 2004.
- OYA, C.; PONTARA, N. (org.). *Rural Wage Employment in Developing Countries: Theory, Evidence and Policy*. London: Routledge, 2015.
- PARISH, W. L.; MICHELSON, E. Politics and Markets: Dual Transformations. *American Journal of Sociology*, v. 101, n. 4, p. 1.042-1.059, 1996.
- PARISH, W. L.; ZHE, X.; LI, F. Nonfarm Work and Marketization of the Chinese Countryside. *China Quarterly*, n. 143 (Set.), p. 697-730, 1995.
- PATNAIK, U. Class Differentiation within the Peasantry: An Approach to Analysis of Indian Agriculture. *Economic and Political Weekly*, v. 11, n. 39, p. A82-101, 1976.
- PATNAIK, U. Neo-Populism and Marxism: The Chayanovian View of the Agrarian Question and Its Fundamental Fallacy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 6, n. 4, p. 375-420, 1979.
- PATNAIK, U. Ascertaining the Economic Characteristics of Peasant Classes-in-Themselves in Rural India: A Methodological and Empirical Exercise. *The Journal of Peasant Studies*, v. 15, n. 3, p. 301-333, 1988.
- PO, L. Redefining Rural Collectives in China: Land Conversion and the Emergence of Rural Shareholding Co-operatives. *Urban Studies*, v. 45, n. 8, p. 1.603-1.623, 2008.
- POST, C. Comment: Primitive Accumulation in Modern China. *Dialectical Anthropology*, v. 32, n. 4, p. 321-325, 2008.
- SARGESON, S.; SONG, Y. Land Expropriation and the Gender Politics of Citizenship in the Urban Frontier. *China Journal*, n. 64 (Jul.), p. 19-45, 2010.
- SENDER, J.; SMITH, S. *Poverty, Class, and Gender in Rural Africa: A Tanzanian Case Study*. London: Routledge, 1990.
- SMITH, G. The Hollow State: Rural Governance in China. *China Quarterly*, n. 203 (Set.), p. 601-618, 2010.
- SO, A. Y. The Changing Pattern of Classes and Class Conflict in China. *Journal of Contemporary Asia*, v. 33, n. 3, p. 363-376, 2003.
- TONG, Z.; WEN, T. The Entry of Capital and Government Agencies into Agriculture and Models of Organizing Small Household Farmers. *Kaifang Shidai*, n. 4, p. 5-26, 2009 (em chinês).
- WALDER, A. G. Markets and Income Inequality in Rural China: Political Advantage in an Expanding Economy. *American Sociological Review*, v. 67, n. 2, p. 231-253, 2002.
- WALDER, A. G.; ZHAO, L. Political Office and Household Wealth: Rural China in the Deng Era. *China Quarterly*, n. 186 (Jun.), p. 357-376, 2006.
- WEBBER, M. The Places of Primitive Accumulation in Rural China. *Economic Geography*, v. 84, n. 4, p. 395-421, 2008.
- WEN, T. *Eight Crises: The Real Experiences of China (1949-2009)*. Beijing: The Oriental Press, 2013 (em chinês).
- WOOD, E. M. *The Origin of Capitalism: A Longer View*. London: Verso, 2002.

- WRIGHT, E. O. *Classes*. London: Verso, 1985.
- WU, H.; YE, J. Hollow Lives: Women Left Behind in Rural China. *Journal of Agrarian Change*. DOI: 10.1111/joac.12089, no prelo.
- XIAO, T. Who Are Becoming Village Cadres? An Analysis of Village Cadres' Socio-Political Capital. *Guanli Shijie*, n. 9, p. 64-70, 2006 (em chinês).
- YAN, H.; CHEN, Y. Debating the Rural Cooperative Movement in China, the Past and the Present. *The Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 6, p. 955-981, 2013.
- YAN, X. "To Get Rich Is Not Only Glorious": Economic Reform and the New Entrepreneurial Party Secretaries. *China Quarterly*, n. 210 (Jun.), p. 335-354, 2012.
- YANG, H. The Middle Peasants: The Middle Strata in Contemporary Rural Society. *Kaifang Shidai*, n. 3, p. 71-87, 2012 (em chinês).
- ZANG, D. The Practical Logic of Relational Land Rights in Zang Village: Constructing an Analytical Framework for Studying Land Rights. *Shehuixue Yanjiu*, n. 1, p. 1-28, 2012 (em chinês).
- ZHANG, Q. F. The Political Economy of Contract Farming in China's Agrarian Transition. *Journal of Agrarian Change*, v. 12, n. 4, p. 460-483, 2012.
- ZHANG, Q. F. Comparing Local Models of Agrarian Transition in China. *Rural China*, v. 10, n. 1, p. 5-35, 2013.
- ZHANG, Q. F.; DONALDSON, J. A. The Rise of Agrarian Capitalism with Chinese Characteristics: Agricultural Modernization, Agribusiness and Collective Land Rights. *China Journal*, n. 60 (Jul.), p. 25-47, 2008.
- ZHANG, Q. F.; DONALDSON, J. A. From Peasants to Farmers: Peasant Differentiation, Labor Regimes, and Land-Rights Institutions in China's Agrarian Transition. *Politics & Society*, v. 38, n. 4, p. 458-489, 2010.
- ZHANG, Q. F.; MA, Q. XU, X. Development of Land Rental Markets in Rural Zhejiang: Growth of Off-Farm Jobs and Institution Building. *China Quarterly*, n. 180 (Dez.), p. 1.040-1.062, 2004.

Capítulo 11

Iniciativas de desenvolvimento rural em meio à crise de segurança dos alimentos: estratégias, desafios e oportunidades no “novo movimento de reconstrução rural” chinês

Zhenzhong Si
Steffanie Scott

Embora mais de três décadas de implementação da Reforma e Abertura na China tenham transformado profundamente o campo, o processo também resultou em sérios problemas. O campo sofre com a perda da mão de obra agrícola, a estagnação dos meios de subsistência rurais e a deterioração da cultura rural (Wen, 2009). Esses fatores acarretaram pobreza e insegurança em relação aos direitos entre os camponeses, más condições da infraestrut-

tura rural, baixa viabilidade do setor agrícola, disparidade entre as cidades e o campo e outros problemas socioeconômicos associados (Yeh; O'Brien; Ye, 2013; Yan; Chen, 2013). Entretanto, iniciativas desenvolvimentistas lideradas pelo Estado (o modelo agroindustrial) a fim de revitalizar o campo como parte integrante da economia de mercado, deixaram de abordar algumas dessas questões sociais e culturais (Pan; Du, 2011a; 2011b).

Foi nesse contexto socioeconômico que surgiram iniciativas alternativas de desenvolvimento rural na China, como reflexões críticas sobre a “modernização” convencional. A iniciativa mais proeminente é o Novo Movimento de Reconstrução Rural (NMRR) (em chinês, *xin xiangcun jianshe yundong*) que surgiu por volta de 2003. Ele segue os valores e o espírito do Movimento de Reconstrução Rural (MRR) que ocorreu nas décadas de 1920 e 1930. Educação “civil” (em contraste com a “educação de elite”),¹ atividades culturais e capacitação para a auto-organização foram alguns dos componentes-chave do MRR, que são revividos no NMRR. As principais convicções do NMRR incluem críticas à cultura, conhecimento e teorias abraçadas pela elite (por exemplo, economia neoclássica), e enfatizam o desenvolvimento do *status* e da subjetividade camponesa, conectando intelectuais às massas rurais, reconstituindo relações rural-urbanas, experimentando reformas na educação rural e melhorando condições rurais de saúde, entre outras iniciativas (Pan; Du, 2011a; 2011b). A essa agenda ambiciosa, o NMRR criativamente acrescentou outra proposta, a ecologização da produção agrícola, para enfrentar as críticas dirigidas aos camponeses por problemas de segurança dos alimentos.

Embora a segurança dos alimentos e as transformações do sistema alimentar na China não sejam as únicas preocupações do NMRR, o alimento é, de fato, um elemento crítico que tem definido a trajetória do movimento. As sinergias entre as iniciativas de reconstrução rural e a crescente inquietude pública em relação à segurança dos alimentos catalisaram a proposição da agricultura ecológica como importante instrumento de desenvolvimento rural. Em meio a um amplo contexto de crise de segurança dos alimentos, o NMRR tem desempenhado um papel crucial na promoção do desenvolvimento da agricultura ecológica e das Redes Alimentares Alternativas (RAAs), especialmente nas iniciativas de comunidade que sustenta a agricultura

¹ A “educação civil” (ou educação de massa) promovida pelo NMRR contrasta com o sistema educacional oficial referido como “educação de elite”, um “apêndice” da política que visa formar as pessoas para se tornarem elite, deixarem o campo e servirem à hierarquia dominante. A “educação civil”, ao contrário, provê educação aos habitantes das aldeias privados de oportunidades educacionais, alfabetizando-os e ajudando-os a desenvolverem estratégias de subsistência, conhecimentos e técnicas que podem usar no campo.

(CSAs) na China. O movimento também interage de maneira proativa com outros atores, como ONGs ambientais, governo, mídia e ativistas sociais, para ampliar os impactos de seus esforços. Nesse sentido, o aspecto ecológico da nova abordagem de desenvolvimento rural acabou se tornando, posteriormente, uma inesperada porta de entrada para o NMRR ingressar no centro das dinâmicas de poder que envolvem a segurança dos alimentos.

Os princípios, estratégias e abordagens do NMRR diferem significativamente daqueles do modelo agroindustrial de desenvolvimento rural liderado pelo Estado. Enquadram-se, antes, no modelo de “desenvolvimento rural” teorizado pelo geógrafo e sociólogo Terry Marsden e outros (Marsden; Banks; Bristow, 2002; Marsden, 2008; Marsden; Sonnino, 2008) como uma trajetória de desenvolvimento rural de base agrária que descarta as visões “agroindustriais” e “pós-produtivistas” do espaço rural. O modelo de “desenvolvimento rural” propõe cadeias curtas de suprimento de alimentos como ferramentas eficazes para se contrapor às cadeias de valor industrializadas de larga escala e centra-se na produção agrícola para atingir as metas de sustentabilidade rural (Marsden; Banks; Bristow, 2002; Marsden 2008). Embora a atuação da sociedade civil venha crescendo na China, o Estado ainda exerce o papel principal. As iniciativas de base, portanto, precisam buscar, por um lado, o apoio das massas e, por outro, um relacionamento não antagônico ou harmonioso com o Estado. Este texto focaliza a atuação do Novo Movimento de Reconstrução Rural que, em grande parte, sustenta o desenvolvimento das redes alimentares alternativas.

O surgimento do novo movimento de reconstrução rural

Em 1996, Wen Tiejun, economista que trabalha para agências governamentais, conceituou os muitos problemas que assolam o desenvolvimento rural chinês como *sannong wenti*, que abarca “os problemas dos camponeses (*nongmin*), da sociedade rural (*nongcun*) e da agricultura (*nongye*)” (ver Ahlers; Schubert, 2009; Day, 2008; 2013a; 2013b).² Desde que Wen propôs esse termo, *sannong* entrou no círculo das políticas, tornando-se um termo que sintetiza os complexos desafios socioeconômicos que a China rural vem enfrentando. “O camponês” foi trazido de volta ao centro dos domínios da política, economia e desenvolvimento na China (ver Day, 2008; 2013a).

² *Sannong wenti* também foi formulado como “o problema rural em três dimensões: comunidades locais, agricultura e camponeses” (Pan; Du, 2011a, p. 454).

O NMRR foi iniciado no início dos anos 2000, por pesquisadores acadêmicos interessados nos estudos rurais (ver Hao, 2006) e ativistas de organizações focadas na China rural, com vistas a enfrentar os desafios *sannong*. Os líderes do NMRR sugerem que a crise na China rural não pode ser tratada simplesmente como uma questão econômica ou de produção agrícola, mas que é, antes, uma questão social e cultural que requer a reconstrução da vida social através de uma reorganização cultural e cooperativa (Day, 2008; 2013a). Assim, o NMRR, visa à reconstrução das relações sociais coletivas na China rural para que os camponeses possam se defender da globalização, da mercantilização e dos valores capitalistas-consumistas (Day, 2008; 2013a; 2013b; Jacka, 2013). Em 2003, Wen intermediou a fundação do “Instituto de Reconstrução Rural James Yen”, denominado em homenagem ao pioneiro e símbolo do movimento de reconstrução rural. A iniciativa foi, mais tarde, seguida de outras, como o estabelecimento do Centro de Reconstrução Rural Liang Shuming de Pequim e a Fazenda Little Donkey. Além de Wen Tiejun, He Xuefeng, da Universidade de Ciência e Tecnologia de Huazhong, foi outro acadêmico influente que realizou experimentos de reconstrução rural na província de Hubei (Pan, 2012; Thøgersen, 2009; Day, 2013b).

Entre as várias atividades que o NMRR vem realizando, a agricultura ecológica é um elemento importante que tem atraído muita atenção pública. A sinergia entre as iniciativas de reconstrução rural e a crescente inquietação pública com relação à segurança dos alimentos, após 2008, colocaram a agricultura ecológica no centro das atenções como um importante instrumento de desenvolvimento rural. No contexto geral da crise de segurança dos alimentos, os ativistas do NMRR desempenharam um papel crucial na promoção do desenvolvimento da agricultura ecológica e de redes alimentares alternativas, entre as quais, a mais importante são as iniciativas de agricultura apoiada pela comunidade (CSAs).

A literatura existente sobre o NMRR, embora muito limitada, tem proporcionado análises empíricas e teóricas do movimento. No entanto, pouca atenção tem sido dada à mais recente crise de segurança dos alimentos, que tem profundas implicações para o desenvolvimento do NMRR. Neste texto, esclarecemos como o NMRR, a partir de uma posição dicotômica entre sociedade e Estado, faz a intermediação entre a autoridade do Estado e as expectativas da sociedade. Com base em entrevistas em profundidade com pessoas chave do NMRR, examinamos aqui o movimento dentro contexto sociopolítico geral da China, provendo uma análise detalhada de como um movimento social sobrevive dentro de um contexto sociopolítico complexo, especialmente, da escalada das inquietações com a segurança dos alimen-

tos. Compreender o NMRR ilumina nossa discussão sobre as iniciativas da ecologização da agricultura a partir das bases, i.e., da pequena agricultura camponesa.

Estudos existentes sobre o Novo Movimento de Reconstrução Rural

Apesar da importância do NMRR no desenvolvimento rural na China, a literatura em inglês documentando sua origem, estratégias, práticas, desafios e oportunidades é muito limitada. Os poucos estudos existentes analisaram a evolução histórica do NMRR e suas conexões com o RRM dos anos 1930 (Day, 2008; 2013a; 2013b; Thøgersen, 2009; Yan; Chen, 2013), o espírito antimodernização que anima o movimento (Wen; Lau, 2008; Wen et al., 2012), os impactos do NMRR na restauração da cultura rural coletiva (Renard; Guo, 2013), a organização camponesa e a autogovernança rural (*zizhi*) (Day, 2013b). Ao situar o movimento no contexto sociopolítico e histórico chinês, importantes sociólogos e economistas agrícolas também revelaram a negligência em relação às desigualdades de gênero (Jacka, 2013) e as várias contradições internas ao movimento (Pan; Du, 2011a).

Artigos de uma edição especial da *Chinese Sociology and Anthropology*, em 2007, detalharam algumas experiências iniciais do NMRR na China (Day; Hale, 2007; Wen, 2007; He X., 2007; Tan, 2007; He H., 2007; Qiu, 2007). Os autores examinaram os vários problemas enfrentados pela China rural, apontaram os principais objetivos do movimento, tais como a revitalização da cultura rural e a reconstrução da subjetividade dos camponeses,³ e resumiram a experiência pragmática das iniciativas de reconstrução rural. Outra edição especial da *Chinese Sociology and Anthropology*, em 2008, inclui discussões e debates sobre governança rural, particularmente a autogovernança pelos aldeãos, por parte de outro importante grupo de nova reconstrução rural, liderado por He Xuefeng, da Escola de Estudos Rurais da China Central (*huazhong xiangtu pai*) (He, 2008; Chen, 2008; Wu; Li, 2008; Ying, 2008; Wu et al., 2008).

Ao analisar o NMRR por meio de casos empíricos e reflexões teóricas, esses estudos forneceram informações valiosas para compreender iniciativas

³ A reconstrução da subjetividade dos camponeses chineses tem sido um elemento crítico no NMRR. Refere-se à crença do movimento de que os camponeses não devem ser receptores passivos de transformações sociais, mas devem e podem ser sujeitos que participam de forma proativa e criam transformações sociais (ver Pan; Du, 2011a; He; Cheng; Zong, 2014).

alternativas de desenvolvimento rural na China. No entanto, o movimento não foi analisado no contexto da recente crise de segurança dos alimentos na China. Isso ocorreu, principalmente, porque o NMRR surgiu e se proliferou antes dessa crise, cuja intensificação levou a uma mudança radical das estratégias e focos iniciais do NMRR nos últimos anos. Nesse contexto, estudos anteriores sobre o movimento pouco aportam para a compreensão de esse consegue sobreviver à pressão política, ainda atendendo às demandas da sociedade. Assim, este estudo considera o amplo contexto sociopolítico da China, onde o NMRR se esforça para causar impacto, e examina os desafios e oportunidades que se colocam ao movimento, vinculando este último à crise de segurança dos alimentos e ao desenvolvimento de RAAs na China.

As origens e práticas do Novo Movimento de Reconstrução Rural

Desde o final do século XIX, a China passou por várias mudanças em sua abordagem de desenvolvimento. O paradigma “radical *versus* conservador”, embora criticado por sua dicotomia, oferece um marco analítico para caracterizar essas mudanças de longo alcance (ver Yu, 2006). Na China, o radicalismo caracteriza-se pela tendência a repudiar totalmente as ideias tradicionais de desenvolvimento e adotar plenamente as abordagens ocidentais. O conservadorismo, por outro lado, exige uma revitalização da tradição e das ideias tradicionais. O período histórico em torno do “Movimento do Quatro de Maio”, em 1919, marcou o primeiro apogeu das ideias “radicais” no século XX, seguido por um declínio do radicalismo e pela ascensão do conservadorismo (Xu, 2000). A ascensão do conservadorismo foi fomentada pela dura realidade de devastação da economia e cultura rurais após a Primeira Guerra Mundial. Segundo Wen (2009), na década de 1920, houve um rápido período de industrialização na China, construído às custas da exploração da economia rural. A migração de camponeses para as cidades e a capitalização do setor agrícola resultaram na decomposição da economia rural de subsistência e no declínio da sociedade rural.

Foi nesse complexo embate “radical-conservador” que surgiu o RRM (ver Yan; Chen, 2013). Esse movimento, liderado por ativistas sociais como Liang Shuming, Yan Yangchu (também conhecido como James Yen) e Lu Zuofu, expandiu-se para mais de 600 organizações nas décadas de 1920 e 1930 (Pan; Du, 2011a). Seu objetivo era revitalizar a economia e a cultura rurais por vários meios (ver Pan, 2012). Os esforços de revitalização foram

representados por experimentos de reconstrução rural liderados por ativistas sociais, que se concentraram em vários aspectos da vida rural, incluindo a formação de instituições autônomas, capacitação para o trabalho, educação civil, educação em cultura tradicional e melhoria da saúde pública. Essas experiências floresceram em todo o país nas décadas de 1920 e 1930 e constituíram um notável movimento social na história do desenvolvimento rural da China (Pan; Du, 2011a; Pan, 2012; Yan; Chen, 2013).

No entanto, esse extenso movimento era geralmente percebido como um movimento de atenuação, em comparação com o movimento mais radical de “revolução” (Guo, 2009; Liu, 2008; Yan; Chen, 2013). As percepções eram de que o RRM, embora amplamente adotado, não buscava uma transformação sistemática da ordem prevalente e das instituições básicas e, portanto, tinha capacidade limitada para resolver os profundos problemas sociais e econômicos enfrentados pela China rural da época (Pan, 2012; Day, 2008; Yan; Chen, 2013). O sucesso do RRM, há muito tempo, também tem sido contestado, inclusive por seus líderes, como Liang Shuming, que admitiu as graves limitações e dificuldades do RRM (Liang, 1936; ver também Yan; Chen, 2013). Seu sucesso foi logo interrompido pelo início da Segunda Guerra Sino-Japonesa, no final da década de 1930, quando a atenção do Estado e da sociedade civil se voltou do tratamento interno do campo carente para a ameaça externa à soberania (Day, 2013b; Yan; Chen, 2013).

Mais de 60 anos depois, a China rural enfrentou sérios desafios, novamente decorrentes de décadas de rápida urbanização e industrialização, que esvaziaram o campo pela extração contínua de fundamentais recursos e capitais humanos e naturais (Shi, 2012; Yeh; O’Brien; Ye, 2013). Essa difícil situação instigou tanto o Estado quanto a sociedade civil a lançarem novas iniciativas de desenvolvimento rural. No início dos anos 2000, a ameaça aos meios de subsistência dos camponeses, dependentes da agricultura, bem como a questão politicamente delicada das disparidades de renda e social entre as cidades e o campo atraíram a atenção do governo central, especialmente após a carta aberta de uma autoridade local, Li Changping, ao primeiro-ministro Zhu Rongji (Day, 2008). *Sannong wenti*, como expresso na carta de Li Changping, logo se tornou o foco principal de um novo conjunto de políticas nacionais, marcado pela introdução, em 2004, de subsídios agrícolas e pela abolição do imposto agrícola, em 2006. Na quinta sessão plenária do Décimo Sexto Congresso do Partido, em outubro de 2005, o comitê central do Partido Comunista Chinês (PCC) adotou o lema “construindo um novo campo socialista” (CNCS) (*jianshe shehui zhuyi xin nongcun*) no documento orientador do 11º Plano Nacional Quinquenal (2006-2010).

Desde então, em toda a administração Hu-Wen, até 2013, a “construção de um novo campo socialista” tem servido como diretriz geral que incorpora vários esforços estatais para o desenvolvimento do campo, tendo a modernização da agricultura como principal prioridade. Esses esforços abrangem a modernização do setor agrícola; proteção dos preços dos grãos; melhoria da educação, assistência médica e infraestrutura de transporte; e o embelezamento do campo, bem como o aprimoramento da capacidade de autogestão da população do interior (Comitê Central do PCC, 2005).

Paralelamente, mas com anterioridade à agenda estatal da CNCS, o legado do RRM foi “resgatado”⁴ por um grupo de intelectuais liderado pelo renomado economista Wen Tiejun, que propôs e popularizou a questão dos *sannong*. Esses acadêmicos ativistas de esquerda reaperceberam ao público, no início dos anos 2000, o legado do RRM e passaram a ser referidos como o “Novo Movimento de Reconstrução Rural” (Pan, 2012; Day, 2008; 2013a; 2013b; Jacka, 2013; Yan; Chen, 2013; Yeh; O’Brien; Ye, 2013). A ação do NMRR em todo o país envolve várias questões, incluindo agricultura ecológica, educação civil, fomento à formação de cooperativas de agricultores,⁵ proteção dos direitos civis dos trabalhadores migrantes, desenvolvimento rural sustentável em geral e assim por diante (ver Tabela 1). Concebidas, principalmente, por intelectuais envolvidos com essas questões, as ideias do NMRR se assemelham àquelas apresentadas pelo RRM na década de 1920 – incluem críticas à cultura e ao conhecimento de elite, focando no *status* e na subjetividade camponesa, na conexão da elite acadêmica com as massas rurais, na reconstituição das relações rural-urbanas, em experimentos de reforma da educação rural, melhoria das condições de saúde rural etc. (Pan; Du, 2011a). Em resposta a preocupações mais contemporâneas, a mitigação da crise ecológica foi adicionada como uma tarefa importante a ser tratada pelo NMRR (Pan; Du, 2011a). Day (2008, p. 50) observou que “como uma crítica ao desenvolvimentismo e ao enfoque econômico das análises”, o NMRR “volta-se para a cultura e as relações de cooperação como elementos vitais

⁴ A *China Fortune* (Xu, 2011) chamou a equipe de Wen Tiejun de “um grupo de pessoas que resgatam sonhos”. Wen trabalhou em vários departamentos governamentais/grupos de reflexão sobre o desenvolvimento rural e o setor agrícola da China e é amplamente considerado como economista oficial e porta-voz de camponeses na China.

⁵ Os membros dessas “cooperativas de agricultores” são principalmente camponeses, pequenos produtores que cultivam seus lotes no âmbito do Sistema de Responsabilidade Familiar. No entanto, usamos aqui “agricultores” em vez de “camponeses” por dois motivos: por um lado, “cooperativa de agricultores” é um termo estabelecido e mais comumente usado em comparação com “cooperativa de camponeses”; por outro lado, essas cooperativas estão realmente produzindo para o mercado, ao invés de para consumo próprio.

para a reorganização da vida social rural”. É uma resposta à lógica neoliberal de mercantilização dominante, buscando modos alternativos de recuperar a economia, cultura e sociedade rurais e a subjetividade dos camponeses (Pan; Du, 2011a; Yeh; O’Brien; Ye, 2013). Sob a perspectiva do desenvolvimento, ele representa as tentativas da sociedade civil de buscar uma abordagem auto-organizacional para o desenvolvimento rural.

Tabela 1
Projetos e experiências do NMRR

Categorias	Projetos	Objetivos	Ano de início
Pesquisa	Pesquisa Rural conduzida por estudantes universitários para apoiar pessoas rurais	Servir os camponeses* e Perseguir os sonhos	2001
	Centro de Reconstrução Rural da China na Universidade Renmin	Foco nos meios de subsistência das pessoas, colaboração e cooperação, base multicultural	2005
	Instituto de Reconstrução Rural da Southwest University	Desenvolvimento sustentável e reconstrução rural, pesquisa “o belo interior ”	2012
	Faculdade de Desenvolvimento Rural do Estreito, Universidade de Agricultura e Silvicultura de Fujian	Colaboração entre agricultores, apoio financeiro aos agricultores, agricultura ecológica e desenvolvimento da “agricultura civil”, promoção de faculdades comunitárias	2013

(*Continua*)

Categorias	Projetos	Objetivos	Ano de início
Zonas Experimentais Integradas	Comunidade Puhan, Yongji, Província de Shanxi	Construção comunitária integrada para o desenvolvimento rural sustentável	1998
	Distrito de Zhaicheng, Dingzhou, Província de Hebei	Projeto de Desenvolvimento Econômico, Cultural, Educacional e de Tratamento Médico Comunitário Integrado	2003
	Lankao, Província de Henan	Colaboração entre agricultores e experimento de cooperação rural-urbana, envolvimento de várias partes interessadas: intelectuais, estudantes universitários, população, governo local e residentes urbanos	2003
	Shunping, Província de Hebei		2004
	Wujin, Província de Jiangu	Experimentar conscientização ecológica , cultura rural na construção de um novo campo	2010
	Gangli, Distrito de Yushi, Província de Henan		2011
Cooperativas de agricultores	Nanmazhuang, Lankao, Província de Henan	A primeira aldeia ecológica na China Central	2003
	Nantang, Fuyang, Província de Anhui		2003
	Sancha, Distrito de Fangxian, Shiyan, Província de Hubei		2003
	Jiangzhuang, Distrito de Yutai, Província de Shandong		2004
	Shangping, Yong'an, Província de Fujian		2005

(*Continua*)

Categorias	Projetos	Objetivos	Ano de início
Educação civil (faculdades comunitárias)	Faculdade de reconstrução rural James Yen em Dingzhou, Hebei	Agricultura ecológica e campo protetor do meio ambiente, a primeira escola de educação civil gratuita no campo do século XXI, promovendo o conhecimento rural local e o desenvolvimento científico	2003-2007
	Faculdade Comunitária de Shiwu, Cidade de Danzhou, Província de Hainan	A primeira faculdade comunitária rural na China, explorando um caminho potencial para a educação rural de adultos	2006
	Centro de Reconstrução Rural de Fuqian, Distrito de Anxi, Província de Fujian	Promoção do desenvolvimento sustentável e integrado da comunidade rural, economia cooperativa e agricultura sustentável	2009
	Faculdade Comunitária de Peitian, Distrito de Liancheng, Província de Fujian	Proteger aldeias tradicionais e preservar a cultura rural	2011
	Faculdade Comunitária de Tingtang, Putian, Província de Fujian		2011
	Faculdade Comunitária de Dahu, Nanchang, Província de Jiangxi		2012
	Experiência Rural do Distrito de Jiaocun, Lingbao, Henan	Promover costumes tradicionais e cultura rural, redescobrir o conhecimento nativo,	2012
Fazendas CSA	Fazenda Little Donkey de Pequim	Uma plataforma integrada para agricultura, educação cidadã, pesquisa, promoção da CSA e formação pessoal	2008

(*Continua*)

Categorias	Projetos	Objetivos	Ano de início
	Fazenda Big Buffalo	Promoção do conhecimento agrícola tradicional, modelo de CSA, Sistema de Certificação Participativa, ⁶ desenvolvimento urbano-rural harmonioso; reconstrução da confiança entre comunidades urbanas e rurais	2011
	Fazenda Comunitária Little Donkey de Liulin, Pequim	Criar uma comunidade agrícola compartilhada por moradores urbanos e agricultores na área suburbana	2012
	Fazenda Guxiang, Fuzhou, Província de Fujian	Despertar o amor das pessoas por sua cidade natal	2012
	Fazenda Colheita Compartilhada, Pequim	Fortalecer as conexões entre cidadãos urbanos e agricultores, garantir a renda dos agricultores ecológicos, melhorar as condições de segurança alimentar	2012
Centros de Trabalhadores Migrantes	Lar dos trabalhadores migrantes de Pequim	Melhorar das condições de vida dos trabalhadores migrantes, defender os direitos dos trabalhadores migrantes (Novo Grupo Artístico dos Trabalhadores Migrantes, Festival Cultural)	2002
	Lar dos Trabalhadores Migrantes Green Ground, Xiamen, Província de Fujian	Educação e desenvolvimento de trabalhadores migrantes em indústrias emergentes	2007

(*Continua*)

⁶ Segundo a IFOAM – Organics International, os Sistemas de Certificação Participativa (SCP) são “sistemas de garantia de qualidade com foco local [...] que certificam os produtores com base na participação ativa das partes interessadas e são fundados em confiança, redes sociais e trocas de conhecimento”. Para obter mais detalhes, consulte: <http://www.ifoam.org/fr/value-chain/participatory-guarantee-systems-pgs>.

Categories	Projetos	Objetivos	Ano de início
Rede de Devoção à Terra Natal	Vários projetos de “devoção à terra natal”	Promoção do conhecimento nativo, proteção da cultura rural, formação de pessoal para a reconstrução rural, redescoberta do valor e da beleza do campo	2012
Outras iniciativas	Estúdio de arquitetura ecológica	Trabalho de intelectuais com camponeses para promover a arquitetura ecológica na área rural e na área afetada pelo terremoto	2004
	Seção Chinesa da Global Peace Women	Promoção dos direitos das mulheres e da comunicação entre mulheres de comunidades	2005
	União Green Ground de Pequim	A primeira associação de agricultores produtores de alimentos “verdes” da China	2006
	Cooperativa Green Ground de Pequim	A primeira cooperativa de consumo na China: consumo saudável e comércio justo	2006
	Sociedade Aoxiang da Universidade Silvícola de Pequim	Agricultura no campus, experimento sustentável no campus (Simpósio Nacional de Estudantes Universitários sobre Agricultura no Campus)	2008
	Restaurante comunitário Chongqing Green Ground Dapinghuo	Mobilizar pequenos agricultores locais com o poder do consumo: lavouras ecológicas, vida saudável e comunidade	2012
	Projeto Slow Village	Apoiar os jovens a retornarem às suas aldeias de origem, revitalizando a economia e a cultura rurais, promovendo a “a redução da pobreza direcionada ao campo”	2017

OBS: adaptado do vídeo promocional do NMRR e das informações coletadas das entrevistas.

* Palavras em **negrito** indicam o uso de discursos convencionais.

A Tabela 1 mostra que a maioria dos projetos do NMRR foi lançada após 2003. O estabelecimento, em 2003, do Instituto de Reconstrução Rural James Yen, em Dingzhou, na província de Hebei, foi emblemático do resgate do RRM dos anos 1930. Dingzhou (anteriormente chamado Dingxian), onde os esforços de reconstrução rural de James Yen ocorreram de 1926 a 1937, foi considerada um dos berços do RRM (ver Day, 2013b). A equipe do NMRR não apenas fundou o instituto de reconstrução rural, mas também recuperou Dingzhou como uma zona experimental simbólica para a reconstrução rural. Este “primeiro ano do NMRR” extraoficial também foi marcado pelo estabelecimento de várias cooperativas de agricultores em Henan, Anhui e Hubei, rapidamente seguidas por outros projetos. Alguns projetos anteriores, como a Casa dos Trabalhadores Migrantes de Pequim e algumas cooperativas de agricultores precedentes logo se juntaram à equipe do NMRR. É interessante notar que todas as iniciativas de CSA foram iniciadas após 2008. Embora mais algumas faculdades comunitárias (*shequ daxue*) tenham sido estabelecidas após 2008 para alimentar o objetivo de longo prazo do movimento, de educação civil, as lavouras da CSA tornaram-se os principais projetos do NMRR e atraíram maior atenção do público. Isso suscita a questão de por que e como o envolvimento do NMRR nas RAAs, particularmente nas lavouras da CSA, afetou o desenvolvimento dessas na China.

Desde 2012, as várias iniciativas do NMRR têm trabalhado a campanha “Devoção à Pátria” (*ai guxiang*) para retomar a defesa da reconstrução rural – ou seja, formar uma aliança entre estudantes universitários, “jovens regressados” (pessoas que voltaram às suas cidades natais, vindas dos centros urbanos), trabalhadores migrantes e artistas, e explorar o potencial dessa aliança em facilitar o desenvolvimento rural sustentável. Os principais objetivos dessa campanha são redescobrir e revalorizar o campo, despertando as conexões emocionais com o rural profundamente enraizadas na cultura chinesa e transformando esse complexo nostálgico em uma nova força do NMRR. Mais recentemente, em 2017, o movimento começou a colaborar com a *Slow Food International* para promover a criação de *slow villages* na China. Essa nova iniciativa marca um grande passo da equipe do NMRR para colaborar com o setor privado, a exemplo do setor de serviços alimentares.

Desafios enfrentados pelo novo movimento de reconstrução rural

Conforme discutido em Scott et al. (2018), sob o Estado autoritário na China (ou Estado semiautoritário, ver Ho; Edmonds, 2008), os movimentos democráticos foram, em sua maioria, reprimidos ou exilados, e isso reflete uma fraqueza da sociedade civil chinesa. Ho e Edmonds (2008) cunharam o termo “ativismo embutido” para descrever a situação da defesa de direitos na China. Ainda assim, movimentos sociais como o NMRR desfrutam de alguma liberdade, desde que não transponham a fronteira do poder repressivo do Estado. Portanto, por um lado, os grupos de ação coletiva precisam impor autocensura e despolitizar suas atividades para ficar longe do radar de suscetibilidade política do Estado. Suas estratégias para lidar com o Estado não podem ser antagonicas, para que possam manter sua legitimidade. Por outro lado, os grupos de ação coletiva desenvolveram conexões pessoais informais com o Estado, por meio de servidores aposentados ou organizações estatais, o que lhes concede uma certa liberdade para promover seus objetivos ativistas.

Embora o NMRR não seja um movimento em busca de poder político, ele é inevitavelmente político, uma vez que as forças sociais nesse processo não estão sob o controle total do Estado, mas sob a liderança de um grupo de intelectuais e ONGs. A interação com o Estado em vários níveis é difícil de evitar. Na verdade, apesar de a primeira onda do RRM, na década de 1920, liderada por Liang Shuming, ter tentado excluir o Estado de projetos comunitários, mantendo-se independente dele e trabalhando diretamente com os camponeses, o experimento de Liang com a educação civil, em Zouping, Shandong, na décadas de 1930, nunca poderia ter acontecido sem a assistência do líder militar local (Thøgersen, 2009). Conforme argumenta Thøgersen (2009, p. 29), “uma inquietação geral sobre os atores estatais que manipulam e dominam as comunidades rurais e um sentimento crescente de que os mecanismos clássicos de governo do PCC são incapazes de resolver o problema da construção da comunidade prevalecem no discurso atual sobre a reconstrução rural”. Assim, o NMRR busca constantemente uma alternativa à abordagem hierárquica do Estado para o desenvolvimento rural (Day; Hale, 2007) ou, nas palavras de Pan e Du (2011a), uma alternativa ao “sonho moderno”.

Os movimentos sociais, no “restritivo ambiente político em que várias mudanças socioeconômicas e culturais estão ocorrendo” (Ho; Edmonds, 2008, p. 2), enfrentam vários desafios postos pelo Estado e pela própria sociedade. Como um movimento social que visa combater a ideologia da modernização (Pan; Du, 2011a), o desafio mais fundamental que o NMRR enfrenta reside em sua vontade de explorar uma abordagem alternativa de desenvolvimento rural, que contrasta com a abordagem do Estado, de urbanização, comoditização e mercantilização do rural. Wen Tiejun, o mais renomado defensor do NMRR, observou que a formação e a expansão de capital na história da colonização é a causa da deterioração ambiental na colônia e reflete a teoria da “modernização’ que hoje assumimos como certa” (Wen, 2007, p. 13). As críticas de Wen a ideias de modernidade como privatização, comoditização, mercantilização, globalização, liberalização e democratização são muito semelhantes à tendência de neoliberalização promovida no mundo em desenvolvimento. O NMRR, portanto, questiona a ideia hegemônica de desenvolvimento que tem orientado o desenvolvimento da China desde o início da reforma econômica em 1978 (Day, 2013a).

A “reflexão”, termo usado por Wen (2007), estabelece as bases das experiências sociais do NMRR em nível local, regional e de pequena escala, com foco no empoderamento dos camponeses em meio à onda de globalização, mercantilização e urbanização. A equipe do NMRR acredita que as reflexões críticas sobre, ou a desconstrução da, modernidade e os experimentos sociais do movimento na China rural forjam uma nova compreensão de modernidade – uma “modernidade antimoderna” (ver Wang, 1998) – que abrange a lógica de duas ondas de reconstrução rural (isto é, o RRM e o NMRR).

Argumentamos que o fechamento do Instituto de Reconstrução Rural James Yen, no distrito de Dingxian, província de Hebei, em abril de 2007, refletiu alguns conflitos operacionais e ideológicos entre o NMRR e o Estado. Por três anos e nove meses, os revividos programas de educação civil de James Yen transmitiram não apenas um manifesto ousado de desenvolvimento alternativo, mas também a não conformidade das atividades do NMRR com as trajetórias do Estado. O instituto foi fechado pelo (em nome do) Departamento de Educação da cidade de Dingzhou, sob alegação de que seu funcionamento era ilegal. Um defensor do NMRR observou em nossa entrevista que o modelo de ecoarquitetura do instituto também

foi declarado ilegal pelo governo local. O secretário do partido da vila de Zhaicheng, onde o instituto estava localizado, enfatizou que, embora recebesse enorme atenção e apoio da sociedade, ele não duraria sem um “ambiente político” favorável (Weng, 2008), um ambiente no qual o Estado apoiasse e incentivasse a operação de programas alternativos de desenvolvimento. A oposição do governo local se deu, em parte, pelos valores do instituto – de promover a solidariedade entre os camponeses. Os educandos do instituto, em sua maior parte residentes locais, eram requisitados a exclamar diariamente, antes das aulas, o lema “ser mestres da pátria mudando a nós mesmos, construindo um novo campo através da nossa união” (Xu, 2011). Isso poderia ser interpretado como um sinal de revolução com implicações políticas. Em vez de focar na “modernização da vila” (desenvolvimento econômico), como queria o governo local, o instituto pretendia estabelecer solidariedade e subjetividade camponesas. Isso não oferecia nenhum benefício econômico que pudesse sustentar o apoio do governo local ao antes promissor projeto.

A intervenção do Estado nos programas do NMRR também reflete sua relutância em permitir grandes alianças camponesas, devido às preocupações com a estabilidade social.⁷ Como Thøgersen (2009, p. 30) observou em sua análise, “os agricultores são incentivados a resolver seus próprios problemas através da cooperação intra-aldeia, mas eles não devem se organizar através das fronteiras administrativas [...] eles dependem da boa vontade dos atores estatais”. O secretário do partido da vila de Zhaicheng explicou que a razão subjacente ao fechamento do Instituto de Reconstrução Rural James Yen foi o fato de este ter expandido seu programa educacional para incluir o treinamento cooperativo de agricultores a pessoas de outras partes do país, o que excedeu sua esfera de operações original. A cobertura massiva da mídia sobre a “alternatividade” e a “alteridade” do projeto também pressionou as autoridades locais. Segundo Yu (2011), mais de mil camponeses, líderes de aldeias e voluntários visitaram Zhaicheng para o treinamento e outras atividades. Com todas essas questões políticas em torno do instituto, não foi possível obter o registro oficial depois de 2005.

⁷ A ameaça à estabilidade social percebida pelo governo devido ao afluxo de pessoas também se refletiu nas operações das feiras de agricultores nas cidades. Em nossas entrevistas com um organizador de clube compras, em 9 de abril de 2012, e dois gerentes da Feira de Agricultores de Pequim, uma feira de agricultores ecológicos que faz parte do NMRR, em 3 de abril de 2012, 6 de dezembro de 2012 e 9 de março de 2013 todos enfatizaram o desafio. (Ver Scott et al., 2018, capítulo 7 para detalhes).

Vemos outro motivo crítico para a difícil aceitação do NMRR na sociedade e este é a “disjunção social”, uma situação desafiadora em que a população não enxerga a necessidade ou os benefícios do NMRR. Como um morador da aldeia de Zhaicheng comentou sobre o trabalho do Instituto de Reconstrução Rural James Yen, o “James Yen nos ensinou a ler e promoveu novas variedades de culturas em um momento em que precisávamos (do serviço) mas não podíamos obtê-lo. Os tempos mudaram e as condições não são mais as mesmas, mas eles (o NMRR) têm as mesmas ideias” (Weng, 2008). Essa desconexão entre o NMRR e as necessidades das pessoas é crítica.

A disjunção social é refletida especificamente no trabalho do NMRR de promoção da agricultura ecológica. A tentativa inicial de organizar os camponeses locais para praticar a agricultura ecológica foi árdua. Em 2003, quando o programa começou, apenas quatro famílias dentre mais de mil habitantes da aldeia de Zhaicheng aderiram ao experimento ecológico após o instituto ter proposto subsidiar 200 CNY por cada mu (199,4 USD por acre) de terras agrícolas. Os moradores locais ridicularizaram os métodos de agricultura ecológica que abandonavam fertilizantes sintéticos, pesticidas e herbicidas químicos e temiam que as pragas dos lotes da agricultura ecológica causassem danos às suas culturas (Lin, H., 2008). A prática da agricultura ecológica foi rotulada como um plano irrealista, trazido por um grupo de idealistas que não estavam familiarizados com a agricultura prática na região. Em nossa entrevista com um dos principais defensores do NRR, ele narrou a história de um burro que, mais tarde, se tornou o símbolo da CSA líder na China (a Fazenda Little Donkey).

Meus dez anos de trabalho no NRR me ensinaram uma lição: os problemas ecológicos da China rural não são problemas técnicos, estão intimamente relacionados ao amplo contexto socioeconômico. Deixe-me contar uma história sobre um burro... Nós o tratamos como um símbolo da agricultura ecológica e um desafio à agricultura baseada no petróleo, porque é um símbolo do uso de mão de obra animal em vez de combustíveis fósseis. No entanto, quando começaram a criar o burro na província de Hebei, em 2005, recebemos objeções de moradores que desejavam poder trazer tecnologia agrícola mais moderna e acreditavam que um burro é um símbolo de atraso. Depois que trouxemos o burro para Pequim, em 2008, pensamos que seria uma boa ajuda para a agricultura ecológica. No entanto, como não havia lugar para cortar o casco do burro e nenhum camponês que soubesse prendê-lo, ele se tornou inútil e mais tarde apenas um símbolo. O constrangimento sobre o burro mostra que, se você deseja alterar o sistema atual,

é necessário alterá-lo total e fundamentalmente. (Entrevista com pessoa-chave do NMRR em Chongqing, China, 6 de maio de 2012).

O “dilema do burro” fez a comunidade do NMRR perceber que o desafio de implementar a agricultura ecológica na China vai além da lavoura. É um desafio integral, que envolve não apenas desafios técnicos na agricultura, mas também aqueles intrínsecos à sociedade. Os camponeses se recusaram a arar com burros porque, por meio de outra educação, foram ensinados que o sistema agrícola tradicional associado ao burro era atrasado e precisava ser substituído pela agricultura moderna e de alta tecnologia (Schneider, 2015). A agricultura baseada em petróleo tornou-se uma norma agrícola e um símbolo de “boa agricultura” que persiste na mente dos camponeses chineses, mesmo daqueles que não têm acesso às tecnologias modernas.

Os mal-entendidos não se limitaram aos moradores locais – os habitantes da cidade também não conseguiram entender os defensores do NMRR, em razão de uma noção preconcebida, ou de “senso comum”, de que os professores das “torres de marfim” não trabalham diretamente com camponeses humildes no campo. No entanto, essa percepção foi fortemente contestada por uma notícia, em 2006 – “professores que vendem arroz”. He Huili, professor associado da Universidade de Agricultura da China e defensor do NMRR que organizou a cooperativa de agricultores na vila de Nanmazhuang, província de Henan, tentou vender, em Pequim, arroz sem riscos produzido por esta cooperativa. Apesar do apoio de Wen Tiejun, no começo a venda não foi tranquila. A inconsistência entre o respeitado título de “professor” e o mundano “vendedor de arroz” criou material para uma cobertura da mídia geralmente satírica, abrindo espaço para questionamentos. He Huili e Wen Tiejun foram criticados por não obedecerem aos princípios da economia de mercado e por seu comportamento “antimercado” (Tong, 2006; Wang, 2006). Nossas entrevistas revelaram que eles foram enganados e perderam sua primeira venda, quando o arroz foi entregue, mas não foi pago.

A desconexão entre a imagem ideal de agricultura do NMRR e a imagem estereotipada e desejo consolidado por modernidade prevalentes na sociedade chinesa revela um sério desafio aos projetos de desenvolvimento rural liderados por intelectuais. Considerando-se as intervenções do Estado, o obstáculo torna-se ainda mais difícil de ser superado. No entanto, a rápida mudança em curso na sociedade chinesa ofereceu ao NMRR uma oportunidade de obter o apoio de camponeses e cidadãos e, em certos casos, até do Estado. A próxima seção analisa como o NMRR lidou com esses desafios usando estratégias portadoras de ideias de desenvolvimento convencionais consistentes com a vontade do Estado. Sustentamos aqui que as RAAs, es-

pecialmente as CSAs, foram empurradas por escândalos alimentares para a linha de frente do NMRR. As RAAs tornaram-se uma ferramenta eficaz para o movimento realizar suas experiências alternativas de desenvolvimento rural e, ao mesmo tempo, obter apoio público.

Lidando com o Estado e o contexto social com a promoção de redes alimentares alternativas

“Aquele que compreende os tempos é um grande homem”. Esse ditado, adotado como lema por muitos chineses, é facilmente usado para usar forças estruturais rígidas como desculpa conveniente para o fracasso, ao mesmo tempo em que se reconhece os impactos negativos das condições sociopolíticas. Ao reconhecer na agenda de desenvolvimento rural do Estado a forte orientação para a modernização (incorporando tendências à urbanização e industrialização), a equipe do NMRR precisou usar estratégias adaptativas para lidar com esse arranjo estrutural. Assim, desenvolveram táticas apropriadas para capturar, manipular e aplicar importantes iniciativas estatais e, assim, alcançar seus próprios objetivos. Esta seção ilustra essas abordagens a partir de duas dimensões. Uma é a do uso pelo NMRR de discursos convencionais para justificar e promover politicamente iniciativas alternativas; a outra é a da construção de um relacionamento harmonioso com o Estado, pela busca por interesses comuns.

Usando discursos convencionais

Ao justificar a lógica alternativa do NMRR, Wen (2007) argumenta que a modernização ocidental baseada em trezentos anos de colonização não pode ser replicada na China e, portanto, não é um conceito “científico” que possa orientar o desenvolvimento chinês. O conceito de modernização tem sido desconstruído de várias maneiras nos estudos de desenvolvimento (ver Nederveen Pieterse, 2010), embora não se tenha feito ainda uma análise que questione sua “cientificidade”. Esse novo e peculiar ângulo de desconstrução da modernização faz muito mais sentido quando associado ao *slogan* político “abordagens científicas ao desenvolvimento”. Em 2007, o Partido Comunista Chinês, sob o comando de Hu Jintao, resumiu a ideia orientadora do desenvolvimento do país como “abordagens científicas para o desenvolvimento” (*kexue fazhan guan*), atribuindo forte significado e uma posição central ao termo *kexue* (científico) nas políticas de desenvolvimento

e exigindo que o governo, em todos os níveis, formulasse políticas com base na premissa de que fossem “científicas”. Mais tarde, isso foi incorporado aos estatutos do PCC como uma ideologia orientadora do trabalho do partido. Assim, a análise da cientificidade da modernização ocidental torna-se relevante e significativa no contexto político chinês.

Tentativas de enfatizar a relevância política do NMRR também estão representadas pela no modo como He Xuefeng, outro importante defensor do movimento, reinterpreto o termo “socialista” na campanha da nova construção socialista do campo para incluir valores mais brandos promovidos pelo NMRR. He X. (2007, p. 30) argumenta que

a palavra “socialista” no novo campo socialista não é uma palavra vazia, mas de grande importância. *Fatores não mercantis podem ser mobilizados nas aldeias* para a construção social, cultural e organizacional no meio rural, o que pode resultar em um grande aumento dos *benefícios não econômicos para os camponeses*. Além da renda econômica, os camponeses podem também obter benefícios culturais e sociais, bem como benefícios em termos de *decência e dignidade*.” (Ênfase adicionada).

Essa é uma forte réplica à tendência de simplificação excessiva dos *sannong* como uma questão econômica nas abordagens de desenvolvimento convencionais.

Reconhecendo o poder do discurso para conferir uma base política sólida às suas iniciativas, a equipe do NMRR adota termos do discurso dominante para promover seus experimentos alternativos e de base comunitária. A Tabela 1, na qual os objetivos e as descrições dos projetos foram traduzidos diretamente de seus materiais de divulgação, destaca algumas de suas manipulações de palavras comuns (frases em negrito). Por exemplo, a zona experimental de Wujin afirma “desenvolver experimentos com civilização ecológica, cultura rural e construção de um novo campo”. O termo “civilização ecológica” tornou-se um jargão, em 2012, depois de ter sido incluído no 18º Congresso Popular como uma das cinco principais metas de desenvolvimento da China.⁸ Embora as políticas oficiais guiadas por esse conceito tenham sido limitadas e o Estado ainda hesite em promover a agricultura ecológica em larga escala (Scott et al., 2014), o experimento de lavouras ecológicas conduzido pelo NMRR em Wujin captou a importância do discurso. Observa-se até mesmo o uso de “construção de um novo campo”, em lugar de “nova reconstrução rural” para obter um certo grau de relevância

⁸ As outras quatro são de construção econômica, política, cultural e social.

política. Outros exemplos são o uso de chavões políticos como “promover o desenvolvimento científico” e “desenvolvimento urbano-rural harmonioso”.

Buscando um relacionamento harmonioso

O uso do discurso convencional tem sido uma estratégia do NMRR para buscar um relacionamento harmonioso (não antagonico)⁹ com o Estado e a cultura dominante. De fato, a afinidade mais sólida entre o NMRR e o Estado é o objetivo comum de enfrentar a questão dos *sannong*. Em entrevista ao *Southern Rural Daily*, Wen Tiejun manifestou sua inquietação com a radicalidade do termo “reconstrução” (*Southern Rural Daily*, 2005, traduzido do chinês).

O termo internacional comumente usado para o movimento de construção rural é “reconstrução rural” (*xiangcun chongjian*), mas sou uma pessoa moderada e não quero que outros entendam mal ou interpretem mal nossas atividades, por isso falamos de “nova construção rural” (*xin xiangcun jianshe*, evitando o termo *chongjian*), mas a tradução para o inglês ainda é *rural reconstruction* (reconstrução rural).

“Reconstrução” (*chongjian*) implica um processo de desconstrução, revolução e mudanças estruturais, enquanto “construção” (*jianshe*) é um termo simples que não tem conotação forte. Como forma de lidar com as suscetibilidades políticas, traduzir a NRR como “nova construção rural” é delicado, mas perspicaz. A equipe do NMRR enfatizou que sua principal abordagem é “melhoramento” em vez de “revolução” (Pan, 2012), sugerindo novamente sua disposição em manter uma postura moderada.

No simpósio anual da CSA, em 2012, o Centro de Reconstrução Rural da Universidade Renmin da China, juntamente com várias outras instituições acadêmicas, solicitou aos agricultores da CSA a criação de uma “Rede de Cooperação em Agricultura Ecológica” (*shengtai nongye huzhu wangluo*). Essa organização tem como objetivo formar um mecanismo de monitoramento interno e facilitar o fluxo de informações entre os membros da CSA. No entanto, as ações coletivas são frequentemente percebidas como uma ameaça à estabilidade social e à autoridade do Estado na China. Para lidar

⁹ Em entrevista, em 2 de junho de 2012, com um membro do NMRR que trabalhava em uma lavoura em Fujian, na província de Fuzhou, ele afirmou: “contanto que não apelemos às autoridades superiores por direitos, o governo não intervirá em nosso trabalho [...]. Nosso trabalho mais importante agora é treinar um grupo de pessoas talentosas, que estejam familiarizadas com os valores da reconstrução rural e que possam iniciar esse trabalho em outras partes do país de maneira independente, mesmo se um dia nós (o NMRR) formos dispensados”.

com esse risco, Wen Tiejun, o coordenador, expressou o papel da rede de maneira módica.

O que estamos fazendo atualmente é simplesmente a continuação da exploração anterior de um caminho alternativo de desenvolvimento, que ocorreu há quase cem anos. Na verdade, não causamos dano a nenhum grupo de interesse. Também não causamos impactos negativos em nossas políticas atuais [...]. Trata-se (organizar uma rede de cooperação agrícola) apenas de uma pequena atividade que se conforma com nossa grande agenda de civilização ecológica. (Transcrito e traduzido dos comentários de Wen Tiejun no lançamento da Rede Nacional de Cooperação em Agricultura Ecológica, 30 de novembro de 2012).

Outra importante mudança recente que observamos é a renomeação do NMRR em chinês, por razões políticas. Os ativistas com quem conversamos em 2016 e 2017 começaram a se referir ao NMRR como “nova rede de reconstrução rural”, substituindo o termo “movimento” (*yundong*) por “rede” (*wangluo*). Isso reflete claramente que o NMRR procura evitar a suscetibilidade política de “movimento social” na China. Uma das figuras-chave do NMRR afirmou:

Politicamente, na China, o termo “movimento” não é a terminologia que usamos, é (um termo que implica) transformação ou mudança, mudança de sistema [...] rede é um termo neutro. E trata-se realmente de uma rede. Sem posicionamento obrigatório, sem líder nem configuração institucional para a Rede de Reconstrução Rural – sem sede, sem liderança, sem captação de recursos controlada centralmente [...]. Precisamos ser muito estratégicos na China. É muito arriscado ter uma estrutura institucional. A estrutura descentralizada e a ausência de vínculo com uma instituição específica nos fazem mais resilientes. (Entrevista com pessoa-chave do NMRR, em Pequim, 19 de agosto de 2017).

Esses casos representam apenas uma pequena parte dos esforços do NMRR em estabelecer um relacionamento harmonioso com o Estado e o setor privado. Wen Tiejun, a figura principal do movimento, tem sido, de fato, visto como um semioficial que tem um estreito relacionamento com o Estado e cujas propostas podem moldar políticas (Day, 2008). Esse duplo papel apresenta tanto desafios como oportunidades para o *status* do movimento na esfera política. A complexidade de seu relacionamento com o Estado exige que, por um lado, o movimento mantenha um perfil relativamente moderado, enquanto, por outro lado, lidera atividades sociais que buscam abordagens alternativas de desenvolvimento. De que modo esse papel contraditório irá moldar sua atuação ainda se está por ver.

Promoção de redes alimentares alternativas¹⁰

Enquanto o NMRR enfrenta vários desafios impostos pelo Estado e pela sociedade, suas iniciativas com as RAAs têm demonstrado relevância social e política, bem como vitalidade. Esse processo fascinante mostra como um movimento social pode ampliar seus impactos, respondendo oportunamente às mudanças sociais. No caso do NMRR, uma das principais mudanças sociais nos últimos anos foi a perda da confiança por parte da população na segurança dos alimentos, devido a vários escândalos alimentares (ver Pei et al., 2011; Wang et al., 2015). A questão da segurança dos alimentos mudou a maneira como o trabalho de agricultura ecológica e as iniciativas alimentares sustentáveis do NMRR passaram a ser vistas pelo público.

A interessante história do envolvimento do NMRR nas RAAs remonta a 2003, quando o movimento introduziu a produção certificada de arroz sem riscos em Nanmazhuang, na cidade de Lankao, província de Henan. O modelo de produção original da cooperativa de agricultores não tinha uma abordagem eficaz para conquistar a confiança dos clientes. Apesar de ter sido endossado por professores de renome, a sociedade “cínica”, para usar a palavra de um entrevistado, era altamente cética quanto ao arroz produzido, que é mais caro devido ao seu baixo rendimento. No entanto, a situação mudou completamente em 2008, um ano após o fechamento do Instituto de Reconstrução Rural James Yen (que ironicamente falhara em promover a agricultura ecológica na vila de Zhaicheng). O escândalo da melamina, juntamente com outros escândalos de segurança dos alimentos, gerou ansiedade no público em geral. Repentinamente, as pessoas se tornaram extremamente motivadas a buscar alimentos seguros e saudáveis, além de orgânicos e outros tipos de alimentos produzidos ecologicamente que ganharam popularidade entre os consumidores chineses. Foi nessa época que o primeiro projeto de CSA do NMRR – a Fazenda Little Donkey – decolou no subúrbio do Distrito de Haidian, em Pequim. Embora a Fazenda Little Donkey e a Cooperativa de Agricultores de Nanmazhuang seguissem abordagens da agricultura ecológica e fossem coordenadas e endossadas por intelectuais, sua recepção pelo público diferia muito. Um entrevistado, que participou dos dois projetos, reconheceu esse forte contraste em nossa entrevista.

Em 2005, os esforços de He Huili para promover o arroz de Nanmazhuang receberam muita atenção da mídia, mas apenas cerca de um

¹⁰ Sobre o papel do NMRR no desenvolvimento das RAAs na China, ver Si e Scott (2016).

terço da cobertura foi empático, enquanto um terço não tinha posição e outro terço era satírico (ridicularizando a iniciativa). Em 2008, Shi Yan – também uma mulher intelectual que promove a agricultura ecológica – recebeu muita atenção da mídia ao criar a Fazenda Little Donkey, e 99 % da cobertura foi positiva. O que fez a diferença? Foi o surgimento de preocupações com a segurança dos alimentos desde 2008. (Entrevista com uma pessoa-chave do NMRR em Chongqing, China, 6 de maio de 2012).

A Fazenda Little Donkey logo se tornou a CSA líder na China. Nossas visitas a várias lavouras de CSA no país constataram que a Little Donkey era vista por muitos como um modelo e fonte de inspiração.¹¹ A proliferação de CSAs em todo o país resultou em um simpósio nacional anual de CSAs, que teve início em 2010. Mais tarde, a influência da Fazenda Little Donkey extrapolou as CSAs e a agricultura ecológica, pois também facilitou alguns das primeiras feiras de agricultores e clubes de compras na China. Ela tem laços estreitos com a primeira feira de agricultores ecológicos – a Feira de Agricultores de Pequim – e com feiras de agricultores associadas em Xangai, Xi’an, Guangzhou, Tianjin, bem como o Clube de Compras Caituan de Xangai e o Clube de Compras Huilongguan de Pequim. A fazenda foi adotada pelos cidadãos não apenas por suas hortaliças produzidas ecologicamente, mas também em razão de seus lotes para locação,¹² que possibilitam a moradores das cidades espaço para cultivar uma horta.

Embora a fazenda tenha se tornado símbolo de uma iniciativa da sociedade civil na solução de problemas de segurança dos alimentos, é preciso reconhecer o apoio do Estado em seu estabelecimento e desenvolvimento. De acordo com nossas entrevistas,¹³ o governo do distrito de Haidian facilitou o acesso às terras agrícolas e subsidiou a construção da infraestrutura.¹⁴ A Fazenda Little Donkey é oficialmente intitulada como “base integrada de produção, aprendizado e pesquisa, cofundada pelo governo do distrito de Haidian e pela Universidade Renmin da China”. A fazenda recebeu o

¹¹ Entrevistas com fundadores de lavouras de CSA em Changzhou, na província de Jiangsu, em 14 de abril de 2012, em Chengdu, na província de Sichuan, em 26 de abril de 2012, em Chongqing, em 4 de maio de 2012 e em Fuzhou, na província de Fujian, em 2 de junho de 2012.

¹² Entrevista com um arrendatário na Fazenda Little Donkey, em 4 de abril de 2012.

¹³ Entrevistas com um pesquisador em Pequim, em 29 de março de 2012, e com um estagiário na Fazenda Little Donkey, em Pequim, em 4 de abril de 2012.

¹⁴ Uma agricultora da CSA próxima de Nanjing que entrevistamos expressou desapontamento ao descobrir sobre o apoio do governo no estabelecimento e operação da Little Donkey Farm. Ela disse que foi iludida pela imagem pública retratada pela mídia de que a fazenda era uma iniciativa puramente da sociedade civil, o que a levou a subestimar a dificuldade de estabelecer e sustentar uma lavoura de CSA.

apoio do departamento local de agricultura e silvicultura.¹⁵ Outro exemplo de apoio estatal a esse estilo de projeto é a Fazenda Big Buffalo, criada em 2011, como um projeto colaborativo entre a Universidade Renmin da China e o governo do distrito de Wujin, na cidade de Changzhou.¹⁶ A colaboração entre as iniciativas da sociedade civil e o Estado depende de um interesse comum no desenvolvimento da agricultura, especialmente na política do Estado para promover a agricultura multifuncional (agricultura recreativa e agricultura inovadora).¹⁷ Isso cria uma base para o NMRR e o Estado trabalharem juntos.

A crescente inquietação pública em relação à segurança alimentar descortinou um horizonte totalmente novo para o NMRR. As RAAs, especialmente as CSAs, que conquistaram os corações da sociedade e do Estado, tornaram-se ferramentas poderosas para a promoção e implementação das ideias de desenvolvimento alternativas do NMRR. As RAAs ajudam a concretizar os valores idealistas do movimento e a reconectá-lo com as demandas da sociedade. Assim, em meio a visões cínicas e expectativas complicadas por parte da sociedade e do Estado, o alimento surge como uma esperança promissora para o NMRR. A equipe do movimento soube captar o momento oportuno para estabelecer várias outras fazendas de CSA, incluindo a Fazenda Big Buffalo, em Changzhou, na província de Jiangsu, a Fazenda Little Donkey de Liulin, em Pequim e a Fazenda Guxiang, em Fuzhou, na província de Fujian (ver Tabela 1), aproveitando ao máximo a Fazenda Little Donkey como plataforma de educação ambiental voltada a clientes, visitantes, voluntários e agricultores interessados no modelo de CSA. As lavouras de CSA tornaram-se locais muito mais atraentes para a educação civil em comparação aos institutos de reconstrução rural estabelecidos pela equipe do NMRR. Elas oferecem uma chance para os residentes urbanos perceberem de perto o valor da agricultura e “do campo” como um todo, o que dá sustentação a todo o NMRR.

Apesar do sucesso das lavouras de CSA, suas práticas incorporavam tensões e conflitos, alguns dos quais desafiavam os valores do NMRR de justiça social e de resgate da subjetividade dos camponeses. Em lugar de serem

¹⁵ Um organizador de clube de compras que visitamos em Pequim, em 9 de abril de 2012, afirmou que a Fazenda Little Donkey era uma das duas únicas lavouras de onde eles conseguiam alimentos, simplesmente porque era um projeto apoiado pelo governo e, portanto, era confiável.

¹⁶ Nossa entrevista com o gerente da Fazenda Big Buffalo, em 15 de abril de 2012, indicou que o governo local convidou a equipe da Fazenda Little Donkey para iniciar o projeto e construir a infraestrutura da Big Buffalo.

¹⁷ Esses termos referem-se ao agroturismo em rápido crescimento, que incorpora elementos culturais e recreativos à agricultura e a locação de lotes recreativos.

integrados ao processo de tomada de decisão desde o início da operação, os camponeses serviam, em grande parte, como trabalhadores agrícolas contratados que dedicavam seu esforço à lavoura.¹⁸ Durante todo o nosso trabalho de campo, no contexto discursivo de *suzhi* (qualidade), no qual os camponeses são normalmente vistos como tendo baixa “qualidade” (ver Schneider, 2015), eles não tinham a confiança dos consumidores e de alguns iniciadores de RAAs. As lavouras de CSA sob o guarda-chuva do NMRR são, na sua maior parte, empreendimentos de intelectuais com forte perfil empreendedor, nas quais os camponeses são amplamente marginalizados (ver também Schumilas, 2014, p. 167-168).

Implicações políticas do novo movimento de reconstrução rural

A conquista do apoio de consumidores comuns não se traduziu automaticamente em mudanças de políticas e, assim, as interações entre o NMRR e o Estado têm outra faceta – a busca pelo NMRR de mudanças nas políticas. Thøgersen (2009, p. 26) argumenta que o Estado está disposto a cooperar com ativistas acadêmicos porque acredita que eles podem gerar novas ideias e perspectivas. De fato, iniciativas de base e da sociedade civil, que sempre rompem com as regras vigentes, podem transformar-se em políticas futuras no peculiar processo de inovação de políticas da China (Heilmann, 2008a; 2008b).

Um exemplo disso são as experiências de organização de idosos lideradas pelo NMRR (Wang, 2009). He Xuefeng (2007) destacou que o campo poderia contribuir para a estabilidade social, tornando-se um “importante refúgio emocional” para os trabalhadores migrantes nas cidades. O NMRR fortalece a vida social, cultural e espiritual dos camponeses, promovendo a auto-organização (como associações de idosos e grupos artísticos de tradições culturais) (ver Qiu, 2007) que tornam o campo um espaço “significativo” e, portanto, “uma terra natal para a qual se pode retornar” (He, 2007, p. 36). Nesse sentido, o foco da construção rural deve ser a “construção social e cultural” que permita um modo de vida com “baixo consumo e altos benefícios”, em contraste com a política convencional baseada em uma economia de mercado para induzir alto consumo rural.

¹⁸ Entrevistas com um pesquisador em agricultura ecológica em Pequim, China, em 29 de março de 2012 e um estagiário que trabalha na Fazenda Little Donkey, em 4 de abril de 2012.

As implicações políticas do NMRR foram resumidas por Wen Tiejun em sua nova interpretação dos *sannong* baseada na desconstrução da modernização (Wen; Sun, 2012). Os problemas rurais de três dimensões (agricultura, aldeias, camponeses) há muito formam um conjunto de desafios que incluem a manutenção “do crescimento da produtividade agrícola, o desenvolvimento das aldeias e o aumento da renda dos camponeses”. Esses três objetivos de desenvolvimento têm orientado a formulação de políticas e as agendas de desenvolvimento da China para o meio rural. A nova construção socialista do campo, por exemplo, é uma campanha liderada pelo Estado que foi projetada para atender a esses três objetivos. Ao criticar a orientação econômica demasiadamente simplificada e a ausência de preocupações com a sustentabilidade e a justiça social, Wen Tiejun propôs uma nova interpretação dos *sannong*, especificamente no que diz respeito aos três objetivos de desenvolvimento rural. Em contraste com o velho *sannong*, ele interpreta o novo como “a proteção dos direitos dos camponeses, a sustentabilidade e a estabilidade do campo e a ecologização e segurança da agricultura” (Wen; Sun, 2012, p. 11). Essa nova interpretação protege os *sannong* de uma simplificação excessiva com foco econômico e recupera suas múltiplas conotações. Ela destaca o papel do “rural” na estabilidade e na justiça social, bem como na sustentabilidade ecológica, subestimadas ou mesmo ignoradas em políticas anteriores que enfrentam os desafios dos *sannong*.

Perspectivas futuras: movimentos e desenvolvimento rural

Ao analisar a dinâmica relação Estado-sociedade na China, Saich (2000) argumenta que as organizações sociais chinesas geralmente vivem uma relação simbiótica com o Estado. Por um lado, o papel crescentemente importante das ONGs na proteção ambiental e na solução de problemas sociais é reconhecido pelo Estado, que depende cada vez mais dessas organizações para prover serviços sociais; por outro lado, as ONGs precisam do apoio do Estado, ou pelo menos de sua aceitação passiva, para cumprir seus objetivos. A história do NMRR é um exemplo não apenas da relação simbiótica em si, mas também de como essa relação é forjada. É um processo pelo qual o Estado usufrui da sabedoria dos intelectuais, e a organização social aproveita a autoridade do Estado. Essas interações mútuas, no caso do NMRR, refletem-se em suas implicações políticas e também na exploração dos principais discursos e políticas de desenvolvimento. As iniciativas do

NMRR em contextos locais proporcionam vasta experiência na solução de problemas sociais e ambientais que o Estado pode levar em consideração. As críticas quanto à orientação excessivamente econômica da nova construção socialista do campo poderiam, em boa medida, ser enfrentadas com as ações do NMRR de educação civil, organizações sociais dos camponeses, promoção de grupos culturais e promoção da agricultura ecológica. Além disso, o NMRR também toma emprestados discursos políticos propostos pelo Estado, tais como “abordagens de desenvolvimento científico”, “civilização ecológica” e “desenvolvimento urbano-rural harmonioso”, para justificar sua racionalidade política e buscar mais apoio das autoridades. Seus esforços para lidar com o Estado também demonstram a construção de um relacionamento harmonioso com esse, ao evitar termos agressivos e revolucionários, e enfatizar que é um movimento de “melhoramentos” em lugar de um movimento de “revolução”.

As interações entre o NMRR e o Estado exemplificam adaptações e acomodações de arranjos e políticas institucionais em ambas as direções: o NMRR inspirou as agendas de desenvolvimento rural do Estado, pelo menos no que se refere a trazer a importância das questões rurais para o topo da agenda da esfera política e institucional. À medida que o governo chinês torna mais integradas suas agendas de desenvolvimento rural, as experiências do NMRR de enfrentamento aos desafios sociais, culturais e de sustentabilidade oferecem recursos valiosos. Enquanto isso, o NMRR se esforça para se adaptar aos interesses do Estado. Argumentamos que essa acomodação bilateral entre o Estado e o NMRR ilustra uma eficaz estratégia de expansão das iniciativas da sociedade civil no entrincheirado domínio do desenvolvimento rural liderado pelo Estado e, portanto, tem consequências significativas para a expansão de empreendimentos em nível comunitário, local e de pequena escala em vários campos.

Além disso, a complexidade dos contextos sociopolíticos nos quais o NMRR tem impulsionado suas agendas alternativas e, muitas vezes, anti-modernas de desenvolvimento é representada não apenas pelas interações do movimento com o Estado, mas também por suas interações com a sociedade. “Sociedade”, aqui, inclui os camponeses com quem o movimento trabalha diretamente, os residentes urbanos e outros intelectuais que mantêm perspectivas contraditórias sobre seu trabalho. Posicionado no meio da dicotomia sociedade-Estado, o NMRR é altamente dependente do apoio da sociedade para causar impactos políticos, contudo um grande apoio e participação social podem ser percebidos pelo Estado como uma ameaça à estabilidade social. As primeiras tentativas do NMRR de promover a agri-

cultura ecológica, no entanto, encontraram apoio muito limitado entre os camponeses, e mal-entendidos e críticas por parte da população urbana. A situação mudou após escândalos alimentares, em 2008, quando o NMRR iniciou um projeto de CSA – a Fazenda Little Donkey – nos subúrbios de Pequim. O projeto de CSA não foi apenas uma resposta à crise, uma vez que a promoção da agricultura ecológica havia começado muito antes. As sinergias entre o trabalho da CSA e os crescentes temores em relação à segurança dos alimentos tornaram as RAAs ferramentas eficazes na promoção da agricultura ecológica e organização dos camponeses. Ela também permitiu ao público em geral redescobrir o valor do campo, que há muito estava marginalizado no desenvolvimento da economia de mercado.

O envolvimento do NMRR no desenvolvimento das RAAs na China exemplificou um fenômeno interessante, em que as RAAs funcionaram não apenas como instrumento para transformar o sistema alimentar, mas também como um acelerador para o alcance dos objetivos mais amplos de desenvolvimento rural. As RAAs, ao mesmo tempo em que buscam promover o desenvolvimento rural e enfrentar o problema da segurança dos alimentos, abrem um espaço conveniente e promissor para desenvolver a capacidade da sociedade civil, uma vez que se mostram menos antagônicas e politicamente delicadas do que outras iniciativas orientadas para a sociedade. Isso permitiu que o NMRR demonstrasse ao Estado seu potencial na solução de problemas sociais urgentes de maneira não conflituosa. Mais importante, tornou-se um instrumento poderoso para concretizar os, frequentemente criticados, valores românticos e idealistas da nova reconstrução rural, e reconectá-los às demandas da sociedade. Nesse sentido, as RAAs ajudaram o NMRR a construir uma sólida base política e social.

A relação entre as RAAs e desenvolvimento rural é, efetivamente, recíproca. Trabalhando com ativistas de alimentos e organizações não-governamentais, o NMRR conseguiu reunir lavouras de CSA, lavouras ecológicas e outras RAAs sob um mesmo guarda-chuva, graças à sua agenda de desenvolvimento rural alternativo comum. Por um lado, o NMRR tem usado as RAAs para explorar as agendas ambientais e ecológicas do Estado e lidar com as demandas da sociedade por alimentos seguros e saudáveis; por outro, o NMRR criou uma plataforma para a convergência e expansão de RAAs locais específicas e fragmentadas (ver Si e Scott, 2016).

O que é mais promissor para o NMRR é que continuam surgindo oportunidades para o movimento se conectar com as agendas estatais de desenvolvimento e as expectativas da população. Por exemplo, seus esforços em RAAs e agricultura ecológica se encaixam nos ajustes estatais na orientação

para o desenvolvimento do setor agrícola. A “agricultura multifuncional” proposta em 2006, a “civilização ecológica” proposta em 2007 (ver Wen et al., 2012) e as “duas orientações da agricultura” (agricultura economizadora de recursos e ambientalmente correta) proposta pelo governo central indicam uma transformação gradual das políticas do governo no desenvolvimento da agricultura. Em maio de 2015, o governo chinês publicou o Plano Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Sustentável (2015-2030), que especificou as principais metas para o desenvolvimento da agricultura sustentável. Essas mudanças de política coadunam-se com o trabalho do NMRR e, portanto, podem oferecer oportunidades no futuro. Outra oportunidade emergente é o crescente número de migrantes saindo de áreas urbanas na China e retornando para seus lares rurais (ver Démurger e Xu, 2011; Fan, 2008), e que podem se tornar uma força para as iniciativas do NMRR. Nossas entrevistas com agricultores da CSA em Pequim, Xangai e Chengdu revelaram claramente que muitas lavouras de CSA foram estabelecidas por pessoas que retornaram da cidade com conhecimentos e ideias que adquiriram durante sua experiência urbana.

Embora este texto identifique as estratégias do NMRR para lidar com as demandas do Estado e da sociedade, ainda não está claro como essas estratégias moldam suas iniciativas. Como será o NMRR no futuro e se as RAAs o levarão a um movimento de foco alimentar são questões que merecem mais estudos. Apesar das notáveis realizações do NMRR, das oportunidades emergentes com os ajustes das políticas do Estado e das novas tendências da sociedade, ainda não se sabe se o movimento virá a ser o prelúdio de uma mudança de paradigma mais fundamental que conduza a um “novo paradigma de desenvolvimento rural” (ver Goodman, 2004; Watts et al., 2005; Renting; Marsden; Banks, 2003; Marsden; Banks; Bristow, 2000; Tovey, 2009) na China.

As ideias e práticas do NMRR também merecem um novo escrutínio crítico, por não ser um movimento coeso, isento de tensões e contradições. Embora a crise enfrentada pela China rural seja semelhante à de oitenta anos atrás, transplantar as estratégias do RRM diretamente para a China contemporânea é problemático. A infiltração do capital na vida rural camponesa, a orientação de desenvolvimento rural com tendência predominantemente urbana e a crescente preocupação do público com a segurança dos alimentos exigem novas estratégias e táticas por parte do NMRR. Ao examinar as cooperativas de agricultores do NMRR, Hale (2013) argumentou que o movimento, involuntariamente, introduziu “relações capitalistas” em suas práticas cooperativas, o que contradiz seu espírito antimoderno. Conflitos

entre valores capitalistas e os valores alternativos do NMRR têm moldado os seus projetos. Ir contra o processo de urbanização e industrialização confere uma forte característica alternativa ao NMRR, mas também restringe a escala e a influência do movimento no contexto chinês. Além disso, como Yan e Chen (2013) apontaram, o NMRR vê no Estado “o poder público que se eleva acima de vários interesses” (p. 976) e demanda que este restrinja a influência do capital na China rural. Essa dependência do poder do Estado para atingir os objetivos de reforma social reflete, de fato, a faceta simbiótica da relação entre o NMRR e o Estado. No entanto, também põe em questão, fundamentalmente, o grau de liberdade do movimento para exercer seus valores alternativos.

Referências

- AHLERS, A. L.; SCHUBERT, G. “Building a New Socialist Countryside” – only a political slogan? *Journal of Current Chinese Affairs*, v. 38, n. 4, p. 35-62, 2009.
- CENTRAL COMMITTEE OF THE CCP. *Recommendations for drafting the 11th five year plan*. 2005. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/politics/2005-10/18/content_3640318.htm. Acesso em 22 nov. 2013. (em chinês).
- CHEN, B. 2008, The influence of changing peasant values on familial relations: Liwei village, Anhui, *Chinese Sociology and Anthropology*, v. 41, n. 1, p. 30-42.
- DAY, A. The end of the peasant? New Rural Reconstruction in China. *Boundary 2*, v. 35, n. 2, p. 49-73, 2008.
- DAY, A. *The peasant in postsocialist China: history, politics, and capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013a.
- DAY, A. A century of rural self-governance reforms: reimagining rural Chinese society in the post-taxation era. *The Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 6, p. 929-954, 2013b.
- DAY, A.; HALE, M. A. Guest editors’ introduction. *Chinese Sociology and Anthropology*, v. 39, n. 4, p. 3-9, 2007.
- DÉMURGER, S.; XU, H. Return migrants: the rise of new entrepreneurs in rural China. *World Development*, v. 39, n. 10, p. 1.847-1.861, 2011.
- FAN, C. C. *China on the move: migration, the state, and the household*. Nova York: Routledge, 2008.
- GOODMAN, D. Rural Europe redux? Reflections on alternative agro-food networks and paradigm change. *Sociologia Ruralis*, v. 44, n. 1, p. 3-16, 2004.
- GUO, Y. Implications of Liang Shuming’s rural reconstruction practice to the new socialist countryside construction. *Theory Monthly*, v. 4, p. 172-174, 2009. (em chinês)
- HALE, M. *Reconstructing the rural: peasant organizations in a Chinese movement for alternative development*, 2013. Disponível em: <https://digital.lib.washington.edu/researchworks/handle/1773/23389>. Acesso em 30 dez. 2013.

- HAO, Z. *The role of intellectuals in rural development in China: a case study of Pingzhou County in Shanxi Province*, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/12563>. Acesso em 21 out. 2013.
- HE, H. Experiments of new rural reconstruction in Lankao. *Chinese Sociology and Anthropology*, v. 39, n. 4, p. 50-79, 2007.
- HE, H.; CHENG, X.; ZONG, S. An empirical summary of and reflection on the contemporary new rural reconstruction movement: A 10 years' experience in Kaifeng. *Open Times*, v. 4, 2014. Disponível em: <http://www.opentimes.cn/bencandy.php?fid=376&aid=1827>. Acesso em 20 set. 2014. (em chinês).
- HE, X. New rural construction and the Chinese path. *Chinese Sociology and Anthropology*, v. 39, n. 4, p. 26-38, 2007.
- HE, X. The regional variation of rural governance and the logics of peasant action. *Chinese Sociology and Anthropology*, v. 41, n. 1, p. 10-29, 2008.
- HEILMANN, S. Policy experimentation in China's economic rise, *Studies in Comparative International Development*, v. 43, n. 1, p. 1-26, 2008a.
- HEILMANN, S. From local experiments to national policy: the origins of China's distinctive policy process. *The China Journal*, n. 59, p. 1-30, 2008b.
- HO, P.; EDMONDS, R. L. (org.) *China's embedded activism: opportunities and constraints of a social movement*. Londres: Routledge, 2008.
- JACKA, T. Chinese discourses on rurality, gender and development: a feminist critique, *The Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 6, p. 983-1.007, 2013.
- LIANG, S. Our Two Big Difficulties. In: *Complete Works of Liang Shuming*, Jinan: Shandong People's Press, v. 2, p. 573-585, 1936. (em chinês)
- LIN, H. The failure of amelioration? *Southern People Weekly*, 2008. Disponível em: <http://news.sina.com.cn/c/2008-01-22/154214801573.shtml>. Acesso em 13 dez. 2013. (em chinês).
- LIU, S. The unity of rational construction and traditional heritage. *Jiangsu Social Sciences*, n. 1, p. 141-146, 2008. (em chinês)
- MARSDEN, T. K. Agri-food contestations in rural space: GM in its regulatory context. *Geoforum*, v. 39, n. 1, p. 191-203, 2008.
- MARSDEN, T. K.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.
- MARSDEN, T. K.; BANKS, J.; BRISTOW, G. The social management of rural nature: Understanding agrarian-based rural development. *Environment and Planning A*, v. 34, n. 5, p. 809-825, 2002.
- MARSDEN, T. K.; SONNINO, R. Rural development and the regional state: Denying multifunctional agriculture in the UK. *Journal of Rural Studies*, v. 24, n. 4, p. 422-431, 2008.
- NEDERVEEN PIETERSE, J. *Development theory: deconstruction/reconstruction* (2. ed.). Londres: SAGE, 2010.

- PAN, J. Double movement: the rural reconstruction movement in China. *Theses & Dissertations*. Paper 17, 2012. Disponível em: http://commons.in.edu.hk/cs_etd/17. Acesso em 1 dez. 2013. (em chinês).
- PAN, J.; DU, J. Alternative responses to “the modern dream”: the sources and contradictions of Rural Reconstruction in China. *Inter-Asia Cultural Studies*, v. 12, n. 3, p. 454-464, 2011a.
- PAN, J.; DU, J. The social economy of new rural reconstruction. *China Journal of Social Work*, v. 4, n. 3, p. 271-282, 2011b.
- PEI, X.; TANDON, A.; ALLDRICK, A.; GIORGI, L. The China melamine milk scandal and its implications for food safety regulation. *Food Policy*, v. 36, n. 3, p. 412-420, 2011.
- QIU, J. Rural reconstruction and the ruralization of knowledge: qualms and hopes of the Zhaicheng experimental site. *Chinese Sociology and Anthropology*, v. 39, n. 4, p. 80-96, 2007.
- RENARD, M.; GUO, H. Social activity and collective action for agricultural innovation: a case study of New Rural Reconstruction in China, 2013. Disponível em: <http://hal.archives-ouvertes.fr/halshs-00802119/>. Acesso em 4 dez. 2013.
- RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning A*, v. 35, n. 3, p. 393-411, 2003.
- SAICH, T. Negotiating the state: the development of social organizations in China. *China Quarterly*, n. 161, p. 23-141, 2000.
- SCHUMILAS, T. “Alternative food networks with Chinese characteristics”. PhD dissertation, University of Waterloo, 2014.
- SCHNEIDER, M. What, then, is a Chinese peasant? *Nongmin* discourses and agroindustrialization in contemporary China. *Agriculture and Human Values*, v. 32, n. 2, p. 331-346, 2015.
- SCOTT, S.; SI, Z.; SHUMILAS, T.; CHEN, A. *Organic Food and Farming in China*. Top-down and Bottom-up Ecological Initiatives. Londres: Routledge, 2018.
- SCOTT, S.; SI, Z.; SHUMILAS, T.; CHEN, A. Contradictions in state- and civil society-driven developments in China’s ecological agriculture sector. *Food Policy*, v. 45, p. 158-166, 2014.
- SHI, Y. De-labeling: romantic imaginations of big farms and small peasants. *Green Leaf*, v. 11, p. 37-43, 2012. (em chinês)
- SI, Z.; SCOTT, S. The convergence of alternative food networks within “rural development” initiatives: the case of the New Rural Reconstruction Movement in China. *Local Environment*, v. 21, n. 9, p. 1.082-1.099, 2016.
- SOUTHERN RURAL DAILY. Interview with *sannong* scholar Wen Tiejun. 2005. Disponível em: <http://finance.sina.com.cn/review/20050715/19301803006.shtml>. Acesso em 13 set. 2017. (em chinês).
- TAN, T. Paths and social foundations of rural graying. *Chinese Sociology and Anthropology*, v. 39, n. 4, p. 39-49, 2007.

- THØGERSEN, S. Revisiting a dramatic triangle: the state, villagers, and social activists in Chinese rural reconstruction projects. *Journal of Current Chinese Affairs*, v. 38, n. 4, p. 9-33, 2009.
- TONG, D. Congratulations to professor Wen Tiejun for not being able to sell his rice. *China Youth Daily*. 2006. Disponível em: <http://edu.people.com.cn/GB/1055/4019861.html>. Acesso em 13 dez. 2013. (em chinês).
- TOVEY, H. “Local food” as a contested concept: networks, knowledges and power in food-based strategies for rural development. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, v. 16, n. 2, p. 21-35, 2009.
- WANG, H. Contemporary Chinese thought and the question of modernity. *Social Text*, n. 55, p. 9-44, 1998.
- WANG, L. Professor He Huili: why do I have to sell rice? *China Youth Daily*, 2006 Disponível em: http://news.xinhuanet.com/school/2006-01/17/content_4060662.htm. Acesso em 14 dez. 2013. (em chinês).
- WANG, R. Y.; SI, Z.; NG, C.; SCOTT, S. The transformation of trust in China’s alternative food networks: Disruption, reconstruction and development. *Ecology and Society*, v. 20, n. 2, article 19, 2015.
- WANG, X. “Seniors” organizations in China’s new rural reconstruction: experiments in Hubei and Henan. *Inter-Asia Cultural Studies*, v. 10, n. 1, p. 138-153, 2009.
- WATTS, D. C. H.; ILBERY, B.; MAYE, D. Making reconections in agro-food geography: alternative systems of food provision. *Progress in Human Geography*, v. 29, n. 1, p. 22-40, 2005.
- WEN, T. Deconstructing modernization. *Chinese Sociology and Anthropology*, v. 39, n. 4, p. 10-25, 2007.
- WEN, T. *The “sannong” issue and institutional changes*. Pequim: China Economic Publishing House, 2009. (em chinês)
- WEN, T.; LAU, K. Four stories in one: environmental protection and rural reconstruction in China. *East Asia Cultures Critique*, v. 16, n. 3, p. 491-505, 2008.
- WEN, T.; LAU, K.; CHENG, C.; HE, H.; QIU, J. Ecological civilization, indigenous culture, and rural reconstruction in China. *Monthly Review*, v. 63, n. 9, p. 29-44, 2012.
- WEN, T.; SUN, Y. Two transformations at the turn of the century and a new interpretation of the sannong issue. *Inquiry into Economic Issues*, v. 9, p. 10-14, 2012. (em chinês)
- WENG, S. The shutdown of rural reconstruction college: the ending of “new Dingxian experiment”?, 2008. Disponível em: <http://www.eeo.com.cn/eo/jjgcb/2008/01/07/90690.shtml>. Acesso em 13 dez. 2013. (em chinês).
- WU, Y.; HE, X.; LUO, X.; DONG, L.; WU, L. The path and subject of rural governance studies: A response to Ying Xing’s critique. *Chinese Sociology and Anthropology*, v. 41, n. 1, p. 57-73, 2008.
- WU, Y.; LI, D. Twenty years of rural political studies: The rise and fall of a public academic movement. *Chinese Sociology and Anthropology*, v. 41, n. 1, p. 74-99, 2008.

- XU, J. The upheaval between radicalness and conservativeness. In: LI, Shitao (ed.) *The standpoint of intellectuals: the upheaval between radicalness and conservativeness*, Chanchun: Time Literature & Art Press, 2000. (em chinês)
- XU, N. From James Yen to Little Donkey Farm. *China Fortune*, 2011. Disponível em: <http://gcontent.oeeee.com/chinaFortune/b/d4/bd4c9ab730f55132/Article.html>. Acesso em 13 dez. 2013. (em chinês).
- YAN, H.; CHEN, Y. Debating the rural cooperative movement in China, the past and the present. *The Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 6, p. 955-981, 2013.
- YEH, E.; O'BRIEN, K.; YE, J. Rural politics in contemporary China. *The Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 6, p. 915-928, 2013.
- YING, X. Critique of a new trend in villager self-government studies. *Chinese Sociology and Anthropology*, v. 41, n. 1, p. 43-56, 2008.
- YU, Y. Radical ideas and conservative ideas in modern China. In: XU, J. (org.) *Historical ideologies in China in the 20th century* (2. ed.). Shanghai: Orient Press, 2006. (em chinês)
- YU, Y. The return of white collar workers to rural reconstruction: putting an end to the romantic imagination of rural life, 2011. Disponível em: http://zylz.net/zixun/qingchun/3521_2.html. Acesso em 13 dez. 2013. (em chinês).
- ZHANG, Q. F. The political economy of contract farming in China's agrarian transition. *Journal of Agrarian Change*, v. 12, n. 4, p. 460-483, 2012.

Capítulo 12

O enigma da agricultura chinesa: em busca de uma explicação¹

Jan Douwe van der Ploeg

Há várias razões importantes para investigar e tentar compreender a agricultura chinesa. Para começar, ela é o maior “sistema agrícola” do mundo: globalmente, ocupa o primeiro lugar em termos de produção agrícola e abrange mais de 200 milhões de pequenas propriedades. Com apenas 10 % de toda a terra cultivada do mundo, esses pequenos agricultores produzem 20 % do suprimento total de alimentos do mundo. Isso sugere que a agricultura da China tem um desempenho excepcional. No entanto, é preciso estar ciente de que, se algo desse errado nesse sistema agrícola, as consequências seriam catastróficas. A agricultura da China também se destaca por seu impressionante desenvolvimento nas últimas décadas. A produção e a produ-

¹ Este texto tem origem em um livro intitulado *China's peasant agriculture and rural society* (Agricultura camponesa e sociedade rural da China) (Routledge, 2016) que coeditei com Ye Jingzhong. Ele combina fragmentos dos capítulos 1 e 12.

tividade cresceram continuamente e esse crescimento foi acompanhado de uma redução igualmente notável da pobreza rural. Isso sugere que o exemplo da agricultura chinesa também pode ser relevante para além das fronteiras do país, particularmente em locais onde a produtividade não conseguiu acompanhar o crescimento da população, mas também em outros lugares onde a agricultura atingiu um impasse.

Entender a agricultura chinesa exige uma investigação tripla. Por isso é tão difícil e, do ponto de vista intelectual, tão atraente. Primeiro, vem a investigação empírica sobre a agricultura na China. Quais são seus principais componentes estruturais? Quais são as taxas de crescimento da produção e produtividade? Quais são as principais instituições? Questões como essas estão longe de uma resposta fácil, em parte devido ao imenso tamanho da China rural e à sua impressionante heterogeneidade. É difícil, especialmente, porque requer a compreensão de algo que o mundo acadêmico, em geral, representa inadequadamente ou mesmo ignora: o campesinato.

Analisar o desempenho da agricultura da China provoca, quase automaticamente, uma segunda linha de investigação. Como ela conseguiu gerar um crescimento sem precedentes na produção e na produtividade? Como é possível funcionar dessa maneira? Quando vista a partir de uma perspectiva ocidental, o desempenho agrícola da China parece quase impossível. Para o paradigma ocidental do desenvolvimento agrícola,² as realizações da agricultura chinesa parecem ser estruturalmente impossíveis. Sendo assim, a China rural é uma anomalia, um aparente desvio da norma padrão – um desvio que o pensamento convencional consideraria fadado ao fracasso, mas que, na prática, é um sucesso notável. Há várias razões teóricas que levam o paradigma ocidental a ver a agricultura chinesa como destinada ao fracasso. Primeiro, as lavouras são pequenas demais: a posse média é de apenas cinco mu de terra, um terço de um hectare. Isso é microscópico, não apenas do ponto de vista americano, mas também do europeu ou holandês. A lavoura média chinesa é pequena demais para fornecer uma renda aceitável, que dirá para permitir economias. E sem economias não pode haver investimentos, excluindo assim a possibilidade de desenvolvimento da lavoura. Além disso, há um êxodo rural massivo. Estima-se que, atualmente, pelo menos 200 milhões de pessoas, principalmente homens, se deslocam todos os anos das áreas rurais para as urbanas. O resultado é que apenas mulheres e idosos permanecem para fazer o trabalho agrícola. Muitos especialistas consideram

² Estou ciente de que esse paradigma já não se limita ao Ocidente no sentido geográfico. Ele foi adotado e se torna dominante dentro da academia, de think tanks, aparatos estatais e em partes do governo da China. Como explicarei mais adiante, isso pode provocar tensões perigosas.

esse padrão como um enfraquecimento intrínseco da agricultura (UNDP, 2003; Peterman et al., 2010) – a saída de tantos homens certamente não ajuda a fortalecer a agricultura. No final dos anos 1980, Lester Brown escreveu um ensaio intitulado *Who will feed China?* (Quem irá alimentar a China?), um título que reflete perfeitamente o abismo que separa a visão ocidental e a realidade chinesa. Nesse meio tempo, conhecemos a resposta para a pergunta levantada por Lester Brown. Com algumas exceções, principalmente as importações de soja, a China está se alimentando. E faz isso de uma maneira orgulhosa e convincente. A China é agora um importante ponto de referência quando se trata de debates sobre alimentação e agricultura. É isso que desencadeia a segunda investigação: como o aparentemente impossível é alcançado?

Juntas, essas duas perguntas conduzem a uma terceira, focada no porquê. Ela se concentra nas razões que explicam positivamente o desempenho notável, mas, à primeira vista, altamente improvável da agricultura chinesa. Entre os principais ingredientes que, juntos, explicam o enigma estão a natureza camponesa da agricultura na China, a circularidade das relações cidade-campo, o horizonte de relevância usado na pesquisa e desenvolvimento agrícola (que difere notavelmente do usado nas ciências agrícolas ocidentais), a recente virada no viés urbano³ e a onipresença dos mercados. Este último ingrediente pode surpreender muitos leitores. De acordo com a visão do Ocidente, a agricultura ocidental é orientada para o mercado e a sociedade ocidental é governada por mercados (especialmente nesta era neoliberal). No entanto, não devemos esquecer que, na realidade, o “mercado” no Ocidente é apenas uma fachada para grandes corporações e supermercados que controlam as muitas transações que trazem bens e serviços dos produtores aos consumidores. Mercados “reais”, onde muitos compradores encontram muitos vendedores e onde uma “mão invisível” define preços, volumes e fluxos, estão em declínio há várias décadas e agora estão distantes do principal local

³ Em termos gerais, a agricultura da China foi seriamente drenada pela economia urbana e pelo Estado entre 1948 e 2004. As reformas do final da década de 1970 e do início dos 1980 diminuíram um pouco a pressão sobre a agricultura, embora o saldo geral permanecesse altamente negativo até por volta de 2004. É somente através da migração de mão de obra que surge um fluxo inicial e limitado de recursos das cidades para as aldeias. A crescente agitação social, especialmente relacionada aos desequilíbrios cada vez maiores entre o urbano e o rural, levou a outro conjunto de reformas em 2004. Essas incluíram a abolição dos impostos agrícolas, o que ajudou a impulsionar uma drástica reversão no fluxo de recursos. O *slogan* das reformas de 2004 – “A agricultura contribuiu muito, é chegada a hora de devolver um pouco” – não estava de todo equivocado. Para uma abordagem detalhada, consulte Ye, Rao e Wu (2010) e Ye (2015).

de transações (Winders, 2009). Por outro lado, na China, eles são abundantes – e isso tem um impacto inegável e positivo.

De pequena escala, mas prosperando

A natureza e a dinâmica excepcionais da agricultura da China vêm claramente à tona quando a comparamos à agricultura na África Subsaariana (SSA). Como mostra a Figura 1, a China registrou um impressionante crescimento agrícola nos últimos sessenta anos. Em preços constantes (isto é, após correção pela inflação), o valor total da produção agrícola aumentou cinco vezes entre meados da década de 1950 e o início dos anos 2000 (dados derivados de Li et al., 2012). Desde o início dos anos 1980, tanto a produção quanto a produtividade total dos fatores continuaram crescendo a uma taxa sem paralelo em outros lugares. Durante o mesmo período, a África mostrou estagnação e declínio. A produção *per capita* diminuiu continuamente ao longo de décadas sucessivas. Há quase três décadas atrás, Mahmood Mamdani (1987) se referiu à “falta de uma revolução agrícola” como explicação para essa estagnação crônica. Qualquer que seja o motivo do atraso na África, a China experimentou um notável crescimento agrícola. A China e sua trajetória agrícola diferem diametralmente da experiência da África.⁴

O contínuo crescimento da agricultura na China acompanhou a impressionante redução da pobreza, que novamente contrasta de forma notável com o que aconteceu na África Subsaariana. Como mostra a Figura 2, a pobreza foi amplamente reduzida na China, em termos absolutos e relativos. A taxa e a extensão de redução da pobreza são incomparáveis. Gulati e Fan (2007, p. 17) referem-se a isso como “uma conquista sem precedentes na história do desenvolvimento de qualquer país”. Por outro lado, na África Subsaariana, a pobreza é “um transtorno persistente” (Li et al., 2012:1), ou como Henley e van Donge (2013, p. 28) colocam “ela [ou seja, a pobreza] ainda é a norma”. Em termos relativos, a pobreza permaneceu mais ou menos no mesmo nível nas últimas décadas. Em termos absolutos, no entanto, o número de pobres quase dobrou: passou de 167 milhões para 298 milhões.

⁴ De modo mais geral, os setores agrícolas do sudeste da Ásia (sem a China) também apresentam desempenho melhor do que os da África Subsaariana (Berendsen et al., 2013). A China, por sua vez, tem um desempenho melhor do que o sudeste da Ásia. Ela também tem um desempenho muito melhor do que a Índia (Gulati; Fan, 2007).

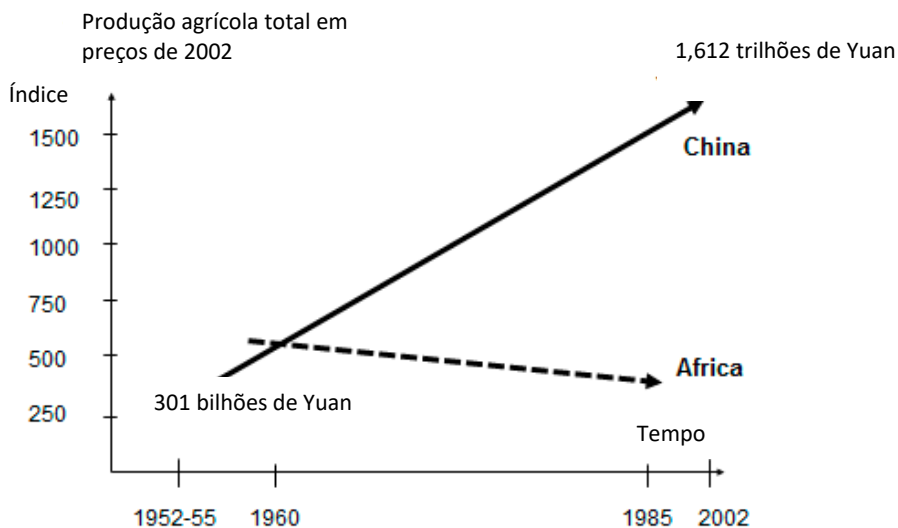


Figura 1. Padrões de crescimento agrícola na China e na África Subsaariana.

Fonte: Adaptado de Li et al., 2012.

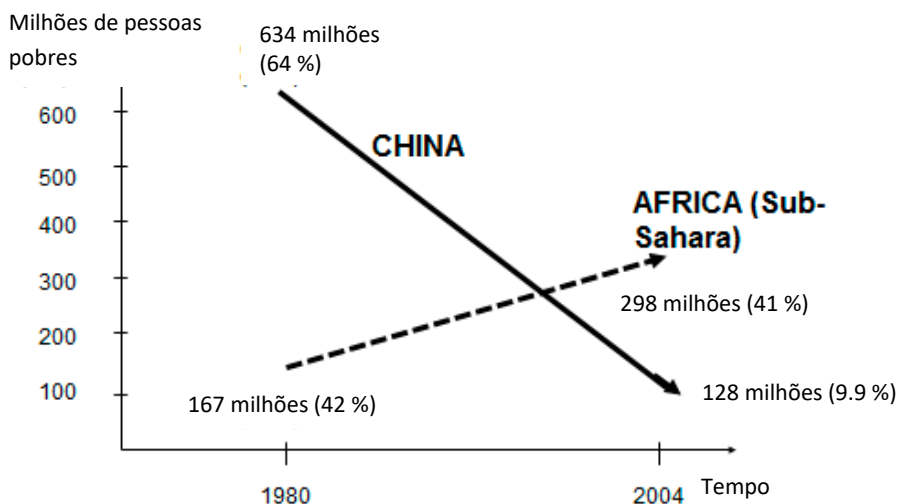


Figura 2. Padrões contrastantes da redução da pobreza.

Fonte: Adaptado de Li et al., 2012.

No entanto, há também um lado negativo evidente. O rápido desenvolvimento da agricultura chinesa é, até certo ponto, baseado na degradação. Em primeiro lugar, ele se baseia na degradação ecológica: extensos ecossis-

temas têm sido afetados negativamente – às vezes de modo irreversível: os aquíferos de água doce estão sendo esgotados e há uma extensa contaminação devido ao uso generalizado de agroquímicos (Rampani, 2006; Zhang et al., 2015). Essas práticas têm possibilitado ganhos rápidos em produção e produtividade, mas a um preço muito alto – um que bem pode obstaculizar o desenvolvimento futuro. Esforços gigantescos têm sido feitos para reverter essas tendências negativas e reparar pelo menos parte dos danos. Se conseguirão ou não, ainda não se sabe. Em segundo lugar, há uma degradação sociocultural: alcançar essas notáveis taxas de crescimento impôs enormes dificuldades para os muitos milhões envolvidos. Para as mulheres e idosos “deixados para trás”, que tiveram de assumir a maior parte do trabalho na agricultura, e para os filhos que não veem seus pais por longos períodos (Ye et al., 2013). Essa mesma degradação sociocultural faz com que a agricultura pareça extremamente desinteressante aos olhos de muitos jovens, o que evidentemente ameaça a continuidade a longo prazo da própria agricultura. É preciso ter em conta também as dificuldades e o sofrimento dos homens. Eles migram temporariamente de suas aldeias para as cidades e indústrias, para ganhar o dinheiro necessário para financiar o crescimento da agricultura e manter suas famílias. Ao fazê-lo, muitas vezes precisam enfrentar condições de trabalho perigosas e longas jornadas, insegurança de pagamentos e, por fim, mas não menos importante, solidão. Em terceiro lugar, ocorre uma deterioração demográfica. Embora as famílias camponesas pudessem ter dois filhos, o desenvolvimento demográfico produziu (em conjunto com as dificuldades da vida no campo) um enorme risco para o futuro próximo: ainda haverá pessoas para se dedicarem à agricultura? Finalmente, há uma quarta forma de deterioração – uma que se estende aos grandes centros urbanos e neles se materializa. Ela se traduz na persistente degradação dos alimentos que resulta em repetidos escândalos alimentares que, às vezes, resultam em muitas mortes (inclusive muitas crianças e bebês mortos ou com sequelas permanentes).

Não há dúvida de que o sucesso da agricultura chinesa se deve, em parte, a essas diferentes formas de degradação. Mas em outras partes do mundo também ocorreu (e ainda ocorre) considerável degradação. Na África Subsaariana há degradação sem crescimento agrícola e sem redução da pobreza. Portanto, a necessidade de explicar o desempenho do setor agrícola da China e seu sucesso na redução da pobreza segue uma questão central – pois não pode ser explicada apenas como uma consequência da múltipla degradação, de caucionar o capital ecológico e social na busca por um crescimento rápido.

A dificuldade de encontrar uma explicação

Como antes apontado, à primeira vista, todas as probabilidades contradizem a agricultura da China, e não apenas porque a lavoura média é “pequena demais”. Vários outros fatores se mostram altamente adversos a qualquer padrão consistente e contínuo de desenvolvimento (ver Tabela 1 para uma visão geral). Fazendo eco a Donaldson (2001, p. 36), podemos nos referir à agricultura da China como um “padrão intrigante [que ainda] permanece um mistério”. Além de serem de pequena escala (o que supostamente exclui investimentos e a aplicação de novas tecnologias), os envolvidos na agricultura não a percebem como uma “atividade econômica”. Antes, a experienciam e organizam como um “modo de vida”. Na visão ocidental, essa postura está associada ao atraso e à ineficiência. Onde está a busca pela maximização dos lucros? Os agricultores chineses não seguem a “lógica do mercado” ao organizar e desenvolver suas lavouras. Além disso, os homens, ou seja, a parte principal da força de trabalho, migraram para longe, restando apenas mulheres e idosos. Isso geralmente é visto como mais uma desvantagem. Assim, existe uma extensa lista de obstáculos: alguns localizados no nível de lavouras e domicílios agrícolas individualmente, outros situados no nível do setor agrícola como um todo, e outro conjunto de obstáculos é encontrado no nível da estrutura de apoio – a estrutura institucional necessária para o bom funcionamento da agricultura (ver Tabela 1).

As variáveis apresentadas na Tabela 1 não podem ser entendidas como simples dicotomias. Antes, elas representam inúmeras escalas, que admitem extremos, mas também muitas posições intermediárias. Acima de tudo, não devem ser entendidas como variando entre “ruim” para “bom” (ou vice-versa).

No entanto, a maneira ocidental de pensar agricultura, cultivo e agricultores normalmente enquadra essas questões de maneira altamente normativa. É precisamente essa estrutura normativa que distorce nossa compreensão da agricultura da China, que, pelos padrões ocidentais mal deveria existir, e muito menos estar prosperando. No pensamento ocidental, o lado direito da Tabela 1 representa “superioridade”, enquanto o lado esquerdo equivale a “inferioridade”. Cada variável na coluna da esquerda deveria provocar um desempenho abaixo do ideal. Juntas, essas características deveriam causar um desastre. E, no entanto, embora todas essas características sejam muito evidentes na agricultura chinesa, o desempenho desta última está longe de ser desastroso. Na verdade, parece funcionar muito melhor do que muitos outros sistemas agrícolas do mundo. Mais uma vez, esse é o enigma que precisa ser explicado.

Tabela 1

As muitas “desvantagens” enfrentadas pela agricultura chinesa

	Características da agricultura da China	Condições consideradas necessárias para o crescimento contínuo	Nível
1	Pequena escala	Larga escala	Lavoura
2	Agricultura como modo de vida	Agricultura como atividade econômica	Lavoura
3	Migração temporária	Agricultura em tempo integral	Lavoura
4	Intensificação baseada no trabalho	Intensificação impulsionada pela tecnologia	Lavoura
5	Multifuncional	Especializada	Lavoura
6	Feminino	Masculino	Lavoura
7	Forte influência das políticas	Sem distorção dos mercados	Setorial
8	Tendências evolutivas parecem ser caóticas	Desenvolvimentos são claramente delineados e planejados	Setorial
9	A agricultura como um todo é heterogênea	A agricultura é padronizada	Setorial
10	A população camponesa não é “registrada”	Os agricultores são regulamentados	Setorial
11	Reciprocidade é fundamental	Disponibilidade de trabalhadores especializados e assalariados	Estrutura de suporte
12	Crédito informal	Setor bancário forte e acessível	Estrutura de suporte
13	Depende de novidades que surgem no campo	Pesquisa e desenvolvimento (P&D) fortemente desenvolvidos	Estrutura de suporte
14	Multiplicidade de mercados	Mercado global e fortes cadeias de valor	Estrutura de suporte
15	Cozinha camponesa (incluindo consumo modesto de carne)	Comida de conveniência (centrada em altos níveis de consumo de carne)	Sociedade
16	Desdém cultural pelos camponeses	Os empresários agrícolas têm um status elevado	Sociedade

Fonte: Elaboração própria.

Há várias questões subjacentes a tudo isso. A primeira é que essas diferentes variáveis não são independentes umas das outras. Não se trata de diversas causas isoladas que, juntas, constituem uma agricultura eficiente e

próspera (ou o oposto). Existem interações ou, mais precisamente, *múltiplas causas*. Tomemos um exemplo da saúde. Todos sabemos que trabalhar em um ambiente com muita poeira faz mal à saúde humana, pois causa danos aos pulmões. Trabalhar em um ambiente úmido também pode ser prejudicial. No entanto: se pequenas gotas de água são pulverizadas em um ambiente com muita poeira no ar, isso pode ter um efeito positivo: as gotas captam e neutralizam as partículas de poeira. Este é um exemplo de causa múltipla: dois “fatores negativos” interagem e se neutralizam.

Existe a possibilidade de causação múltipla em se tratando das variáveis sintetizadas na Tabela 1. Não estamos olhando para um modelo monocausal em que causas isoladas simplesmente se somam. Ao contrário, podem ocorrer interações complexas que resultam em efeitos inesperados. Uma *combinação* cuidadosamente construída de, digamos, emigração temporária de homens e a centralidade das mulheres na agricultura pode vir a ser um poderoso propulsor do desenvolvimento agrícola – especialmente quando se traduz em intensificação do trabalho e se baseia na produção de inovação.

Em segundo lugar, é preciso lembrar que sistemas agrícolas particulares são sempre, e em toda parte, estruturados de maneiras específicas que refletem (pelo menos em parte) uma forma específica de pensar a agricultura. Por sua vez, esse modo de pensar (cujo núcleo pode ser tipificado como um “paradigma”) ajuda a estruturar o desenvolvimento futuro dos sistemas agrícolas específicos. Assim, as formas e dinâmicas específicas da agricultura podem ser vistas (novamente, pelo menos em parte) como uma expressão sociomaterial do paradigma subjacente – na medida em que esse paradigma é informado e reproduzido por meio de práticas sociomateriais predominantes.

Isso se aplica tanto à agricultura ocidental como à chinesa. A questão é que os paradigmas subjacentes diferem enormemente. O lado direito da Tabela 1 sintetiza as principais características do paradigma ocidental. Nesse paradigma, a agricultura é vista, em primeiro lugar e principalmente, como uma atividade econômica: governada por um cálculo econômico que se concentra na maximização do lucro e da renda (ver linha 2 da Tabela 1). Consequentemente, a lavoura é, acima de tudo, uma empresa liderada por um empresário (agrícola). Essa visão é fortemente internalizada pelos agricultores de hoje no Ocidente: eles enxergam sua fazenda principalmente como uma empresa estruturada de acordo com a lógica do mercado. E onde e quando não for esse o caso, a agricultura é considerada de “menor qualidade”.

Por outro lado, os camponeses chineses não veem suas lavouras como empresas, representando, principalmente, uma atividade econômica. No idioma chinês sequer existe um termo inequívoco para “empresa agrícola”.

Nongmin (农民) refere-se claramente ao camponês (ou agricultor), assim como *nongye* (农业) refere-se à agricultura em termos gerais. No entanto, não existe um conceito claro que descreva e especifique a empresa agrícola como tal. O termo que mais se aproxima é *guorizi* (过日子), no qual o primeiro caractere se refere ao movimento no tempo e os dois últimos à vida cotidiana. Isso sugere a noção de *meio de vida* (rural) ou de *rotina do agricultor*. Às vezes, as pessoas dizem: “minha empresa é minha vida cotidiana”. O trabalho e a vida estão enlaçados, um e outro são o mesmo. Agricultura é “o que você faz”, é, por assim dizer, “sua vida, sua existência e sua identidade”. As pessoas esperam que a agricultura lhes forneça comida suficiente, um preço atrativo para os produtos que levam ao mercado (para que possam comprar outros produtos) e uma prole com a promessa de continuidade da linhagem familiar.

Isso não invalida a *raison d'être* das lavouras chinesas. Elas são muito reais – cada uma é um conjunto específico de campos, cada uma tem sua história específica e seus limites, que, às vezes, são intensamente disputados. Além disso, cada gleba de terra também possui um certo número de animais, uma reserva de ração e forragem para passar o inverno, disponibilidade de sementes, o direito de uso da água, a disposição dos membros da família (e amigos) de participar do processo de trabalho etc. Cada domicílio agrícola também possui um conjunto de habilidades acumuladas e está inserido em uma complexa rede de relações, incluindo a capacidade de se envolver em relações de mercado. Finalmente, há a expectativa de que, através do trabalho duro, algum progresso material possa ser conquistado. Sob todos esses aspectos, cada lavoura é muito real. No entanto, não é percebida nem organizada como empresa. As lavouras são percebidas e definidas em termos sociológicos, e não em termos econômicos estritos. Isso reflete um modo de ver (e entender) a terra e a agricultura como *partes integrantes da vida social*. A terra não é vista como estabelecida exclusivamente, ou mesmo principalmente, em uma esfera econômica que é cuidadosamente apartada da esfera das relações sociais.

As práticas agrícolas são compreendidas como parte integrante dos meios de subsistência rurais. Isso, é claro, não significa que os agricultores chineses não estejam interessados em ganhos econômicos (ou, nesse caso, não estejam preocupados com custos). Nem implica que eles não tentem tirar o melhor proveito de suas atividades. O ponto é que essas atividades não são entendidas como parte integrante de uma empresa e não são gerenciadas como uma.

Da perspectiva ocidental da agricultura, todas as variáveis mostradas na Tabela 1 vão do “atraso” (coluna da esquerda) à “modernidade” (coluna da direita) e isso reflete, pelo menos em parte, a lógica da agricultura ocidental. A

visão ocidental e, especialmente, o paradigma agrícola nela implícito são fortemente baseados na linearidade: de que a história só prossegue em uma direção. Isso também se aplica ao presente e ao futuro. Essa abordagem exclui a possibilidade de que as características listadas na coluna da esquerda também representem valores positivos (especialmente quando considerados em conjunto).

Lições a serem aprendidas da agricultura chinesa

A agricultura da China e seu recente desenvolvimento mostram que a produção e o suprimento de alimentos podem ser modelados de formas radicalmente distintas da lógica férrea sugerida pelo paradigma ocidental. Ela mostra que não existe uma maneira única e linear de desenvolver a agricultura e o abastecimento alimentar – há, ao contrário, uma pluralidade de alternativas possíveis.

A experiência chinesa destaca de maneira convincente várias dessas possibilidades e, ao mesmo tempo, mostra sua viabilidade. Essas possibilidades estão resumidas na lista a seguir.

1. É possível combinar crescimento agrícola e alívio da pobreza (em lugar de tornar o crescimento agrícola um processo seletivo que empobrece muitos e beneficia apenas alguns).
2. É possível envolver toda a população rural em processos transitórios (incluindo reformas agrárias) que resultam em aumento da produção, renda mais alta e uma área rural mais atraente (em vez de retirar grandes segmentos da população da agricultura e transformar o campo em uma monocultura sem atrativos).
3. A intensificação baseada no trabalho pode alcançar resultados produtivos comparáveis, se não superiores, aos decorrentes da intensificação baseada em tecnologia.
4. As mulheres podem desempenhar um papel importante na continuação e desenvolvimento da produção agrícola.
5. O êxodo rural não sugere necessariamente um enfraquecimento da agricultura, desde que esteja inserido um sistema circular que conecte as economias rurais e urbanas.
6. A multifuncionalidade não é um “luxo” que apenas países ricos podem pagar. Nos países em desenvolvimento, pode ser um veículo poderoso para fortalecer a agricultura camponesa e de pequenos agricultores.
7. As sociedades em que as relações de produção capitalistas são hegemônicas também podem ter setores significativos da economia que

não sejam capitalistas. Esses setores podem ser mais produtivos e mais atrativos do que seriam se as relações capitalistas prevalecessem.

8. Embora o senso de pertencimento pareça se contrapor à noção de globalização, ele também pode representar uma poderosa força produtiva. Isso se aplica especialmente à relação entre “homem” e terra.
9. As grandes metrópoles não precisam de cultivos em larga escala para seu abastecimento de alimentos. Elas podem muito bem ser alimentadas por camponeses e pequenos agricultores, desde que exista uma estrutura de comercialização adequada.
10. Nesse sentido, é preferível a presença de mercados inseridos em uma infraestrutura sociomaterial adequada, em lugar de um mercado dominado por cadeias de valor.
11. As aspirações emancipatórias das famílias camponesas são o principal motor do crescimento agrícola sustentado e da segurança alimentar.
12. A agricultura camponesa não está estagnada. Ela se renova constantemente.
13. A polêmica entre pequenas ou grandes lavouras não é a questão decisiva. As questões primordiais são: o que é feito com a terra, por quem e para quem, e quem ou o que está no comando. Igualmente importante é a questão do que é feito com a riqueza social produzida pela agricultura.
14. Mediante métodos sustentáveis e de mão de obra intensiva, as pequenas propriedades podem obter altos níveis de produção e produtividade e, se as relações cidade-campo forem favoráveis, também podem gerar rendas aceitáveis.
15. Portanto, insistir em que determinadas lavouras são “pequenas demais” não passa de uma declaração ideológica – que ignora a maleabilidade tanto da agricultura como das relações entre esta e o resto da economia.
16. A história recente da China mostra que um “favorecimento urbano” inicial (impostos pesados sobre os agricultores, preços baixos para o agricultor etc., que resultaram em um fluxo geral de capital do campo para as cidades) pode ser convertido em uma política de apoio à agricultura.
17. Modernização não necessariamente implica separação espacial e institucional rígidas entre agricultura, indústria e prestação de serviços. Os três setores podem caminhar juntos, como demonstrado,

primeiro, pelo *Township and Village Enterprises* (TVEs) criado na década de 1980; em segundo lugar (embora de maneira diferente), pelo processo massivo de migração de mão de obra iniciado na década de 1990; e, em terceiro, pela reinvenção em curso da agricultura camponesa. Uma das consequências é que a questão do tamanho da terra não pode ser abordada da mesma forma que no Ocidente.

18. Quando há muito trabalho excedente na agricultura, esse problema pode ser resolvido no nível da economia *rural* (isto é, a transferência de trabalho para a economia urbana, apresentada no paradigma ocidental como uma necessidade estrutural, pode muito bem ser evitada).

Esses pontos não são aleatórios ou desconectados – estão sistematicamente interligados. Acredito que exista um *paradigma* subjacente a eles, que está oculto na estrutura e evolução da agricultura chinesa (para uma história agrária da China, ver King, 1911 e Netting, 1993). Por razões de simplicidade, vou me referir a ele como o “paradigma chinês”. Esse paradigma não trata prioritariamente de questões de classe, papel dos camponeses no desenvolvimento e/ou na construção do socialismo (essas questões têm sido centrais nos debates chineses nas últimas décadas – ver, por exemplo, Day, 2013). Em vez disso, concentra-se *em como o processo de produção agrícola é (deve ser) estruturado e desenvolvido*. É precisamente esse aspecto que diferencia significativamente e de várias maneiras o paradigma chinês do paradigma agrícola do Ocidente. O que é impossível em e de acordo com um deles, é inteiramente viável e válido no outro.

Obviamente, o paradigma chinês não é a única maneira possível de entender a agricultura chinesa. Parte da confusão atual se dá porque diferentes sistemas especialistas e vários acadêmicos da China usam, cada vez mais, o paradigma ocidental para analisar as realidades chinesas e o utilizam como base para propor novas políticas agrícolas e trajetórias de desenvolvimento. Ye (2015) oferece um amplo panorama de como a ideia de modernização tem se incrustado de modo crescente na política chinesa. No entanto, não há correlação direta e fixa entre os paradigmas e as realidades empíricas. Pode-se argumentar que as características marcantes da agricultura chinesa descritas acima se devem a um paradigma implícito e subjacente que é muito diferente da retórica das atuais políticas de modernização. A modernização, conforme os aparatos estatais chineses, não é a melhor lente possível para entender a agricultura chinesa. Longe disso. O mesmo se aplica ao Ocidente: o para-

digma ocidental não é a única ferramenta possível para entender a evolução *histórica* da agricultura europeia e/ou as realidades *contemporâneas* da agricultura de baixo insumo externo ou da agricultura multifuncional na Europa. Ironicamente, o paradigma “chinês” pode nos ajudar consideravelmente a compreender melhor alguns aspectos específicos das realidades europeias.

O paradigma agrícola chinês

Tendo chegado a este ponto, podemos ser breves. Em termos substanciais, o paradigma chinês sobre agricultura se resume atualmente nos seguintes pontos (atualmente, porque esse paradigma vem evoluindo historicamente):

É perfeitamente viável, mesmo no século XXI, organizar a agricultura segundo um modo camponês. Esse *expressa* uma forma de agricultura basicamente fundada em capital ecológico que, por meio de trabalho hábil e diligente, é convertido em alimentos e outros produtos e serviços. Um aspecto central dessa agricultura camponesa é uma força de trabalho dedicada e experiente, para quem a agricultura é uma parte importante e valorizada de seu estilo de vida (ou seja, a agricultura não é apenas uma atividade econômica permutável). Oferece aos jovens a possibilidade de ir às cidades e retomar a agricultura quando retornarem. Sob circunstâncias favoráveis, a agricultura camponesa pode gerar prosperidade, resiliência e autonomia. A agricultura camponesa está *ligada* à economia urbana através de três mecanismos estratégicos: pela migração circular do trabalho; pela multifuncionalidade, que permite às unidades camponesas se relacionarem de forma multifacetada com uma ampla gama de mercados urbanos; e através de políticas de apoio que (pelo menos no momento) carregam um “viés rural” na medida em que são pró-rurais, pró-camponeses e, se necessário, pró-pobres. A agricultura camponesa, por sua vez, contribui para a economia urbana, fornecendo alimentos abundantes, diversificados e de alta qualidade (frescos e processados) – um suprimento que é estável e relativamente barato. Ela também gera altos níveis de emprego produtivo, gerando um mercado interno que, por sua vez, sustenta o desenvolvimento industrial. Essa agricultura camponesa é *desenvolvida* por meio de intensificação baseada em trabalho, apoiada por recursos originados da migração laboral e das políticas pró-rurais. A produção de inovação e a troca de conhecimentos entre os camponeses são aspectos cruciais, assim como o apoio adicional fornecido pelas ciências agrárias. A agricultura camponesa *sustenta* o desenvolvimento industrial (e de modo mais amplo o

processo de acumulação de capital) através de três mecanismos: i) fornecimento de mão de obra (e de uma rede de segurança) relativamente barata; ii) fornecimento de comida relativamente barata, mas de qualidade; e iii) criação de um mercado interno ampliado. Mas os camponeses não estão totalmente subordinados aos impérios alimentares, que espremam a agricultura até os ossos para alimentar diretamente os processos de acumulação.

As muitas inter-relações entre esses aspectos *exigem* um equilíbrio em vários níveis: entre as unidades camponesas e as aldeias, mas também entre os setores econômicos e entre a cidade e o campo. O estado desempenha um papel central (e em evolução) nesse equilíbrio. Tal equilíbrio é necessário porque nenhuma imposição simples é possível e porque não há uma meta ou objetivo único. Ao contrário: interesses diferentes, objetivos incomensuráveis e perspectivas contrastantes precisam ser constantemente equilibrados em um todo que funcione bem. Nesse processo, o Estado desempenha, às vezes, um papel positivo, em outras, negativo. Sobretudo, esse papel é constantemente debatido, negociado, contestado e renegociado. Em resumo: o equilíbrio em vários níveis é parte intrínseca do paradigma chinês.

Como já mencionado, esse paradigma está em constante fluxo, ele evolui. Isso significa que, com frequência, ele emerge como uma *crítica* da prática. Aqui, pode-se mencionar a posição das mulheres rurais: elas ainda estão distantes de tornar-se independentes ou bem-sucedidas. Em vários aspectos, o trabalho rural que elas desempenham não é nada atrativo – elas não o valorizam nem se sentem valorizadas. Em outras situações, ainda, os camponeses estão, na prática, subordinados a recentes impérios alimentares emergentes (sob qualquer aspecto). E, em quase todos os lugares, há ameaças ao acesso à terra e ao seu controle, impondo um grave risco à autonomia, central para a agricultura camponesa.

O paradigma ocidental é explícito. Foi explicitado durante um longo e complicado processo iniciado na década de 1930 no campo das ciências agrícolas. Desde então, tem embasado a construção de práticas, inter-relações e expectativas relativamente novas que, por sua vez, ajudaram a desenvolver e legitimar esse novo paradigma emergente. O paradigma chinês é, em grande medida, implícito; permanece latente sob realidades multifacetadas e complexas que exibem muitas incógnitas. Alguns podem mesmo perguntar-se se haveria, de fato, um paradigma subjacente a elas. Aparentemente, acadêmicos e políticos chineses, assim como outros que lidam com a agricultura simplesmente tomam por dados o campo, a produção de alimentos e o campesinato. A agricultura chinesa possui uma morfologia rica, mas ninguém parece tentar ir além de suas expressões externas em busca de um paradigma

subjacente. Os debates concentram-se, principalmente, na análise de classes e nas relações Estado-campesinato, mas dificilmente (ou absolutamente não) na estrutura excepcional de processos de trabalho e produção, nem nos notáveis resultados que esses proporcionam.⁵ Camponeses, sistemas agrícolas etc., são vistos simplesmente como “fatos da vida” com os quais é preciso lidar. No entanto, ao lidar com a realidade da agricultura e do campesinato, *assume-se implicitamente uma série de fundamentos paradigmáticos*. Lidar com a agricultura chinesa *como ela é*, significa lidar com pequenas propriedades e os modos possíveis de desenvolvê-las. Significa lidar com a centralidade do trabalho na produção agrícola, assim como implica aceitar os camponeses, a lógica camponesa e a agricultura camponesa. Tais elementos necessariamente formam o esqueleto de um paradigma – mesmo que os envolvidos não tenham consciência disso.⁶

O paradigma ocidental concebe a agricultura como sendo governada por mercados e tecnologia. A tecnologia define a chamada “função de produção”, que é a conversão de insumos em produtos. Essa função é uma discreta linha em forma de S, na qual cada nível de insumo se traduz em um certo nível de produção. Se os níveis de produção caírem abaixo da linha ou função em forma de S, isso indica falhas dos operadores envolvidos na conversão de insumos em produção. Significa que eles são ineficientes. Com o desenvolvimento tecnológico, a função se move para cima e possibilita mais produção com os mesmos insumos – ou uma produção similar pode ser obtida com menos insumos. A posição exata da empresa agrícola nessa curva em forma de S é, por sua vez, definida pelas relações que governam os mercados. Mais precisamente, é a relação preço-custo entre insumos e produtos que especifica o nível ótimo. Mudanças nas relações de mercado induzirão um novo ótimo. É necessária capacidade empresarial para garantir que o ótimo seja alcançado repetidamente. Assim, mercados e tecnologia determinam a agricultura. Portanto, a agricultura é entendida basicamente como o desdobramento das

⁵ As exceções são encontradas na literatura que explora a estrutura e a dinâmica da economia chinesa como um todo. Ver, p. ex., Arrighi (2007, p. 32-34) que enfatiza o trabalho, isto é, o esforço, como um fator-chave.

⁶ Constelações socioeconômicas que funcionam bem envolvem uma coerência inerente. Existe coerência porque os atores envolvidos estão coordenados entre si. Através dessa coordenação, muitas relações são construídas (entre pessoas, ecossistemas, coisas, instituições, mercados etc.) e essas relações formam um padrão. Não é necessário que as pessoas tenham consciência desse padrão. Na maioria das vezes, ele simplesmente representa “as coisas como elas são”. No entanto, o mesmo padrão pode ser entendido como um paradigma – ele se torna um paradigma quando é explicitado. Ao derivar um paradigma de uma prática específica (como a agricultura chinesa), se está a construir uma teoria da prática. Ela pode ajudar a entender melhor essa prática e contribuir para seu desdobramento e desenvolvimento.

leis que governam a economia (incluindo as leis biológicas, químicas e físicas) e como a conversão de insumos em produtos. Por outro lado, na perspectiva chinesa, a agricultura é concebida e representada de modo radicalmente diferente: ela é o que os agricultores estão fazendo. E, por mais simples que pareça, isso produz diferenças radicais. Ao focar nas práticas dos agricultores (como parte de um fluxo organizado de atividades que se desdobra ao longo do tempo e é condicionado pelas circunstâncias em que os agricultores operam), atores e perspectivas endógenas são colocados no centro do palco. E isso leva a soluções que diferem radicalmente daquelas apresentadas pelo paradigma ocidental, orientado pelo mercado e pela tecnologia.

Uma consequência importante disso é que o paradigma ocidental altera as realidades rurais. Nega práticas existentes e, particularmente, nega o potencial do solo. As práticas agrícolas (quando e onde quer que estejam localizadas) são geralmente descritas como *ainda não* desenvolvidas suficientemente, *ainda não* atualizadas com as mais novas possibilidades tecnológicas, *ainda não* suficientemente empreendedoras. E algum tempo depois de essas novas possibilidades tecnológicas serem aplicadas, elas se tornam novamente obsoletas devido às mudanças nas relações de mercado e/ou à disponibilidade de tecnologias ainda mais novas. A partir desse quadro, torna-se inútil tentar entender por que as práticas diferem das novas oportunidades tecnológicas e econômicas – o que importa é saber como alcançar os novos ótimos. A questão era – e continua sendo – como “colocar a agricultura em movimento”, como dizia o título de um livro outrora influente (Mosher, 1966). Por outro lado, em abordagens alternativas como a chinesa, a teoria é um reflexo da realidade. É uma tentativa de entender a agricultura como ela é e por que é assim. Trata-se também de explorar as possibilidades de desdobrar ainda mais o que atualmente está envolvido na agricultura – e comunicá-las, quando necessário e se possível, aos agricultores e outros. Enquanto o paradigma ocidental se concentra em duas palavras – *ainda não* – as perspectivas opostas compõem suas narrativas em torno de uma palavra diferente: *já*. Os agricultores já estão enfrentando esse ou aquele problema; eles já estão mudando; já estão contribuindo para o aumento da produção. E assim por diante. No paradigma ocidental, o desenvolvimento agrícola e rural é basicamente exógeno; no chinês, é endógeno.

Essa importante diferença entre negação e reflexão está associada a uma série de outras diferenças. No paradigma ocidental, a ciência institucionalizada é considerada o principal motor do desenvolvimento agrícola: ela cria novas tecnologias, desvenda os mercados e especifica as decisões econômicas corretas. Ela também influencia a formulação de políticas. Em perspectivas

alternativas, o que é visto como o principal propulsor da agricultura são os próprios agricultores, os recursos que controlam e as muitas redes que os localizam na sociedade em geral. Isso não significa que políticas, tecnologias e/ou mercados agrícolas sejam irrelevantes. Eles podem ser muito importantes – mas o são apenas na medida em que são ativamente *traduzidos* pelos próprios agricultores em novos cursos de ação (que podem variar de alinhamento a resistência ativa e que abrangem todas as formas possíveis de desconstrução e reconstrução). Às vezes, novas políticas podem até emergir como resultado relativamente direto das ações dos agricultores – como foi o caso da grande mudança das comunas e brigadas de produção chinesas para novas unidades de produção camponesas. Isso aponta para uma segunda questão relevante: mercados, políticas e P&D que visam desenvolver ou disseminar novas tecnologias são arenas cruciais em que importantes batalhas ocorrem.

O paradigma ocidental assume decididamente um ponto arquimédiano,⁷ localizado no *futuro*. Não o futuro entendido como uma ampla gama de potencialidades envolvidas nas realidades atuais (algumas das quais ainda se desconhecem). É um futuro especificado pela ciência institucionalizada através da análise e combinação de novas possibilidades tecnológicas e tendências de mercado esperadas. Daí a natureza intervencionista das ciências agrícolas ocidentais. Por razões *sui generis*, elas conhecem melhor o futuro do que outros e – como esse mesmo futuro nega a realidade atual – elas devem intervir e “redefinir” as realidades agrárias (há quem afirme que elas têm uma obrigação moral de fazê-lo). Os chineses veem isso de outro modo. Eles se concentram na agricultura como ela é e, ao fazê-lo, frequentemente deparam-se com uma série de possíveis fatores que podem ou não ser relevantes: esses podem incluir os dotes naturais, padrões demográficos, história, os principais arranjos institucionais (e especialmente as principais instituições de terra-trabalho), relações urbano-rurais, tradições culinárias, memória coletiva, diversidade de objetos de trabalho, possibilidades de experimentação, presença de novidades e a possibilidade de desenvolvê-las, rotinas de trabalho, tradições ou constelações de mercado etc. Nunca se sabe de antemão que combinação desses muitos “ingredientes” será relevante e importante. Menos ainda como eles operam. Mas, então, a riqueza reside em tentar identificá-los e compreendê-los, a fim de os desenvolver.

Uma consequência da ciência agrícola ocidental que adota esse ponto arquimédiano exclusivo é que ela reverte completamente as relações normais

⁷ Um ponto arquimédiano é um ponto de observação (hipotético) a partir do qual se pode ver objetivamente o tema da investigação.

entre passado, presente e futuro.⁸ Isso significa, também, que o desenvolvimento agrícola sufoca a agricultura praticada atualmente. Como só há um futuro possível, o desenvolvimento torna-se um processo unidirecional e as políticas e tecnologias projetadas para levar a agricultura a esse futuro não permitem desvios. Tornam-se uma camisa de força⁹ dentro da qual qualquer desvio é visto como um erro, fadado a terminar em fracasso e que impõe obstáculos desnecessários no caminho do desenvolvimento. Tais desvios devem ser abandonados e evitados. Conseqüentemente, a perspectiva do paradigma ocidental dos processos de desenvolvimento é em grande parte *seletiva*. Existem práticas “boas” e práticas “ruins”; existem agricultores “modernos” e os “tradicionais” ou “atrasados”. Por outro lado, paradigmas alternativos permitem e estimulam a variedade e trajetórias de desenvolvimento diferenciadas. Eles não conduzem a políticas coercitivas (como ocorre com o ocidental), mas geralmente resultam em múltiplos espaços de manobra que permitem cursos de ação diferentes e, muitas vezes, contrastantes. Ao invés de coercitivas, as políticas agrícolas e rurais alternativas tendem a ser *habilitadoras*.

Isso ajuda a explicar por que o paradigma ocidental frequentemente resulta na formulação e implementação de megaprojetos (Scott, 1998) e o chinês em “pequenas obras” (Donaldson, 2011). Megaprojetos são “episódios de engenharia social [em larga escala] iniciados pelo Estado” (Scott, 1992, p. 4). Surgem de uma combinação de quatro elementos: uma ordem administrativa da natureza e da sociedade, uma ideologia altamente modernista, um Estado autoritário e uma sociedade civil debilitada, que não tem capacidade de resistir. Pequenas obras, por outro lado, baseiam-se nas redes de “pequenas empresas familiares e pequenos comerciantes” (Donaldson, 2011, p. 165), que são fortalecidas por políticas públicas direcionadas. Megaprojetos geralmente parecem muito impactantes. Eles prometem, e às vezes concretizam, o que se mostra como incríveis aumentos, digamos, na produção – embora isso só seja alcançado em espaços limitados e bem controlados. Em muitos casos, os megaprojetos podem aumentar a produção em, às vezes, impressionantes 100 %.¹⁰ Isso, no entanto, só é possível em, digamos, 5 % da área agrícola disponível. Nos 95 % restantes, a produção permanece como estava, embora agora em maior desvantagem competitiva

⁸ Em alguma medida isso está discutido em *The Virtual Farmer* (van der Ploeg, 2003), ver especialmente o capítulo 1.

⁹ Um caso exemplar é a pressão contemporânea pela disseminação dos OGM. Eles são apresentados como superiores *per se* e qualquer crítica ou resistência é *per se* estúpida, se não imoral.

¹⁰ É por essa razão que muitos políticos e a maioria dos cientistas gostam desse tipo de abordagem. Ela também os faz parecer poderosos.

em relação às áreas que observam esses aumentos. Pequenas obras, por outro lado, tendem a incluir todas as áreas, mas podem realizar apenas pequenos incrementos na produção, digamos, de 5 %. No final das contas, contudo, o resultado é o mesmo (um aumento de 5 % na produção total). Se pequenas obras alcançam níveis de crescimento superiores a 5 %, estão superando os megaprojetos.

A gramática do paradigma chinês é o subjuntivo. É sobre o que pode ser (van Kessel, 1990). Trata-se de diferentes usos possíveis dos recursos disponíveis e de diferentes maneiras pelas quais a agricultura (isto é, o uso de recursos) pode ocorrer ao longo do tempo. Consequentemente, o paradigma chinês não tem dificuldade em lidar com a heterogeneidade (sem nenhuma hierarquia estabelecida *a priori*). Por outro lado, o paradigma ocidental refere-se a como as coisas devem ser. “Esta é a melhor maneira de cultivar. É assim que deve ser implementado”. A gramática usada é o indicativo, que muitas vezes recai no imperativo. Isso compreende tanto o caráter coercitivo do paradigma, quanto o ponto de referência arquimediano.

Sobre capital e paradigmas: um adendo

A agricultura está intimamente conectada a, e fundamentada em, três diferentes campos ou pilares: os ecossistemas locais a partir dos quais os recursos naturais são extraídos; as pessoas envolvidas no processo de trabalho (que incorporam recursos sociais essenciais, tais como conhecimento prático, repertório cultural, padrões de cooperação etc.); e a sociedade como um todo (que é suprida com alimentos e, por sua vez, fornece os bens e serviços necessários à agricultura). A reprodução da agricultura depende historicamente desses três campos – de cada um individualmente, bem como do seu conjunto. Portanto, refiro-me a eles aqui como “campos reprodutivos”.

Uma característica central do paradigma chinês é que a agricultura é orientada principalmente a *garantir sua própria reprodução* (e, portanto, sua própria autonomia e continuidade). Os recursos naturais são reproduzidos (e ao mesmo tempo desenvolvidos) *através da agricultura*. O mesmo se aplica aos que trabalham na agricultura: suas vidas, perspectivas, conhecimentos etc. são reproduzidos através da agricultura (a auto-provisão de alimentos é um componente estratégico), assim como as principais instituições de terra-trabalho são reproduzidas na, e através da prática da, agricultura. As relações com a sociedade em geral também são reproduzidas – através, por exemplo, da entrega de alimentos suficientes, de boa qualidade, que gera renda, con-

fiança e reconhecimento.¹¹ Se não houvesse consumidores interessados em comprar os alimentos e outros produtos produzidos pelos camponeses, a agricultura camponesa tenderia a desaparecer.

No paradigma chinês, a agricultura é orientada primeiramente para a reprodução de suas próprias raízes, suas próprias fundações. Isso está demonstrado inequivocamente na tradição milenar da agricultura chinesa. Ela só poderia existir, e continua a existir, porque dominou a reprodução de ecossistemas delicados, a evolução de precárias relações homem-terra e a sobrevivência de seu campesinato através de muitos períodos de severas repressão e exploração. Sem esse domínio, radicado em múltiplos arranjos institucionais, a agricultura da China há muito teria desaparecido.

A *reciprocidade* é decisiva nesta reprodução. As atividades dos camponeses chineses são uma forma de *dádiva* aos recursos em que se baseia a agricultura. Eles são reproduzidos através de ações experientes e direcionadas por parte do campesinato (e de outros). E é somente através dessa *dádiva* que é possível *tomar*. Somente depois de *dar* aos ecossistemas (mais especificamente: aos recursos naturais), aos grupos sociais envolvidos e à sociedade em geral aquilo que eles precisam, é que se pode *colher*. Atenção e cuidados são dados às terras agrícolas, e é isso que, depois, possibilita uma produção próspera. Como diz um ditado chinês: “se o homem trabalha duro, a terra não será preguiçosa” (Arkush, 1984). Quanto mais se dá, mais se pode tomar: o desdobraimento da agricultura ocorre através da reprodução ampliada e aprimorada de seus recursos. A economia agrícola é, portanto, tipicamente circular. O que é dado permite a subsequente, mas sempre proporcional, colheita.

É precisamente neste ponto que encontramos a principal diferença entre os paradigmas chinês e ocidental da agricultura. Na prática ocidental, a agricultura, cada vez mais, se move de maneira unidirecional nos três campos reprodutivos. Ela está constantemente drenando-os e não os reconstitui. Assim, esses campos reprodutivos fundamentais estão sendo esvaziados – e perdendo sua relevância para o futuro da agricultura. Isso sugere uma economia de exploração, senão de exaustão. No entanto, o paradigma ocidental não percebe ou interpreta isso como prejudicial ou regressivo. Ao contrário, *vê isso como a abertura de novos espaços para ciência, tecnologia e mercados*. Uma vez esgotados (ou destruídos), os recursos naturais são substituídos por fatores artificiais de crescimento; aqueles que anteriormente faziam o trabalho se tornam desnecessários e são substituídos por novas tecnologias; e a relação com a sociedade em geral é, cada vez mais, mediada por in-

¹¹ Ou a entrega de soldados, como tem sido o caso ao longo da história em grande parte mundo.

dústrias de alimentos e redes de varejo que constroem imagens e símbolos que sugerem qualidade e segurança. Assim, a agricultura ocidental é feita para devorar suas próprias fundações e substituí-las por novos padrões de dependência *que subordinam a agricultura ao capital financeiro, industrial e comercial*. Ecossistemas, camponeses e a sinergia com a sociedade em geral saem de cena e são substituídos por capital, tecnologia e marketing. Ao invés de reproduzir suas fundações, a agricultura ocidental as consome e depois se torna dependente de elementos e relações externas.

O paradigma ocidental não apenas reflete esse processo basicamente extrativista (cujos impactos ainda não podem ser plenamente avaliados) – ele o impulsiona ativamente. Isso ocorre porque a imagem da agricultura-como-deve-ser está no cerne do paradigma ocidental. Essa é uma imagem *disruptiva*, que contrasta fortemente com a agricultura como ela é, central no paradigma chinês. No paradigma ocidental, o desenvolvimento agrícola é pensado como um processo contínuo de modernização, baseado em (e criador de) um *desequilíbrio permanente*. A agricultura-como-deve-ser (derivada do futuro, uma abordagem “moderna”) difere sistematicamente da agricultura-como-ela-é. A última se contrapõe às novas possibilidades tecnológicas e oportunidades econômicas, que são exatamente as características que impulsionam a primeira. A agricultura-como-deve-ser concretiza as novas possibilidades tecnológicas e oportunidades de mercado. E essa não é uma operação pontual, é contínua: a reorganização da agricultura naquilo-que-deve-ser é uma característica constante – e considera a representação da agricultura-como-ela-é inadequada, insuficiente, desatualizada e incapaz de atender a novas demandas. A agricultura precisa ser refeita – repetidas vezes –, para dar um salto para o futuro definido pelos interesses da ciência e pelas forças econômicas dominantes.

Sem dúvida, essa imagem disruptiva provocou um dinamismo considerável, mas a um alto preço. Como o futuro preferido é sobreposto ao presente “inadequado”, o desequilíbrio estrutural se traduz em uma série de domínios sociais e naturais – e as consequências disso costumam ser desastrosas. A modernização agrícola, destinada a superar o desequilíbrio, muito frequentemente gerou estresse, baixa renda, altos riscos, rotinas monótonas de trabalho, solidão e a ameaça permanente de exclusão para quem trabalha na agricultura. Da mesma forma, desorganizou a natureza, provocando a contaminação dos recursos naturais, ameaçando à biodiversidade e destruindo paisagens cênicas. E a sociedade como um todo é, por sua vez, confrontada com escândalos e crises alimentares fatais e com reduções significativas na qualidade de vida. O que se supunha ser substituível, na verdade sofreu processos de degradação fortes, embora muito variados.

A dialética do paradigma e das práticas coincide com a lógica da acumulação de capital. A agricultura não é apenas uma fonte para a geração de riqueza centralizada em outros lugares. É mais: é um espaço onde *fluxos de riqueza em constante crescimento* são gerados para alimentar processos de acumulação localizados em outros lugares. Isso explica por que a modernização não é uma operação única, mas um processo permanente. A agricultura está permanentemente “atrasada” nas necessidades de capital – portanto, sempre precisa ser “modernizada”. O apetite do capital é insaciável – quanto mais drena o campo, mais faminto se torna.

Sob o paradigma ocidental, o desenvolvimento agrícola é um processo disruptivo – uma cadeia de rupturas. As práticas existentes e suas materializações precisam ser substituídas continuamente, e esse processo requer a introdução de fatores de crescimento cada vez mais artificiais, tecnologias, energia e produtos alimentares remanufaturados. Assim, o capital traça cada vez mais fundo seu caminho na agricultura, ao mesmo tempo que a subordina.

A organização contínua da ruptura difere radicalmente da manutenção contínua de equilíbrio em vários níveis. A primeira exemplifica o paradigma e as práticas dominantes no Ocidente,¹² enquanto a segunda é central e característica do paradigma chinês.¹³ Por razões históricas e contemporâneas, não poderia ser diferente. Há um equilíbrio no nível macro – como sintetizado em *sannong* (“as três ruralidades”), sob o qual o desenvolvimento agrícola é equilibrado com a soberania alimentar (*nongye*), que está profundamente enraizada na necessidade geopolítica da China de permanecer independente – especialmente no que diz respeito aos alimentos. O desenvolvimento agrícola também é equilibrado com a promoção de relativa prosperidade entre os camponeses (*nongmin*). A necessidade de renda razoável está profundamente enraizada no caráter potencialmente explosivo do campesinato chinês.¹⁴ Se for explorado por muito tempo e severamente – e especialmente se as desigualdades rural-urbanas se tornarem manifestas demais – isso pode ameaçar a continuidade do regime. Finalmente, há o *nongcun*, a necessidade de um

¹² Desnecessário é dizer que existem muitas práticas empíricas “alternativas” que diferem das dominantes. Elas emergem como respostas ativamente construídas a políticas e tendências que incorporam o paradigma dominante.

¹³ Evidentemente, também houve grandes desequilíbrios. O “Grande Salto Adiante” foi um exemplo, quando a agricultura foi fortemente arrojada para permitir a industrialização urbana de larga escala (assim como os reembolsos aos Soviéticos). Posteriormente, a política de empresas municipais e de aldeias (que descentralizou as indústrias para aldeias e municípios, proporcionando assim mais oportunidades de renda aos camponeses) representou uma redefinição parcial desse equilíbrio entre agricultura e indústria.

¹⁴ O grande número dos chamados incidentes de massa (70 % deles localizados em áreas rurais) é um aviso contínuo disso.

campo atrativo. Isso é cada vez mais reconhecido como uma necessidade material e inegável. É necessário um meio rural atrativo para contrabalançar o processo rápido e aparentemente incontrolável de urbanização – assim como para que os camponeses possam produzir alimentos nas próximas décadas.

As três ruralidades representam uma série de poderes compensatórios necessários ao equilíbrio do desenvolvimento agrícola. Sem isso, surgirão grandes atritos, desigualdades e contradições. A necessidade de equilíbrio está materialmente incorporada à história chinesa e provavelmente é ainda mais forte na configuração atual. A necessidade de fundamentar o desenvolvimento agrícola na agricultura-como-ela-é (ou seja, tomar a agricultura-como-ela-é com seus equilíbrios inerentes como ponto de partida para um maior desenvolvimento) se reflete no paradigma chinês – que confere centralidade à agricultura-como-ela-é (em oposição à agricultura-como-deve-ser, que é central no paradigma ocidental). As principais consequências são as rupturas no caso da última e o equilíbrio na primeira.

O equilíbrio no nível macro é acompanhado por um equilíbrio ativo e multifacetado no nível micro. Isso envolve a busca por equilíbrios adequados entre agricultura e migração laboral; encontrar o equilíbrio correto entre diferentes gerações; e avaliar equilíbrios apropriados entre investimentos em trabalho e as bases necessárias para as próximas gerações. Há também um equilíbrio entre “enriquecer no campo” e a reinvenção da agricultura camponesa, nas inter-relações entre homens e mulheres e entre produtores e consumidores (especialmente quando se trata da construção de novos mercados aninhados). Há também uma busca por novos equilíbrios gerais entre a cidade e o campo: muitos jovens os procuram ativamente. Conjuntamente, essas buscas, em vários níveis e envolvendo múltiplos atores, por equilíbrios adequados e a construção de um balanço geral tornam a agricultura da China mais resiliente.

Nas sociedades ocidentais também existem muitos poderes compensatórios. Mas, no nível paradigmático, esses são ignorados. A soberania alimentar não é considerada um problema. O que é decisivo é a segurança alimentar, que se refere apenas à possibilidade de adquirir alimentos suficientes – através de importações, se necessário. Garantir renda adequada para as famílias de agricultores também não é considerado um problema. Os rendimentos devem derivar dos mercados e, se forem inadequados, os agricultores devem adaptar-se melhor ao mercado, ou então devem desistir. O mesmo se aplica à atratividade do campo. Se houver um mercado para isso, a necessária “atração” se produzirá e, possivelmente, pelas pessoas mais bem equipadas. Os sindicatos de agricultores se identificam cada vez mais com as

perspectivas de modernização e, conseqüentemente, se alinham à visão de que essas questões não são importantes. No nível da política, os domínios da agricultura e do campo foram separados em dois programas independentes: o Pilar 1, que trata da agricultura e o Pilar 2, que busca garantir a atratividade do campo. Isso, novamente, nega a necessidade de um equilíbrio. Os dois objetivos são considerados searas distintas. Tampouco a organização da natureza é considerada um verdadeiro poder compensatório: ela dispõe de suas próprias “reservas”, mas sua influência em outras áreas é limitada. As organizações de consumidores são mantidas apartadas por repetidas declarações de que os alimentos nunca foram tão seguros como são hoje e de que é impossível obter 100 % de segurança. No nível micro, o equilíbrio também se tornou supérfluo, em parte pela redefinição de papéis profissionais em termos de procedimentos e protocolos, ao invés de responsabilidades.

Com os potenciais poderes compensatórios desmobilizados, o paradigma ocidental se torna o principal veículo para subordinar ativamente a agricultura às necessidades e à lógica do capital. Ele abre as portas para a submissão contínua da agricultura ao capital e a respectiva reestruturação da agricultura segundo a lógica e as necessidades do capital. Ele o faz propondo consistentemente a introdução de fatores de crescimento novos e mais artificiais (atualmente simbolizados pelos OGM). Isso reduz a reprodução da agricultura através da própria agricultura e abre grandes espaços para o capital. Isso também ocorre através do desenvolvimento de novas tecnologias (atualmente centradas na automação e na aplicação de GPS) que tornam a mão de obra e o conhecimento obsoletos. O que, novamente, abre espaços consideráveis para o capital. Em terceiro lugar, está o processamento de produtos agrícolas nas indústrias de alimentos e sua subsequente distribuição através de grandes organizações de varejo. A reprodução da agricultura através do processamento na fazenda e entrega direta é interrompida e novos espaços de capital são criados. Além disso, há a financeirização da agricultura. Ao reduzir a agricultura a uma mera operação financeira que depende criticamente do crédito, um novo espaço para o capital (financeiro) é aberto. A existência de altos riscos (associados a mercados voláteis) e o uso de derivativos (*swaps*, futuros e assim por diante) para reduzir esses riscos aumentam ainda mais esse espaço. As imagens disruptivas no cerne do paradigma da modernização (a agricultura ainda não totalmente desenvolvida etc.) garantem que esses processos sejam continuamente ampliados e aprofundados.

O paradigma chinês não é simplesmente o oposto do ocidental. Certamente não é um mecanismo para excluir o capital. Ao contrário, é um veículo para discipliná-lo, delinear seu raio e condicionar seu papel. Assim

como pressupõe o equilíbrio, o paradigma chinês também atua como um contrapeso. É uma força de equilíbrio, uma vez que avalia a estabilidade necessária para o desenvolvimento de uma agricultura que esteja alinhada com as prioridades da sociedade. O paradigma chinês permite ao capital uma função, mas também o restringe. O capital pode desempenhar um papel, desde que contribua para o equilíbrio geral que assegura objetivos sociais como *nongye*, *nongmin* e *nongcun*. E, se o capital é incapaz ou relutante em fazê-lo, o paradigma chinês fornece alternativas e, assim, evita uma dependência geral do capital.

Enquanto o paradigma ocidental deixa “o destino do homem e da terra” para o capital – de maneira cada vez mais incondicionada –, o paradigma chinês ajuda a protegê-los. Isso pode parecer uma contribuição modesta – e talvez seja. Mas, por mais modesta que seja, creio que está longe de ser irrelevante.

Referências

ARKUSH, D. If man works hard the land will not be lazy: entrepreneurial values in North Chinese peasant proverbs. *Modern China*, v. 10, n. 4, p. 461-479, 1984.

ARRIGHI, G. *Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century*. Londres/Nova York: Verso, 2007.

BERENDSEN, B.; DIETZ, T.; SCHULTE NORDHOLT, H.; VEEN, R. van. *Asian Tigers, African Lions: comparing the development performance of Southeast Asia and Africa*. Leiden: Brill, 2013.

BROWN, L. *Who will feed China? Wake-up Call for a small Planet*. Nova York: W.W. Norton & Company, Inc. World Watch Institute, 1995.

DAY, A. F. *The Peasant in Post-socialist China: History, politics, and capitalism*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2013.

DONALDSON, J.A. *Small Works: Poverty and economic development in south-western China*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 2011.

GULATI, A.; FAN, S. *The Dragon and the Elephant: Agricultural and rural reforms in China and India*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2007.

KING, F. H. *Farmers of Forty Centuries: Organic farming in China, Korea, and Japan*. Madison, Wisconsin: Mrs F.H. King (reprinted in 2011 by Benediction Classics, Oxford), 1911.

LI Xiaoyun; GUBO, Q.; LIXIA, T.; LIXIA, Z.; LESHAN, J.; ZHANFENG, J.; JIN, W. *Agricultural Development in China and Africa: A Comparative Analysis*. Londres e Nova York: Routledge; Taylor and Francis Group, 2012.

MAMDANI, M. Peasants and Democracy in Africa. *New Left Review*, n. 156, p. 37-49, 1987.

- MOSHER, A.T. *Getting Agriculture Moving: essentials for development and modernization*, Nova York: Praeger, 1966.
- NETTING, R. Mc. *Smallholders, Householders: Farm families and the ecology of intensive, sustainable agriculture*. Stanford, UK: Stanford University Press, 1993.
- PETERMAN, A.; BEHRMAN, J.; QUISIMBING, A. *A Review of Empirical Evidence on Gender Differences in Non-land Agricultural Inputs, Technology, and Services in Developing Countries*. International Food Policy Research Institute (IFPRI), 2010.
- RAMPANI, F. *Il secolo cinese. Storie di uomini, città e denaro dalla fabbrica del mondo*. Milão: Mondadori, 2006.
- SCOTT, J.C. *Seeing Like a State: How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1998.
- UNDP. *China's Accession to WTO: Challenges for women in the agricultural and industrial sector*. Relatório conjunto de UNDP, UNIFEM, All China's Women Federation, National Development and Reform Commission and Center for Chinese Agricultural Policy. Beijing: UNDP, 2003.
- VAN DER PLOEG, J. D. *The Virtual Farmer: Past, present and future of the Dutch peasantry*. Assen: Royal van Gorcum, 2003.
- WINDERS, B. The vanishing free market: the formation and spread of the British and US food regimes. *Journal of Agrarian Change*, v. 9, n. 3, p. 315-344, 2009.
- YE, Jingzhong. Land transfer and the pursuit of agricultural modernization in China. *Journal of Agrarian Change*, v. 14, n. 3, p. 314-337, 2015.
- YE, J.; RAO, J.; WU, H. Crossing the river by feeling the stones: rural development in China. *Rivista di Economia Agraria*, v. 65, n. 2, p. 261-294, 2010.
- YE, J.; WANG, C.; WU, H.; HE, C.; LIU, J. Internal migration and left-behind population in China. *Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 6, p. 1.119-1.146, 2013.
- ZHANG, K.; DEARING, J. A.; DAWSON, T. P.; XUHUI DONG; XIANGDONG YANG; WEIGUO ZHANG. Poverty alleviation strategies in eastern China lead to critical ecological dynamics. *Science of the Total Environment*, n. 506-507, p. 164-181, 2015.

Capítulo 13 – Considerações finais

Especulações sobre o futuro da questão agroalimentar na China e suas repercussões para o Brasil e a América do Sul

**Fabiano Escher
Sergio Schneider**

Um balanço dos debates apresentados neste livro

Talvez os leitores deste livro tenham interesse em saber o que pensamos sobre o futuro da agricultura, da alimentação e do desenvolvimento rural em um mundo que terá a China como protagonista. Nesse sentido, endossamos a percepção de que o que a China escolher ou vier a ser terá influências e impactos decisivos sobre o restante do planeta. Ou seja: não haverá solução para as questões alimentares, climáticas e econômicas globais ligadas à agricultura e ao mundo rural sem a presença e a participação da China. A China é parte

da resposta para os problemas que o mundo enfrenta nos dias atuais. Mas é, também, parte do desafio em face de seu tamanho e dos efeitos que suas decisões podem gerar para acelerar as mudanças climáticas. É nesse quadro que estratégias de desenvolvimento rural do tipo “mais do mesmo” ou “*business as usual*” não servem.

Um exemplo dos impactos globais do modelo chinês de agricultura e alimentação pode ser extraído dos surtos de gripe suína africana. Em 3 de agosto de 2018, o Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais (MARA) da China notificou a existência da doença em seus rebanhos e, em 2020, ela já estava espalhada por 32 províncias da China e alcançara outros dez países do Leste Asiático. Qualquer que seja sua origem, essa gripe proliferou-se rapidamente ao longo de 2018 e 2019, devastando entre 20 % e 40 % do rebanho de suínos da China (acima de 200 milhões de cabeças) (Dotson, 2020), que produz e consome mais de 50 % dos suínos do mundo. Como resultado, o nível de preços ao consumidor subiu de 0,7 %, em fevereiro de 2019, para 21,9 % no mesmo mês de 2020.

Outro exemplo de como o que acontece na China afeta o mundo todo é o caso da pandemia causada pelo coronavírus, Sars-Covid-19. Em dezembro de 2019 foi noticiado o surto do novo coronavírus na cidade de Wuhan. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara a Covid-19 uma pandemia, que atinge praticamente todos os países do mundo. No início, apontou-se que o Coronavírus poderia ter se originado no mercado molhado de Wuhan, onde se vende alimentos frescos como frutas, legumes e verduras, ovos, porco, frango e frutos do mar (McCarthy; Chen, 2020). Mais tarde, estudos apontaram ser possível que a própria pecuária industrial esteja na origem do problema, haja vista os precedentes de grandes gripes causadas pelo modelo de confinamento de animais em larga escala (Wallace et al., 2020; Fiebrig; Bombardi; Nepomuceno, 2020).

De todo modo, os mercados molhados da China foram fechados para desinfecção e, posteriormente, reabertos sob a estrita proibição ao comércio de animais silvestres. O relatório da Missão Conjunta OMS-China afirmou que o país lançou o “esforço mais ambicioso, ágil e agressivo de contenção de doenças da história”, fenômeno que só está sendo possível graças ao papel central desempenhado pelo Estado chinês e à sua notável capacidade de “gestão planejada do imprevisível” (Ribeiro, 2020). Seja como for, o caso da pandemia da Covid-19, que eclodiu (ou foi identificada pela primeira vez) na China, acabou afetando o mundo todo.

No intuito de colocar luzes sobre alguns pontos e aspectos críticos que os autores apresentaram no livro sobre o futuro da agricultura, alimentação

e desenvolvimento rural na China, iniciamos este capítulo de considerações finais com algumas atualizações e apontamentos. Não se trata de questionar as avaliações e interpretações dos autores aqui traduzidos – eles são referência no tema. O que buscamos é problematizar suas ideias contrastando-as com as realidades atual e vindoura, uma vez que “as coisas têm mudado rapidamente”.

No primeiro capítulo do livro, Suisheng Zhao asseverou que o modelo social e econômico da China opera apenas seletivamente sob o acesso livre ao uso da terra, do trabalho e do capital. Concomitantemente, o Estado mantém forte controle sobre setores estratégicos, como serviços públicos, transporte, meios de comunicação, bancos e o sistema financeiro em geral. Pragmatismo, experimentação, aprendizado, inovação e construção contínua de capacidades estatais são ingredientes essenciais da variante chinesa do modelo de desenvolvimento do Leste Asiático.

A concepção ocidental do que seja uma democracia não é algo que possa ser facilmente generalizado para explicar o mundo oriental. Ato contínuo, qualificar o regime chinês de autoritário deixa muitas lacunas em aberto e não ajuda a entender o que está em jogo. Não obstante, é fato a expectativa de que, quanto mais a China se converta em uma potência mundial, o país seja capaz de fazer frente aos enormes desafios ambientais acumulados assim como ampliar as liberdades individuais e os direitos humanos. Ambos os processos permitiram incrementar as métricas de julgamento do que é, de fato, um país desenvolvido, para além de sua *performance* tecnológica e econômica. Ao revisitar o debate sobre o modelo chinês poucos anos depois, Zhao (2017) argumenta que, enquanto a fascinante história de desenvolvimento econômico encobriu o seu lado sombrio por um longo tempo, a redução das taxas de crescimento, a partir 2015, deixou clara para os líderes chineses a necessidade de transformar o modelo de crescimento. Desse modo, se a China conseguir concluir a transição nas duas frentes, o modelo chinês permanecerá; mas uma desaceleração sustentada ou uma década perdida poderá criar obstáculos à reprodução do modelo chinês. As preocupações de Zhao são, de um lado, com o endividamento crescente e retornos declinantes das empresas, o aumento da instabilidade financeira, as desigualdades renitentes e o aumento no número de greves. De outro, o autor destaca questões políticas relacionadas à recentralização do poder, à regressão nas regras de sucessão e ao culto à personalidade, que teriam ressurgido. As questões levantadas por Zhao sobre o modelo chinês foram subscritas por Holbig (2018), quem alertou que o discurso oficial não deve ser descartado como mera retórica, pois sinaliza uma mudança paradigmática nas normas de governança e reivindicações de legitimidade do regime. Segundo o autor,

na era Mao, a principal contradição da China estava na luta de classes entre os trabalhadores e a burguesia e, na era Deng, no desenvolvimento econômico para atender as crescentes necessidades do povo frente ao atraso das forças produtivas. No presente, a principal contradição da nova era liderada por Xi estaria, segundo Holbig (2018, p. 194) “entre o desenvolvimento desequilibrado e inadequado e as crescentes necessidades das pessoas de uma vida melhor”, que incluem “demandas por democracia, Estado de Direito, justiça, segurança e meio ambiente”, conceitos que “permanecem amplamente contestados na China hoje”.

Para além da concentração do poder nas mãos de um “homem forte”, da racionalização dos aparatos institucionais do Estado e da expansão do controle do partido sobre a vida social no âmbito doméstico, as mudanças ideológicas, constitucionais e organizacionais trazidas junto com a ascensão de Xi Jinping têm profundas implicações relacionadas a uma nova autoimagem chinesa emergindo no contexto global. A crise de liderança e o recuo americano parecem ter ampliado o escopo de ação na direção de redefinir as regras e normas do sistema internacional. A Iniciativa Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative* – BRI na sigla em inglês), inicialmente referida como a “Nova Rota da Seda” é a peça-chave do novo projeto econômico e geopolítico chinês.

Mas, como fica a agricultura, a alimentação e o desenvolvimento rural nesse quadro de redefinição do modelo chinês? As análises oferecidas nos capítulos escritos por Mindi Schneider, por Philip Huang, por Martin Hingley, Adam Lindgreen e Lam Chen, por Flemming Chistiansen e por Zhangyue Zhou não deixam dúvidas sobre a importância crucial dessas questões na estratégia de desenvolvimento e projeção global da China.

A contribuição de Philip Huang, exposta no quinto capítulo e posteriormente aprofundada em outros trabalhos (Huang, 2016, entre outros), é uma das mais ambiciosas tentativas de explicar as transformações e tendências em curso no sistema agroalimentar chinês. Para Huang, as mudanças no consumo de alimentos e na produção agrícola têm sido causa e efeito mútuos. Não obstante, a cadeia causal inicia do lado da demanda: o aumento da renda *per capita*, a urbanização acelerada e a afluência de uma nova classe média geram alterações nas dietas e hábitos alimentares de um padrão de consumo 8:1:1 para 4:3:3. Essas alterações estimulam mudanças do lado da oferta: a produção e a produtividade da “velha agricultura” (grãos e cereais, em geral produtos de baixo valor agregado) seguem crescendo, mas a “nova agricultura” (legumes, frutas, verduras e carnes, incluindo alimentos orgânicos ou ecológicos, em geral produtos de alto valor agregado) cresce a taxas

muito mais altas, embora isso não receba o devido destaque e valorização na política pública oficial – daí a tese de uma “revolução agrícola oculta”.

Contudo, fatores próprios do lado da oferta também contam: a menor taxa de natalidade após décadas de política do filho único fez diminuir a força de trabalho rural e o aumento do fluxo de migração circular e do emprego não agrícola dos camponeses fez aumentar a produtividade e a renda rural. Somados ao apoio estatal aos agronegócios e à urbanização, todos esses fatores confluem para a crescente integração da agropecuária pelo capital agroindustrial e o predomínio do grande varejo na distribuição alimentar.

Mas há controvérsias importantes entre os analistas, que precisam ser consideradas. Mindi Schneider, autora do quarto capítulo, analisa a “o aumento do consumo de carnes nas dietas” na China e critica “as narrativas de desenvolvimento rostowianas que equiparam esse aumento ao progresso” (Schneider, 2014, p. 616), usando como exemplo o conceito de “transição nutricional” que, de certo modo, informa a explicação de Philip Huang. Ao passo que Zhang (2019) critica o fator explicativo central da tese da “revolução agrícola oculta” – a transição nos padrões de consumo alimentar – por ser esta apenas uma causa “exógena”, quando as causas principais seriam de natureza “endógena” – o aumento nos preços dos arrendamentos da terra e nos custos de mão de obra.

Não obstante essas críticas iluminarem aspectos pouco ou nada explorados por Huang, elas, na verdade, atestam o acerto do autor no essencial. A análise de Huang demonstra que a lógica de deixar de produzir soja convencional na China e importar soja transgênica do Brasil, dos Estados Unidos e da Argentina está no fato de a oleaginosa importada usada para fabricar ração animal ser mais barata do que a produzida em casa, além de reduzir a pressão sobre o uso da terra, que pode ser dedicada a produtos de maior valor agregado ou grãos mais prioritários para a segurança alimentar do país (Huang, 2016). Não obstante, sua análise parece insuficiente por não conectar as transformações na produção agropecuária com o consumo alimentar da China e a internacionalização das empresas de agronegócio, nem desvendar as implicações e o significado da ascensão chinesa nas transformações do sistema agroalimentar global.

Estas questões, contudo, têm sido enfrentadas por outros autores, como Belesky e Lawrence (2019), que analisam a ascensão da China em um sistema agroalimentar global cada vez mais multipolar. Ao facilitar fusões e aquisições do agronegócio e novos fluxos Sul-Oriente e Sul-Sul do comércio, tecnologia e capital, a China é caracterizada como um capitalismo de Estado com uma estratégia neomercantilista no setor agroalimentar. Os autores afir-

mam que o atual regime alimentar vive uma transição ou interregno – um período de fluidez que separa a continuidade de regimes sucessivos – cujos contornos não podem ser entendidos sem reconhecer a importância das tendências postas pela China.

Philip McMichael (2020), um dos fundadores da influente abordagem dos regimes alimentares, também analisa o momento atual de desordem internacional com foco no que faz a China. A análise de McMichael se detém na BRI (*Belt and Road Initiative*) e explora como a China está lidando com a estratégia de “going out” em relação à transição do regime alimentar internacional. Sua conclusão é que, apesar do notável desempenho da China, ainda é prematuro afirmar se e quando o país asiático se tornará uma nova potência hegemônica, prefigurando uma nova ordem mundial e, por conseguinte, um novo regime alimentar. Nesse contexto, a dinâmica do complexo soja-carne Brasil-China é crucial não somente para compreender a questão agroalimentar chinesa em face do atual contencioso comercial com os Estados Unidos, como também para esboçar perspectivas sobre o regime alimentar em transição.

Por fim, no que se refere ao caráter das dinâmicas recentes do desenvolvimento rural na China e às disputas pelo futuro que se avizinha, os trabalhos de Ye, de Huang, Yuan e Peng, de Zhang, de Si e Scott e de Jan Douwe van der Ploeg lançam múltiplas luzes sobre esse tema. Novamente, as contribuições, tão originais como polêmicas, de Philip Huang e colegas estão no centro do debate. Huang, Yuan e Peng, contrapondo-se aos neoclássicos e marxistas, defendem a tese chayanoviana de que no desenvolvimento rural chinês predomina uma dinâmica caracterizada como “capitalização sem proletarização”. Segundo os autores, a agricultura chinesa tem experimentado um visível acréscimo na razão entre unidade de capital por unidade de terra e trabalho na forma de insumos, máquinas e outros meios de produção, levando ao aumento geral da produtividade, sem implicar no aumento do assalariamento e da classe operária. Estaria ocorrendo uma “revolução agrícola oculta”, em que a força de trabalho empregada é formada majoritariamente pelos próprios membros das famílias camponesas e apenas uma minoria seria de trabalhadores assalariados (menos de 10 % do total). Assim, o “proletariado agrícola” é comparativamente muito menor do que em diversos outros países que possuem agriculturas tipicamente capitalistas.

Esse paradoxo é explicado pela redução da força de trabalho rural total, que resulta da menor taxa de fertilidade e do processo de urbanização acelerada do país, combinada com o aumento das atividades e rendas não agrícolas no interior das unidades familiares rurais. Na China rural, a renda

agrícola é cada vez mais complementar, ao passo que a renda principal provém de atividades não agrícolas realizadas por membros que residem no domicílio familiar, mas trabalham em vilas próximas à aldeia, ou que residem em grandes cidades distantes onde atuam como trabalhadores migrantes e remetem dinheiro para ajudar na subsistência da casa. Depois de alguns anos trabalhando e vivendo fora, eles voltam com algum patrimônio para investir na própria produção agropecuária ou em pequenos negócios na aldeia. Segundo os autores, esta relação circular entre rural-urbano está profundamente enraizada e institucionalizada na China, via o sistema de responsabilidade familiar (SRF) e o sistema de registro residencial (*hukou*).

As análises de Jan Douwe van der Ploeg, no capítulo doze, e os trabalhos de Jingzhong Ye (Ploeg; Ye, 2016) que assina o capítulo oito, subscrevem esta interpretação. Para esses autores, o crescimento da produtividade, liderado pelos camponeses, deve-se mais à intensificação impulsionada por investimentos em trabalho via tecnologias orientadas a habilidades do que a investimentos em capital para a aquisição de insumos e tecnologias externas. Através de investimentos em trabalho (melhoria da fertilidade do solo, terraços, edifícios, cercas, canais de irrigação, sistemas de drenagem, proteção antierosão, nivelamento, moinhos, estufas, raças melhoradas, rebanhos etc.), os camponeses aumentam o valor de sua base de recursos, permitindo a introdução de esquemas de cultivo e criação mais intensivos e de maior rendimento, produtos com maior valor agregado, novas formas artesanais de processamento de alimentos e novas estratégias de comercialização.

Apesar de seus méritos, as interpretações chayanovianas são criticadas por autores marxistas. Xu, por exemplo, contesta a tese da capitalização sem proletarização, utilizando estimativas com base nas mesmas fontes de Huang, porém usando dados atualizados (Xu, 2017). Ele mostra que, se em 2009 o percentual de trabalhadores assalariados no total da força de trabalho agrícola chinesa era, de fato, cerca de 8 %, em 2014 já alcançava 16 %, o que evidenciaria um verdadeiro processo de “capitalização com proletarização”. Já para Qian F. Zhang estaria em andamento um forte processo de diferenciação de classe, com a formação de cinco novas frações – uma de empregadores capitalistas que, apesar de ele não aprofundar, parece ser justamente contraparte da crescente proletarização evidenciada por Xu, e outras quatro cuja diferenciação se deve às distintas formas de mercantilização da terra, do trabalho e dos meios de produção e consumo. Em um ou outro caso, a principal crítica dos marxistas é que os autores chayanovianos concebem o campesinato como uma classe indiferenciada e com interesses homogêneos, negligenciando o visível desenvolvimento do capitalismo na agricultura chinesa.

Em meio a essa controvérsia, duas ponderações merecem destaque. Primeiro, a crítica dos marxistas de que os chayanovianos negligenciam a heterogeneidade do campesinato não é totalmente justa. Por um lado, o próprio Chayanov (2017) caracterizava a existência de diversos segmentos de classe ou tipos sociais na agricultura russa dos anos 1920 (*kulaks* capitalistas, empresários rurais, agricultores familiares comerciais, camponeses exclusivamente agrícolas, camponeses que vendem força de trabalho e proletários rurais). Seu argumento era que, com a vitória da revolução, o primeiro tipo tenderia a desaparecer por não se adaptar ao processo geral de cooperativização rural – por ele apregoado e apoiado por Lenin em seus derradeiros escritos – e, com isso, desapareceriam as condições de existência do quinto e do sexto tipos, enquanto os demais tipos tenderiam a convergir para variações do tipo três que, afinal, já era a fração predominante dentro das cooperativas e na totalidade das unidades produtivas. Por outro lado, tanto Huang quanto Ploeg atribuem grande destaque à heterogeneidade da agricultura familiar na China. Ploeg e Ye (2016) analisam três formas sociais de produção na agricultura chinesa: agricultura capitalista, agricultura familiar empresarial e agricultura familiar camponesa. Segundo eles, um desenvolvimento rural com base na forma capitalista seria danoso para o futuro da China.

Mais recentemente, Jin Zhang (2019) argumentou convincentemente que existem duas trajetórias simultâneas de mudança agrária para o futuro da China rural. Por um lado, novos agentes estariam surgindo, como empresas cabeça de dragão que dominam diversas etapas das cadeias produtivas, agricultores capitalistas de larga escala, cooperativas de fachada, montadas por agronegócios para captar benefícios do Estado e cooperativas camponesas autônomas, tal como as apoiadas pelo NMRR estudado por Si e Scott, no capítulo onze. Por outro lado, as famílias camponesas estariam ajustando as suas formas de produção e estratégias de reprodução para se acomodarem aos novos mercados e condições socioeconômicas, eventualmente estabelecendo relações com esses novos atores do agro. Para entender a direção das mudanças, no entanto, é preciso prestar atenção à interação entre as duas trajetórias. As disputas em torno do significado da Estratégia de Revitalização Rural, que o governo chinês recentemente implantou, constituem o campo ou espaço no qual será definido o caráter das dinâmicas do desenvolvimento rural na “nova era” da China rural.

Todos esses debates, entretanto, encontram-se circunscritos a inúmeras incertezas e instabilidades que estão relacionadas a três processos vindouros: o primeiro se refere ao desenrolar da crise do Coronavírus (Brown; Wang, 2020); o segundo tem a ver com o alcance e a profundidade da guerra co-

mercial entre a China e os Estados Unidos (SCMP Reporters, 2020); e, por fim, o terceiro se refere aos realinhamentos políticos que podem ocorrer ao redor do mundo, como uma aliança entre a China e a Rússia (Duarte, 2020).

Previsões sempre são arriscadas! Mas uma controvérsia recente que tomou as páginas da revista norte-americana *Foreign Affairs* vale ser considerada para dar uma ideia do que esperar do futuro cenário global. Campbell e Doshi (2020) argumentam que a crise do Coronavírus pode remodelar a ordem global, com a China manobrando em busca de maior liderança internacional na medida em que os Estados Unidos vacilam em coordenar uma resposta a essa crise multidimensional. Para Haas (2020), porém, se é verdade que os Estados Unidos já vinham perdendo liderança desde antes da crise da Covid-19, a pandemia deve acelerar a história ao invés de remodelá-la, embora nem a China nem qualquer outro país do mundo tenham o desejo ou a habilidade para preencher de imediato o vazio de liderança que se configura com os vacilos americanos.

Não obstante, tanto do lado americano como do lado chinês, já se fala abertamente da possibilidade de uma “Nova Guerra Fria” ou uma “Guerra Fria 2.0”.¹ Nesse cenário, o alinhamento automático e subserviente do governo Bolsonaro aos Estados Unidos de Trump e a condução irresponsável das relações com a China, em que um filho do presidente e dois ministros protagonizaram um imbróglcio diplomático gratuito e desnecessário, podem acarretar danos para a economia brasileira no pós-Covid-19 e à construção de uma visão estratégica de longo prazo voltada para a Ásia (Ibañez, 2020).

Por sorte ou azar, desde a eleição de Joe Biden nos Estados Unidos, as peças desse tabuleiro se moveram. O governo do Brasil perdeu sua principal referência de adoração e o conflito comercial Estados Unidos x China se deslocou para uma querela Estados Unidos/OTAN com a Rússia. Como a realidade é dinâmica e o mundo muda muito rapidamente, esses são fatos que ocorrem no momento em que escrevemos estas linhas. É tudo o que se pode dizer para não errar nas previsões!

Algumas questões candentes

Ascensão internacional: o sentido da Iniciativa Cinturão e Rota

Em setembro de 2013, o presidente Xi Jinping propôs, durante seu discurso na Universidade de Nazarbayev, no Cazaquistão, que as nações da

¹ Ver, entre outros, Heer (2020) e Yao (2020).

Eurásia construíssem conjuntamente o “Cinturão Econômico da Rota da Seda”. Em outubro do mesmo ano, ao se dirigir ao Parlamento da Indonésia, ele sugeriu que as nações do Sudeste Asiático se esforçassem em conjunto para construir a “Rota Marítima da Seda do Século XXI”. Centenas de anos após o declínio da antiga “Rota da Seda”, descrita nos famosos relatos de Marco Polo, a noção de “Nova Rota da Seda”, posteriormente rebatizada “Iniciativa Cinturão e Rota” (*Belt and Road Initiative* – BRI), foi ganhando força e se expandindo para incluir diversos países relevantes na Ásia, Europa, África, Oceania e até América Latina, somando hoje 125 no total. Desde então, BRI tornou-se um assunto muito debatido entre analistas, acadêmicos e políticos, especialmente no campo das relações internacionais. No 19º Congresso Nacional do PCC, realizado em outubro de 2017, o relatório político de Xi Jinping enfatizou a centralidade da BRI, a qual foi incorporada à nova Constituição do PCC, tornando-se um pilar da diplomacia e da cooperação internacional chinesa na “nova era” (Lei, 2019). Mas, afinal, o que é a Iniciativa Cinturão e Rota e qual é o seu sentido?

Objetivamente, a BRI (Figura 1) é um grande “guarda-chuva” que abriga inúmeros projetos de investimento para a construção de infraestruturas de transporte e comunicação (redes de ferrovias, estradas e fibra ótica) e de produção e distribuição de energia (hidrelétricas, gasodutos e oleodutos). O Cinturão Econômico da Rota da Seda concentra-se em três rotas principais: a rota norte, da China para a Europa através da Ásia Central e da Rússia; a rota central, da China para o Golfo Pérsico e o Mar Mediterrâneo, passando pela Ásia Central e Oeste da Ásia; e a rota sul, da China para o Sudeste Asiático, Sul da Ásia e Oceano Índico. Já a Rota Marítima da Seda do Século XXI tem duas rotas principais: da costa da China para a Europa, através do Mar da China Meridional e do Oceano Índico; e da costa da China, através do Mar da China Meridional, para o Pacífico Sul. Conforme se observa na Figura 1, ao longo dessas rotas constituem-se seis grandes “corredores econômicos”: Ponte Terrestre da Eurásia, Corredor China-Mongólia-Rússia, Corredor China-Ásia Central-Ásia Ocidental, Corredor China-Península da Indochina, Corredor China-Paquistão-Bangladesh e Corredor China-Índia-Myanmar (Lei, 2019).

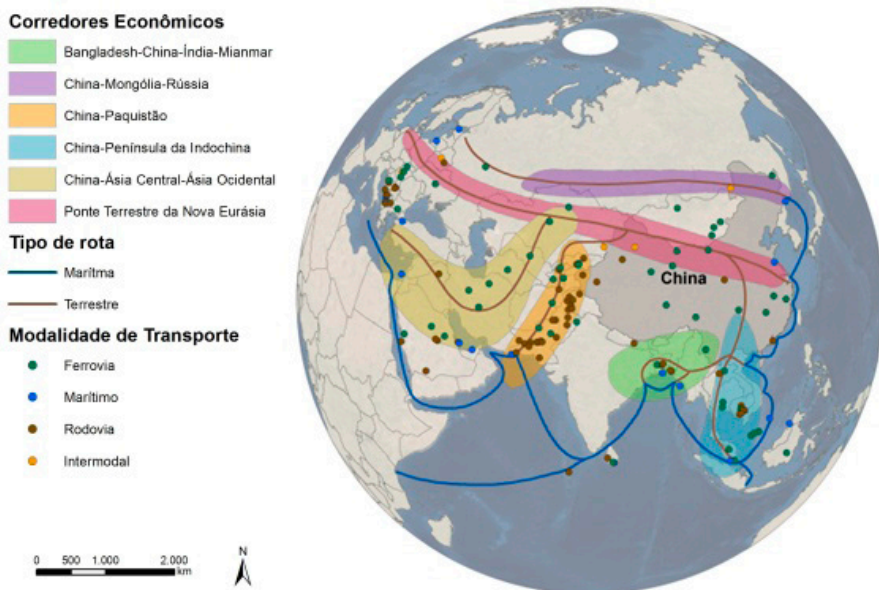


Figura 1. Corredores econômicos e projetos de infraestrutura da BRI.

Fonte: Observatório de Cooperação Internacional. Ippri.ri.pucminas.br/OCI/Biblioteca/Mapa/52.
Agradecimento a Javier Vadell pela disponibilização do mapa.

Hu Angang, professor da Universidade de Tsinghua, acredita que a BRI configura a integração estratégica de um amplo conjunto de ideias e interesses da China sobre desenvolvimento econômico doméstico, estabilização de tensões na região oeste, segurança nacional, relações econômicas internacionais e liderança geopolítica (Lei, 2019). Do ponto de vista externo, os projetos da BRI são motivados, economicamente, pela abertura de novos mercados, geração de demanda por produtos de alto valor agregado e criação de indústrias globalmente competitivas; e, politicamente, pela intenção de mitigar desafios de segurança em regiões instáveis e evitar estrangulamentos marítimos nos estreitos de Malaca, Sunda e Lombok, todos controlados pelos Estados Unidos. Do ponto de vista doméstico, a BRI representa a assinatura de Xi na política externa e a personificação concreta do seu *slogan* “Sonho Chinês”. Por isso, é dotada de enorme capacidade de mobilização política e coordenação de recursos, sobretudo através do Pequeno Grupo de Liderança para o avanço do desenvolvimento da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI LSG), da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), dos Ministérios das Relações Exteriores (MFA) e do Comércio

(Mofcom), e dos governos provinciais, seja nas regiões mais pobres a Oeste (Xinjiang e Tibet) e Sudoeste (Yunnan e Guangxi) ou nas regiões mais ricas da Costa Leste (Guangdong e Fujian), bem como das empresas estatais que atuam na ponta e dos bancos públicos que financiam os projetos da BRI.² Ademais, para garantir que a visão do líder sobre a BRI seja implementada com êxito, o partido-Estado estabelece mecanismos de controle para gerenciar críticas e dissidências domésticas através de restrições de acesso a certas páginas da Internet e de orientações para que os acadêmicos sigam a linha do partido, buscando moldar o discurso oficial a fim de oferecer uma imagem mais favorável da China internacionalmente (He, 2019).

No entanto, essa arquitetura institucional complexa da BRI evidencia que, apesar das capacidades estatais fabulosas e da enorme centralização do poder em torno do líder, o Estado chinês não é o ente monolítico que às vezes se imagina. Sem adentrar nas relações de classe subjacentes (Nogueira; Qi, 2018), é notável que o Estado chinês se encontra fragmentado em diversos grupos de interesse que compõem o governo nacional, as empresas estatais, os bancos públicos e os governos provinciais e locais. A BRI, portanto, parece-se mais com uma campanha de mobilização política do que com uma política pública coerente que articula programas em torno de uma diretriz clara. Isso intensifica a fragmentação, pois as agências e atores que operam a BRI interpretam e implementam essa “grande estratégia” por meio de projetos e programas específicos que atendem a seus interesses econômicos. Desse modo, o crescimento econômico está sendo revivido nas localidades, mas a reestruturação e o reequilíbrio do modelo econômico chinês são adiados, o que demonstra existirem lacunas entre a retórica da BRI e a sua implementação na prática (Ye, M., 2019).

Estruturalmente, com a visão de integrar mais de 65 % da população e de 1/3 do PIB mundial, o objetivo máximo da BRI é, sem dúvida, reposicionar a China como um dos atores dominantes na nova ordem econômica e política mundial. Alguns formadores de opinião, analistas e acadêmicos traçam uma analogia histórica entre a BRI da China para a Eurásia e outras regiões do globo no século XXI e o Plano Marshall dos Estados Unidos para a reconstrução da Europa no pós-Segunda Guerra. Embora o governo e a mídia da China rejeitem tal analogia, ela não é totalmente destituída de razão. Assim como o Plano Marshall, no passado, a lógica da BRI hoje inclui a preocupação com problemas semelhantes de externalizar a absorção da

² Principalmente o China Development Bank e o Export-Import Bank of China, além dos Silk Road Fund, do Asian Infrastructure Investment Bank e do BRICS New Development Bank (Vadell, 2019).

sobrecapacidade interna, ampliar as redes regionais e globais de comércio e investimento para assegurar a exportação de manufaturas e a importação de energia, alimentos e matérias-primas, criar canais para aumentar o uso internacional de sua moeda e reequilibrar as relações de poder através de alianças econômicas e de segurança nas regiões da Eurásia e do Pacífico Asiático.

Assim, a BRI pode ser compreendida como uma maneira de redirecionar a capacidade produtiva e o capital doméstico excedentes da China para desenvolver a infraestrutura regional e global no intuito de manter a produção industrial pujante, o desemprego baixo e o crescimento econômico relativamente alto, abrindo novos mercados para bens e serviços chineses e fortalecendo as relações políticas da China com o Sudeste Asiático, a Ásia Central, o Oriente Médio, a África, a Europa e eventualmente a América Latina. Por isso, embora a BRI prometa “oportunidades compartilhadas”, “resultados ganha-ganha” e “benefícios mútuos”, os Estados Unidos e seus aliados entre os países desenvolvidos sentem a sua posição hegemônica ameaçada pela ascensão chinesa e os países em desenvolvimento temem cair na “armadilha do endividamento” e serem submetidos a um novo tipo de dependência colonial ou imperialista, talvez ainda pior do que a norte-americana (Li, 2019; Stallings, 2020). Se é certo que os danos econômicos provocados pela crise do Coronavírus exigirão esforços massivos de reconstrução, especialmente nos países em desenvolvimento, é difícil dizer se a BRI sairá mais forte desse contexto (Guppy, 2020) ou se será vista com maior desconfiança (Tonchev, 2020).

Seja como for, teoricamente, a economia política permite explorar pelo menos três hipóteses relevantes para interpretar o sentido da BRI.³ A abordagem neo-gramsciana questiona em que medida a transição do modelo econômico interno e a reestruturação da divisão internacional do trabalho refletem um reposicionamento estratégico mais proativo da China, que, ao consolidar a BRI, deixaria de ser um seguidor de regras para se tornar um regulador de regras por meio da expansão do seu capital no exterior, da terceirização da sua produção e da extensão global do seu poderio financeiro, a fim de construir um novo bloco histórico mundial sob sua hegemonia. A teoria do Sistema Mundo interpela se é possível que a ascensão da China esteja inaugurando um novo ciclo sistêmico de acumulação de riqueza e poder no sistema mundial capitalista, o quanto isso alteraria as relações de desigualdade entre as nações dentro do sistema e se a BRI estaria abrindo espaços de manobra e oportunizando um desenvolvimento a convite para que países

³ Ver Li (2019), capítulo 2, para uma análise detida dessas hipóteses.

e regiões da periferia pudessem experimentar uma mobilidade ascendente. Finalmente, os que revisitam o debate entre Kautsky e Lenin sobre a natureza do imperialismo indagam até que ponto a BRI pode ser vista como exemplo da participação da China na formação de um cartel em parceria com capital transnacional para explorar conjuntamente o resto do mundo, ou da expansão e intensificação da competição entre as grandes potências que levaria a conflitos crônicos e até guerras.

Essas teorias aportam perguntas cruciais e indicam tendências importantes. Mas seria imprudente apostar muito alto em previsões diante de uma realidade tão incerta. Só o tempo e a observação atenta da realidade nos permitirão obter respostas adequadas.

Questão agroalimentar: a dinâmica do complexo soja-carne Brasil-China

Apesar de os destinos da nova ordem mundial e do regime alimentar estarem prenhes de incertezas, algumas transformações e tendências recentes do sistema agroalimentar global, como a evolução do complexo soja-carne Brasil-China, sinalizam perspectivas do que se pode esperar do futuro. Formado no início dos anos 2000, através de relações comerciais, e consolidado após a crise global de 2008, por meio de uma série de investimentos, o complexo soja-carne Brasil-China experimenta uma dinâmica ascendente no rastro da guerra comercial entre Estados Unidos e China.

Em nossa visão, esse complexo comercial representa uma força de mudança rumo ao reordenamento multipolar do regime alimentar internacional, impulsionado pelos interesses das corporações do agronegócio, da indústria alimentícia e da agricultura capitalista desses países, bem como dos seus Estados nacionais, em uma direção Sul-Oriente, desafiando o poder estabelecido das grandes corporações transnacionais do Atlântico Norte.⁴ Friedmann (1991) introduziu a noção de “complexos transnacionais de mercadorias agroalimentares” para analisar a agricultura de exportação na transição do primeiro para o segundo regime alimentar. O advento dos padrões “fordistas” de produção e consumo de massa nos países desenvolvidos e a difusão do modelo de agricultura industrial moderna pelo paradigma tecnológico da “revolução verde” nos países em desenvolvimento consolidaram grandes complexos agroindustriais para grãos (trigo e milho), alimentos duráveis (oleaginosas, rações, carnes) e produtos tropicais (banana, café, cacau) em nível global. Além de incluir o complexo agroenergético (madeira,

⁴ Ver, entre outros, Escher, Schneider e Ye (2018), Escher e Wilkinson (2019) e Escher (2020).

cana-de-açúcar, palma) nessa lista, McMichael (2020) também demonstrou que o mercado mundial está, na verdade, articulado através de distintos “polos de importação” e “polos de exportação” de um conjunto de *commodities*, enfatizando a ascensão das corporações do agronegócio como atores dominantes. Weis (2013), por sua vez, ofereceu uma contribuição crucial com a noção de “complexo agroindustrial grãos-oleaginosas-pecuária”. Por meio da mecanização, das economias de escala, da intensificação, da simplificação biológica e da padronização, as paisagens agroalimentares ao redor do mundo podem cada vez mais ser comparadas a “ilhas de animais concentrados em mares de monoculturas”, nos quais os ambientes naturais preexistentes são desarticulados e posteriormente rearticulados por uma série de tecnologias e insumos (sementes transgênicas, fertilizantes e agrotóxicos, rações, hormônios e antibióticos) que circulam pelo mercado mundial sob o controle das grandes corporações transnacionais do agronegócio e do setor agroalimentar.

Desnecessário repetir Mindi Schneider e Philip Huang em suas análises sobre as transformações da produção pecuária, do esmagamento de soja, da fabricação de rações e do processamento de carnes na China sob o comando das empresas cabeça de dragão; nem Flemming Christiansen sobre as mudanças na política de segurança alimentar com a liberalização das importações de soja para suprir o espetacular aumento da demanda. Não obstante, é preciso examinar as implicações da participação crescente da China na dinâmica do mercado agrícola mundial. Nesse intuito, a Tabela 1 a seguir mostra dados sobre produção e comércio internacional de soja entre os anos agrícolas de 2007/2008 e 2019/2020, com destaque para a China, do lado da demanda, que sozinha importa quase 60 % de toda a soja comercializada internacionalmente, e para o Brasil, os Estados Unidos e a Argentina, do lado da oferta, que juntos exportam quase 90 % desse total.⁵

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, 2020) mostra que a produção mundial de soja na safra 2019/20 alcançou quase 340 milhões de toneladas e que aproximadamente 44 % de toda essa produção foram comercializados no mercado mundial. Os Estados Unidos, maior produtor mundial de soja até 2016, com 33,57 % do total, hoje é o segundo maior, com 28,50 %. Nas exportações de soja, o país também era o maior do mundo até 2011, com 40,34 % do total, e hoje ocupa a segunda posição, com 32,34 %. A Argentina se mantém em terceiro lugar, tanto na produção

⁵ Além da soja, os chineses discutem se seria melhor estratégia liberalizar o mercado de milho a fim de baratear a produção de rações, atingindo virtual autossuficiência em carnes, ou importar uma parte maior das carnes para atender o consumo, mantendo os produtores de milho protegidos (Huang et al., 2017).

mundial, que de 20,96 % em 2007 vai para 15,64 % em 2019, como na exportação, que vai de 14,98 % para 5,35 %. O país, entretanto, esmaga mais de 80 % de toda a sua produção e exporta mais de 70 % desse total, que representa 45,79 % de todo o farelo de soja comercializado no mercado mundial em 2019, enquanto o Brasil exporta 23,48 % e os Estados Unidos 18,17 %.⁶ O grande destaque nesse cenário, claro, é o Brasil, que ultrapassou os Estados Unidos na exportação de soja em 2011 e na produção em 2016, hoje ocupando a primeira posição mundial, com 36,28 % da produção e 51,20 % das exportações.

Tabela 1

Produção e comércio internacional de soja em grãos, 2007/08-2019/20

Ano Agrícola	Mundo		China		EUA		Brasil		Argentina	
	Prod.	Exp.	Prod.	Imp.	Prod.	Exp.	Prod.	Exp.	Prod.	Exp.
2007/08	220.469	78.774	13.400	37.816	72.859	31.538	61.000	24.515	46.200	11.803
2008/09	211.960	76.845	15.540	41.098	80.749	34.817	57.800	28.041	32.000	3.486
2009/10	260.854	92.550	14.980	50.338	91.470	40.798	69.000	29.188	54.500	13.701
2010/11	264.180	92.420	15.100	52.339	90.663	40.959	75.300	33.789	49.000	10.389
2011/12	240.427	92.186	14.485	59.231	84.291	37.186	66.500	31.905	40.100	6.098
2012/13	268.824	100.802	13.050	59.865	82.791	36.129	82.000	42.826	49.300	7.817
2013/14	283.115	112.769	12.200	70.364	91.363	44.594	86.700	45.747	53.400	7.434
2014/15	319.001	125.962	12.350	78.350	106.905	50.136	97.200	54.635	61.450	11.670
2015/16	315.897	132.232	12.367	83.230	106.869	52.869	96.500	52.100	58.800	9.046
2016/17	348.298	146.933	13.596	93.495	116.931	58.963	114.600	68.807	55.000	7.247
2017/18	341.744	153.076	15.283	94.095	120.065	58.071	122.000	83.729	37.800	3.841
2018/19	360.257	148.300	15.967	82.540	120.515	47.564	119.000	73.445	55.300	10.275
2019/20	338.971	153.976	17.100	85.000	96.263	48.308	123.000	76.500	53.000	8.000

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do USDA (2020).

No sentido inverso, de acordo com a Administração Geral de Alfândegas da República Popular da China (GACC, 2020), do total das importações chinesas de soja em 2019, que totalizaram um valor de US\$ 35,4 bilhões (US\$ 2,7 bilhões a menos que no ano anterior), 65 % foram comprados do Brasil, 19 % dos Estados Unidos, 10 % da Argentina e 6 % de outros países.

⁶ Com uma estratégia de agregar valor as suas exportações de soja, a Argentina possui cerca de 16 % da capacidade de esmagamento de soja do mundo, a mesma do Brasil, ficando atrás apenas da China e dos Estados Unidos, que possuem 29 % e 19 % dessa capacidade, respectivamente (Oliveira; Schneider, 2016).

Entre 2013, quando se tornou o maior fornecedor de soja para a China, e 2019, último ano com dados consolidados, o Brasil proveu, em média, 55 % do total das importações chinesas, enquanto a média dos Estados Unidos foi de 32 % e, da Argentina, de 8 %. Importante frisar, contudo, que a média norte-americana era de 37 % até 2018, quando começou a sofrer os impactos da guerra comercial. De qualquer maneira, os números demonstram a inegável centralidade da soja brasileira no complexo de rações e carnes da China e no comércio agrícola internacional como um todo.

No entanto, uma grande preocupação dos chineses é a dependência em relação às *traders* transnacionais de *commodities* agrícolas do Atlântico Norte, como as estadunidenses ADM, Bunge e Cargill e a francesa Louis Dreyfus (ABCD), e da Ásia, como a Noble e a Wilmar, de Singapura, e a Olam, de Hong Kong (NOW), além das japonesas Mitsui, Itochu e Marubeni (Escher; Wilkinson; Pereira, 2018). Com a “crise da soja de 2004”, quando muitas processadoras chinesas faliram ao perderem na justiça uma contenda comercial com seus fornecedores estrangeiros, as grandes *traders* conseguiram adquirir ativos de seus devedores, chegando a dominar 80 % do esmagamento e 60 % do refino de soja na China. Mas, em 2007, o governo chinês promulgou uma lei proibindo estrangeiros de estabelecer novos moinhos e, já em 2010, menos de 40 % do esmagamento era controlado por transnacionais, a maior parte em parceria com firmas chinesas (Oliveira; Schneider, 2016). Mais do que isso, o governo começou a promover uma política de internacionalização das empresas de agronegócio chinesas, a chamada “*going out strategy*”. Através dessa política, o Estado chinês passou a apoiar empresas a investirem em terras e recursos agrícolas, montar operações de processamento, construir capacidades logísticas, cooperar com outras transnacionais e adquirir firmas estrangeiras, a fim de expandir o alcance global das empresas estatais e privadas do país, visando tanto garantir a sua segurança alimentar através do controle do acesso a recursos naturais no exterior como entrar em mercados lucrativos através da exportação de capitais, externalizando a absorção de capacidade excedente doméstica (Escher; Wilkinson; Pereira, 2018; Oliveira, 2017; McKay et al., 2017; Fares, 2019).

Após negócios pouco exitosos via investimentos *greenfield* na compra de terras para o cultivo direto no Brasil, observa-se uma mudança no comportamento estratégico das empresas chinesas, que passam a priorizar operações *brownfield* de fusão e aquisição de ativos de firmas de agronegócio com o objetivo precípua de controlar as cadeias de valor de determinadas *commodities* em regiões-chave – como a soja no Mato Grosso – inclusive adquirindo ou construindo infraestruturas de logística, transporte e armazenagem.

Na dianteira desse processo está a estatal China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation (Cofco), maior produtora e esmagadora de soja, refinadora de óleo, processadora de alimentos e *trader* agrícola da China.⁷ O passo decisivo foi dado em 2014, quando a Cofco adquiriu a holandesa Nidera e a singapurana Noble, ambas com operações em larga escala no Brasil e em outros países do Cone Sul, principalmente Argentina e Paraguai, mas também no Uruguai. Já é comum até se falar das “*Big Five*” em vez das “*Big Four*”, ou das ABCCD em vez das ABCD, onde o segundo C se refere a Cofco, que hoje é a quinta maior exportadora de soja do Brasil e da região e pretende alcançar um poder de mercado ainda maior nos próximos anos.⁸ A Cofco possui 22 silos no Brasil, 14 na Argentina, sete no Paraguai e sete no Uruguai, além de dez terminais portuários nos quatro países. Assim como as concorrentes, a empresa persegue uma estratégia de verticalização e controle de todos os elos da cadeia de valor, incluindo produção e venda de insumos, financiamento dos produtores, oferta de assistência técnica, compra da produção agrícola, industrialização, transporte e distribuição. Seguramente a Cofco está na direção de se consolidar como uma das maiores *traders* globais e, por sua posição estratégica no complexo soja-carne Brasil-China, será um ator-chave do eventual reordenamento multipolar e policêntrico do regime alimentar.⁹

Um processo de tal envergadura obviamente não depende de apenas uma empresa, por mais poderosa que seja. Se a ambição chinesa como polo importador é, através da parceria brasileira, controlar as cadeias de valor das principais *commodities* agroalimentares globais desde o território do principal polo exportador, a construção de infraestruturas relacionadas e a provisão de fontes de financiamento para este fim são condições *sine qua non*. Quanto às infraestruturas, cabe mencionar a aquisição de dois novos armazéns e a construção de mais um em municípios do Mato Grosso pela Cofco, a cons-

⁷ A COFCO é a principal transnacional chinesa de agronegócio a jusante, enquanto a ChemChina é a principal a montante, ambas controladas pela Sasac (State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council) (Fares, 2019). Depois da Cofco, as maiores firmas no mercado de soja chinês são a Wilmar, as estatais JiuSan, Sinograin e Chinatex (Cofco), as multinacionais Bunge, Cargill e Dreyfus, e as privadas chinesas Bohai, Hopefull, Xiangchi e SanWei (Gale; Valdes; Ash, 2019).

⁸ No Brasil, a empresa também opera nos mercados de milho, café, algodão e açúcar e etanol.

⁹ Para análises detalhadas sobre diferentes aspectos dos investimentos diretos estrangeiros chineses no agronegócio brasileiro, ver Wilkinson, Wesz Jr. e Lopane (2016), Oliveira (2017), Escher, Wilkinson e Pereira (2018) e Escher e Wilkinson (2019). Esses investimentos incluem, até o final de 2019, operações em compras de terra (CNADC, CGG, GPI e Universal Timber) e em diversos outros ramos, como sementes e insumos (Anhui Longping High-Tech Seeds, Tide Group, ChemChina e CITIC), tabaco (CTIB), processamento e/ou exportação de grãos (Cofco e Pengxin/Hunan Dakang) e máquinas agroindustriais (Pingle).

trução de um novo terminal portuário em Miritituba no Pará pela Cianport/Hunan Dakang, os acordos assinados pela China Railway Construction Corporation (CRCC) com a Camargo Correa e os governos de Mato Grosso e do Pará, a compra de 80 % da empreiteira Concremat e a construção do porto de São Luís do Maranhão pela China Communications Construction Company (CCCC), além de diversos anúncios das duas últimas e da China Railway Corporation (CRC) sobre seu interesse em participar dos projetos nas ferrovias Ferrogrão, Norte-Sul, Integração Oeste-Leste, Trans-Nordestina e, principalmente, Bioceânica (Aguiar, 2017; Escher; Wilkinson; Pereira, 2018; Garcia, 2018). Em relação às finanças, grandes bancos como Bank of China (BoC), Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), China Construction Bank (CCB) e Bank of Communications (BoCom) estabeleceram subsidiárias ou adquiriram bancos médios no Brasil. Eles têm realizado empréstimos importantes em operações de exportação-importação agrícola entre os dois países e fornecem informações estratégicas para agronegócios chineses que buscam investimentos no Brasil, sinalizando o início de acordos de *swap* de moeda. Por enquanto, porém, tanto nas infraestruturas quanto nas finanças relacionadas aos agronegócios, os resultados têm ficado aquém das expectativas (ou mesmo dos temores) de muitos, principalmente em comparação a outros setores como energia e petróleo, em que o Brasil recebeu grandes investimentos de origem chinesa (Oliveira, 2018).

Apesar dessas expectativas ainda não concretizadas dos investimentos diretos estrangeiros chineses no agro brasileiro e das incertezas relacionadas às consequências da crise do Coronavírus mundo afora, da peste suína na China e da guerra comercial entre Estados Unidos e China, tudo indica que o complexo soja-carne Brasil-China deve se fortalecer e tornar-se vital para o novo regime alimentar emergente. Diferentes instituições¹⁰ projetam que o consumo e as importações de soja da China crescerão nos próximos anos, mas em um ritmo mais lento do que na década anterior, sobretudo por causa da retração do PIB chinês em 2020 em decorrência da Covid-19 e da desaceleração da sua taxa de crescimento para um nível não superior a 5 % ao ano.

É provável que a China deseje reduzir sua dependência dos Estados Unidos, mesmo que as tarifas de 25 % sobre as importações de soja venham a ser abolidas no futuro (Fuchs et al., 2019). No curto prazo, os Estados Unidos tentam compensar as perdas dos seus agricultores com subsídios e redirecionar parte das exportações de soja para outros mercados, mas a ten-

¹⁰ O USDA (2020) apresenta projeções para o período 2020-2029, o MARA (2020) para o período 2019-2028 e o Rabobank (2020) para o período 2019-2024.

dência de médio prazo é de redução do nível de produção de soja e sua substituição por cultivos de milho e trigo (Gale; Valdes; Ash, 2019).

Diante das tensões geopolíticas com os Estados Unidos e do desconforto diplomático com o Brasil, seus principais fornecedores, a China tem perseguido múltiplas estratégias para diminuir a dependência das importações de soja. A ampliação das relações de comércio e investimento em agricultura com a Argentina vem nessa direção. A diversificação de suas fontes de fornecimento para países como Rússia, Cazaquistão e Ucrânia, também. No futuro, quem sabe até alguns países da África possam assumir um papel mais relevante. O governo chinês igualmente enfatiza a importância de aumentar a produção nacional de soja. Apesar do nível de consumo de carne ter aumentado nas últimas décadas, observam-se novas tendências de consumo, como o aumento do vegetarianismo, do veganismo e do flexitarianismo. Xi Jinping pessoalmente lidera campanhas pela redução do desperdício de alimentos. Da mesma forma, é de se esperar que a China assuma progressivamente um maior protagonismo na agenda ambiental global. Além disso, o governo e as empresas chinesas vêm investindo pesado em inovações nas indústrias de sementes, rações, carnes e biotecnologias, à procura de novas soluções tecnológicas (Wilkinson; Escher; Garcia, 2022).

Todas essas medidas devem impactar no sentido de uma redução relativa da demanda chinesa e de uma diminuição da sua dependência em relação ao Brasil e aos Estados Unidos. É previsível, porém, que a China continuará precisando da soja brasileira pelos próximos anos e que o Brasil continuará aumentando sua produção e exportações de soja, carnes e outros produtos para a China, sendo seguido por outros países do Cone Sul. Nesse cenário, e inevitável que, para além das relações de mercado e comércio bilateral, as cadeias de valor vinculadas ao complexo soja-carne venham a ser cada vez mais integradas sob o controle de empresas chinesas, acirrando as contradições econômicas, sociais e ambientais existentes e tornando ainda mais urgente que o Brasil articule uma estratégia adequada para lidar com os desafios que ora se impõem.

Desenvolvimento rural: o significado da Estratégia de Revitalização Rural da China

No início de cada ano, o Comitê Central do PCC e o Conselho de Estado lançam um Documento Central de Política Pública Nº 1 (*zhongyang yihao wenjian*) para definir prioridades e diretrizes para seu trabalho naquele ano. Desde que as reformas começaram, por cinco anos consecutivos (1982-

1986), os Documentos Centrais N°1 priorizaram questões rurais e agrícolas. Nas duas décadas seguintes, porém, essas questões foram excluídas das prioridades políticas definidas nos Documentos N° 1, os quais passaram a privilegiar basicamente questões urbanas e industriais.

A partir de 2003, contudo, os temas rurais e agrícolas voltaram para ficar, figurando como assunto prioritário nos Documentos N° 1 por 19 anos consecutivos, incluindo 2021, como evidência o Quadro 1, abaixo.

Quadro 1

Documentos de Política N° 1 do Governo Central da RPC, 2003-2020

2003	Implementar a Reforma Tributária Rural
2004	Promover o Crescimento da Renda dos Camponeses
2005	Aumentar a Capacidade Geral de Produção Agrícola
2006	Promover a Construção de um Novo Campo Socialista
2007	Priorizar o Desenvolvimento de uma Agricultura Moderna
2008	Realçar a Infraestrutura Rural e Investir Mais na Agricultura, no Campo e nos Camponeses
2009	Promover a Estabilidade da Agricultura e Aumentar a Renda dos Camponeses
2010	Integrar o Desenvolvimento Urbano e Rural, Fortalecer a Agricultura e Beneficiar os Camponeses
2011	Acelerar a Reforma Rural e o Desenvolvimento do Sistema de Irrigação e Conservação da Água
2012	Promover a Inovação Tecnológica na Agricultura e Fortalecer a Oferta de Produtos Agrícolas
2013	Promover a Agricultura Moderna e Aumentar o Apoio ao Desenvolvimento Rural
2014	Aprofundar a Reforma Rural e a Modernização da Agricultura de Maneira Abrangente
2015	Acelerar a Reforma Rural e Inovação e Modernização da Agricultura
2016	Colocar Novas Ideias em Prática e Acelerar a Modernização da Agricultura
2017	Aprofundar a Reforma Rural do Lado da Oferta e Criar Novos Motores do Desenvolvimento Rural
2018	Delinear um Roteiro para a Estratégia de Revitalização Rural em Três Passos
2019	Priorizar a Garantia do Desenvolvimento da Agricultura e das Áreas Rurais
2020	Alcançar a Eliminação da Pobreza e Melhorar os Elos Fracos Rurais
2021	Acelerar a Modernização da Agricultura e das Áreas Rurais

Fonte: elaboração dos autores com informações do Mara (2020).

A partir de meados da década de 1990, a China enfrentou uma crise agrária, que passou a ser referida nos debates intelectuais e na política pública oficial com o termo “*sannong wenti*” – os três problemas agrários. Desde que a temática agrária foi reintroduzida aos Documentos Nº 1, em 2003, houve um movimento progressivo de reformas fiscais, tributárias e administrativas que culminou na abolição das taxas e impostos rurais, em 2006, pondo fim ao “fardo camponês” existente desde a fundação da República Popular da China e uma reminiscência de dois mil anos antes disso.

A preocupação com a necessidade de melhorar a renda dos camponeses e a produtividade da agricultura vai ganhando força. Em 2006, o presidente Hu Jintao, estabelece o programa *Construindo um Novo Campo Socialista* (CNCS), que inclui investimentos públicos na construção de infraestruturas e serviços rurais (educação, saúde, estradas, água e energia) e a montagem inicial de um sistema de seguridade social que garanta condições mínimas de vida para a população rural (alimentos, roupas, moradia, tratamento médico e despesas de sepultamento). Essa estratégia estava diretamente associada às proposições de uma perspectiva científica do desenvolvimento e da construção de uma sociedade harmoniosa.

Todavia, a despeito dessa política bastante abrangente de desenvolvimento rural, assim como o governo de Hu Jintao, o de Xi Jinping tem privilegiado um processo mais estrito de modernização agrícola, apoiado em transferências de terra e consolidação de unidades maiores com produção em escala, intensivas em tecnologia e capital e integradas ao mercado e ao agronegócio pelas empresas cabeça de dragão (Zhang; Oya; Ye, 2015; Day; Schneider, 2018; Zhan, 2020).

Entre 2017 e 2018, o PCC aparentemente ensaia uma mudança de rumo, anunciando a *Estratégia de Revitalização Rural* (ERR). Embora ainda enfatize a importância de grandes unidades, da produção em escala e do uso de tecnologias, a nova diretiva reconhece a necessidade de, ao mesmo tempo, integrar as pequenas unidades camponesas à agricultura moderna e proteger os seus direitos contra as expropriações de terra promovidas pelo setor imobiliário e contra a concentração da produção, da renda e da riqueza pelo agronegócio, muitas vezes em associação direta com os governos locais (Zhan, 2020).

A premissa por trás desse movimento pendular na política agrária já estava presente na visão de Hu Jintao, segundo a qual, a China havia ultrapassado o estágio em que a agricultura suportava a indústria e adentrado um novo estágio em que a indústria deveria suportar a agricultura a fim de alcançar um desenvolvimento coordenado entre o urbano e o rural. Xi

Jinping é ainda mais contundente, ao propor superar o “viés urbano” do modelo de desenvolvimento chinês, em que as grandes cidades e a industrialização eram estimuladas em detrimento das áreas rurais, do setor agrícola e do consumo dos camponeses, e promover a “sinergia rural-urbano com um viés rural”.

Em termos discursivos, a ERR de Xi Jinping atualiza o CNCS de Hu Jintao frente as contradições da “nova era”, simbolizando a sua assinatura na política de desenvolvimento rural chinesa, assim como é o caso da BRI na política externa. Em termos práticos, os objetivos expressos da ERR são: incentivar os pequenos agricultores familiares a se envolverem na agricultura moderna, integrar os setores primário, secundário e terciário nas áreas rurais e melhorar o sistema de assistência técnica e extensão agrícola; apoiar a sustentabilidade ambiental, preservar a cultura rural e melhorar o modelo de governança rural; garantir a estabilidade dos contratos via sistema de responsabilidade familiar e melhorar a separação dos direitos de propriedade, uso e operação das terras rurais contratadas; promover a formação de novos tipos de agricultores e talentos profissionais, eliminar a pobreza e elevar os padrões básicos de vida da população rural (Ye, J., 2019).

Captar o significado da ERR não é tarefa trivial, especialmente diante da ambiguidade institucional da política agrária do Estado chinês, que, por um lado, promove uma modernização da agricultura com base nas transferências de terra e na expansão do agronegócio e, por outro, uma dinâmica de desenvolvimento rural com base na agricultura camponesa e nas cooperativas rurais. Um fator-chave, segundo Sit e colegas (2018), é que, assim como as antigas dinastias que implementaram políticas de redistribuição de terras e isenção de impostos geralmente conseguiram manter a estabilidade por mais tempo, o custo de uma crise macroeconômica sempre foi transferido para os camponeses, a agricultura e as áreas rurais (*sannong*). Caso contrário, grandes reformas fiscais e econômicas foram necessárias, geralmente acompanhadas de mudanças traumáticas nas alianças de poder. Isso significa que a *sannong*, ao mesmo tempo que exerce pressões, também serve como amortecedor de instabilidades e crises. Por isso, na conjuntura atual, marcada pela difícil transição do modelo econômico interno e um contexto externo adverso, a ERR é crucial para a operação eficaz desse mecanismo.

Desse modo, entender essas reversões políticas requer analisar os interesses em disputa frente a esse mecanismo econômico operado pela *sannong*. Para tanto, Zhan (2020) identifica os principais campos que surgiram nos debates sobre a questão agrária recente e seus graus variados de influência política. Da mesma forma, Jingzhong Ye (2019) esmiuça as teses teóricas que

justificam as posições defendidas por esses três campos, especificamente em relação à Estratégia de Revitalização Rural.

O primeiro campo é o dos neoliberais, formado basicamente por economistas neoclássicos ou adeptos da teoria dos custos de transação. Quando surgiu, nos anos 1990, esse grupo exerceu notável impacto nas políticas do governo, mas tem perdido espaço desde a crise de 2008. Nessa visão, a produtividade total dos fatores e a competitividade da agricultura seriam otimizadas pela alocação eficiente dos recursos escassos propiciada por direitos de propriedade privada sobre a terra, que destarte poderia ser usada como garantia na tomada de empréstimos. Esse campo advoga a privatização da terra para que os moradores possam vender ou hipotecar suas propriedades e migrar para as cidades, permitindo fluxos desimpedidos de capital para o campo e de trabalho para as áreas urbanas. O rural, portanto, não é enxergado como um espaço de vida e de trabalho para os camponeses, mas como um espaço econômico para a expansão das empresas de agronegócio e da agricultura de larga escala em moldes capitalistas.

O segundo campo é o dos campesinistas, que congrega intelectuais e ativistas da Nova Esquerda, do NMRR e das redes alimentares alternativas, com algum sucesso em influenciar as políticas públicas. Suas referências teóricas variam de Chayanov e Polanyi à Teoria do Sistema-Mundo e ideias pós-estruturalistas. Esse campo defende a combinação semiproletária, pluriativa ou multifuncional de agricultura camponesa com direito à terra garantido e trabalhadores migrantes com empregos urbanos decentes. Isso assegura a estabilidade rural e, ao mesmo tempo, cria uma força de trabalho industrial barata que dá competitividade global à economia chinesa. Há dissensões internas sobre se as unidades agrícolas grandes ou pequenas usariam a terra de maneira mais ou menos eficiente, uma que a outra, e, portanto, se as transferências de terra são necessariamente negativas ou podem desempenhar um papel positivo sob certas condições. Mas é consensual que a terra não deve ser tratada como mercadoria e que os agronegócios prejudicam os meios de subsistência dos camponeses, tornando-os mais vulneráveis. A solução seria a integração vertical da agricultura camponesa via cooperativas para aumentar seu poder de barganha no mercado, o que demandaria uma política pública coerente e resoluta por parte do Estado. Além disso, enfatiza a importância da comunidade, da cultura rural, da ecologia e da governança democrática para a construção de uma sociedade próspera, justa e civilizada.

O terceiro campo é o que predomina entre os *policymakers* e pode ser caracterizado como desenvolvimentista. Em princípio, sua fonte teórica básica é o marxismo oficial do PCC, mas sua visão guarda proximidade com

a teoria da modernização, o etapismo de Rostow e o dualismo estrutural de Lewis. Para esse campo, é fundamental organizar a produção agrícola em larga escala, uma vez que unidades pequenas e dispersas são incapazes de absorver tecnologia e capital, estando fadadas à baixa produtividade e à pobreza. Entretanto, são cautelosos ao pressionar por esse processo, pois sabem que a agricultura em pequena escala ainda é vital para a subsistência de milhões de camponeses e que muitos trabalhadores migrantes não encontrariam emprego decente na cidade. Também defendem a propriedade coletiva, para evitar que o governo perca o controle sobre o processo de modernização agrícola, e a financeirização dos direitos de uso da terra. Não se trata de um campo dogmático, pois o recurso ao jargão marxista, em geral, visa justificar pragmaticamente decisões tomadas de acordo com as imposições da realidade e interesses conflitantes, sempre buscando manter a estabilidade social e o poder do partido-Estado.

Em artigo publicado antes do lançamento da ERR, Day e Schneider (2018) argumentaram que a orientação pró-modernização-urbanização do governo e o processo de mudança agrária capitalista que emergiu por volta de 2008 estariam fechando as oportunidades do projeto pró-camponês imaginado no início da década. Zhan (2020), por sua vez, sustenta que, frente às atuais reversões políticas, o futuro do desenvolvimento rural está aberto, mas será determinado pelo resultado dos conflitos e negociações entre atores diversos: governo central, governos locais, camponeses, trabalhadores migrantes, agricultura capitalista, empresas de agronegócio e investidores urbanos.

O que pode acontecer ou qual cenário predominará? Em se tratando de China, é difícil afirmar. Mas o cenário mais otimista, desejado pelos desenvolvimentistas, ainda que um tanto improvável, é o de que a economia urbana será capaz de empregar a maioria dos moradores deslocados do campo e que os poucos que permanecerem vão se profissionalizar e obter uma boa renda. No segundo cenário, a maioria dos camponeses continuaria no campo com seu direito à terra, mas presos a uma condição de relativa pobreza, com sua renda espremida pelas empresas do agronegócio. O terceiro cenário, em que a consolidação do capitalismo agrário e das expropriações de terra em larga escala leva a uma estrutura social segmentada e hierárquica, formada por elite gerencial, agricultores capitalistas, assalariados agrícolas, agricultores integrados e pobres sem terra, parece ser cada vez mais plausível. O quarto cenário seria o da coexistência de um agronegócio corporativo articulado à agricultura capitalista e de uma agricultura familiar produtora regular de alimentos, produtos de maior valor agregado, pequenos negócios, *e-commerce*, agroturismo e outras atividades não agrícolas, incluindo traba-

lho assalariado nas cidades. O quinto cenário, também o mais pessimista, seria o de avanço da concentração na agricultura, deslocando a maioria dos moradores rurais para uma economia urbana incapaz de absorver o excesso de força de trabalho, dando origem a uma enorme classe de pobres urbanos amplamente marginalizados.

Estudiosos como Jingzhong Ye e Shaohua Zhan acreditam que a situação mais pessimista é improvável em futuro próximo. Zhan (2020) busca corroborar essa posição mencionando um documento oficial de 2018, o qual assevera que a “realidade básica da China” por muitos anos será ter uma grande parte da sua população no meio rural. Outro documento de 2019, também mencionado, diz que “a família camponesa é a unidade básica da produção agrícola e desempenha uma série de papéis positivos, como apoiar o PCC, estabilizar a sociedade rural, gerar emprego, proteger o ambiente e preservar cultura rural.” (Zhan, 2020, p. 128)

Ao fim e ao cabo, é possível que todos esses cenários possam ser encontrados no nível local, em diferentes partes da China, a depender das especificidades regionais. Contudo, neste momento, o quarto cenário é provavelmente o mais representativo da realidade nacional. Apesar da aliança do Estado chinês com o grande agronegócio, visando sustentar altas taxas de crescimento econômico, o modelo de desenvolvimento baseado na coexistência talvez seja incapaz de fornecer meios de subsistência seguros para a maioria da população rural. Nesse caso, abre-se uma brecha para o projeto camponês, se ele for capaz de abrir espaços e influenciar os rumos da ERR junto ao campo desenvolvimentista, que, apesar de dominante, possui limitações no seu arco de ação. Para isso, é preciso que o campo neoliberal seja definitivamente desacreditado e deslegitimado, especialmente junto aos dirigentes políticos, o que não está dado.

Desafios e perspectivas para o Brasil e a América do Sul frente à China: o que fazer?

No rescaldo da crise financeira global de 2008, os governos progressistas de esquerda e centro-esquerda da América do Sul começaram a, paulatinamente, perder momento, dando lugar a governos conservadores de direita e extrema-direita em vários países da região.¹¹ O fenômeno da “maré rosa” esteve, em larga medida, associado à insatisfação de amplos segmentos da

¹¹ As mudanças de governo ocorridas no Paraguai, Brasil, Equador e Bolívia são, por muitos, qualificadas como golpes; na Venezuela, a tentativa de golpe fracassou; e no Chile, Uruguai e

população desses países com as consequências das políticas neoliberais implementadas desde a década de 1990 e as oportunidades abertas pelo *boom* das *commodities* no início da década de 2000, puxado principalmente pela enorme demanda chinesa por energia, matérias-primas e alimentos, que acabou tendo como efeito a alta dos preços dos produtos primários e baseados em recursos naturais.

Se a China favoreceu a emergência dos modelos econômicos “extrativistas” que deram sustentação à *pink tide*, em parte, foi também por conta da desaceleração da economia chinesa, a partir de 2012, com a redução da demanda por *commodities*, que diminuíram as taxas de crescimento dos países sul-americanos, encolhendo simultaneamente o espaço fiscal de seus governos para continuar fazendo as bem-sucedidas políticas sociais e distributivas.¹² O caso do Brasil é emblemático nesse sentido, pois a ascensão de Lula ao poder coincide com o *boom* das *commodities* e o seu ocaso, mediante o golpe parlamentar que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, dá-se em um contexto de crise e restrições das exportações de produtos primários para a China.

Nos governos petistas de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016),¹³ o Estado promoveu um projeto denominado “neodesenvolvimentista”, mediando um compromisso entre a grande burguesia interna (bancos nacionais, construção civil, indústria de transformação, mineração, agronegócios etc.) como fração hegemônica no bloco no poder e a classe trabalhadora, a baixa classe média e amplos segmentos populares como base de apoio. Durante esse período, o Brasil experimentou uma trajetória de crescimento econômico moderado, a taxas maiores do que a média durante os governos “neoliberais” de Cardoso (1994-2002), e um processo de redução da pobreza e aumento do nível de renda na base da população. Além do cenário externo favorável, essa trajetória se explica pelo dinamismo do mercado interno, impulsionado pela queda do desemprego e a elevação da ocupação formal, o

Argentina, as mudanças de governo se deram dentro da normalidade democrática, com retorno da esquerda no último.

¹² Sobre o auge e declínio dos governos da *pink tide*, ver os dossiês editados por Kay e Vergara-Camus (2017) e por Ellner (2019). E, sobre a evolução do modelo “neoextrativista” nos países sul-americanos, ver Gerber (2020), Evans (2020), Ye, Ploeg, Schneider e Shanin (2019) e Gudyas (2011).

¹³ A interpretação apresentada nos próximos parágrafos ampara-se em Boito Jr. (2018), Boito Jr. e Berringer (2014) e Reis e Berringer (2018). Para uma visão geral e abrangente dos principais debates e controvérsias em torno do processo de ascensão e queda dos governos do PT, ver o dossiê duplo da revista *Latin American Perspectives*, editado por Saad-Filho, Grigera e Colombi (2020, 2020a).

aumento do salário-mínimo, as políticas sociais e de transferência de renda e a expansão do crédito ao consumidor.

Apesar da política macroeconômica similar à anterior (superávit primário, metas de inflação e câmbio flexível), houve uma retomada do papel do Estado na economia, através do fortalecimento de empresas estatais como a Petrobrás e da elevação do orçamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar empresas privadas (as “campeãs nacionais”) e apoiar sua internacionalização, esforços esses somados a medidas anticíclicas e desonerações fiscais para manter a demanda agregada, além de tentativas de reduzir a taxa básica de juros e os *spreads* bancários e desvalorizar a taxa de câmbio entre 2011 e 2013.

Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) também patrocinaram uma política externa “ativa e altiva”, com foco estratégico prioritário na integração econômica e política da América do Sul (Mercosul e Unasul)¹⁴ e no fortalecimento das relações Sul-Sul, principalmente com os Brics (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul) e a África (Moçambique e Angola etc.), sem, contudo, deixar de manter relações normais com Estados Unidos, Europa e Japão. No entanto, por uma série de razões, parte importante da burguesia interna abandonou o projeto neodesenvolvimentista, e o compromisso de classes que o sustentava foi rompido com o “golpe de 2016”, através do *impeachment* que derrubou Dilma Rousseff.

Em face desse processo traumático, o projeto político neoliberal retornou ao comando do Estado, com uma agenda de austeridade fiscal, privatização de empresas e serviços públicos e desmonte de direitos sociais, sustentado pela grande burguesia associada aos interesses do capital transnacional. Esse projeto ressurgiu durante o governo Temer (2016-2018) e consolidou-se com Bolsonaro (2019-2022). Junto com a agenda econômica neoliberal, o governo Bolsonaro vem promovendo pautas conservadoras e reacionárias, sendo, por vezes, caracterizado como “populista autoritário” (Borras, 2020) e, até, “neofascista” (Boito Jr., 2020).

A política externa do governo Bolsonaro, por sua vez, dá continuidade à de Temer e rompe totalmente com a de Lula e Dilma, rejeitando qualquer pretensão de autonomia e desenvolvimento, liderança na integração sul-americana, defesa do multilateralismo, promoção das relações Sul-Sul e cons-

¹⁴ Em meio a controvérsias acerca da Venezuela e divergências sobre o caráter político da Unasul, Colômbia, Peru, Equador, Chile, Argentina e Brasil suspenderam sua participação, restando Uruguai, Guiana, Bolívia, Suriname e Venezuela como membros ativos. O presidente brasileiro Jair Bolsonaro propõe constituir o Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul) em substituição à Unasul.

trução de uma ordem multipolar. A sua principal diretriz internacional foi, até a vitória de Joe Biden, o alinhamento cego à política externa do governo Trump, subordinando-se aos interesses norte-americanos sob a justificativa da atração de investimentos externos e invocando um discurso ideológico que mistura culturalismo religioso, nacionalismo rasteiro e teorias conspiratórias no combate a ameaças imaginárias como “comunismo”, “marxismo cultural” e “globalismo” (Vidigal, 2019).

Para além dos devaneios ideológicos do governo Bolsonaro, estudos e evidências indicam que o Brasil vem experimentando um conjunto contraditório de impactos associados ao assim chamado “efeito China” no contexto sul-americano.¹⁵ Em primeiro lugar, os impactos diretos, referentes aos fluxos bilaterais de comércio e investimento entre os dois países. Desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil. As exportações brasileiras para a China são compostas majoritariamente de produtos primários e intensivos em recursos naturais, com baixos níveis de valor agregado (principalmente soja, minério de ferro e petróleo bruto), enquanto as importações brasileiras da China são predominantemente produtos manufaturados de alta, média e baixa intensidade tecnológica com níveis bastante elevados de valor agregado (principalmente máquinas, equipamentos e eletrônicos). A balança comercial bilateral tem se mantido favorável para o Brasil, com sistemáticos superávits em produtos primários e déficits em manufaturas. Guardadas as variações e especificidades, padrões semelhantes em termos de fluxos comerciais e perfis tecnológicos são verificados na maioria dos países da América do Sul em relação à China, mas com muitos apresentando déficits totais persistentes.¹⁶

Complementarmente aos padrões de comércio, também é crescente a importância dos investimentos diretos da China na América Latina. Em particular no Cone Sul, sobretudo após 2008, esses investimentos têm buscado garantir o suprimento de matérias-primas e recursos naturais (energia, minerais e produtos agroalimentares), bem como promover as exportações de

¹⁵ Escher, Schneider e Ye (2018) caracterizam o “efeito China” no Brasil, no contexto sul-americano, como uma conjunção de impactos diretos, impactos indiretos e consequências estruturais, com base numa revisão seletiva dos dados e da literatura relevante até 2015. A bibliografia mais recente confirma e atualiza essa avaliação. Ver Hiratuka (2019, 2018, 2016), Menezes e Bragatti (2020) e Rodrigues e Moura (2019).

¹⁶ A China é a primeira fonte das importações de Brasil, Bolívia, Chile, Peru e Uruguai e a segunda de Argentina, Colômbia, Equador, Paraguai e Venezuela, enquanto é o primeiro destino das exportações de Brasil, Chile e Peru, o segundo de Argentina e Uruguai, e está entre os cinco primeiros dos demais. Em todos os casos, predominam exportações de *commodities* e importações de manufaturas (Hiratuka, 2018).

seus produtos industriais e capitais excedentes. Em todos os países da região predominam investimentos *brownfield* (fusões e aquisições) em comparação aos *greenfield* (novas capacidades), tendo as empresas estatais um peso maior do que as empresas privadas.

Mas, enquanto na maioria dos países os investimentos chineses se restringem ao setor primário e, em menor medida, às infraestruturas, no Brasil observa-se uma evolução distinta, que reflete o maior nível de diversificação e complexidade da sua economia. Até 2010 esses investimentos estiveram concentrados nos setores de petróleo, gás e minerais metálicos, além de agronegócios. Nos anos seguintes, entram nos setores de energia elétrica, telecomunicações e infraestrutura. Mais recentemente, avançam também nos setores de bens de capital, automotivo e eletrônicos. Os bancos chineses igualmente estão cada vez mais presentes nos mercados financeiros do Brasil e da região, seja através do estabelecimento de subsidiárias ou da compra de bancos locais menores.

Em segundo lugar, os impactos indiretos, ligados à melhoria dos seus termos de troca e à competição em terceiros mercados. As reformas “neoliberais” iniciadas no governo Collor e consolidadas nos governos Cardoso – liberalização comercial, desregulação financeira, privatizações, abertura da conta capital, redução de tarifas e eliminação da maior parte das barreiras não tarifárias e, especialmente, a Lei Kandir – deram origem a uma tendência recorrente de apreciação crônica da taxa de câmbio real. Essa tendência se aprofundou durante os governos “neodesenvolvimentistas” do PT, associada principalmente ao diferencial entre as taxas de juros doméstica e internacional (as primeiras comparativamente mais altas, atraindo capitais de curto prazo) e à melhoria dos termos de troca (razão entre os níveis de preços das exportações e das importações), levando muitos economistas a diagnosticarem que a economia brasileira vem sendo acometida por uma espécie de “doença holandesa” e que o real parece se comportar como uma “*commodity currency*”.¹⁷

Nesse quadro, as exportações brasileiras de produtos manufaturados têm sido ameaçadas pela crescente competição das exportações da China em terceiros mercados (Demeulemeester, 2012; Pereira, 2015; Hiratuka, 2016; Iedi, 2019). Um estudo (Pereira, 2015) identificou os produtos coincidentes

¹⁷ Para revisões competentes desse debate, ver Mafra e Silva (2017) e Branco (2016). Conforme Rodrigues e Moura (2019), embora outras economias sul-americanas também apresentem ciclos de apreciação cambial concomitantes à intensificação das exportações primárias para a China, as suas especificidades não permitem fazer generalizações a respeito com base na tendência observada no Brasil.

do Brasil e da China nas pautas de importação de países ou regiões selecionadas e calculou os percentuais de perdas (ou ganhos) de participação do Brasil nesses mercados, estimando o quanto dessas perdas é atribuído à China. O trabalho mostra que, entre 2008 e 2013, o Brasil apresentou perdas de 22 % nas exportações de produtos coincidentes com a China para a América do Sul e 17 % para os Estados Unidos, mercados que importam majoritariamente manufaturas, e de 2 % para a Europa, que importa principalmente *commodities*. As participações da China nessas perdas durante o período foram de 38 %, 30 % e 14,5 %, respectivamente.

Em terceiro lugar, estão as consequências estruturais de longo alcance. Além da “reprimarização” da pauta exportadora (composta em quase 50 % por produtos básicos), a economia brasileira enfrenta um processo caracterizado como “desindustrialização precoce”, evidente na diminuição sistemática da participação da indústria de transformação no produto (de 33 % em 1980 para 16 % em 2010 e 12 % em 2017) e no emprego total (de 21 % em 1994 para 18 % em 2010 e 10 % em 2017).¹⁸ Essa especialização regressiva se reflete na crescente perda de complexidade da economia brasileira, inibindo sua capacidade de investir, inovar, criar encadeamentos tecnológicos e gerar empregos de qualidade.¹⁹ A percepção de que o Brasil está se desindustrializando é reforçada pelo padrão do comércio bilateral Brasil-China, que, apesar dos termos de troca conjunturalmente favoráveis, parece estar reproduzindo, num novo contexto, a velha estrutura centro-periferia tão criticada pelos clássicos da Cepal.

Esse processo tem levado muitos analistas a tratarem das relações do Brasil e dos demais países latino-americanos com a China como uma nova “situação de dependência”. A justificativa, segundo os estudiosos, é que as economias latino-americanas estão voltando a usar as vantagens comparativas dos seus recursos naturais como mecanismo de inserção na economia da China, que está se tornando cada vez mais globalizada.²⁰ A presença chinesa na região acaba afetando a posição estratégica do Brasil na construção de uma ordem multipolar a partir da integração sul-americana. O Mercado Comum do Sul (Mercosul), o Fundo para a Convergência Estrutural (Focem), o

¹⁸ Dados do IBGE (2020). Hiratuka e Sarti (2017), Lelis, Cunha e Linck (2019) e Nassif e Castilho (2020), entre outros, analisam as principais controvérsias e nuances em torno desse debate.

¹⁹ Entre 1998 e 2018, o Brasil cai da 23ª para a 39ª posição no *ranking* de complexidade econômica, com seu índice de complexidade econômica (ECI) passando de 0,72 para 0,62, enquanto o ECI do Japão, que ocupa a 1ª posição no *ranking*, passa de 1,95 para 2,17 no mesmo período, o ECI dos Estados Unidos, que cai da 6ª para a 9ª posição, passa de 1,75 para 1,57, e o ECI da China, que sobe da 59ª para a 30ª posição, passa de -0,23 para 0,89 (OEC, 2020).

²⁰ Ver, entre outros, Stallings (2020), Rodrigues e Moura (2019) e Bernal-Meza (2019).

Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosi-Plan) e o Conselho de Segurança Sul-americana (CSD) poderiam ser espaços institucionais importantes de atração de investimentos externos. Mas a China não tem estabelecido acordos multilaterais com blocos econômicos de países, o que acaba levando cada país a se relacionar de forma particular com os chineses. Invariavelmente, todos os países são confrontados com o poder de compra e o tamanho da China, o que, se não assusta, pelo menos inibe.²¹

No momento atual, o Brasil encontra-se econômica, política e moralmente fragilizado para desempenhar um papel de maior protagonismo internacional e se posicionar de modo diferente em relação à China. Não obstante, à luz dos acontecimentos recentes e dos debates suscitados pela organização deste livro, acreditamos que pelo menos três temas requerem atenção especial na elaboração de uma visão estratégica de longo prazo da relação entre Brasil e China no que tange às questões rurais e agroalimentares.

Um tema que gera grandes expectativas se refere aos investimentos chineses em infraestruturas no Brasil e na América do Sul. Há largo consenso na percepção de que as infraestruturas da região estão defasadas em relação ao Leste Asiático. Estima-se que os investimentos anuais precisariam mais do que dobrar para alcançar 5 % do PIB ao ano (Silva, 2019). O Brasil investe em média apenas 2 % ao ano e o seu estoque de infraestrutura corresponde a 36 % do PIB, muito abaixo do 60 % considerado necessário para promover sua universalização (Paiva; Lins; Ferreira, 2019). Assim, a oferta de crédito e financiamento pelos bancos chineses e a participação de empresas da China nos leilões de concessões, parcerias público-privadas e privatizações em áreas nas quais tenham *expertise*, tecnologia e eficiência de custos (transportes e logística, TICs e banda larga, saúde, eletricidade e energia renovável, habitação e saneamento etc.) são vistas como muito atraentes e oportunas (Arbache; Maia, 2019; Pires, 2019; Werner, 2019).

Wang Yi, ministro das Relações Exteriores da RPC, já afirmou que a América Latina é uma “extensão natural” da Rota Marítima da Seda e um “participante indispensável” na construção da BRI. Em 2015, foi criado o Fórum China-Celac e, em 2017, o Fundo China-Brasil de Cooperação para a Capacitação Produtiva (FBC), coordenado pela Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain) do Ministério do Planejamento e o China-LAC Industrial Cooperation Investment Fund Co., Ltd. (Claifund), com aporte previsto de US\$ 20 bilhões. Até agora, entretanto, não houve desembolsos substanciais de recursos para projetos diretamente vinculados a BRI

²¹ Para discussões nessa direção, ver Hiratuka (2016), Medeiros (2011) e Fiori (2010).

na América do Sul, mesmo porque Brasil, Colômbia e Paraguai não são membros oficiais da iniciativa.²² A construção de infraestruturas na América Latina em geral, e na América do Sul em particular, faz parte de uma estratégia de longo prazo da China. Mas essa inclusão tênue e limitada dos países da região na BRI pode estar relacionada à sua percepção de risco de que os investimentos possam falhar por conta de possíveis críticas associadas a impactos socioambientais, de resistências políticas nos países destinatários, de que os empréstimos não sejam reembolsados ou os investimentos não deem o retorno esperado. Outro risco potencial é o de que grandes projetos de infraestrutura na região a serem feitos pela China e vinculados à BRI possam ser vistos como provocações geopolíticas contra os Estados Unidos, que ainda considera a América Latina como seu próprio “quintal” (Oliveira; Myers, 2020; Aguiar, 2017; Garcia, 2018; Paiva; Lins; Ferreira, 2019).

O caso da Ferrovia Bioceânica, o mais ambicioso megaprojeto no âmbito da BRI na América do Sul, que conectaria o Atlântico e o Pacífico através do Brasil e do Peru, é ilustrativo das complexidades sociotécnicas e das disputas de interesses envolvidas. Os custos de transporte das exportações brasileiras para a China reduziriam, pelo tempo de viagem menor e a evitação do Canal do Panamá. Mas a enormidade dos desafios econômico-financeiros, dos impactos socioambientais e das dificuldades de coordenação de interesses entre os países (os benefícios para Peru não são tão claros como para o Brasil) deve inviabilizar sua realização em um único projeto, embora trechos menores possam vir a ser construídos (Hiratuka, 2018; Silva, 2019). Outro exemplo é o projeto da Ferrogrão, que conectaria o eixo norte-sul do Mato Grosso até os novos portos fluviais de Itaituba/Miritituba no rio Tapajós, no Pará, de onde as *commodities* poderiam ser deslocadas por barcaças até os portos de águas profundas na foz do rio Amazonas. Não por acaso, grandes produtores e *traders* transnacionais presentes na região, como as ABCD e, principalmente, a estatal chinesa Cofco, tendem a favorecer a Ferrogrão em detrimento da Bioceânica (Oliveira; Myers, 2020; Aguiar, 2017).

O problema crucial é que falta ao Brasil e aos demais países sul-americanos uma estratégia clara e de longo prazo para a expansão das infraestruturas, que possa se conformar à BRI de modo a articular melhor os interesses chineses com os interesses gerais das suas empresas, trabalhadores e sociedade como um todo. Sem isso, o caminho não será outro senão o aprofundamento do modelo primário-exportador e a incapacidade de aproveitar a parceria com a China para viabilizar projetos que proporcionem

²² A Argentina aderiu à BRI recentemente, enquanto este capítulo era escrito.

serviços de qualidade, aumento da produtividade, geração de empregos, condições de trabalho dignas, adensamento das cadeias produtivas, agregação de valor e inovação tecnológica. As instituições políticas e financeiras existentes, como a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), a Cúpula dos Brics e o Fórum China-Celac, o Novo Banco de Desenvolvimento dos Brics (NDB), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o BNDES, assim como os próprios projetos prioritários para potencializar a infraestrutura e a conectividade da região, definidos no plano da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (Iirsa/Cosiplan), já conteriam as bases para tal estratégia.

Para evitar contestações das elites hegemônicas nacionais e internacionais, as ações abrangidas pela BRI na região poderiam ser articuladas em consonância com os consensos multilaterais estabelecidos, tais como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. No entanto, é preciso responsabilidade e comprometimento das ditas elites dos países sul-americanos, bem como pressão dos atores da sociedade civil para que essas ações sejam compreendidas e aplicadas como políticas de “Estado” e não apenas de “governo”, de modo que sua concretização não fique à mercê das agendas eleitorais e das instabilidades políticas que marcam a história da região (Hiratuka, 2018; Pires, 2019).

O segundo tema é o ambiental, recentemente alçado ao centro das polêmicas entre governo, cientistas, investidores e sociedade civil no Brasil, que tem provocado fortes repercussões no cenário internacional. A maior repercussão está relacionada ao aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia. Em julho de 2019, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgou que foram derrubados 6,8 mil km² de floresta na Amazônia, um crescimento de 88 % no desmatamento em relação a julho de 2018. Mas, ao invés de anunciar medidas de controle e combate ao desmatamento, o presidente Jair Bolsonaro anunciou a exoneração do diretor Inpe, o físico Eduardo Galvão. Entre janeiro e outubro de 2019, o Inpe também contabilizou mais de 160 mil focos de incêndio florestal no país, um aumento de 45 % em relação ao mesmo período de 2018, chegando a ser de 84 % em agosto de 2019. A floresta amazônica sozinha registrou quase 60 mil focos de incêndios no período, mais de 60 % deles no mês de agosto. No dia 10 de agosto de 2019, inclusive, o município de Novo Progresso (PA) foi palco de um evento batizado de “Dia do Fogo”, organizado por fazendeiros, empresários, advogados e pessoas ligadas ao setor agropecuário para chamar atenção e demonstrar apoio ao presidente e à política ambiental do ex-mi-

nistro Ricardo Salles (Pontes, 2020). Em julho de 2020, foram divulgados os novos dados de desmatamento da floresta amazônica, que alcançou 9,2 mil km², uma taxa de crescimento de 35 % em relação ao ano anterior (Escobar, 2020). Dias depois, o governo foi surpreendido com uma carta assinada por 29 fundos e instituições financeiras, que gerenciam mais de US\$ 3,7 trilhões em ativos, demonstrando preocupação e ameaçando retirar investimentos, caso não fossem tomadas medidas efetivas em relação ao desmatamento, à regularização fundiária e aos direitos das populações indígenas. A resposta do governo tem sido insistir em que sua política está correta e que é necessário desfazer opiniões distorcidas sobre a “imagem” do Brasil junto à opinião pública e aos investidores internacionais (Borges, 2020).

Estima-se que mais de 80 % da soja produzida em fazendas onde ocorreu desmatamento ilegal tenha sido exportada – 46 % para a China e 14 % para a Europa (Rajão et al., 2020). Do total das importações chinesas de soja brasileira em 2018, quase um quarto teve origem em Mato Grosso, sendo que 21 % disso pode ter vindo de fazendas com desmatamento ilegal, enquanto cerca de um terço das importações europeias vieram de Mato Grosso, quase 20 % disso de fazendas onde potencialmente ocorreu desmatamento ilegal (Vasconcelos, 2022). Do total de 815 mil propriedades rurais com registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR) localizadas nos biomas Amazônia e Cerrado, 15 % foram desmatadas após 2008, metade de forma potencialmente ilegal. Mas, embora apenas 2 % (17.557) delas seja responsável por 62 % (1,47 milhões de ha) de todo esse desmatamento (2 % por 55 % do desmatamento na Amazônia e 2 % por 73 %, no Cerrado), pelo menos 20 % da soja e 17 % das exportações de carne bovina de ambos os biomas para a União Europeia (EU) podem estar contaminados com desmatamento ilegal. O tema ambiental deve adquirir um peso cada vez maior em meio às contradições do complexo soja-carne Brasil-China.

O terceiro tema, por fim, está relacionado às possíveis lições que o Brasil poderia aprender a partir da experiência da China acerca de sua estratégia de desenvolvimento rural. Obviamente, qualquer comparação entre Brasil e China que vise extrair lições e sugerir aprendizados no âmbito dos processos rurais e agrários precisa levar em consideração o tamanho e a escala da China *vis-à-vis* o Brasil, especialmente no que se refere aos aspectos demográficos e à forma de acesso à terra, bem como às respectivas diferenças relativas ao regime político e à dinâmica das relações de poder. O ponto em comum entre essas duas questões é que a China parece estar implantando um programa bem-sucedido de transição rural-urbano e, ao mesmo tempo, urbano-rural. O deslocamento populacional planejado através do relaxamento parcial

dos controles do registro residencial (*Hukou*), assim como o estabelecimento do Sistema de Responsabilidade Familiar e o apoio à industrialização rural através das Empresas de Vilas e Aldeias (EVAs) parece ser um mecanismo bem-sucedido de promover o deslocamento de excedentes populacionais rurais, especialmente oriundos de pequenas propriedades camponesas, sem condená-los à precariedade da urbanização marginalizada, como ocorreu – e ainda ocorre – no Brasil e no restante da América Latina. O estabelecimento de ZEEs na China parece seguir outra racionalidade do que a das Zonas Francas no Brasil, sendo as primeiras mais focadas na geração de empregos e as segundas em prover privilégios fiscais a alguns setores produtivos nem sempre estratégicos.

Outro aspecto a ser destacado refere-se à hesitação da China e do Brasil em promover uma estratégia de desenvolvimento que tenha por base o fortalecimento do campesinato e da agricultura familiar. Tanto na China como no Brasil, assim como, de resto, na América Latina, é impensável remover ou eliminar o numeroso campesinato para dar espaço a outras formas de trabalho e ocupação. Em ambos os casos, a agricultura familiar e o campesinato não são “o problema”, mas parte da “solução” para o desenvolvimento rural. O estabelecimento concomitante da BRI e da ERR na China indica que não há por que imaginar que uma exclui a outra. A lição que fica para o Brasil é a de que podemos ter uma agricultura familiar forte, resiliente e capaz de gerar excedentes alimentares e bem-estar social e, ao mesmo tempo, ter uma agricultura que produz para exportar alimentos, fibras e matérias-primas.

Portanto, a ideia de coexistência de modelos e formas de produção, mas com limitação do direito absoluto à propriedade privada da terra e regulação do agronegócio de modo a submetê-lo aos interesses da sociedade como um todo, parece ser algo a considerar e, sobretudo, aprender. O aprendizado de maior alcance que o caso chinês pode deixar, todavia, refere-se à relação entre industrialização e desenvolvimento rural. O modelo de desenvolvimento industrial que a China opera desde 1978 parece sempre ter contado com o suporte de sua enorme massa de trabalhadores que viviam nas regiões rurais. Durante algumas décadas, eles foram, de fato, mão de obra barata para a alavancagem da industrialização. Nas últimas duas décadas, o governo chinês parece ter se dado conta – e por isso passou a apoiar – de que não existe incongruência entre industrialização e desenvolvimento rural. Pelo contrário, a industrialização pode promover e fortalecer o desenvolvimento rural. No Brasil, com exceção de algumas iniciativas de industrialização descentralizadas, como as que ocorreram em Santa Catarina, as políticas do Estado em apoio às indústrias (via incentivos fiscais, por exemplo) parecem caminhar na

contramão do desenvolvimento rural, dado o pressuposto de que a indústria somente pode dar certo nos espaços urbanos. Assim, se quisermos retomar um projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil, seria muito oportuno pensarmos em uma estratégia de “revitalização” do nosso espaço rural.

Referências

AGUIAR, D. *A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazonia brasileira*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2017.

ARBACHE, J.; MAIA, J. N. B. *O futuro da China e as oportunidades para o Brasil*. Rio de Janeiro: CEBC, 2019.

BELESKY, P.; LAWRENCE, G. Chinese state capitalism and neomercantilism in the contemporary food regime: contradictions, continuity and change. *Journal of Peasant Studies*, v.46, n.6, p. 1119-1141, 2019.

BERNAL-MEZA, R. China y América Latina: el desarrollo de una nueva relación centro-periferia. *Revista do CEAM*, v. 5, n. 1, p. 59-73, 2019.

BOITO JR., A. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo: Unicamp, 2018.

BOITO JR., A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, n. 50, p. 111-119, 2020.

BOITO JR., A.; BERRINGER, T. Social classes, neo-developmentalism, and Brazilian foreign policy under presidents Lula and Dilma. *Latin American Perspectives*, n. 41, p. 94-109, 2014.

BOMBARDI, L. M. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

BORGES, A. Pressionado sobre desmatamento, governo faz carta a investidores. *Economia UOL*, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/07/03/pressionado-governo-faz-carta-a-investidores.htm>. Acesso em: 5 julho 2021.

BORRAS, S. M. Agrarian social movements: the absurdly difficult but not impossible agenda of defeating right-wing populism and exploring a socialist future. *Journal of Agrarian Change*, v. 20, n. 1, p. 3-36, 2020.

BRANCO, *Rea*, v. 20, n. 1, p. 92-112, 2016.

BROWN, K.; WANG, C. Politics and Science: The case of China and the coronavirus. *Asian Affairs*, v. 51, n. 2, 2020.

CAMPBELL, K. M.; DOSHI, R. The coronavirus could reshape global order: China is maneuvering for international leadership as the United States falters. *Foreign Affairs*, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/print/1125706>. Acesso em: 5 julho 2021.

- CARNEIRO, F. F. *et al.* (org.). *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2015.
- CHAYANOV, A. *A teoria das cooperativas camponesas*. Tradução de Regina Vargas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2017.
- DAY, A. F.; SCHNEIDER, M. The end of alternatives? Capitalist transformation, rural activism and the politics of possibility in China. *Journal of Peasant Studies*, v. 45, n. 7, p. 1221-1246, 2018.
- DEMEULEMEESTER, J. M. *Ascensão chinesa: uma análise de seus impactos sobre o Brasil*. 2012. Monografia. Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- DOTSON, J. China's other viral crisis: African Swine Fever and the state effort to stabilize pork prices. *The Jameson Foundation*, 16 de Março de 2020. Disponível em: <https://jamestown.org/program/chinas-other-viral-crisis-african-swine-fever-and-the-state-effort-to-stabilize-pork-prices/>. Acesso em: 5 julho 2021.
- DUARTE, F. Coronavírus: as tensões diplomáticas que a pandemia provocou ao redor do mundo. *BBC Brasil*, 12 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52239168>. Acesso em: 5 julho 2021.
- ELLNER, S. (org.). Pink-tide governments: pragmatic and populist responses to challenges from the right. *Latin American Perspectives*, v. 46, n. 1, p. 4-22, 2019.
- ESCHER, F. *Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China e no Brasil: uma análise institucional comparativa*. Curitiba: Appris, 2020.
- ESCHER, F.; SCHNEIDER, S.; YE, J. The agrifood question and rural development dynamics in Brazil and China: towards a protective “countermovement”. *Globalizations*, v. 15, n. 1, p. 92-113, 2018.
- ESCHER, F.; WILKINSON, J. A economia política do complexo soja-carne Brasil-China. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 57, n. 4, p. 656-678, 2019.
- ESCHER, F.; WILKINSON, J.; PEREIRA, P. Causas e implicações dos investimentos chineses no agronegócio brasileiro. In: JAGUARIBE, A. (org.). *Direction of Chinese global investments: implications for Brazil*. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2018. p. 190-228.
- ESCOBAR, H. Desmatamento na Amazônia dispara de novo em 2020. *Jornal da USP*, 7 ago. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/desmatamento-da-amazoniadispara-de-novo-em-2020/>. Acesso em: 5 julho 2021.
- EVANS, P. Polanyi meets Bolsonaro: Reactionary politics and the double movement in twenty-first-century Brazil. *International Sociology*, v. 35, n. 6, p. 1-17, 2020.
- FARES, T. M. The rise of state-transnational capitalism in the Xi Jinping era: A case study of China's international expansion in the soybean commodity chain. *Journal of Development Studies*, v. 35, n. 4, p. 86-106, 2019.
- FIEBRIG, I.; BOMBARDI, L.; NEPOMUCENO, P. Sars-CoV-2, suinocultura intensiva e a agricultura industrializada. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 26 de Maio de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/sars-cov-2-suinocultura-intensiva-e-a-agricultura-industrializada/>. Acesso em: 5 julho 2021.

- FIORI, J. L. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: SADER, E. (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo; Flacso Brasil, 2010. FRIEDMANN, H. (). Agrifood industries and export agriculture: the changing international division of labour. In: FRIEDLAND, W.; BUSCH, L.; BUTTEL, F. (org.). *The new political economy of agriculture*, p. 65-93. Boulder: Westview Press, 1991.
- FUCHS, R.; ALEXANDER, P.; BROWN, C.; COSSAR, F.; HENRY, R. C.; ROUNSEVELL, M. Why the US–China trade war spells disaster for the Amazon. *Nature*, v. 567, n. 7.749, p. 451-454, 2019.
- GACC – General Administration of Customs People’s Republic of China. *Statistics*. Beijing: GACC, 2020. Disponível em: <http://english.customs.gov.cn/>. Acesso em: 5 julho 2021.
- GALE, F., VALDES, C.; ASH, M. *Interdependence of China, United States, and Brazil in Soybean Trade*. OCS-19F-01. Washington: USDA Economic Research Service, 2019.
- GARCIA, A. S. *Investimentos da China no Brasil, África do Sul e Índia: arranjos institucionais, atores e impactos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Action Aid, 2018.
- GERBER, J-F. Degrowth and critical agrarian studies. *Journal of Peasant Studies*, v. 47, n. 2, p. 235-264, 2020.
- GUDYNAS, E. Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo. *América Latina en movimiento*, n. 462 (fev.). Quito, 2011.
- GUPPY, D. The future of China’s economic engagement. *China Daily*, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/a/202004/24/WS5ea28240a310a8b2411516bf.html>. Acesso em: 5 julho 2021.
- HAAS, R. The pandemic will accelerate history rather than reshape it: Not every crisis is a turning point. *Foreign Affairs*, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/print/node/1125883>. Acesso em: 5 julho 2021.
- HE, B. The domestic politics of the Belt and Road Initiative and its implications. *Journal of Contemporary China*, v. 28, n. 116, p. 180-195, 2019.
- HEER, J. The New Cold War in Asia is born from desperation. *The Nation*, 11 maio 2020. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/politics/new-cold-war-asia/>. Acesso em: 5 julho 2021.
- HIRATUKA, C. Chinese OFDI in Brazil: trends and impacts, 2000-2017. In: PETERS, H. D. (org.). *China’s foreign direct investment in Latin America and the Caribbean*. Mexico: UNAM, 2019. p.167-188.
- HIRATUKA, C. Changes in the Chinese development strategy after the global crisis and its impacts in Latin America. *Revista de Economía Contemporánea*, v. 22, n. 1, p. 1-25, 2018.
- HIRATUKA, C. Impactos de China sobre el proceso de integración regional de Mercosur. In: PETERS, E. D. (org.). *La nueva relación comercial de América Latina y el Caribe con China. ¿Integración o desintegración regional?* México: RedalC-China; Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, 2016. p.195-244.

- HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 37, n. 1, p. 189-207, 2017.
- HOLBIG, H. China after reform: the ideological, constitutional, and organisational makings of a new era. *Journal of Current Chinese Affairs*, v. 47, n. 3, p. 187-207, 2018.
- HUANG, J.; WEI, W.; CUI, Q. ; XIE, W. The prospects for China's food security and imports: Will China starve the world via imports? *Journal of Integrative Agriculture*, v.16, n. 12, p. 2933–2944, 2017.
- HUANG, P. C. C. The three models of China's agricultural development: strengths and weaknesses of the administrative, laissez faire, and co-op approaches. *Rural China*, v. 14, p. 488-527, 2016.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contas Nacionais*. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 5 julho 2021.
- IBAÑEZ, P. Geopolítica e diplomacia em tempos de COVID-19: Brasil e China no limiar de um contencioso. *Espaço e Economia*, n. 18, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/13257>. Acesso em: 5 julho 2021.
- IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Ameaça chinesa e posição brasileira na exportação de produtos dinâmicos. *Carta IEDI*, n. 900, p. 1-28, 2019.
- KAY, C.; VERGARA-CAMUS, L. (org.). Peasants, agribusiness, left-wing governments, and neo-developmentalism in Latin America: exploring the contradictions. *Journal of Agrarian Change*, v. 17, n. 2, 2017.
- LEI, Z. *The political economy of China's Belt and Road Initiative*. New Jersey: World Scientific, 2018.
- LELIS, M. T. C.; CUNHA, A. M.; LINCK, P. O choque nos preços das *commodities* e a economia brasileira nos anos 2000. *Revista de Economia Política*, v. 39, n. 3, p. 427-448, 2019.
- LI, X. (org.). *Mapping China's "One Belt, One Road" initiative*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.
- MAFRA, R. F.; SILVA, J. A. Doença holandesa e desindustrialização no Brasil: de volta a um país primário-exportador? *Revista Pesquisa & Debate*, v. 28, n. 2, p. 52-74, 2017.
- MARA - Ministry of Agriculture and Rural Affairs. *China Agricultural Outlook (2019-2028)*. Beijing: China Agricultural Science and Technology Press, 2020.
- MARA - Ministry of Agriculture and Rural Affairs. *Policy interpretation*. Beijing: MARA, 2020. Disponível em: <http://english.agri.gov.cn/governmentaffairs/pi/>. Acesso em: 5 julho 2021.
- MENEZES, R. G.; BRAGATTI, M. C. Dragon in the “backyard”: China's investment and trade in Latin America in the context of crisis. *Revista de Economia Política*, v. 40, n. 3, p. 446-461, 2020.
- McCARTHY, S.; CHEN, S. Bat virus? Bioweapon? What science says about Covid-19 origins. *South China Morning Post*, 11 de Abril de 2020. Disponível em: <https://www>.

scmp.com/news/china/society/article/3079391/bat-virus-bioweapon-what-science-says-about-covid-19-origins. Acesso em: 5 julho 2021.

McKAY, B.; FRADEJAS, A. A.; BRENT, Z.; SAUER, S.; XU, Y. China and Latin America: towards a new consensus of resource control. *Third World Thematics*, v. 1, n. 5, p. 592-611, 2017.

McMICHAEL, P. Does China “going out” strategy prefigure a new food regime? *Journal of Peasant Studies*, v. 47, n.1, p. 116-154, 2020.

MEDEIROS, C. A. A dinâmica da integração produtiva Asiática e os desafios a integração produtiva no Mercosul. *Análise Econômica*, v. 29, n. 55, p. 7-32, 2011.

NASSIF, A.; CASTILHO, M. Trade patterns in a globalised world: Brazil as a case of regressive specialization. *Cambridge Journal of Economics*, v. 44, n. 3, p. 671-701, 2020.

NOGUEIRA, I.; QI, H. The state and domestic capitalists in China’s economic transition: from great compromise to strained alliance. *Critical Asian Studies*, v. 51, n. 4, p. 558-578, 2019.

OECD - Observatory of Economic Complexity. *Ranking*. Cambridge: Harvard, 2020.

OLIVEIRA, G. L. T. Chinese finance for Brazilian agribusiness and infrastructure: early signs of a new era? 6th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies. *Anais*,, Brasília, Brazil, 2018.

OLIVEIRA, G. L. T. *The south-south question: transforming Brazil-China agroindustrial partnerships*. PhD Dissertation (Geography), University of California, Berkeley, 2017.

OLIVEIRA, G. L. T.; MYERS, M. The tenuous co-production of China’s Belt and Road Initiative in Brazil and Latin America. *Journal of Contemporary China*, v. 30, n. 169, p. 481-499, 2020.

OLIVEIRA, G. L. T.; SCHNEIDER, M. The politics of flexing soybeans: China, Brazil and global agroindustrial restructuring. *Journal of Peasant Studies*, v. 43, n. 1, p. 167-194, 2016.

PAIVA, M. C.; LINS, C.; FERREIRA, G. *Brasil-China: o estado da relação, Belt and Road e lições para o futuro*. Rio de Janeiro: CEBRI, 2019.

PEREIRA, L. B. V. As perdas nas exportações brasileiras para a China. *Conjuntura Econômica*, v. 69, n. 1, p. 62-64, 2015.

PIRES, M. C. A Iniciativa Cinturão e Rota: suas derivações políticas, econômicas e culturais e seus vínculos com o futuro da América Latina. *Mundo e Desenvolvimento*, v. 1, n. 2, p. 81-102, 2019.

PLOEG, J. D.; YE, J. *China’s peasant agriculture and rural society*. London: Routledge, 2016.

PONTES, N. Um ano após o “dia do fogo”, Amazonia segue em chamas. *Deutsche Welle*, 10 ago. 2020. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3gkww>. Acesso em: 5 julho 2021.

RABOBANK. *China food & agribusiness monthly-update on coronavirus*. Amsterdam: RaboResearch Food & Agribusiness, 2020. Disponível em: https://research.rabobank.com/pesproxy/download/2534236_Rabobank_China_FA_Monthly_CoronavirusUpdate_May2020.pdf. Acesso em: 5 julho 2021.

RAJAO, R.; SOARES-FILHO, B.; NUNES, F.; BORNER, J.; MACHADO, L.; ASSIS, D.; OLIVEIRA, A.; PINTO, L.; RIBEIRO, V.; RAUSCH, L.; GIBBS, H.; FIGUEIRA, D. The rotten apples of Brazil's agribusiness: Brazil's inability to tackle illegal deforestation puts the future of its agribusiness at risk. *Science*, v. 369, n. 6.501, p. 246-248, 2020.

REIS, C. F. B.; BERRINGER, T. Inserção externa decadente e estrutura produtiva dependente. In: Associação Keynesiana Brasileira – AKB. *Dossiê V da AKB – O Brasil pós-recessão: das origens da crise às perspectivas e desafios futuros*. Sao Paulo: AKB, 2018.

RIBEIRO, V. L. A China e a pandemia de Covid-19: das medidas de contenção à estratégia global. *Carta Maior*, 31 de março de 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Pelo-Mundo/A-China-e-a-pandemia-do-Covid-19-das-medidas-de-contencao-a-estrategia-global/6/46992>. Acesso em: 5 julho 2021.

RODRIGUES, B. S.; MOURA, R. S. De la ilusión de las *commodities* a la especialización regresiva: América del Sur, China y la nueva etapa de la dependencia en el siglo XXI. *Papel Político*, v. 24, n. 2, p. 1-27, 2019.

SAAD-FILHO, A.; GRIGERA, J.; COLOMBI, A. P. The nature of the PT governments: a variety of neoliberalism? Part 1. *Latin American Perspectives*, v. 47, n. 1, 2020.

SAAD-FILHO, A.; GRIGERA, J.; COLOMBI, A. P. The nature of the PT governments: a variety of neoliberalism? Part 2. *Latin American Perspectives*, v. 47, n. 2, 2020a.

SCHNEIDER, M. Developing the meat grab. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 4, p. 613-633, 2014.

SCMP REPORTERS. What is the US-China trade war? How it started and what is inside the phase one deal. *South China Morning Post*, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://www.scmp.com/print/economy/china-economy/article/3078745/what-uschina-trade-war-how-it-started-and-what-inside-phase>. Acesso em: 5 julho 2021.

SILVA, M. Reflexões sobre a iniciativa OBOR na América Latina e sua ajuda à superação na deficiência em infraestrutura econômica na região. *Mundo e Desenvolvimento*, v. 1, n. 2, p. 52-80, 2019.

SIT, T.; QIU, J.; YAN, X.; EREBUS, W.; WEN, T. Rural communities and economic crises in modern China. *Monthly Review*, v. 70, n. 4, 2018.

STALLINGS, B. *Dependency in the twenty-first century?* The political economy of China-Latin America relations. Cambridge: Cambridge University, 2020.

TONCHEV, P. The Belt and Road after Covid-19. *The Diplomat*, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/04/the-belt-and-road-after-covid-19/>. Acesso em: 5 julho 2021.

USDA – United States Department of Agriculture. *USDA Agricultural Projections to 2029*. Washington: USDA, 2020.

VADELL, J. De la globalización a la interconectividad: reconfiguración espacial en la iniciativa Belt & Road y implicaciones para el Sur Global. *Revista Transporte y Territorio*, n. 21, p. 44-68, 2019.

VASCONCELOS, A. *Uncovering the deforestation and climate risks of Chinese and EU soy and beef imports from South America*. Washington: Wilson Center, 2022.

- VIDIGAL, C. A. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. *Meridiano*, v. 20, n. 47, p. 1-16, 2019.
- WALLACE, R.; LIEBMAN, A.; CHAVES, L. F.; WALLACE, R. Covid-19 and circuits of capital. *Monthly Review*, v. 72, n. 1, 2020.
- WEIS, T. The meat of the global food crisis. *Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 1, p. 65-85, 2013.
- WERNER, D. Rodadas de neoliberalização, provisão de infraestruturas e “efeito China” no Brasil pós-1990. *EURE*, v. 46, n. 139, p. 143-162, 2019.
- WILKINSON, J.; ESCHER, F.; GARCIA, A. S. The Brazil-China nexus in agrofood: What is at stake in the future of the animal protein sector. *International Quarterly for Asian Studies*, v. 53, n. 2, p. 251-277, 2022.
- WILKINSON, J.; WESZ JR., V. J.; LOPANE, A. R. M. Brazil and China: the agribusiness connection in the Southern Cone context. *Third World Thematics*, v. 1, n. 56, p. 726-745, 2016
- XU, Z. The development of capitalist agriculture in China. *Review of Radical Political Economics*, v. 49, n. 4, p. 591-598, 2017.
- YAO, Y. The New Cold War. *Reading the China Dream*, 18 maio 2020. Disponível em: <https://www.readingthechinadream.com/yao-yang-the-new-cold-war.html>. Acesso em: 5 julho 2021.
- YE, M. Fragmentation and mobilization: domestic politics of the Belt and Road Initiative in China. *Journal of Contemporary China*, v. 28, n. 119, p. 696-711, 2019.
- YE, J. *Theorizing Rural Vitalization strategy: a multi-dimensional view*. International Seminar on Rural Vitalization, Beijing, maio 2019.
- YE, J., VAN DER PLOEG, J. D., SCHNEIDER, S., & SHANIN, T. The incursions of extractivism: Moving from dispersed places to global capitalism. *The Journal of Peasant Studies*, v. 47, n. 1, p. 155-183, 2019.
- ZHAN, S. The land question in 21st century China: four camps and five scenarios. *New Left Review*, n. 122, p. 115-133, 2020.
- ZHANG, J. Beyond the “hidden agricultural revolution” and “China’s overseas land investment”: main trends in China’s agriculture and food sector. *Journal of Contemporary China*, v. 28, n. 119, p. 746-762, 2019.
- ZHANG, Q. F.; OYA, C.; YE, J. Bringing agriculture back in: The central place of agrarian change in rural China studies. *Journal of Agrarian Change*, v. 15, n. 3, p. 299-313, 2015.
- ZHAO, S. Whither the China model: revisiting the debate. *Journal of Contemporary China*, v.26, n.103, p.1-17, 2017.

Autores

Adam Lindgreen. Professor no Department of Marketing da Copenhagen Business School. E-mail: adli.marktg@cbs.dk.

Fabiano Escher. Professor no Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: escher_fab@hotmail.com.

Flemming Christiansen. Professor emérito no Sociological Institute e no Institute of East Asian Studies da University of Duisburg-Essen. E-mail: flemming.christiansen@uni-due.de.

Gao Yuan. Professor na School of Economics and Rural Development da Renmin University of China. E-mail: hlbbk@163.com.

Jan Douwe van der Ploeg. Professor no College of Humanities and Development Studies da China Agricultural University e Professor emérito na Wageningen University. E-mail: jandouwe.vanderploeg@wur.nl.

Lan Chen. Pesquisadora na Harper Adams University.

Martin Hingley. Professor na Lincoln Business School da University of Lincoln. E-mail: mhingley@lincoln.ac.uk.

Mindi Schneider. Professora no Department of Sociology and Anthropology of Development da Wageningen University. E-mail: mindi.schneider@wur.nl.

Paulo Fagundes Visentini. Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: paulovi.ufrgs@gmail.com.

Peng Yusheng. Professor na School of Business da City University of New York.

Philip C. C. Huang. Professor emérito no Department of History da University of California. E-mail: huang@history.ucla.edu.

Qian Forrest Zhang. Professor na School of Social Sciences da Singapore Management University. E-mail: forrestzhang@smu.edu.sg.

Sergio Schneider. Professor no Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: schneide@ufrgs.br.

Si Zhenzhong. Professor no Department of Geography and Environmental Management da University of Waterloo. E-mail: sizhenzhong@gmail.com.

Stephanie Scott. Professora no Department of Geography and Environmental Management da University of Waterloo. E-mail: sdscott@uwaterloo.ca.

Ye Jingzhong. Professor no College of Humanities and Development Studies da China Agricultural University. E-mail: yejz@cau.edu.cn.

Zhao Suisheng. Professor na Josef Korbel School of International Studies da University of Denver. E-mail: suisheng.zhao@du.edu.

Zhou Zhangyue. Professor na School of Business da James Cook University. E-mail: zhangyue.zhou@jcu.edu.au.

Reconhecimentos

Todos os artigos listados a seguir obtiveram as devidas licenças junto a suas respectivas editoras para serem traduzidos e publicados como capítulos no presente livro.

ZHAO, Suisheng. The China Model: can it replace the Western model of modernization? *Journal of Contemporary China*, v. 19, n. 65, 2010, p. 419-436. Routledge.

SCHNEIDER, Mindi. Dragon head enterprises and the state of agribusiness in China. *Journal of Agrarian Change*, v. 17, n. 1, 2017, p. 3-21. John Wiley & Sons.

HUANG, Philip C. C. China's new-age small farms and their vertical integration: Agribusiness or co-ops? *Modern China*, v. 37, n. 2, 2011, p. 107-134. Sage.

HINGLEY, Martin; LINDGREEN, Adam; CHEN, Lan. Development of the grocery retail market in China: A qualitative study of how foreign and domestic retailers seek to increase market share. *British Food Journal*, v. 111, n. 1, 2009, p. 44-55. Emerald.

CHRISTIANSEN, Flemming. Food security, urbanisation and social stability in China. *Journal of Agrarian Change*, v. 9, n. 4, 2009, p. 548-575. Blackwell.

ZHOU, Zhangyue. Achieving food security in China: past three decades and beyond. *China Agricultural Economic Review*, v. 2, n. 3, 2010, p. 251-275. Emerald.

YE, Jingzhong. Land transfer and the pursuit of agricultural modernization in China. *Journal of Agrarian Change*, v. 15, n. 3, 2015, p. 314-337. John Wiley & Sons.

HUANG, Philip C. C.; GAO, Yuan. PENG, Yusheng. Capitalization without proletarianization in China's agricultural development. *Modern China*, v. 38, n. 2, 2012, p. 139-173. Sage.

ZHANG, Qian F. Class differentiation in rural China: Dynamics of accumulation, commodification, and state intervention. *Journal of Agrarian Change*, v. 15, n. 3, 2015, p. 338-365. John Wiley & Sons.

SI, Zhenzhong.; SCOTT, Steffanie. "Rural development initiatives amid food safety crisis: Strategies, challenges, and opportunities in the 'New Rural Reconstruction Movement'" in China. In: SCOTT, Steffanie *et al. Organic Food and Farming in China*, Chapter 9, p. 168-198, 2018. Informa UK.

A **Série Estudos Rurais** publica livros sobre temas rurais, ambientais e agroalimentares que contribuam de forma significativa para o resgate e/ou o avanço do conhecimento sobre o desenvolvimento rural nas Ciências Sociais em âmbito nacional e internacional. A série resulta de uma parceria da Editora da UFRGS com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As normas de publicações estão disponíveis em www.ufrgs.br/ppgdr/livros.

Comissão Editorial: *Editor-chefe:* Sergio Schneider (UFRGS), *Editor associado:* Marcelo Antonio Conterato (UFRGS). *Membro externo:* Jan Douwe Van der Ploeg (WUR/Holanda). **Conselho científico:** Lovois Andrade Miguel (UFRGS); Paulo Andre Niederle (UFRGS); Marcelino Souza (UFRGS); Lauro Francisco Mattei (UFSC); Miguel Angelo Perondi (UTFPR); Cláudia J. Schmitt (UFRRJ); Walter Belik (Unicamp); Maria Odete Alves (BNB); Armando Lirio de Souza (UFPA); Moisés Balestro (UnB); Alberto Riella (Uruguai); Clara Craviotti (Argentina); Luciano Martinez (Ecuador); Hubert Carton Grammont (México); Harriet Friedmann (Canadá); Gianluca Brunori (Itália); Eric Sabourin (França); Terry Marsden (Reino Unido); Cecília Diaz-Méndez (Espanha); Ye Jinhong (China).

1. **A questão agrária da década de 90** (4.ed.)
João Pedro Stédile (org.)
2. **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**
Zander Navarro (org.)
3. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável** (3.ed.)
Jalcione Almeida e Zander Navarro (org.)
4. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas** (2.ed.)
Leonilde Sérvoto Medeiros e Sérgio Leite (org.)
5. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul** (2.ed.)
Sergio Schneider
6. **Tecnologia e agricultura familiar** (2.ed.)
José Graziano da Silva
7. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil** (2.ed.)
Jalcione Almeida
8. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**
José Eli da Veiga
9. **Agroecologia** (4.ed.)
Stephen Gliessman
10. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil** (2.ed.)
Ignácio Rangel (org. por José Graziano da Silva)
11. **Políticas públicas e agricultura no Brasil** (2.ed.)
Sérgio Leite (org.)
12. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil** (3.ed.)
Isabel Cristina de Moura Carvalho
13. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**
Carmen Diana Deere e Magdalena León
14. **A pluriatividade na agricultura familiar** (2.ed.)
Sérgio Schneider
15. **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos** (2.ed.)
José de Souza Martins (org.)
16. **Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil**
Gervásio Castro de Rezende
17. **O futuro das regiões rurais** (2.ed.)
Ricardo Abramovay
18. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural** (2.ed.)
Sergio Schneider, Marcelo K. Silva e Paulo E. Moruzzi Marques (org.)
19. **Agricultura latino-americana: novos arranjos, velhas questões**
Anita Brumer e Diego Piñero (org.)
20. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**
José de Souza Martins
21. **A diversidade da agricultura familiar** (2.ed.)
Sergio Schneider (org.)
22. **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**
Jean Philippe Tonneau e Eric Sabourin (org.)
23. **Camponeses e impérios alimentares**
Jan Douwe Van der Ploeg
24. **Desenvolvimento rural (conceitos e aplicação ao caso brasileiro)**
Angela A. Kageyama
25. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**
Deima Pessanha Neves (org.)
26. **Mercados redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**
John Wilkison
27. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável** (5.ed.)
Miguel Altieri
28. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**
Maria de Nazareth Baudel Wanderley
29. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**
Sergio Schneider e Márcio Gazzola (org.)
30. **Turismo rural: iniciativas e inovações**
Marcelino de Souza e Ivo Elesbão (org.)
31. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**
Eric Sabourin
32. **Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latino-americanos**
Renata Menasche, Marcelo Alvarez e Janine Colloço (org.)
33. **Paisagem: leituras, significados e transformações**
Roberto Verdum, Lucimar de Fátima dos Santos Vieira, Bruno Fleck Pinto e Luis Alberto Pires da Silva (org.)
34. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século** (1965-2012)
Guilherme Costa Delgado
35. **Sete estudos sobre a agricultura familiar do vale do Jequitinhonha**
Eduardo Magalhães Ribeiro (org.)
36. **Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**
Paulo Andre Neiderle (org.)
37. **Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil**
Sergio Schneider, Marlida Wenezes, Aldenor Gomes da Silva e Islândia Bezerra (org.)
38. **Pesquisa em Desenvolvimento Rural: aportes teóricos e proposições metodológicas** (Volume 1)
Marcelo Antonio Conterato, Guilherme Waterloo Rodomsky e Sergio Schneider (org.)
39. **Turismo Rural em tempos de novas ruralidades**
Artur Cristóvão, Xerardo Pereira, Marcelino de Souza e Ivo Elesbão (org.)
40. **Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégia e políticas públicas**
Jefferson Andronio Staduto, Marcelino de Souza e Carlos Alves do Nascimento (org.)
41. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**
Catia Grisa e Sergio Schneider (org.)

- 42. O Rural e a Saúde: compartilhando teoria e método**
Tatiana Engel Gerhardt e Marta Júlia Marques Lopes (org.)
- 43. Pesquisa em Desenvolvimento Rural: técnicas, bases de dados e estatística aplicadas aos estudos rurais (Volume 2)**
Guilherme Waterloo Rodomsky, Marcelo Antonio Conterato e Sergio Schneider (org.)
- 44. O poder do solo: imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade intelectual no sistema agro-alimentar**
Guilherme Francisco Waterloo Rodomsky
- 45. Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**
Jan Douwe Van der Ploeg
- 46. Regimes alimentares e questões agrárias**
Philip McMichael
- 47. Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**
Fabiana Thomé da Cruz, Alessandra Matte e Sergio Schneider (org.)
- 48. Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**
Flávia Charão Marques, Marcelo Antônio Conterato e Sergio Schneider (org.)
- 49. Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmica de desenvolvimento**
Paulo Dabdab Waquil, Alessandra Matte, Márcio Zamboni Neske e Marcos Flávio Silva Borba (org.)
- 50. Conflitos ambientais e controvérsias em ciência e tecnologia**
Jalcione Almeida (org.)
- 51. Processos sociais rurais: múltiplos olhares sobre desenvolvimento**
Roberto Verdum, Fábio de Lima Beck, Marta Júlia Marques Lopes e Tatiana Engel Gerhardt (org.)
- 52. Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul**
Eve Anne Bühler, Martine Guibert e Valter Lúcio de Oliveira (org.)
- 53. O turismo rural comunitário como estratégia de desenvolvimento**
Karina Toledo Solha, Ivo Elesbão e Marcelino de Souza (org.)
- 54. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**
Marcio Gazolla e Sergio Schneider (org.)
- 55. Sustentar o ativismo: um movimento de mulheres brasileiras e a colaboração entre pai e filha**
Jeffrey W. Rubin e Emma Sokoloff-Rubin
- 56. A Teoria das Cooperativas Camponesas**
Alexander Chayanov
- 57. Saúde coletiva, desenvolvimento e (in)sustentabilidades no rural**
Marilise Mesquita, Deise Lisboa Riquinho, Tatiana Engel Gerhardt e Eliziane Francescato Ruiz (org.)
- 58. As novas ordens alimentares**
Paulo André Niederle e Valdemar João Wesz Junior
- 59. Sistemas alimentares no século XXI: debates contemporâneos**
Potira V. Preiss e Sergio Schneider (org.)
- 60. A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**
Potira V. Preiss, Sergio Schneider e Gabriela Coelho-de-Souza (org.)
- 61. Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas**
Paulo Niederle, Sergio Schneider e Abel Cassol (org.)
- 62. Sistemas alimentares e territórios no Brasil**
Catia Grisa, Eric Sabourin, Ludvine Eloy e Renato S. Maluf (org.)
- 63. Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China**
Fabiano Escher e Sergio Schneider (org.)
- 64. Desafios e tendências da alimentação contemporânea: consumo, mercados e ação pública**
Maycon Noremberg Schubert, Jeferson Tonin e Sergio Schneider (org.)
-

Adobe Garamond Pro, 11,5

Editora da UFRGS • Ramiro Barcelos, 2500 – Porto Alegre, RS – 90035-003 – Fone/fax (51) 3308 5645 – admeditora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br • Direção: Luciane Delani • Editoração: Lucas Ferreira de Andrade (coordenador), Clarissa Felkl Prevedello, Marleni Matte e Rafael Menezes Luz • Administração: Aline Vasconcelos da Silveira, Alex Morozoli, Cláudio Oliveira Rios, Fernanda Kautzmann, Gabriela Azevedo, Heloísa Polese Machado, Jaqueline Trombin, Laerte Balbinot Dias • Apoio: Sara Oliveira

Adam Lindgreen	Peng Yusheng
Fabiano Escher (org.)	Philip C. C. Huang
Flemming Christiansen	Qian Forrest Zhang
Gao Yuan	Sergio Schneider (org.)
Jan Douwe van der Ploeg	Si Zhenzhong
Lan Chen	Stephanie Scott
Martin Hingley	Ye Jingzhong
Mindi Schneider	Zhao Suisheng
Paulo Fagundes Visentini	Zhou Zhangyue



Instituto
Confúcio
UFRGS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO RURAL / UFRGS

